Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais

Claudenir Fávero
Fernanda Testa Monteiro
Maria Neudes Sousa de Oliveira
Editores

UFVJM

Claudenir Fávero
Fernanda Testa Monteiro
Maria Neudes Sousa de Oliveira
Editores

Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais

1ª Edição

UFVJM
Diamantina, MG
2021

2021 Autores.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Este livro foi produzido pelo Grupo de Estudos em Territórios, Sociobiodiversidade e Agriculturas Tradicionais (GETSAT), grupo multidisciplinar e interinstitucional de pesquisa certificado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0495546535509082).

Cópias digitais deste livro podem ser obtidas, gratuitamente, a partir do Repositório Institucional da UFVJM (http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui).

Comitê Editorial
Doralice Barros Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais
Felisa Cançado Anaya
Universidade Estadual de Montes Claros
Irene Maria Cardoso
Universidade Federal de Viçosa

Revisão gramatical e normalização ABNT
Francys Thaylla Marques Gomes e Tatyane Pâmella Ribeiro de Freitas

Projeto gráfico e diagramação
Bernardino Aparecido Mota

Foto da Capa
Fernanda Testa Monteiro

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM

V648 Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais / Claudenir Fávero, Fernanda Testa Monteiro, Maria Neudes Sousa de Oliveira (Editores).– 1. ed. – Diamantina: UFVJM, 2021.
451 p. :il.

ISBN: 978-65-87258-54-6

1. Agricultura tradicional. 2. Território. 3. Agroecologia. I. Fávero, Claudenir. II. Monteiro, Fernanda Testa. III. Oliveira, Maria Neudes Sousa de. IV. Título. V. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 333.72

Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

Sempre-vivas lá na Serra
Serra sempre viva
Sempre-vivas lá na Serra
e viva sempre a Serra

Refrão de música composta por Erci Ezerda Alves Ferreira

Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre-vivas da Comunidade Raiz, município de Presidente Kubitschek

SUMÁRIO

Apresentação 6

Prefácio

Serra Sempre Viva - Serra Viva Sempre 8
Carlos Alberto Dayrell

Capítulo 1
As(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas: modo de vida, territorialidades e identidades 18
Fernanda Testa Monteiro

Capítulo 2
Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas: identidade e caracterização sociocultural e econômica, força e resistência de um povo 63
Aderval Costa Filho

Capítulo 3
Agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas 108
Claudenir Fávero

Capítulo 4
Um primeiro olhar sobre a domesticação da paisagem da Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais 130
Gustavo Taboada Soldati, Reinaldo Duque Brasil, Maria Julia Ferreira, Claudenir Fávero

Capítulo 5
As espécies ornamentais nativas manejadas no Espinhaço Meridional 150
Maria Neudes Sousa de Oliveira, Igor Henrique de Oliveira

Capítulo 6
Sempre-vivas: como são manejadas - do campo ao galpão do atacadista 210
Maria Neudes Sousa de Oliveira, Fernanda da Conceição Moreira, Mário Kiichiro Tanaka

Capítulo 7
Traçando os caminhos da comercialização: a economia agroextrativista das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas 268
Sílvio Isoppo Porto, Diana Aguiar

Capítulo 8

Flores em disputa: controvérsias da ação estatal na Serra do Espinhaço Meridional 302

Sílvio Isoppo Porto, Diana Aguiar

Capítulo 9

Conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas no contexto atual: a luta pela efetivação de direitos 352

Camila Cecilina do Nascimento Martins, Fernanda Testa Monteiro

Capítulo 10

Da invisibilidade ao reconhecimento mundial 389

Claudenir Fávero, Fernanda Testa Monteiro

Posfácio 434

Márcio de Souza Andrade

Autores 449

Apresentação

Este livro é fruto de mais de uma década de estudos e pesquisas com olhares a partir das ciências agrárias, humanas, ecológicas e econômicas junto às comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais. Inicialmente essas pesquisas foram realizadas pelos professores e pesquisadores que constituíram o Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal (NESFV) e o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinado (NAC), ambos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Com o tempo, foram se somando aos estudos e pesquisas professores e pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), ao Laboratório de Etnobiologia e Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (LEA/UFJF) e ao Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (LGA/USP).

A partir de 2017, houve um esforço conjunto dos professores e pesquisadores desses grupos culminando na elaboração do dossiê técnico científico que subsidiou a candidatura, e consequente reconhecimento, do Sistema Agrícola Tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional (MG) como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidades para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Como resultado dessa maior aproximação, esses pesquisadores constituíram o Grupo de Estudos em Territórios, Sociobiodiversidade e Agriculturas Tradicionais (GETSAT), grupo interinstitucional e multidisciplinar de estudos e pesquisas, certificado pela UFVJM.

Para a realização dos estudos e pesquisas, os referidos grupos executaram mais de uma dezena de projetos de pesquisa e extensão que receberam apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa de

Minas Gerais (FAPEMIG), do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC) e das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e Extensão e Cultura (PROEXC) da UFVJM. Contaram, também, com a colaboração de dezenas de estudantes de graduação e pós-graduação da UFVJM, da UFMG, da UFJF e da USP como bolsistas ou voluntários.

Compõem este livro, também, os resultados e reflexões de estudo realizado a partir de demanda da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), que contou com o apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), tendo como objetivo compreender a dinâmica e a relevância da economia oriunda do manejo da flora pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. A obra conta também com reflexões sobre o trabalho de assessoria jurídica popular junto às comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, que vem sendo realizado pela organização Terra de Direitos (TDD).

Esperamos que a leitura deste livro leve o leitor a conhecer um pouco do universo das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional (MG): a beleza, a riqueza, os encantos, a sabedoria, as lutas, a resistência e resiliência, a persistência e perseverança desse povo que torna essa Serra Sempre Viva.

Boa Leitura!

Os Editores.

Serra Sempre Viva - Serra Viva Sempre

Este livro se constitui numa oportunidade única de adentrarmos no amplo território dominado pelas Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-vivas. As serras e suas encostas, vistas por nós, distantes, em alguns trechos quase intransponíveis, são onde vivem centenas de comunidades de cultivadores, criadores e coletores distribuídas em pelo menos quinze municípios do Espinhaço Meridional em Minas Gerais.

Editado por *Claudenir Fávero*, *Fernanda Testa Monteiro* e *Maria Neudes Sousa de Oliveira*, professores e pesquisadores com trânsitos na UFVJM, UFMG e USP, envolvidos em grupos de pesquisa e extensão, o livro expressa um mergulho profundo junto às comunidades, seus regimes agrários e modos de vida. Mistura que os colocaram de frente com pessoas vivenciando conflitos que ameaçavam sua sobrevivência. Não o fizeram sozinho, o fizeram junto às coletividades e envolvendo outros grupos de pesquisa, ONGs e movimentos sociais nativos. Este livro conta com a contribuição de autores de formações as mais diversas e que tem como marca a atuação direta junto às comunidades e suas organizações.

Aqui eu pergunto: você saberia dizer o que significa quando um comunitário nos diz que uma flor está "*tolobando*"? Que repercussão este aspecto relacionado com a morfologia da inflorescência pode causar ao ser coletada? Pois já adianto que, em comum, e o que dá vida em todos os capítulos da obra é a profunda interação entre os saberes científicos e nativos, que traz para a cena o "vasto conhecimento tradicional e transgeracional" das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas.

Assim, quase que como uma enciclopédia, este livro nos apresenta a serra e as suas gentes, inscritas em diferentes territorialidades que levaram à criação de um movimento social, das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, organizadas na Comissão em Defesa

dos Direitos das Comunidades Extrativistas, a CODECEX. Vivencia-se histórias, formações sociais, etnicidades, modos de vida em meio a geomorfologias, morfologias e ecologias de plantas, agriculturas e suas economias, associadas aos saberes e paisagens secularmente manejadas. E, principalmente, a capacidade de movimentação para continuarem sua existência.

O que, aos olhos menos avisados, parecem como ambientes naturais ricos em espécies endêmicas ou sob ameaças, ao lermos este livro veremos que estamos diante de um vasto patrimônio cultural expresso em uma paisagem antropogênica que pode transcender aos antigos caçadores coletores. Como guardiões da memória biocultural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009[1]), à assimetria das ações do Estado e das institucionalidades, associadas às políticas ambientais na tentativa de um novo confinamento, reagem saindo de uma longa trajetória de invisibilidade no enfrentamento ao escravismo e servidão predominante na sociedade regional e brasileira, conseguindo se apresentar, inclusive à sociedade internacional, através da instituição, no Brasil, do primeiro Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (Globally Important Agricultural Heritage System – GIAHS, sigla em inglês), título concedido pela FAO[2] ao sistema agrícola das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas.

Se, por um lado, o título nos instiga a conhecer, de perto, a vida das comunidades que habitam a Serra das Sempre-vivas, a sua leitura nos leva também, a de uma Serra Viva, Sempre. Parece uma magia a vida que levam os seus habitantes, quase sempre na invisibilidade: cultivam suas lavouras aproveitando as manchas de solos férteis, a umidade da terra; em regime de transumância seguem as trilhas de seus animais criados em sistemas de pastoreio sazonal, seja nas terras baixas ou altas; quando mudam para a Serra, coabitam, na maioria das vezes, lapas ou ranchos como residências temporárias, tendo no entorno quintais com frutíferas de toda ordem e nos terreiros, a secar, a farinha de mandioca, a goma, ou buquês de flores, botões, ramos de sedinha, sementes, cascas e folhas secas, tudo em conformidade com as épocas do ano e com o lugar onde vivem.

1 TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio ambiente*. Editora UFPR, n. 20, p. 31-45, 2009.

2 https://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/latin-america-and-the-caribbean/semprevivas-minasgerais/en/ Acesso em 20 de/10/2021.

Amalgamados à geomorfologia e aos inúmeros nichos ecológicos, aos olhos da maioria dos viajantes, os altiplanos do Espinhaço continuam sendo vistos, quase sempre, terras sem gentes. A serra serve como divisor não só de bacias, mas também como fronteiras da mineração com o Sertão, de vidas em regime de escravidão ou liberdade, uma região onde o conservadorismo da sociedade mineradora relegou extensas áreas de comunidades rurais a uma vida sob os desígnios da servidão.

Com este livro veremos como a emergência de comunidades que passaram a se auto-afirmar como "Apanhadoras de Flores Sempre-vivas" pintaram com novas cores os casarios de Diamantina, os sombrios troncos ou senzalas esgarçadas pelo tempo e, principalmente, as institucionalidades presentes nessa região. Colorido que emergiu com a movimentação de famílias em dezenas de comunidades como reação à criminalização de seus modos de vida pelos órgãos e políticas ambientais favorecendo ONGs preservacionistas e empresas vinculadas à mineração ou agronegócio.

Não estamos falando de um passado distante, estamos falando de um período muito recente, início dos anos 2000. Embora sob a vigência do estado de direito, um verdadeiro terrorismo promovido por agentes do estado passou a ameaçar, prender ou por fogo em barracos e lapas, onde desde sempre viviam homens, mulheres, crianças e idosos, impedindo-os de continuarem com a coleta ou de soltar os seus animais. Estou me referindo aos desdobramentos da criação do Parque Nacional Sempre Vivas e do Parque Estadual Rio Preto. Acrescidos da violência perpetrada por fazendeiros e empresários com o cercamento dos campos de coleta de flores, frutos ou de solta dos animais, sendo transformados em monoculturas de eucalipto, pastagens e, quando não, cobiçados por empresas mineradoras.

Nesta movimentação veremos como as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas promoveram mudanças no âmbito das famílias e das comunidades, nos lugares onde vivem e, também, na relação com as institucionalidades do estado. Demandavam o direito à liberdade, direito negado frente ao escravismo que permanece nas mentes e nas ações das elites que desde sempre as dominaram. Saindo da invisibilidade a que estavam submetidas, acionando resistências seculares, estas comunidades, assim como tantos outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, acionaram os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, para

nos dizer de suas existências, não enquanto comunidades tradicionais isoladas, mas enquanto comunidades organizadas e articuladas enquanto povos.

Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas se reconhecem como povo e o fazem a partir de Diamantina, região que nos primeiros anos do Século XVIII, ao descobrirem ouro na região de Serro e, em seguida, diamantes, em Diamantina, levaram o governo imperial português a criar o Distrito dos Diamantes. Com isso, não apenas se controlava a entrada e saída de pessoas ou de cargas, mas um rígido controle sobre a população subalternizada, escravizada ou não. As populações que aí se desenvolveram, o fizeram quase sempre sobre forte segregação social, econômica e cultural.

Inicialmente, no Capítulo 1 (**As(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas: modo de vida, territorialidades e identidades**), *Fernanda Testa Monteiro* nos apresenta quem são estas comunidades e como vivem. Coloca em relevo a complexidade do sistema agrícola que conjuga a agricultura, a criação de animais e a coleta onde manejam mais de 300 espécies, consideradas aqui apenas as ornamentais. Ambientes que variam dos 600 aos 1.400 metros de altitude, usados em regimes de alternância e em complexas redes de sociabilidade que unem comunidades aparentemente distantes e isoladas umas das outras. A serra é vista como suas casas, conhecem suas particularidades, potencialidades e limites. Suas travessias promovem fluxos gênicos, alimentares, econômicos, além de casamentos, compadrios e festividades. Identidade plugada na terra e nos bens materiais e imateriais advindos de uma ancestralidade ainda a ser desvendada, subsistem em constantes confrontos com as institucionalidades do estado e de empresas que interessam congelar essas comunidades, desterritorializar do lugar em que vivem e se apossarem de seus recursos.

No Capítulo 2 (**Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas: identidade e caracterização sociocultural e econômica, força e resistência de um povo**), *Aderval Costa Filho* analisa a complexidade associada à identidade das comunidades tradicionais dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas compartilhada, também, por comunidades quilombolas. Atualiza o debate em torno do reconhecimento e normatização pelo estado brasileiro enquanto grupos sociais com direitos à diferença, à auto definição, ao território e ao

exercício de suas práticas relacionadas à reprodução social e cultural. Realiza uma caracterização etnográfica específica das comunidades que foram atingidas com a criação do Parque Nacional das Sempre Vivas por meio de pesquisas de campo em torno da história, organização social e dos usos produtivo e cultural dos ambientes em que vivem. Diagnóstico que contempla o acesso aos direitos sociais e a infraestruturas básicas como terra, educação, moradia, abastecimento de água, saneamento, saúde, atividades produtivas, migração e o contexto de conflito de cada comunidade com o Parque. Aponta a necessidade de se repensar o ordenamento territorial que impôs unidades de conservação de proteção integral e empreendimentos capitalistas às áreas de uso tradicional de comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas.

No Capítulo 3 (**Agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas**), *Claudenir Fávero* nos apresenta as formas de ocupação, uso e manejo de uma enorme diversidade de ambientes utilizados por essas comunidades. Baseado em pesquisas de campo, de interações com as comunidades que duram mais de dez anos, e em pesquisas realizadas por grupos envolvidos na rede de apoio às comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, Fávero desenvolve, a partir do perfil morfológico da Serra do Espinhaço Meridional e dos conhecimentos e saberes associados dos comunitários, modelos para a compreensão dos diferentes e distintos agroambientes. Modelo que ajuda a compreender como eles são usados e manejados, suas potencialidades e também os seus limites. Além de visualizar as diferentes toposequências em que eles podem ser encontrados desde o Alto da Serra, passando pelas vertentes Oriental e Ocidental até o encontro das Partes Baixas, no Sertão ou nas margens do rio Jequitinhonha. O instrumento de análise desenvolvido pelo autor aponta como regiões, embora pré-definidas pela ciência agronômica convencional como inadequadas para a produção agrícola, apresentam particularidades e práticas especificas de manejo dos agroecossistemas que garantem a produção de alimentos e geração de renda às famílias em um contexto de sustentabilidade ecológica.

O Capítulo 4 (**Um primeiro olhar sobre a domesticação da paisagem da Serra do Espinhaço Meridional**), elaborado por *Gustavo Taboada Soldati*, *Reinaldo Duque Brasil*, *Maria Julia Ferreira* e *Claudenir Fávero,* constitui um estudo inédito sobre os ambientes rupestres associados aos Cerrados e Mata Atlântica classificando-os como de origem antropogênica. Os

autores apontam que, à semelhança da domesticação de espécies nativas no nível populacional cujas "modificações tendem a atender as demandas humanas", processo semelhante ocorre em nível de paisagem. O estudo retoma uma série de autores e de pesquisas sobre a temática no Brasil e no Mundo e entre os exemplos cita a compreensão atual que se tem da Amazônia Brasileira ou das Florestas de Araucária como formações antropogênicas. A partir de estudos que sistematizaram as estratégias de domesticação de paisagem propostos por Bruce D. Smith (2011) e por Levis et al. (2018), os autores desenvolvem uma série de observações em campo em interações com as comunidades de apanhadores(as) de flores sempre-vivas para, então, descrever as diversas práticas de manejo realizadas pelas comunidades, concluindo pelo entendimento da Serra como uma paisagem domesticada pela ação humana. Finalizam questionando a necessidade de compreensão destas práticas que, embora adaptadas à dinâmica ecossistêmica e responsável pela manutenção da rica biodiversidade, hoje tão valorizada, os protagonistas seguem criminalizados em seus modos de vida.

O Capítulo 5 (**As espécies ornamentais nativas manejadas no Espinhaço Meridional**), tem como autoria *Maria Neudes Sousa de Oliveira* e *Igor Henrique de Oliveira*, fundamentado em pesquisa científica nos campos da biologia, propagação e manejo de espécies ornamentais no Espinhaço Meridional (MG). Os autores justificam a importância do extrativismo de produtos florestais não madeireiros que é desenvolvido pelas comunidades que aí vivem como alternativa econômica, além de se configurar como um paradigma reconhecido nas políticas de conservação da biodiversidade. Apresentam as espécies manejadas e as partes que são comercializadas distribuídas em dois grandes grupos: o das "Sempre-vivas" e o dos "Frutos Secos", classificados de acordo com as espécies coletadas (famílias botânicas, nomes científicos e populares), épocas em que são coletadas e partes comercializadas. As espécies são apresentadas com um belo registro fotográfico das inflorescências e das partes comercializáveis. O estudo deu atenção para aquelas espécies que são consideradas endêmicas, bem como, ao status de conservação das espécies, classificadas desde vulneráveis até em risco de extinção. Concluem destacando evidências que apontam para a reavaliação do status de conservação de espécies de ampla ocorrência, mas constantes em lista de ameaçadas, em detrimento de outras de ocorrência restrita ou que

muitas vezes nem mesmo foram descritas. Os estudos realizados pelos autores relativizam, em alguns casos, o peso da coleta como a principal ameaça à conservação, apontando diversos indicativos fundamentais para serem considerados em planos de manejo, além de apontar a demanda para continuidade de pesquisas com vistas "a compreender e contribuir com o aprimoramento do manejo sustentável".

O Capítulo 6 (**Sempre-vivas: como são manejadas - do campo ao galpão do atacadista**), elaborado por *Maria Neudes Sousa de Oliveira*, *Fernanda da Conceição Moreira* e *Mário Kiichiro Tanaka*, inicia dando destaque a um amplo universo de termos utilizados para descrever as plantas e suas partes, os seus ambientes e a forma como são manejadas. Ao longo do texto você vai se deparar com falas como "quando a cabecinha ficar arrepiada" ou "quando o chão ficar geladinho", "plantas que tolobam", "não arranca a sapata", entre dezenas de outros, sabendo do seu significado e da importância destes termos para compreender as ecologias e os diferentes manejos que se faz. São espécies que geram mais de trezentos diferentes produtos que são comercializados pelas famílias agroextrativistas. A leitura deste capítulo é de suma importância para quem quer iniciar ou se qualificar no universo do manejo de plantas ornamentais nativas do Espinhaço. Vai conhecer com detalhes sobre a morfologia das plantas, as formas de propagação, as práticas de coleta, o uso do fogo controlado no manejo, o processamento para comercialização e como os distintos manejos podem repercutir nas populações das diferentes espécies. Finaliza com apontamentos importantes para uma política de conservação que considera os conhecimentos acumulados advindos da pesquisa em diálogo com as comunidades. Com perguntas simples inerentes à rotina dos(as) apanhadores(as) de flores é possível a pactuação e construção de estratégias de manejo que favoreçam a conservação: "é plenamente plausível a elaboração colaborativa de proposições de manejo comunitário, levando-se em conta o que já se tem e também as particularidades/contexto de cada comunidade", afirmam os autores.

No Capítulo 7 (**Traçando os caminhos da comercialização: a economia agroextrativista das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas**), elaborado por *Silvio Isoppo Porto* e *Diana Aguiar*, os autores, ao mesmo tempo que destacam a importância socioeconômica, cultural e ambiental do manejo da flora nativa para um amplo

universo de famílias agroextrativistas, constatam a falta de dados e de informações sistematizadas que movem esta economia, ficando explícita a sua invisibilização. Utilizando o conceito de sociobiodiversidade incorporado na agenda pública desde o ano de 2008, e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade de 2009, os autores constatam a falta de informações como fruto do desinteresse político de instituições como o IBAMA, o ICMBio e o IEF que poderiam valorizar e reconhecer estas economias que subsistem em grande medida na informalidade. A sistematização levantou informações dispersas acionando distintos interlocutores nos âmbitos privados e institucionais, conseguindo organizar dados de exportação de flores, botões e frutos secos de 1997 até 2018. Apontou a existência de uma dinâmica econômica calcada em "mais de 350 produtos da sociobiodiversidade" promovida pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. O artigo ao mesmo tempo que destaca esta economia, aponta pistas no sentido de superação desta invisibilidade. A despeito de lacunas de dados, constatou que nos 22 anos pesquisados foram exportadas doze mil toneladas de produtos e que geraram um valor bruto de quarenta milhões de dólares. Apontam que tal não seria possível se não fosse o cuidadoso manejo da paisagem e de sua biodiversidade promovido por "mãos que constroem e reproduzem saberes e práticas transmitidos por meio da tradição".

O Capítulo 8 (**Flores em disputa: controvérsias da ação estatal na Serra do Espinhaço Meridional**), também foi elaborado por *Silvio Isoppo Porto* e *Diana Aguiar*. Na primeira seção, fazem uma análise do entrelaçamento entre biodiversidade e conhecimentos tradicionais e de como os modos de vida dos povos tradicionais podem contribuir com a conservação da biodiversidade. Em seguida, os autores constroem uma linha do tempo relacionando as ações preservacionistas que incidiram sobre o Espinhaço Meridional desde 1997 até o ano de 2020 e, em contrapartida, como estas ações incidiram sobre as comunidades e as reações daí advindas. A análise das repercussões das políticas preservacionistas levadas a cabo por governos e entidades ambientalistas, à despeito das recomendações da IUCN[3], promoveu um conjunto de ações assimétricas em desfavor das comunidades e simétricas na relação estabelecidas com empreendimentos vinculados à mineração ou ao agronegócio. Além do não envolvimento das comunidades nos fóruns de discussões, acrescenta-se a violência de

3 Desde 1986 a IUCN já recomendava que os povos tradicionais não deveriam ter seus modos de vida alterados se decidissem permanecer no interior das UCs.

agentes armados vinculados a órgãos ambientais com a promoção de prisões, queima de barracos, coerção contra mulheres, idosos e crianças. Um conjunto de violações de direitos que persistem até os dias de hoje.

O Capítulo 9 (**Conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas no contexto atual: a luta pela efetivação de direitos**), escrito por *Camila Cecilina do Nascimento Martins* e *Fernanda Testa Monteiro*, analisa os processos que levaram as comunidades extrativistas, através da CODECEX, a disputar, na arena institucional e jurídica, o direito de manterem seus modos de vida. Trata, em um primeiro momento, dos processos sociais e políticos que resultaram do reconhecimento dos direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. E, em um segundo momento, das estratégias que foram acionadas pelas comunidades como reação à criação do Parque Nacional das Sempre Vivas, ocorrida em 2002, e que atingiram de forma súbita dezenas de comunidades extrativistas do Espinhaço Meridional. A assessoria jurídica aí empreendida levou ao acionamento de outros marcos institucionais de âmbito internacional como o da Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que resultaram na elaboração de protocolos comunitários regulando de forma autônoma os processos de consulta prévia livre e informada constante na Convenção 169 acerca de todos os projetos e intervenções promovidas por terceiros sobre os seus territórios, bem como, no sentido de pressionar na consecução de políticas públicas.

Finalmente, o Capítulo 10 (**Da invisibilidade ao reconhecimento mundial**), desenvolvido por *Claudenir Fávero* e *Fernanda Testa Monteiro*, trata dos caminhos advindos da reação das comunidades extrativistas à repercussão das ações assimétricas das institucionalidades públicas e privadas envolvidas na promoção das políticas ambientais no Espinhaço Meridional. Merece destaque nesta reação, as manifestações públicas das comunidades em Diamantina, contra a proibição de coleta nos parques recém-criados que incidiram sobre os seus territórios, e os processos de interação e de formação que foram promovidos por grupos de pesquisa e extensão universitária junto à estas comunidades, vetores importantes para superação, em um primeiro momento, ao contexto de discriminação e de invisibilidade social e política. A criação da CODECEX como uma organização assentada nas comunidades, a auto-afirmação

enquanto apanhadores(as) de flores sempre-vivas e/ou comunidades quilombolas, além da interação com outros movimentos sociais nativos, como a Articulação Rosalino, foram paulatinamente ganhando força no enfrentamento ao autoritarismo dos gestores das Unidades de Conservação. A disputa na área jurídica e institucional e a capacidade de construção de alianças levaram a CODECEX, como desdobramentos das articulações regional, estadual e nacional, a entrar na arena internacional conseguindo o reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional dos(as) Apanhadores(as) de Flores Sempre-vivas pela FAO/ONU como o primeiro GHIAS no Brasil.

Estudos que vem sendo realizados sobre as(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas, assim como, sobre os geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, catingueiros, quilombolas e indígenas, estão nos permitindo lançar um olhar diferenciado para as regiões de serras, planaltos e planícies drenadas pelos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Um novo olhar acerca de suas histórias, para os ecossistemas por eles manejados, vistos como se fossem naturais ou não antropogênicos. Os biomas onde vivem, inclusive sua geomorfologia, compõem suas humanidades. "De gentes que não apenas nos trazem uma história de convivência e de conhecimentos profundos sobre os ecossistemas, sobre as plantas e os animais, mas, principalmente, que possuem uma outra racionalidade, uma outra cosmovisão, uma outra ontologia acerca do mundo que lhes rodeiam (DAYRELL, 2019 p.417[4]).

Carlos Alberto Dayrell

Agrônomo, mestre em Agroecologia e doutor em Desenvolvimento Social, pesquisador do CAA/NM e do NIISA/Unimontes.

4 DAYRELL, Carlos Alberto *De nativos e de caboclos:* reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2019. Tese de Doutorado. Montes Claros: UNIMONTES, 456 p.

Capítulo 1

As(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas: modo de vida, territorialidades e identidades

Fernanda Testa Monteiro

Introdução

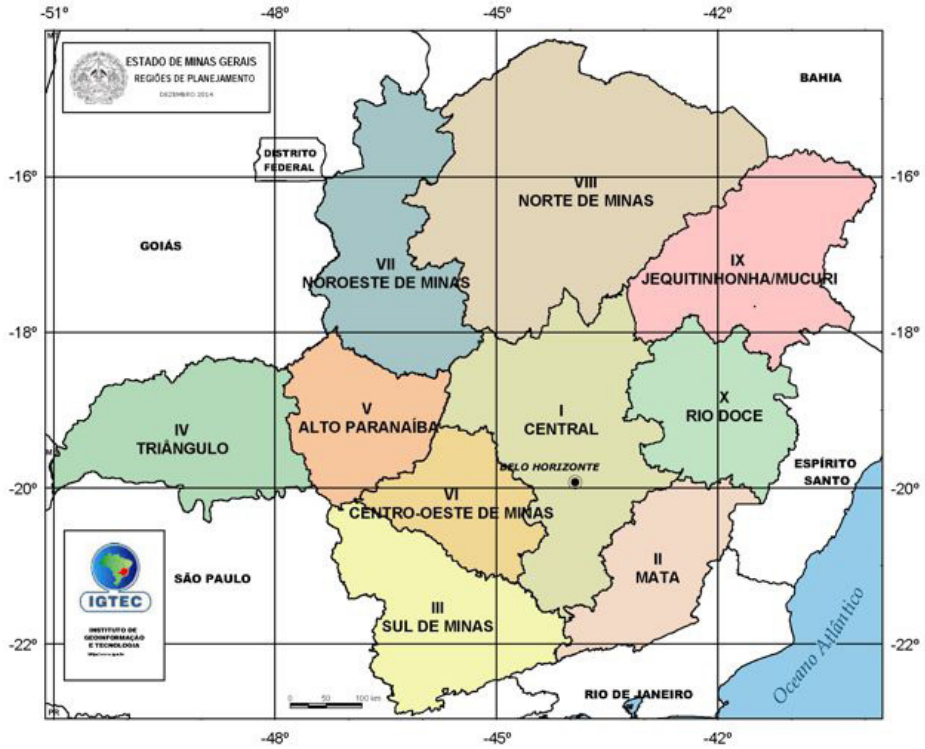
O presente capítulo é fruto de anos de trabalho de campo com incursões/vivências junto às comunidades apanhadoras de flores para compreender e relacionar espaço/tempo a partir da perspectiva desses grupos, inseridos em seu contexto. Assim como ampla revisão bibliográfica e documental, além de participação em reuniões e encontros nos quais os sujeitos sociais estiveram envolvidos na relação com órgãos estatais, pesquisadores e organizações da sociedade civil. Isso se deu inicialmente durante o mestrado e posteriormente no doutorado, bem como na colaboração com outros pesquisadores que se dedicaram a tal realidade. Sobre a interação direta com os sujeitos, algumas inspirações serviram de base nos trabalhos de campo, entre as quais destacamos: a observação participante (OLIVEIRA, 1996), a história oral (PEREIRA, 1991) e a vigilância epistemológica na busca de se *compreender* a realidade com a qual interagimos (BOURDIEU, 1997).

As comunidades "apanhadoras de flores sempre-vivas"[1] dizem respeito a camponeses(as) e quilombolas que habitam o Espinhaço Meridional, na porção central do estado de Minas Gerais. Elas estão inseridas no agrário compreendido por, pelo menos, 15 municípios, que se localizam, em termos de divisão política, nas seguintes mesorregiões estatais: Vale do Jequitinhonha (nordeste do estado), Central e Norte de Minas (Figura 1). Refere-se, assim, a grupos que têm um *modo de vida* (MARQUES, 1994) com *territorialidades* (SACK, 1986) específicas, que

1 As falas/expressões de moradores locais estão destacadas entre aspas, mesmo em trechos mais amplos, para elucidar as colocações.

contam não apenas com a coleta de "flores sempre-vivas"[2] na sua lógica de reprodução social e cultural, mas também, e, necessariamente, com as práticas de cultivos, criação de animais e coleta vegetal para fins diversos. Essas atividades agrícolas são realizadas sobre terras ancestrais[3], cuja lógica de apropriação dá-se na forma de *terras de uso comum* ou de *uso coletivo* enquanto construções socioculturais e econômico-políticas diferenciadas[4].

Figura 1 - Mapa das regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais



Fonte: Minas Gerais (2018) [5].

2 A coleta das flores sempre-vivas - plantas cujas espécies de maior valor comercial pertencem ao gênero *Comanthera* - constitui importante fonte de renda monetária para as famílias. As flores sempre-vivas ocorrem nos campos rupestres do cerrado e dizem respeito ao termo popularizado para essas inflorescências, que, depois de colhidas e secas, conservam sua forma e coloração. Além das flores, são coletadas folhas, frutos secos, sementes, entre outros, vindos de distintos ambientes de coleta (localmente definidos, como campos, serras, serrinhas, boqueirões, etc.) a depender da época do ano e da demanda. Ressalta-se que o principal mercado interno das flores secas e demais produtos coletados está em São Paulo e que o mercado externo conta com países europeus, asiáticos e norte-americanos (MONTEIRO, 2011).

3 O que se aproximam das colocações de Almeida (1994) acerca das "terras tradicionalmente ocupadas".

4 Para diferenciação, consultar Monteiro (2019).

5 Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 15 out de 2018).

Cabe destacar que levantamentos anteriores demonstraram que a coleta das "flores sempre-vivas" pode se dar em 33 municípios da Serra do Espinhaço (UFVJM *et al*. 2009) em função da ocorrência dessas espécies nessas localidades e de informações de comerciantes desses produtos, o que aponta a importância desse recurso florestal não-madeireiro nessa área de Minas Gerais. Entretanto, em nossas pesquisas nos municípios mencionados[6], identificamos a ocorrência de um modo de vida com especificidades que não se restringem à coleta pontual de espécies da flora para fins comerciais, mas numa lógica de reprodução social ancorada num conjunto de práticas agrícolas realizadas em terras ancestrais e há uma construção sociocultural na relação com as "flores".

A Serra do Espinhaço, por sua vez, é também conhecida como cordilheira e cadeia, que se inicia em Minas Gerais e adentra a Bahia até a divisa com o Piauí, constituindo um grande divisor entre as bacias hidrográficas do centro-leste brasileiro (COMIG e IGC/UFMG, 1997). Sua porção meridional, que vai da área conhecida como Cipó (ao norte da capital mineira) até o Município de Olhos D'Água (ao norte de Diamantina), contém nascentes de rios e afluentes que drenam para diferentes bacias (Rio Doce, Rio Jequitinhonha e Rio São Francisco). Elas são responsáveis pelo abastecimento de importantes cidades das regiões Sudeste e Nordeste do país[7].

Os ambientes presentes na área em questão estão sob domínio do cerrado. Esse bioma foi ressaltado pela importância da sua biodiversidade e seu papel no armazenamento e reposição de água para a alimentação dessas importantes bacias hidrográficas brasileiras (MAZZETTO, 2006). Assim como, pela necessidade de se preservá-lo frente ao desmatamento provocado nas últimas décadas pela exploração de monoculturas agrícolas, silvicultura e pela pecuária praticada por grandes latifúndios (AB'SÁBER, 2003). Cabe ressaltar que tanto o Vale do Jequitinhonha como o Norte de Minas estão inseridos no semiárido brasileiro e tal condição dá-se já nas áreas que se encontram ao "pé da serra" na área de nossa análise. Portanto, a água proveniente das nascentes localizadas na Serra significa, em muitos casos, a única possibilidade de dessedentação humana e animal das

6 São eles: Diamantina, Couto Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serro, Presidente Kubitschek, Datas, Gouveia, Buenópolis, Joaquim Felício, Bocaiúva e Olhos D'Água. É recorrente que a divisa entre os municípios se dê no cume da serra, o que leva à situação de uma mesma comunidade "pertencer" a mais de um município, demandando negociações intermunicipais quanto às responsabilidades de infraestrutura e serviços a tais grupos.

7 Em Minas Gerais, a Serra do Espinhaço apresenta dois compartimentos de planalto - meridional e setentrional - separados por uma zona deprimida alongada na direção SE-NW, que passa ao norte de Diamantina (MG) (SAADI, 1995).

localidades/comunidades agrárias situadas nesses locais.

Outro importante aspecto é que se trata de uma área de ocupação antiga (ISNARDIS, 2009) e diferenciada no processo de colonização de Minas Gerais, com destaque para o extrativismo mineral, que atraiu sobremaneira as atenções e investimentos da Coroa Portuguesa (MACHADO FILHO, 1980). Ao mesmo tempo, essa porção meridional do Espinhaço está na *fronteira* daquilo que caracterizou as lógicas de formação territorial de Minas Gerais – as *Minas* e os *Gerais* –, conferindo particularidades à gênese dos grupos analisados (descendentes de indígenas, africanos e lusitanos, sendo que as duas últimas referências chegaram a essas terras no período da colonização dessa área) (MONTEIRO, 2019).

Na atualidade, há presença de comunidades agrárias nas áreas em que os moradores denominam de "sertão", sobre a "serra" e nas "beiras do Jequitinhonha", sendo que nessa última há forte presença de quilombos e se trata da área de maior ocorrência de mineração de diamantes em Minas Gerais desde o século XVIII. O "sertão"[8] está na face ocidental do Espinhaço; a "serra" compreende as cotas elevadas da cordilheira; e as "beiras do Jequitinhonha" referem-se às suas margens e proximidades na face oriental (Figura 2). O acesso às comunidades dá-se, via de regra, por estradas não pavimentadas, podendo distar mais de 60 quilômetros das sedes municipais.

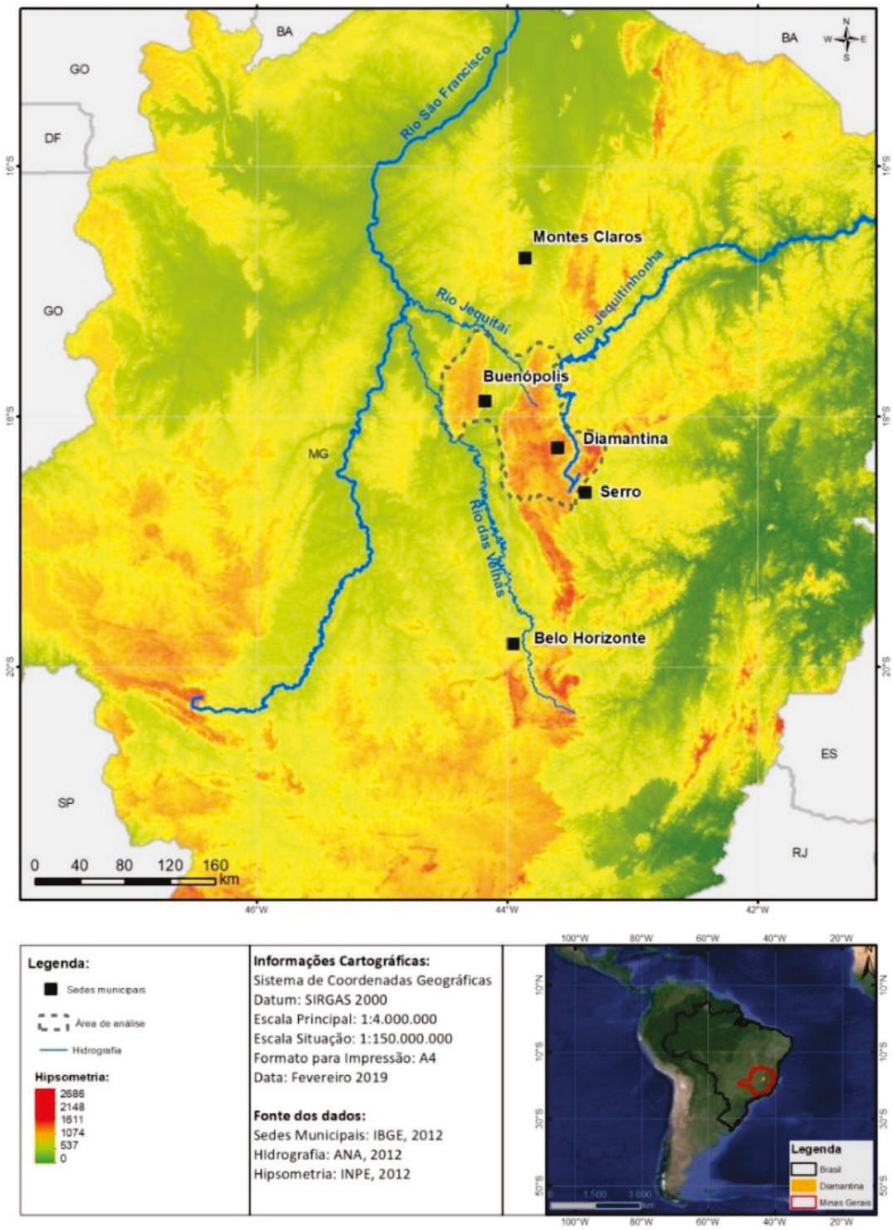
Na memória coletiva dessas comunidades agrárias, houve ao longo do tempo/espaço interação entre as comunidades do "sertão" e da "serra", incluindo, ainda hoje, casamentos e relações de *parentesco* e *compadrio* (WOORTMANN, 1994). Na "serra", em geral, estão localizadas as terras de uso comum de cada comunidade, bem como as terras de uso coletivo, quando ocorrem. Da mesma forma, entre o "sertão" e as "beiras do Jequitinhonha", havia interações entre as famílias por meio da venda de produtos alimentícios para as áreas de mineração.

Atualmente, às margens desse rio, encontram-se quilombos, ocorrendo fluxo de pessoas e comunicação com relações de proximidade e afinidade. Trata-se, assim, de uma ampla gama de comunidades agrárias, enquanto *unidades territoriais* (BOMBARDI, 2004), cuja territorialidade dá-se na relação *serra-sertões* adjacentes de outrora, levando-se em conta o processo

8 Ribeiro (2005) afirmou que a origem do termo *sertão*, a partir de estudos etimológicos, originou-se de *desertão* e, possivelmente, expressava a noção presente no expansionismo europeu pelo planeta, a constituir-se como centro que irradiava "civilização" para os vários "sertões" a serem conquistados.

de formação territorial da área em questão, que foi marcado pelos *fluxos/contra-fluxos* de pessoas e de produtos entre a "serra" e os "sertões" do norte e nordeste de Minas Gerais (MONTEIRO, 2019).

Figura 2 - Área com presença de comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas



Fonte: MONTEIRO, 2019.

No atual contexto, essas comunidades agrárias, nos três recortes espaciais, marcam as *territorializações* desses grupos, que se articulam em lutas comuns desde 2010 através de uma comissão, a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex)[9]. Ressalte-se que reconhecer tais dinâmicas não significa *fixar* essas realidades, já que ocorrem variações dentro do agrupamento "sertão – serra – beiras Jequitinhonha", mas reconhecer a configuração dessa *geografia* dos "apanhadores de flores" - quilombolas e não quilombolas –, entrecortada por fluxos e fronteiras.

Destaca-se diversidade interna do *movimento socioterritorial* (OLIVEIRA, 2005), o qual lança mão de estratégias comuns e diferenciadas na arena política. Há, portanto, uma *configuração territorial* das unidades territoriais/comunidades e também entre estas unidades/diversidades, que lutam conjuntamente pela manutenção das terras ancestrais e o direito de livre uso da biodiversidade, nelas territorializada, por meio de normas reguladoras e do direito de acesso baseado nos *costumes* (THOMPSON, 1998).

O modo de vida das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas

No que tange ao modo de vida[10] das(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas, trataremos da lógica de reprodução social, tendo sido

9 Comissão de comunidades apanhadoras de flores criada em 2010, que atua em 7 municípios, até então. Ela tem como prioridade a manutenção das terras ancestrais e modo de vida das comunidades panhadoras de flores, assim como reconhecimento e respeito social (Codecex, 2014).

10 Nas considerações de Marques (1994), o modo de vida corresponde a "um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social. Corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida" (p. 5-6). Segundo a autora, no caso dos camponeses, o modo de vida é formado por relações familiares, de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições de vida e trabalho, relações políticas e religiosas, que se apoiam num conjunto de valores [culturais] que lhes confere sentido. Além disso, o acesso à terra é condição fundamental para a existência do campesinato, cuja organização da produção é baseada no trabalho familiar que prioriza a reprodução do grupo doméstico. O campesinato possui um modo de vida tradicional em constante recriação e tem variações regionais de acordo com as condições socioeconômicas em que se insere. A autora ressaltou que o modo de vida camponês é fundado em relações sociais não-capitalistas, que se desenvolvem de forma conflituosa no interior do modo de produção capitalista ao mesmo tempo que assegura a sua reprodução. Assim, a sociedade capitalista impõe-se e ora impede, ora limita a recriação das condições de produção camponesas, ora a submetem a outro patamar de reprodução com base na sua maior integração e dependência. De modo que a história do campesinato é marcada pela resistência e lança mão de uma diversidade de ações e adaptações para se reproduzir.

consideradas as dimensões que a compõem – cultural, econômica e política, que ocorrem de forma articulada nas práticas sociais cotidianas dos grupos envolvidos. Outro aspecto importante é que há elementos comuns presentes na lógica de reprodução social desses sujeitos, atualmente *territorializados* em extensa área, considerando as mais de 30 comunidades agrárias analisadas[11], que inclusive possuem relações entre si, o que as aproxima enquanto uma formação social e cultural de apropriação do mundo material[12].

Ao mesmo tempo, ocorre variação de contextos no espaço/tempo e, portanto, particularidades nas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, dentre as quais: nuances edafoclimáticas (como maior ou menor teor de umidade nos ambientes usados para práticas agrícolas, o que faz com que o momento de colheita varie de uma localidade para outra); aspectos socioculturais (como etnicidades e ritos da religiosidade); contextos familiares (que afetam diretamente a organização social do trabalho familiar, como o número e idade de seus membros, aspectos decisivos na realização da coleta de "flores" ou no tamanho dos roçados de uma determinada família); e conjunturas fundiárias enquanto produto sócio-histórico (ocorrendo tensões frente a empresas privadas ou parques naturais estatais sobrepostos a terras ancestrais). Dito isso, elencaremos aquilo que é comum a esses grupos.

Nas comunidades apanhadoras de flores, vê-se notadamente a presença de pequenas glebas de terras lavradas em meio a áreas de vegetação nativa; casas de famílias camponesas e quilombolas, por vezes de adobe, com quintais contando com construções destinadas ao beneficiamento de produtos agrícolas e armazenamento (de ferramentas, alimentos, sementes, etc.); pequenas áreas de pastos cultivados (chamados de "mangas") próximas às casas; vastos campos nativos utilizados para fins diversos (como a coleta e o pastoreio de animais).

Em geral ocorre a localização de casas nas cotas mais baixas, ao redor das áreas onde se localizam os campos das formações campestres

11 Ao longo dos anos de pesquisa, interagimos com 38 comunidades agrárias, além de 14 "distritos rurais" com os quais essas comunidades se conectam, analisando aspectos qualitativos, quantitativos e relacionais. Foram também realizadas entrevistas considerando os diversos sujeitos envolvidos, sendorepresentantes de comunidades, organizações da sociedade civil, pesquisadores, agentes governamentais e organizações privadas.

12 Aproximando-se das definições de Acselrad (2004).

do cerrado[13], que encontram-se nas cotas mais elevadas da Serra. Nas comunidades localizadas nas cotas mais elevadas, as casas podem estar entre os campos nativos. Há certa centralidade nas comunidades, que podem contar com igrejas (católica ou protestante), escolas (que pode servir para atendimento médico periódico), centros comunitários e, por vezes, estruturas de lazer[14].

A lógica de reprodução social dessas comunidades conjuga cultivo-criação-coleta e, em alguns casos, a pesca e a caça para a alimentação familiar. Na prática, isso se traduz em "roças" com policultivos (ocorre presença da prática da "roça-de-toco" ou "coivara", podendo se valer do uso de rotação com pousio para a reposição natural da fertilidade dos solos); quintais agroflorestais com alta densidade de espécies alimentares e criação de animais de pequeno porte de raças "caipiras" ao redor das casas; criação de animais rústicos de grande porte, valendo-se dos campos nativos nas cotas elevadas; e coleta/manejo de espécies da flora para fins diversos, como plantas ornamentais para comercialização, das quais as "flores sempre-vivas" é componente fundamental. Pode ocorrer, em certos contextos, complementação de renda monetária por meio de trabalho temporário externo.

Desse modo, essas comunidades manejam a totalidade dos agroambientes[15] contidos nas diferentes altitudes da serra (entre 600 metros, onde predominam casas, quintais e roçados, e 1.400 metros, onde predominam campos usados para pastoreio e coleta de "flores"). A flora e a fauna nativas são amplamente reconhecidas pelos moradores, considerando seus hábitos, habitat e ocorrência, bem como seus múltiplos usos e significados. Os usos desses agroambientes foram desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos de interação com os mesmos e são ancorados numa ampla compreensão de dinâmicas ecológicas, que viabilizam estratégias econômicas diversificadas (Figuras de 3 a 6).

13 Onde há predominância das fitofisionomias campos rupestres, campos sujos e campos limpos do cerrado, segundo classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), baseada na obra de Ribeiro *et al.* (2008).

14 A comunicação depende de se ter um "ponto" em que o sinal de telefonia celular seja viável. Recentemente, foram instaladas antenas nos *distritos rurais* (assim nominadas as vilas urbanizadas que agregam/centralizam serviços e pequeno comércio para certo número de comunidades agrárias), facilitando, em certa medida, a comunicação. No caso dos quilombos, quando da elaboração deste trabalho, ainda havia ausência de eletrificação rural no maior deles e em outros o acesso era recente.

15 Partindo de Ribeiro (2010), aqui compreendemos os agroambientescomo ambientes naturais com saberes/conhecimentos locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente, possibilitando usos agrícolas diversos e economia das famílias ao longo do tempo/espaço (MONTEIRO, 2019).

Figura 3 - Vista da Serra a partir do "pé-da-serra" próximo a 600 metros de altitude

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 4 - Campos de uso comum sobre a Serra próximo a 1.400 metros de altitude

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 5 - Moradias nas cotas mais elevadas

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 6 - Moradias nas "lapas"

Foto: Carlos H. Souza.

A produção de alimentos tem como prioridade o consumo familiar e é viabilizada por estratégias agroalimentares estruturadas no uso combinado desses agroambientes, o que tem relação direta com os conhecimentos tradicionais, o uso de ampla gama de recursos genéticos agrícolas adaptados às condições edafoclimáticas e à cultura alimentar das famílias. São mais de 90 espécies cultivadas, havendo ampla gama de diversidade intraespecífica, que garante a produção nas especificidades das condições locais em que há aquelas mais adaptadas às áreas mais secas/mais úmidas, mais arenosas/mais argilosas etc.

A mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) tem grande importância na manutenção dessas famílias e comunidades, juntamente com o feijão

(*Phasheolus vulgaris L.*), milho (*Zea mays L.*), abóbora (*Cucurbita sp*) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*), alimentos que encontramos em todas as localidades. Já a presença dos demais alimentos variam segundo o contexto, sobretudo da carne de animais domésticos, geralmente de raças "comuns"/"caipiras", sendo o frango/galinha (*Gallus gallus domesticus* L.) caipira a proteína animal mais presente nas refeições, ainda que haja consumo, também, de bovino (*Bos taurus* L), suíno (*Sus domesticus* Erxleben) e pescado. Destaca-se nessas comunidades a presença do gado "curraleiro" ou "comum"/"pé-duro", ainda que já tenha havido a incorporação de outras raças. Refere-se à primeira raça a chegar ao Brasil, com os colonizadores, tendo sido reconhecida em 2012 como "raça brasileira" pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento[16], um aspecto de grande relevância que demanda aprofundamento em futuras pesquisas.

A manutenção desse *legado,* que também compõe o *patrimônio familiar,* depende diretamente das práticas de produção associadas aos agroambientes. Há também uso de alimentos da flora local importantes na estratégia alimentar, além de considerável repertório de preparo dos alimentos. Ressalte-se que as práticas agrícolas utilizadas pelas famílias potencializam processos e ciclos naturais (fluxos de energia, nutrientes, matéria orgânica, interações bióticas); conservação de recursos naturais renováveis (solos, água, biodiversidade); economia e maior autonomia em relação aos recursos naturais não renováveis (combustíveis fósseis) e aos fertilizantes sintéticos; baixa utilização de insumos externos e mesmo ausência de insumos nocivos (agrotóxicos, transgênicos, anabolizantes).

A flora é coletada em diferentes altitudes, para alimentação, confecção de utensílios, práticas tradicionais de medicina, práticas religiosas, festejos e construções domésticas em todas as localidades analisadas. São coletadas pelo menos 35 espécies de frutos nativos comestíveis, 16 espécies de madeira para construções familiares e 83 espécies de plantas medicinais utilizadas pelas famílias, sendo que as práticas de coleta/manejo são baseadas nos conhecimentos associados, as quais conjugam: onde encontrar, quando coletar, como coletar e quanto coletar de cada espécie, de forma a garantir sua conservação. Considera-se ainda o ciclo lunar, a compreensão dos ciclos naturais das espécies e da taxa de

16 Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

coleta, garantindo-se, dessa forma, a renovação/continuidade de cada espécie com vistas à garantia de sua permanência e uso pelas famílias/comunidades.

Há ritos da dimensão do sagrado relacionados à produção agrícola, uso de técnicas adaptativas desenvolvidas a partir da utilização dos potenciais e também para contornar adversidades das condições edafoclimáticas, possibilitando considerável autonomia alimentar a esses grupos. Configuram-se representações e práticas sociais de interação com a natureza, a qual é vista como criadora da vida e como uma totalidade da qual esses grupos se veem como parte, sem dicotomia. Benzedores(as) são reconhecidos(as) em várias das comunidades como referência, não só às práticas de cura, como para a benzeção de proteção das "roças" e também de práticas de prevenção de "ofensa" de animais peçonhentos - realizadas antes de subirem aos campos ou de fazerem as *travessias*. Isso significa dizer que há *ritos* e *religiosidade* que perpassam as práticas de produção/reprodução da vida permeadas por significações e compreensões contextualizadas pelos lugares onde se encontram, transmitidos e reelaborados ao longo de gerações.

O uso de insumos agrícolas industriais (pesticidas, sementes e adubos químicos) é baixo e mesmo ausente em muitas comunidades, bem como o acesso ao crédito agrícola. A ausência do uso de tais insumos, em geral, é acompanhada de resistência cultural e tem como efeito a não extração de parte da *renda da terra*[17] pelo capital industrial e financeiro. Por outro lado, em geral, a renda monetária desses grupos dá-se, em menor parte, pela comercialização da produção agrícola e, em maior parte, pela venda de produtos da flora nativa (mais de 300 espécies para usos ornamentais já identificadas), em que se destacam as "flores sempre-vivas"[18]. Parte dessas espécies são *endêmicas* ou exclusivas da Serra do Espinhaço, o que possibilita a esses grupos extraírem *renda de monopólio*[19]. Tal renda da terra é, posteriormente, apropriada pelo capital comercial, o que se dá por empresas que distribuem os produtos da flora nativa nos mercados interno e externo.

Em geral, as famílias permanecem nos campos, sobre a Serra, durante longas jornadas na época da seca, para a "panha das flores sempre-vivas"

17 Refere-se aqui a renda camponesa da terra conforme conceituado por Oliveira (2007).

18 Para maior compreensão, ver capítulo 7 desta obra.

19 Conforme também conceituado por Oliveira (2007).

(como definem a coleta) e para o manejo do gado rústico e de animais de carga. Eles costumam "arranchar" ou ficarem alojados em "ranchos", que é como definem as construções feitas em geral com matérias-primas que encontram com facilidade no local, como madeira e folha de palmáceas nativas. Também é comum habitarem as "lapas" (como são chamadas as grutas existentes nas formações rochosas), utilizando colchões feitos com capins nativos.

Cabe destacar ainda a presença de práticas de manejo nas comunidades com vistas à manutenção das populações de flores sempre-vivas, o que inclui: o momento de coleta, segundo a maturação das espécies; deixar o "restolho" para garantir sementes e novas plantas no campo; o "enriquecimento" ou "ressemeio", que consiste em retornar para o campo nativo as sementes que ficaram no chão/piso dos locais de armazenamento. Essas lógicas estão disseminadas em maior ou menor intensidade nas diversas comunidades, apontando para a socialização de conhecimentos entre os grupos[20]. Ocorre, ainda, a organização final das flores pelas famílias para posterior comercialização[21].

A coleta de flores é uma atividade que pode recrutar todos os membros de uma mesma família. Trata-se de um momento/espaço de sociabilidade entre comunitários e comunidades, podendo permanecer por semanas no local. A coleta das flores oportuniza encontros, festas e enlaces, porque é quando famílias de diferentes comunidades se encontram nos campos. Nesse tempo, no qual passam nos campos nativos da Serra, a dieta é composta de alimentos levados e complementada com outros nativos colhidos no local.

Um aspecto importante na lógica de manejo realizado por essas comunidades é o uso controlado do fogo, o que se dá sobremaneira sobre a Serra, ou seja, nas cotas elevadas, destinado, sobretudo, ao manejo das pastagens nativas para estimular a rebrota das gramíneas na época das águas. O fogo também é utilizado nas "roças de toco" para dinamizar a ciclagem de nutrientes contidos na biomassa, sendo que, nesse caso, ocorre de forma localizada, predominantemente nas cotas baixas. Da mesma forma, tem-se o pousio (de até 10 anos) e rotação de culturas para produção

20 Semelhantes àquelas identificadas em outras áreas/biomas, em que ocorre coleta/extrativismo vegetal, são desenvolvidas estratégias e práticas de manejo com vistas à ampliação da área de ocorrência e longevidade de espécies de maior interesse social, como é realizado, por exemplo, por povos indígenas e camponeses na Amazônia brasileira (CLEMENT *et al*., 2015).

21 A esse respeito, ver capítulo 6 desta obra.

de biomassa e posterior queima para reciclagem de nutrientes. Também conhecida como "roças de coivara", trata-se de uma prática utilizada pelos nativos das Américas há milênios (MAZOYER e ROUDART, 2010), que leva à elevação do pH e disponibilização de nutrientes (MONTEIRO *et al*, 2019) de forma a viabilizar o cultivo de espécies alimentares, via de regra intolerantes à acidez presente nos solos tropicais.

É recorrente, entre os moradores, a afirmação de que algumas espécies de flores respondem positivamente ao fogo, o qual estimula sua rebrota; ou mesmo que a queima de outras gramíneas presentes, sobretudo em áreas mais úmidas, é necessária, porque, quando estão altas, podem sombrear as flores, diminuindo a entrada de luz, e, consequentemente, sua capacidade de brotação. Já para os "botões"[22], em geral, não se observa a mesma necessidade/efeito em relação ao fogo. Isto é, o fogo é usado pelos apanhadores nos campos para redução da competição interespecífica e para o favorecimento de espécies desejadas, estimulando a rebrota de algumas espécies de sempre-vivas.

Tal uso controlado do fogo tem critérios construídos a partir do conhecimento local e práticas realizadas ao longo do espaço/tempo. Em geral, os moradores consideram a melhor época para essa prática entre setembro e novembro, após a coleta das flores e depois das primeiras chuvas, nos horários de menor incidência solar (cedo ou ao final da tarde), para facilitar seu controle (evitando que o fogo avance sobre os capões e matas, onde se encontram as nascentes que se busca conservar). Na prática local, as áreas de mata e de nascentes de água são preservadas do fogo pelo uso de aceiros, considerando-se, também, o sentido dos ventos e a umidade do solo.

Além disso, uma mesma área de campo nativo, dependendo de sua localização, pode ser queimada em intervalos de dois anos ou mais, a depender de suas características de solo, vegetação e umidade relativa e tendo como importante referência os intervalos de ocorrência de incêndios naturais observados. Tais referências de usos são conhecidas e reafirmadas pelas comunidades, e, quando algum morador não as considera, pode sofrer críticas e sanções dos demais, como mecanismo de controle social.

Esses aspectos tornam-se, portanto, *reguladores dos usos,* que ocorrem

22 Inflorescências com formatos e tons variados que se diferem das "flores", cujo formato assemelha-se às "margaridinhas" brancas.

também em relação aos demais recursos naturais contextualizados/referenciados por cada realidade local. Tal procedimento busca manter a longevidade da produção/reprodução da vida, que, no caso em tela, refere-se: aos cuidados na coleta de flores, os ritmos e cuidados na coleta de plantas medicinais, óleos, fibras, madeiras, a manutenção da fauna, entre outros. A densidade de gado na Serra também é levada em conta para se evitar o pisoteio dos ambientes das flores, ainda que as espécies pastejadas pelo gado não sejam aquelas que têm suas flores coletadas. Dessa forma, há uma lógica no uso e na conservação dos recursos territorializados (água, terra e biodiversidade), referenciada nos conhecimentos tradicionais/locais e cuidados em relação à sua função na manutenção da vida na Serra.

Essa lógica de normas/sanções, com vistas à regular o uso e à garantir a longevidade dos "bens comuns", foi observado em comunidades agrárias de diferentes partes do mundo por Ostrom (1990), que demonstrou, no âmbito da ciência política, que há "governos dos comuns" ou instituições políticas entre os *comuns*, que se auto-organizam e autogovernam para apropriação e uso dos recursos naturais com regras, monitoramento e ajustes de forma a garantir longevidade destes e, consequentemente, do grupo. A autora desenvolveu trabalhos em diferentes continentes propondo arcabouço teórico para compreender conceitos a partir da *ação coletiva* para interpretar a capacidade dessas comunidades de superar a tragédia dos "bens comuns", apontando a necessidade de as políticas públicas considerarem tais sujeitos e legados, bem como questionou a privatização ou o controle estatal como caminhos únicos de manutenção dos recursos naturais[23].

Assim, o uso do fogo está presente nos cultivos-pastagens-manejo das flores como elemento central no manejo desses agroambientes. A utilização do fogo provoca a renovação/reinicia sucessões ecológicas no tempo/espaço, produzindo um mosaico de diferentes estágios sucessionais da vegetação, o que se reflete na paisagem. Sob essa perspectiva, há uma relação direta entre a abundância das diversas espécies nativas manejadas e cultivadas por essas comunidades e o manejo do fogo.

No que diz respeito às relações sociais de produção, há predominância do trabalho familiar e artesanal nas comunidades, podendo ocorrer

23 A pesquisa de Elinor Ostrom rendeu-lhe o Prêmio Sveriges Riksbank de 2009 em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel (mais conhecido como o Prêmio Nobel em Economia).

parceria entre as famílias para a produção agrícola e a coleta, assim como práticas de *reciprocidade*[24] entre elas de diferentes formas (mutirões, trocas de dia, entre outros), sendo fundamentais à reprodução social dos grupos. O trabalho pode recrutar todos os membros de uma mesma família e há protagonismo das mulheres no cultivo das "roças" e manejo dos quintais.

As territorialidades e as estratégias agroalimentares das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas

No que concerne à apropriação das terras, em geral, há a apropriação familiar de áreas destinadas a moradias, quintais e roçados - as *unidades familiares*. Já os campos nativos encontram-se, em geral, sob apropriação comum, sendo o termo recorrente usado pelos moradores de algumas localidades "terras de uso em comum" das famílias. Os moradores reconhecem quais são os campos sob domínio do grupo de famílias, que conformam cada uma das comunidades.

Em geral, o *parentesco*[25] permeia o acesso e uso dessas áreas, bem como as relações de vizinhança ou proximidade, e há também referência à *etnicidade*[26] (sobretudo, no caso dos quilombolas). A *descendência*[27] é acionada/considerada no interior do grupo e na organização territorial interna. Essas relações de descendência e parentesco, como também as de vizinhança, permeiam o *direito* de *uso* da terra baseado em *costumes*[28], com padrões de *sucessão* e de *herança*, sendo recorrente o *padrão de herança*

24 Conforme Sabourin (2010), que ressaltou quatro aspectos da reciprocidade: o princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos; a reciprocidade pode recobrir várias formas; as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico; envolve diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos (o real, o simbólico/a linguagem e o imaginário/as representações).

25 Segundo Woortmann (1994), o parentesco seria um código que regula o acesso e a transmissão dos recursos básicos da comunidade, fundamentais para a produção e para a reprodução dessa comunidade.

26 Cardoso de Oliveira (2006, *apud* Nogueira, 2009) oferece duas definições correntes de etnicidade, das quais a primeira aproxima-se do que analisamos: "refere-se às relações entre minorias culturais e uma sociedade mais ampla e culturalmente hegemônica, em que aquelas se veem inseridas, mormente num Estado-nação constituído". Nogueira (2009) chamou atenção para o fato de que etnicidade envolve alteridade cultural, relações de poder e conflito com ênfase sobre a declaração de identidade étnica, formulada pelo grupo, em resposta a uma disputa territorial.

27 Aproximando-se da elaboração de Woortmann (1994), em que descendência e sucessão consistem na transmissão de direitos e deveres e os sistemas mais coerentes seriam unilineares, onde os grupos de descendência detêm o domínio corporativo das propriedades mais relevantes para dada sociedade. Tem-se em conta que o corporativismo subordina o indivíduo. Isso não impede a existência de propriedades individuais, relevantes para a constituição de pessoas. Tais propriedades são indivisas, o que torna o grupo uma pessoa jurídica. Esse princípio, segundo a autora, é importante para muitas sociedades camponesas, sendo os sujeitos tratados como seres relacionais e não individuais. A herança estabelece, assim, a relação entre a pessoa e o todo.

28 Conforme Thompson (1998), o costume, como a interface entre a lei e a prática agrária, cuja fonte é a práxis, em geral desenvolve-se e é produzido e criado entre as pessoas comuns.

patrilocal, podendo haver variações em caso de necessidade.

Os usos dos recursos territorializados em cada comunidade, conformada por famílias *nucleares e extensas*[29], são organizados por códigos próprios, desenvolvidos e reelaborados/adaptados ao longo do tempo/espaço, ou seja, são baseados no *costume*. Esses costumes são alimentados por *visões sociais de mundo*[30] e atualizados segundo conjunturas internas e externas. É de se destacar também a *memória coletiva*[31] presente na oralidade desses grupos acerca de conflitos desencadeados por diferentes tentativas de *cercamentos*[32] dessas terras ancestrais em tempos anteriores e atuais.

Em relação aos documentos oficiais de propriedade individual ou familiar da terra, identificamos: os que comprovam a *posse* da unidade familiar (como o cadastro do INCRA); a presença de registros cartoriais antigos provenientes de um mesmo ancestral comum, em geral, sem formal de partilha entre os herdeiros; ou ausência de ambos (sobretudo nos quilombos[33]). Tem-se, como pano de fundo, a questão fundiária brasileira, enquanto produto sócio-histórico, em que tais grupos foram sistematicamente excluídos (GONÇALVES, 1995). É também necessário se ter em conta o processo colonial brasileiro, que teve um capítulo importante na área analisada, quando Minas Gerais contou com a maior população escrava do país e a exploração de diamantes, ocorrida no que hoje é território do município de Diamantina, ocupou papel de destaque (MONTEIRO, 2019).

29 Conforme Woortmann (1994), o padrão familiar relaciona-se ao sistema de parentesco. Dessa forma, o conceito de família nuclear só tem sentido como unidade de parentesco ou como núcleo de um sistema de parentesco. Além disso, as famílias nucleares não são isoladas, existindo no interior de relações de parentesco e/ou vizinhança em comunidades, onde a troca de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade. A autora acrescentou que, muitas vezes, a família nuclear pode estar expressa no padrão residencial, entretanto, a família extensa pode ser articulada para etapas do processo produtivo, que implicam maiores insumos de trabalho, ainda que também se possa contratar trabalhadores temporários. Além disso, há relação entre a família extensa e a indivisibilidade da terra, com vistas a manter o patrimônio familiar e viabilizar a reprodução sociocultural do grupo por gerações. Ambos os padrões familiares coexistem, em um mesmo país, em uma mesma região ou em um mesmo município, com distintas tradições.

30 Compreendidas como todos os conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas (LOWY, 1985).

31 Conforme proposto por Halbwachs (1990).

32 Compreendidos como o processo de apropriação privada individual de terras comuns e coletivas de comunidades agrárias. Esse processo guarda semelhanças com o ocorrido na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII descrito por Thompson (1998), porém referindo-se aqui à territorialização do capital, na qual essas terras viabilizam, nos dias atuais, a contínua acumulação primitiva (LUXEMBURGO, 1985).

33 Explicita-se um processo histórico de *subalternização* desses sujeitos, tal como apontado por Spivak (2010). A autora retoma o termo em Gramsci, que o atribuiu ao "proletariado", aquele cuja voz não pode ser ouvida. A partir daí ela descreve o subalterno ou a condição subalterna àquelas "camadas mais baixas da sociedade construídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (ALMEIDA *et al.* 2010, p.12).

De toda forma, na prática, são os costumes que regem as lógicas de acesso, uso, sucessão e herança da terra, buscando mantê-la no domínio das famílias que constituem aquela comunidade. Cabe destacar que há, atualmente, legislação específica no país para reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas (Constituição Federal de 1988 regulamentada por decreto específico), bem como para titulação coletiva da terra de comunidades tradicionais camponesas, no caso do estado de Minas Gerais (Lei de 2014 regulamentada por decreto específico). Portanto, já existem instrumentos jurídicos necessários para a garantia dos direitos dessas comunidades, sendo fruto de lutas sociais históricas no país.

Nessa perspectiva, a *apropriação territorial* pelas comunidades apanhadoras de flores dá-se, em geral, por um recorte territorial desde as cotas mais baixas, próximo a cursos d'água, até as cotas mais elevadas, onde ocorrem os campos nativos. Nas cotas mais baixas geralmente localizam-se as unidades familiares, já as terras de uso comum são acessadas por todos os descendentes e parentes de uma mesma comunidade, cujo uso pode se dar, em alguns casos, entre comunidades vizinhas de não-parentes.

Cabe destacar que mesmo naquelas comunidades que têm as moradias agrupadas sobre a Serra, as famílias também se valem das cotas mais baixas e mais altas dentro de uma menor amplitude, reproduzindo a mesma lógica de *verticalidades* e *horizontalidades* de uso da Serra, além de se valerem das mesmas estratégias agroalimentares. Ocorre, também, de famílias localizadas sobre a Serra descerem ao sertão para cultivar "roças" com parentes na época das águas (novembro a março).

Ressalte-se que, para os moradores que habitam as comunidades do sopé da Serra, ou a base das suas escarpas, nas duas faces (ocidental e oriental), duas referências são comuns. Quando se deslocam para os campos nativos sobre a Serra dizem: "eu vou pra serra" ou "vou subir para os campos". Já quando se dirigem para o sopé da Serra dizem: "tô indo pro pé da serra". Por outro lado, para os moradores que têm suas moradias sobre a Serra, a referência muda: "tudo aqui é serra, mas cada lugar tem seu nome, cada palmo dessa serra tem nome".

Tem-se, portanto, que as *territorialidades*[34] dessas comunidades combinam ambientes contidos do "pé-da-serra" (600 metros de altitude)

34 Aqui entendida, a partir dos apontamentos de Sack (1986), como uma estratégia que visa afetar, influenciar ou controlar ações e interações (de pessoas, coisas e relações), delimitando e tentando controlar uma área geográfica específica.

até os campos "na Serra" (incluindo encostas e campos nativos localizados a 1.400 metros de altitude). Nesse movimento, que é regido pelas estações do ano, dá-se a *transumância*[35] das famílias, contornando limites e explorando potencialidades agroambientais contidas na totalidade da Serra do Espinhaço na sua porção meridional em Minas Gerais.

Um aspecto marcante na dinâmica territorial desses grupos são os *fluxos* de pessoas entre as comunidades apanhadoras de flores, que têm *fronteiras* entre si. Isso ocorre entre as unidades territoriais das três áreas, no "sertão", sobre a "serra" e nas margens/"beiras" do Jequitinhonha, configurando as *travessias,* comumente feitas a cavalo, assim como os usos da Serra guardam similaridade e constância. O uso dos "cargueiros" (animais de carga) ainda é uma prática recorrente na Serra, tanto para o transporte de pessoas quanto para o transporte das flores, por exemplo. Assim, o trânsito de pessoas e gado subindo e descendo a Serra ocorre ao sabor das estações do ano e das práticas tradicionais de uso dos campos nativos para pastagem, como também da comercialização de animais entre as comunidades.

As travessias também são realizadas para participarem de festas tradicionais nas comunidades ao longo do ano, que atualizam práticas religiosas ou relativas à colheita, como também para retribuir visitas, conformando *vínculos* e *laços de sociabilidade*. As festividades são também momentos de expressão da cultura alimentar com pratos típicos. Como são frequentes os laços de parentesco e afinidade entre os comunitários e as comunidades, os moradores facilmente enumeram famílias e amigos que têm do "outro lado da serra" ou sobre a "serra".

Outro aspecto marcante dessas territorialidades refere-se à época da "panha de flores", que ocorre de forma concomitante com o manejo do gado. As moradias, como visto, neste período, ocorre em "ranchos" e "lapas" (Figuras 7 a 9). Em ambas possibilidades, as famílias organizam internamente cozinha e quartos, valendo-se de materiais nativos da Serra. Algumas lapas, inclusive, recebem os nomes das famílias que tradicionalmente ali se estabeleceram para a apanha das flores, como também podem se tornar casa de produção de farinha nas comunidades localizadas nas cotas elevadas (sobre a Serra).

35 Refere-se, aqui, às migrações sazonais das famílias, que ocorrem, sobremaneira, no período da "seca" para colher espécies ornamentais, nativas dos campos rupestres do cerrado, e cuidar dos animais (transumantes). Nessa época do ano (em geral entre abril e outubro), ocorre também o deslocamento sazonal dos rebanhos para os campos nativos da Serra, quando esses agroambientes oferecem melhores condições de pastoreio aos animais por conservarem umidade por maior período (MONTEIRO, 2019).

Figura 7 - "Lapa" – moradia familiar

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 8 - Armazenamento de alimento na "lapa"

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 9 - Fogão de lenha na "lapa"

Foto: Fernanda Monteiro.

Figura 10 - Faixa em encontro regional

Foto: Gabriel Dayer.

Dessa forma, há "moradias de baixo" e "moradias de cima", o que amplia o sentido de *moradia*, visto que as "lapas" não se tratam somente de uma moradia temporária, uma vez que podem ser usadas por longos períodos, a cada ano, havendo famílias que as têm como uso permanente. É comum encontrar plantas frutíferas antigas ao redor das lapas e ranchos, nos "quintais" dessas moradias. Nesse sentido, tanto a transumância como as travessias geram fluxos gênicos (vegetais e animais), alimentares e econômicos entre as diferentes comunidades, além de criarem/recriarem sociabilidades no tempo/espaço, vitais à reprodução social desses grupos e desse modo de vida.

Chama atenção a acolhida e a solidariedade, em momentos de dificuldades, nessas travessias, e no momento em que habitam as moradias

de cima, as quais marcam as reciprocidades desses grupos. Outro aspecto que merece destaque refere-se ao reconhecimento, entre os moradores, daqueles que conhecem os caminhos da Serra em detalhes e localizam com detalhes a ocorrência de determinadas espécies, medicinais, por exemplo, o que é valorizado pelo grupo. São pessoas às quais diferentes comunidades se referem como sendo aquelas que "conhecem de verdade, sabem andar pela serra toda".

Essa *territorialidade específica* (ALMEIDA, 2006) alimenta e é alimentada por representações e práticas sociais de interação com o meio em que as *partes* articuladas compõem uma *totalidade* essencial na garantia da reprodução social desses grupos em termos materiais e imateriais. As territorialidades expressam também visões sociais de mundo, que aportam significados extra econômicos, de existência e de pertencimento a uma determinada sociedade num dado momento/contexto histórico.

Nessa perspectiva, a configuração do que denominam como *comunidades*, aqui compreendidas como *unidades territoriais* (BOMBARDI, 2004), onde estão englobadas as "moradias de baixo" (casas) e as "moradias de cima" (lapas e ranchos) com a apropriação e o uso de *terras baixas* e *terras altas*; dá-se em uma dualidade complementar que ocorre segundo as estações "das águas" e da "seca", respectivamente, ao longo do ano, orientando um *calendário agrícola*[36], tal como ilustrado na figura 11. Destaque-se que tais atividades podem sofrer algumas alterações no momento exato de sua realização segundo variações climáticas, como atraso no início do período de ocorrência das chuvas etc.

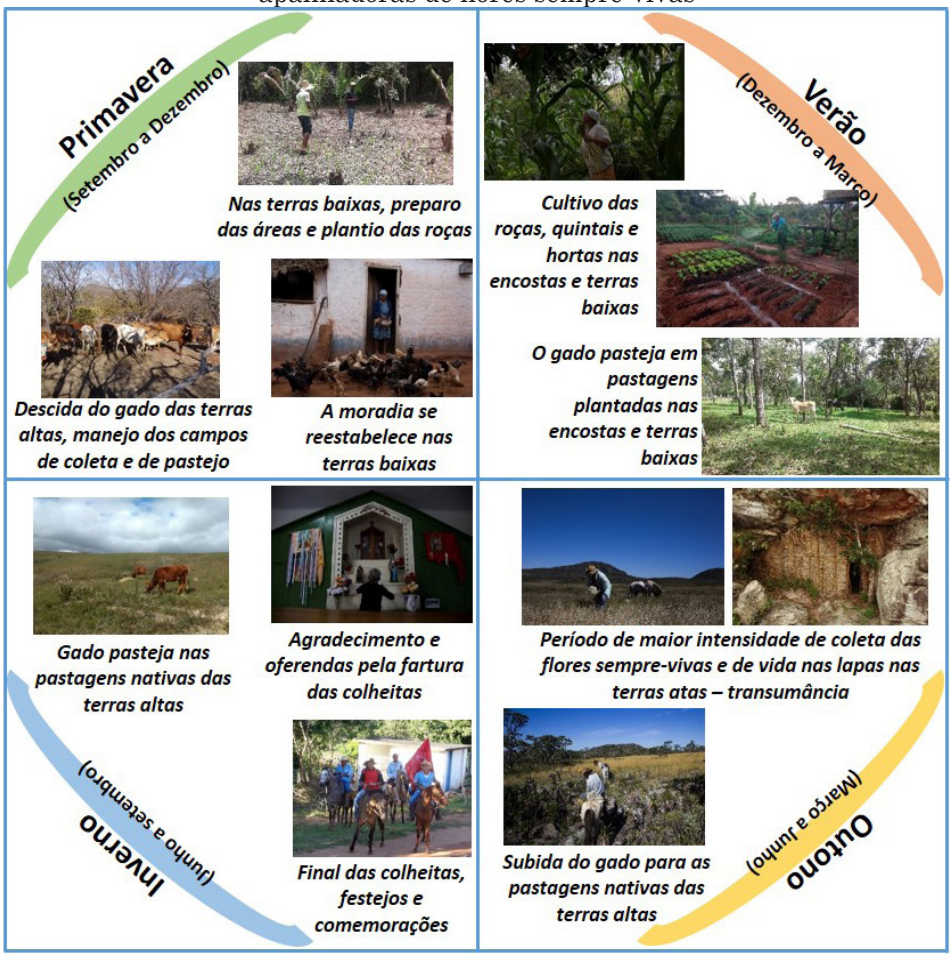
Na época das chuvas, as famílias concentram suas atividades nas terras baixas, onde se encontram as "roças"; na época da estiagem, concentram suas atividades nas terras altas, local em que coletam plantas ornamentais a serem comercializadas e utilizam os campos para pastagem do gado, que é tido, em geral, como "poupança" das famílias (comercializado em caso de necessidade para atender urgências relativas à saúde ou a celebrações etc.). A transumância é, portanto, um mecanismo de uso dos agroambientes nas verticalidades e horizontalidades da Serra.

De forma que as estratégias agroalimentares, culturais e econômicas estão

36 Segundo Bourdieu, o calendário funciona como princípio de organização (regula a sucessão temporal) e força de integração (garante a harmonização das condutas individuais, o preenchimento recíproco das expectativas relativas às condutas). O calendário dos trabalhos e das festas institui a coesão do grupo, interdizendo toda omissão às previsões coletivas e, ao mesmo tempo, garantindo a previsibilidade, fora da esfera da ciência ou do cálculo econômico. Conforme o autor, "A ordem social é, antes de mais nada, um ritmo, um tempo. Conformar-se à ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora do tempo. Pertencer ao grupo, significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo" (BOURDIEU, 1979, p. 47-48).

conectadas no âmbito da produção familiar e relações comunitárias recíprocas. Alimentos podem ser consumidos pela família, tornar-se dinheiro ou serem trocados/doados entre famílias, ou seja, nesse contexto, operam as relações de descendência, parentesco e proximidade, em que garantir a alimentação do grupo é um aspecto fundamental para as comunidades. Há, ainda, uma infinidade de fluxos internos e externos, que se retroalimentam para viabilizar a produção, em que uma subunidade produtiva gera insumo para outra, de forma a não depender de insumos externos industriais, como adubos químicos e ração animal, ou diminuir a extração da renda da terra pelo capital industrial.

Figura 11 - Calendário agrícola nas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas



Fonte: Monteiro *et al.* (2019).

As territorialidades dessas comunidades combinam, pois, agroambientes contidos nas terras altas/terras baixas, unidades familiares/terras de uso comum no âmbito dos processos de territorialização das relações sociais de produção da vida desses grupos numa área delimitada. Em que as práticas produtivas são regidas pelas estações e pelos contextos internos e externos a famílias e comunidades. Há, portanto, uma relação intrínseca entre apropriação e usos da totalidade da Serra, na qual se assenta as estratégias agroalimentares desenvolvidas para a produção de alimentos em quantidade e com qualidade. Assim como a renda monetária familiar que se alcança, por meio da comercialização de parte da produção/coleta, na dinamização econômica da família e da comunidade.

Deve-se, ainda, ter em conta que as áreas das comunidades têm, geralmente, mais da metade tomada por matas, afloramentos rochosos, escarpas e solos em alta declividade, cuja conservação é necessária para a manutenção dos recursos hídricos. Além disso, as "roças andam" (via rotação e pousio) em busca de solos mais adequados ao cultivo, o que pode ocorrer em cotas médias ou mais elevadas, e o gado caminha longas distâncias em busca de gramíneas mais palatáveis em meio às pastagens nativas. Para alcançar as "manchas" de flores sempre-vivas, por exemplo, pode ser necessário caminhar quilômetros ao longo dos campos, assim como as "manchas" de solo adequados ao cultivo podem estar a alguns quilômetros das casas entre encostas e vales. Isso é realizado respeitando os ritmos dos ciclos naturais e otimizando seus fluxos energéticos e de nutrientes. Tal lógica demanda dimensão territorial considerável, em que uma menor parte das terras é ocupada nas cotas mais baixas, com quintais e "roças", e uma maior parte nas cotas elevadas, para coleta e criação extensiva de gado.

Portanto, para viabilizar a reprodução social dessas comunidades, a área territorial utilizada varia no tempo/espaço tanto em relação ao número de famílias como em termos de localização dos recursos naturais envolvidos. Vale ressaltar, ainda, que a unidade familiar, de forma recorrente nessa área, abriga também os jovens, tornando-se a terra de trabalho e moradia também para a nova geração e, possivelmente, da nova família que venha a se constituir. Dessa forma, as terras comuns tornam-se ainda mais imprescindíveis à reprodução social do grupo, pois significam a possibilidade de acolher a juventude de apanhadores de

flores, tanto para novos roçados como para acesso aos campos de coleta e, consequentemente, acesso à renda monetária e garantia de alimento.

Nesse sentido, a reprodução social das comunidades apanhadoras de flores não se realiza sem a apropriação e o uso combinado das terras altas e terras baixas, com os diversos agroambientes que as compõem, onde estão contidos os recursos territorializados necessários, motivo pelo qual lutam pela manutenção de suas terras ancestrais. As estratégias agroalimentares e econômicas construídas estão, pois, ancoradas: nessa combinação de agroambientes, nos conhecimentos transmitidos pela oralidade e atualizados ao longo de gerações, na cultura alimentar que prioriza certas variedades de sementes e raças, no uso familiar e comunitário da água, da terra e do recurso genético agrícola adaptado às condições edafoclimáticas.

A reprodução sociocultural dos grupos e a organização da vida ocorre, pois, em estreita relação também com os ciclos naturais. Além disso, as famílias conjugam, nas dimensões espaço/temporais, cultivo-criação-coleta sob solos predominantes arenosos, rasos e distróficos nas cotas elevadas e condição semiárida nas cotas mais baixas, podendo ocorrer secas extremas. Portanto, esses grupos desenvolveram capacidade de vida e resiliência sob condições adversas, sendo portadores de um cabedal de conhecimento humano sofisticado, que identifica, localiza e maneja, cotidianamente, os agroambientes por meio das práticas adaptativas para produzir sob tais condições. De forma a assegurar longevidade de tais recursos, que significa garantia de vida sob tais condições, é vital nesse processo a vasta agro/sociobiodiversidade adaptada selecionada/produzida ao longo de gerações, sendo que há processos de domesticação de espécies em curso na área, ou seja, esses grupos seguem aportando espécies agroalimentares para o devir da humanidade.

Tal lógica socioterritorial, foi considerado um modo de vida particular e um *legado agrícola* que se assenta em uma paisagem manejada de maneira singular constituindo-se como uma engenhosidade humana, o que levou seis comunidades apanhadoras de flores a receberem o reconhecimento por parte da FAO/ONU, em 2020, como responsáveis por um "Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial"[37]. Processo esse que foi protagonizado por meio de organização social dessas comunidades e

37 Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/latin-america-and-the-caribbean/semprevivas-minasgerais/es/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

exigiu trabalho conjunto, contando com parceiros, além de diálogos com as diferentes esferas do poder público. Tal reconhecimento era recente, quando da elaboração deste capítulo, e a expectativa das comunidades é que tal reconhecimento possa contribuir com o avanço de seus pleitos.

Identidades e lutas socioterritoriais

A unidade territorial das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas é construída a partir das relações sociais que ali se territorializaram num espaço delimitado, sendo que ela forma e também é formada pela *identidade territorial* (BOMBARDI, 2004)[38], numa relação dialética. Isto é, pelo sentimento de pertencimento àquela unidade (social com base territorial), forjada no trabalho e na sociabilidade das relações que esses sujeitos estabelecem entre si e com o meio ao longo do tempo, envolvendo redes de parentesco, proximidade e etnicidade.

Tais elementos concretizam uma forma específica de solidariedade e coesão social, que alimentam a resistência e, portanto, os costumes, por exemplo, frente às ameaças de cercamentos das terras ancestrais (Figura 10). Essa resistência dá-se dentro do processo contraditório de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1991), em que há *monopolização do território* e *territorialização de monopólios* (OLIVEIRA, 2016)[39]. Assim, a lógica de apropriação territorial, que envolve as terras ancestrais e os elementos nelas territorializados (água e biodiversidade), ancora a luta conjunta frente ao capital mundializado.

Na atualidade, na área pesquisada, tem-se, numa perspectiva hegemônica, a pecuária bovina em extensos latifúndios situados nas cotas mais baixas, sobretudo no "sertão"; nas cotas mais elevadas, sobre as chapadas contíguas da Serra, estão localizados monocultivos de eucalipto para a produção de carvão vegetal pertencentes a empresas privadas que se instalaram por volta da década de 1960; mineração de metais (manganês, mas há pesquisas de ferro em curso) e pedras ornamentais de

38 Heidrich (2009) apontou que a identidade territorial diz respeito a uma experiência histórico-geográfica comum, que expressa elos entre o sujeito e o território.

39 Considerando os aportes de Chesnais (1996), que apresentou a raiz sociopolítica desse momento da história do capitalismo assentada na aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial, Oliveira (2016) apontou esse processo na agricultura, em que a territorialização dos monopólios atua simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Já a monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam, por meio de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo.

acabamento (quartzito) nas encostas da Serra, tanto na vertente da bacia do rio Jequitinhonha, quanto do rio São Francisco, que se intensificaram na última década; mineração de diamantes (que engloba também a extração de ouro) por empresas privadas nacionais e internacionais localizadas, sobremaneira, nas proximidades do rio Jequitinhonha; e, em fase de instalação, tem-se ainda o envase de água mineral na vertente sanfranciscana. Ocorre, ainda, sobre a Serra, a presença de monocultivo de eucalipto ligado a proprietários privados individuais de menor porte.

Há ainda forte concentração de parques naturais (unidades de conservação de proteção integral da natureza) nas cotas mais elevadas da Serra justificados, sobretudo, pelos endemismos de flora e fauna, abundância hídrica e beleza cênica da paisagem (MONTEIRO, 2011). Forjadas no imaginário urbano (DIEGUES, 2001), as unidades de conservação de proteção integral demandam a retirada de antigos moradores de seu interior. Em se tratando do Brasil, comumente essas unidades de proteção integral são materializadas em áreas agrárias e revelam a contradição entre a sociedade capitalista urbano-industrial e a natureza. Em nossa compreensão, essas unidades de conservação (UCs) dizem respeito à produção capitalista do território na medida em que figuram como *equivalente de reserva de valor*[40] sobre a qual o capital lança mão para a exploração privada, com a mediação do Estado, quando se torna necessária. Exemplo disso são as unidades que tiveram suas áreas recentemente diminuídas ou foram recategorizadas para permitir a exploração mineral[41] (MONTEIRO, 2019).

Como ação responsiva, os sujeitos das comunidades atingidas pelos processos acima mencionados de territorialização do capital[42] (sendo comum ser atingido ao mesmo tempo por mais de um processo de cercamento) promoveram levantes (expressos em protestos e resistências

40 Aqui pensada a partir da compreensão marxista.

41 Em Minas Gerais, é exemplo o Parque Nacional da Canastra, onde ocorre a presença de minas diamantíferas em seu interior e há pressão de empresas para que a área de interesse seja recategorizada para APA, que permite tal exploração (FERREIRA, 2018).

42 Refere-se à territorialização do modo de produção capitalista. É preciso ter em conta o papel da agricultura na economia brasileira, sobretudo na segunda metade do século XX, em que a industrialização passou a se desenvolver no país. Isso se deu no bojo de um processo de internacionalização da economia brasileira no âmbito do capitalismo mundial com o mecanismo da dívida externa. Na agricultura brasileira, a industrialização está relacionada ao desenvolvimento tipicamente capitalista que abriu aos proprietários de terras e aos capitalistas/proprietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra. Isso provocou uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. Portanto, tem-se como marca principal desse processo a territorialização desse modo de produção, sobretudo por meio de monopólios, que, geralmente, atuam sob a forma de oligopólios e valem-se do estoque de *commodities* na determinação de preços (OLIVEIRA, 2005).

locais contra as proibições impostas pela implantação de parques), desde 2007, na luta pela manutenção das terras ancestrais sob seus domínios. O primeiro levante que observamos foi com relação ao Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV). Posterior a isso, seguiram-se outros levantes combinados à natureza da exploração (tentativa de implantação de mineração, monocultivo de eucalipto e na relação com fazendeiros) em cada uma das comunidades, incidindo em uma área bem maior. Tais conflitos têm relação direta com a luta de camponeses e quilombolas pela manutenção de terras sob seu domínio e defesa, sobremaneira, das terras comuns e coletivas, expressando sua ampla ocorrência nessa porção do estado mineiro.

No caso dos parques, os sujeitos reivindicam, desde então, o direito histórico de acesso e uso dessas terras, ou seja, acionam a noção de direito numa lógica de costume. Nas áreas analisadas, eles continuam a manter relações com os campos, porém, em estado de tensão constante. Há expectativa por parte das famílias que suas terras sejam garantidas às comunidades e que suas atividades sejam descriminalizadas, sobretudo a coleta nos campos historicamente utilizados por elas. Ademais, elas buscam ainda o reconhecimento social de seu modo de vida e acessos a políticas públicas adequadas a sua realidade.

Outro ponto importante são as identidades referenciadas territorialmente, aspecto fundante da organização e ação coletiva ou política (CHAUI, 1982). Na realidade analisada, identificamos duas dimensões de identidade: aquela na relação direta com a comunidade, como unidade territorial já apontada; e aquela de âmbito coletivo do conjunto das comunidades, que se apresentou/adentrou a arena política em 2010, autodefinida como "apanhadores de flores sempre-vivas". Esta foi ancorada em referências que se relacionam à prática a qual atravessa gerações como explicou uma moradora de uma das comunidades analisadas: "Desde que eu me entendo por gente, sou panhadora de flor e vivo assim".

Tem-se aqui, portanto, outra dimensão de identidade. O termo "apanhadores de flores sempre-vivas", como se autodefinem, refere-se à *identidade coletiva*[43], que expressa vínculos territoriais das diferentes

43 Na compreensão de Almeida (2006), essas identidades deram-se no contexto da emergência de "novas" identidades coletivas e dos denominados "novos movimentos sociais", assim definidos por Hobsbawm, como possuindo raízes locais profundas, consciência ambiental, critérios de gênero e se agrupando em torno das mesmas reivindicações, por meio de um critério político-organizativo.

unidades territoriais articuladas entre si e em movimento[44]. A coleta das diferentes partes vegetais de variadas espécies remonta, na memória das famílias, como uma prática ancestral, que ganha, no termo "panha de flores", expressão de identificação com essa prática, envolvendo ritmos, ritos, significações e história; refere-se ao processo de territorialização desses grupos, envolvendo as horizontalidades e verticalidades da Serra e a lógica de reprodução social que desenvolveram no tempo/espaço.

Nesse contexto, ainda que a coleta de flores não seja a única atividade que realizam, é essa identidade que tem sido acionada e se tornado um eixo aglutinador em torno do qual esses sujeitos coletivos articulam-se na luta política pela defesa do modo de vida e de suas terras ancestrais. No nosso entendimento, a identidade territorial diz respeito a uma experiência histórico-geográfica comum, que se revela na relação com o *Outro*, reivindica direitos historicamente negados e busca legitimidade social na manutenção de território próprio. Ela aporta sentidos e modos de vida calçados na ancestralidade, na *tradição*, constantemente reelaborada e ressignificada no presente, e na *cultura*, que constituem a *comunidade* que se pauta por elas (CUNHA, 1985).

Os apanhadores de flores sempre-vivas constituem, assim, uma série de grupos locais de descendência e aparentados entre si, configurando uma *geografia* com espaços/tempos contínuos e descontínuos que se relacionam. As comunidades possuem modo de vida semelhante, bem como princípios de organização e formas de sociabilidade, com variações em suas *formações socioterritoriais* e em seus processos histórico-geográficos de gênese *particulares* numa *totalidade* em *movimento*. Há, assim, camponeses e quilombolas em ação conjunta/separada. Essas unidades territoriais articularam-se, portanto, numa *luta socioterritorial* comum.

A organização social nessas comunidades ocorre por meio de grupos não formalizados, associações comunitárias e uma comissão que envolve diversas comunidades, que adquiriu visibilidade recente através da politização da identidade de "apanhadores de flores sempre-vivas". Trata-se de uma ação responsiva, em que representantes de diversas comunidades, a partir de 2010, por meio da Codecex[45], passaram à luta

44 A esse respeito, Cunha (1985) apontou que a identidade, processo relacional, é construída de forma situacional e contrastiva, constituindo resposta política a uma conjuntura.

45 Para mais detalhes ver capítulo 10 desta obra.

política de forma articulada, envolvendo diferentes localidades em distintos municípios, tendo como pleito principal o reconhecimento e a regularização fundiária[46] de suas terras ancestrais[47].

Há dois aspectos que merecem destaque em relação à dinâmica desse movimento social, o qual se concretiza nas ações da Codecex. O primeiro deles é o deslocamento das lutas sociais para a esfera jurídica no pleito do reconhecimento por direitos. Compreendem-se, também, pois, como *movimento socioterritorial moderno,* visto que fazem da luta por direitos a essência de sua ação (OLIVEIRA, 2005a, p.162).

O outro aspecto é que se refere-se a *movimentos socioterritoriais*[48], na medida em que sua práxis realiza a *espacialização* da luta, com as ações de formação, manifestações, etc., e a *territorialização* da luta por meio das "retomadas territoriais" (que diz respeito a voltar a ocupar/fazer uso de áreas que foram cercadas, trata-se de retomar as terras ancestrais). Ou seja, a luta não é para entrar na terra, mas para se manter nas terras ancestrais com as quais têm profundos vínculos territoriais e que estão sob o ataque de faces renovadas de *cercamentos*. A nosso ver, há, pois, nesse processo, a luta por fração do território, por parte dos camponeses e, pelos territórios, por parte dos quilombolas (MONTEIRO, 2019).

Lutas socioterritoriais frente aos cercamentos atuais que envolvem parques naturais e biodiversidade[49]

Destaca-se que, na área sob análise, foram criados, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, seis parques naturais e uma estação ecológica (unidades de conservação de proteção integral), todos sem consulta pública e sobrepostos/impostos a terras de uso comum de comunidades apanhadoras de flores, sendo parte delas quilombolas. Tais processos

46 No estado, o Instituto de Terras de Minas Gerais foi extinto em 2013. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário foi criada em 2015 e incorporada à Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2019, responsável pela regularização fundiária nas terras públicas do estado.

47 Em 2014, foi sancionada a Lei n. 21.147/2014, que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Sua regulamentação foi publicada três anos mais tarde, através do Decreto 47.289, de 20 de novembro de 2017. Tal decreto prevê a titulação coletiva de terras.

48 Aproximando-se, de certa forma, daquilo conceituado por Fernandes (1994).

49 Nesse item, o uso de aspas refere-se a afirmações ou expressões institucionais que a autora quis chamar a atenção.

foram levados a cabo pelos órgãos estatais responsáveis[50], que contaram com o apoio dos prefeitos locais interessados pelo imposto que poderiam auferir[51], além de pesquisadores e organizações não-governamentais ambientalistas atuantes na perspectiva *preservacionista,* que desconsidera a possibilidade de conciliar preservação ambiental e uso sustentável da natureza (MONTEIRO, 2011).

Tal processo desconsiderou, entre outros aspectos, as exigências legais vigentes de consulta pública às comunidades atingidas, tal como exigido pelo Sistema Nacional de unidades de Conservação (SNUC) desde 2000[52]. O efeito disso foram inúmeros conflitos gerados pela sobreposição de territorialidades, em que se destaca o uso de violência de diversas ordens contra as comunidades apanhadoras de flores em suas terras ancestrais e práticas tradicionais de manejo, como uso controlado do fogo e coleta de flores. Destaque-se que pesquisadores das ciências biológicas chegaram a afirmar a existência de extinção de espécies de flores sempre-vivas coletadas como argumento de defesa para a criação dos parques naturais, classificando as comunidades como "degradadoras", sem, no entanto, apresentar estudos de dinâmica de população dessas espécies. Para conter a atividade, foram tomadas medidas de coibição da exportação, levando milhares de famílias dessas comunidades a dificuldades econômicas (MONTEIRO, 2011).

Cabe a indagação de como em um só tempo as terras dos "degradadores" eram as de "elevada concentração de biodiversidade", "abundância hídrica", "beleza única". Não por acaso, a área onde vivem tornou-se área prioritária para conservação no Estado de Minas Gerais, desde 2005[53], orientando o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais, no qual foram definidas áreas a serrem exploradas e

50 A extensão total das sete unidades de proteção integral chega a 197.396 hectares, que agregados às zonas de amortecimento (ou zonas tampão), em alguns casos se sobrepondo, atingem 865.100 hectares, o que representa 1,47% do território do estado (MONTEIRO, 2011). No âmbito estadual, o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e, no federal, inicialmente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e, posteriormente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

51 Especificamente o ICMS Ecológico, que se trata de um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. O sistema ICMS Ecológico que visa efetuar repasses de ICMS para municípios que possuem em seus territórios unidades de conservação devidamente cadastradas nos Sistemas Federal e/ou Estadual. O valor tem relação direta com o tamanho da área de cada unidade e repassa valores maiores quando se referem a unidades de conservação de proteção integral (MONTEIRO, 2011).

52 Vide Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e seu decreto regulador.

53 Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/atlas/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

outras a serem preservadas, como foi o caso da porção meridional do Espinhaço, que se tornou Reserva da Biosfera, em 2005[54]. Posteriormente, foi o reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente do Mosaico de Unidades de Conservação Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral, em 2010[55] (MONTEIRO, 2011).

A contradição explicitada por tais medidas de *ordenamento territorial* pelo Estado deve-se, sobretudo, a dois aspectos centrais. O primeiro deles é a relevância que a agenda ambiental passou a ter a partir da segunda metade do século XX, com metas a serem alcançadas de *áreas naturais protegidas*[56] por cada país, com vistas a demonstrarem alinhamento ao *desenvolvimento*[57], recentemente *sustentável*. Além disso, tem-se que acrescentar o papel dos países ditos "subdesenvolvidos", em especial o Brasil, com sua "mega diversidade".

Nesse sentido, vêm sendo estipuladas políticas ambientais internacionais, incluindo transferência de recursos monetários dos países centrais aos periféricos para tal fim e exigências de cumprimento de metas[58], que passam a condicionar a comercialização internacional de produtos, por exemplo. Assim, interesses comuns alinharam-se para criação de tais unidades de conservação, sobretudo aquelas de proteção integral, foco de nossa análise, num processo que reitera a *divisão social e*

54 Segundo Medeiros (2003), é um marco na proteção da natureza, calcado na produção de conhecimento, e se aproxima de uma estratégia de planejamento em escala global.

55 Portaria n°444, de 26 de novembro de 2010, do Ministério do Meio Ambiente.

56 Na atualidade, as chamadas áreas naturais protegidas contêm um repertório de classificações segundo legislações nacionais, sendo que, no Brasil, grosso modo, tem-se as unidades de conservação de proteção integral (como os parques naturais) e as unidades de conservação de uso sustentável (como as reservas extrativistas). Essas unidades estão presentes no ordenamento territorial do país levados a cabo por governos como parte do zoneamento ecológico-econômico que compõem, dentre outros, o conjunto de estratégias com vistas ao cumprimento das metas ambientais globais.

57 Sachs (2000) chamou atenção para o desenvolvimento enquanto construção concebida pelos/para os países "ricos" e colocada como meta para os demais, de forma a diferenciar os ricos dos pobres subjugados. Marco de referência, a partir de meados do século XX, a noção de desenvolvimento passou a caracterizar as políticas do Norte para o Sul, dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos, por meio da definição de quais eram os respectivos lugares sociais e papéis na organização internacional do trabalho e na distribuição de riquezas. É de se ressaltar a força do mercado, do Estado e da ciência moderna na efetivação desse processo e o quanto, em nome do desenvolvimento, valeria qualquer "sacrifício" ou intervenção externa. Os Estados nacionais em desenvolvimento cumprem papel importante no jogo ambiental global, uma vez que precisam organizar normas internas, seja pela interpelação da comunidade nacional, seja pelos mecanismos rigorosos da ecocracia.

58 Especificamente sobre a conservação da biodiversidade, considerada como essencial ao desenvolvimento sustentável, em 2010, sob coordenação das Nações Unidas, durante a 10ª Conferência das Partes na Convenção da Diversidade Biológica, ocorrida em Nagoya (Província de Aichi, Japão), foi estabelecido um Plano Estratégico de Biodiversidade (conhecido como as Metas de Aichi) para o período 2011-2020. O plano contém vinte metas voltadas para a redução de perda da biodiversidade em âmbito global, nacional e regional, sendo que o Brasil assumiu tal compromisso. A Meta 11 trata especificamente da percentagem territorial a ser preservada por meio das áreas naturais protegidas – deveria ser de 17% para áreas terrestres, foco de nossa análise. Disponível em: <https://www.cbd.int/sp/targets/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

territorial do trabalho, articulando as dimensões internacionais e nacionais, além das estaduais e municipais, concretizando-se nos *lugares* de forma contraditória.

A esse respeito, Martine (1993) destacou que os países "subdesenvolvidos" passaram a ser pressionados a assumir boa parte das "responsabilidades ambientais", já que são os que contêm a maior parte dos recursos naturais, os quais passam a ser alvos de garantias de reservas para explorações futuras, a prover "serviços ambientais à comunidade internacional", entre outros. Assim, a dualidade modernidade/colonialidade – degradação/proteção da natureza na perspectiva preservacionista – é mantida, adequando-a à chamada *modernização ecológica*[59], o que passa longe das discussões sobre justiça social ou sobre a revisão do moderno padrão de produção, consumo e distribuição de riquezas.

O segundo aspecto é que tais unidades de conservação, destacadamente as de proteção integral, estão sendo utilizadas como possibilidade da *adequação ambiental* (ZHOURI *et al.* 2005) da exploração capitalista da natureza. A questão central que envolve essas unidades nesse processo é o mecanismo de *compensação ambiental* como meio de realizar a tal "adequação" ou "modernização ecológica" por empresas, no atual contexto[60]. Para viabilizá-lo, as empresas podem se valer da criação dessas unidades ou investirem em seus projetos de implantação como uma compensação pela degradação causada em outro local, compreendendo, portanto, uma transferência geográfica de passivos ou de benefícios. Ademais, nas propagandas feitas pelas empresas, os *selos verdes* agregam valor econômico aos produtos postos no mercado.

O processo em questão já está em curso na área analisada, visto que a

59 Conforme Acselrad (2004, p. 20-21), tal conceito mantém a lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, "economizando" o meio ambiente e abrindo espaços para novas tecnologias ditas limpas: "Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico". O discurso da superação da crise ambiental utiliza instituições da modernidade, sem abandonar o padrão de modernização ou alterar o modo capitalista de produção em geral.

60 Em Minas Gerais, desde 2009, a averbação de reservas legais pode ser feita em terras que se encontram no interior de UCs de proteção integral. O Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais permitiu a averbação de reserva legal de propriedades rurais dentro dos parques (Deliberações Normativas 132 e 138, de 2009), desde que fossem áreas de tamanho equivalente, localizadas no mesmo bioma e bacia hidrográfica. Para tanto, o interessado deveria provar a impossibilidade de averbação na própria propriedade, comprar a terra de um morador que tenha sido atingido pela UC de proteção integral (no interior ou no entorno), averbá-la em sua escritura e doá-la ao Estado, sem a necessidade de recomposição da área. Exigia-se que a terra fosse titulada e georreferenciada. De acordo com o COPAM, o intuito era o de "acelerar a regularização fundiária da UC de proteção integral" por meio do que o Estado denominou compensação social da reserva legal.

averbação de reservas legais é permitida em terras que se encontram no interior de unidades de conservação de proteção integral, podendo ser doada ao Estado, o qual passa a geri-la[61] ou concedê-la à exploração de "negócios sustentáveis". Isso tem gerado um "aquecimento" do mercado de terras, que passou a ter ainda maior intensidade com o atual Cadastro Ambiental Rural (CAR), aliado aos processos de "regularização fundiária por via cartorial" (MONTEIRO, 2019) - via de regra ilegal (OLIVEIRA e FARIAS, 2009).

Dessa forma, a "preservação ambiental", via UCs de proteção integral, transformou-se, atualmente, num mecanismo que viabiliza a *territorialização do capital*, na medida em que promove a privatização das terras e, ao mesmo tempo, a legalidade da produção de mercadorias no contexto de adequação às normas vigentes para atividades rurais. Ao mesmo tempo, são transformadas em patrimônio público se forem doadas ao Estado, voltando à condição de *equivalente de reserva de valor*, num processo marcadamente contraditório. Ressalte-se que as empresas conseguem ainda, agregar valor às suas mercadorias ao se comunicarem com a sociedade como "ambientalmente responsáveis" (MONTEIRO, 2019).

Uma outra *forma* que traz em si o mesmo *conteúdo* da compensação ocorreu recentemente envolvendo o PNSV sob gestão do Instituo Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em dezembro de 2020, o então ministro do meio ambiente esteve em Diamantina (MG) reafirmando o objetivo, no âmbito do atual Governo Federal de que, aproximadamente, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) fossem destinados a cada um dos 7 (sete) parques federais no Estado de Minas Gerais, um deles o PNSV (localizado sobre terras comunitárias de comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e foco do maior conflito territorial na área).

Sendo a agenda ambiental considerada não prioritária deste Governo Federal, cabe indagar a origem de tamanho recurso, tendo sido na

61 Atualmente, tal processo é orientado pelo Código Florestal estadual, Lei Estadual n. 20.922, de 16 de outubro de 2013, Art. 38, § 5º: "A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida da inscrição da propriedade ou posse rural no CAR e será feita, isolada ou conjuntamente, mediante: III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária" e, ainda, Art. 87: "A pessoa física ou jurídica consumidora de matéria-prima florestal poderá, a critério do órgão competente, optar por quitar o passivo de reposição florestal apurado, referente ao período anterior ao ano de 2012, mediante doação ao patrimônio público de área dentro de Unidade de Conservação de Proteção Integral estadual, de domínio público, baseada em avaliação oficial".

ocasião divulgada pelo então ministro: o auto de infração que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) efetuou à empresa de mineração Vale S.A., em função de um dos maiores crime ambientais e humanitários da mineração no país e no mundo – o rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019[62], que matou quase 300 pessoas[63].

Portanto, ao invés desse recurso retornar para a área onde ocorreu o crime ambiental, altamente degradada, na intenção apresentada, o montante deve ir para os parques nacionais. Por esse mecanismo, figura-se uma forma de compensação ambiental na qual a empresa passaria da imagem de destruidora para "amiga do meio ambiente", mas especificamente dos parques naturais[64]. Destaque-se que o Ministério Público questionou tal acordo e o processo está sob análise judicial, ainda sem decisão até o momento de elaboração deste capítulo. Porém, a questão posta é que se trata de um crime ambiental e humanitário sem precedentes no país, o qual alimenta a "proteção integral" da natureza que, por sua vez, visa *desterritorializar* as comunidades apanhadoras de flores que vivem na área.

De certa forma, para que ocorra a proteção da natureza, na concepção dicotômica sociedade/natureza, torna-se necessário haver sua exploração/degradação a partir do atual modo hegemônico de produção, voraz consumidor de recursos naturais na manutenção do elevado

62 "O ministro do Meio Ambiente visita hoje, no município de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, o Parque Nacional das Sempre-Vivas, uma das unidades de conservação a serem contempladas com dinheiro dos autos de infração aplicados à Vale, por meio do acordo judicial. Os outros seis parques nacionais de Minas Gerais que seriam beneficiados com o acordo são: Parque Nacional da Serra da Canastra, Serra do Caparaó, Serra do Cipó, Cavernas do Peruaçu, Serra do Gandarela e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/11/interna_gerais,1219549/ministro-quer-destinacao-de-verba-de-multas-para-parques-e-saneamento.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

63 "O rompimento da barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Ele foi um dos maiores desastres ambientais da mineração do país, depois do rompimento de barragem em Mariana. Controlada pela Vale S.A., a barragem de rejeitos, denominada barragem da Mina Córrego do Feijão, era classificada como de "baixo risco" e "alto potencial de danos" pela empresa. Acumulando os rejeitos de uma mina de ferro, ficava no ribeirão Ferro-Carvão, na região de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, estado de Minas Gerais. O desastre industrial, humanitário e ambiental causou a morte de 259 pessoas e o desaparecimento de outras 11. A tragédia fez com que o Brasil se tornasse o país com o maior número de mortes neste tipo de acidente, somando-se a outros dois desastres com perdas humanas ou graves danos ambientais: o rompimento da barragem da Herculano Mineração, em Itabirito (2014, com três mortes) e o rompimento da barragem em Mariana (2015, com dezenove mortes)". Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Brumadinho>. Acesso em: 22 mar. 2021.

64 Concomitantemente, o "Programa Adote um Parque" foi lançado pelo Decreto 10.623, de fevereiro de 2021, por meio do qual o Governo Federal colocou as unidades de conservação da Amazônia disponíveis à gestão e aos investimentos privados nacionais e internacionais ainda sem estabelecimento de critérios claros de elegibilidade e limites de exploração.

padrão moderno de consumo e para a obtenção de lucros. As unidades de conservação de proteção integral da natureza acabam, assim, tornando-se um mecanismo de "anistia" para a degradação causada em outro local, assumindo-se como sua face oposta complementar e tornando-se partícipe da lógica capitalista. É o que nos mostra a fala a seguir, em relação ao PARNA das Sempre-vivas, que já era uma realidade há uma década atrás e tornou-se ainda mais efetivo depois do atual Código Florestal (2012):

> Hoje, o dinheiro da compensação [ambiental] é fundamental prá gente. Foi com esse recurso que conseguimos obter rádio de comunicação a longa distância, por exemplo. E agora acabamos de receber um recurso proveniente de compensação que vai nos possibilitar comprar barco e outros equipamentos de trabalho. Se não fosse isso, ia ficar muito difícil. Porque os repasses provenientes do Estado são muito restritos (Analista Ambiental do ICMBio, entrevista realizada em outubro de 2010).

Ressalte-se que a Lei 13.668/2018[65] também permitiu ao ICMBio criar um fundo privado para gerir recursos provenientes de crimes ambientais com a finalidade de "compensação ambiental". Tais fundos poderão ser utilizados para fins de "regularização fundiária" das unidades de conservação, ou seja, para comprar terras, ditas propriedade privadas, localizadas no interior dessas unidades para serem passadas ao patrimônio da União, o que desperta o interesse privado e podem elevar seus preços no mercado de terras, além de ir ao encontro do objetivo de regularização fundiária do parque pelo órgão gestor.

Cabe destacar que a área em análise tem a maior concentração de terras públicas no estado de Minas Gerais e, historicamente, a passagem das terras "devolutas" para o patrimônio privado no país foram marcadas

65 A Lei Federal n. 13.668, de 28 de maio de 2018, dispões sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental: "Art. 14-A . Fica o Instituto Chico Mendes autorizado a selecionar instituição financeira oficial, dispensada a licitação, para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, destinados às unidades de conservação instituídas pela União. § 1º A instituição financeira oficial de que trata o caput deste artigo será responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas pela União e poderá, para a execução indireta, firmar contrato com instituições financeiras oficiais regionais. § 2º O depósito integral do valor fixado pelo órgão licenciador desonera o empreendedor das obrigações relacionadas à compensação ambiental. § 3º A instituição financeira oficial de que trata o caput deste artigo fica autorizada a promover as desapropriações dos imóveis privados indicados pelo Instituto Chico Mendes que estejam inseridos na unidade de conservação destinatária dos recursos de compensação ambiental" Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm>. Acesso em: 04 abr. 2019.

pela ilegalidade envolvendo corrupção e violência (OLIVEIRA e FARIAS, 2009). Tal situação gera tensão, atualmente, às comunidades apanhadoras de flores de que tal processo torne-se um mecanismo de efetivar a *desterritorialização* das famílias de suas terras ancestrais.

Dessa forma, nessa dinâmica exploração/"proteção" da natureza, por meio de unidades de conservação de proteção integral, figuram como uma dualidade contraditória atual na sociedade capitalista. Ou seja, a preservação/proteção integral da natureza está subordinada e mesmo dependente do modo capitalista de produção. Isso se dá sobre as terras das comunidades apanhadoras de flores: uma face moderna dos *cercamentos* mediados pela ação do Estado que favorece a exploração capitalista da natureza em detrimento desses grupos.

Uma outra fonte de tensões para as comunidades apanhadoras de flores é a criminalização das suas práticas de manejo, com destaque ao uso do fogo e à coleta de flores. A criminalização teve duas ações recentes marcantes[66] que, de forma sucinta, seriam: a primeira refere-se a tentativa de implantar uma normativa estadual que incidiria na "legalização" de coleta, passando a ser permitido somente a comercialização do que fosse feito em propriedade privada parcelar, dando ênfase ao "cultivo" de espécies de flores sempre-vivas; e a outra refere-se ao uso controlado do fogo e, especialmente, sua proibição por meio de lei estadual em áreas de ocorrência de turfas (solos com elevado teor de matéria orgânica, que ocorrem em áreas úmidas sobre a Serra), o que inviabiliza a coleta de importantes espécies que compõem a renda monetária das famílias, dada a concorrência intraespecífica nesses agroambientes.

Sobre o primeiro foco de tensão, membros da Codecex denunciaram, ainda, assédio, sobre comunidades apanhadoras de flores, perpetrado por empresas de bioprospecção ligadas ao desenvolvimento de produtos ornamentais a partir da flora nativa. Há também resistência por parte de comunidades à lógica dessas empresas que, em anos recentes, aproximaram-se de algumas comunidades em busca de sementes de espécies de flores sempre-vivas e dos conhecimentos tradicionais a elas associados, com vistas a desenvolver protocolos de cultivo e oferecer novos produtos para o mercado com registro em seu nome/razão social. Assim, as flores passariam a ser produto de cultivo em estufas e canteiros dessas empresas, o que resultaria, não apenas em concorrência, mas no

66 Ver detalhes nos capítulos 9 e 10 desta obra.

acesso e na privatização da flora brasileira. Além disso, a apropriação dos conhecimentos tradicionais a ela associados significa economia de investimentos privados em pesquisas, as quais podem levar décadas. Tal tema coloca, em questão, o lugar dos conhecimentos tradicionais desses grupos no âmbito do *capitalismo mundializado*. Têm-se aí tensões e transformações em curso.

Caso tal normativa, então proposta pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), seguisse adiante, a exploração capitalista beneficiaria-se de tal instrumento normativo. Por outro lado, as comunidades apanhadoras de flores teriam inviabilizada a comercialização da flora coletada/manejada sob manejo tradicional em suas terras comuns[67], o que foi temporariamente suspenso depois de pressões feitas pela Codecex junto a órgãos do estado. Ocorre, no contexto acima descrito, uma articulação entre as faces atuais dos *cercamentos* - da terra, da flora e dos conhecimentos locais/tradicionais - em que a biodiversidade e os conhecimentos a ela associados têm preço de mercado, com lei federal que versa sobre o tema[68].

Vale destacar que a elaboração de tal minuta normativa contou com apoio de cientistas e organizações não-governamentais do campo ambiental, que atuam nas UCs do Espinhaço Meridional[69]. Dito de outra forma, a dialética exploração/"proteção" da natureza conta com alianças entre Estado, capital, cientistas e organizações não-governamentais de interesse ambiental, que, no caso sob análise, articularam-se, mais uma vez, pela legitimação da desterritorialização desses grupos, tanto por meio da criação das unidades de conservação à sua revelia como por meio da criminalização da coleta de flores e do modo de vida das(os) apanhadoras(es) de flores.

67 Ressalte-se que o extrativismo vegetal por 'povos e comunidades tradicionais' é legal no país, previsto na garantia dos modos de vidas desses grupos pelo Decreto n. 6.040/2007 e pelo Código Florestal (2012), no qual é considerada atividade de baixo impacto ambiental: "Art. 3º, X, h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência" e passível de ser realizado observando critérios de manejo; "Art. 21. É livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, (...), devendo-se observar: I - os períodos de coleta e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver; II - a época de maturação dos frutos e sementes; III - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie coletada no caso de coleta de flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus e raízes".

68 Lei Federal n. 13.123 de 2015: "Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm>. Acesso em: 04 abr. 2019.

69 Documentação analisada: relatório do IEF-MG publicizado em 2018.

Sobre o segundo aspecto, em relação às áreas de turfas, tramita um projeto de lei sobre o tema[70] na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que como referências pesquisadores e técnicos do estado da área ambiental. Até então, no projeto em questão, tratou-se as comunidades apanhadoras de flores como qualquer outro segmento ou classe social, desconsiderando a legislação vigente no país acerca dos povos e comunidades tradicionais. Tal projeto ainda não havia sido votado e nem arquivado até a finalização deste capítulo.

Em relação ao uso controlado do fogo, ressalte-se que não estamos nos referindo a incêndios florestais, mas ao manejo tradicional de agroambientes com alta biodiversidade, em que tal uso tem um papel chave e envolve uma gama de conhecimentos na sua prática e viabiliza, do ponto de vista metabólico, o fluxo de matéria e energia necessários à reprodução da vida sem a dependência de insumos externos (agroquímicos). No entanto, ainda que se constate a elevada conservação da água, do solo e da biodiversidade onde estão territorializadas essas comunidades, a prática do uso do fogo controlado em escala local ainda é criminalizada por órgãos estatais de gestão ambiental. Isso ocorre ainda que tal manejo se dê envolvendo práticas compreendidas como parte de uma totalidade da dinâmica de interação ecológica capaz de gerar e manter a biodiversidade local – o que inclusive é resguardado a esses grupos, nessa escala e sob tais condições, por lei[71].

Além disso, estudos já demonstraram o papel antrópico sobre a estrutura dos ecossistemas e que o fogo é um processo amplamente presente em todos os ecossistemas terrestres e determinante nas dinâmicas ecossistêmicas. Tratando-se do cerrado brasileiro, estudos comprovaram que, por milhares de anos, queimadas naturais, durante a estação úmida, e queimadas antropogênicas, durante a estação seca, coexistiram no bioma, sugerindo que o fogo, juntamente com a sazonalidade das chuvas e os solos distróficos, é um dos fatores determinantes da forma de sua vegetação (MIRANDA *et al*. 2009)[72]. Há também estudos que demonstraram que o manejo das pastagens nativas com o gado rústico é fundamental para o controle da produção de biomassa no cerrado, que

70 Ver detalhes no capítulo 10 desta obra.

71 Decreto 6.040/2007 relativo à garantia do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais e Código Florestal (Lei Federal n.12.651/2012), Art.38: "§ 2º Excetuam-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas".

72 A esse respeito, ver capítulo 4 desta obra.

tem elevado potencial de comburente do material herbáceo, portanto, esses animais agem no controle da queimada (CARVALHO, 2013) e na produção desses agroambientes.

Portanto, a criminalização do uso do fogo pelas comunidades apanhadoras de flores dá-se no contexto de interesses sobrepostos a esta área, sendo mais uma questão política do que ecológica. Nesse sentido, os apontamentos de contextos anteriores relativos ao uso controlado do fogo, em áreas de "roças de toco", são pertinentes. No Brasil, essa prática é realizada em praticamente todos os biomas, sendo mais expressiva na Amazônia, Mata Atlântica e no Cerrado. Segundo Homma *et al*. (1998), na Amazônia, ela é responsável pela alimentação de cerca de 600 mil famílias de agricultores. Nessa perspectiva, a partir do conceito de *florestas culturais*, vários especialistas têm defendido que as florestas tropicais atuais evoluíram em conjunto com a prática da "roça de toco" e que sua grande diversidade biológica seria produto desse processo milenar.

Isso é particularmente válido para o cerrado brasileiro que, conforme colocado anteriormente, evoluiu com a presença do fogo. Entretanto, a sua criminalização vem sendo realizada desde o Brasil colônia, como apontado por Ribeiro (1987), na obra *O índio na cultura brasileira*. A autora descreveu essa prática como a agricultura realizada por indígenas brasileiros no Cerrado e Amazônia, no que considerou esse processo como *remanejamento de capoeiras* e chamou atenção de que:

> A concepção de que a agricultura itinerante, tal como praticada imemorialmente pelos índios da floresta tropical, é primitiva, ineficiente e predatória – porque os campos abandonados após dois ou três anos de cultivo – é atualmente refutada como falácia. (...) Esses métodos indígenas de recuperação de florestas, transformadas em pomares, e melhoramento dos solos, transformados em ubérrimas terras pretas, que só agora vêm sendo cientificamente descritos, são um libelo contra o etnocentrismo dos que formulam nossa política fundiária e agrária. Há quase 500 anos, a classe dominante brasileira – e latino-americana em geral – teima em desconhecer as experiências de adaptação aos trópicos de populações tidas como primitivas, incultas e selvagens. Essa foi e continua sendo uma justificativa moral suficiente para condená-las ao extermínio. Tendo em mente esse espantoso genocídio e etnocídio (RIBEIRO, 1987, p. 28-31).

Isso vai ao encontro das colocações de Quijano (2005) de que o Brasil participou da trajetória *eurocêntrica*[73] do impossível moderno Estado-nação, pois o país, de maioria indígena e negra, logo as negligenciou, identificando-as como raças inferiores e, portanto, subordinadas à dominação europeia. Configurou-se, então, o que o autor denomina de *estados independentes* e *sociedades coloniais*.

Considerando o conjunto dos elementos elencados, o que se verifica, na área,é um processo que se articula, de diferentes formas,através da pressão de empreendimentos capitalistas, criação de parques naturais e criminalização do modo de vida dessas comunidades, podendo levar àdesterritorialização desses grupos. Tal processo, que envolve quilombos, pode, ainda, ser compreendido como "limpeza étnica" em pleno século XXI, em uma área de ocupação antiga de Minas Gerais. Nessa perspectiva, esses sujeitos deparam-se com as faces atualizadas dos cercamentos que incide sobre suas terras, biodiversidade e conhecimentos a ela associados, em que a acumulação primitiva vem de mãos dadas com a "proteção integral" da natureza.

Considerações finais

As comunidades apanhadoras de flores vêm buscando reconhecimento social e o direito pela manutenção de suas terras e modo de vida ancestrais. Elas aportam aspectos caros à conservação do território em questão, como o amplo conhecimento e os elos afetivos com o lugar, com o qual têm relação histórica. Elas têm buscado diálogos e assumido publicamente seu compromisso social com a manutenção da biodiversidade, das águas e das terras do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais. Nesse processo, deparam-se com desafios de diversas ordens e dimensões nos quais se desvelam contradições que externalizam desigualdades sociais

73 Conforme Quijano (2005), refere-se a um padrão de poder *eurocentrado* (racionalidade específica), hoje hegemônico, que detém suas faces de colonialidade do poder e do saber, com narrativas apoiadas na *raça*, *gênero*, *religião* e *capitalismo*. Categoria mental da modernidade, a *raça* cumpriu e cumpre, na narrativa colonial, função constitutiva das relações de dominação. A raça sempre foi articulada a todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, ao redor do capital e do mercado mundial. O autor ressaltou que a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, cultura e, especialmente, de produção de conhecimento, sobretudo, subjugados a partir da ciência moderna. A Europa expropriou materialmente os povos colonizados e atribuiu-lhes identidades geoculturais consideradas inferiores, portanto, excluídas socialmente. A produção de conhecimentos, sentidos, universos simbólicos, padrões de expressão e de objetivação da subjetividade foi altamente reprimida. A educação, notadamente a religiosa (judaico-cristã), implicou, a longo prazo, em uma colonialização das perspectivas cognitivas a partir do evolucionismo linear e do dualismo dicotômico, que separou, fragmentou e controlou.

e injustiças ambientais.

Sob o prisma do *uso sustentável* (o que se difere do desenvolvimento) dos recursos naturais, da democracia e dos direitos humanos, pode haver uma inflexão na ordem estabelecida, possibilitando alteração na correlação de forças e de poder sobre as porções territoriais em disputa e viabilizar outras configurações que não as atuais – processo a ser mediado pelo Estado. Nessa perspectiva, mais do que uma disputa entre alternativas técnicas ou compensatórias que procurem se mostrar mais econômicas quanto aos níveis de uso e perturbação de ecossistemas, o que se espera, tal como colocado por Acselrad (2004), é que a noção de *sustentabilidade* também possa trazer para a agenda pública o reconhecimento e o respeito aos sentidos extra econômicos, acionando categorias como justiça, democratização e diversidade cultural.

Referências

AB'SÁBER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil:* potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo. W. B. Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. *In: Coleção "Tradição e ordenamento jurídico"*, v. 2, Manaus: PPGSCA-UFAM, Fundação Ford, p. 21-99, 2006.

_____. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *In:* Maria Ângela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira (org.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BOMBARDI, Larissa. M. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. 1. ed., v. 1., São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In:* P. BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, p. 693-713, 1997.

_____. *O desencantamento do mundo*. Coleção Elos. n. 19. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CARVALHO, Igor. S. H de. *Campesinato e biodiversidade no Cerrado:* um estudo sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da agroecologia. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ambiente e Sociedade). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

COMIG e IGC/UFMG. *Projeto Espinhaço*. Belo Horizonte/MG, 1997, (CD-ROM).

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1982.

CLEMENT, Charles. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. *Econmic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188–202, 1999.

CUNHA, Manuela. C. *Negros, Estrangeiros:* Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIEGUES, Antônio. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Thonson IOB - Editora Rio, Universidade Estácio de Sá, 2005.

FERNANDES, Bernardo. M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra*: a formação do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERREIRA, Gustavo. H. C. *Serra da Canastra, território em disputa*: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa. 1. ed. São Paulo: Entremares, 2018.

GONÇALVES, Carlos. W. A. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. *In:* BECKER, B. *et al.* (org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec/UGI, p. 309-333, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDRICH, Alvaro. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. *In:* SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (org.). *Território e territorialidades:* teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-290, 2009.

HOMMA, Alfredo. K. O.; WALKER, R. T.; SCATENA, F. N.; COUTO, A. J.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C. A. P.; SANTOS, A. I. M. Redução dos desmatamentos na Amazônia: política agrícola ou ambiental. *In:* HOMMA, A. K. O. *Amazônia:* meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Editora Embrapa-SPI, p. 119-141, 1998.

ISNARDIS, Andrei. Entre as Pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. Suplemento 10. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social.* São Paulo: Cortez, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MACHADO FILHO, Aires da. M. *Arraial do Tijuco:* cidade Diamantina. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MARTINE, George. *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.* Campinas (SP): UNICAMP, 1993.

MARQUES, Martha. I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Riberira-PB*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas no mundo:* do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2010.

MAZZETTO, Carlos. Eduardo. *Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão.* Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MEDEIROS, Rodrigo. *A proteção da natureza:* das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MIRANDA, Heloisa. S. et al. Fires in the cerrado, the Brazilian savanna. In: COCHRANE, Mark. A. (ed.) Tropical Fire Ecology. Springer, p. 427-450, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. *Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*: Proposta de Criação. Belo Horizonte, 2005, 189 p.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Nas fronteiras das Minas com o Gerais*: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG*): travessias e contradições ambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al.* Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. *In:* EIDT, J. S.; UDRY, C. (Editoras Técnicas). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, p. 93-139, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al. Traditional Agricultural System in the Southern Espinhaço Range, Minas Gerais (Brazil)*. Diamantina: CODECEX, 2019, 182 p. (Proposal to GIAHS – FAO/UN).

NOGUEIRA, M**ônica**. C. R. *Gerais a dentro e a fora*: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *Revista Geousp*: Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, São Paulo, p. 229-245, 2015.

_____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. 1. ed. v. 1, São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Agricultura brasileira, transformações recentes. *In:* ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil.* 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Edusp, p. 465-534, 2005.

_____. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. *Revista USP*, v. 64, São Paulo, p. 156-172, 2005.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U.; FARIA, Camila. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. *In: 12 do Encuentro de Geógrafos de América Latina*: Caminando en una América Latina en Transformación. v. 1, Montevidéo: Universidad de La República, p. 01-15, 2009.

OLIVEIRA, Roberto. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In: Revista de Antropologia*, v. 39, n.1, São Paulo: USP, 1996.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons*: The Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, L. Maria Lígia. Relatos Orais em Ciências Sociais: limites e potencial. *In: Revista Análise e Conjuntura.* v. 6, n. 3. Belo Horizonte, p. 109-127, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 227-278, 2005. (Colección Sur-Sur, CLACSO)

RIBEIRO, Aureo. Eduardo. M. As histórias dos gerais. *In:* RIBEIRO, A. E. M. (org.). *Histórias dos gerais*. v. 1, Belo Horizonte: UFMG, p. 23-42, 2010.

RIBEIRO, Bertha. G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade/ Unesco, 1987.

RIBEIRO, Ricardo. F. *Florestas anãs do Sertão*: o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAADI, Allaoua. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. In: *Geonomos*, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

SABOURIN, Eric. R. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. *In: Sustentabilidade em Debate*, v. 1, p. 141-158, 2010.

SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. *In*: SACHS, W. (org.) *Dicionário do desenvolvimento:* guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p.117–131. 2000.

SACK, Robert David. *Human territoriality*: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de ALMEIDA, R.S.G; FEITOSA M.P.; FEITOSA, A.P. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

UFVJM; PUC-MG; PMD; EMATER-MG; IDENE. *Encontro de atores da cadeia do extrativismo vegetal da Serra do Espinhaço*. Diamantina, 2009, 46p. (Relatório).

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klement; PEREIRA. Doralice B. (Org.) *A insustentável leveza da política ambiental:* desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Capítulo 2

Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas: identidade e caracterização sociocultural e econômica, força e resistência de um povo

Aderval Costa Filho

Introdução

Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço Meridional (MG/Brasil) constituem-se em comunidades de ascendência ameríndia, negra e portuguesa, sendo que os imigrantes portugueses chegaram à região a partir do final do século XVII (SERVILHA apud MONTEIRO, 2019, p. 131-132). Eles configuram-se como comunidades dispersas que guardam vínculos territoriais com a Serra e mantêm, entre si, estreitas relações de parentesco, compadrio e modos de vida, sobretudo no que tange às práticas agrícolas e ao uso sustentável dos recursos naturais dos quais se utilizam tradicionalmente, além de princípios de sociabilidade, organização social e política similares, com pequenas variações em termos de suas formas culturais, como aponta Edmund Leach sobre povos da Alta Birmânia[1]:

> Em qualquer região geográfica que careça de fronteiras naturais básicas, é provável que os seres humanos das regiões adjacentes do mapa tenham relações uns com os outros - pelo menos até certo ponto -, não importa quais possam ser seus atributos culturais. Na medida em que essas relações são ordenadas e não totalmente fortuitas, há implícita nelas uma estrutura social. (LEACH, 1996, p. 79-80).

1 A partir das relações entre os Kachin e os Chan, Leach desenvolve sua teoria a respeito das relações entre cultura e estrutura. Para ele, a cultura proporciona a "forma", a "roupagem" da situação social: a forma da situação é um fator dado, um produto e um acidente da história; a estrutura da situação, entretanto, é largamente independente da sua forma cultural.

A interdependência entre os grupos e a relação com a Serra marca a realidade regional, de tal sorte que comunidades, formas de relevo, práticas e valores articulam-se, formando um sistema altamente complexo, que envolve terras altas e terras baixas, recursos naturais específicos, com ênfase para as flores sempre-vivas, relações consanguíneas e de afinidade que abrangem redes de sociabilidade e trocas que perpassam vidas, comunidades, ambientes.

Em termos das atividades produtivas, as comunidades apanhadoras de flores Sempre-viva foram caracterizadas, em publicação anterior, da seguinte forma:

> [...] as famílias conjugam agricultura-criação-coleta nas dimensões espaciais e temporais, traduzindo-se em policultivos, em meio a áreas de vegetação nativa; em quintais agroflorestais ao redor das moradias com alta densidade de espécies alimentares e criação de animais de pequeno porte com raças caipiras; em criação de animais rústicos de grande porte nos campos nativos localizados nas cotas elevadas; e em coleta/manejo de espécies da flora nativa em diferentes altitudes para alimentação, práticas tradicionais de medicina, festejos, construções domésticas e plantas ornamentais para comercialização. Essas comunidades detêm um modo de vida em estreita relação com o rico patrimônio agrícola e biocultural em uma paisagem singular manejada. (MONTEIRO *et al.*, 2019, p. 94).

Como pesquisadores vinculados ao GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, temos atuado por meio de projetos de pesquisa/extensão junto às comunidades da Serra do Espinhaço, na sua porção meridional, tanto das regiões de Serra quanto das regiões de Sertão e das margens do rio Jequitinhonha, resultando em grande aprendizado junto a esse povo, que logra sobreviver em meio à expropriação, à violência e à violação de seus direitos.

Muitas das terras tradicionalmente ocupadas estão, hoje, sobrepostas por unidades de conservação de proteção integral[2], e as comunidades enfrentam, por isso, uma série de restrições e limitações quanto às suas práticas e modos de vida, em decorrência da fiscalização dos órgãos gestores das respectivas unidades federal e estaduais, bem como dos

2 As unidades conservação de proteção integral não podem ser habitadas pelo ser humano, sendo admitido, apenas, o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, por exemplo.

órgãos de fiscalização ambiental. No entanto, é válido destacar que muitos desses parques foram ali criados exatamente porque os grupos locais sempre cuidaram e mantiveram a cobertura vegetal e a biodiversidade.

Os dados aqui apresentados são fruto da atuação na região, sobretudo da pesquisa realizada durante os meses de agosto e setembro de 2014 pelo Projeto Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – na época vinculado tanto ao GESTA quanto ao Programa Cidade e Alteridade, da Faculdade de Direito/UFMG, contando sempre com a parceria do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato – NAC/UFVJM[3].

O Projeto de Mapeamento busca não somente conhecer e mapear as comunidades e os povos tradicionais do Estado, mas também contribuir para o fortalecimento desses grupos, oferecendo subsídios e entendimentos necessários para que seus direitos sejam conhecidos, acionados e efetivados. Mais especificamente:

> O Projeto visa empoderar e dar visibilidade às comunidades que ainda encontram-se à margem da sociedade. Esse empoderamento e inclusão sociopolítica são viabilizados através de palestras e oficinas, envolvendo diversos atores sociais, com o intuito de capacitar quanto aos direitos assegurados e políticas públicas voltadas para esses públicos. São também realizados levantamentos etnográficos e diagnósticos em termos do histórico de ocupação e uso do território, produção, formas de sociabilidade, projetos em desenvolvimento e a serem implementados, participação política e protagonismo social, visando à auto sustentação econômica, social, política e cultural das comunidades envolvidas, além de identificar os principais problemas ou conflitos que enfrentam. (COSTA FILHO; SILVA; LOPES, 2019, p. 01).

Na região em pauta, várias oficinas foram realizadas em diferentes localidades, contando com a participação de representantes das comunidades situadas no entorno e dentro do Parque Nacional das Sempre-vivas (PNSV), no intuito de apresentar e discutir direitos individuais e coletivos que lhes são assegurados tanto pela Constituição Federal de 1988, Tratados internacionais de que o Brasil é parte, quanto por dispositivos infraconstitucionais. Foram também realizadas várias

3 Os recursos que viabilizaram o trabalho de pesquisa e extensão foram provenientes do Programa Cidade e Alteridade, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, que foi financiado pelo MEC/Sesu, por meio do Edital PROEXT 2014 e pelo Ministério Público Estadual/CIMOS.

incursões em campo, para levantamento de dados quanti-qualitativos. Desse modo, encontram-se aqui apresentados os dados obtidos por meio de aplicação de questionários e roteiros de entrevistas em vinte e uma comunidades de quatro municípios (Diamantina, Buenópolis, Olhos D'água e Bocaiúva), contabilizando um total de 203 questionários aplicados e várias entrevistas realizadas.

Cabe ressaltar que, no campo, deparamo-nos com comunidades de apanhadores(as) de flores sempre-vivas e comunidades quilombolas e, em alguns casos, encontramos mais de uma autoafirmação identitária por comunidade, sendo este fato recorrente entre os povos e as comunidades tradicionais, sobretudo quando se autodefinem a partir da atividade laboral predominante, a qual se apresenta como diacrítico ou marca identitária. A seguir, teremos uma pequena digressão sobre a questão identitária, antes de apresentar uma breve caracterização das comunidades da região, bem como alguns aprendizados acumulados durante esse período de convívio, pesquisa e atuação.

A questão da identidade: apanhadores(as) de flores sempre vivas e quilombolas

Na região, há a ocorrência de duas categorias identitárias, que são, como já adiantamos, as comunidades remanescentes dos quilombos e dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas, com prevalência desta última. A categoria "quilombo" está plenamente incorporada no ordenamento jurídico e aparato institucional brasileiro, já a categoria "Apanhadores de flores sempre-vivas" está em ampla efervescência, sendo reconhecida e integrada no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais[4] e na Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

4 O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, composto por 29 representantes de segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais e 15 representantes governamentais, foi criado pelo Decreto Nº 8.750, de 9 de maio de 2016, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em decorrência do Decreto Presidencial 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A partir de 2018, o Decreto Nº 9.465, de 9 de agosto de 2018, transferiu o Conselho para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR). As 29 representações de povos e comunidades tradicionais são: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiro, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, pantaneiros, morroquianos, povo pomerano, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros, caboclos e juventude de povos e comunidades tradicionais.

Comunidades Tradicionais de Minas Gerais[5].

Pela Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho, agência da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 e em vigor no Brasil desde 19 de abril de 2004, por força do decreto presidencial 5.051, os membros dos povos e comunidades tradicionais podem ter acesso a uma série de direitos específicos, ao mesmo tempo que continuam podendo acessar todos os demais benefícios disponíveis aos cidadãos brasileiros.

O artigo 1° da referida Convenção afirma que o critério fundamental para dizer se uma comunidade é ou não protegida por esse acordo é a *consciência de sua identidade*. Isso quer dizer que são os povos e as comunidades tradicionais que têm a prerrogativa de se reconhecerem como tradicionais. Sendo assim, o fato de eles identificarem-se como cultural ou etnicamente diferenciados, terem estilo de vida tradicional, cultura e modo de vida distintos dos outros setores da sociedade nacional, além de terem formas de viver e trabalhar diferentes e costumes ou leis especiais insere-os no regime de proteção dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, é válido destacar que os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, tanto federais quanto estaduais, relacionados aos direitos dos povos e das comunidades tradicionais corroboram os processos de autoafirmação identitária e a necessidade de reconhecimento formal da identidade coletiva desses grupos por parte do Estado, para fins de direito. Além disso, a Convenção 169 determina que os governos devem protegê-los. Isso implica proteger seus territórios, suas organizações, suas culturas, suas economias, seus bens culturais (materiais e imateriais) e o meio ambiente em que vivem, sendo essas ações realizadas com a participação desses povos, de acordo com os seus desejos e interesses.

Em termos da categoria identitária "quilombo", o Grupo de Trabalho da ABA[6] sobre Terra de Quilombo (apud O'DWYER, 2002) afirma que, contemporaneamente, o termo quilombo vem sendo ressemantizado para

5 A Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG, composto por dezessete representantes de órgãos e entidades governamentais e 17 representantes da sociedade civil organizada, foi criada pelo Decreto 46.671, de 16 de dezembro de 2014, por força da Lei Estadual 21.147, que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. As 17 representações de povos e comunidades tradicionais são: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana ou "povos de terreiro", povos ciganos, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, congadeiros, apanhadores(as) de flores sempre-vivas, faiscadores, artesãos e o povo de circo. Os povos indígenas, os povos tradicionais de matriz africana ou "povos de terreiro" e as comunidades quilombolas contam com duas representações cada (região metropolitana e interior do estado).

6 Associação Brasileira de Antropologia.

designar a situação presente de várias comunidades negras em diferentes regiões do Brasil[7]:

> O termo não se refere mais a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] (O'DWYER, 2002, p. 18).

Assim, os quilombos, quer tenham sido constituídos antes ou após a abolição formal da escravatura, quer tenham sido formados há algumas décadas, são espaços de liberdade e autonomia, territórios que não se coadunam com relações de subordinação. Por isso, o reconhecimento deles não está relacionado com uma datação histórica específica e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica dos seus habitantes.

Levando em consideração as informações supracitadas, a ressemantização do termo quilombo ocorreu devido à sua atualização, a partir das situações encontradas em campo contemporaneamente, e ao intuito de estender o seu direito, em termos operativos. Assim,

> evitando-se [...] restringir o direito arduamente conquistado, bem como essencializar realidades e/ou frigorificar formas sociais, ou mesmo circunscrevê-las a períodos históricos específicos, as comunidades dos quilombos conformam espaços de liberdade, territórios de resistência que têm assegurado, em alguma medida, liberdade e autonomia na reprodução dos modos de fazer, criar e viver. (COSTA FILHO, 2016, p. 127).

As "comunidades remanescentes de quilombos" são, portanto, grupos sociais cuja identidade étnica distingue-os do restante da sociedade

7 A definição proposta pela ABA representou um avanço teórico e prático para os estudos que permeiam essa temática, indicando um esforço no sentido de abandonar o conceito de quilombo definido em 1740 pelo Conselho Ultramarino, o qual definia como quilombo "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (ALMEIDA, 2002, p. 47).

brasileira; sua identidade é, então, base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política. Nessa perspectiva, é o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos dos quais trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[8], em seu art. 2°:

> Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Em termos empírico-operacionais, segundo Arruti (2006), a definição de *quilombo* generaliza suas características, definindo, descritivamente, seu caráter normativo: ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum, apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação de recursos, presença de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, finalmente, mas não exclusivamente, uma mobilização política definida em termos de autoidentificação quilombola (ARRUTI, 2006, p. 96).

Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas, como se autodenominam, por sua vez, estão localizados em pelo menos 15 municípios na região (MONTEIRO, 2019, p. 1), em meio a áreas de campos rupestres do Cerrado e aos pés da Serra. Desse modo, as comunidades são formadas em estreita relação com esta, na qual exercem transumância na reprodução de modo de vida próprio. Segundo Monteiro *et al.*:

> Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas [...] referem-se à identidade que expressa vínculos de pertencimento a essa porção da serra, bem como práticas socioculturais desenvolvidas em meio a áreas de campos rupestres do Cerrado. Dessa forma, as territorialidades dessas comunidades combinam agroambientes com movimento, regido pelas estações do ano, caracterizando a transumância das famílias, contornando limites e valendo-se das potencialidades agroecossistêmicas. (MONTEIRO *et al.*, 2019, p. 94).

8 Art. 68 do ADCT: "Aos Remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (BRASIL, 2010)

No que diz respeito às flores sempre-vivas, sua coleta constitui-se como tradição e fonte de renda fundamental para a reprodução sociocultural das famílias. Geralmente, as moradias encontram-se agrupadas em comunidades próximas aos campos de coleta, comumente reconhecidos como áreas de uso comum, sendo que o parentesco permeia as relações de acesso e uso deles. Ademais, é comum as famílias permanecerem por longas jornadas nos campos, na época da seca, para a coleta de flores e para o manejo do gado rústico e de animais de carga. Com esse objetivo, elas alojam-se nas "lapas" (grutas nas formações rochosas) ou em "ranchos" (construídos com matérias-primas locais) (MONTEIRO, 2011, p. 159-160). Na época das chuvas, entretanto, as famílias praticam agricultura tradicional próximo às casas para consumo familiar, sendo a abundância de água é ressaltada pelos moradores como importante riqueza e patrimônio herdado.

Há, ainda, quintais ao redor das moradias, com gêneros alimentícios variados, criação de pequenos animais e uma rica cultura alimentar. Normalmente, o trabalho é realizado pela família, sendo constante a realização das atividades de forma artesanal. Os moradores também colhem plantas medicinais, madeira e frutos nativos do Cerrado para uso familiar e comunitário, e há festas religiosas próprias de cada localidade (MONTEIRO, 2011, p. 161-162).

Como veremos a seguir, o "sistema agrícola tradicional", formado pelas comunidades estudadas, é extremamente rico em estratégias agroalimentares e no manejo de recursos naturais e de saberes tradicionais associados, propiciando, em suas variações, modos de vida específicos, sendo que: "As estratégias agroalimentares construídas estão ancoradas na combinação de agroambientes, conhecimentos tradicionais, cultura alimentar e gestão compartilhada dos recursos genéticos adaptados e da água" (MONTEIRO *et al.*, 2019, p. 94-95). Assim, tais conhecimentos, transmitidos e adaptados ao longo de muitas gerações, vêm garantindo a reprodução social dos grupos ao longo do tempo, mesmo em situações adversas.

As comunidades remanescentes de quilombos[9] e as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas estão inseridas no contexto das

9 Segundo "Estimativa de localidades indígenas e quilombolas recenseáveis segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2019" do IBGE, Minas Gerais têm 15 "Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários", 241 "Agrupamentos quilombolas definidos em setores censitários" e 765 "Outras localidades quilombolas", perfazendo um total de 1.021 Localidades quilombolas recenseáveis (IBGE, 2020).

"comunidades ou povos tradicionais", categoria inclusiva definida no escopo do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em termos exploratórios, afirmamos, anteriormente, que os povos e as comunidades tradicionais no Brasil têm se autoatribuído identidades, praticamente, a partir de cinco critérios:

> a. Etnicorracial, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas ou "remanescentes de quilombos", os povos ciganos, os povos de terreiro, dentre outros;
>
> b. A partir da ligação com algum bioma ou ecossistema específico, como os geraizeiros ou povos do cerrado, os caatingueiros ou povos da caatinga, os pantaneiros (povos do pantanal dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul);
>
> c. Por uma atividade laboral predominante que figura como marca identitária, como os seringueiros, os castanheiros, os açaizeiros, os pescadores artesanais, as quebradeiras de coco babaçu, as catadoras de mangaba, *os apanhadores de flores sempre-vivas*, os marisqueiros, dentre outras;
>
> d. Pelo tipo de ocupação e uso do território, em decorrência de circunstâncias histórico-conjunturais, como os retireiros do Araguaia (criadores de gado na solta, em retiros), os faxinalenses (moradores de faixas de terra no Paraná que cultivam a erva-mate, extraem o pinhão e criam suínos na solta), as comunidades de fundos e fechos de pastos na Bahia (que vivem do extrativismo de frutos da caatinga, da criação de caprinos e ovinos na solta, praticando o uso comum do território), os ilhéus (moradores de ilhas litorâneas que consorciam a pesca com o cultivo e o extrativismo);
>
> e. Por motivos culturais, como os congadeiros, os maracatus, dentre outros. (COSTA FILHO, 2015, p. 82-83, grifos nossos).

Como vimos, os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas estão inseridos(as) na categorização exploratória acima, mas é importante ressaltar que, embora a categoria identitária seja acionada pela atividade laboral, as comunidades são marcadas por múltiplas atividades, como cultivos diversificados, criação de gado rústico e outros animais, coleta de outras flores e frutos, entre outras atividades não agrícolas e pluriativas

(CARNEIRO, 1998). Em termos conceituais, segundo o art. 3º do referido Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007, replicado no art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Mineira 21.147, de 14 de janeiro de 2014, "povos e comunidades tradicionais" podem ser entendidos como

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007; MINAS GERAIS, 2014)

O "tradicional" aqui não se reduz à história, tampouco a laços primordiais que incorporam identidades coletivas, mas envolve identidades que se redefinem, situacionalmente, numa mobilização continuada. A partir disso, "o critério político-organizativo se sobressai, combinado com uma 'política de identidades', da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento, para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado" (ALMEIDA, 2006, p. 25-26).

Em termos de reprodução social, há de se considerar, também, que as comunidades tradicionais constroem-se em interação umas com as outras e em relação com uma sociedade mais ampla. Nesse sentido, há elementos que as unificam e outros que as diferenciam, ressaltando-se características contrastivas, sendo que a persistência dos limites entre os grupos não seria colocada em termos dos conteúdos culturais que encerram e definem suas diferenças, mas a partir dos processos de exclusão ou inclusão, que possibilitam definir os limites entre os considerados "de dentro ou de fora" (BARTH, 2000, p. 31).

A contrastividade cultural (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972) aqui colocada não depende de um observador externo que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas, unicamente, dos "sinais diacríticos", isto é, das diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas. Por conseguinte, as diferenças podem mudar, ainda que permaneça a dicotomia entre "eles" e "nós", marcada pelos seus critérios de pertença.

Os sinais diacríticos, na esfera ou no domínio do território, da produção e da sociabilidade e religiosidade devem ser aqueles apresentados e

apontados pelos quilombolas e apanhadores(as) de flores sempre-vivas, apreendidos no processo dialógico do trabalho de campo. Nesses termos, cabe ressaltar que as comunidades em estudo apresentam, por vezes, dupla identidade, sobretudo aquelas que não apenas se reconhecem como quilombolas, mas também se identificam como apanhadores(as) de flores sempre-vivas, como as comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas de Vargem do Inhaí, Raiz e Mata dos Crioulos.

A partir desse contexto, analisando os diversos tipos de situações de contato interétnico, Roberto Cardoso de Oliveira explicita as "propriedades estruturais do processo de identificação étnica", ressaltando "o caráter contrastivo da identidade" e a possibilidade de se acionar mais de uma identidade, quando, "em situações de ambiguidade, [...] abrem-se, diante do indivíduo ou do grupo, alternativas para a 'escolha' (de identidades étnicas) à base de critérios de 'ganhos e perdas' na situação de contato" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 24). Nesse caso, entre as comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas, ambas as identidades acionadas pelos grupos estão respaldadas pela ordem da tradição, pela ancestralidade de lugar e de sangue, por cosmologias e religiosidades próprias, pela memória social e, sobretudo, por práticas e saberes tradicionais ligados ao uso do território e dos recursos naturais. No entanto, mesmo nos grupos portadores de mais de uma identidade, sempre haverá uma identidade preponderante, podendo ser acionada a identidade mais oportuna, a depender das circunstâncias histórico-conjunturais, dos interesses em jogo e dos interlocutores. Sendo assim, qualquer que seja a identidade reivindicada, as ideias de herança, ancestralidade, território, parentesco e ascendência comum serão acionadas para demonstrar o pertencimento.

Para Barth (2000), os critérios e sinais de identificação implicam a persistência dos "grupos étnicos" e, também, uma "estrutura de interação" que permitem reproduzir as diferenças culturais ao "isolar" certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e, ao mesmo tempo, manter a interação com outros setores. É o que ressalta Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, quando afirma que "a identidade étnica resulta da autodefinição dos sujeitos e de sua classificação por outros, de acordo com diferenças culturais consideradas relevantes para explicar a dinâmica de suas interações com os demais agentes sociais" (ROCHA PINTO, 2012, p. 71-72).

Assim, a etnicidade designa um sistema de classificação e organização

social das interações sociais, segundo categorias que distinguem as comunidades – coletividades cujos mecanismos de distinção mútua reproduziriam-se nas interações de seus membros. Em geral, essa diferenciação é expressa em termos de características culturais de pertencimento a determinado grupo ou categoria social. No trato da etnicidade, deve-se levar em conta tanto a formação social quanto a interação, inclusas as dimensões interculturais, intraculturais, interpessoais e intrapessoais. Nesse sentido, Eriksen (1991) chega a afirmar que, além de tratar a relação entre o nível sistêmico de interação e o nível sistêmico da formação social, as diferenças que estão confirmadas na comunicação das diferenças étnicas variam entre contextos e podem ser comparáveis; além disso, estas devem ser entendidas como processos étnicos. Segundo o autor,

> [...] a etnia é uma propriedade de uma formação social e um aspecto da interação; ambos os níveis sistêmicos devem ser compreendidos simultaneamente. (...) As diferenças étnicas implicam diferenças culturais que têm impacto intercultural, intracultural e intrapessoal, sobre a natureza das relações sociais. (ERIKSEN, 1991, p. 131).

Ressalta-se, assim, o caráter sistêmico das interações sociais entre as comunidades envolvidas no "sistema agrícola tradicional" dos(as) apanhadores de flores sempre-vivas, o qual contribui para a construção de uma formação social muito específica na porção meridional da Serra do Espinhaço.

Deve-se considerar, também, que as comunidades que se autoafirmam como "quilombolas" e "apanhadores de flores sempre-vivas", como a maior parte dos povos e das comunidades tradicionais, apresentam traços de campesinidade. Dessa forma, aspectos como autonomia relativa da coletividade frente à sociedade envolvente, a importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e social, a autossuficiência relativa do seu sistema produtivo e econômico, as formas de sociabilidade e interconhecimento, a função decisiva das lideranças e dos anciões, a tônica na produção para o consumo e não para o reinvestimento, o regime de sucessão e, a manutenção do patrimônio familiar/comunitário, entre outros aspectos encontrados em campo e descritos a seguir, são

pressupostos desses modos de vida enfatizados por vários autores (GARCIA, HEREDIA, 1971; MENDRAS, 1978; WOLF, 2003; SEYFERTH, 1985; WOORTMANN, 1995).

Outro aspecto de extrema importância é que as relações específicas que os grupos estabelecem com as áreas tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais formam territorialidades etnicamente configuradas, como caracterizado abaixo:

> O território sempre implica dimensões simbólicas. Nele estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território. (COSTA FILHO & MENDES, 2013, p. 10-11).

A noção de território, que enfeixa a temática dos direitos atribuídos aos povos indígenas, às comunidades dos quilombos e aos outros povos e comunidades tradicionais, "constitui uma metáfora geográfica, de referência prevalente nessa disciplina, 'mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por certo tipo de poder' (FOUCAULT, 1979, p. 157 apud O'DWYER, 2011, p. 112). Sobre essa premissa, continua a referida autora:

> Tal conceituação remete à questão do(s) território(s) como um campo de disputas no qual as ações conjuntas dos atores sociais se orientam pelo reconhecimento dos direitos, segundo acepção deles próprios, alguns juridicamente regulamentados, outros aos quais pretendem ainda vigência legal. (O'DWYER, 2011, p. 112).

Essas formas organizativas, portanto, pressupõem modos de vida próprios, existência de coletividades, sentimentos de pertença de seus membros, projetos políticos emancipatórios, além de estarem relacionadas às lutas sociais no meio rural brasileiro. É nesse contexto que se situam os *apanhadores de flores sempre-vivas* e os *quilombolas* em questão, que lutam pelo seu reconhecimento formal e pela garantia dos direitos de reprodução do seu modo de vida, dos seus vínculos territoriais, demandando o direito

de acesso e uso dos recursos naturais tradicionalmente utilizados.

Os processos de expropriação dos territórios e as lutas pela sua recuperação estão consubstanciados no debate sobre *processos de territorialização* (OLIVEIRA FILHO, 1999), que envolve, normalmente, contextos em que houve expropriação de terras tradicionalmente ocupadas, envolvendo tanto uma dimensão espacial concreta - *o território* - quanto o conjunto de relações sociais e representações sobre o espaço em que se dão essas relações. Desse modo, Paul Little (2002), ao retomar a noção de "processos de territorialização" de Oliveira Filho (1999), identifica tais processos como relacionados a contextos intersocietários de conflito e afirma que:

> Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002, p. 4).

Além disso, a partir das contribuições de Oliveira Filho (1999), Almeida (2006), identificando a "territorialidade" como categoria mais próxima do discurso geográfico, propõe outro significado a partir de uma noção prática designada como "territorialidade específica", para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Em termos de marcos legais, as comunidades dos quilombos e de apanhadoras de flores sempre-vivas aqui tratadas estão resguardadas quanto ao direito à diferença, à autodeterminação, ao direito territorial e ao direito de exercerem o extrativismo vegetal, a criação de animais e a agricultura tradicional de forma mais autônoma possível, embora, na prática, tais prerrogativas não tenham se efetivado e haja, ainda, distância para a sua efetivação.

Caracterização das comunidades tradicionais quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas

Para além da questão identitária e mesmo conformando a identidade, como diacríticos dos grupos sociais e realidades em estudos, ressaltam-se, abaixo, alguns aspectos relacionados ao histórico das comunidades, **à** sua organização social e aos usos produtivos e culturais que elas fazem de seu ambiente. Como foi visto, apesar de todo o poder de resistência, mobilização e articulação política, dos marcos legais, das medidas governamentais para consolidação de direitos e das várias conquistas, constata-se, ainda, um grande déficit de cidadania entre esses povos e comunidades, notadamente entre as quilombolas e os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas localizados na região em estudo, pois parte de seus territórios est**á** sobreposta por unidades de conservação de proteção integral, com demandas de programas sociais básicos, sobretudo ligados ao acesso à terra/território, aos recursos naturais e à infraestrutura básica.

Será possível ver então que, no nível local, não apenas a desigualdade de correlação de forças entre povos e comunidades tradicionais e antagonistas é consideravelmente maior, como também é bastante precária a ação protetiva do Estado, o que representa um grande desafio para o reconhecimento de direitos e para a implementação de políticas públicas, quer sejam programas e ações de acesso aos territórios e aos recursos naturais, ou programas e ações de infraestrutura e inclusão social, ou ainda políticas de produção sustentável - como aquelas voltadas à promoção de produtos da sociobiodiversidade.

As informações a seguir foram levantadas em trabalho de campo realizado no ano de 2014[10]. Em termos do universo da pesquisa, foram envolvidas comunidades/famílias atingidas pelo PNSV. Nas entrevistas realizadas na época, foram identificadas 21 comunidades (aproximadamente 550 famílias), de 4 municípios (Diamantina, Buenópolis, Olhos D'água e Bocaiúva), contabilizando um total de 203 questionários aplicados e várias entrevistas realizadas.

A amostragem representa, aproximadamente, 36,9% das famílias do universo pesquisado. Desse total, 9,84 % correspondem a comunidades do município de Bocaiúva (Lagoa Grande, Lavras e Timburé), 39,40% correspondem a questionários aplicados em comunidades do município de

10 Participaram da aplicação dos questionários os bolsistas e voluntários do Projeto Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, sob a minha coordenação: Cláudia Regina Rossi Fantini, César Augusto Fernandes Silva, Fernanda Fernandes Magalhães, Silvia Carolina Maria dos Santos, Ana Carolina Fernandes e Marlon Marcelo. Pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato – NAC/ UFVJM, sob a coordenação do Prof. Claudenir Fávero, participaram: Carlos Henrique Silva Souza, Bruna Lara Alvarenga Barros e Maíra Pereira Santiago.

Buenópolis (Curimataí, Mamonas, São José, Pé de Serra e Santa Rita), 49,27% referem-se a questionários aplicados em comunidades de Diamantina (Braúnas, Caeté Mirim, Inhaí, Boa Vista, Macacos, Macaquinhos, Quartel do Indaiá, São João da Chapada e Vargem do Inhaí) e 1,48% correspondem ao município de Olhos D'água (Contagem). Foram realizados, também, roteiros de entrevistas com lideranças nas comunidades de Açude e Mucambo (Bocaiúva) e Sete Paus (Olhos D'água).

Cabe ressaltar que algumas das comunidades figuram como sedes de distritos, das quais fazem parte apenas as famílias quilombolas e de apanhadores(as) de flores sempre-vivas que ali residem, a partir das informações obtidas com as lideranças das comunidades, o que também se justifica pelo considerável grau de migração definitiva, identificado em função de processos de pressões sobre seus territórios, como pode ser visto a seguir.

Do total dos entrevistados, a maior parte era do sexo masculino (58%) e encontrava-se nas faixas de idade de 41 a 50 (20,20%), 51 a 60 (22,66%) e 61 a 70 anos (21,18%). Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados, o que corresponde a 53,69%, era casada e 17,24% declararam-se solteiros. Apenas 15,27% dos entrevistados não tinham filhos; entretanto, o restante, 172 entrevistados, tinha dependentes, apresentando o seguinte perfil: 35,47% tinham de 1 a 3 filhos, 18,23%, de 4 a 5 filhos, 26,11%, de 6 a 10 filhos e 4,93% deles tinham mais de 10 filhos. Tal realidade expressa-se nas entrevistas com os pais e com os filhos, os quais revelam preocupações de que sejam garantidas as condições de continuidade do modo de vida para os descendentes na própria comunidade:

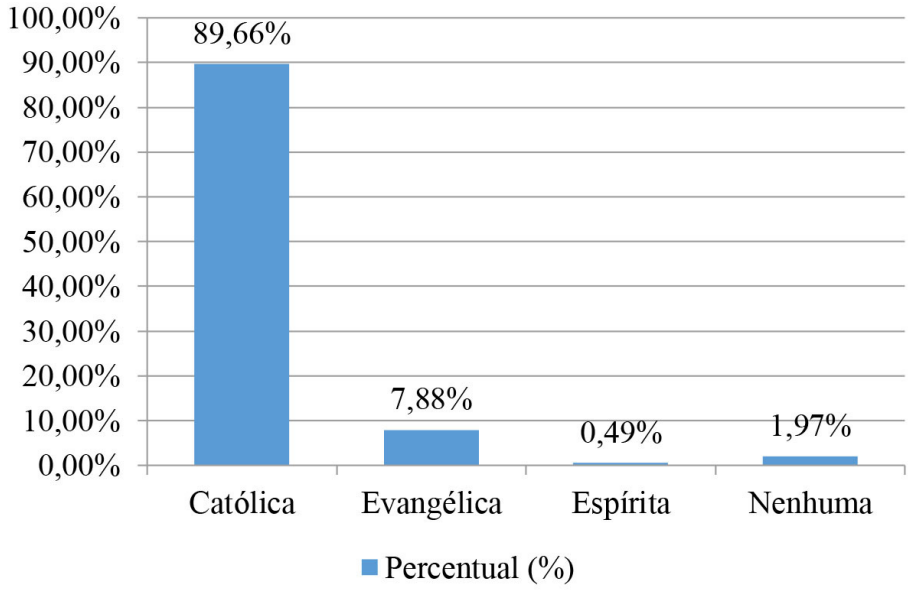
> O que a gente quer é que os filhos também possam viver aqui, sem precisar ir embora em busca de trabalho. É viver como a gente sempre viveu, das coisas daqui (mãe, moradora da região de São João da Chapada). E ainda: Por mim eu fico aqui, no meu lugar. A gente gosta é daqui e prefere viver aqui mesmo, sabe? (Jovem da região de Inhaí).[11]

Após apresentar o estado civil e o número de filhos dos entrevistados, torna-se mais fácil entender o número de residentes nas casas deles. Do total de entrevistados, 61,08% dos vivem em residências com um total de 1 a 3 pessoas, 29,06%, com 4 ou 5 residentes, e o restante, correspondente a 9,85%, reside em casas onde há de 6 a 10 moradores, configurando famílias

11 Entrevista cedida por jovem da região de Inhaí apud MONTEIRO, 2011.

extensas. Em relação a crenças, a maior parte definiu-se como pertencente à religião católica (89,66%), e 7,88% dos entrevistados afirmaram seguir religiões evangélicas (presença significativa de igrejas neopentecostais), 0,49% classificou-se como pertencente a religiões espíritas/espiritualistas, e o restante, 1,97%, declarou não seguir nenhuma religião (Figura 1).

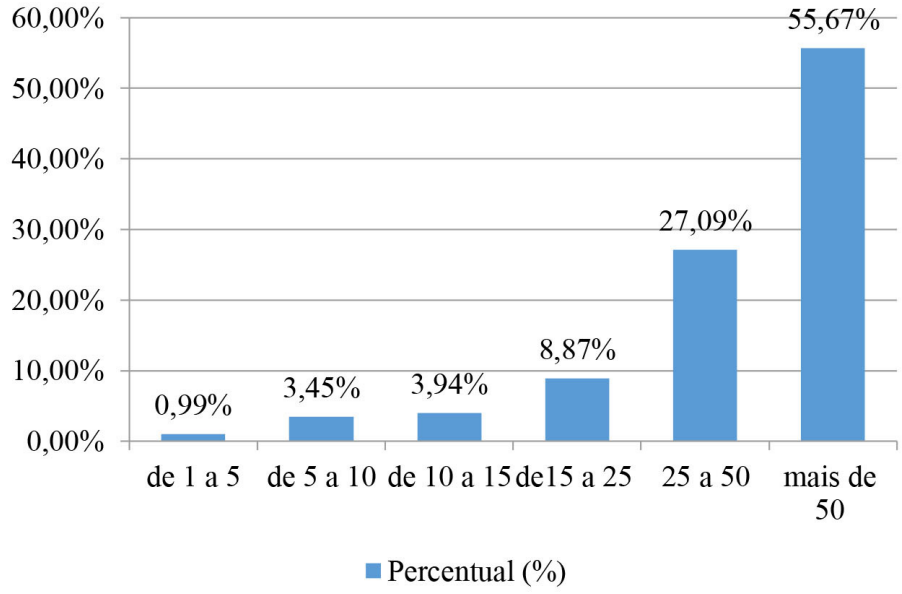
Figura 1 - Religião dos entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor.

Após a breve caracterização dos entrevistados, são apresentados, a seguir, dados referentes à territorialidade e à ancestralidade de lugar. Isso envolve o tempo de moradia na comunidade e do pertencimento dos pais e dos avós dos participantes. Dos 203 entrevistados, mais da metade (55,67%) reside na comunidade há mais de 50 anos, 27,09% estão na comunidade de 25 a 50 anos e 8,87% vivem na comunidade de 15 a 25 anos; apenas um pequeno número (8,38%) reside na comunidade há menos de 15 anos (Figura 2). Esse resultado tem uma correlação direta com a idade dos entrevistados e com a condição de nativos que são.

Figura 2 - Tempo na comunidade em anos



Fonte: elaborado pelo autor.

É interessante ressaltar que 60,59% dos participantes afirmaram ter nascido na comunidade e alguns dos 39,41%, em comunidades vizinhas ou hospitais da região. A partir dessas informações, revela-se, em um primeiro plano, que o parto natural, em geral realizado por parteiras nas comunidades - prática tradicional que atravessa gerações - está presente nesses contextos. Ademais, evidencia-se que os casamentos eram realizados entre membros de comunidades que tinham proximidade e parentesco:

> Aqui o povo casa por aqui mesmo. Mesmo quem sai por um tempo, quando é hora de casá, volta e casa aqui... com gente daqui (Entrevistado da região conhecida como Sertão).[12]

> Eu mesmo sou filha do encontro nos campos na panha da flor. Minha mãe é do sertão [região de Curimataí] e meu pai é de cima da serra [região de Macacos]. E aí tenho parente pra tudo que é lado aqui. (Entrevistada da região de São João da Chapada).[13]

12 Entrevistado da região conhecida como Sertão apud MONTEIRO, 2011.

13 Entrevistada da região de São João da Chapada apud MONTEIRO, 2011.

Mais da metade dos entrevistados (55,67%) disse que o pai nasceu na própria comunidade e 53,20% deles afirmaram que a mãe nasceu na mesma comunidade em que vivem, e boa parte é oriunda de comunidades vizinhas. Isso vai ao encontro da realidade observada e expressa de alto grau de parentesco entre as comunidades que habitam essa porção da Serra do Espinhaço; assim, é possível observar a ancestralidade comum e que há laços de parentesco que envolvem várias comunidades. Tal aspecto relaciona-se, também, com as territorialidades comunitárias, como veremos a seguir, nas quais os laços de parentescos são marcadores no acesso e no uso dos recursos naturais.

Quando questionados sobre o local de nascimento dos avós paternos, a distribuição segue uma tendência parecida, já que 46,80% tiveram avós paternos nascidos na própria comunidade. Quanto aos avós maternos, quase a metade dos entrevistados (48,28%) teve ao menos um dos avós nascidos nesse território. Da mesma forma, boa parte é oriunda de comunidades vizinhas. Tal aspecto foi confirmado em entrevistas, mostrando que as redes de parentesco entre as comunidades reafirmam-se e conectam as famílias que habitam essa região:

> O povo que mora do outro lado da serra? Conheço todos. (Morador do Sertão).[14]

> Aqui todo mundo se conhece e muitas vezes é parente. E aí quando sobe a serra pra panhá flor e vê o gado, se encontra. (Morador da região de Inhaí).[15]

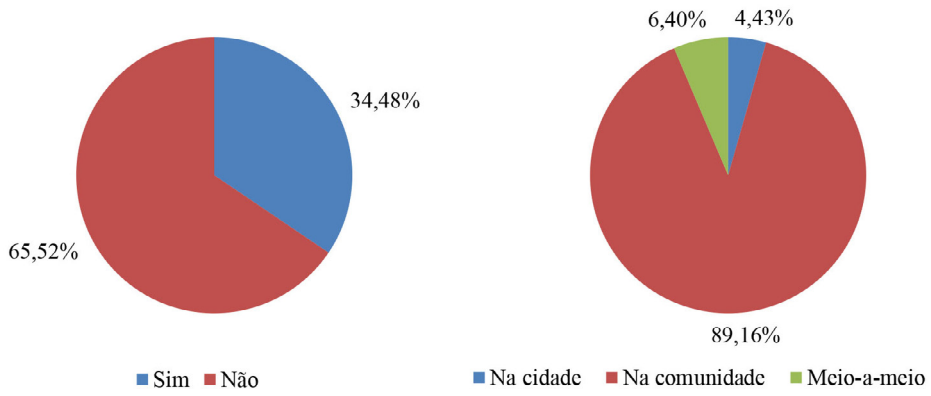
Outros dados interessantes são os que possibilitam pensar a relação desses comunitários com a cidade: 65,52% não possuem e 34,48% afirmaram possuir moradia na cidade (Figura 3). Nas moradias rurais e da cidade, é comum que uma mesma residência seja utilizada por mais de uma família e, em geral, quando na cidade, serve como local de apoio para acesso a atendimento médico e ao ensino/escola. Isso toma contornos quando se observa o dado referente ao tempo de permanência nos distintos meios. Para 89,16% dos entrevistados, a maioria da família passa a maior parte do tempo na própria comunidade, onde realiza sua

14 Morador do Sertão apud MONTEIRO, 2011.

15 Morador da região de Inhaí apud MONTEIRO, 2011.

reprodução sociocultural; apenas 4,43% afirmaram que a família passa mais tempo na cidade e, para 6,40%, esse tempo é dividido meio-a-meio entre comunidade e cidade (Figura 3).

Figura 3 - (a) Moradia na cidade / (b) A maior parte da família passa mais tempo



Fonte: elaborado pelo autor.

Entre os informantes, 16,26% são analfabetos e 22,17% foram alfabetizados recentemente. A maior parte (37,93%) possui ensino fundamental incompleto e apenas 15,27% completaram essa etapa. Assim, o número de entrevistados que teve maior tempo de estudos é bastante reduzido, menos de 10%, dos quais 0,99% não completou o ensino médio, 4,93% completaram-no, 1,97% possuem ensino superior completo e apenas 0,49% estudou por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Em termos da situação de posse/propriedade e uso das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades, cabe ressaltar uma característica entre grupos extrativistas vegetais, por meio da qual as famílias conjugam as unidades familiares (localizadas nas comunidades) com as áreas de uso comum (onde se localizam os campos de coleta e a criação de animais) para realizar sua produção e sua reprodução social.

Fato observado também em outras regiões do Brasil ocupadas por povos e comunidades tradicionais, a exemplo de comunidades de fundos e feixes de pasto, faxinais, geraizeiros, etc. Estas são, também, referidas como *terras tradicionalmente ocupadas* por Almeida (2006), já observadas

em outras partes do Brasil e reconhecidas pelo Decreto 6.040/2007. Cabe, ainda, destacar que as famílias passam parte do tempo nas comunidades, quando estão cultivando os roçados, e outra parte, nos campos, quando estão dedicadas à coleta e à criação de animais – caracterizando a transumância, também observada em outros grupos/povos tradicionais no Brasil, como os retireiros do Araguaia (pastoreio do gado rústico nas vazantes do rio e em retiros), por exemplo.

Além disso, durante as incursões em campo, foi possível observar que as áreas de roçado/cultivo de alimentos voltados ao autoconsumo e à renda familiar não estão somente nas proximidades das casas. Desse modo, uma mesma família pode ter roçados em diferentes localidades na serra, a depender das qualidades buscadas como aptas ao cultivo. Outros dois aspectos foram observados: os nativos têm profundo conhecimento sobre os distintos agroambientes[16] contidos nos domínios de seu território, e o trânsito entre comunidades e campos por sobre a serra é uma constante, feito, sobretudo, a cavalo ou a pé, já que estradas são escassas nessas regiões.

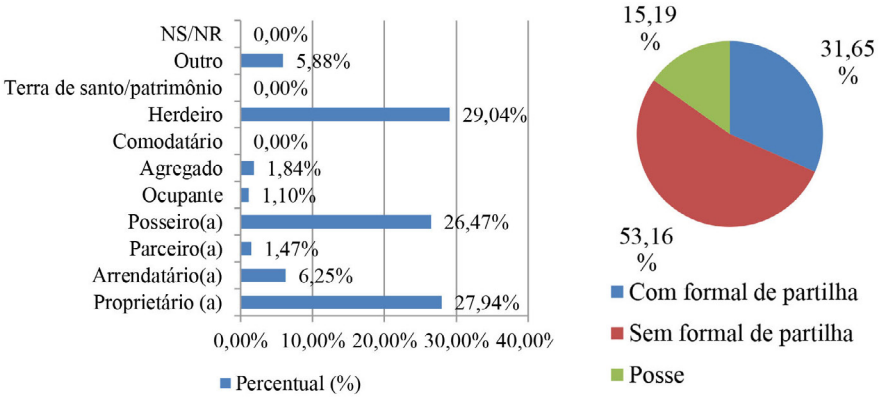
Os dados a seguir referem-se às condições de posse ou domínio familiar da terra na comunidade, ressaltando que não estão incluídas as terras tradicionais de coleta em sua totalidade, bem como as porções envolvidas nas moradias e nos roçados localizadas nos campos, sendo estas utilizadas durante as jornadas em que as pessoas lá permanecem. Assim, constatou-se que a maioria dos comunitários divide-se em três categorias: herdeiro (29,04%), proprietário (27,94%) e posseiro (26,47%); poucos são arrendatários (6,25%) ou apresentam outro tipo de uso e posse de terra não especificado (5,88%) (Figura 4). Parceiros, ocupantes e agregados não somam, cada um, 2,0% do total. Além disso, dos 29,04% que se situaram numa condição de herdeiros da terra, 53,16% não fizeram formal de partilha, enquanto 31,65% fizeram-no (Figura 4).

Como é comum em comunidades tradicionais, boa parte das terras que estão na posse destas não está regularizada, sendo afirmada a propriedade/posse por meio da posse fática: constituição do chão de morada e do chão de trabalho, seja para o cultivo, o extrativismo vegetal ou para a criação de gado. Nesse sentido, como tanto o direito dominial

16 Tal como proposto por Monteiro *et al.* (2019, p. 225), os agroambientes são compreendidos "como ambientes naturais com saberes/conhecimentos, locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente possibilitando usos agrícolas diversos e economia das famílias ao longo do tempo/espaço".

quanto o direito possessório são assegurados pela Constituição Federal de 1988, grande parte dos comunitários entrevistados consideram que estão regulares quanto ao acesso à terra e ressaltam a importância do território para as gerações atual e futuras.

Figura 4 - (a) Condição de uso e posse da terra / (b) Condição de posse (se herdeiro).

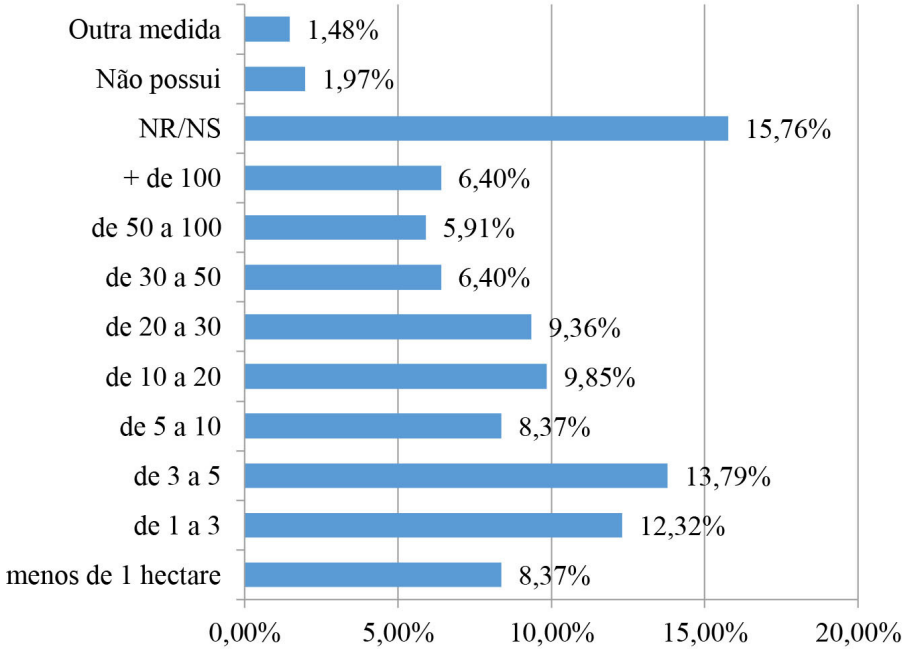


Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando o tamanho das terras ocupadas na comunidade por cada família (Figura 5), 15,76% das pessoas não souberam ou não responderam qual o tamanho de suas terras. Pelos dados, é possível constatar que se trata de pequenas propriedades de terras, sendo que 13,79% dos entrevistados afirmaram possuir de 3 a 5 hectares e 12,32%, de 1 a 3 hectares. Propriedades situadas nas categorias de menos de 1 hectare, de 5 a 10 hectares, de 10 a 20 e de 20 a 30 hectares correspondem, cada uma, a menos de 10% dos moradores. A porcentagem de comunitários que possuem de 30 a 100 hectares foi de 12,31% e o percentual acima de 100 hectares foi de 6,40%. Para além desses números, os entrevistados que não possuem terra e os que não as classificaram dentro das categorias de medidas apresentadas são, respectivamente, 1,97% e 1,48%. Tais aspectos refletem, assim, a estrutura fundiária brasileira e mineira como processo histórico de contínua exclusão social desses grupos - tanto no que se refere ao tamanho deles quanto no que se refere à sua regularização ou titulação – sendo, também, recorrente entre outros povos e comunidades

tradicionais no país. Ao mesmo tempo, eles realçam o significado fundamental que cumprem as terras de uso comum para garantia da reprodução sociocultural das comunidades apanhadoras de flores.

Figura 5 - Total de terras em hectares



Fonte: elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar que a unidade familiar abriga, também, os jovens, tornando-se terra de trabalho das novas gerações e, possivelmente, das novas famílias que venham a ser formadas. Portanto, a demanda pelas terras e, mais que isso, pelo território é tida como possibilidade de acolher a juventude quilombola e de apanhadores de flores – tanto para novos roçados quanto para acesso aos campos de coleta e de criação de rebanhos e, consequentemente, acesso à renda, como será visto adiante.

Em termos de infraestrutura básica das casas em que os entrevistados residem, a maioria delas é construída com material de adobe (45,81%) ou de alvenaria (45,32%) e apenas uma pequena parcela é construída com pau a pique (7,88%) ou com outros materiais (0,99%). Em todos os casos, há

prevalência de construção própria das moradias com ajuda de parentes, o que reafirma a importância dos laços de parentesco e o domínio de técnicas baseadas nos materiais e conhecimentos locais.

As formas de esgotamento sanitário das residências são feitas, em sua maioria, por intermédio de fossas, sendo que há fossa séptica em 45,81% das residências e fossa seca em 45,32% delas. Isso porque a rede geral de esgoto abrange uma parcela muito baixa das residências (7,88%) e é localizada somente nas sedes dos distritos rurais.

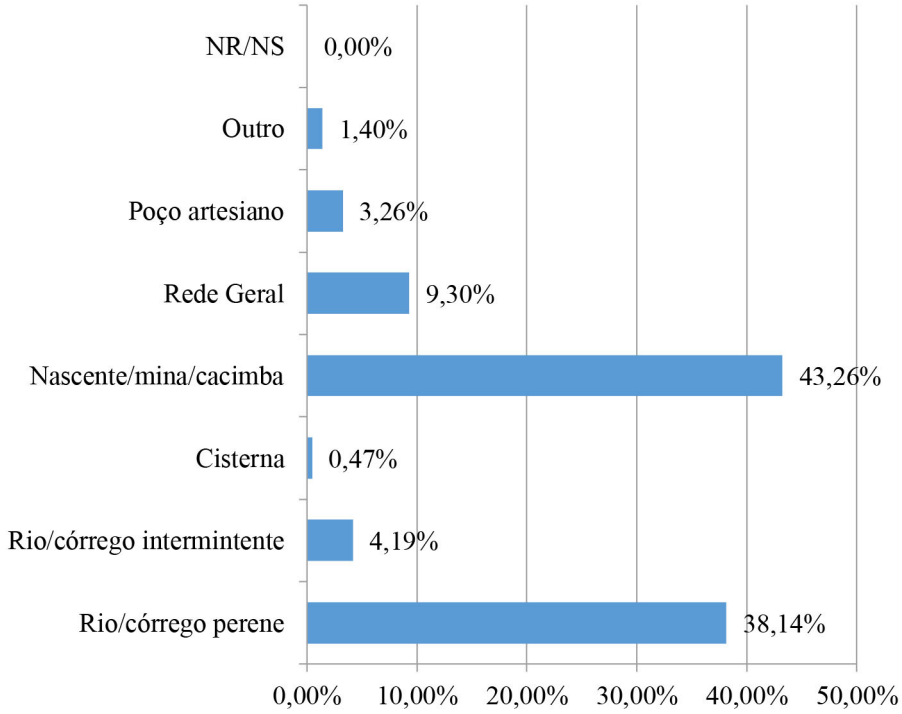
A questão da água é de extrema relevância para as comunidades tradicionais, considerando-se os seus modos de vida, que têm íntima relação com o meio natural em que vivem, e, também, as ameaças que sofrem por empreendimentos de grande porte do agronegócio e mineração. No caso das comunidades quilombolas e apanhadoras de flores, por exemplo, durante as entrevistas, a água foi ressaltada como uma riqueza da região e um patrimônio herdado que recebe atenção especial desde os ancestrais:

> A água é tudo pra nós, é que dá condição de vida. E aqui na serra nós tâmo bem servido, mas tem que cuidar pra não faltar. É assim desde o tempo dos antigo. Tem área de mata fechada desde os antigo até hoje que é pra preservar água. (Morador da região de Macacos).[17]

Além disso, há um estreito vínculo entre o livre acesso às terras ancestrais e o uso da água, conforme explicitado pelos dados levantados (Figura 6). Desse modo, a maior parte das residências dos entrevistados, o que equivale a 43,26%, é abastecida por água proveniente de nascentes, minas ou cacimba, e 38,14% delas são abastecidas por água de rio ou córrego perene. A rede geral de distribuição, por sua vez, abrange apenas 9,3% das residências, localizadas nas sedes dos distritos rurais. Outras formas de abastecimento também foram encontradas, embora não tenham valores tão significativos: 4,19% das casas recebem água de rio ou córrego intermitente, 3,26%, de poços artesianos, 0,47%, de água de cisternas e 1,40%, de outras fontes não identificadas. A partir dessas informações, é válido ressaltar que quase todas as residências possuem água canalizada (96,06%).

17 Morador da região de Macacos apud MONTEIRO, 2011.

Figura 6 - De onde vem a água que abastece a residência?



Fonte: elaborado pelo autor.

A água consumida pelos comunitários é, em sua maior parte, filtrada (53,65%), ou não tratada (38,20%); nesse contexto, apenas 4,29% dos entrevistados fervem a água que consomem e 2,15% consomem a água proveniente da rede geral. Sobre outras formas de consumo, destaca-se que residências que consomem a água clorada, coada ou de outras formas não contabilizam 1% para cada uma dessas categorias.

Outros dados relevantes sobre a infraestrutura dos domicílios são: 94,09% dos entrevistados possuem energia elétrica na residência, sendo que isso se tornou realidade em anos recentes para a maioria das localidades entrevistadas. O lixo também recebe atenção das comunidades, sendo a maior parte queimada (74,67%), segundo os moradores. Os outros destinos mais comuns dados ao lixo são a coleta por serviço de limpeza (14,22%), nas sedes dos distritos rurais, e enterrado em terreno próximo às residências (8,89%). Números menos

significativos demonstram que 1,78% dos entrevistados jogam o lixo em terreno baldio e 0,44% não sabe dizer qual o destino dado ao lixo de suas residências.

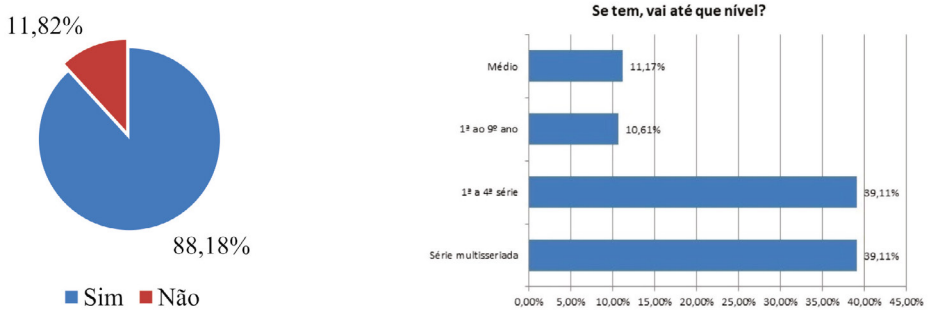
Nas comunidades estudadas, os principais meios de transporte e de locomoção entre os territórios de moradia e a cidade eram, respectivamente, táxi ou mototáxi (20,93%), carro (17,53%), ônibus (15,52%), cavalo (13,51%), moto (12,36%) e a pé (11,49%). Outros meios também são utilizados por um número menor de pessoas, como a bicicleta, utilizada por 1,15%, a carroça ou charrete, utilizada por 0,86%, e barco, utilizado por apenas 0,29% dos moradores. Ainda há 6,32% dos entrevistados que utilizam outros meios para se locomoverem, mas não há identificação destes. Nesse contexto, ressalta-se que os animais de carga e para transporte humano são muito valorizados por viabilizarem o transporte por sobre/para a serra e por representarem uma importância cultural significativa, estando vinculados a festividades e a cavalgadas tradicionais, remetendo, inclusive, a histórias de tropeiros.

Em relação aos meios de comunicação utilizados, a maioria das pessoas (70,44%) informa-se por intermédio da televisão, 26,11%, por intermédio do rádio e 3,45% dos entrevistados utilizam outros meios para tal. Já no que diz respeito à comunicação com outras pessoas, os dados revelam que 23,65% dos moradores utilizam telefones celulares para se comunicar. Ademais, a porcentagem dos que usam telefone fixo é de 6,9%, o que revela que poucas residências possuem sistema de telefonia fixa e, quando ocorre, está restrita aos distritos rurais. Por fim, poucos utilizam telefone público (0,99%) ou rádio (1,97%). Notou-se, durante as incursões em campo, que a internet não é de fácil acesso às comunidades, carecendo de sinal ou de infraestrutura que a permita funcionar. Sendo assim, esse não era um meio acessível aos nativos da região no momento da pesquisa. Alguns, inclusive, o desconheciam.

No que se refere à existência de escola nas comunidades pesquisadas, foi constatado que 88,18% delas têm escolas, enquanto 11,82%, não. Das existentes, 39,11% funcionam no modelo multisseriado, 39,11% atendem somente ao ensino fundamental (1ª a 4ª série), 10,61% oferecem ensino do 1ª ao 9ª ano e, por último, 11,17% atendem até o ensino médio (Figura 7). Isso implica a necessidade de estudantes, que queiram seguir estudando a partir do 5º ano, deslocarem-se, diariamente, de

suas comunidades para terem acesso à educação (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, mais raramente). No caso das comunidades que não têm escola, 79,17% dos alunos deslocam-se para comunidades vizinhas, 8,33% deslocam-se para a sede do município e 4,17% deslocam-se para outro município.

Figura 7 - (a) Há escola na comunidade? / (b) Se tem, vai até que nível?

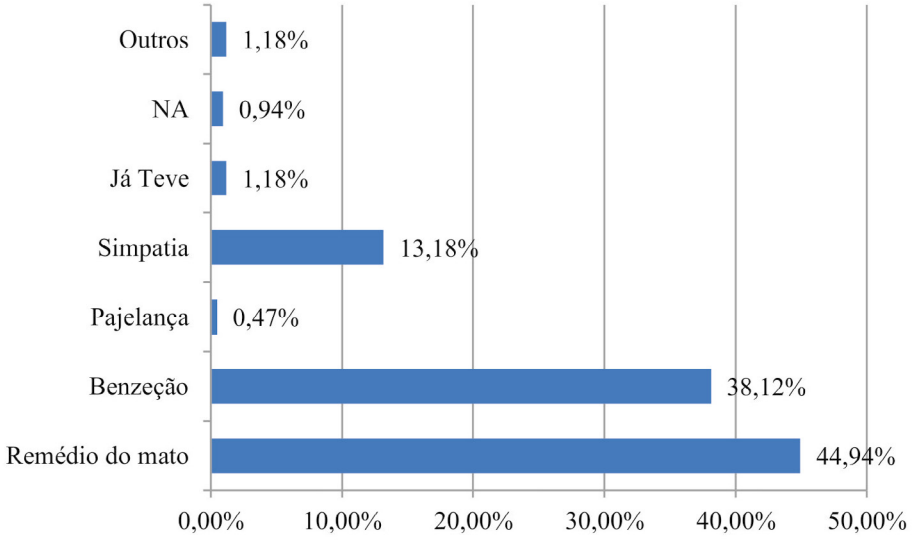


Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados da saúde revelam um amplo repertório de práticas medicinais tradicionais das comunidades quilombolas e apanhadoras de flores. Nesse sentido, quando questionados se utilizavam remédios tradicionais no tratamento e na cura de enfermidades, 44,94% das pessoas responderam que usam remédio do mato, 38,12% disseram que fazem uso da benzeção, 0,47% vale-se da pajelança e 13,18% utilizam simpatia (Figura 8). Todas essas formas condizem com as práticas medicinais dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil. Questionados sobre a atuação de parteira na comunidade, 62,56 informaram que já houve, 9,85% que ainda há, 6,40% informaram que não e 21,18% dos entrevistados não respondeu ou não soube responder.

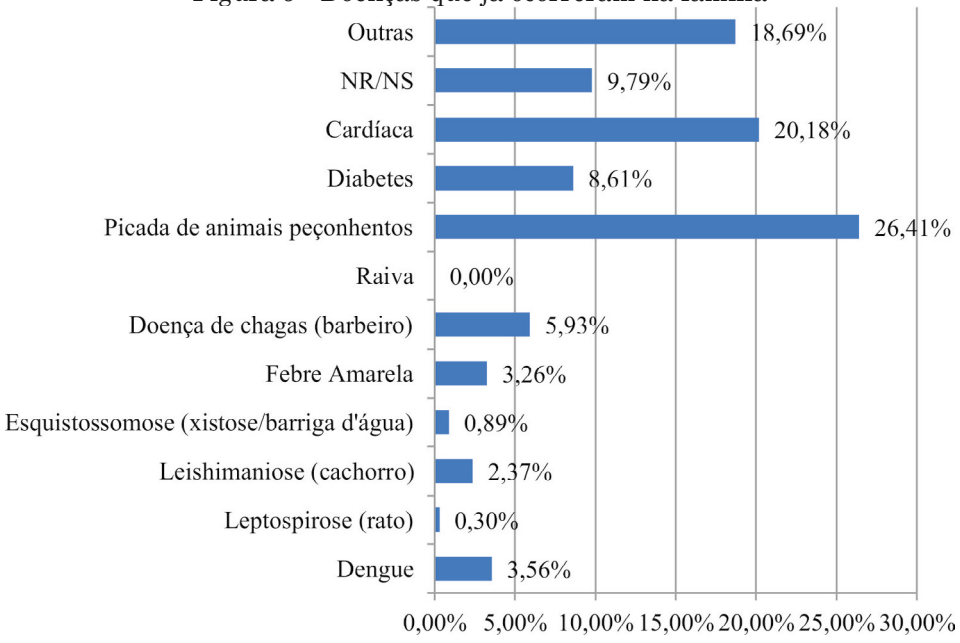
Sobre a ocorrência de doenças nas famílias entrevistadas, 26,41 % delas já tiveram casos de picadas de animais peçonhentos, 20,18% foram ou são afetadas por doenças cardíacas, 8,61% possuem diabetes, 5,93%, doença de chagas, 3,56 % já tiveram dengue, 3,26%, febre amarela, 2,37 %, leishmaniose. Por último, menos de 1% apresentou casos de leptospirose e esquistossomose, e 18,69% declararam a ocorrência de outras doenças.

Figura 8 - Práticas tradicionais de cura na comunidade



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 9 - Doenças que já ocorreram na família



Fonte: elaborado pelo autor.

Em termos de programas socioassistenciais, das 203 famílias entrevistadas, 35,47% recebiam bolsa família, 11,22% acessavam o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), nenhuma família acessava o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) ou o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), menos de 1% delas recebia o BPC/LOAS - Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica de Assistência Social[18], 75,12% não acessavam nenhum tipo de programa socioassistencial, 8,29% dos entrevistados não sabiam ou não responderam à questão, e 4,39% acessavam outros programas não citados acima.

Os dados supracitados coadunam-se com o quadro dos povos de comunidades tradicionais no Brasil, o qual demonstrava um baixo acesso dessas pessoas a políticas públicas ou programas sociais. Ao mesmo tempo, no caso em questão, revela-se uma considerável capacidade econômica e autônoma das comunidades entrevistadas, a qual está ancorada nas atividades agroextrativistas e pastoris, essenciais para sua reprodução socioeconômica, conforme se pode verificar mais adiante.

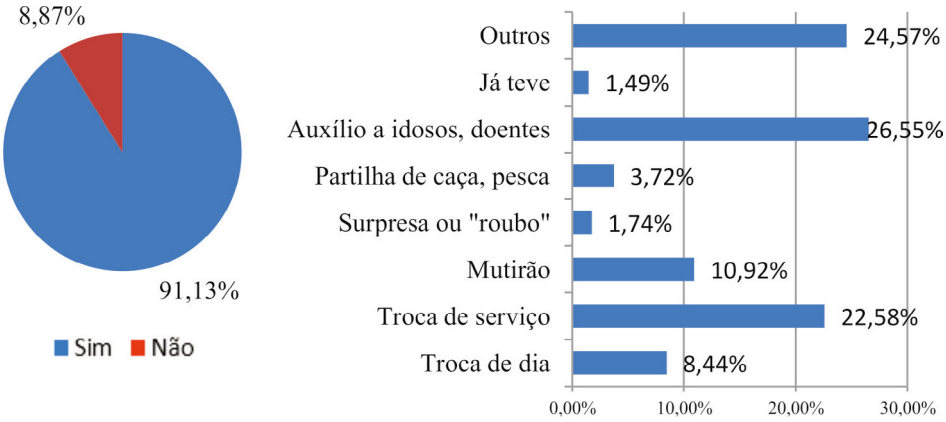
Em termos de participação comunitária, a maioria dos entrevistados (66,95%) faz parte de alguma associação comunitária, enquanto 30,05%, não. Dos que compõem alguma associação, 69,72% participam regularmente, 28,87% participam eventualmente e 1,41% não participam. Em relação à participação deles em cooperativas, menos de 1% é cooperado. Quanto à sindicalização dos comunitários, 41,87% fazem parte do sindicato de trabalhadores rurais. Dos que são sindicalizados, 27,06% participam do sindicato regularmente, 36,47% participam eventualmente e 36,47% não participam.

Como foi constatado em campo, e é comum entre povos e comunidades tradicionais, suas práticas políticas nem sempre estão em consonância com a lógica usual da sociedade mais ampla, quanto à formalização ou institucionalização. Nesse sentido, o diálogo do Estado com esses grupos não deve ocorrer somente via organizações formais; torna-se necessário que reuniões/consultas sejam realizadas nas localidades, previamente informadas e amplamente divulgadas, de forma a democratizar a informação e contar com a representatividade social – conforme previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

18 O BPC/LOAS é um direito assegurado a toda **pessoa idosa, acima de 65 anos, de baixa renda**. Assim como aos portadores de deficiência de origem física, intelectual ou sensorial também de baixa renda e de qualquer idade. Considera-se baixa renda, em 2021, aquele que, somados todos os rendimentos de quem mora na mesma casa, tenha renda por pessoa do grupo familiar menor do que 50% do salário-mínimo vigente. Criado a partir da Lei Orgânica da Assistência Social, o benefício consiste numa **renda mensal equivalente a um salário mínimo**.

Em termos de solidariedade e cooperação entre as famílias, a ajuda mútua é recorrente: 91,13% dos entrevistados afirmaram haver cooperação e solidariedade entre as famílias. Das formas de cooperação, 26,55% correspondem ao auxílio a idosos e/ou doentes, 8,44%, à troca de dia de trabalho, 22,58%, à troca de serviço, 10,92%, ao mutirão, e um pouco mais que 30% correspondem a outras formas de cooperação e solidariedade (Figura 10). Esses dados de reciprocidade são indicativos de tradicionalidade, sendo o assalariamento raro. O concurso de familiares nas atividades produtivas é bastante frequente, o que envolve o cultivo, a criação, o extrativismo vegetal ou qualquer outra atividade produtiva.

Figura 10 - (a) Aqui, na comunidade, as famílias cooperam umas com as outras? / (b) Formas de cooperação e solidariedade entre as famílias da comunidade



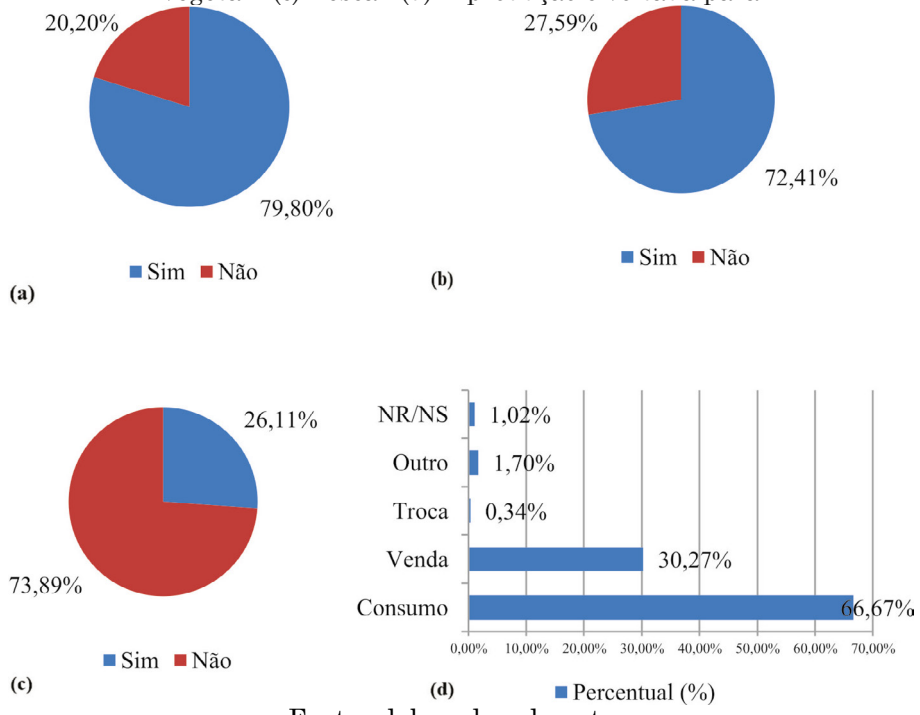
Fonte: elaborado pelo autor.

Em termos de produção e renda, grande parte dos entrevistados cultiva a terra - roça e horta (79,80%) e possui frutíferas em seus terrenos (94,58%), bem como possui criação de animais (84,73%) e realiza extrativismo vegetal (72,41%). Além disso, para 26,11% deles, a prática da pesca foi apontada como relevante (Figura 11). Segundo os comunitários, 66,67% da produção agrícola (roça) realizada pelas famílias é voltada para o consumo, enquanto 30,27% dela é destinada para a venda e 0,34%, para a troca (Figura 11). Desse modo, observa-se que tais dados reafirmam a priorização do abastecimento familiar, com considerável autonomia.

A maioria das famílias tem ou já teve o hábito de conservar sementes para o plantio. Sobre essa prática, 39,90% declararam que trabalham com sementes próprias (crioulas), 18,72% afirmaram que já as conservaram e 37,44% declararam não trabalhar com esse tipo de semente (Figura 12). A partir desses dados, é importante destacar que as sementes tradicionais ou crioulas são sinônimo de autonomia e, ao mesmo tempo, marca de tradicionalidade frente ao pacote tecnológico da agricultura moderna industrial.

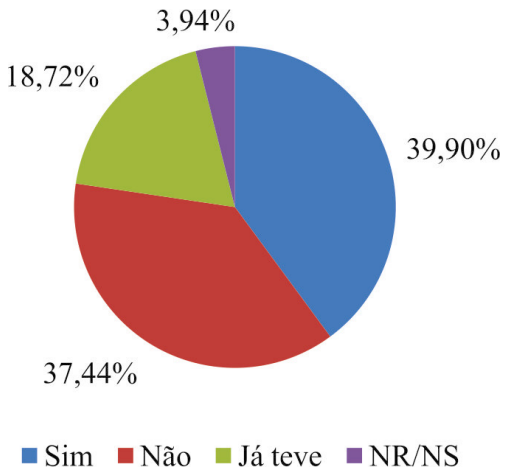
Ressalta-se que 84,73% das famílias exercem a criação de animais, entre bovinos, suínos e aves, sendo que o gado bovino da raça *Curraleiro*, primeira raça a adentrar o país durante a colonização, ainda é utilizada na região. Além disso, que as práticas tradicionais de agricultura, como roça de toco e rotação com pousio de glebas para reposição da fertilidade das terras, foram identificadas nas diferentes comunidades/localidades entrevistadas, assim como práticas de benzeção para proteção dos cultivos ou roçados e para cura de bicheiras nos animais.

Figura 11 - (a) Planta roça/horta / (b) Pratica extrativismo vegetal / (c) Pesca / (d) A produção é voltada para



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 12 - Tem sementes crioulas na comunidade?

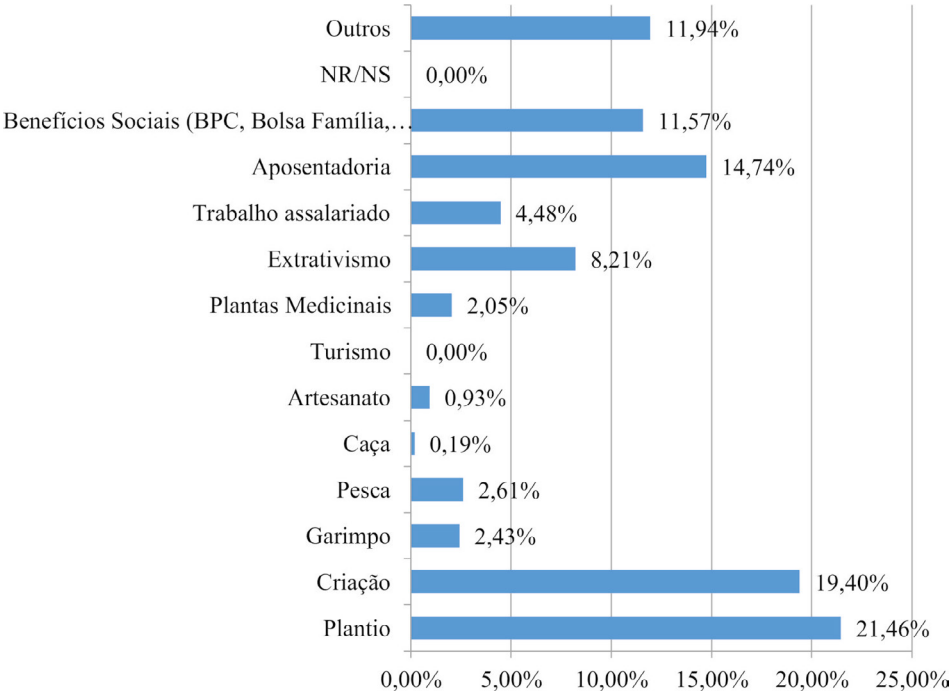


Fonte: elaborado pelo autor.

As comunidades estudadas apontam para a pluriatividade, conforme o que foi proposto por Carneiro (1998), por meio da qual há incorporação das atividades não agrícolas à dinâmica da agricultura familiar, compondo estratégias familiares de reprodução social. Dessa forma, depreende-se, a partir da composição da renda familiar apresentada abaixo, que há várias atividades não agrícolas, o que implica reconhecer processos pluriativos incorporadores dessas práticas não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social dos grupos. Ao mesmo tempo, a renda monetária é composta pelas diferentes atividades exercidas pela família, sendo que a fonte principal varia de acordo com o contexto familiar e comunitário.

Para 21,46% das famílias entrevistadas, a atividade que mais contribui como fonte de renda monetária é o plantio; para 19,40% delas, é a criação; para 8,21%, é o extrativismo vegetal. Menos de 3% têm, como principais fontes de renda, o garimpo e a pesca, e menos de 1% tem a caça e o artesanato como responsáveis por essa função. Além do mais, 2,05% têm, como principal fonte de renda, o comércio de plantas medicinais, 14,74% têm, como principal ingresso, a aposentadoria, 4,48%, o trabalho assalariado e 11,57% têm os benefícios sociais, como BPC, Bolsa Família, entre outros.

Figura 13 - Principais atividades produtivas / fontes de renda da família



Fonte: elaborado pelo autor.

Ficou claro, nas entrevistas, que na lógica local das comunidades, na composição da renda da família associam-se atividades complementares às atividades voltadas para o consumo com aquelas nas quais se realiza a venda de produtos. Entretanto, no momento de realização deste estudo, havia restrições de algumas atividades realizadas, historicamente, pelas famílias que conferiam renda, a exemplo do extrativismo vegetal nas áreas de uso comum, circunscritas hoje como parque.

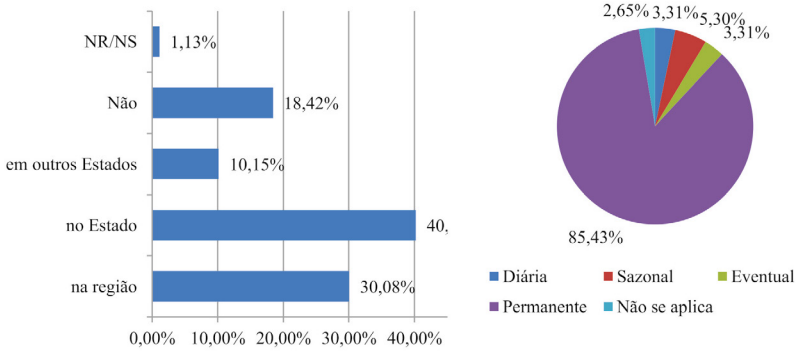
O fato de 72,41% das famílias terem declarado praticar o extrativismo vegetal (Figura 11) e este aparecer como principal fonte de renda somente para 8,21% das famílias (Figura 13) reflete não somente a queda dos preços em função da proibição da exportação das principais espécies de flores sempre-vivas, mas também as restrições impostas à atividade extrativista pela criação do PNSV. No entanto, dentre as famílias que apontaram essa atividade como a principal fonte de renda, existem algumas delas que obtêm, na atualidade, 100% da renda monetária familiar advinda do extrativismo de flores.

Além disso, merece destaque o baixo porcentual de famílias que declararam, como principais fontes de renda, o trabalho assalariado (4,48%) e os benefícios sociais governamentais (11,57%) (Figura 13), refletindo, por um lado, a sua autonomia na sua manutenção e reprodução social e, por outro, mais uma vez, o baixo acesso a políticas e a programas governamentais, sendo essas características marcantes entre povos e comunidades tradicionais no país.

Em termos de migração sazonal e migração definitiva, 81,58% dos comunitários entrevistados têm alguém da família que trabalha fora da comunidade; dos que trabalham fora, 30,08% fazem-no na região, 40,23% no estado e 10,15% em outros estados. É importante evidenciar que a maioria das pessoas que trabalha fora migrou da comunidade (85,43%), enquanto 3,31% saem e voltam diariamente, 5,30% sazonalmente e 3,31 eventualmente (Figura 14).

Os dados acima, por um lado, estão associados ao processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas e à necessidade de diminuir a pressão sobre a terra escassa, fatos indicativos do aumento da migração e também da necessidade de recuperação das terras que faziam parte do patrimônio familiar e que, hoje, estão dentro do perímetro do PNSV, de parques estaduais e/ou no seu entorno. Por outro lado, os baixos índices de saída para trabalho ocasional/sazonal dos que moram na comunidade, comparado com outras realidades rurais, indicam vigor da economia local, pois, como demonstrado, poucas pessoas migram em busca de trabalho externo para obter renda.

Figura 14 - (a) Alguém da sua família trabalha fora da comunidade? Onde? / (b) Se trabalha fora da comunidade, com que periodicidade?



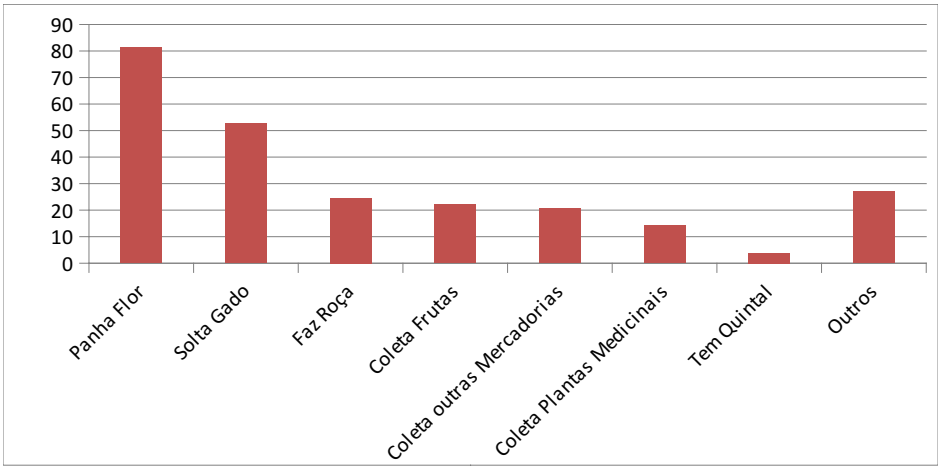
Fonte: elaborado pelo autor.

As pessoas que migraram recebem os parentes na cidade, na maioria das vezes, para tratamento de saúde (27,68%) e para lazer (49,72%). Outros motivos como trabalho eventual, trabalho permanente e estudos correspondem a menos de 5%, o que demonstra a elevada ocupação dos que vivem nas comunidades com as atividades lá exercidas. Em relação à renda obtida na cidade, apenas 22,31% dos migrantes enviam, regularmente, recursos para suas famílias e 16,15% fazem isso eventualmente, sobretudo pelos custos adicionais no contexto da cidade (pagamento de contas de água, luz, aluguel, impostos, etc.). Nesse sentido, a ligação das famílias que migraram permanentemente para a cidade com as que ficaram nas comunidades é um indicativo de manutenção do sentimento de pertença e dos vínculos comunitários, sociais, religiosos, territoriais.

Sobre o uso que as pessoas fazem ou faziam da serra, mais de 80% dos comunitários declararam apanhar flores, mais de 50% utilizava ou utilizam-na para a solta de gado e pouco mais que 20% fazem ou faziam roças no que, hoje, está delimitado como parque (nesse caso, o PNSV). Aproximadamente, esse mesmo percentual de famílias usa ou usava a serra para a coleta de outras mercadorias do extrativismo vegetal, também voltado para o mercado de plantas ornamentais; além disso, pouco mais de 10% coletam ou coletavam plantas medicinais, e pouco mais de 20% declaram outros usos (Figura 15).

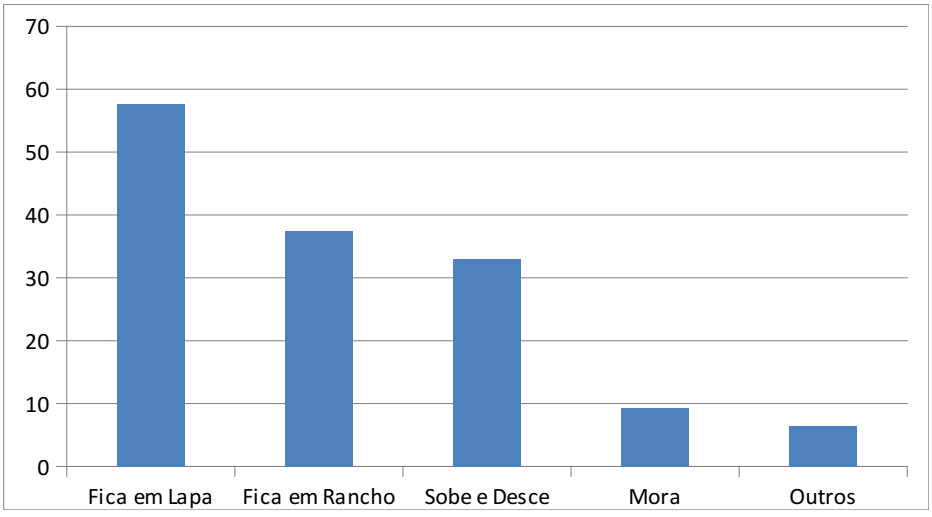
A maioria das pessoas, quando vai à serra, fica em lapa (mais de 50%), menos de 40% ficam em ranchos, e entre 30% e 40% vão para a serra e retornam no mesmo dia, o que tem relação direta com a distância dos campos de coleta (Figura 16). Nesse contexto, é válido pontuar que as lapas são de uso ancestral, o que significa dizer que as famílias estão há gerações usando uma mesma lapa como moradia na época em que estão nos campos. Há, ainda, aquelas que são utilizadas por mais de uma mesma família para passagens/ abrigos rápidos durante as longas travessias de um local para outro na serra.

Figura 15 - Uso da Serra



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 16 - Relação com a Serra



Fonte: elaborado pelo autor.

É importante destacar a coexistência destes dois tempos verbais, presente e passado, porque, em algumas comunidades, devido à presença do parque nacional e de outros possíveis conflitos, as famílias já não podem mais utilizar a serra da maneira como o faziam tradicionalmente, e isso tem efeito direto na renda e no modo de vida, como visto anteriormente. Isso também

deve ser considerado em relação aos parques estaduais que se encontram sobrepostos às terras comunitárias de comunidades apanhadoras de flores no Espinhaço Meridional.

Em entrevistas em campo, foi possível compreender que, historicamente, os usos combinados dos agroambientes e das diferentes atividades é que garantiram, e ainda garantem, a manutenção da vida nesse território de tradições. Ademais, as estratégias de reprodução sociocultural e econômica das famílias quilombolas e apanhadoras de flores está assentada na coleta, na criação e no cultivo, práticas que conjugam uma gama ampla de conhecimentos tradicionais, associados aos usos potenciais dos ecossistemas envolvidos/compreendidos - transmitidos pela oralidade através das gerações - em que os ciclos da natureza são decisivos:

> A serra é uma mãe. É ela que garante a vida aqui. Sem ela não tem flor, gado e nem remédio pra cura das doenças. Não tem também água pra beber e mesmo lugar de plantá roça. (Morador do Sertão).[19]

> Cada época tem a coisa certa de fazer, conforme o tempo. Nas águas tem a roça e na seca tem a flor. Na seca o gado tem que ficar na serra, nos campos, porque só lá tem capim na estiagem. Fruto tem de diferentes épocas também. Pra viver aqui, tem que conhecer a natureza. (Moradora da região de Santa Rita).[20]

Na serra, os distintos lugares são permeados por história e significação. Não por acaso, eles recebem diferentes nomes, que são responsáveis por remeter as pessoas à memória coletiva, como *Campo do Arrenegado* ou *Capão da Onça*. Embora esses campos não sejam homogêneos, as territorialidades das diferentes comunidades são reconhecidas pelas famílias, assim como seu uso é permeado pelas relações de parentesco, com normas construídas ao longo do tempo, como se observa em outras terras de uso comum/tradicional.

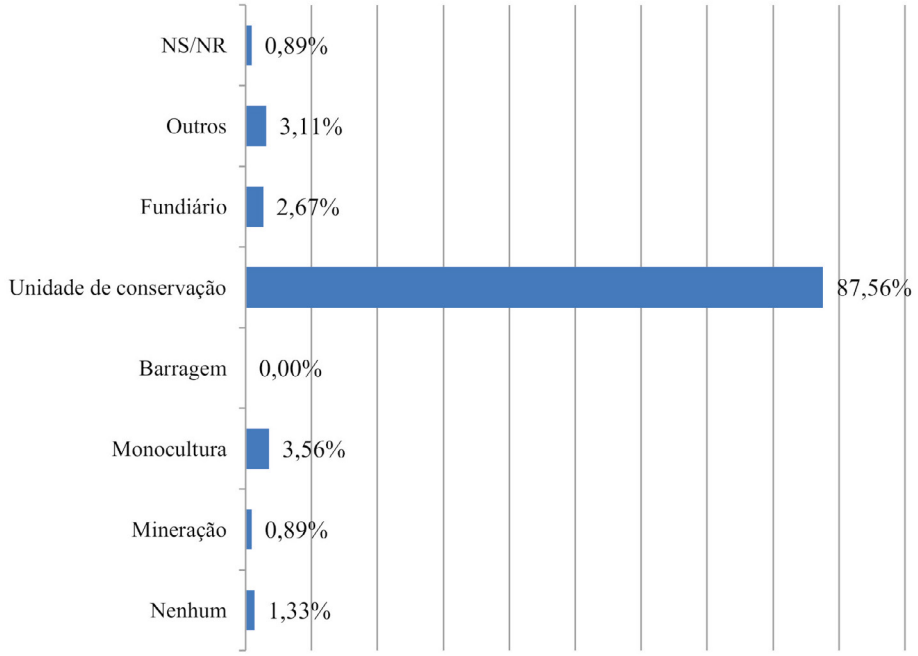
De modo semelhante, a panha da flor e a permanência na serra aportam significados culturais e mesmo medicinais, para além do trabalho e da organização da economia familiar. A elas, por exemplo, são atribuídas a cura de depressão, um lugar de reencontrar amigos, os ritos de quando

19 Morador do Sertão apud MONTEIRO, 2011.
20 Moradora da região de Santa Rita apud MONTEIRO, 2011.

e como se inicia a coleta de flores pelos filhos e o conhecimento da serra, sendo que saber transitar e viver nesta confere respeito da comunidade.

Dos conflitos enfrentados pelas comunidades pesquisadas, a unidade de conservação, que, no caso, é o PNSV, foi apontada, pela maioria das famílias entrevistadas (87,56%), enquanto conflitos que envolvem mineração, monocultura, latifúndios, entre outros, somaram pouco mais que 10%, de acordo com a pesquisa (Figura 17).

Figura 17 - Quais conflitos a comunidade enfrenta?



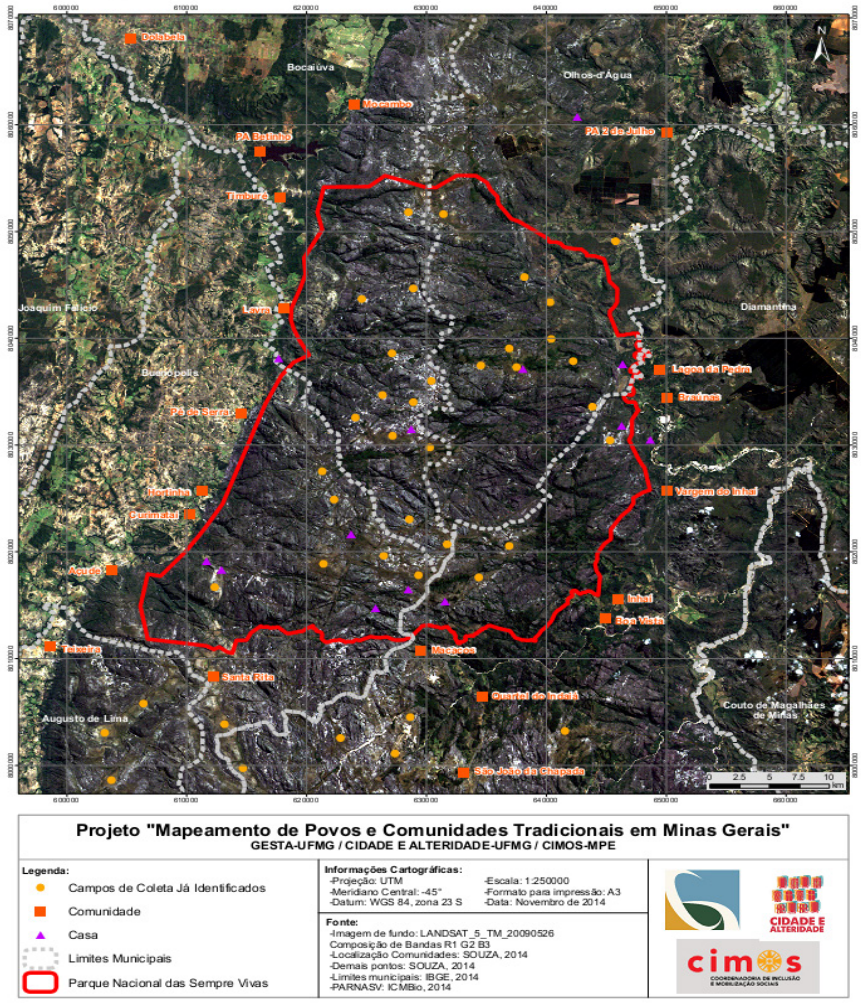
Fonte: elaborado pelo autor.

O uso de sítios tradicionais, nominados e localizados dentro do que foi delimitado como PNSV, bem como a presença das lapas, representando marcos de memória e sociabilidade das comunidades e ocupação efetiva no manejo dos recursos naturais dentro e nas imediações da unidade, são indicativos da necessidade de considerar o uso sustentável desses recursos, notadamente das flores sempre-vivas, para manutenção da vitalidade das espécies e para manutenção da própria fertilidade da vida social (Figura 18).

No quadro 1, é apresentada a nominação dos campos ou das áreas de

ocupação e uso das comunidades na Serra (dentro do PNSV), conforme dados compilados a partir dos desenhos e relatórios das oficinas realizadas pelo Projeto Mapeamento. Nessa organização, cabe ressaltar que um mesmo campo foi citado por comunidades distintas, em geral vizinhas e aparentadas, indicando territorialidades construídas por intermédio de relações entre esses grupos, inclusive de parentesco.

Figura 18 - Terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas e apanhadores de flores sempre-vivas nas imediações e dentro da área delimitada como PNSV



Quadro 1 - Campos e áreas ocupadas pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas dentro do PNSV

Município	**Comunidade/ Localidades**	**Área de Ocupação e Uso da Serra (Dentro do PNSV)**
Bocaiuva	Lagoa Grande	Chapada (Água Branca, Vargem do Cocho, Tabua, Poço d'água, Calunga, Baixa Grande), Vargem da Estaca, Vargem do Óleo, Vargem Zumbi, Vargem Santa Izabel e Região de São Caetano (desde a Chapada até depois da vertente para o Jequitinhonha).
	Lavras	
	Timburé	
Buenópolis	Mamonas/São José	
	Pé de Serra	Campo Arrenegado, Vargem da Lapinha, Vargem do Galheiro, Região de Pedra Redonda.
	Curimataí	Curral de Pedra, Vargem Grande, Pastinho, Capão das Pombas, Quilombo Bananal, Lamarão.
	Santa Rita	Pedra Redonda, Serra do Tigre, Campo da Paciência, Vargem Grande, Serra do Galho.
Diamantina	Macacos	Campo Arrenegado, Campo Triste, Campo São Domingos, Campo Seu Antônio, Morro Redondo, Retiro, Vargem do Padre, Serra do Tatu, Serra do Urubu, Serra Quebra Bateia, Serra das Contendas, Alto da Contagem, Lamarão, Rancharia, Campo das almas.
	Macaquinhos	
	Caeté Mirim	
	São João da Chapada	
	Quartel do Indaiá	
	Inhaí/Boa Vista	Campo São Domingos, Pedra Redonda, Estreito, Morro do Chapéu, Conquista, Taquaral, Fundão, Campo João Alves, Meia Pataca, Terra Branca, Meia Pataca, Capão Mandu, Buriti, Lamarão, Inhaçica, Contagem, Serra da Contagem, Valeriano, Folheta, Campo Triste.
	Vargem do Inhaí	
	Braúnas	
Olhos D'água	Contagem	
	Sete Paus	Campo Arrenegado, Campo Triste.

Fonte: elaborado pela equipe de pesquisa.

Considerações finais

Os dados descritos e brevemente analisados acima apontam para a necessidade de repensar o ordenamento territorial das terras comunitárias sobrepostas por unidades de conservação de proteção integral e empreendimentos capitalistas, buscando garantir a ocupação tradicional das comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas, bem como os usos tradicionais dos seus recursos naturais.

Além disso, é válido ressaltar que os usos tradicionais de sítios e campos nominados pelas comunidades, a presença das lapas de ocupação sazonal ancestral, representando marcos de memória e sociabilidade das comunidades, o uso das terras agricultáveis, dos campos rupestres, das flores sempre-vivas e outros recursos denotam a vitalidade desses modos de vida.

Os sujeitos coletivos de direito aqui considerados - as comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas - e seus territórios representam formas contra-hegemônicas face ao avanço do capitalismo e seu desenvolvimento. Ao repensar o local e o global, Arturo Escobar (2005) afirma que um conjunto de trabalhos recentes tenta reposicionar "o lugar", oferecendo elementos para pensar além do desenvolvimento, a fim de conceitualizar o pós-desenvolvimento, que, segundo o autor, é mais favorável à criação de novos tipos de linguagens, compreensão e ação. Nessa perspectiva, o pesquisador enfatiza o papel do trabalho etnográfico, documentando práticas, saberes e modos de vida em diversos ambientes, demonstrando formas de resistência ativa ao próprio desenvolvimento, trabalhos sobre modelos locais de economia e ambientes mantidos por comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e tradicionais, fundados, em grande medida, no conhecimento e nas práticas locais (ESCOBAR, 2005, p. 76).

É nesse contexto que o presente trabalho foi realizado, como uma contribuição ao processo de visibilização e luta pelo reconhecimento e pela garantia de direitos. Nesse aspecto, a pesquisa demonstra como, na porção meridional da Serra do Espinhaço, grupos locais, longe de serem receptores passivos de condições e imposições transnacionais, configuram, ativamente, o processo de (re)construir identidades, relações, práticas e territorialidades.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombo*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto*: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo*: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil:* texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 64/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. 32. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010

_____. *Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.* Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da União, Edição nº 227, de 21/11/2003.

_____. *Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Livraria Pioneiras Editora, 1972.

_____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Editora Contra-Capa, 1998.

COSTA FILHO, Aderval. As comunidades dos quilombos, direitos territoriais, desafios situacionais e o ofício do(a) antropólogo(a). *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, n. 2, p. 126-140, jun. 2016. Disponível em: ttp://abant2.hospedagemdesites.ws/novos_debates/wp-content/uploads/2019/06/v2n2.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz Vianna. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais* (Cartilha). Belo Horizonte - MG: Superintendência de Comunicação Integrada/Ministério Público de Minas Gerais, 2013, 49 p.

COSTA FILHO, Aderval; SILVA, César A. F.; LOPES, Edivaldo F. Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais no Alto/Médio Jequitinhonha-MG. In: Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, VI, 2019, Montes Claros. *Anais do VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais*. Montes Claros: UNIMONTES, 2019. Disponível em: https://coloquiointernacional.com/cpct/espaco-de-dialogo-1-identidade-territorio-e-saberes-tradicionais/. Acesso em: 20 ago. 2020.

ERIKSEN, Thomas Hilland. The cultural contexts of ethnic differences. *Man*. v. 26, n. 01, p. 127-144, mar. 1991.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Coleccion Sur-Sur, Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2005, p. 63-79.

GARCIA Jr., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz. Trabalho Familiar e Campesinato. *América Latina*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 37-52, 1971.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19* - Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 20 ago. 2020.

LEACH, Edmund. R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*: Um Estudo da Estrutura Social Kachin. Tradução: Geraldo Gerson de Souza, Antonio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusp, 1996.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322. Brasília: DAN/UnB, 2002.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MINAS GERAIS. *Lei nº 21.147, de 14 de Janeiro de 2014.* Institui a Política Estadual para o

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21147-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-minas-gerais. Acesso em 20 ago. 2020.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Os(as) Apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG):* travessias e contradições ambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2011.

_____. *Nas Fronteiras das Minas com o Gerais*: as terras de uso comum e o uso coletivo das terras. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda. *et al*. Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. In: EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion (ed.). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil*. Brasília: Embrapa, 2019. (Povos e Comunidades Tradicionais, 3).

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombo*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-42, 2002.

_____. 2011. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Ibero-americana*, XI, v.42, p. 111-126, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A viagem da Volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. Grupos étnicos e etnicidade. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (coord.). *Antropologia e direito*: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia; Laced; Nova Letra, 2012.

SERVILHA, M. de M. *Quem precisa de região?*: o espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, maio 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUNB, 1995.

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e Poder*. Brasília/São Paulo: Editora UNB; Editora Unicamp, p. 117-144, 2003.

Capítulo 3

Agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas

Claudenir Fávero

Introdução

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas ocupam, fazem uso e manejam agroambientes[1] localizados na Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais, e suas adjacências num processo histórico de interação com a natureza, em que, ao mesmo tempo que retiram os recursos e produtos necessários à sua existência, transformam e produzem os elementos que a constitui. Portanto, nesse contexto, a totalidade ambiental é consequência também da presença humana.

Os agroambientes manejados pelos apanhadores de sempre-vivas estão localizados nas duas faces (oriental e ocidental) e sobre a Serra do Espinhado, em sua porção Meridional. São agroambientes que vão de, aproximadamente, 600 a 1400 metros de altitude. Nessa porção da Serra do Espinhaço, ocorre o encontro dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, portanto, trata-se de uma região de transição, onde são encontrados agroambientes com fitofisionomias dos biomas e situações transicionais entre estes.

Na descrição dos agroambientes, serão utilizadas informações obtidas pelo trabalho, pela observação de campo e pela interação com membros das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, ao longo de mais de 10 anos (nas duas primeiras décadas do século XXI), correlacionando-as

1 Adotamos a compreensão de Fernanda Testa Monteiro dos agroambientes "como ambientes naturais com saberes/conhecimentos locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente possibilitando usos agrícolas diversos e economia das famílias ao longo do tempo/espaço" (MONTEIRO, 2019, p. 225).

à literatura disponível. Especificamente em relação aos solos que ocorrem nos agroambientes, formulou-se um modelo de ocorrência ao longo das toposequências, a partir dos trabalhos e interações em campo e da literatura disponível sobre os solos da região, relacionando-a com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos - SiBCS (GONÇALVES DOS SANTOS *et al*., 2018).

O modelo aqui apresentado vai ao encontro à perspectiva do que é preconizado por Resende *et al*. (2002), em que, a partir da observação dos fatos, elabora-se uma aproximação (um modelo) para explicar esses fatos, sendo, por dedução lógica, possível prever novos fatos. Em seguida, testam-se as previsões observando se os novos fatos correspondem aos previstos, se corresponderem, comprova-se o modelo, caso contrário, os fatos não previstos são agregados aos iniciais e refaz-se o modelo iniciando um novo ciclo. Nessa perspectiva,

> Os modelos, como ideias aproximadas, vão sendo modificados. Por mais úteis e duradouros que possam parecer, cederão lugar a outros modelos mais fiéis, numa contínua (às vezes episódica) aproximação da realidade (RESENDE et al, 2002, p. 616).

No tocante à vegetação, as interações e observações em campo foram correlacionadas com as fitofisionomias encontradas na literatura para o Cerrado (RIBEIRO e WALTER, 2008) e para a Mata Atlântica (IBGE, 2012). As espécies vegetais presentes em cada agroambiente foram obtidas a partir de trabalhos de campo realizados por Gustavo Taboada Soldati e Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira e citadas em Monteiro *et al*. (2019). Na descrição dos agroambientes, são incorporadas, também, as categorias êmicas[2], ou seja, as denominações dadas pelos comunitários aos elementos que constituem os agroambientes.

A base estrutural

Sendo a única cordilheira brasileira, a Serra do Espinhaço manifesta-se por meio de um conjunto de "terras altas", de direção geral norte-sul e convexidade orientada para o oeste no formato de um bumerangue. Segundo Saadi (1995), a denominação "serra" esconde uma realidade fisiográfica que é melhor definida pelo termo "planalto". As duas asas do bumerangue correspondem a dois compartimentos de planalto - o planalto

2 Quando for citada alguma categoria êmica, esta será colocada entre aspas.

meridional e o planalto setentrional - diferenciados do ponto de vista lito-estrutural e morfológico e separados por uma zona deprimida alongada na direção SE-NW (Figura 1).

A Serra do Espinhaço formou-se a cerca de 1 bilhão e 250 milhões de anos, no período denominado Proterozóico Médio. Em termos geológicos, a característica fundamental da porção meridional da Serra do Espinhaço é a predominância das rochas quartzíticas que, em toda extensão do compartimento, compõem uma cobertura rígida, no entanto, densamente fraturada e cisalhada. As formas de relevo resultantes de sua esculturação pela dissecação fluvial são representadas, majoritariamente, por cristas, escarpas e vales profundos. Entretanto, em meio a esse planalto dissecado, encontram-se áreas deprimidas com remanescentes de uma superfície pretérita de cimeira e manifestações de diversas outras rochas, como granitóides, metassedimentares e metavulcânicas, sustentando morfologias colinares policonvexas mais ou menos suavizadas (SAADI, 1995).

Figura 1 - A Serra do Espinhaço em Minas Gerais, com destaque a sua porção meridional e o planalto de Diamantina. No destaque à direita (B), o retângulo vermelho demarca a área ampliada na imagem à esquerda (A)

Fonte: Adaptado de Miranda (2005) e Costa (2005), respectivamente em (A) e (B).

A Serra do Espinhaço constitui-se num grande divisor entre as bacias hidrográficas do centro-leste brasileiro e a do Rio São Francisco. A estrutura da rocha quartzítica predominante, fraturada e porosa (LEINZ e AMARAL, 1982), e a presença de turfeiras[3] conferem à Serra do Espinhaço alta capacidade de armazenamento de água superficial e subterrânea, sendo esta responsável pelo abastecimento de importantes cidades das regiões Sudeste e Nordeste do país. Em sua porção meridional, as águas que fluem de suas nascentes e cursos d'água abastecem a região do semiárido de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais), além de contribuir com afluentes da bacia do Rio Doce.

Características e usos dos agroambientes

A porção meridional da Serra do Espinhaço e suas adjacências, em que se desenvolveram os agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, podem ser classificadas em três macrounidades: a) "*Alto da Serra*"; b) *Encostas* e c) "*Partes Baixas*" (Figura 2). A seguir, serão caracterizados os agroambientes que ocorrem em cada uma dessas macrounidades, bem como seus usos e manejos.

Figura 2 - Perfil morfológico da Serra do Espinhaço Meridional da comunidade Pé de Serra (Buenópolis) à comunidade Vargem do Inhaí (Diamantina)

Fonte: MONTEIRO *et al.* (2019).

3 São designadas como turfeiras os solos orgânicos com teor de carbono igual ou maior que 80 g/kg, classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como Organossolos Háplicos (GONÇALVES DOS SANTOS *et al.*, 2018).

Sobre a Serra ou no "Alto da Serra"

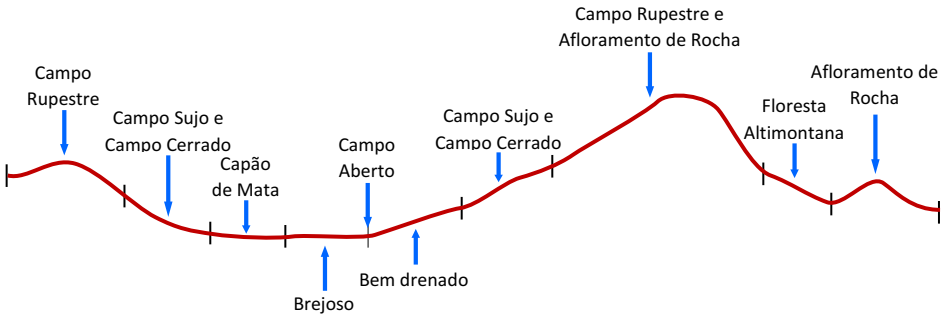
No "Alto da Serra", que podem ser assim consideras as áreas que estão acima de 1.000 m de altitude, encontram-se os "campos", onde são realizadas as coletas de flores sempre-vivas e realiza-se o pastejo dos animais de grande porte (bovinos e equinos). Os *campos* apresentam diversas feições e estão associados a outras fitofisionomias (Figuras 3 e 4).

Campo rupestre

Os *campos rupestres* são constituídos por vegetação herbácea e arbustiva e são assim designados por estarem sempre associados a fragmentos de rochas e afloramentos rochosos, nesse caso, afloramentos quartzíticos. Ocorrem em relevos movimentados e encostas estruturais íngremes do afloramento rochoso, podendo ser encontradas também em relevos suave-ondulados e contíguos aos campos abertos com presença de solos arenosos distróficos e muito rasos (Neossolos Litólicos no SiBCS). Nos *campos rupestres* são encontradas espécies dos gêneros *Lagenocarpus* sp., *Trachypogon* sp., *Vellozia* sp., *Lychnophora* sp., *Symplocos* sp., *Byrsonima* sp., *Chamaecrista* sp., *Cereus* sp. e *Pilosocereus* sp., com poucas espécies de flores sempre-vivas[4]. Em função do relevo e das espécies vegetais que ali predominam, não são áreas prioritárias para o pastejo de animais de grande porte. Nesse agroambiente, são coletadas espécies, como a arnica (*Lychnophora* sp.), usada como planta medicinal, e o quiabo da lapa (*Pilosocereus* sp.), uma *cactaceae* usada para consumo familiar/local. Essas áreas são conservadas e protegidas, cumprindo importante papel de abrigo da fauna silvestre e de recarga de aquíferos, ou seja, são áreas de "produção de água".

4 Muitos autores citam a ocorrência de flores sempre-vivas nos campos rupestres. No entanto, esta é uma denominação genérica dada aos campos de altitude que ocorrem na Serra do Espinhaço, englobando todos os campos independentemente de sua classificação fisionômica. A maior parte das espécies de sempre-vivas, principalmente, as denominadas "*margaridinhas*" (ver capítulo 5 desta obra), ocorrem, predominantemente, nos campos abertos.

Figura 3 - Ilustração de uma topossequência no "Alto da Serra" com os agroambientes de ocorrência

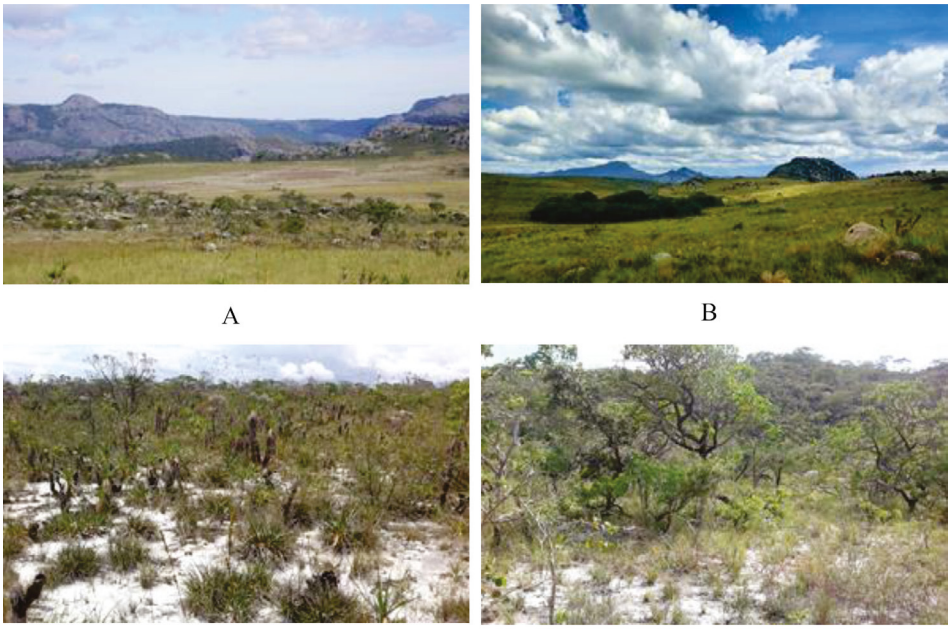


Fonte: elaborada pelo autor.

Campo aberto

Os *campos abertos*, também denominados de *campos limpos*, são constituídos por vegetação herbácea e encontrados em duas situações: áreas bem drenadas e áreas mal drenadas ("brejos"). Eles estão presentes nas partes mais planas e abaciadas do *Alto da Serra*, formadas pela deposição de sedimentos transportados das partes circunvizinhas, mais elevadas. Nos *campos abertos* bem drenados, ocorrem solos arenosos mais profundos – até 2 m – (Neossolos Quartzarênicos no SiBCS) associados a solos arenosos com camadas escuras subsuperficiais (Espodossolos no SiBCS). Já nos campos brejosos, em função da deposição e acúmulo de material orgânico em condições anaeróbicas, há a presença de solos escuros e "barrentos" (Organossolos no SiBCS), todos distróficos.

Figura 4 - Feições de campos associados a outras fitofisionomias: A - campos rupestres entremeados por campos abertos (parte mais baixa) e floresta altimontana (área íngreme ao fundo); B - campos abertos e, ao centro, capão de mata; C - campo sujo; D - campo cerrado



A B

C D

Fotos: Fernanda Testa Monteiro (A e B) e Claudenir Fávero (C e D).

Nos *campos abertos* encontra-se a maior parte das espécies de sempre-vivas coletadas para fins de ornamentação e comercialização. Nesse agroambiente, estão presentes espécies das famílias *Eriocaulaceae*, *Xyridaceae*, *Cyperaceae* e *Rapataceae* (ver capítulo 5 desta obra), encontrando-se, também, espécies de gramíneas (da família *Poaceae*), que são pastejadas pelos animais de grande porte.

Campo sujo e campo cerrado

As fitofisionomias *campo sujo* e *campo cerrado* são constituídas por vegetação herbácea com a presença de espécies arbustivas (campo sujo) e espécies arbóreas (campo cerrado). Eles estão localizados em áreas planas ou com pouca declividade contíguas aos campos rupestres e/ou aos campos abertos, podendo se fazer

presentes afloramentos quartzíticos, entremeando-os. Nesses locais, ocorrem, predominantemente, solos arenosos rasos ou um pouco mais profundos (Neossolos Litólicos e Neossolos Quartzarênicos, respectivamente, no SiBCS). São encontradas, nessas áreas, espécies de *Eremanthus* sp., *Qualea* sp., *Baccharis* sp., *Trachypogon* sp., *Vochysia* sp., *Kielmeyera* sp. *e Lychnophora* sp.

Dispersas pelos campos abertos ou no interior dos campos sujos e campos cerrados, ocorrem diversas espécies arbustivas e arbóreas, das quais se extraem produtos para serem comercializados, como ornamental, sendo o caso de um "*coqueirim*", do qual é extraída a "*capa*" (bráctea floral); e se coletam frutas para o consumo, como o murici (*Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth) e a mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). As áreas de campo sujo e campo cerrado, associadas aos campos abertos, são os agroambientes mais utilizados pelos apanhadores de flores sempre-vivas para pastejo dos animais de grande porte, em função da ocorrência de espécies herbáceas e arbustivas palatáveis a estes.

Capão de mata

A denominação "capão de mata" refere-se a localidades em que ocorrem florestas sobre áreas hidromórficas, intituladas na literatura especializada de *Floresta Paludosa* (IBGE, 2012). Elas ocorrem nas porções mais deprimidas do *Alto da Serra*, em pequenas manchas circulares ou alongadas nas cabeceiras de vales, podendo ser contíguas a *campos abertos brejosos*. Nos *capões de mata* encontram-se solos escuros e "barrentos" (Organossolos no SiBCS) distróficos. Nessas áreas estão presentes espécies de *Cabralea* sp., *Enterolobium* sp. e *Cyathea* sp. Os *capões de mata* são, em geral, protegidos pelos apanhadores de flores sempre-vivas, pois, além de serem refúgios da fauna silvestre e locais de onde se pode coletar plantas medicinais para uso familiar/local, são neles que se localizam a maioria das nascentes e cursos d'água do *Alto da Serra*.

Floresta altimontana

A "mata" do *Alto da Serra*, denominadas dessa maneira pelos

apanhadores de flores sempre-vivas, são vegetações com espécies arbóreas localizadas nos *vales* que cortam as estruturas quartzíticas ao longo dos cursos d'água em situações, em que houve condições para um maior acúmulo de sedimentos não consolidados, dando origem a solos arenosos, quando formados sobre as rochas quartzíticas (Neossolos Quartzarênicos no SiBCS). Quando formados sobre remanescentes de coberturas argilosas pretéritas ou sobre rochas metapelíticas, serão argilosos/areno-argilosos (Cambissolos e Argissolos no SiBCS). Entre as espécies arbóreas encontradas nesse ambiente, destacam-se *Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand*, Guatteria sellowiana* Schltdl.*, Miconia cabucu* Hoehne, *Guapira opposita* (Vell.) Reitz*, Aspidosperma parvifolium* A. DC. e *Syagrus* sp.

As florestas altimontanas, localizadas nas porções mais a leste do *Alto da Serra*, em função da proximidade com o bioma Mata Atlântica, apresentam indivíduos de maior porte. Os agroambientes de *floresta altimontana*, assim como os *capões de mata*, são áreas, em geral, protegidas pelos apanhadores de flores sempre-vivas em função da sua importância para a fauna silvestre, como local de coleta de plantas medicinais e de conservação das nascentes e cursos d'água.

Dessa forma, em geral, os *campos* do "Alto da Serra" são manejados pelas comunidades apanhadoras de flores de sempre-vivas para coleta de produtos vegetais e criação de animais de grande porte. As famílias que permanecem por longos períodos no Alto da Serra para a coleta das flores realizam, também, plantios nos quintais próximos às moradias (lapas e ranchos), principalmente aquelas áreas em que os solos apresentam maior teor de matéria orgânica e/ou estão localizadas próximas aos cursos d'água.

No manejo dos *campos*, é utilizado o fogo, geralmente em intervalos de dois a cinco anos, dependendo das condições do campo e dos objetivos, se para pastejo ou coleta. Quando isso se dá em locais diferentes, nos campos de coleta, normalmente, os intervalos são menores e, nos campos para pastejo, maiores. Esse recurso é utilizado para limpar a "macega" (material seco ou vegetação que acumulou nos anos anteriores) e para estimular a brotação das espécies pastejadas ou das espécies de sempre-vivas (ver capítulos 4 e 6 desta obra).

Em geral, os comunitários consideram que a melhor época para

realizar a queimada é entre setembro e novembro, após as primeiras chuvas. O fogo é colocado em horários de menor incidência solar (cedo ou ao final da tarde), levando-se em consideração a umidade e o sentido dos ventos para facilitar seu controle e evitar que este avance sobre os *capões* e *matas*. Para preservar as áreas de *matas* e *capões* do fogo, é recorrente o uso de acero[5].

Nas encostas da Serra

As *Encostas* ou "subida da serra", assim denominadas pelos apanhadores de flores sempre-vivas, situadas entre as "Partes Baixas" e o "Alto da Serra", entre 700 e 1.000 m de altitude, aproximadamente, são mais íngremes na face oeste da Serra e menos íngreme na face leste. Nas palavras de Saadi (1995), a escarpa que forma a borda oeste apresenta traçado regular, via de regra, sustentada por pacotes de quartzitos, pelo menos no topo. Por outro lado, o escarpamento que constitui a borda leste não apresenta a mesma regularidade, nem continuidade observadas em sua borda oeste. O traçado geral forma uma concavidade voltada para leste (Figura 2). Nas Encostas, predominam, também, os afloramentos rochosos quartzíticos associados aos campos rupestres, conforme descritos para o "Alto da Serra". Entretanto, nos vales estruturais, acumularam-se pacotes de sedimentos nas descontinuidades das escarpas (*degraus*), formando solos mais profundos e edificando áreas de *Matas* e *Cerrados* (Figuras 5 e 6).

Matas

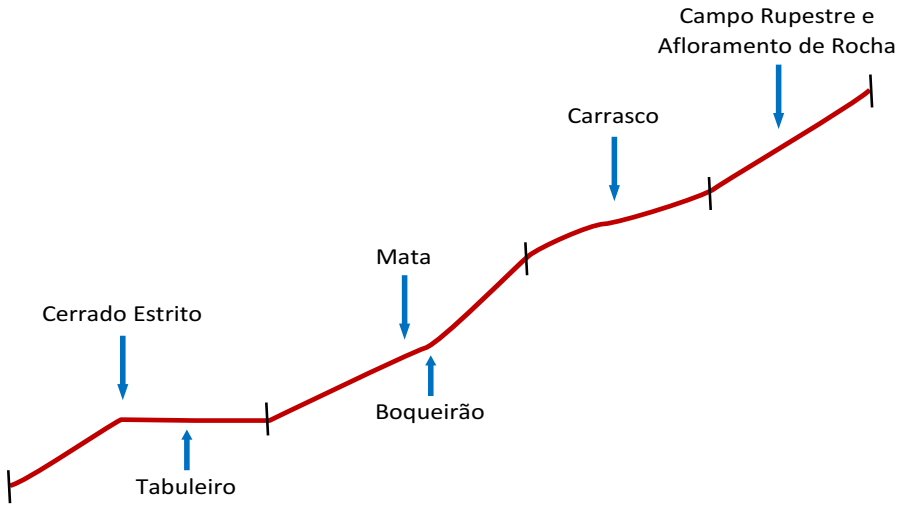
As matas estão presentes nas partes mais suaves das Encostas, nos fundos de vales e próximas aos cursos d'água, sendo mais frequentes nas altitudes acima de 800 m. Elas são fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual. Ademais, ocorrem nas duas faces da Serra, porém com algumas diferenciações.

A face leste da *Encosta* é menos íngreme, apresentando declividades menos acentuadas e vales mais abertos, denominados pelos moradores de "grotas". Além disso, ela está em transição mais direta com o bioma

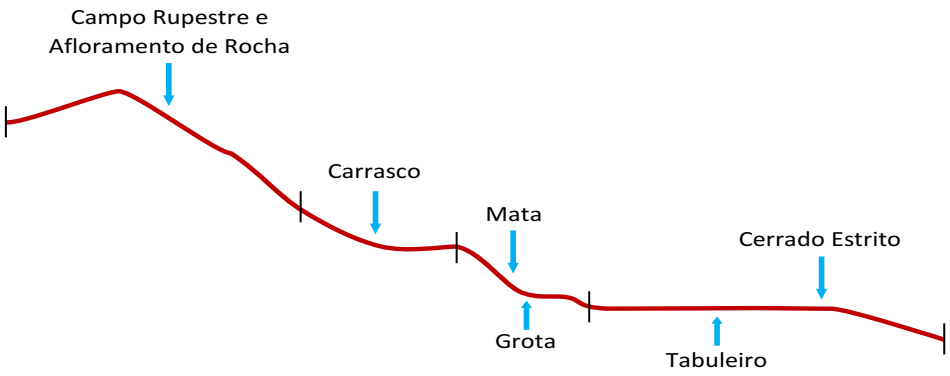
5 Consiste numa faixa circundando a área que será queimada onde se realiza a retirada do material orgânico que está sobre o solo, evitando, assim, a propagação do fogo para as áreas circunvizinhas.

Mata Atlântica, sendo mais influenciada pelas correntes úmidas vindas do Atlântico. Nos fundos de vales (grotas), há a presença de solos que, embora arenosos, são um pouco mais profundos e com maior acúmulo de matéria orgânica (Neossolos Flúvicos no SiBCS), intitulados, pelos moradores, de "terra morciça". Quando receberam contribuições de remanescentes de coberturas argilosas pretéritas ou de rochas metapelíticas, os solos das "grotas" apresentam um pouco mais de argila em profundidade (Argissolos no SiBCS).

Figura 5 - Ilustração de uma topossequência na Encosta com os agroambientes de ocorrência: A - Encosta Oeste; B - Encosta Leste



A

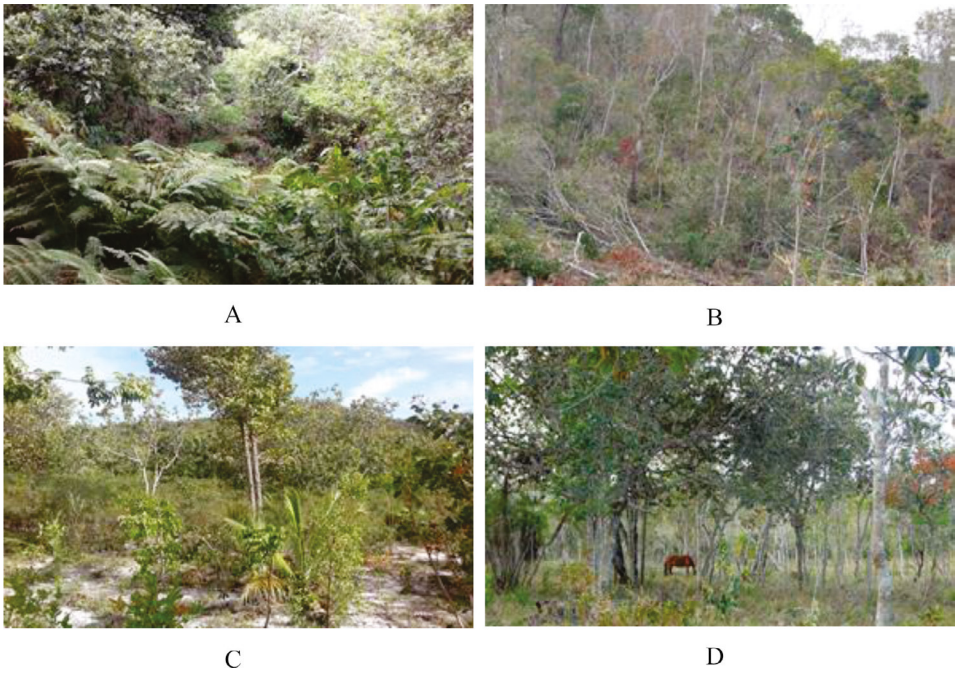


B

Fonte: elaborada pelo autor.

Embora distróficos, esses solos contêm um pouco mais de nutrientes disponíveis do que os de seu entorno, o que proporciona a formação de matas mais densas e com indivíduos de maior porte, sendo denominadas, pelos moradores, de "mata de pau grosso". Essa mata tem como alguns de seus indicadores: a aroeira "pomba" (*Schinus* sp.), a sete capote (*Campomanesia guazumifolia* (Cambess.) O. Berg)", a mutamba (*Guazuma ulmifolia* Lam.) e a pindaíba (*Xylopia* sp.).

Figura 6 - Feições de Mata: A - na face oeste e B - na face leste; Cerrado estrito: C - na face oeste e D - na face leste



A B C D

Fotos: Claudenir Fávero (A, C e D) e Fernanda Testa Monteiro (B).

De forma, geralmente, contínua com a "mata de pau grosso", ocorrem matas mais abertas e com indivíduos de menor porte, sobre áreas um pouco mais inclinadas e/ou sem acúmulo de material orgânico no solo, intituladas de "mata de terra ruim", sendo espécies típicas: o "cipó caboclo" (*Davilla rugosa* Poir.), o "cipó marra-boi" e o "cipó quebrador". Nesse caso, os solos podem ter sido formados

de remanescentes de coberturas argilosas pretéritas ou de rochas metapelíticas, contendo um pouco mais de argila, apresentando cores vermelhas ou amarelas e com a presença de pequenos fragmentos de rocha (cascalhos) na superfície, denominados pelos moradores de "massapê" (Cambissolos ou Argissolos no SiBCS). A baixa densidade e estatura dos indivíduos da "mata de terra ruim" reflete a distrofia desses solos.

A face oeste da *Encosta* é mais íngreme, apresentando declividades mais acentuadas, onde a dissecação estrutural provocou a formação de vales mais profundos e estreitos, intitulados, pelos moradores, de "boqueirões". As matas estão presentes em todos os "boqueirões", variando em densidade e porte dos indivíduos, em função das características dos solos sobre os quais são edificadas. Serão mais densas e com indivíduos de maior porte em algumas situações, em que sedimentos de coberturas argilosas pretéritas possibilitaram a formação de solos mais profundos e com maior capacidade de retenção de água (Argissolos ou Latossolos no SiBCS); serão mais abertas e com indivíduos de menor porte, onde os solos são mais rasos ou com menor teor de argila (Cambissolos ou Neossolos Litólicos no SiBCS). Estão presentes nas matas dos "boqueirões": amescla (*Protium* sp.), peroba (*Aspidosperma* sp.), açoita cavalo (*Luehea grandiflora* Mart), salsaparrilha (*Smilax aspera*), espinheira santa (*Maytenus ilicifolia* Mart.ex Reissek) e samambaiaçu (*Cyathea* sp.), entre outras. Há a presença, também, de situações de matas sobre solos mais rasos, formados a partir de rochas metapelíticas (Cambissolos no SiBCS) ou solos mais profundos e bem drenados (Neossolos Quartzarênicos no SiBCS), em que, somados à maior aridez dessa face da *Encosta*, resultam na perda total das folhas na estação seca. Nesse caso, são fitofisionomias de Floresta Estacional Decidual.

As *matas* são agroambientes onde os apanhadores de flores sempre-vivas implantam quintais, hortas, roças de toco e pastagens plantadas. Elas são áreas de "terra de planta" ou "terra de cultura", como assim denominam. Essa preferência dá-se pela maior presença de matéria orgânica, nutrientes e umidade nos solos desses locais. Em alguns casos, as moradias também estão localizadas nessas áreas.

Cerrados

As fitofisionomias Campo Sujo e Campo Cerrado estão presentes nas duas faces da *Encosta* com características semelhantes às descritas para o "Alto da Serra", porém, aqui, em áreas com maior declividade e solos cascalhentos. Nesse caso, elas recebem a denominação de "carrasco". Essa denominação, também é utilizada, em alguns casos, para situações intermediárias entre Campo Cerrado/Cerrado Estrito e de mata, em que esta é muito rala, com indivíduos de pequeno porte e sobre solos cascalhentos.

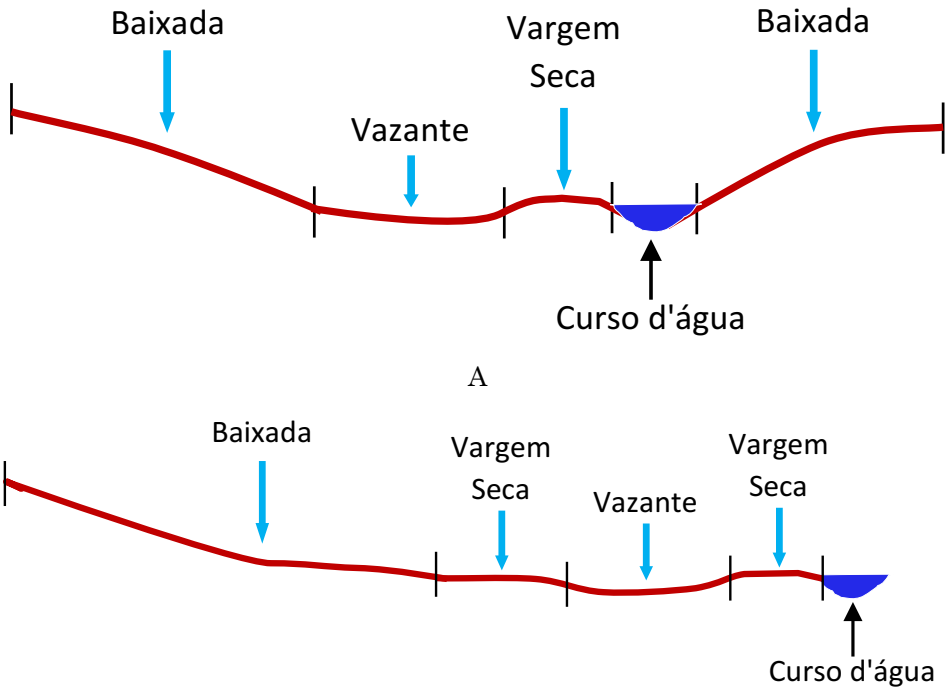
A fitofisionomia Cerrado Estrito, constituída por vegetação herbácea, arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte, é encontrada, na *Encosta,* em porções aplainadas pela deposição de sedimentos ou em planos inclinados, localizados nos terços médio e inferior, abaixo de 900 m de altitude e sobre solos arenosos mais profundos (Neossolos Quartzarênicos no SiBCS), denominados de "tabuleiros". Em alguns casos, na face oeste, eles são encontrados sobre solos mais argilosos, formados a partir de coberturas argilosas pretéritas ou de rochas metapelíticas (Cambissolos e Latossolos no SiBCS), sempre distróficos. As espécies típicas dessas áreas de Cerrado Estrito são: pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess), panã (*Annona crassiflora* Mart.), mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), jatobá do cerrado (*Hymenaea stigonocarpa* Mart. ex Hayne), velame (*Croton* sp), gonçalo alves (*Astronium fraxinifolium* Schott), pimenta da costa (*Xylopia* sp.), pau terra (*Qualea grandiflora* Mart.), pereiro (*Aspidosperma* sp.), pau d`óleo (*Copaifera* sp.), entre outras.

Nas áreas de cerrados, os apanhadores de flores sempre-vivas coletam frutos comestíveis (pequi, panã, mangaba, etc.) e diversos outros produtos para ornamentação e uso medicinal (catuaba, unha danta, pacari, etc.), além de madeira para lenha, construções domésticas e confecção de utensílios. Nos cerrados, ocorre, também, o pastoreio de animais de grande porte, aproveitando as espécies herbáceas e arbustivas nativas que se prestam como forrageiras. Essas áreas também são agroambientes, onde os apanhadores de flores sempre-vivas, em algumas situações, implantam quintais, hortas, roças e pastagens plantadas.

O Sertão e as margens do Rio Jequitinhonha – "Partes Baixas"

As "Partes Baixas" são planícies originadas de sedimentação coluvionar[6] e aluvionar[7] ao longo dos cursos d'água, localizadas abaixo de 700 m de altitude. Na margem oriental da Serra, forma-se um contínuo com a planície de deposição do Rio Jequitinhonha, sendo denominadas, pelos moradores, de "beiras do Jequitinhonha". Na margem ocidental, há uma transição entre o que os comunitários chamam de "serra" e o "sertão", no "pé da serra". Tanto na margem oriental quanto na margem ocidental, são identificadas três situações: a *Baixada* ou "Baixa", a *Vazante* ou "Vargem úmida" e a "Vargem Seca". Ademais, ocorrem algumas diferenciações entre esses ambientes quer estejam na margem oriental, quer na ocidental da Serra, conforme serão especificados (Figura 7).

Figura 7 - Ilustração de uma topossequência na Parte Baixa com os agroambientes de ocorrência: A - Margem Ocidental; B - Margem Oriental



Fonte: Elaborada pelo autor.

6 Deposição de sedimentos provenientes das partes mais elevadas (encostas e topos de morros).
7 Deposição de sedimentos provenientes dos cursos d`água.

Baixada

As baixadas ou "baixas" são as áreas mais elevadas das *Partes Baixas*. Elas são formadas, geralmente, pelos sedimentos coluvionares, ocorrendo solos arenosos um pouco mais profundos – pelo menos 2 m (Neossolos Quartzarênicos no SiBCS) ou, se houver contribuições de sedimentos de rochas metapelíticas, solos com um pouco mais de argila em profundidade (Argissolos no SiBCS). Na margem ocidental da Serra, as Partes Baixas estão no contato da unidade geológica quartzítica do Supergrupo Espinhaço com a unidade pelítico carbonática do Grupo Bambuí (SAADI, 1995). Sendo assim, ocorrem baixadas formadas por sedimentos coluvionares mais finos, dando origem a solos argilosos vermelhos ou amarelos (Argissolos no SiBCS), que, embora distróficos, apresentam um pouco mais de nutrientes disponíveis.

Vazante e "Vargem Seca"

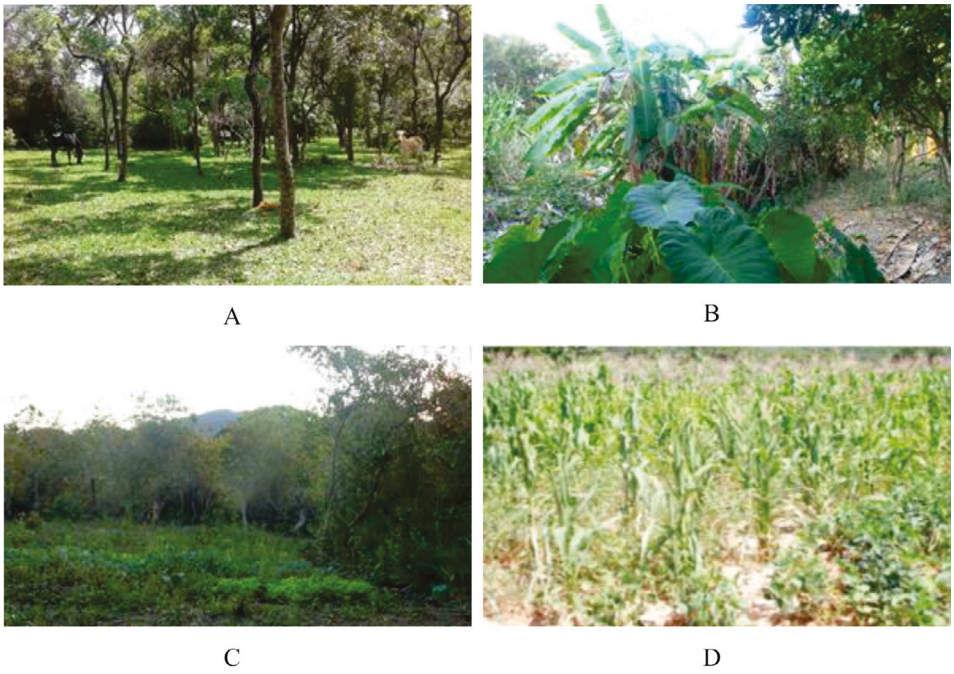
As vazantes ou "vargens", formadas pelas deposições aluvionares com contribuições de deposições coluvionares, são as áreas mais baixas e próximas aos cursos d'água, sendo que podem ser inundáveis, quando os cursos d'água transbordam ("vargens úmidas" ou "brejos"), ou não inundáveis ("vargens secas"). As "vargens úmidas" apresentam solos escuros e barrentos (Gleissolos e Organossolos no SiBCS) e as "vargens secas", solos mais arenosos (Neossolos Flúvicos no SiBCS). Na margem ocidental da Serra, as vazantes contínuas ao "sertão" recebem deposições de sedimentos mais finos, sendo, em geral, os solos mais argilosos. Na margem oriental da Serra (nas "beiras do Jequitinhonha"), em geral, as "vargens" são mais extensas, com maior alternância entre áreas inundáveis e não inundáveis, em função das flutuações do leito do Rio Jequitinhonha.

A vegetação original das "Partes Baixas" são fitofisionomias do Cerrado Estrito em transição com fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual, na margem oriental (transição com o bioma Mata Atlântica), e Floresta Estacional Decidual, na margem ocidental (*Matas Secas* sobre solos formados de rochas carbonáticas do Grupo Bambuí). Dos agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, as "Partes Baixas" são as áreas com maior acúmulo de matéria orgânica, nutrientes e umidade no solo. Sendo assim, são

intensamente utilizadas para implantação de quintais, hortas, roças, além de pastagens plantadas (Figura 8).

Os quintais são áreas próximas às moradias das famílias, sejam elas moradias atuais ou anteriores. Elas são áreas de criação de animais de pequeno porte e cultivos diversificados, onde predominam espécies frutíferas, medicinais, condimentares e olerícolas. Em várias situações, não há distinção entre quintais e hortas. Em alguns casos, as hortas estão em áreas próprias e, assim, permanecem ao longo dos anos; em outros, os espaços destinados ao cultivo de olerícolas mudam de um ano para outro, percorrendo as áreas dos quintais. Os quintais constituem-se em diversos estratos de vegetação, desde espécies herbáceas e arbustivas, até espécies arbóreas de maior porte, incluindo espécies nativas, sendo denominados de *quintais agroflorestais*.

Figura 8 - Agroambientes das Partes Baixas e os diferentes usos: A - baixada com pastagem plantada em sub-bosque de cerrado estrito; B - quintal em vazante e vargem seca; C - horta em vargem seca; D - roça em vargem seca



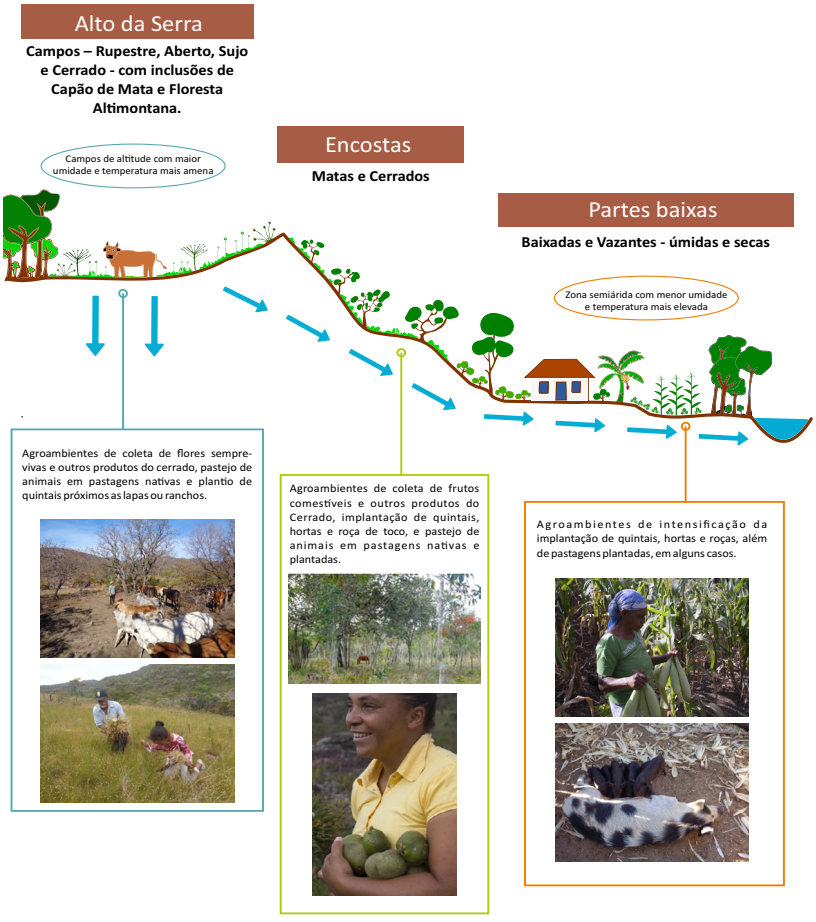
A B C D

Fotos: Claudenir Fávero (A, B e C) e Fernanda Testa Monteiro (D).

Manejo e interconecção dos agroambientes

Os agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas percorrem e compõem todas as condições edafoclimáticas da "*serra*", desde as partes mais altas, onde estão localizados os campos de coleta de flores, até as partes mais próximas aos cursos de água, em que há maior intensidade de cultivos (Figura 9). Os diferentes manejos e usos dados a cada agroambiente interconectam-nos no tempo e no espaço, integrados a um calendário agrícola anual que expressa, também, diversas manifestações do modo de vida desse povo (ver capítulo 1 desta obra).

Figura 9 - Esquema do perfil dos agroambinetes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais, Brasil



Fonte: Monteiro *et al.* (2019).

Roça de toco

Conforme apresentado no capítulo 1 desta obra, nas roças implantadas pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, pratica-se o corte e queima da vegetação nativa, os ciclos alternados de cultivo/pousio (para regeneração da vegetação nativa) e o rodízio nas áreas de cultivo, o que se denomina de *roça de toco*. Como os solos ocorrentes nos agroambientes manejados pelos apanhadores de flores sempre-vivas são, em geral, arenosos e com poucos nutrientes disponíveis (distróficos), as áreas preferidas para implantação das roças de toco são aquelas em que os solos apresentam maior teor de matéria orgânica (mais escuros) ou com presença de um pouco mais de argila ("barrentos"). Geralmente, elas são praticadas nas porções mais planas e rebaixadas ("Partes Baixas"), mas podem estar localizadas, também, nas *encostas*, em diferentes altitudes e exposição solar. A vegetação presente nessas áreas é constituída por capoeiras (matas secundárias), remanescentes de floresta estacional semidecídua, matas de galeria, cerrado estrito e de fitofisionomias transicionais entres estas.

Não existe um padrão único de ocorrência, implantação e manejo das roças de toco. No entanto, em geral, seguem-se os seguintes procedimentos: a) ao perceber que a vegetação nativa já atingiu um bom estágio de regeneração, observando-se a presença de determinadas plantas indicadoras, como a *aroeirinha*, espera-se o final da estação seca (proximidade da chegada das chuvas), que ocorre nos meses de setembro/outubro, e procede-se a roçagem das plantas mais finas (herbáceas, arbustivas e arbóreas de menor diâmetro); b) após as primeiras chuvas, realiza-se a queima do material roçado, que já se encontra seco. O fogo é colocado nas horas mais frescas do dia, no início da manhã ou no final da tarde, além de levar-se em conta o sentido dos ventos. Após a realização dessa primeira queima, se ainda persistir muito material sobre o solo, procede-se ao enleiramento deste, podendo ser necessário colocar novamente o fogo sobre essas leiras; c) após a queima do material roçado, a área está pronta para os cultivos. Com a mineralização do material queimado, os nutrientes contidos nestes são disponibilizados no solo e, sendo assim, nesse primeiro ano de cultivo, são plantadas espécies mais exigentes em fertilidade, como arroz, feijão, milho, abóbora, melancia e quiabo, além de mandioca, andu e abacaxi, que são menos exigentes; d) durante o desenvolvimento das culturas, são realizadas práticas de

manejo, como capinas manuais (com enxadas), "chegamento" de terra (para aumentar o volume de terra sobre o sistema radicular/subterrâneo), raleamentos e podas, dependendo de cada espécie; e) as espécies de ciclo anual são colhidas a partir de janeiro/fevereiro e replantadas na próxima estação chuvosa (outubro/novembro). Já as plantas de ciclos mais longos, como algumas variedades de mandioca e de andu, podem permanecer vegetando de um ano para outro, por toda a estação seca; e) as espécies mais exigentes em nutrientes são cultivadas até o segundo ou terceiro ano após a roçagem e queima. As menos exigentes são cultivadas por mais anos. Quando se percebe menor desenvolvimento das plantas e menor produtividade das culturas, o que ocorre com quatro ou cinco anos de cultivo, diminui-se os cultivos para, em seguida, deixar a área em pousio para a regeneração por até oito anos, a depender das características da área. A figura 10 ilustra alguns momentos do ciclo da roça de toco.

Figura 10 - Diferentes momentos da roça de toco: A - início do ciclo com o primeiro plantio após o corte e queima da vegetação nativa; B - cultivo diversificado no terceiro ano após o início do ciclo; C - segundo ano após início do pousio para regeneração da vegetação nativa; D – estágio mais avançado de regeneração da vegetação nativa

A

B

C

D

Fotos: Claudenir Fávero.

Considerações finais

Com predominância de solos arenosos, rasos e distróficos, os agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, na perspectiva da agronomia convencional, seriam considerados inadequados para a produção agrícola. No entanto, o manejo adotado na maior parte desses agroambientes, com o uso do fogo controlado, garante, por meio da reciclagem da biomassa, a manutenção da fertilidade dos solos e a renovação da biodiversidade com reinício periódico dos estágios sucessionais, proporcionando produção de alimentos com qualidade e diversidade e a geração de renda às famílias.

Complementarmente, das planícies às terras altas, existem áreas que são conservadas com vegetação nativa, especialmente as mais inclinadas e as que estão ao longo dos cursos de água, como refúgio para a fauna e para a conservação de águas, garantindo o reabastecimento de nascentes e cursos de água que constituem a rica rede de drenagem observada. Sendo assim, a diversidade de espécies vegetais e animais, adaptadas às condições edafoclimáticas locais, associada ao manejo dos agroambientes ancorado no conhecimento tradicional (*saberes agroecológicos*), permite a produção agrícola e, portanto, a manutenção e reprodução da vida nessas comunidades.

Referências

COSTA, Fabiane. Nepomuceno. Campos rupestres. In: SILVA, Alexandre Christofaro *et al*. (Org.). *Serra do Espinhaço Meridional*: paisagens e ambientes. Belo Horizonte: O Lutador, p. 139-145, 2005.

GONÇALVES DOS SANTOS, Humberto *et al*. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 5. ed. Brasília (DF): Embrapa, 2018. 356 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 271p.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sergio Estanislau. *Geologia Geral*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1982. 397 p.

MIRANDA, Evaristo. E. de (Coord.). *Brasil em Relevo*. Campinas: Embrapa Monitoramento porbSatélite, 2005. Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Nas fronteiras das Minas com o Gerais:* as terras de uso comum e o uso coletivo das terras. 2019. 229 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al. Traditional Agricultural System in the Southern Espinhaço Range, Minas Gerais (Brazil)*. Proposal to GIAHS – FAO/UN. Diamantina: CODECEX, 2019. 182 p.

NAC/UFVJM. Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato da UFVJM. *Atualização da Caraterização do Agroecossistema da família de Preta e Imir, Comunidade de Vargem do Inhaí - Diamantina - Alto Jequitinhonha*. Diamantina: NAC/UFVJM, 2019. 27p.

RESENDE, Mauro; CURI, Nilton; LANI, Joao. Luiz. Reflexões sobre o uso dos solos brasileiros. In: ALVAREZ, V. Víctor Hugo *et al. Tópicos em Ciência do Solo*, v. 2. Viçosa: SBCS, p. 593-643, 2002.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; DE ALMEIDA, Semiramis Pedrosa; RIBEIRO, José Felipe. (Ed.). *Cerrado***:** ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, v. 2, 2008.

SAADI, Allaoua. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. *Geonomos*, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

Capítulo 4

Um primeiro olhar sobre a domesticação da paisagem da Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais

Gustavo Taboada Soldati
Reinaldo Duque Brasil
Maria Julia Ferreira
Claudenir Fávero

Introdução

Durante muito tempo, dominou, na literatura científica e no senso comum, a ideia de "ambientes prístinos", por meio dos quais, distante da humanidade, a natureza apresentava a sua perfeição e complexidade, atingindo um estado de "clímax" (DENEVAN, 2011). Dessa concepção, nasce o entendimento de que a natureza, para ser preservada, deve ser isolada da ação humana. O resultado é a existência de diversas políticas públicas de conservação da biodiversidade que restringem a presença humana em ambientes naturais (DIEGUES, 2004).

Entretanto, evidências arqueológicas, genéticas e ecológicas sugerem que as populações humanas manejaram, intensamente, espécies e todos os ambientes do globo terrestre ao longo de milhares de anos, mostrando que toda a terra é um mosaico de ambientes antropogênicos (WILLIS *et al*., 2004; ROSS, 2011; CLEMENT *et al*., 2015; BOIVIN *et al*., 2016). Nesse viés, estes estudos típicos da "Ecologia Histórica" (BALÉE, 2015) defendem que, além de *domesticar espécies* animais e vegetais, os grupos humanos são capazes de *domesticar paisagens* como um todo, alterando sua dinâmica ecológica evolutiva para torná-las mais produtivas e atender suas demandas materiais e culturais (CLEMENT *et al*., 2015).

Em relação à domesticação de espécies, cabe destacar que ela ocorre

em nível populacional, sendo um processo coevolutivo, no qual a seleção de fenótipos de interesse humano resulta em mudanças nos genótipos (CLEMENT, 1999). Além disso, esse autor considera que, para que esse sistema ocorra, deve haver algum tipo seleção e/ou manejo na população de determinada espécie, acarretando modificações morfológicas e demográficas, em diferentes graus, na população-alvo (CLEMENT, 1999). Tais manejos tendem a atender às demandas humanas, como é o caso do pequi (*Caryocar coriaceum* Wittm.), espécie em estágios iniciais, mas com populações incipientemente domesticadas, cujas árvores manejadas *in situ* apresentam frutos maiores do que as não manejadas (SOUSA-JUNIOR; ALBUQUERQUE; PERONI, 2013); ou da pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), palmeira no final do processo, com populações totalmente domesticadas, nas quais é possível encontrar frutos com maior quantidade de amido do que nas populações selvagens e sem a presença de sementes (CLEMENT *et al*., 2017).

Um processo semelhante ocorre em nível de paisagem. Para a Ecologia Histórica, paisagens são ambientes com interações humanas de dimensão temporal, ou seja, lugares, cognitiva e emocionalmente, reconhecidos pelos humanos que passaram por uma série de mudanças ao longo do tempo (BALÉE, 2006; BALÉE, ERICKSON, 2006). O povo Kayapó, por exemplo, classifica ao menos nove paisagens diferentes para os campos do cerrado, cinco, para áreas de transição entre cerrado e floresta e oito, para as ilhas florestais, no sul do estado do Pará (POSEY, 1985).

As interações com as paisagens são entendidas como práticas de manejo que, por sua vez, domesticam esses espaços, podendo ser definidas como um processo que consiste em tornar os ambientes e suas características bióticas e abióticas em locais mais convenientes às necessidades humanas (CLEMENT, 1999; DENEVAN, 2011; ROOSEVELT, 2013; LEVIS *et al*., 2018). As intervenções humanas, por exemplo, alteram a estrutura das comunidades bióticas, influenciando a abundância, a densidade, a frequência e a dominância das populações (BALÉE, ERICKSON, 2006). Assim, ainda que esse mesmo manejo tenha implicações genéticas (domesticação de espécies), o resultado altera as relações ecológicas em nível de comunidade, sempre no sentido de tornar a paisagem mais proveitosa.

Nessa perspectiva, no interflúvio Araguaia-Tapajós, indígenas

da etnia Kayapó criaram um sistema de trilhas que contém uma concentração de recursos úteis. Desse modo, as paisagens foram constituídas por meio do plantio, do transplante e da disseminação de espécies de plantas semidomesticadas (POSEY, 1993). Segundo Darrell Posey (1993), os integrantes dessa mesma etnia criaram, também, paisagens conhecidas como "Jardins de guerra", que serviam como fonte emergencial de alimentos e como banco de germoplasma de espécies úteis. Outro exemplo de paisagem domesticada são as Savanas sazonalmente alagadas da Bolívia, onde os povos pré-hispânicos construíram campos elevados cheios de buritis (*Mauritia flexuosa* L.f.), junto a canais hidráulicos que possibilitaram a criação de peixes e uma possível rede de trocas entre comunidades (ERICKSON, 2000). Nesse sentido, tais transformações garantem o estabelecimento de grandes e densas populações humanas, por meio da abundância de recursos alimentares de origem animal e vegetal. É importante ressaltar, ainda, que essas mudanças podem ser mais ou menos intensas, ou visíveis (BALÉE, ERICKSON, 2006; CLEMENT *et al*., 2015).

Portanto, a domesticação de paisagens altera a estrutura da vegetação para tornar determinado ambiente mais proveitoso aos anseios humanos. Como consequência, há alterações ecológicas na comunidade e na ecologia funcional, e o resultado disso é que toda a cadeia de biomassa e trófica deve ser ajustada. Essa modificação, em um largo tempo, pode ser permanente ou irreversível.

As paisagens domesticadas tendem a perdurar ao longo do tempo, sendo possível observar, na vegetação atual, no solo e em sua estrutura, os legados de práticas de manejo que alteraram processos ecológicos da vegetação do passado (LEVIS *et al*., 2017). Nesse contexto, é importante ressaltar que populações humanas atuais continuam domesticando plantas e paisagens (KONINGS, 2017), perspectiva que dialoga com a "Teoria da Construção de Nicho", que discorre sobre o fato que alguns os seres vivos, com destaque para o sucesso dos seres humanos, por meio de suas atividades e decisões, modificam seus próprios nichos (cf. LALAND *et al*., 1996; ODLING-SMEE, 1995). Em consequência, o impacto dessa "construção" é que as pressões de seleção naturalmente existentes no ambiente tornam-se menos impactantes para os organismos construtores, facilitando seu ajuste ecológico (LALAND, O'BRIEN, 2010; ODLING-SMEE *et al*., 2013).

Por toda a extensão do globo, existem exemplos de paisagens antropogênicas que, em forma de mosaico, combinam áreas de assentamentos, agricultura, florestas e outros usos (ELLIS, RAMANKUTTY, 2008). Um dos casos de destaque é o da Amazônia brasileira, floresta tropical que foi considerada por muito tempo como "intocada" (MEGGERS, 1992), embora diversos estudos tenham comprovado que um apanhado de estratégias de uso e manejo da paisagem, realizadas pelos mais de oito milhões de índios que habitavam a bacia amazônica, antes da chegada dos europeus, tornou esse ambiente uma formação completamente antropogênica, em diferentes níveis de intensidade (CLEMENT *et al*., 2015; LEVIS *et al*., 2017).

Ainda olhando para o território sul-americano, pesquisas sugerem que as Florestas de Araucária sejam, também, resultado do manejo humano e que práticas como levar sementes por grandes distâncias favorecem a expansão e a manutenção dessas formações (REIS *et al*., 2014). Em regiões de Savana, como o Cerrado Tocantinense, é comum encontrar trabalhos que expõem a influência da ação humana na formação de mosaicos na paisagem, sendo o fogo o principal responsável por esse feito (MISTRY *et al*., 2005; ELOY *et al*., 2018).

Alguns pesquisadores vêm tentando sistematizar quais estratégias são responsáveis pela manutenção e criação de paisagens domesticadas, como foi o caso de Bruce D. Smith (2011), que propôs um modelo preditivo com as seguintes estratégias: 1) modificações gerais na comunidade vegetal; 2) aumento na abundância de recursos vegetais alimentares; 3) manejo de sementes e transplante de fruteiras perenes; 4) encorajamento de fruteiras perenes "in loco"; 5) transplante e encorajamento "in loco" de raízes; e 6) mudanças na comunidade vegetal para aumentar a disponibilidade de animais.

Outra tentativa de construir um modelo teórico capaz de responder ecologicamente aos processos de domesticação de paisagens (LEVIS *et al*., 2018) identifica oito tipos essenciais de manejo que corresponderiam às seguintes "estratégias de domesticação": 1) remoção de espécies não úteis; 2) proteção de espécies úteis; 3) atração de animais dispersores; 4) transporte intencional ou não de plantas úteis para além de seus limites geográficos, ultrapassando barreiras evolutivas; 5) seleção fenotípica; 6) manejo do fogo para aumento da fertilidade do solo, limpeza de áreas e redução da competição; 7) plantio de espécies; e 8)

enriquecimento do solo.

As similaridades dentre os processos descritos por Levis *et al*. (2018) e Smith (2011) são evidentes. Nas savanas australianas, algumas das práticas supracitadas também foram documentadas, e.g., enriquecimento de áreas com fruteiras pelo manejo de sementes e pelo uso do fogo (HEAD, 1993). Assume-se, portanto, que esses processos são, assim, uma base para reconhecer as "pegadas humanas nos ambientes", argumento básico para a domesticação da paisagem. Seguindo esse raciocínio, domesticar é, basicamente, resultado da valorização humana de ambientes que são ricos em recursos naturais (SMITH, 2012; HARRIS, HILLMAN, 2014), o que gera espaços dependentes de interações complexas, baseadas em matrizes interativas de espécies e em táticas de manejo (TERRELL *et al*., 2003; CRUMLEY, 2007).

Além disso, os ambientes domesticados são compostos por diversos organismos e um apanhado de variáveis externas, como solos, topografia e hidrografia. Assim, para manejá-los e classificá-los, é necessário ter uma relação íntima com a paisagem, marcada por longos períodos de observação e utilização de áreas relativamente grandes (ABRAÃO *et al*., 2010), vínculo comumente observado em povos tradicionais, que reconhecem e nomeiam suas paisagens conforme características ecológicas e usos (DA SILVA *et al*., 2016). Sabe-se, ainda, que os povos que habitam o Cerrado brasileiro usam terminologias próprias, que se diferem da científica (cf. RIBEIRO, WALTER, 2008), para caracterizar o ambiente heterogêneo que os circunda (EITEN, 1972).

Considerando que qualquer ambiente com a presença humana foi, é e será modificado (DENEVAN, 2011; RUSSELL, 2019), tornando o processo de domesticação de paisagens contínuo (KONINGS, 2017), o objetivo deste texto é registrar como as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas potencialmente mantêm e criam paisagens domesticadas na região da Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais. Para isso, será apresentada uma aproximação inicial a partir de trabalhos de campo já realizados para a identificação de potenciais estratégias de domesticação da paisagem, as quais estão sob aprofundamento. Ademais, a fim de explorar a principal forma de manejo realizada na região, será dada uma ênfase maior ao uso controlado do fogo como condicionante/estruturante do ambiente. Este capítulo é, portanto, o primeiro esforço para compreender, sob tal perspectiva, o processo de

domesticação da Serra do Espinhaço pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas como um engenhoso constructo humano.

Manejo e domesticação da paisagem

A partir das observações em campo e da interação com as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, considerando o histórico de uso e manejo dos agroambientes (ver capítulo 3 desta obra) e fazendo referência aos modelos conceituais reconhecidos (CLEMENT, 1999; SMITH, 2011; LEVIS *et al*., 2018) e à literatura disponível sobre o assunto, é possível identificar os seguintes processos como potencialmente domesticadores da Serra do Espinhaço Meridional:

Conversão para áreas de cultivo e quintais

A conversão para áreas de cultivo e quintais é, visivelmente, a forma mais ativa de alteração de paisagens, dentre as observadas. Na região da Serra do Espinhaço Meridional, as *roças de toco* representam a classe "paisagem cultivada", proposta por Charles R. Clement (1999), porque transformam a formação vegetativa local para favorecer espécies de interesse. Nesse caso, a paisagem cultivada não perdura após o período de cultivo, pois se inicia o processo de sucessão ecológica; entretanto, as transformações abióticas praticadas nesses espaços frequentemente sobrevivem por longos períodos (CLEMENT, 1999).

Em relação ao processo, ele consiste no corte da vegetação mais fina, seguida de queima e cultivo por alguns anos sucessivos até que um novo ciclo de regeneração seja iniciado, definição que condiz com a realidade dos cultivos locais, nos quais o manejo do fogo contribui para a mineralização da matéria orgânica da biomassa que é queimada, disponibilizando nutrientes no solo, melhorando as condições para o cultivo e impulsionando a sucessão de espécies (ver capítulo 3 desta obra).

Outra representação, menos intensa, do manejo na região são os *quintais agroflorestais*. Nestes, diversos recursos vegetais, sobretudo frutíferos, disponíveis nesses ambientes sofrem um intenso processo de seleção. Desse modo, as espécies e variedades, independentemente se são intencionalmente plantadas (muitas vezes trazidas de outras unidades da paisagem) ou espontâneas, são avaliadas em relação ao gosto, à textura,

à adaptabilidade e à produtividade e, caso não se adequem ao interesse da família, são suprimidas. Portanto, a remoção e, por conseguinte, a exclusão fenotípica é, nos quintais, um evento "a posteriori".

Além da seleção, algo que chama a atenção é o processo de implementação, quando ocorre a conversão de áreas nativas em quintais, manejo frequente em todas as comunidades analisadas. Em algumas realidades, cada família pode ter de um a muitos desses espaços distribuídos pela paisagem. Ademais, é costume mudar o local da morada e, portanto, dos quintais. Nesses casos, quase toda a vegetação nativa é suprimida, sendo respeitadas apenas espécies de interesse da família, como é caso da uruvaieira (*Eugenia* sp.), murici (*Byrsonima crassifólia* (L.) Kunth), marmelo (*Cordiera sessilis* (vell.) kuntze), mutamba (*Guazuma ulmifolia* Lam.) e pau d'óleo (*Copaifera* sp.). Há, então, um conjunto de recursos que são preferidos e defendidos. Portanto, os *quintais agroflorestais* também se encaixam na classificação proposta por Charles R. Clement (1999) como paisagem manejada, que são locais onde a abundância e a diversidade de alimentos e outras plantas úteis são intensamente incentivadas pela remoção parcial da formação matriz.

Na criação e na manutenção dos quintais pelas famílias, também ocorre o manejo de sementes e o transplante de fruteiras perenes, bem como o encorajamento destas "in loco" e o transplante e o encorajamento de raízes (SMITH, 2011), práticas que colaboram com a proposição do processo de domesticação das paisagens de Levis *et al*. (2018), devido ao cenário de transporte intencional de espécies úteis e à seleção fenotípica destas. Sendo assim, acredita-se que o resultado evolutivo desse processo ecológico possa levar algumas das espécies cultivadas à alteração genética.

Por receberem manejo diário, são nas áreas supracitadas que se pode observar, com mais clareza, o processo de seleção fenotípica (melhoramento genético). Além disso, é por meio dos sistemas tradicionais de manejo que ocorre o beneficiamento ou o cruzamento intencional de fenótipos. Desse modo, pode-se afirmar que a dinâmica dos quintais revela processos que correspondem a essa prática.

Durante a construção dos novos quintais, propágulos das plantas existentes no antigo quintal servem como banco de germoplasma para o novo sistema. Entretanto, a seleção deles não é aleatória, mas responde a critérios da família. Nesse sentido, a agrobiodiversidade

presente em um quintal secundário é fruto de alguns eventos de seleção drástica, correspondendo, possivelmente, a uma diversidade genotípica adaptada.

Entretanto, mais crítico que a seleção intencional de genótipos existentes é o intercruzamento de indivíduos de espécies próximas com vistas à produção de novas variedades. Em algumas localidades, por exemplo, o cultivo de abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merr.), uma das espécies domesticadas no Brasil, é frequente, ocorrendo, nos agroambientes de fitofisionomias do Cerrado da região, uma espécie silvestre de *Ananas* sp., o ananás. Segundo os comunitários, é percebido que, nos quintais estabelecidos próximos às unidades de Cerrado, surgem, frequentemente, características morfológicas, típicas do ananás, nos abacaxis cultivados, devido aos intercruzamentos. Assim, esse processo permite vislumbrar que a diversificação genotípica, base para a ampliação da agrobiodiversidade, acontece de forma contínua no âmbito dessas comunidades na Serra do Espinhaço Meridional.

Outro processo drástico relacionado à seleção genética ocorre com o gondó (*Erechtites* cf. *valerianifolius* (Link ex Spreng.) DC.), uma erva historicamente utilizada na alimentação dos moradores da região. Essa espécie é nativa da região, e os moradores, quando encontram seus propágulos, coletam-nos para plantar nos quintais. Em um primeiro momento, a seleção inicial dos indivíduos, em suas áreas de ocorrência, favorece determinados fenótipos de interesse humano, por exemplo, aqueles que resultam em maior disponibilidade de alimentos, no caso são folhas mais largas, maiores e mais abundantes. Quando cultivados nos quintais, acredita-se que os genes que conferem essas características são fixados na população manejada, acarretando drástica modificação. Entretanto, é possível que um fenótipo reconhecido pelos moradores como especial seja reproduzido por propagação vegetativa (clonagem) quando possível, que consiste na replicação dos indivíduos geneticamente iguais, portanto, à multiplicação e ao favorecimento exponencial de um conjunto genético.

Proteção de recursos "in situ"

A proteção de recursos "in situ" pode ser considerada menos intensa que a anterior, pois consiste, basicamente, na preservação de espécies ou

unidades de paisagem. Nesse contexto, entende-se por preservação os atos que priorizam a manutenção do estado natural de uma espécie ou ambiente por serem de interesse individual ou coletivo.

Nesse sentido, foi relatada pelas famílias e constatada em campo a prática de proteção das unidades de paisagem conhecidas como "*capão*" e "*mata*", principalmente para a manutenção dos recursos hídricos. Ocorre, portanto, a suspensão de atividades como agricultura, pastoreio e uso do fogo, favorecendo, assim, espécies silvestres (MATHER, 2003). Desse modo, esse tipo de manejo é realizado basicamente para impedir que o gado e o fogo, intencional ou não, acessem e, consequentemente, destruam essa formação.

Trabalhos em outras áreas de Cerrado mostram que a ação de proteção é comum e denominam os locais resguardados como "refúgios de fogo", que são espaços menos perturbados e com menor (ou nenhuma) ocorrência de incêndios em relação à matriz vegetacional que a circunda (MEDDENS *et al*., 2018). A partir disso, percebe-se que a manutenção desses refúgios condiz com a categoria proposta por Levis *et al*. (2018) de proteção de plantas úteis, pois esta atividade pode ser direcionada a indivíduos com características específicas ou a populações de plantas inteiras, reduzindo a chance de eles sofrerem perturbações. Esse tipo de prudência, quando voltado a indivíduos de uma espécie, corresponde a cuidados especiais com sementes, jovens e adultos, que utilizam práticas de extração menos intensas, protegendo-os do fogo, podando e reduzindo populações de herbívoros.

Nas comunidades analisadas, foi relatada uma prática de proteção, voltada à manutenção de espécies de interesse econômico e/ou medicinal. Nas palavras de alguns moradores, coletadas em entrevistas em 2019, *"a gente colhe, mas deixa um pouco para não deixar de ter"*. Assim, os comunitários expõem a preocupação com a manutenção dos recursos para uso futuro. Essa prática foi principalmente relatada ao tratar das espécies de sempre-vivas, muitas vezes associada a outros tipos de proteção, como não prejudicar o sistema radicular no momento da coleta (ver capítulo 6 desta obra), o que está de acordo com a descrição de "práticas extrativas não destrutivas", proposta por Levis *et al*. (2018) para a categoria proteção.

Ainda no contexto da diversidade nativa dos Cerrados, destaca-se a proteção do pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess.). Nesse caso, as unidades

de Cerrado são utilizadas para agroextrativismo vegetal, pastoreio e, em alguns casos, para os cultivos agrícolas. Nas situações em que é necessária a conversão, os indivíduos de pequi que, porventura, ocorram na área, são plenamente protegidos, evidenciando, portanto, que essa espécie é favorecida regionalmente. Isso também se confirma nas comunidades apanhadoras de flores da região analisada.

Outra prática registrada que se encaixa em proteção, agora referindo-se à continuidade de uma população, é o plantio de espécies desejadas, proposto por Levis *et al*. (2018) como uma categoria à parte, sendo fundamental, também, para alterar a sua distribuição espacial. Durante a "panha" das sempre-vivas, os apanhadores deixam parte dos escapos florais para que estes gerem sementes para manutenção das populações-alvo da coleta; o conjunto desses escapos não coletados é conhecido como "restolho" (ver capítulo 6 desta obra). Além disso, os apanhadores, além de proteger parte das sementes no campo, durante a composição de grandes feixes de inflorescências coletadas no piso do local de processamento, reúnem as sementes que caíram no chão e semeiam-nas no campo nativo. Assim, o resultado ecológico pode ser comunidades vegetais manejadas e enriquecidas, dominadas por espécies de interesse, muito semelhantes às áreas monotípicas de açaizeiro e castanha do Brasil na bacia amazônica (BALÉE, 2015).

Criação de áreas de reserva alimentar

A criação de áreas de reserva alimentar é considerada uma prática de intensidade intermediária quando comparada às anteriores, além de ser uma estratégia largamente difundida nas comunidades da Serra do Espinhaço Meridional e de apresentar diferentes facetas. Nesse contexto, a dinâmica das atividades dos apanhadores de sempre-vivas engloba andar e caminhar por longos períodos, que somam horas ou dias, seja para cuidar do rebanho criado "à solta" na serra, seja para a "panha" das flores. Nesse comportamento que demanda alto custo energético, a garantia de alimentos pelos caminhos percorridos é fundamental.

Nesses ambientes, foi possível identificar diferentes nichos construídos pelos moradores ao largo das rotas utilizadas para garantir alimentos. Em geral, são beneficiadas espécies frutíferas típicas dos quintais, como manga (*Mangifera indica* L.), mamão (*Carica papaya* L.), laranjas (*Citrus*

spp.). Entretanto, espécies nativas, como araticum (*Annona* sp.), mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), ingá (*Inga* sp.) também são transplantadas para os locais com a mesma finalidade, o que se assemelha muito ao padrão de construção de trilhas, enriquecidas com espécies alimentares, pelo povo Kayapó, entre suas aldeias nos domínios dos cerrados (POSEY, 1985).

Sobre a estratégia de criar mosaicos contendo manchas ricas em recursos alimentares, ressalta-se a sua eficácia para aumentar a capacidade do ambiente de suprir as necessidades humanas, assim como a de outros organismos (SMITH, 2011). Assim, os mesmos nichos concebidos para reserva de alimentos e recursos medicinais atraem pássaros dispersores e promovem essas espécies na paisagem em escala regional, ou seja, eles potencializam a dispersão das espécies de interesse humano, realizada inicialmente, por homens e mulheres (LEVIS *et al*., 2018).

É comum, entre as sociedades humanas, o desenvolvimento de estratégias simples para a aquisição de alimentos, como concentrar árvores frutíferas em suas áreas de uso (CLEMENT, 2014), pois, dessa forma, têm-se alternativas eficientes para acessar alimentos (WIDGREN, 2011). Essa atividade é explícita também ao redor das "lapas" (locais de moradia no período da "panha") e, em alguns casos, há a formação de quintais agroflorestais no entorno delas. Destacam-se, ainda, em algumas localidades, lapas que são nomeadas pelos recursos vegetais para lá intencionalmente transportados, como a "lapa da goiaba". Apesar disso, ressalta-se que nem todos os recursos transportados são alimentares, já que foram relatadas espécies medicinais, como é o caso do fumo (*Nicotiana tabaco* L.). Levando em consideração esses aspectos, Levis *et al*. (2018) apontam que esse tipo de transporte intencional de plantas úteis para além de seus limites geográficos corresponde, ecologicamente, a ultrapassar as barreiras evolutivas de reprodução e distribuição.

Práticas não intencionais

As práticas não intencionais são consideradas mais sutis dentre as estratégias levantadas, pois, mesmo sendo feitas com alta frequência, quase que por impulso, os padrões que as compõem não são guarnecidas de propósito. Nesse caso, a domesticação da paisagem pode ocorrer de forma intencional ou não, sendo bons exemplos o abandono de

acampamentos e o descarte de sementes ao acaso (POSEY, 1985, 1993; ZOHARY, 2004; RIVAL, 2007).

Na Serra do Espinhaço Meridional, observa-se que grande parte da região é cortada por trilhas, muitas delas antigas, do tempo da ocupação colonial iniciada no século XVIII (ISNARDIS, 2017). Além disso, pode-se observar que é costume limpar as trilhas, removendo indivíduos regenerantes de espécies não úteis, o que pode reduzir a competição intraespecífica ou favorecer as espécies úteis (LEVIS *et al*., 2018). Ao percorrer algumas das trilhas, a prática de descartar sementes de frutas nativas coletadas e consumidas durante a caminhada foi testemunhada, como a gabiroba (*Campomanesia xanthocarpa* (Mart.) O.Berg) e a jabuticaba do mato (*Eugenia* sp.).

Foi relatado também que, durante os meses em que os apanhadores de sempre-vivas moram nas "lapas", são criados e mantidos, ao redor desses espaços, porcos e galinhas. Estas forrageiam nos "campos", onde ocorrem muitos cupinzeiros que são, frequentemente, removidos para que as galinhas se alimentem dos cupins. Assim, tal manejo, em perspectiva sistêmica, indica que as camadas superiores do solo são revolvidas, favorecendo a ciclagem de matéria orgânica e nutrientes. Há que se destacar, ainda, que a presença de galinhas nos campos aporta nutrientes, como nitrogênio, por meio de suas fezes. Nessas situações, também são produzidos resíduos como carvão, cinzas, restos de alimentos, urina, os quais se configuram como características da prática chamada de enriquecimento do solo (LEVIS *et al*., 2018), porém, nesse caso, acredita-se que essas práticas sejam feitas de forma não intencional.

Uso do fogo

O uso do fogo é, certamente, a prática mais utilizada na região. Esse tipo de atividade, intencional e não intencional, foi, indiscutivelmente, o meio mais difundido de modificação do ambiente nativo nas Américas (DENEVAN, 2011). Ademais, sua ação pode aumentar a fertilidade do solo, sendo considerado um processo fundamental na domesticação da paisagem, pois as alterações edáficas são estruturantes das comunidades vegetais (LEVIS *et al*., 2018).

Na Serra do Espinhaço Meridional, o fogo é usado pelas comunidades

tradicionais para o benefício de espécies de importância econômica local, no caso, as sempre-vivas[1], e para a manutenção de pastagens naturais, bem como a viabilização das roças-de-toco (ou corte-e-queima).

As espécies de sempre-vivas pertencem às famílias *Eriocaulaeceae*, *Xyridaceae* e *Cyperaceae*, ocorrendo nos "campos" ou nas "campinas" e, no contexto da sucessão ecológica, são pioneiras. Dessa forma, à medida que a comunidade vegetal é desenvolvida, novas espécies são incluídas, como as gramíneas, que são mais eficazes na competição interespecífica. Como resultado, há o aumento da biomassa e a consequente exclusão competitiva das sempre-vivas. Cientes desse processo ecológico, os apanhadores dessas flores utilizam o fogo, sob condições controladas, para manter a comunidade vegetal em estados iniciais da sucessão, favorecendo, portanto, as espécies de interesse. Além disso, é importante ressaltar que esse procedimento ocorre em todas as comunidades tradicionais analisadas nessa porção da Serra do Espinhaço, sendo, portanto, um fenômeno de dimensão regional. Essa realidade sugere, ainda, que a estrutura e a dinâmica das comunidades vegetais, na Serra, são determinadas, principalmente, pelo fogo antrópico.

Em escala global, em relação à compreensão do fogo, assim como o papel antrópico sobre a estrutura dos ecossistemas, há ainda hoje, na Ecologia, uma visão conservadora, na qual a distribuição das espécies no espaço e no tempo é determinada apenas pelas variáveis climáticas e edáficas (PAUSAS, KEELEY, 2009). Entretanto, existem aqueles que, defendem que o fogo é um processo amplamente distribuído por todos os ecossistemas terrestres, além de determinar as dinâmicas ecossistêmicas (BOND, KEELEY, 2005).

Nessa perspectiva, o mundo não pode ser entendido sem considerar o fogo, devido às suas fortes consequências ecológicas e evolutivas sobre a biota, incluindo aquele gerado intencionalmente por seres humanos. Considerando, portanto, que, desde o surgimento da espécie humana, as pessoas têm influenciado fortemente os regimes de fogo, é possível afirmar que esse manejo afeta a sustentabilidade de alguns ecossistemas. Isso é mais decisivo no caso do Cerrado, onde o fogo tem um papel fundamental (RAMOS-NETO, PIVELLO, 2000).

Outro aspecto relevante é que, durante a estação chuvosa, há uma

1 Para maiores detalhes sobre o uso do fogo no manejo das espécies de sempre-vivas ver o capítulo 6 desta obra.

alta produção de biomassa, que se acumula à medida que a estação seca progride, favorecendo a ocorrência de incêndios. Segundo Miranda *et al*. (2009), por milhares de anos, incêndios naturais, durante a estação úmida, e queimadas antropogênicas, durante a estação seca, coexistiram na região do Cerrado, sugerindo que o fogo, juntamente com a sazonalidade da chuva e os solos distróficos, são alguns dos determinantes da forma da vegetação desse bioma.

Os efeitos do fogo no Cerrado podem ser caracterizados como combustão de superfície, consumindo, basicamente, o combustível fino da camada herbácea. Em contrapartida, a maioria das espécies da camada herbácea é altamente resistente a ele e rebrota alguns dias após uma queimada, o que também é relatado pelos moradores das comunidades apanhadoras de flores na Serra do Espinhaço Meridional, os quais afirmam que essa biomassa deve ser controlada (com uso periódico do fogo) para evitar incêndios destruidores e também para incentivar a rebrota da camada de gramíneas, alimento principal das criações de animais de grande porte nos campos nativos. Eles ressaltam ainda que, para fazer uso do fogo, é necessário observar o clima e usá-lo a seu favor, ou seja, aproveitar as chuvas e o vento para fazer o controle espacial da queimada.

O manejo de paisagens com o uso do fogo é extremante específico. No caso da Serra do Espinhaço Meridional, ele tem diferentes frequências, a depender do tipo de unidade e da época na qual é realizado. Esse manuseio, portanto, influencia a dinâmica do Cerrado (cf. MIRANDA *et al*., 2009; LEHMANN *et al*., 2011; STAVER, ARCHIBALD, LEVIN, 2011a; STAVER, ARCHIBALD, LEVIN, 2011b), indicando que o regime histórico contribuiu para a determinação da estrutura e da biodiversidade local (DURIGAN, RATTER, 2016; SCHMIDT *et al*., 2018).

Staver, Archibald e Levin (2011b) analisaram se as fitofisionomias, florestal e savânica, são determinadas por variáveis climáticas ou pelo fogo e concluíram que o clima influencia globalmente o tipo de fitofisionomia. Mas, em locais de precipitação intermediária (1000 a 2500 milímetros), com sazonalidade moderada (menos de 7 meses), como é o caso da Serra do Espinhaço Meridional, somente o fogo diferencia uma formação típica de savana de uma florestal. Em suma, esses dados evidenciam que o uso desse fenômeno, em uma escala regional, determina se a vegetação será florestal ou savânica.

Independentemente de seu papel elementar, o fogo foi, segundo Durigan e Ratter (2016), negligenciado nos planos e nas ações de conservação da biodiversidade do Cerrado, ao longo de décadas, transformando grande parte da vegetação de savana em florestas, causando perdas de biodiversidade e mudanças drásticas nos processos ecológicos. Diante do exposto, fica evidente que o manejo controlado do fogo pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas - seja no manejo das populações de sempre-vivas, seja na limpeza de áreas para pastoreio ou nas roças de toco - não pode ser criminalizado, mas compreendido como uma prática que é adaptada à dinâmica ecossistêmica e que é capaz de gerar e manter a rica biodiversidade local.

Considerações Finais

Considerando o exposto acima, toma-se por paisagens domesticadas aquelas que passaram ou passam por alterações ecológicas devido à ação humana. Essas modificações podem ocorrer em diferentes níveis de intensidade e resultam em ambientes mais favoráveis para os seres humanos (CLEMENT, 1999). Conforme descrito, foi possível observar cinco grandes processos que envolvem diversas práticas de manejo realizadas pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, que estão, potencialmente, alterando os padrões ecológicos das diferentes unidades da paisagem que compõem a Serra do Espinhaço Meridional no sentido da sua domesticação.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo suporte financeiro que garantiu a construção deste capítulo.

Referências

ABRAÃO, Marcia Barbosa et al. Baniwa vegetation classification in the white-sand Campinarana habitat of the Northwest Amazon, Brazil. In: JOHNSON, Leslie. M.; HUNN, Eugene. S. (ed.). Landscape Ethnoecology: Concepts of Biotic and Physical Space. Berghahn Books, p. 83–115, 2010.

BALÉE, William. Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes. The University of Alabama Press, 2015.

BALÉE, William; ERICKSON, Clark. Time, complexity, and historical ecology. In: BALÉE, William; ERICKSON, Clark. (ed.). Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands. Columbia University Press, p. 1-18, 2006.

BALÉE, William. The research program of Historical Ecology. Annual Review of Anthropology, v. 35, n. 1, p. 75-98, 2006.

BOIVIN, Nicole. L. et al. Ecological consequences of human niche construction: Examining long-term anthropogenic shaping of global species distributions. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 113, n. 23, p. 6388–6396, 2016.

BOND, William. J.; KEELEY, Jon. E. Fire as global 'herbivore': The ecology and evolution of flammable ecosystems. Trends in Ecology and Evolution, v. 20, n. 7, p. 387–394, 2005.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. Proceedings of Royal Society B, v. 282, n. 1812, p. 1-9, 2015.

CLEMENT, Charles. R. et al. Origin and dispersal of domesticated peach palm. Frontiers in Ecology and Evolution, v. 5, p. 148, 2017.

CLEMENT, Charles. R. Landscape Domestication and Archaeology. In: SMITH, Claire. (ed.). Encyclopedia of Global Archaeology

. Springer, p. 4388-4394, 2014.

CLEMENT, Charles. R. 1492 and the loss of amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. Economic Botany, v. 53, n. 188, p. 188–202, 1999.

CRUMLEY, Carole. L. Historical Ecology: integrated thinking at multiple temporal and spatial scales. In: HORNBORG, Alf.; CRUMLEY, Carole. L. (ed.). The World System and the Earth System: Global Socioenvironmental Change and Sustainability Since the Neolithic. Left Coast Press, p. 1–13, 2007.

DA SILVA, Taline. C. et al. Folk classification as evidence of transformed landscapes and adaptative strategies: a case study in the semiarid region of northeastern Brazil. Landscape Research, v. 42, n. 5, p. 521–532, 2016.

DENEVAN, William. M. The "Pristine Myth" Revisited. Geographical Review, v. 101, n. 4, p. 576–591, 2011.

DIEGUES, Antonio. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DURIGAN, Giselda; RATTER, James. A. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. Journal of Applied Ecology, v. 53, n. 1, p. 11-15, 2016.

EITEN, George. The Cerrado Vegetation of Brazil. Botanical Review, v. 38, n. 2, p. 201–341, 1972.

ELLIS, Erle. C.; RAMANKUTTY, Navin. Putting people in the map: Anthropogenic biomes of the world. Frontiers in Ecology and the Environment, v. 6, n. 8, p. 439–447, 2008.

ELOY, Ludivine. et al. Seasonal fire management by traditional cattle ranchers prevents the spread of wildfire in the Brazilian Cerrado. Ambio, v. 48, n. 8, p. 890–899, 2018.

ERICKSON, Clark. L. An artificial landscape-scale fishery in the Bolivian Amazon. Nature, v. 408, n. 6809, p. 190–193, 2000.

HARRIS, David. R.; HILLMAN, Gordon. C. Foraging and Farming: The evolution of plant exploitation. London: Routledge, 2014.

HEAD, Lesley. Unearthing prehistoric cultural landscapes: a view from Australia. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 18, n. 4, p. 481–499, 1993.

ISNARDIS, Andrei. Na sombra das pedras grandes: As indústrias líticas das ocupações pré-coloniais recentes da regiaõ de diamantina, minas gerais, brasil. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciencias Humanas, v. 12, n. 3, p. 895–918, 2017.

KONINGS, Evelien. Ethnobotany and domestication of tree species in the Amazon rainforest. BSc Thesis, Wageningen University, 2017.

LALAND, Kevin. N.; O'BRIEN, Michael. J. Niche Construction Theory and Archaeology. Journal of Archaeological Method and Theory, v. 17, n. 4, p. 303–322, 2010.

LALAND, Kevin. N.; ODLING-SMEE, F. John.; FELDMAN, Marcus. W. On the evolutionary consequences of Niche construction. Journal of Evolutionary Biology, v. 9 n. 3, p. 293–316, 1996.

LEHMANN, Caroline. E. R. et al. Deciphering the distribution of the savanna biome. New Phytologist, v. 191, n. 1, p. 197-209, 2011.

LEVIS, Carolina et al. How People Domesticated Amazonian Forests. Frontiers in Ecology and Evolution, v. 5, n. 171, p. 1–21, jan. 2018.

LEVIS, Carolina et al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. Science, v. 355, n. 6328, p. 925–931, 2017.

MATHER, Charles. Shrines and the domestication of landscape. Journal of Anthropological Research, v. 59, p. 23–45, 2003.

MEDDENS, Arjan et al. Fire refugia: What are they, and why do they matter for global change? BioScience, v. 68, n. 12, p. 944–954, 2018.

MEGGERS, Betty. J. Prehistoric population density in the Amazon basin. In: VERANO, JohnW.; UBELAKER, Douglas H. (ed.). Disease and demography in the Americas. Smithsonian Institution Press, p. 197-206, 1992.

MIRANDA, Heloisa. S. et al. Fires in the cerrado, the Brazilian savanna. In: COCHRANE, Mark. A. (ed.) Tropical Fire Ecology. Springer, p. 427-450, 2009.

MISTRY, Jayalaxshmi et al. Indigenous fire management in the cerrado of Brazil: The case of the Krahô of Tocantíns. Human Ecology, v. 33, n. 3, p. 365–386, 2005.

ODLING-SMEE, John et al. Niche construction theory: A practical guide for ecologists. Quarterly Review of Biology, v. 88, n. 1, p. 3–28, Mar. 2013.

ODLING-SMEE, F. John. Niche construction, genetic evolution and cultural change. Behavioural Processes, v.35, n. 1-3, p. 195–205, 1995.

PAUSAS, Juli G.; KEELEY, Jon. E. A Burning Story: The Role of Fire in the History of Life. BioScience, v.59, n.7, p. 593-601, Jul. 2009.

POSEY, Darrell A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: The case of the Kayapo Indians of the Brazilian Amazon. Agroforestry Systems, v. 3, n. 2, p. 139-158, Jun. 1985.

POSEY, Darrell A. The importance of semi-domesticated species in post-contact Amazonia: effects of the Kayapó indians on the dispersal of flora and fauna. In: HLADIK, Claude M.; HLADIK, Annette.; LINARES, Olga. F.; PAGEZY, Hélène; SEMPLE, Alison (ed.). Tropical forests, people and food. The parthenon, p. 63-71, 1993.

RAMOS-NETO, Mário B.; PIVELLO, Vânia R. Lightning Fires in a Brazilian Savanna National Park: Rethinking Management Strategies. Environmental Management, v. 26, n. 6, p. 675–684, 2000.

REIS, Maurício. S. dos; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: Evidence for a cultural dimension. Ecology and Society, v. 19, n. 2, p. 43–57, 2014.

RIBEIRO, José F.; WALTER, Bruno M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. DE; RIBEIRO, J. F. (ed.). Cerrado: Ecologia e flora. Emprapa, p. 152–212, 2008.

RIVAL, Laura. Domesticating the landscape, producing crops and reproducing society in Amazonia. In: PARKIN, David.; STANLEY, Ulijaszek (ed.). Holistic Anthropology: Emergence and Convergence. Berghahm: Oxford, p. 72–90, 2007.

ROOSEVELT, Anna. C. The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest. Anthropocene, v. 4, p. 69–87, 2013.

ROSS, Nanci. J. Modern tree species composition reflects ancient Maya "forest gardens" in northwest Belize. Ecological Applications, v. 21, n. 1, p. 75-84, 2011.

RUSSELL, Emily W. B. People and the Land through Time. Yale University Press, 2019.

SCHMIDT, Isabel et al. Fire management in the Brazilian savanna: First steps and the way forward. Journal of Applied Ecology, v. 55, n. 5, p. 2094-2101, 2018.

SMITH, Bruce D. A Cultural Niche Construction Theory of Initial Domestication. Biological Theory, v. 6, n. 3, p. 260–271, 2012.

SMITH, Bruce D. General patterns of niche construction and the management of "wild" plant and animal resources by small-scale pre-industrial societies. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 366, p. 836–848, 2011.

SOUSA-JUNIOR, José. R.; ALBUQUERQUE, Ulysses P.; PERONI, Nivaldo Traditional knowledge and management of Caryocar coriaceum Wittm. (Pequi) in the brazilian savanna, northeastern Brazil. Economic Botany, v. 67, n. 3, p. 225-233, 2013.

STAVER, A. Carla; ARCHIBALD, Sally; LEVIN, Simon. Tree cover in sub-Saharan Africa: Rainfall and fire constrain forest and savanna as alternative stable states. Ecology, v. 92, n. 5, p. 1063-72, 2011a.

STAVER, A. Carla. The Global Extent and Determinants of Savanna and Forest as Alternative Biome States. Science, v. 334, n. 6053, p. 230-232, 2011b.

TERRELL, John E. et al. Domesticated Landscapes: The Subsistence Ecology of Plant and Animal Domestication. Journal of Archaeological Method and Theory, v. 10, n. 4, p. 323–368, Dec. 2003.

WIDGREN, Mats. A World of Domesticated Landscapes. In: PEIL, Tiina (ed.). The space of culture - the place of nature in Estonia and beyond. [S.I.] University of Tartu Press, p. 181–185, 2011.

WILLIS, Katherine J.; GILLSON, Lindsey; BRNCIC, T. M. How "virgin" is virgin rainforest? Science, v. 304, p. 402–403, 2004.

ZOHARY, Daniel. Unconscious selection and the evolution of domesticated plants. Economic Botany, v. 58, n. 1, p. 5-10, 2004.

Capítulo 5

As espécies ornamentais nativas manejadas no Espinhaço Meridional

Maria Neudes Sousa de Oliveira
Igor Henrique de Oliveira

Introdução

A promoção do sustento de populações humanas por meio da exploração extrativa de produtos florestais não madeireiros como alternativa para o desflorestamento e a conversão para uso agrícola ou pastoril ganhou ampla aceitação como paradigma para a conservação (NEPSTAD; SCHWARTZMAN, 1992). O extrativismo desses artefatos (PFNM) no Espinhaço Meridional tem extrema importância econômica, social e cultural para as populações tradicionais que habitam essa região.

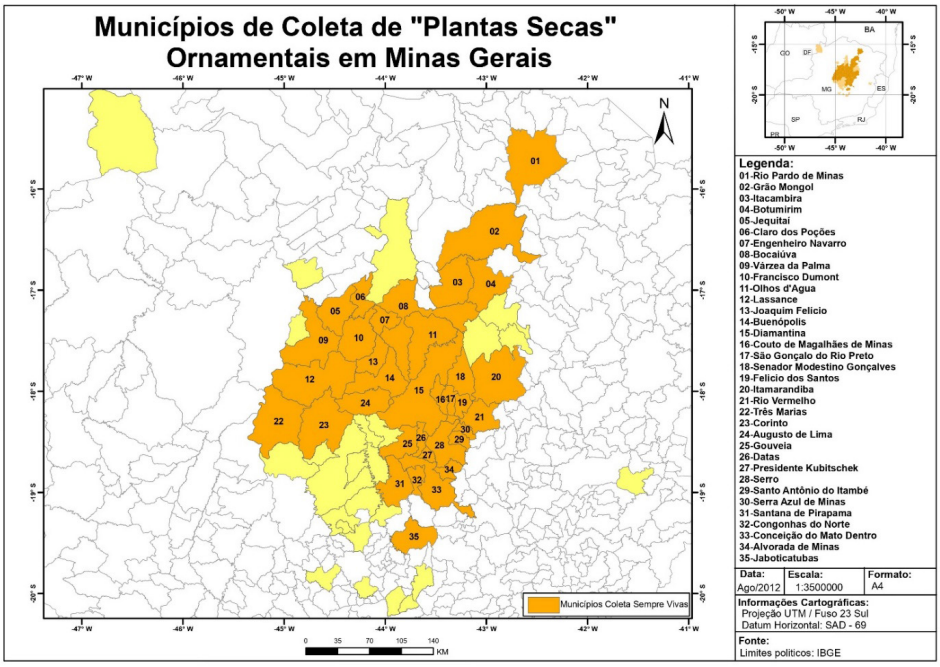
Em Diamantina (MG) e em vários municípios circunvizinhos (Figura 1), muitas espécies vegetais exploradas agroextrativamente, tendo algumas de suas partes comercializadas secas, com fins ornamentais, a nível de coletores(as) e atacadistas, recebem, genericamente, a denominação de "*Plantas Secas*" ou "*Flores Secas*".

Antes de dar continuidade à apresentação do objeto de pesquisa deste capítulo, destaca-se que: a) a dimensão e a relevância da economia gerada a partir da coleta dessas "*plantas ou flores secas*" estão detalhadas no capítulo 7 desta obra; e b) a importância histórica socioeconômica, cultural e ambiental e os múltiplos usos do território pelas comunidades tradicionais do Espinhaço Meridional mineiro estão nos capítulos 1, 2 e 3. Além disso, é importante sinalizar que, no texto que se segue, as palavras ou expressões escritas em itálico e entre aspas representam a nomenclatura usada pelos diferentes atores dessa economia.

As "*Plantas Secas*" ou "*Flores secas*", cujas partes são comercializadas secas para fins ornamentais, em Minas Gerais, são generalizadamente divididas em dois grandes grupos: o das "Sempre-vivas" e o dos "Frutos Secos". Enquanto no grupo das "Sempre-vivas" a parte comercializada é sempre a "inflorescência" (haste com a inflorescência na extremidade), no grupo dos "Frutos secos" são comercializadas as mais variadas partes de plantas, que vão desde raízes de destoca até uma única parte de uma flor.

Neste capítulo, serão apresentados os grupos, os subgrupos e as espécies dentro de suas categorias, as épocas em que são coletadas, bem como as partes comercializadas (nomes e registros fotográficos). Primeiramente, será abordado o grupo das Sempre-vivas, incluindo os subgrupos das "*margaridinhas*" e dos "*botões*", com nomes populares, científicos, famílias botânicas, registro fotográfico das inflorescências, bem como os meses nos quais cada espécie é coletada de forma mais recorrente (intervalo apresentado para os locais visitados), visto que existem variações de acordo com as nuances edafoclimáticas do Espinhaço Meridional, que alteram o local e a data exatos da coleta.

Figura 1 - Municípios mineiros (Diamantina - 15) onde ocorre a coleta de partes secas de plantas comercializadas com fins ornamentais (amarelo e laranja), com destaque para os de coleta de sempre-vivas (em laranja)



Fonte: UFVJM (2009).

Na segunda parte, será apresentado o segundo grupo, o dos "*Frutos secos*", do qual fazem parte as demais espécies coletadas na economia das "*Plantas secas*" ou "*Flores secas*" (excluindo-se as sempre-vivas), compondo vários subgrupos: dos frutos propriamente e sementes, das folhas e folhagens, dos capins, dos cipós, dos musgos e líquens, etc. Neste grupo, serão apresentados os nomes populares da parte comercializada, a parte da planta a que se refere (com registro fotográfico) e as formas comercializadas, bem como os meses nos quais a coleta é mais praticada. Serão evidenciadas, também, algumas considerações acerca do status de conservação das espécies de sempre-vivas coletadas/comercializadas e comentários sobre a distribuição geográfica delas. Além do mais, buscar-se-á enfatizar as várias denominações (nomes populares) interpretadas pelos coletores como tipos distintos, no que diz respeito às características morfológicas e/ou fenológicas, mas que podem representar morfotipos[1] de uma mesma espécie ou mesmo tipos diferentes ainda não descritos e classificados, evidenciando a necessidade de estudos taxonômicos[2].

Grupos e subgrupos coletados

O grupo das Sempre-vivas

As sempre-vivas são plantas que, além de terem seus escapos coletados quase secos, mantêm-se com o aspecto de estruturas vivas muito tempo após coletados. Ademais, é válido pontuar que a parte comercializada dessas plantas é referida no meio científico como sendo "as inflorescências", embora seja constituída de hastes com as inflorescências nas extremidades, ou seja, os escapos.

No grupo das sempre-vivas, enquadram-se espécies de monocotiledôneas, principalmente das famílias Eriocaulaceae, Xyridaceae, Cyperaceae e Rapataceae, a maioria de porte herbáceo e algumas de porte herbáceo-arbustivo. Nessa mesma categoria, têm-se o subgrupo das sempre-vivas propriamente ou "*margaridinhas*" e o subgrupo dos "*botões*". Todas as espécies de "*margaridinhas*" pertencem à família Eriocaulaceae, gênero *Comanthera,* subgênero *Comanthera* e, em Diamantina e região, recebem a denominação genérica de "*campinas*" ou "*flores*". No subgrupo dos "*botões*", estão incluídas as demais espécies de sempre-vivas da família Eriocaulaceae (gênero *Comanthera,* subgênero *Tysanocephalus*

1Em Botânica, morfotipos são indivíduos com variações morfológicas pertencentes a uma mesma espécie. Entende-se aqui neste capítulo como morfotipo, indivíduos com qualquer(isquer) variação/ões entendida(s) pelo coletor(a)/apanhador(a) como sendo suficiente para diferenciar grupos de indivíduos, seja considerando aspecto morfológico (cor, forma) ou fenológico.
2Classificação do indivíduo num táxon.

e dos gêneros *Actinocephalus, Paepalanthus* e *Syngonanthus*) e espécies das famílias Xyridaceae, Cyperaceae e Rapataceae. Desse modo, ora o termo sempre-vivas é empregado de forma restrita, referindo-se, exclusivamente, àquelas com aspecto de "*margaridinhas"*, ora, de forma generalizada, referindo-se ao grupo como um todo, ou seja, "*margaridinhas*" e "*botões*". As espécies da família Poaceae, por sua vez, que, nos estudos de Giulietti *et al*. (1988) e Giulietti *et al*. (1996), foram consideradas sempre-vivas, serão abordadas no subgrupo dos "*capins*".

Sempre-vivas: espécies coletadas

A coleta das flores sempre-vivas é tão importante para o estado de Minas Gerais que, muitas vezes, esse grupo é referido como "*As flores de Minas*", sendo vários os motivos que justificam essa relevância. Inicialmente, Minas Gerias é o estado de maior diversidade de espécies, especialmente o planalto Diamantino, na cordilheira do Espinhaço, para onde converge a maior parte das espécies coletadas, mesmo de outros estados, sendo considerada a região polo de produção e também de distribuição. Na cidade de Diamantina, por exemplo, já chegaram espécies de sempre-vivas dos estados da Bahia, Goiás, Tocantins, Pará e do Distrito Federal.

Minas Gerais também é o estado com maior número de espécies comercializadas, as quais, no total, incluindo flores e outras partes secas de plantas, representam um importante recurso natural, com aproximadamente 300 itens comercializados[3] cuja renda monetária gerada com a comercialização é fundamental para famílias de muitas comunidades agroagroextrativistas. Por fim, outro motivo está no fato de a sempre-viva mais popularmente conhecida, a pé-de-ouro (*Comanthera elegans*), do grupo das "*margaridinhas*", de ampla distribuição e de grandes populações, ser endêmica do estado de Minas Gerais (PARRA *et al*., 2010; MARTINELLI, MORAES, 2013). Soma-se a isso o fato de serem muitas as espécies coletadas, em uma vasta área geográfica (Figura 1), e a coleta, uma atividade quase que ininterrupta durante todo o ano.

Na tabela 1 e na figura 2, estão listados, respectivamente, os nomes e as fotos das inflorescências das "*margaridinhas*", e, na tabela 2 e na figura 3, estão listados, respectivamente, os nomes e as fotos das inflorescências dos "*botões*", coletados em Minas Gerais no grupo das Sempre-vivas.

3 Para mais detalhes, ver o capítulo 7 desta obra.

Para o levantamento qualitativo das espécies comercializadas, foram consideradas as diferentes "espécies que foram encontradas em depósitos de coletores e/ou artesãos em comunidades agroextrativistas e em galpões de atacadistas das várias categorias (locais, regionais e exportadores) presentes nos municípios de Diamantina, Presidente Kubitschek, Serro, Lassance, Joaquim Felício, Buenópolis, Rio Vermelho e Belo Horizonte. Foram englobadas, também, aquelas que compunham peças decorativas em feiras de artesanatos confeccionados com as espécies.

No levantamento desse grupo, deu-se ênfase não só às várias denominações locais para variações de uma mesma espécie, aqui tratados com vários nomes populares (no texto, separados pela partícula "ou" e, nas tabelas, citados dentro de uma mesma linha), mas também às denominações para variações que, na visão dos coletores/coletoras, representam "espécies" diferentes, aqui tratados como morfotipos ou "tipos" (no texto, separados por vírgula e, nas tabelas, citados em linhas diferentes). Nesse contexto, ressalta-se que a ênfase aos nomes populares busca contemplar o maior espectro possível de variações, mesmo porque a identificação taxonômica não é apresentada no que diz respeito à espécie para todos os materiais coletados. Portanto, as tabelas 1 e 2 incluem desde as espécies de maior expressão de coleta e comercialização, costumeiramente encontradas em galpões/depósitos de coletores e de atacadistas que normalmente são comercializadas no atacado (embora também utilizadas em artesanato), até espécies utilizadas, exclusivamente, no artesanato, normalmente compondo arranjos de sempre-vivas e de uso mais regionalizado, bem como espécies valorizadas, mas de coletas pontuais/circunstanciais.

As "margaridinhas"

No subgrupo das "*margaridinhas*", estão as espécies de Eriocaulaceae do gênero *Comanthera* subg. *Comanthera* cujos nomes estão apresentados na tabela 1 e registro fotográfico das inflorescências, na figura 2. São 13 espécies comercializadas nesse subgrupo (Tabela 1): *C. elegans* (pé-de-ouro), *C. elegantula* (pé-liso ou vargeira), *C. bisulcata* (morfotipos chapadeira, janeirona carrasqueira e cerenta), *C. nitida* (morfotipos sapatinha, sapatinha crivo e rosetona), *C. ruprecthiana* (janeirona ou flor temporona ou flor de janeiro), C. aff. *ruprechtiana* (janeirão ou flor de janeiro), *C. magnifica*

(sempre-viva gigante), *C. dealbata* (morfotipos roxona ou roxinha, flor do cerrado ou pé-branco e flor-de-leite), *C. suberosa* (margarida ou margarida branca), C. aff. *suberosa* (sempre-viva da Mata do Izidoro), *C. brasiliana* (pezinho branco ou brasiliana), *C. aciphylla* (minissaia ou cachorrinha), *C. paepalophylla* (minissaia ou cachorrinha) e *C. brunnea* (sempre-viva roxa ou flor roxa). Considerando as espécies e os morfotipos, são 20 "*tipos*" de *Comanthera* subg. *Comanthera* comercializadas.

Dentre essas, *C. elegans C. aciphilla*, *C. paepalophylla*, *C. magnifica*, *C. suberosa*, *C. brasiliana* e *C. brunnea* (PARRA, 2000; ECHTERNACHT, SANO, 2012) ocorrem apenas na Cadeia do Espinhaço de Minas Gerais, sendo as quatro últimas endêmicas da Serra do Ambrósio e serras vizinhas, surgindo nos municípios de Rio Vermelho e Itamarandiba (GIULIETTI, 1996; ANDRADE, 2012; ECHTERNACHT, SANO, 2012). Embora citada na Tabela 1, por ter sido encontrada em remanescentes de estoque de depósitos de atacadistas durante o período de levantamento, *C. brasiliana* não é mais coletada. Isso porque se argumenta que o volume dela é insuficiente para justificar a coleta. Desse modo, apesar de ela surgir na mesma serra de *C. suberosa* e *C. magnifica*, a abertura dos seus capítulos ocorre tardiamente em relação às outras (OLIVEIRA *et al*., 2014). Por outro lado, *C. elegans*, a mais popular das "*margaridinhas*", é uma espécie de ampla ocorrência e de grandes populações.

Na literatura, são reconhecidas, ainda, duas subespécies de *C. paepalophylla*: a *C. paepalophylla* subsp. *paepalophylla*, que ocorre em MG, e a *C. paepalophylla* subsp. *strigosa*, que ocorre na Bahia (PARRA *et al*., 2010). Os diferentes *"tipos"* de *C. aciphilla* e *C. paepalophylla* são coletivamente chamados de minissaia por serem seus escapos e capítulos bem menores que os das demais "*margaridinhas*". No contexto atual, são espécies eventualmente coletadas. Já o morfotipo flor-de-leite, considerada a mais alva das sempre-vivas "*margaridinhas*", foi observada em apenas duas populações isoladas na Serra do Cabral.

As espécies *S. laricifolius* (amizade ou saia dourada), *S. itambeensis* (saia roxa), *S. multipes* (ciganinha ou sempre-viva d'água) e *Syngonanthus aff. anthemidiflorus* (ciganinha ou cachorrinha), embora do gênero *Syngonanthus*, foram listadas, na tabela 1, como "*margaridinhas*" (*Comanthera* subg. *Comanthera*), pois brácteas iguais ou maiores que a altura das flores no disco do capítulo (Figura 2) é uma característica presente, também, em algumas espécies de *Syngonanthus* (ANDRADE,

2012). Na linguagem popular "*margaridinhas são todas as flores que têm pétalas*" ("*flores*", nesse contexto, referindo-se à espécie). No entanto, além dessa característica em *Comanthera* subg. *Comanthera*, nestas, o pedicelo das flores cresce expondo o ovário acima da superfície do disco do capítulo durante a maturação dos frutos, o que as difere de *Syngonanthus* (PARRA, 2000). Além das espécies de *Syngonanthus* apresentadas na tabela 1 e na figura 2, *S. widgrenianus* é uma espécie comercializada - citada nos estudos de Giulietti *et al*. (1996), Sano e Giulietti (2012) - com os nomes populares de sempre-viva d'água, botão d'água ou botão da lagoa, embora não tenha sido encontrada nos materiais examinados no presente estudo.

Dentre as "*margaridinhas*" do gênero *Syngonanthus*, a amizade ou saia dourada e a saia roxa são as de maior expressão de coleta e bem valorizadas. Uma variedade da saia roxa, a margarida roxa, *S. laricifolius* cf. var. *longifolius,* foi citada entre as comercializadas por Giulietti *et al*. (1996). No presente estudo, não foi encontrada essa variedade entre os espécimes identificados, mas isso não significa que ela não é coletada/comercializada.

A ciganinha ou sempre-viva d'água e a ciganinha ou cachorrinha são eventualmente coletadas, sendo a última observada somente em artesanato no período em que foi realizado o estudo/levantamento. A sempre-viva roxa ou flor roxa (*C. brunnea*), simpátrica e morfologicamente mais próxima de *C. suberosa* (ANDRADE, 2012), apesar de ser considerada uma "*flor bonita*", é apenas eventualmente coletada por ser considerada uma "*flor quebradiça*" (inflorescência desprende facilmente da haste).

Embora tenham sido apresentados morfotipos de quatro das espécies de "*margaridinhas*", *C. ruprecthiana* (2 morfotipos), *C. bisulcata* (3 morfotipos), *C. nitida* (3 morfotipos) e *C. dealbata* (3 morfotipos), destaca-se que os valores se restringem às expedições realizadas no período de estudo. Mas o número pode ser maior, seja dentro dessas espécies, seja dentro de outras espécies, caso, por exemplo, da pé-de-ouro, a mais popular das sempre-vivas, com três variedades já relatadas na literatura científica, a *elegans*, *elanatus* e *canescens* (PARRA; GIULIETTI, 1997). Prova disso é que, durante as expedições desta pesquisa, expressões como "*existem muitas variedades dessa flor*" foram recorrentes, indicando que há muitas variações e uma necessidade de aprofundamento nos estudos taxonômicos (descrição e categorização num táxon). Sendo assim, essa

realidade chama a atenção para a necessidade de uma mais abrangente coleta de espécimes comercializadas para a identificação taxonômica, seja espacialmente (mais depósitos de coletores e/ou artesãos e/ou atacadistas), seja temporalmente (em diferentes períodos do ano).

Nesse contexto, são, pelo menos, 24 os "*tipos*" de "*margaridinhas*" coletadas: 20 pertencentes ao gênero *Comanthera* subg. *Comanthera* e quatro, ao gênero *Syngonanthus* (Tabela 1). Dessas, as de maior expressão de coleta são: 1) a pé-de-ouro, a vargeira ou pé-liso, a sapatinha, a janeirona e a janeirona carrasqueira, as quais têm colheita mais generalizada na porção meridional da Serra do Espinhaço; 2) e, não menos importantes, mas de coletas mais regionalizadas, a chapadeira, a roxinha, a rosetona e a sapatinha crivo, para a região da Serra do Cabral, nos municípios de Buenópolis, Augusto de Lima, Joaquim Felício e Francisco Dumont; a sempre-viva gigante e a margarida, para a região da Serra do Ambrósio, nos municípios de Itamarandiba e Rio Vermelho; e a amizade ou saia dourada e a saia roxa, para a Chapada do Couto, nos municípios de Botumirim e Grão Mogol.

Na tabela 1, é apresentado, também, o status de conservação dessas espécies (números sobrescritos aos nomes científicos). Assim, vê-se que, dentre as "*margaridinhas*" coletadas/comercializadas, *C. elegans*, *S. itambeensis* e *Syngonanthus laricifolius* constam na última lista nacional de espécies da flora ameaçadas de extinção[4]; as duas primeiras, na categoria em risco de extinção e a última, na categoria vulnerável (MMA, 2014).

4 Para uma análise das espécies de sempre-vivas constantes em listas de espécies ameaçadas de extinção, ver o capítulo 8 desta obra.

Tabela 1 - Sempre-vivas coletadas/comercializadas no grupo das *"margaridinhas"* (Eriocaulaceae Comanthera, subgênero *Comanthera*)**:** nomes populares usados pelos coletores/atacadistas de Diamantina - MG e região, nome científico e época de coleta. O número 1 sobrescrito ao nome científico de algumas espécies, seguido de letras maiúsculas, indica, respectivamente, a presença da espécie na lista de espécies ameaçadas de extinção (MMA 2014) e a categoria da ameaça (VU = Vulnerável; EN = Em perigo; CR = criticamente em perigo). A época de coleta representa o intervalo de coleta nos locais visitados no período do estudo

	Morfotipos **Nomes populares**	**Nome científico**	Época de coleta[2]
1	Janeirona, temporona, flor de janeiro	*Comanthera ruprechtiana* (Koern.) L.R.Parra & Giul.	jan. – fev.
2	Janeirão, flor de janeiro	*Comanthera aff. ruprechtiana* (Koern.) L.R.Parra & Giul.	jan. – fev.
3	Chapadeira	*Comanthera bisulcata* (Koern.) L.R.Parra & Giul.	abr. – jun.
4	Chapadeira carrasqueira, Janeirona carrasqueira, temporona, chapadeira de janeiro, toloba	*Comanthera bisulcata* (Koern.) L.R.Parra & Giul.	jan. – fev.
5	Cerenta	*Comanthera bisulcata* (Koern.) L.R.Parra & Giul.	
6	Sapatinha	*Comanthera nitida* (Bong.) L.R.Parra & Giul.	fev. - mar.
7	Sapatinha crivo, sapatinha três-pé	*Comanthera nitida* (Bong.) L.R.Parra & Giul.	abr. – maio
8	Rosetona	*Comanthera nitida* (Bong.) Ruhland	abr. – jun.
9	Roxinha, roxona	*Comanthera dealbata* (Silveira) L.R.Parra & Giul.	abr. – jun.
10	Chapadeira do cerrado, flor de capim, pé branco	*Comanthera dealbata* (Silveira) L.R.Parra & Giul.	abr. – jun.
11	Flor de leite	*Comanthera dealbata* (Silveira) L.R.Parra & Giul.	abr. – maio
12	Minissaia, cachorrinha	*Comanthera aciphylla* (Bong.) L.R.Parra & Giul.	abr. – maio

13	Minissaia	*Comanthera paepalophylla* (Silveira) L.R.Parra & Giul.	abr. – maio
14	Pé-de-ouro,	*Comanthera elegans (Bong.)* Ruhland var. *elegans*[1EN]	maio – jun.
15	Brejeira, vargeira, pé-liso, Brejeirinha, brejeira do cerrado	*Comanthera elegantula* (Silveira) L.R. Parra & Giul.	maio – jun.
16	Brasiliana, pezinho-branco, fofinha	*Comanthera brasiliana* (Giul.) L.R. Parra & Giul.[1ER]	jul. – set.
17	Margarida branca, amarelinha	*Comanthera suberosa* (Giul.) L.R. Parra & Giul.	jun. – ago.
18	Sempre-viva Mata Izidoro	*Comanthera* aff. *suberosa*	jun. – ago.
19	Sempre-viva gigante, branquinha, brancona	*Comanthera magnifica* (Giul.) L.R. Parra & Giul.	jun. – ago.
20	Sempre viva roxa, flor roxa	*Comanthera brunnea* Echtern.	
21	Amizade, saia-dourada, "margaridinha", margarida	*Syngonanthus laricifolius* (Gardn.) Ruhland[1VU]	ago. – out.
22	Saia-roxa, amizade	*Syngonanthus itambeensis* Silveira[1EN]	ago. – out.
23	Ciganinha 1 (margarida Capivari), cachorrinha	*Syngonanthus aff. anthemidiflorus var. similis* (Ruhland) L.R.Parra & Giul.	abr. - maio
24	Ciganinha 2 (de Buenópolis), Sempre-viva d'água	*Syngonanthus multipes* Silveira	mar. – abr.

Figura 2 - Inflorescências das sempre-vivas comercializadas no grupo das *"margaridinhas"*

Fotos: Acervo do NESFV.

Os "botões"

No subgrupo dos "*botões*", estão as espécies da família Eriocaulaceae do gênero *Comanthera* subg. *Thysanocephalus*, dos gêneros *Actinochephalus, Leiothrix*, *Paepalanthus* e *Syngonanthus* e das famílias Xyridaceae, Cyperaceae e Rapataceae (Tabela 2), que representam os demais tipos comercializados como sempre-vivas cujas inflorescências não apresentam a morfologia de uma "*margaridinha*", ou seja, "*não parecem com uma flor*" (Figura 3).

As espécies de *Comanthera* subg. *Thysanocephalus* são conhecidas, popularmente, como botões congonha e jazidas. São muitas as denominações na nomenclatura popular para os vários "tipos" de jazidas e botões congonha, aqui chamados de morfotipos. Dentre os listados na tabela 2, foram identificadas duas espécies: *C. centauroides* (morfotipos botão congonha ou congonha grande e jazida temporona ou congonha ou congoinha) e *C. vernonioides*, com duas variedades, *C. vernonioides* var. *vernonioides* (morfotipos jazida amarela e jazida branca) e *C. vernonioides* var. *melanolepis* (jazida roxa). A jazida amarela e o botão congonha são os de maior expressão de coleta e comercialização em escala significativa.

Em dois estudos sobre sempre-vivas comercializadas em Minas Gerais, um na década de 1980 e outro na década de 1990, os "tipos" referidos popularmente como jazida (GIULIETTI *et al*., 1988) e como botão novo ou jazidinha ou jazida pequena ou jazida (GIULIETTI *et al*., 1996) foram identificados como *S. xeranthemoides* (*C. xeranthemoides*) em Parra *et al*. (2010) e Sano e Giulietti (2012). Nos estudos de Parra et al. (2010) são descritas outras variedades (além das supracitadas) de *C. vernonioides* e duas variedades de *C. xeranthemoides*. Andrade (2012) cita, ainda, a espécie *C. circinnata* como utilizada no artesanato e simpátrica de *C. centauroides*. Segundo a autora, *C. centauroides* é uma representação de um extremo morfológico dentro de um contínuo que inclui tipos de dezenas de nomes, incluindo *C. vernonioides* e suas variedades, visto que o táxon apresenta uma enorme variação morfológica de porte, tamanho e pilosidade das folhas e das inflorescências, além da cor, do formato e do arranjo das brácteas.

Considerando os estudos de Parra *et al*. (2010) e de Andrade (2012), é plausível supor que as várias denominações para os vários "tipos" conhecidos coletivamente como botões congonha e jazidas sejam subespécies, variedades ou morfotipos que podem estar distribuídos entre as espécies supracitadas: *C. vernonioides*, *C. centauroides*, *C. circinnata* e *C. xeranthemoides*.

Outras Eriocaulaceae comercializadas como "*botões*" pertencem aos gêneros *Actinochephalus*, *Leiothrix*, *Paepalanthus* e *Syngonanthus* (Tabela 2). A popularmente conhecida como chuveirinho, agarradinho ou casadinho (*A. bongardii*) possui vários paracládios, os "*pompons*", distribuídos ao longo do caule aéreo. O casadão, bem casado ou pavão (*P. chiquitensis*) tem um eixo central de, aproximadamente, 1,5 metros de altura, com um paracládio grande na extremidade. São duas espécies coletadas para uso somente no artesanato e são as que, à distância, mais se destacam na paisagem dos campos rupestres como sempre-vivas. Os paracládios do casadão são, muitas vezes, vendidos frescos em feiras locais, mas perdem a forma original, que é globosa devido à distribuição umbeliforme dos escapos no paracládio, após secos, quando os escapos são destacados do paracládio e utilizados na composição de arranjos, juntamente com outras espécies de sempre-vivas.

Outras 10 espécies de *Paepalanthus* são normalmente coletadas (Tabela 2). Várias espécies desse gênero recebem coletivamente a denominação de "*botões brancos*". Os botões capoeira (*P. macrocephalus*) e o capoeira de novembro (*P. rhizomatosus*) são os popularmente mais conhecidos "*botões brancos*", pois, além de serem encontrados com abundância, são os mais coletados/comercializados. O botão capoeira é, também, conhecido como botão prata ou botão alumínio, por apresentar escapos de coloração prateada. Além dos "*botões brancos*", os botões martelo (*P. regalis*) e camisa (*P. varginatus*) são valorizados, mas coletados apenas eventualmente. Normalmente, a maior expressão de coleta/comercialização está associada não somente à beleza da inflorescência, mas também à abundância nos campos e à demanda de mercado e do núcleo de famílias coletoras. Desse modo, muitas vezes uma mesma espécie é coletada com frequência em uma região e não coletada em outra, "*sobrando/perdendo nos campos*".

Além das quatro espécies de *Syngonanthus* listadas no grupo das "*margaridinhas*" (Tabela 1 e Figura 3), há mais sete espécies de sempre-vivas desse gênero comercializadas no subgrupo dos "*botões*". O capim dourado ou sedinha (*S. nitens*), por exemplo, apresenta uma importante expressão de coleta, visto que suas hastes são usadas no artesanato, embora um quantitativo seja comercializado no atacado. Em Minas Gerais, são conhecidos os morfotipos: sedinha pequena, que tem hastes mais finas e menores utilizadas na confecção de bijuterias, e sedinha grande, que tem hastes com maior diâmetro, utilizadas na confecção de peças maiores.

O botão goiano (*S. elongatus*), também chamado de botão bahia, é de

ocorrência natural na Chapada Diamantina, no estado da Bahia. No entanto, ele foi introduzido na região mineira, podendo ser observado nos municípios de Diamantina e Augusto de Lima. No campo, essa espécie pode ser vista em solos semelhantes aos de ocorrência de pé-de-ouro, vargeira e chapadeira.

O botão JK (*S. macrolepis*), a olho-de-gato (*S. helmintorrhizus*) e o botão cassimira (*S. niger*) são de coleta eventual, mas valorizados. São dois morfotipos de cassimira, o preto e o vermelho, sendo o preto o mais comum. Em termos de colheita, eles já foram bastante coletados, ou seja, eram observados em galpões de atacadistas. No entanto, nos dias atuais, são de coleta restrita, sendo seu uso observado somente no artesanato e em uma ou outra comunidade. A olho-de-gato e o cassimira preto são espécies que ocorrem apenas nos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço de Minas Gerais (GIULIETTI *et al*., 1996). Além das cinco espécies de *Syngonanthus* supracitadas, que são ou já foram comercializadas no atacado, *S. caulescens* e *S. arenarius* têm uso restrito no artesanato. Portanto, são 11 espécies de *Syngonanthus* comercializadas como sempre-vivas: quatro "*margaridinhas*" e sete "*botões*".

Dentre as 25 espécies de *Leiothrix* consideradas endêmicas de Minas Gerais (GIULIETTI; HENSOLD, 1990), seis são coletadas/comercializadas (Tabela 2). O botão bolinha ou felpudo (*L. flavescens*) é encontrado em abundância, tem comercialização contínua e, juntamente com o botão amarelinho (L. *polystemma*), é comercializado no atacado. *L. argentea* e *L. curvifolia*, por sua vez, têm uso restrito no artesanato, na composição de arranjos. Já a praga (*L. propingua*) e o mulambo (*L. rupestres*) são comumente utilizados no preenchimento de "coroas de defunto", uma espécie de arranjo no qual se utilizam várias espécies de sempre-vivas[5]. Estas, por serem, geralmente, confeccionadas após o tingimento do material, é um grande consumidor de "*flores*" em vários estágios de maturação, sendo utilizadas mesmo as que são consideradas impróprias para outros fins de comercialização.

Dentre as Cyperaceae coletadas como sempre-vivas, estão duas espécies do gênero *Rhyncospora* e uma, do gênero *Bulbostylis*. O espeta nariz (*Rhynchospora globosa*) e a estrela ou capim-estrela (*R. speciosa*), são "*flores*" bastante coletadas e comercializadas, sendo a primeira de grande expressão de coleta, sempre encontrada em galpões de atacadistas, juntamente com o capim dourado, as jazidas e os botões congonha. Para a estrela, são dois

5 As fábricas de "coroas de defunto", mesmo informalmente, estão distribuídas em algumas cidades mineiras.

morfotipos conhecidos, a estrela e a estrelinha, sendo somente a estrela encontrada em galpões de atacadistas. A graminha (*Bulbostylis* sp), embora seja coletada, *é* usada somente na composição de arranjos.

Dentre as Xyridaceae coletadas como sempre-vivas, estão 41 "*tipos*", que, na linguagem popular, são coletivamente conhecidos como "*os abacaxizinhos*" ou "*as pimentinhas*". Em termos de aparência, todos apresentam inflorescência em forma de espiga, ou seja, são flores sésseis dispostas em diferentes alturas num eixo principal, protegidas pelas brácteas, que são de tonalidade marrom e coriáceas, dispostas de forma que a superior fique parcialmente sobreposta à inferior, dando um aspecto com formato de um abacaxi, por isso "*abacaxizinhos*". Dos 41 "*tipos*" cujos espécimes foram identificados, estão 29 espécies do gênero *Xyris* (com flores amarelas) e uma espécie do gênero *Alboboda* (a *A. poarchon*) de ampla distribuição geográfica (GUEDES; WANDERLEY, 2015) a qual, por apresentar flores azuis/roxas, é conhecida como azulinha, sendo, ainda, na região de Diamantina, de uso restrito no artesanato.

As Xyridaceae de maior expressão de coleta são: o botão mundial, destacando-se o mundial grande (*X. peregrina*) e o mundial pequeno (*X. pterygoblefara*), o cabeça de negro (*X. platystachya*), o cabeça de negro do seco (*X. spectabilis*), o coroinha (*X. cipoensis*), o coroinha 2 (*Xyris cf. hystrix*), o cacau (*X. coutensis*), o botão amarelo grande (*X. melanopoda*), o gordurinha ou o bico de ouro (*X. roraime*), o pimentinha de Galheiros (*X. aurea*), o abacaxi do brejo, vermelhão ou abacaxi dourado (*Xyris* sp) e o botão centro branco (*Xyris* sp.).

Além das espécies supracitadas, *X. ciliata*, *X. laxifolia* (ambas com o nome popular de botão marrom), *X. nigricans* (botão coroa) (GIULIETTI *et al*., 1996) e *X. fredericoi* (abacaxi dourado) (WANDERLEY, 2010; WANDERLEY, 2011) foram descritas como Xyridaceae de expressão de coleta. Portanto, considerando-se as espécies apresentadas no presente estudo e também as espécies citadas nos estudos de Giulietti *et al*. (1996) e de Wanderley (2011), são 16 espécies de Xyridaceae de maior expressão de coleta (comercializadas no atacado) em Minas Gerais. As espigas (a parte que confere o valor comercial das inflorescências de Xyridaceae) das espécies *X. cipoensis*, *X. fredericoi*, *X. hystrix* e *X. nigricans* são consideradas as mais ornamentais do gênero (WANDERLEY, 2011).

Os botões cabeça de negro (*X. platystachya*), coroinha (*X. cipoensis*), coroinha 2 (*Xyris cf. hystrix*) e cacau (*X. coutensis*), no entanto, apesar de valorizados,

atualmente, não têm sido encontrados em galões de atacadistas, embora possam ser encontrados em arranjos confeccionados com sempre-vivas. De acordo com relatos de campo, a não coleta normalmente está relacionada com as pequenas quantidades encontradas nos campos. Além disso, segundo atacadistas, "*pequenos volumes não justificam a aquisição de uma dada mercadoria*". Outras espécies de uso restrito no artesanato, mas valorizadas para essa finalidade são os botões rosinha (X. *schizachne*), cocá da serra (*X. bialata*) e cocá do brejo (*Xyris sp*).

Dentre as Xyridaceae coletadas, 16 espécies (*X. calostachys*, *X. glaucescens*, *X. insignis*, *X. minarum*, *X. nubigena*, *X. spectabilis*, *X. celiae*, *X. fredericoi*, *X. melanopoda*, *X. nigricans*, *X. pilosa*, *X. aurea*, *X. cipoensis, X. coutensis, X. hystrix*, *X. platystachya*) são registradas apenas nos campos rupestres de Minas Gerais (WANDERLEY, 2011; GUEDES, WANDERLEY, 2015), sendo as cinco últimas constantes em lista de espécies ameaçadas de extinção (MMA, 2014 - Tabelas 2 e 3). Dentre estas, as espécies *Xyris aurea* e *X. cipoensis* constam na categoria em perigo, enquanto *X. coutensis*, *X. hystrix* e *X. platystachya*, na categoria criticamente em perigo. Entre as comercializadas não endêmicas, o espetadinho do seco (*X. sincorana*) também consta em lista de espécies ameaçadas (MMA, 2014)[6].

Das Rapataceae comercializadas como sempre-vivas, apenas o cebolão ou maria tuchinha (*Cephalostemum riedelianus*) apresenta expressão de coleta, juntamente com as jazidas. Sobre esta, são conhecidas duas variações, o botão cebola verde e o cebola amarelo, referindo-se à cor das inflorescências, que, quando frescas, apresentam tonalidade verde ou verde-amarelada, respectivamente. Nesse contexto, a espécie conhecida como perpétua (*Gomphrena* sp.), da família Amaranthaceae, é referida como sempre-viva em algumas comunidades (por manter forma e cor após seca) e, por esse motivo, está listada na tabela 2.

Diferentemente das espécies de Eriocaulaceae e de Xyridaceae coletadas como sempre-vivas cujas inflorescências mantêm cor e forma após colhidas e secas, as de Rapataceae e de Cyperaceae têm sua coloração e, muitas vezes, a forma alterada após a secagem ao sol.

6 Para mais detalhes sobre as espécies de sempre-vivas constantes em listas de espécies ameaçadas de extinção, ver o capítulo 8 desta obra.

Tabela 2 - Espécies de sempre-vivas coletadas/comercializadas no grupo dos "*botões*": família botânica, nome científico, nomes populares usados pelos coletores e atacadistas de Diamantina - MG e região e época de coleta. O número 1 sobrescrito ao nome científico de algumas espécies, seguido de letras maiúsculas, indica, respectivamente, a presença da espécie na lista de espécies ameaçadas de extinção (MMA, 2014) e a categoria da ameaça (VU = Vulnerável; EN = Em perigo; CR = criticamente em perigo). A época de coleta refere-se o intervalo de coleta nos locais visitados no período do estudo. 2 - Identificado como *A. bongardii,* mas, atualmente, consta como sinonímia de *A. deflexus*.

	Família	Nome científico	Nomes populares	Época de Coleta
1	Amaranthaceae	*Gomphrena* sp.	Botão perpétua	jun. – jul.
2	Cyperaceae	*Rhynchospora globosa* (H.B.K.) Koern. & Schult.	Espeta nariz, quebra galho, amarelão	jul. – nov.
3	Cyperaceae	*Rhynchospora speciosa* (Kunth) Boeck.	Estrelinha, estrela, estrelona	jul. – out.
4	Cyperaceae	*Bulbostylis* sp	Graminha	ago. – set.
5	Eriocaulaceae	*Actinocephalus deflexus* F.N. Costa[2]	Casadinho, chuveirinho, bem casado	abr. – jun.
6	Eriocaulaceae	*Comanthera vernonioides* var. *vernonioides* Silveira	Jazida amarela	jul. – out.
7	Eriocaulaceae	*Comanthera vernonioides var. melanolepis* Silveira	Congonha roxo, jazida roxa	jul. – out.
8	Eriocaulaceae	*Comanthera centauroides (Bong.) L.R.Parra & Giul.*	Congonha, Congonha grande, fama	jun. – ago.
9	Eriocaulaceae	*Comanthera centauroides (Kunth) L.R.Parra & Giul.*	Jazida temporona, congonha, congoinha	jan. – mar.
10	Eriocaulaceae	*Eriocaulon elichrysoides* Bong.	Botão dourado, gigante, jazida gigante, jazidão	jul. – out.

Continua...

Tabela 2. Continuação.

11	Eriocaulaceae	*Leiothrix flavescens* (Bong.) Ruhland	Botão bolinha, bolinha amarelo, amarelinho, felpudo, botão mole	jul. – set.
12	Eriocaulaceae	*Leiothrix flavescens* (Bong.) Ruhland	Botão melentinho	dez. – mar.
13	Eriocaulaceae	*Leiothrix* cf. *polystemma* Silveira	Botão amarelinho, lirinho	jan. – abr.
14	Eriocaulaceae	*Leiothrix rupestris* Giul.	Sempre-viva verde, mulambo, bagaceira	jan. – dez.
15	Eriocaulaceae	*Leiothrix propinqua* (Koern.) Ruhland	Praga	ago. – out.
16	Eriocaulaceae	*Leiothrix argentea* Silveira	Peludinho da haste prateada	ago. – set.
17	Eriocaulaceae	*Leiothrix curvifolia* (Bong.) Ruhland	Peludinho	jun. - ago.
18	Eriocaulaceae	*Paepalanthus chiquitensis* Herzog	Casadão, bem casado, pavão	abr. – jun.
19	Eriocaulaceae	*Paepalanthus macrocephalus* (Bong.) Koern.	Botão branco de janeiro, capoeira, prata, alumínio, botão branco	jan. – mar.
20	Eriocaulaceae	*Paepalanthus rhizomatosus* Silveira	Capoeira bordado, capoeira grande, capoeira de novembro, branco de novembro	nov. – jan.
21	Erioculaceae	*Paepalanthus pubescens* Koern.	Botão branco, quebrador de Capivari	jun. – jul.
22	Eriocaulaceae	*Paepalanthus pubescens* Koern.	Botão bate bunda	mar. – maio
23	Eriocaulaceae	*Paepalanthus flavorutilus* Ruhland	Botão bobão	abr. – jun.
24	Eriocaulaceae	*Paepalanthus regalis* Mart.	Botão martelo, olho-de-sogra	abr. – ago.
25	Eriocaulaceae	*Paepalanthus incanus* Koern.	Botão árvore, vassourinha	
26	Eriocaulaceae	*Paepalanthus varginatus* Koern.	Botão camisa, soldado	ago. – out.
27	Eriocaulaceae	*Paepalanthus chrysolepis* Silveira	Douradinho da serra	ago. – out.
28	Eriocaulaceae	*Paepalanthus comans* Silveira	Botão cascavel	out. – fev.
29	Eriocaulaceae	*Paepalanthus planifolius* Bong. (Körn.)	Botão três estações	jan. – dez.
30	Eriocaulaceae	*Syngonanthus elongathus* Bong. (Körn)	Botão goiano, bahia, palipala	abr. – jun.

Continua...

Tabela 2. Continuação.

31	Eriocaulaceae	*Syngonanthus caulescens* (Poir.) Rhuland	Bolinha branco	
32	Eriocaulaceae	*Syngonanthus arenarius* (Gardn.) Ruhland	Botão zulego	jan. - abr.
33	Eriocaulaceae	*Syngonanthus macrolepis* Silveira	Botão JK	jun. – fev.
34	Eriocaulaceae	*Syngonanthus niger* Silveira	Botão cassimira preto	abr. – ago.
35	Eriocaulaceae	*Syngonanthus niger* Silveira	Botão cassimira vermelho	abr. – ago.
36	Eriocaulaceae	*Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland	Sedinha, sedina, capim dourado	ago. – nov.
37	Eriocaulaceae	*Syngonanthus helmintorrhizuz* (Mart.) Ruhland	Sempre-viva olho de gato	ago. - nov.
38	Rapateaceae	*Cephalostemum riedelianus* Koern	Toxinha, maria tuchinha, maria fichinha, botão cebola, cebolão	ago. - nov.
39	Xyridaceae	*Abolboda poarchon* Seub	Azulinha	ago. - out.
40	Xyridaceae	*Xyris longiscapa* Alb. Nilsson	Tatuzinho, foguete	nov. – abr.
41	Xyridaceae	*Xyris aurea* L. B. Smith & Downs[1EN]	Pimentinha de Galheiros	jun. - ago.
42	Xyridaceae	*X. seubertii* L.A. Nilsson	Agulhinha, pimentinha, pimentinha da haste azul	ago. - out.
43	Xyridaceae	*X. subsetigera* Malme	Pimentinha verde	ago. - out.
44	Xyridaceae	*Xyris trachyphylla*	Botão cobra, piretro, cocazinho da serra	dez. - maio
45	Xyridaceae	*Xyris platystachya* Alb. Nilson[1CR]	Botão cabeça de negro	jun. - set.
46	Xyridaceae	*Xyris peregrina* Malme	Botão mundial de bola, mundial grande, pimentinha de Capivari	jan. - ago.
47	Xyridaceae	*Xyris pterygoblephara*	Mundial pequeno claro, mundialzinho	jan. - jul.

Continua...

Tabela 2. Continuação.

48	Xyridaceae	*Xyris* cf. *pterygoblephara*	Pingo de ouro, mundialzinho de Galheiros	jan. - jul.
49	Xyridaceae	*Xyris asperula* Mat/Seub	Mundial pequeno escuro Mundialzinho, perna azul	jan. - jul.
50	Xyridaceae	*X. nubigena* Kunth	Minimundialzinho, pingo de ouro	jan. - jul.
51	Xyridaceae	*Xyris sparcifolia* Kral & L. B. Smith	Botão espiral	abr. - ago.
52	Xyridaceae	*X. glaucescens* Malme	Perna azul	jan. - maio
53	Xyridaceae	*Xyris insignis* L. A. Nilsson	Botão peludinho, orvalhado, neve maior, piretro de Capivari	fev. – jun.
54	Xyridaceae	*Xyris calostachys* Paulse ex Warrm	Botão neve menor	nov. – jan.
55	Xyridaceae	*Xyris pilosa* Kunth.	Neve de abril	abr. – jul.
56	Xyridaceae	*Xyris schizachne* Mart.	Rosinha	nov. – mar.
57	Xyridaceae	*Xyris cipoensis* L. B. Sm. & Downs[1EN]	Botão coroinha	jun. – set.
58	Xyridaceae	*Xyris cf. hystrix* Seub.[1CR]	Coroinha 2	
59	Xyridaceae	*Xyris coutensis* Wand. & Cerati[1CR]	Cacau	jun. - set.
60	Xyridaceae	*Xyris hymenachne* Mart.	Bico branco do seco	jun. – set.
61	Xyridaceae	*Xyris bialata* Malme	Cocá da Serra	out. - mar.
62	Xyridaceae	*Xyris melanopoda* L. B. Sm. & Down	Botão amarelo grande	ago. – out.
63	Xyridaceae	*Xyris spectabilis* Mart	Cabeça de negro do seco, abacaxi preto do seco, abacaxi vermelho do seco	jun. - set.
64	Xyridaceae	*Xyris roraimae* Malme	Gordurinha, bico de ouro, arucum	maio - out.
65	Xyridaceae	*Xyris diamantinae* Malme	Botão roxo, roxo de janeiro	jan. - abr.

Continua...

Tabela 2. Continuação.

66	Xyridaceae	*X. minarum* Seub.	Botão peludinho vermelho	dez. - mar.
67	Xyridaceae	*X. sincorana* Kral & Wand.[1EN]	Botão espetadinho do seco	jul. - out.
68	Xyridaceae	*X. celiae* L.B. Sm. & Downs	Botão vermelho, cabeça de lambari, botão roxo, ferro	jun. - nov.
69	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Abacaxi vermelho do brejo, vermelhão, abacaxi dourado	abr. - jun.
70	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Cocão, abacaxi de janeiro	jan. - jul.
71	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Botão felpudo	
72	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Botão agulha, cruzadinho	dez. - mar.
73	Xyridaceae	*Xyris sp.*	Botão espetadinho do brejo	jul. - set.
74	Xyridaceae	*Xyris sp.*	Chumbinho	jul. - set.
75	Xyridaceae	*Xyris sp*	Cocá do brejo	dez. - mar.
76	Xyridaceae	*Xyris sp.*	Bico branco do brejo	jan. - abr.
77	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Abacaxi, lêbo	jun. – set.
78	Xyridceae	*Xyris* sp.	Peludinho vermelho 2	jun. - ago
79	Xyridaceae	*Xyris* sp.	Botão centro branco, cabeça de negro aberto	jun. – ago.

Figura 3 - Inflorescências das espécies de sempre-vivas comercializadas no grupo dos *"botões"*

Continua...

Figura 3. Continuação.

Continua...

Figura 3. Continuação.

Continua...

Figura 3. Continuação.

Fotos: Acervo do NESFV.

Sempre-vivas: quando são coletadas

Conforme observa-se na tabela 2, a coleta das sempre-vivas ocorre de forma praticamente ininterrupta durante todo o ano, com períodos mais característicos da "*apanha*", por serem coletadas espécies mais valorizadas/comercializadas ou coletado um maior número de espécies; nesse caso, pode-se considerar que, em todos os meses do ano, ocorre a coleta de, pelo menos, uma espécie dessas "*flores*". Embora de forma bem generalizada, distintamente, pode-se perceber as principais "*safras das flores*"; uma que se inicia em janeiro e outra, em abril, e a principal "*safra dos botões*", que se inicia em agosto. Por isso, fala-se popularmente em "*época da flor*" e "*época dos botões*".

Entende-se por safra, nesse contexto, o período que se estende da antese da maioria das inflorescências de uma dada espécie até a perda da qualidade comercial. Nas Eriocaulaceae, essa perda, normalmente, está associada ao escurecimento das brácteas e do disco do capítulo ou do "*miolo da flor*" (caso, principalmente, das "*margaridinhas*"). Nas *Xyridaceae*, ao desprendimento das brácteas do eixo da inflorescência (caso dos "*abacaxizinhos*" ou "*pimentinhas*").

Enquanto nas "*margaridinhas*" a coleta, normalmente, inicia quando em torno de 90% dos capítulos encontram-se abertos, nas Xyridaceae, inicia quando as flores, de uma tonalidade amarelo intenso ou roxa

(nas espécies comercializadas), são facilmente visualizadas e ainda se encontram ligadas à inflorescência.

Entre abril e junho é o período mais conhecido de coleta de sempre-vivas em Diamantina e municípios circunvizinhos (dos quais o que é coletado converge para Diamantina), pois são coletadas as espécies do grupo das "*margaridinhas*" de ocorrência mais ampla, caso da pé-de-ouro (*C. elegans*) e da vargeira ou pé-liso (*C. elegantula*), que ocorrem em praticamente todos os municípios mineiros de coleta dessas flores. Para os(as) coletores(as), essa é "*a época da flor*" ou a "*época da panha da flor*", podendo colher, também, uma quantidade significativa da chapadeira e rosetona (morfotipos de *C. bisulcata* e *C. nitida*, respectivamente), da roxona (*C. dealbata*), de ocorrência nos municípios da Serra do Cabral, e da saia roxa (*S. itambeensis*), na região de Botumirim e Grão Mogol. Nesse período, inicia-se, também, a época de coleta dos "*botões*" coroinha (*Xyris cipoensis*), cacao (*X. coutensis*) e cabeça-de-nego (*X. platystachya*).

Por saírem da "*época da flor*", as espécies de "*margaridinhas*" coletadas a partir de janeiro são conhecidas como "*as sempre-vivas temporonas*" ou "*flor temporona*", caso da janeirona (*C. ruprecthiana*) e da janeirona carrasqueira (outro morfotipo de *C. bisulcata*), sendo a primeira mais valorizada, e a segunda, de ocorrência mais ampla. Entre fevereiro e março, coleta-se, principalmente, a "*margaridinha*" sapatinha (*C. nitida*). Dentre as espécies do grupo dos "*botões*", o botão capoeira (*P. rhizomatosus*) é coletado a partir de janeiro e, por isso, conhecido também como botão branco de janeiro. Além dele, também é coletada a jazida temporona e os botões mundial.

Entre julho e agosto é a "*época de coleta das flores da Serra do Ambrósio*", como são referidas a sempre-viva gigante ou branquinha e a brancona (morfotipos de *C. magnifica*) e a margarida (*C. suberosa*), coletadas na região de Pedra menina, no município de Rio Vermelho. A sempre-viva gigante é considerada endêmica dessa região, de ocorrência restrita à Serra do Ambrósio. A margarida ocorre, também, no município de Itamarandiba (GIULIETTI, 1996). Soma-se a esse endemismo o fato de serem espécies de baixas densidades de plantas, comparativamente a outras espécies do grupo das "*margaridinhas*" abordadas no presente estudo. Esses fatos demandam atenção especial para o manejo associado à conservação.

A partir de agosto, são coletadas as jazidas (*C. vernonioides*) e suas variedades/morfotipos, principalmente a jazida amarela (*C. vernonioides*

var. *vernonioides*) e os botões congonha, principalmente o *C. vernonioides* var. *melanolepis*; a sedinha ou capim dourado (*S. nitens*) e o botão felpudo ou bolinha amarelo (*Leiothrix falvescens*) também são colhidos. Além das Eriocaulaceae, coleta-se o espeta nariz (*Rhynchospora globosa*) e a estrela ou estrelinha (*R. speciosa*), duas Cyperaceae, e o botão cebola ou maria tuchinha (*Cephalostemum riedelianus*), da família Rapataceae. Em outubro, inicia-se a coleta da amizade ou saia dourada (*S. laricifolius*). Em novembro, é a época de coleta, principalmente, dos "*botões*" brancos, sendo o botão capoeira bordado ou branco de novembro (*P. macrocephalus*) o principal.

De acordo com a frequência de coleta e o quantitativo coletado, as espécies de sempre-vivas comercializadas podem ser incluídas em três agrupamentos: 1) aquelas de fluxo contínuo, que são encontradas frequentemente em galpões de coletores e/ou de atacadistas, que representam o maior quantitativo coletado; 2) espécies esporadicamente coletadas, em função de uma demanda pontual e específica de mercado, mas de quantitativo expressivo. Em ambos os casos, o produto é comercializado no atacado, sem transformação (a partir do coletor ou atacadista local), ou após processamento simples, como limpeza, organização, embalagem e, às vezes, tingimento (a partir do atacadista regional e/ou exportador); e 3) as espécies frequentemente coletadas, mas de uso restrito nos artesanatos locais. Portanto, elas não são comercializadas no atacado e o quantitativo coletado é menos expressivo.

O grupo dos "Frutos secos"

No grupo dos "*Frutos Secos*", estão incluídas diferentes partes de plantas, de espécies de porte herbáceo, arbustivo e arbóreo, comercializadas secas, com fins ornamentais, na decoração de ambientes (Tabela 3). No geral, as partes comercializadas são coletadas praticamente secas e terminam de secar ao sol após a coleta. Entretanto, há exceção para algumas espécies, como alguns musgos, que são coletadas verdes, com secagem completa realizada somente após a coleta.

O termo "*Frutos Secos*" é usado de forma generalizada, porque depois do comércio já estabelecido das sempre-vivas, os itens subsequentes inseridos na economia das "*Flores secas*" em Minas Gerais foram os frutos propriamente dito, na sua maioria coletados após a deiscência. Com o passar do tempo, gradativamente, outras partes foram incluídas como itens

comercializados, mas o termo "*frutos secos*" permaneceu. Atualmente, ele é empregado referindo-se a todas as demais espécies ornamentais cujas partes são comercializadas secas na categoria "*Flores Secas*", excluindo-se as sempre-vivas. Nesse sentido, entre os atores da economia das "*Flores secas*" tem-se, distinta e generalizadamente, a coleta de "*flores*" e a coleta de "*frutos*". O termo "*flores*" é utilizado nesse contexto para se referir a todas as sempre-vivas coletadas, e o termo "*frutos*", para se referir a todos os demais produtos coletados e comercializados secos, excetuando-se as sempre-vivas. Assim, os(as) "*apanhadores(as) de flores*" sempre-vivas, em geral, coletam ambos. No entanto, há comunidades rurais localizadas nas cotas mais baixas, no "*sopé*" da serra, que coletam somente "*frutos*", pois, geralmente, são áreas onde não há ocorrência de "*flores*".

Atualmente, no grupo dos "*Frutos Secos*" (Tabela 3), estão incluídas espécies das quais as partes comercializadas são as mais variadas, desde raízes resultantes de destoca até sementes, e, muitas vezes, um conjunto de partes coletadas confere nomes a subgrupos na economia das "*Flores secas*":

1) Subgrupo dos frutos – incluem não somente os frutos propriamente ditos, comercializados após a deiscência e, portanto, sem sementes, mas também frutos com sementes e sementes já dispersadas. Cada item pertencente a esse subgrupo é comercializado normalmente em peso. Em termos de quantidade, estão incluídas em torno de 80 espécies coletadas, sendo a maior parte (58%) representada por frutos coletados e comercializados após a deiscência, seguidos de frutos comercializados com as sementes (aproximadamente 20 espécies) e sementes (em torno de 15 espécies) (Tabela 3; Figura 4).

2) Subgrupo das folhas e folhagens – no subgrupo das folhas, normalmente, são comercializadas as folhas pequenas, em peso, e folhas grandes, como de palmeiras, comercializadas em unidades/milheiros. As folhagens referem-se aos ramos, que podem conter somente folhas ou folhas e flores, também organizadas e comercializadas em feixes e em peso. Nesse subgrupo, são, aproximadamente, 20 espécies de folhas pequenas, 15, de folhas grandes (muitas comercializadas em feixes) e 10, de ramos com folhas ou botões/flores, ou ambos, comercializados em peso ou feixes (Tabela 3; Figura 5).

3) Subgrupo dos capins – as partes comercializadas desse subgrupo

incluem as folhas ou as hastes com as inflorescências, normalmente de espécies de capim propriamente dito, mas podem ser de espécies do grupo dos bambus, como as inflorescências da espécie conhecida popularmente como capim andrequiçé e capim andrequiçé do sertão. Muitas vezes, a parte aérea inteira da planta é coletada, caso do "capim tiririca", apresentando folhas naturalmente enroladas em formato espiralado e, por isso, referido como capim "cacho". Ele é comercializado de duas formas: feixes de folhas enroladas naturalmente no formato espiralado ou feixes de "*folhas penteadas*", ou seja, mantidas prensadas por um período para adquirir um aspecto reto/liso. Em ambas as formas de processamento, inclui-se parte do rizoma (Tabela 3; Figura 6). São em torno de 25 espécies comercializadas no grupo dos "*capins*".

4) Subgrupo das capas – representado pelas brácteas que envolvem as inflorescências de várias espécies de palmeiras. As capas pequenas são comercializadas em peso, e as grandes, em feixes contendo várias unidades. "*Capas*" de, aproximadamente, 10 espécies de palmeiras são coletadas (Tabela 3; Figura 7).

5) Subgrupo dos cipós – os cipós são comercializados em segmentos de tamanhos variados, desde os que ultrapassam 1 m até as chamadas "*rodelas de cipó*" ou "*cipó fatiado*" (segmentos com aproximadamente 1.0 cm de espessura). Muitas vezes, segmentos de caules de espécies arbóreas (os galhos de menor diâmetro), cortados em fatias, são comercializados nesse subgrupo; esse é o caso do pau terrinha ou estrela fatiado, também chamado de cipó estrela (Figura 7), por adquirir aspecto semelhante às rodelas de cipós propriamente. Nesse caso, as fatias ou rodelas são comercializadas em peso, e os segmentos maiores, em feixes com número variável de unidades. Em termos de quantidade, são, aproximadamente, 12 espécies comercializadas no subgrupo dos cipós (Tabela 3; Figura 5).

6) Subgrupo dos musgos e líquens – incluem muitas espécies de musgos e líquens, normalmente colhidos sobre pedras, no chão de ambientes úmidos ou em troncos de árvores. Em termos de quantidade, são comercializadas, aproximadamente, 10 espécies, em peso, empacotadas em sacos de plástico (Tabela 3; Figura 8).

7) Subgrupo dos itens grandes – normalmente, referem-se a uma variedade de partes de plantas, de tamanho grande, e incluem segmentos de caules (como os de bambus) e cipós (quando comercializados em

segmentos grandes), que são comercializados em feixes, os chamados "*cachos*" (normalmente de palmeiras), que podem conter os frutos ou apenas o engaço, e raízes de espécies arbóreas resultantes de destoca. Esses itens são, normalmente, comercializados em unidades (Tabela 3; Figura 9). Além dessas espécies, em torno de outras 20 que não se encaixam nos subgrupos supracitados são comercializadas nesse subgrupo (Tabela 3; Figura 9).

A importância de um dado subgrupo varia com as tendências estéticas de mercado. No momento atual, as partes/espécies comercializadas no subgrupo dos capins são de grande expressão na comercialização. Em alguns casos, mais de uma parte da planta de uma mesma espécie é coletada. Nesse contexto, podem ser citados alguns exemplos: 1) o buriti, do qual se comercializa o cacho com ("cacho de coco") e sem frutos ("cacho ingasso"), os frutos, a ráquis secundária da infrutescência (o "buriti twig sem dedo"), as folha em várias formas: "buriti inteira", a "folha leque" (corte nas pontas da lâmina) e a "cortina" (feixe dos folíolos); 2) o pau terrinha, do qual se comercializam os frutos após a deiscência ("estrelinha") e os segmentos de caule fatiados ("estrela fatiado" ou "cipó estrela"); 3) o andrequiçé, do qual se comercializa a parte aérea vegetativa da planta no subgrupo das folhagens ("folha de andrequiçé") e a inflorescência no subgrupo dos capins ("capim andrequicé").

No que diz respeito a empresas de atacadistas, cada parte de planta, incluindo os diferentes modos de processamento de uma mesma parte, constitui um "item" na lista de produtos disponíveis para comercialização. Como exemplo de uma mesma parte processada/comercializada de várias formas, há o caso das brácteas das inflorescências de palmeiras, as chamadas *"capas"*. Muitas delas, ao serem processadas para a comercialização, são mantidas amarradas por um período, forçando a aproximação das extremidades, de modo a adquirir, após algum tempo amarradas, o formato da letra "C", que é mantido após desamarradas, quando recebem o nome de *"galera"*. Assim sendo, após o processamento das capas, pode-se ter uma capa envernizada, mantendo a sua cor natural ("capa pequena", "capa média", "capa gigante"), uma capa tingida e uma "*galera*" ("mini-galera", "galera média", "galera gigante") (Figura 6).

Como uma mesma parte da planta pode ser processada de diferentes modos, cada modo representando um "item" comercializado, ao elencar os produtos comercializados, o número de "itens" (na lista de opções

de um comerciante desses materiais) é sempre maior que o número de partes de planta (critério de elaboração da Tabela 3), que, por sua vez, é, também, maior que o número de espécies coletadas.

A inclusão de novos materiais, que pode ser uma nova espécie, uma outra parte da planta de espécies já comercializadas, ou mesmo uma nova forma de processamento de uma mesma parte, constituindo novos itens na lista dos "itens" comercializados, pode ocorrer na medida em que uma dada "amostra" de uma parte ou espécie desconhecida, ao ser apresentada aos clientes, agrada-os; tudo depende das tendências estéticas do mercado nesse setor. Normalmente, "amostras" de uma nova parte ou nova espécie são apresentadas ao atacadista pelo coletor(a), enquanto "amostras" de uma nova forma de processamento são apresentadas pelo atacadista ao cliente para avaliação. Dessa forma, tem-se "itens" que apresentam demanda contínua e "itens" de coleta e comercialização pontuais ou durante um período específico, ou mesmo para clientes específicos.

A coleta de espécies do grupo dos "*Frutos secos*" ocorre durante todo o ano, mas os meses entre maio e setembro são caracterizados por um aumento expressivo na atividade. É nesse período, principalmente entre julho e setembro, que são coletados os "*Frutos e sementes*", subgrupo ao qual pertence a maioria das espécies. Entre fevereiro e julho são coletadas principalmente as espécies do subgrupo das "*Folhas e folhagens*".

Tabela 3 - Espécies ornamentais utilizadas no extrativismo do Espinhaço Meridional no grupo dos *"Frutos secos"*, representado pelos subgrupos dos frutos (com ou sem sementes) e sementes, das folhagens (folhas e ramos), dos cipós, dos capins, das capas, dos musgos, dos itens grandes e outros: nome popular, parte utilizada/comercializada e época de coleta

	Nome popular, do produto ("item") comercializado	**Parte da planta utilizada**	Época de coleta
	Subgrupo dos frutos		
1	Landim ou ovo-de-codorna	Fruto com semente	jun. – set.
2	Jatobá do Cerrado	Fruto com semente	ago. – out.
3	Pau terra fechado	Fruto com semente	ago. – set.
4	Mutamba	Fruto com semente	out. – dez.
5	Esponja	Fruto com semente	ago. – out.
6	Esponjinha (miniesponja)	Fruto com semente	set. - dez.
7	Chapéu de napoleão	Fruto com semente	
8	Buchinha	Fruto com semente	jan. – mar.
9	Baru	Fruto com semente	ago. – set.
10	Fruto buriti	Fruto com semente	Todo o ano
11	Tingui	Fruto com semente	ago. - set.
12	Coquinho (coco macaúba), bola de natal	Fruto com semente	jun. – out.
13	Catulé (babaçu)	Fruto com semente	Todo o ano
14	Orelha de macaco, tamboril	Fruto com semente	jun. – nov.
15	Asa de barata, Carobinha, carobinha do campo	Fruto com semente	mar. – jun.
16	Fruta de morcego, olho-de-cobra, fruta preta, pêssego do cerrado	Fruto com semente	jul. - set.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

17	Fruto moeda	Fruto com semente	
18	Carrapicho	Fruto com semente	
19	Jacarezinho	Fruto com semente	set. - dez.
20	Cabaça	Fruto com semente	ago. – out.
21	Murta	Fruto com semente	ago. – out.
22	Gotinha	Fruto com semente	ago. – out.
23	Abacaxizinho	Fruto com semente e remanescente de flor	ago. – out.
24	Olho-de-boi (Vagem)	Fruto sem semente	ago. – set.
25	Castanhola	Fruto sem semente	
26	Perobinha	Fruto sem semente	jul. – set.
27	Assovio de macaco	Fruto com semente	
28	Baiana	Fruto sem semente	out. – dez.
29	Bate cacho, bate caixa, colher-de-vaqueiro, pau-de -arara	Fruto sem semente	ago. – out.
30	Boca de sapo ou cangaia de sapo, jacarandá mimoso	Fruto sem semente	ago. – out.
31	Bolsa de pastor, saco-de-carneiro, bucho-de-boi, ipê felpudo, ipê tabaco	Fruto sem semente	ago. – out.
32	Canoinha, cipó-canoinha	Fruto sem semente	out. - jan.
33	Casca tingui	Fruto sem semente	ago. – nov.
34	Cinzeirinho, cinzeiro	Fruto sem semente	set. - dez.
35	Jequitibá	Fruto sem semente	set. – out.
36	Fava de feijão (unha de vaca)	Fruto sem semente	maio – jun.
37	Sete sangria	Fruto sem semente	ago. – out.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

38	Mamoninha	Fruto sem semente	out. - dez.
39	Maria pobre	Fruto sem semente	set. – out.
40	Marmota, algodão de seda, janaúba	Fruto sem semente	set. – out.
41	Orelha de burro	Fruto sem semente	
42	Orelha de elefante	Fruto sem semente	ago. – set.
43	Tridente, Pau terra folha larga, pau terra preto ou vinhedo	Fruto sem semente	set. – nov.
44	Cafezinho	Fruto sem semente	set. - nov.
45	Fruto estrela vermelho (enrugado)	Fruto sem semente	ago. – set.
46	Fruto estrela branco (não enrugado)	Fruto sem semente	ago. - set.
47	Estrelinha branca (que não quebra)	Fruto sem semente	out. – dez.
48	Estrelinha marrom	Fruto sem semente	out. – dez.
49	Estrelinha rosa	Fruto sem semente	out. - dez.
50	Pente de macaco	Fruto sem semente	ago. – out.
51	Braço de macaco	Fruto sem semente	nov. - fev.
52	Pente de onça	Fruto sem semente	ago. – out.
53	Pereirinho	Fruto sem semente	ago. – out.
54	Pereiro partido, pereiro metade (peroba)	Fruto sem semente	out. - dez.
55	Pereiro rosa	Fruto sem semente	out. - dez.
56	Pereiro tatu	Fruto sem semente	out. - dez.
57	Pereirão	Fruto sem semente	out. - dez.
58	Pinheirinho	Fruto sem semente	
59	Sapucaia	Fruto sem semente	ago. – set.
60	Sapucainha	Fruto sem semente	ago. – set.
61	Tiborna, chifre de veado	Fruto sem semente	ago. – out.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

62	Xixá, chichá do cerrado	Fruto sem semente	ago. – out.
63	Carambola ou açoita cavalo graúdo	Fruto sem semente	out. – dez.
64	Carambolinha, açoita cavalo miúdo	Fruto sem semente	out. - dez.
65	Pau santo vermelho	Fruto sem semente	out. - dez.
66	Fava vermelha (fruto)	Fruto sem semente	set. – nov.
67	Fava rosa, feijão rosa, feijão	Semente	Todo ano
68	Fava branca, feijão branco	Semente	Todo ano
69	Cacauzinho, feijão preto, mucuna preta	Semente	out. - dez.
70	Angico vermelho, semente de angico	Semente	out. - fev.
71	Fruto pintado	Semente	
72	Fruto rajado	Semente	
73	Mariana	Semente	out. – dez.
74	Olho-de-cabra	Semente	out. - dez.
75	Olho-de-boi	Semente	ago. – set.
76	Flamboyant	Semente	fev. - julho
77	Ovo de pombo	Semente	
78	Tingui	Semente	ago. - nov.
79	Sucupira	Semente	Maio
80	Borboleta, Cachaporra-do-gentio, capitão-do-campo	Semente	set. - dez
81	Tento, falso pau-brasil	Semente	out. - dez.
	Subgrupo das folhas e folhagens		
82	Folha cabo verde	Folha	fev. – jun.
83	Folha cabo verde grande		fev. – jun.
84	Folha carne de vaca	Folha	fev. – jun.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

85	Folha carne de vaca de palma	Folha	fev. – jun.
86	Folha chapéu de couro	Folha	Todo o ano
87	Folha coração	Folha	fev. – jun.
88	Folha angelim	Folha	Todo o ano
89	Folha jatobá	Folha	Todo o ano
90	Folha cagaita	Folha	fev. – jun.
91	Folha barbatimão	Folha	fev. - jun
92	Folha mandioca, mandiocão, mandiocão do cerrado	Folha	Todo o ano
93	Folha moeda	Folha	fev. – out.
94	Folha murici	Folha	Todo o ano
95	Folha oca	Folha	Todo o ano
96	Folha de quina	Folha	Todo o ano
97	Folha quina peru	Folha	Todo o ano
98	Folha quina do Cerrado	Folha	Todo o ano
99	Folha toco, cara-de-onça	Folha	Todo o ano
100	Folha cervejinha	Folha	fev. – jun.
101	Folha verdosa	Folha	fev. – jun.
102	Folha unha d'anta	Folha	fev. – jun.
103	Folha de Andréquiçé	Folha	Todo o ano
104	Folha de catulé	Folha	Todo o ano
105	Folha de areca	Folha	fev. – jun.
106	Costela de Adão, escamadinho	Folha	fev. – jun.
107	Costela de eva	Folha	fev. – jun.
108	Avencão	Folha	fev. – jun.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

109	Buriti inteira (buriti)	Folha inteira	Todo o ano
110	Cortina (buriti)	Feixe dos folíolos	Todo o ano
111	Leque cortado (buriti)	Folha - com extremidades dos folíolos cortadas	Todo o ano
112	Palmeira cortada	Folha	mar. – out.
113	Aricanga	Folha	fev. – jun.
114	Samambaia	Folha	fev. – jun.
115	Samambainha	Folha	fev. – jun.
116	Samambaia três andares	Folha	fev. – jun.
117	Verde e amarelo ou maria pobre	Ramos	jan. - jun.
118	Vassourinha ou pinheirinho	Ramos	Todo o ano
119	Vassoura, vassoura preta, vassoura de bruxa	Ramos	Todo o ano
120	Pé-de-sapo ou milindro	Ramos	Todo o ano
121	Quaresminha	Ramos	fev. – jun.
122	Maripuana	Ramos com folhas, botões e flores	jun. – set.
123	Noivinha	Ramos com folhas e flores	jun. – set.
124	Alecrim ou chuvisco	Ramos com flores sem folhas	dez. - fev.
125	Alecrim estrelado	Ramos com flores sem folhas	dez. - fev.
126	Fumo bravo	Ramos com flores sem folhas	dez. - fev.
127	Minipaineira	Ramos com folhas e flores	dez. - fev.
128	Cabelo de boneca	Planta inteira	dez. - mar.
	Subgrupo das capas		
129	Capa de coco (40-80 cm)	Bráctea de inflorescência	Todo o ano
130	Capa de coco grande ou capa gigante ((120-140cm)	Bráctea de inflorescência	fev. – out.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

131	Capa média	Bráctea de inflorescência	Todo o ano
132	Capa mini	Bráctea de inflorescência	ago. – set.
133	Capa veludo	Bráctea de inflorescência	out. – dez.
134	Capa Beltrão	Bráctea de inflorescência	Todo o ano
135	Coco tatu	Bráctea de inflorescência	Todo o ano
136	Coco azedo natural	Bráctea de inflorescência	set. – nov.
	Subgrupo dos itens grandes		
137	Cacho ingaço	Ráquis do cacho sem os frutos	
138	Cacho Beltrão ou talo Beltrão	Ráquis do cacho sem os frutos	
139	Tronco de buriti	Ráquis principal do cacho sem os frutos	jul. – dez.
140	Galho buriti	Ráquis principal e secundária do cacho sem os frutos	jul. – dez.
141	Buriti twig sem dedo	Ráquis secundárias do cacho sem os frutos	jul. – dez.
142	Cacho coco (buriti)	Ráquis do cacho coco buriti sem frutos	jul. – dez.
143	Cacho buriti	Cacho coco buriti com os frutos	jul. – dez.
144	Cacho coco babaçu	Cacho coco babaçu com frutos	ago. - dez.
145	Rabo de tatu (palmeira butiá)	Cacho com frutos	ago. – out.
146	Cacho Beltrão	Ráquis do cacho sem os frutos	jul. – dez.
147	Cacho coco macaúba	Cacho com frutos	fev. – out.
148	Andropogon	Haste com inflorescência	
149	Bambuzinho, pidaíba, bambu do brejo	Haste com inflorescência	Todo ano
150	Canabrava	Inflorescência	fev. – mar.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

151	Bambu bigode	Caule	Todo o ano
152	Bambu chinês	Caule	
153	Bambu gigante	Caule	Todo o ano
154	Caule São José	Segmento da haste do capim são josé	Todo o ano
155	Taquara	Caule	Todo o ano
	Subgrupo dos capins		
156	Capim carrapatinho	Inflorescência	jan. - mar.
157	Capim cabelo de boneca	Inflorescência	dez. - mar.
158	Capim neve, pingo-de-neve, capim branco, ouro branco	Inflorescência	jan. - mar.
159	Capim neve, pingo-de-neve, plumas-brancas	Inflorescência	jan. - mar.
160	Capim brinco de princesa, brinco-de-ouro, trigo-da-felicidade	Inflorescência	fev. - mar.
161	Capim ourinho	Inflorescência	jun. – set.
162	Capim fio de ouro	Inflorescência	jan. – mar.
163	Capim tiririca	Planta inteira	Todo o ano
164	Capim São José ou capim macumba, capim cacheado, capim-de-são-josé	Inflorescência	fev. – jun.
165	Capim arrozinho	Inflorescência	fev. – maio
166	Capim prata	Folhas	mar. – jun.
167	Capim andrequiçé, chorão*	Inflorescência	mar. - maio
168	Capim andrequiçé do sertão*	Inflorescência	mar. - maio
169	Capim rabo de raposa	Inflorescência	mar. - maio
170	Capim rabo de burro, pluminha, ubá	Inflorescência	jan. - mar.
171	Capim rabo de lobo	Inflorescência	jan. – mar.

Continua...

Tabela 3. Continuação.

172	Capim baiano ou junco	Inflorescência	mar. - maio
173	Capim verde, barba de bode	Folhas	dez. - mar.
174	Capim barba de bode	Inflorescência	out. – dez.
175	Capim trigão	Inflorescência	mar. - maio
176	Capim bananal	Inflorescência	mar. - maio
177	Capim rabo de gato	Inflorescência	mar. - maio
178	Capim gordura	Inflorescência	mar. - maio
	Subgrupo dos cipós		
179	Cipó trevo	Rodelas do caule	Todo o ano
180	Cipó rajado	Rodelas do caule	
181	Cipó rosca	Segmentos do caule	Todo o ano
182	Cipó trança	Segmentos do caule	Todo o ano
183	Cipó escada	Segmentos do caule	Todo o ano
184	Cipó estrela, pau terrinha ou estrela fatiado	Segmentos do caule cortado em rodilhas	Todo o ano
185	Cipó de macaco	Caule	Todo o ano
186	Guirlanda, rodilha de cipó	Segmentos do caule	
187	Galho estrela	Segmentos de ramos do pau terra	Todo o ano
188	Cipó enrolado	Caule	Todo o ano
	*Inflorescências coletadas a cada sete anos, intervalo de floração das espécies.		
	Subgrupo dos musgos e liquens		
189	Musgo preto	Indivíduo inteiro	Todo o ano
190	Musgo verde	Indivíduo inteiro	Todo o ano
191	Musgo tapete verde	Indivíduo inteiro	Todo o ano

Continua...

Tabela 3. Continuação.

192	Musgo rosa	Indivíduo inteiro	Todo o ano
193	Musgo casca de pedra	Indivíduo inteiro	Todo o ano
194	Musgo barba de pedra	Indivíduo inteiro	Todo o ano
195	Barba verde	Indivíduo inteiro	Todo o ano
196	Barba de velho	Indivíduo inteiro	Todo o ano
197	Fofão	Indivíduo inteiro	Todo o ano
198	Musgo rendado	Indivíduo inteiro	Todo o ano
199	Musgo de pedra fino	Indivíduo inteiro	Todo o ano
	Outros		
200	Piteira	Medula (parte central da haste da inflorescência)	
201	Casca oca, pau santo branco, saco de boi, pau-de-são-josé	Segmentos de anéis da casca do caule, casca picada	Todo o ano
202	Colmeia, magnólia do brejo, araticum do brejo	Parte central do fruto	set. – nov.
203	Pedaços de colmeia, magnólia do brejo, araticum do brejo	Casca do fruto picada	set. – nov.
204	Nabo (imbiruçu), embiruçu	Partes remanescentes da flor após retirado fruto	
205	Flor de imbiruçu, embiruçu	Flor	
206	Flor de paina	Hastes com flores	set. – out.
207	Flor de paina 2	Hastes com flores	
208	Marcela branca	Ramos com flores	jun. – set.
209	Marcela amarela, macela, macela-do-campo, macelinha	Ramos com flores	jun. – set.
210	Ramo espinhudo	Haste com remanescentes de flores	

Continua...

Tabela 3. Continuação.

211	Gravatá 2	Haste com remanescentes de flores	
212	Galho congonha	Caule, com tumor ou "galha" de erva de passarinho	Todo o ano
213	Titônia	Inflorescência	
214	Cálice	Coroa do fruto	
215	Chapeuzinho	Parte fruto sem semente	
216	Bambu zig-zag	Caule	
217	Piretro ou junco	Haste	Todo o ano
218	Gravatá	Ráquis da inflorescência com remanescentes de flores	ago. – out.
219	Rosetinha	Haste com flores	

Figura 4 - Espécies vegetais coletadas secas cujas partes são comercializadas no subgrupo dos “frutos” (inclui frutos após a deiscência, frutos com sementes e sementes)

Continua...

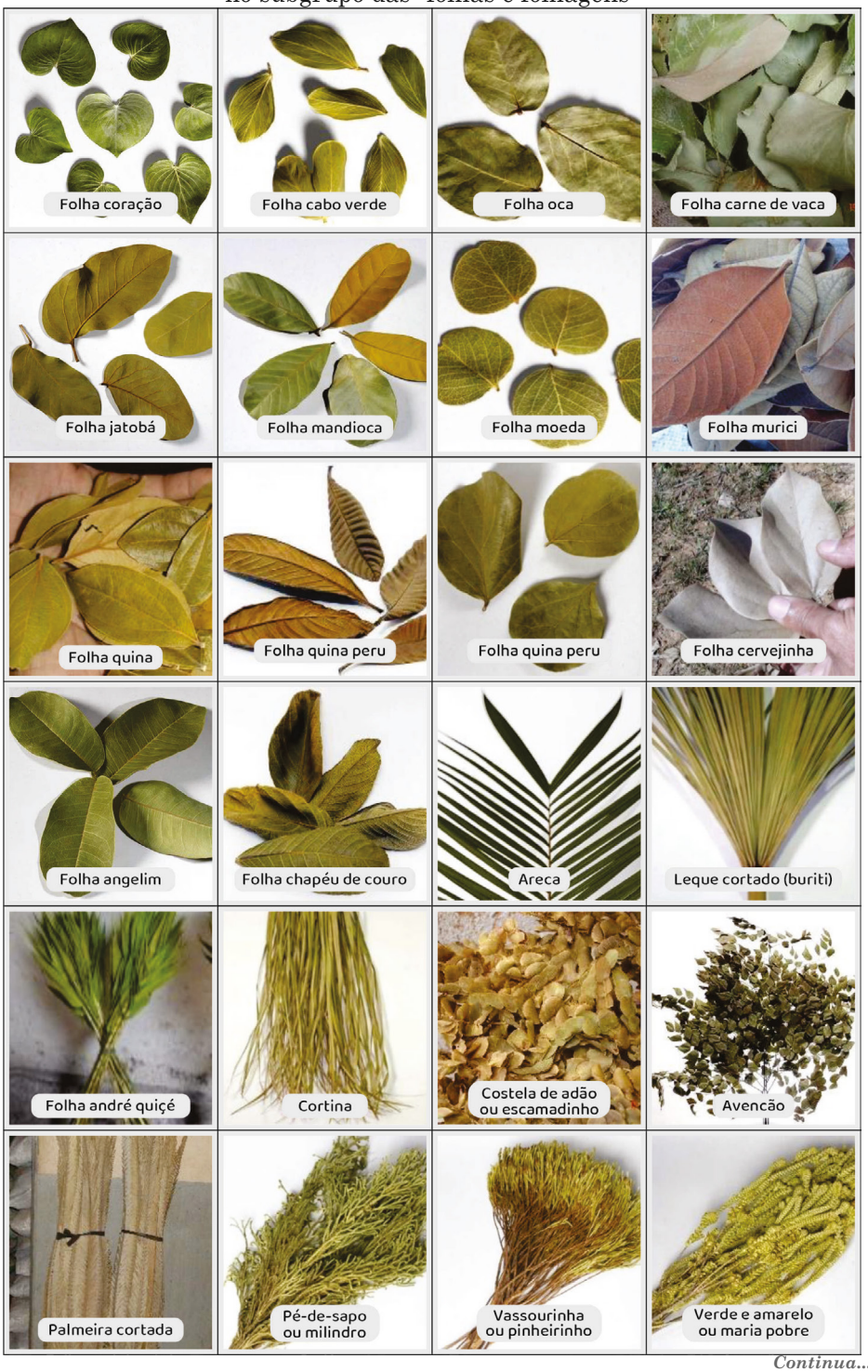
Figura 4. Continuação.

Continua...

Figura 4. Continuação.

Fotos: Acervo do NESFV.

Figura 5 - Espécies vegetais coletadas secas e comercializadas no subgrupo das “folhas e folhagens”



Continua...

Figura 5. Continuação.

Fotos: Acervo do NESFV.

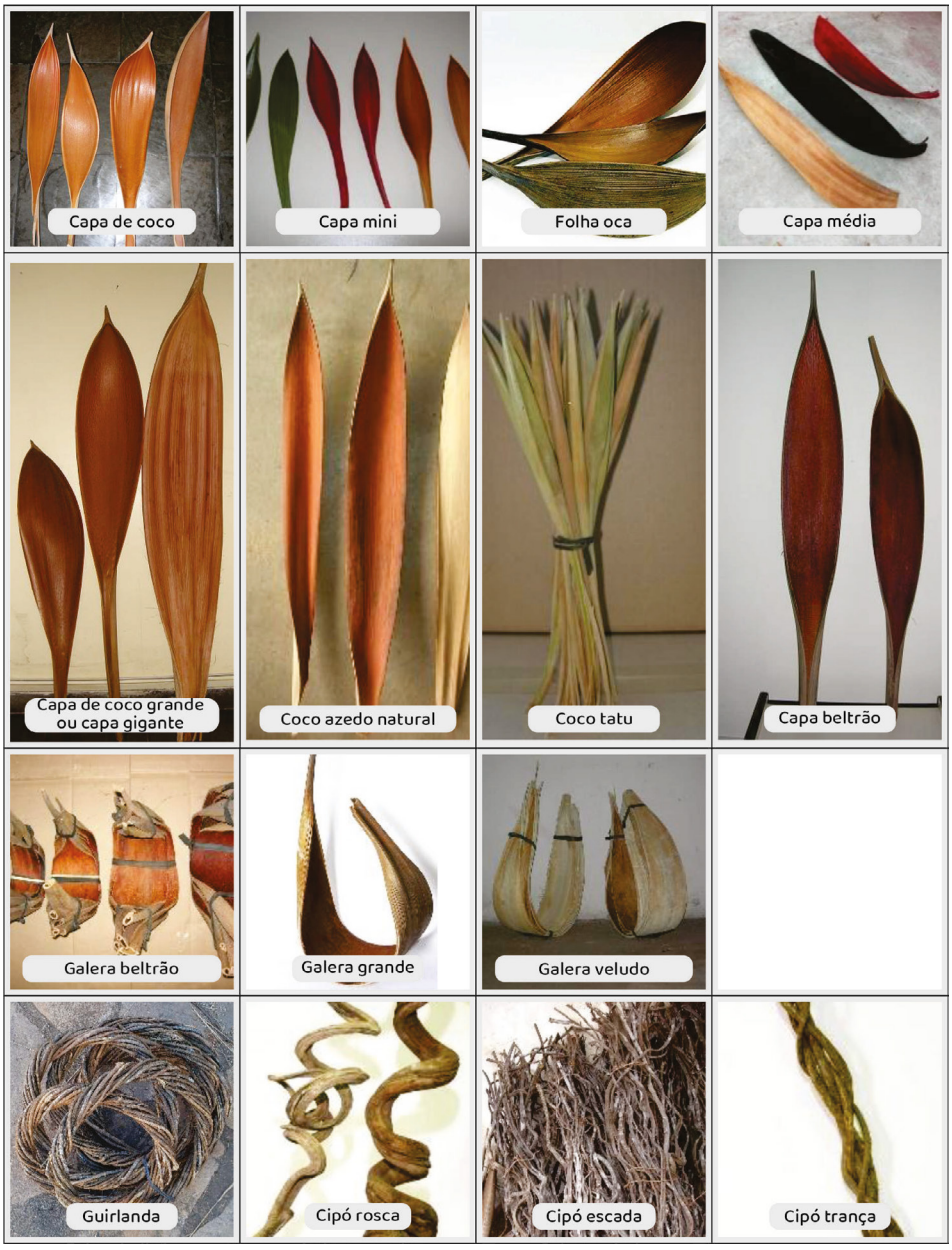
Figura 6 - Espécies vegetais coletadas secas e comercializadas no subgrupo dos “capins”

Continua...

Figura 6. Continuação.

Fotos: Acervo do NESFV.

Figura 7 - Espécies vegetais coletadas secas cujas partes são comercializadas no subgrupo das “capas”, dos “cipós” e dos “bambus”



Continua...

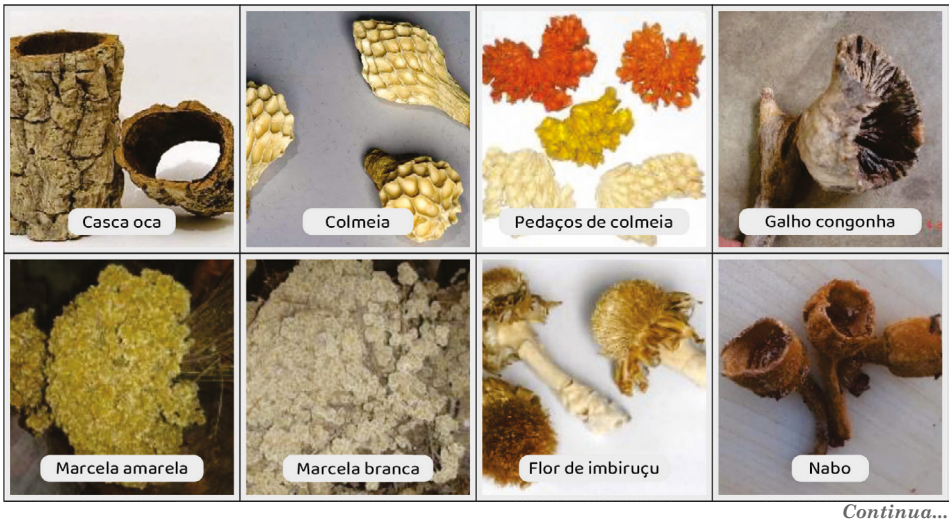
Figura 7. Continuação.

Fotos: Acervo do NESFV.

Figura 8 - Espécies vegetais coletadas secas e comercializadas no subgrupo “musgos e liquens”

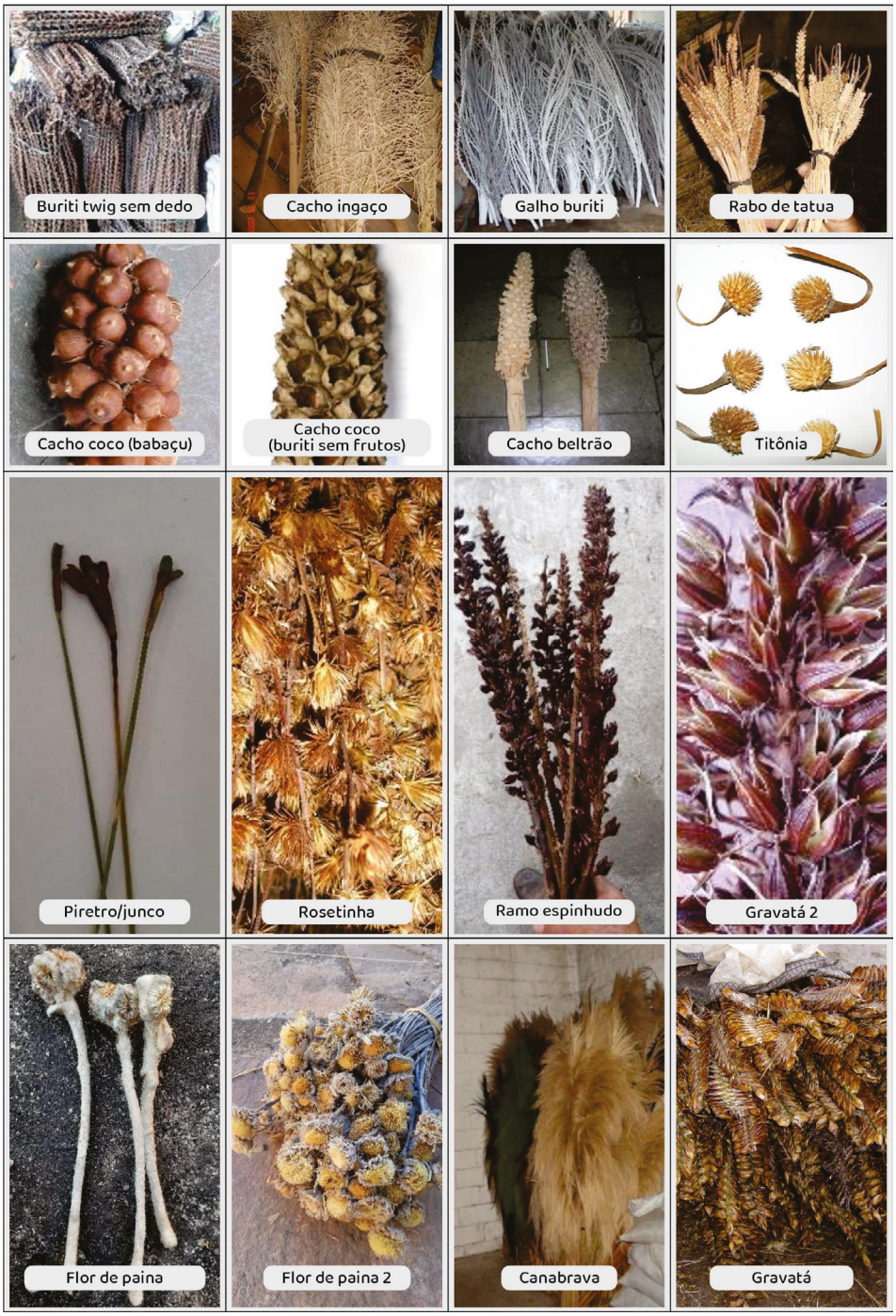
Fotos: Acervo do NESFV.

Figura 9 - Espécies vegetais comercializadas secas cujas partes são comercializadas no subgrupo “outros” e “itens grandes”



Continua...

Figura 9. Continuação.



Fotos: Acervo do NESFV.

Considerações finais

Os produtos florestais não madeireiros (PFNM) são utilizados para diversos fins por populações agroextrativistas. No caso dos PFNM explorados como "*Flores secas*" ou "*Plantas secas*" aqui descritos, todas as partes coletadas são utilizadas, a princípio, para fins ornamentais. A renda monetária obtida com a comercialização desses produtos garante a segurança alimentar de famílias de comunidades rurais de muitos municípios da porção mineira do Espinhaço Meridional. A importância e vantagem do manejo dessas espécies, principalmente por não haver necessidade de exclusão das plantas, constitui uma importante alternativa para a conservação da paisagem, com aspectos positivos não somente do ponto de vista social e econômico, mas também ambiental. Assim sendo, as comunidades tradicionais beneficiam-se com o uso desses recursos naturais pela geração de renda, ao mesmo tempo em que a atividade agrega valor à paisagem e conserva o ambiente.

A questão amostral tem sido abordada como um aspecto marcante a ser resolvido em Eriocaulaceae (COSTA *et al*., 2008; SILVA, 2017) (família botânica da maioria das sempre-vivas comercializadas), principalmente no que se refere à abrangência territorial amostrada, muitas vezes considerada insuficiente tanto para caracterizar o endemismo de espécies quanto para contemplar populações com os vários tipos taxonômicos/nomenclaturais. Nesse sentido, as amostragens teriam a precisão necessária/suficiente para determinar o status de ameaça ou o endemismo?

Dentre as espécies de sempre-vivas coletadas para a comercialização, as evidências apontam para a necessidade de reavaliação do grau de conservação das espécies de ampla ocorrência e de propagação conhecida, mas constantes em lista de ameaçadas, em detrimento de outras de ocorrência restrita e de pequenas populações, que, muitas vezes, nem mesmo foram descritas ou consideradas como variações de espécies já descritas. Assim, os vários morfotipos de uma mesma espécie, que, frequentemente, apresentam características morfológicas e/ou fenológicas distintas (época de floração/coleta), portanto, com demandas e valor mercadológico diferentes, exigiriam manejos diferenciados, o que chama a atenção para a necessidade de melhor compreensão dessas variações.

Quando se considera um status constante de ameaça das espécies

de sempre-vivas em listas da flora ameaçada, é possível que o peso da coleta, considerado por alguns estudiosos como "ameaça à conservação", seja menor do que é atribuído entre as citadas causas de riscos, uma vez que algumas espécies que fazem parte de listas de espécies ameaçadas não são alvo de coleta, ou mesmo nunca foram coletadas para fins de comercialização[7]. Um outro aspecto a ser considerado são as generalizações entre as espécies do grupo das "*margaridinhas*"; mesmo as não constantes em "listas", mas morfologicamente semelhantes às consideradas ameaçadas, são tratadas com o mesmo status de conservação.

O manejo de mínimo impacto para o uso sustentável de espécies nativas é uma realidade em muitas regiões no Brasil. Pode-se citar o caso desse tipo de prática em campos nativos da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), do açaí (*Euterpe oleraceae*), do babaçu (*Atallea* spp.), do baru (*Dipteryx alata*), do jatobá (*Hymenaea* spp.), do pequi (*Caryocar brasiliensis*), do umbu (*Spondias tuberosa*) - espécies alimentícias; do jaborandi (*Policarpus microphyllus*), da andiroba (*Carapa guianensis*) - espécies medicinais; e de espécies utilizadas para outros fins, como a carnaúba (*Copernicea prunifera*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o cipó-titica (*Heteropsis flexuosa*), o cipó unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*) (BARRETO, CASTRO, 2010; COSTA, 2015; GUEDES, SILVA, 2012; LINHARES, 2015).

Das ornamentais, pode-se citar o extrativismo da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*) por agricultores familiares da região Sul do Brasil (RIBAS; MIGUEL 2004) e a tradicional coleta de musgos na Serra do Gandarela em Minas Gerais (COSTA, 2018) e em Cananeia, São Paulo (RANCURA 2009), e das bromélias, no estado do Paraná (NEGRELLE; ANACLETO, 2012).

Diferentemente das espécies coletadas no grupo das "*Sempre-vivas*", para as quais se discutem planos/pactos de manejo, por meio da elaboração dos Protocolos Comunitários, que levam em consideração aspectos como a época para o início da coleta, a intensidade e a frequência de coleta, o estabelecimento de manejo para a coleta sustentável das espécies do grupo dos "*Frutos secos*" ainda não despertou a mesma preocupação. Isso faz sentido quando se pensa que a parte coletada das sempre-vivas é sempre a inflorescência, enquanto no grupo dos "*Frutos secos*" são coletadas diferentes partes da planta, de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, envolvendo distintos ambientes e regiões de coleta.

7 Para detalhes, ver o capítulo 8 desta obra.

Assim, ao pensar em diretrizes de manejo, distintamente, as espécies de "*Frutos secos*" podem ser divididas em dois grandes grupos:

1) Espécies das quais são coletadas as partes reprodutivas. Nesse grupo, poderiam ser consideradas, principalmente, aquelas das quais se coletam frutos com sementes e/ou sementes, ou aquelas das quais se coletam partes relacionadas à flor ou infrutescências. Dentre as espécies das quais são coletados os frutos após a deiscência, a princípio, a parte coletada não representa ameaça à sustentabilidade.

2) Espécies das quais se coletam as partes vegetativas. Nesse grupo, tem-se as espécies das quais são coletadas as folhas e/ou ramos. No entanto, há os casos de coleta mesmo da planta inteira, caso das espécies conhecidas popularmente como "cabelo de boneca" e "capim tiririca". Para as espécies das quais são coletadas folhas ou ramos, um manejo relacionado à intensidade de desfolha poderia ser considerado, como ocorre em outras espécies, para as quais existe plano de manejo com o objetivo de uma exploração sustentável, como é o caso do jaborandi, uma espécie medicinal cujas folhas constituem a matéria-prima largamente usada pela indústria farmacêutica.

A busca por informações e a sistematização daquelas já disponíveis acerca das espécies comercializadas no grupo dos "*Frutos secos*", principalmente a descrição das práticas e dos critérios de coleta, contemplando o vasto conhecimento tradicional sobre o manejo adotado pelos coletores(as) dessa economia, são necessárias. Diferentemente das sempre-vivas, para as quais os aspectos do manejo tradicional já estão sendo ou foram sistematizados (ver capítulo 6 desta obra), pouco se sabe sobre a maioria das demais espécies coletadas na economia das "*Flores secas*" em Minas Gerais – os "*Frutos secos*" - incluindo todas as partes coletadas/manejadas.

Pesquisas sobre os efeitos da coleta dessas espécies devem ser estimuladas, com vistas a compreender e contribuir para o aprimoramento do manejo sustentável. Dessa forma, diferentes atenções devem ser dadas para o status de conservação de cada espécie, com observação para a parte coletada de cada uma, considerando-se, também, as extensões e áreas de ocorrência. Nesse sentido, atenção especial deve ser dada às espécies das quais se coletam as partes reprodutivas ou as folhas (incluindo "*folhas e folhagens*") como superfícies fotossintetizantes, levando-se em conta,

principalmente, a taxa de desfolha associada ao intervalo entre as coletas. Isso também se aplica aos musgos e líquens, que cobrem superfícies de solos, rochas, troncos, sendo grandes contribuidores do balanço hídrico e indicadores ambientais. Nesse caso, como o organismo inteiro é coletado, aspectos da quantidade de retirada ou da rotação na coleta devem ser considerados em pesquisas futuras para sua reposição natural. Embora alguns critérios de coleta sustentável sejam adotados por coletores, esse ponto não foi abordado neste capítulo de livro, porque se procurou restringir o conteúdo à apresentação das espécies e partes coletadas, das formas comercializadas e das épocas de coleta.

Agradecimentos

Os autores agradecem às pesquisadoras Livia Echternacht Andrade e à Nara Furtado, pela identificação de Eriocaulaceae e Xyridaceae, respectivamente.

Agradecem também especialmente aos apanhadores de flores sempre-vivas das comunidades extrativistas, atacadistas e demais atores da economia das Flores Secas de Minas Gerais, visitados durante o estudo, que, de alguma forma, contribuíram com informações contidas neste capítulo.

Referências

ANDRADE, Livia E. *Sistemática de Comanthera e de Syngonanthus (Eriocaulaceae)*. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARRETO, Lilian S.; CASTRO, Marina S. *Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do umbu*. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produtos florestais não madeireiros*: uso sustentável de açaí, andiroba, castanha e cipó-titica. Macapá: Embrapa, 2012.

COSTA, Camila B. *Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Jatobá.* Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2015.

COSTA, Pedro C. Extrativismo de musgo na serra do Gandarela: a cadeia produtiva na comunidade rural André do Mato Dentro, Santa Bárbara/ MG. *Argumentos*, v. 15, n. 2, p. 68-89, 2018.

COSTA, Fabiane N.; TROVÓ, Marcelo; SANO, Paulo T. Eriocaulaceae na Cadeia do Espinhaço: riqueza, endemismo e ameaças. *In:* BRASIL. Conservação Internacional. Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação. *Megadiversidade*, v. 4, n. 1-2, p. 117-125, dez. 2008. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/megadiversidade_espinhaco.pdf Acesso em: 11 jul. 2020.

ECHTERNACHT, Livia; SANO, Paulo T. A new *Comanthera* (Eriocaulaceae) from the Espinhaço Range, Minas Gerais, Brazil. *Brittonia*, v. 64, n. 1, p. 30-34, Mar. 2012.

GIULIETTI, Nelson *et al*. Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, v.1, p.179-193, dez. 1988.

GIULIETTI, Ana M. *et al*. Estudos em sempre-vivas: taxonomia com ênfase nas espécies de Minas Gerais, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, v. 10, n. 2, p. 329-377, 1996.

GIULIETTI, Ana M.; HENSOLD, Nancy. Padrões de distribuição geográfica de gêneros de Eriocaulaceae. *Acta Botânica Basílica*, v. 4, n. 1, p. 133-158, jul. 1990.

GUEDES, Juliana S.; WANDERLEY, Maria das Graças L. Xyridaceae na Serra do Cabral, Estado de Minas Gerais, Brasil. *Hoehnea*, v. 42, n. 2, p. 367-397, abr./jun. 2015.

LINHARES, Jairo F. P. *Uso e conservação de plantas medicinais nativas por comunidades quilombolas no município de Alcântara, Maranhão*. Tese (Doutorado em Agronomia - Horticultura), Universidade Estadual Paulista. Botucatu, 150p., 2015.

MARTINELLI, Gustavo; MORAES, Miguel A. Tradução de Flávia Anderson e Chris Hieatt. *Livro Vermelho da Flora do Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.

NEGRELLE, Raquel R.B.; ANACLETO, Adilson. Extrativismo de bromélias no estado do Paraná. Ciência Rural, v. 42, n. 6, p. 981-986, jun. 2012.

NEPSTAD, Daniel C.; SCHWARTZMAN, Simon. *Non-Timber Product Extraction from Tropical Forest:* Evaluation of a Conservation and Development Strategy. Bronx, NY: New York Botanical Garden, 1992.

OLIVEIRA, Maria Neudes S.; CRUZ, Lana I.; TANAKA, Mário K. Collection time and seed germination of commercialized *Comanthera* (Eriocaulaceae) from Serra do Ambrósio, Minas Gerais. *Brazilian Journal of Botany*, v. 37, p. 19–27, Mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Programa "Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial*. Disponível em: http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/proposed-sites/latin-america-and-the-caribbean/agricultural-heritage-system-in-serra-do-espinhaco-meridional-in-minas-gerais/en/. Acesso em: 12 nov. 2020.

PARRA, Lara R. *et al*. Reestablishment and new circumscription of Comanthera (Eriocaulaceae). *Taxon*, v. 59, n. 4, p. 1135-1146, Aug. 2010.

PARRA, Lara R. *Redelimitação e revisão de Syngonanthus Sect. Eulepis (Bong. Ex. Koern) Ruhland – Eriocaulaceae*. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PARRA, Lara R.; GIULIETTI, Ana Maria. Nomenclatural and taxonomic changes in Brazilian Syngonanthus (Eriocaulaceae). *Willdenowia*, v. 27, n. 1-2, p. 227-233, 1997.

RANCURA, Sheila A.O. *Subsídios ao extrativismo de briófitas no município de Cananeia, São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Universidade de São Carlos, São Paulo, 137p., 2009.

RIBAS, Rafael P.; MIGUEL, Lovois A. Extração e comercialização de folhagens ornamentais da Mata Atlântica: o caso da verdes (*Rumohra adiantiformis*) no RS. *RER*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 575-596, out./dez. 2004.

SANO, Paulo T.; GIULIETTI, Ana Maria. (coord.). Eriocaulaceae. In: WANDERLEY, Maria das Graças L. *et al*. (ed.). *Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Botânica, v.7, p. 173-200, 2007.

SILVA, Renato R. 2017. *Eriocaulaceae no Parque Estadual da Serra do Intendente, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ciências - Botânica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TICKTIN, Tamara. The ecological implications of harvesting non-timber forest products. *Journal of Applied Ecology*, v. 41, p. 11-21, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. *Encontro de atores da cadeia do extrativismo vegetal da Serra do Espinhaço*. Diamantina, MG: UFVJM, 2009. (Relatório).

WANDERLEY, Maria das Graças L. Cinco novas espécies de *Xyris* (Xyridaceae) da Serra do Cipó, Minas Gerais, Brasil. *Rodriguesia*, v. 61, n. 1, p. 83-94, jan./mar. 2010.

_____. Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: Xyridaceae. *Boletim Botânico da Universidade de São Paulo*, v. 29, n. 1, p. 69-134, jan. 2011.

Capítulo 6

Sempre-vivas: como são manejadas - do campo ao galpão do atacadista

Maria Neudes Sousa de Oliveira
Fernanda da Conceição Moreira
Mário Kiichiro Tanaka

Introdução

Os grupos coletados: as "*flores*", as "*margaridinhas*", as "*campinas*", os "*botões*".

As espécies coletadas: a "*flor*", a "*temporona*".

O habitat das espécies: a "*terra mais fria*", o "*carrasco*".

Os campos de coleta: a "*campina*", a "*serra*".

A colheita e o/a coletor/a: a "*apanha*" ou "*panha*" e o "*apanhador/a de flor*".

A época de coleta: "*a safra da flor*".

As piores flores: as que "*tolobam rápido*", as que "*esgarçam*".

O cuidado com o campo de coleta: "*deixar o restolho*".

O cuidado com o processo de coleta: "*não arrancar a sapata*".

Sobre o uso do fogo: "*melhor o de neblina*", "*não pode ter muita macega*", "*sem ele a flor acaba*".

Sobre reconhecer semente: "*quando a cabecinha tiver arrepiada*".

A germinação: "*boa quando o chão fica geladinho*".

São tantos os termos utilizados na descrição do vasto conhecimento tradicional e transgeracional sobre as "Flores de Minas", que, para escrever sobre o manejo de sempre-vivas, é quase imprescindível que se comece a partir de uma associação entre a nomenclatura da botânica acadêmica e os dizeres populares dos apanhadores dessas flores, referentes às plantas e suas partes, aos seus ambientes de ocorrência e à forma como manejam. No texto que se segue, esses dizeres estarão destacados nas palavras ou expressões escritas em itálico e entre aspas, representando a etnobotânica ou a "botânica popular".

Embora muito do que será abordado seja resultado do acervo de informações adquiridas na lida, na experiência e no desenvolvimento de pesquisas participativas com comunitários de comunidades agroextrativistas, somado aos vários estudos já existentes sobre as espécies, o principal objetivo deste capítulo é descrever, numa abordagem qualitativa e analógica ao conhecimento científico, o vasto conhecimento e as técnicas tradicionais dos "apanhadores de flores sempre-vivas" sobre as espécies, as práticas de manejo e os ambientes de ocorrência. Pretende-se, também, que seja um instrumento técnico que possa valorizar os conhecimentos tradicionais, orientar pesquisas, além de atuar como uma espécie de "tradutor", por mediar a linguagem entre os dois saberes: científico e tradicional.

A nomenclatura associada aos subgrupos e às partes das plantas constituirá o conteúdo do primeiro item deste capítulo. Em seguida, são apresentadas as formas de propagação das espécies, as práticas de coleta (com ênfase nos cuidados durante a coleta e com a época de iniciá-la), o uso controlado do fogo, associados com os ambientes de ocorrência das espécies. Por fim, serão abordados alguns aspectos do processamento pós-colheita até o galpão do atacadista, indicações para conservação e algumas considerações finais. As técnicas de semeio e cultivo de sempre-vivas, como ferramenta importante no manejo associado à conservação, foram abordadas em outras publicações.

As sempre-vivas do grupo das "*margaridinhas*" (Eriocaulaceae do gênero *Comanthera* subgênero *Comanthera*[1]) são as mais importantes do ponto de vista do interesse de coleta e também da comercialização, além

1 Quando não nominada a espécie ou o subgrupo das plantas, as informações referir-se-ão às "*margaridinhas*".

de agregar o maior quantitativo de resultados de pesquisa.[2] Também serão foco deste capítulo as sempre-vivas do grupo dos *"botões"* (todas as demais espécies comercializadas como sempre-vivas), que também têm expressão significativa de coleta e de comercialização pelas comunidades apanhadoras de flores do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais.

Nomenclatura etnobotânica: interpretando a morfologia popular

O subgrupo das "margaridinhas" e dos "botões"

Na cadeia das "flores secas", o grupo das sempre-vivas é dividido em dois subgrupos popularmente conhecidos e comercialmente aceitos. Assim, tem-se o subgrupo das "*margaridinhas*" (Figura 1A), pois suas inflorescências são semelhantes às da espécie *Leucathemum vulgare,* da família Asteraceae (a margarida). Nelas, o comprimento das brácteas ultrapassa o tamanho das flores que ficam ancoradas no receptáculo da inflorescência e, por isso, são conspícuas, ou seja, visíveis e chamam a atenção (Figura 1B).

Uma outra característica que separa as "*margaridinhas*" das demais é o crescimento do pedicelo das flores à medida que o capítulo amadurece, expondo-as à superfície do receptáculo (ANDRADE, 2012). As sempre-vivas "*margaridinhas*" pertencem ao gênero *Comanthera*, subgênero *Comanthera*, família Eriocaulaceae. São também conhecidas como "*campinas*" e, muitas vezes, referidas como "*as flores*". É muito comum ouvir as expressões "*vou pra campina apanhar flor*" ou "*vou pra serra apanhar campina*". O termo campina, portanto, ora se refere ao local/ambiente de coleta da flor, ora, ao produto coletado.

No subgrupo conhecido popularmente como "*botões*" (referindo-se ao botão de roupa), há espécies do gênero *Paepalanthus, Actinocephalus, Syngonanthus* e *Leiotrix*, também da família Ericaulaceae (Figura 1C). Os chamados "*abacaxizinhos*" ou "*pimentinhas*", que são espécies do gênero *Xyris*, família Xyridaceae (Figura 1D e 1E), assim como as poucas espécies da família Cyperaceae e Rapataceae comercializadas secas como sempre-vivas, também são consideradas "*botões*".

2 Quando não citada a fonte, as informações referir-se-ão a pesquisas não publicadas do NESFV – Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal da UFVJM.

No entanto, as inflorescências com formato propriamente de botão são as das espécies de *Paepalanthus, Actinocephalus* e *Leiotrix*. E esse aspecto deve-se a duas características: as brácteas são menores que o comprimento das flores na inflorescência, ou seja, não são conspícuas; e a superfície superior do receptáculo onde ficam inseridas as flores é convexa, o que confere às inflorescências um formato mais globoso, por isso chamada de "*botão*". É importante ressaltar que o termo botão é também utilizado com seu significado botânico, referindo-se à inflorescência que ainda não abriu.

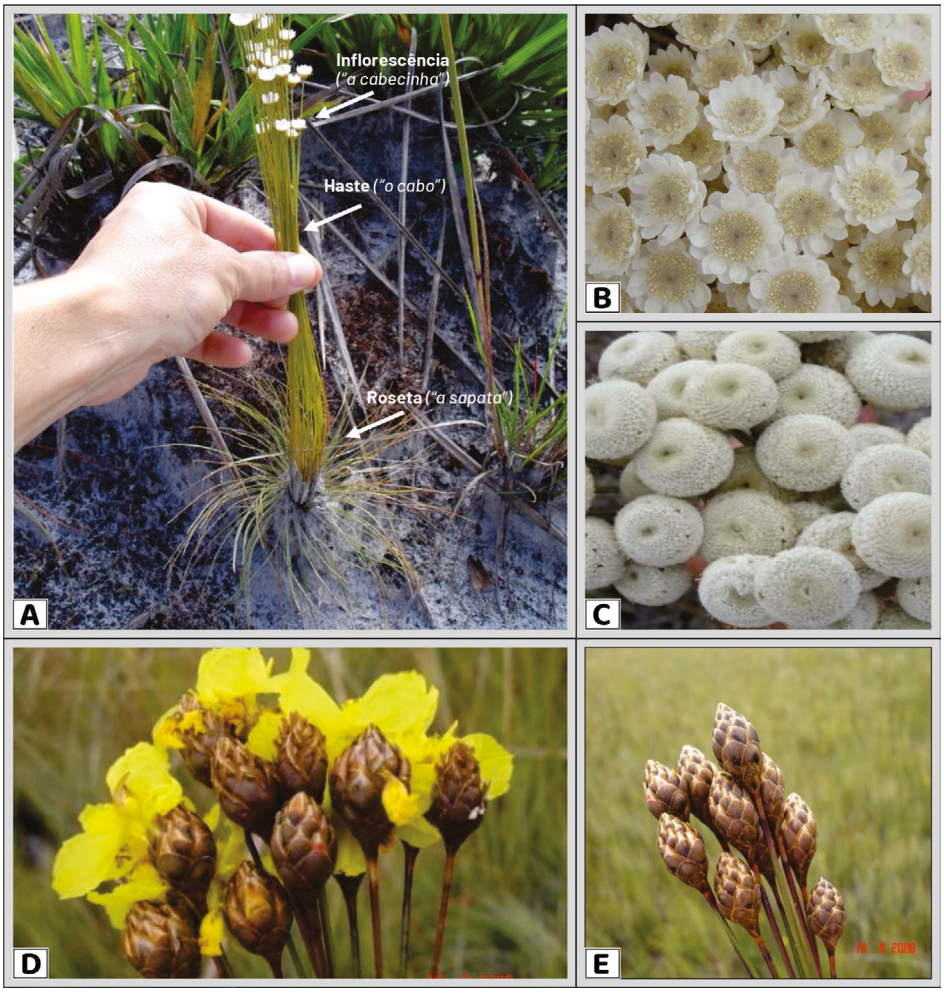
Portanto, em alguns momentos o termo sempre-vivas é utilizado referindo-se exclusivamente às *"margaridinhas"*, em outros, a todo o grupo representado pelas "*margaridinhas*" e pelos *"botões"*; já o termo "*os botões*" ora é usado referindo-se às espécies cujas inflorescências têm aspecto de botão propriamente, ora a todas as demais espécies que não fazem parte do grupo das "*margaridinhas*". Muitas vezes, quando utilizado no singular e precedido de artigo, o termo *"a sempre-viva"* refere-se especialmente à espécie *Comanthera elegans* (a sempre-viva pé-de-ouro), a mais popular; e o termo *"a margarida"* refere-se ao nome popular da sempre-viva *C. suberosa*.

O nome popular das espécies deve-se a características morfológicas das inflorescências, da roseta ou das hastes, ao local de ocorrência e à época de coleta das inflorescências para comercialização. Nesse sentido, tem-se a sempre-viva gigante, a de maior diâmetro de capítulo entre as comercializadas; a pé-de-ouro, com pelos dourados na bainha, que fica na base das hastes; a flor-de-leite, de capítulos considerados os de maior alvura; a roxinha, cujas hastes apresentam uma tonalidade arroxeada; a sapatinha, na qual a *"sapata"* (roseta) é considerada menor que a das demais "*margaridinhas*" ocorrentes na mesma região; a sapatinha crivo, cuja "*sapata*" possui folhas "pontiagudas" ("*mais pontudas*") em relação às da sapatinha; a brejeira, que ocorre em locais mais "*frescos*" ou de maior teor de umidade do solo, em relação à simpátrica pé-de-ouro; a janeirona, coletada a partir de janeiro; a *"flor temporona"*, referindo-se às "*margaridinhas*" coletadas em outras épocas que não sejam entre abril e maio, meses mais característicos de coleta de flores.

Com poucas exceções ou circunstâncias mercadológicas, normalmente, as sempre-vivas do tipo "*margaridinhas*", por terem a aparência de uma flor propriamente (Figura 1A), são mais valorizadas que os "*botões*". Por serem muito demandadas no comércio, costuma-se

dizer que as *"margaridinhas são o carro-chefe do comércio das flores secas, das exportações"*, *ou ainda*, que as *"margaridinhas puxam outros produtos, outras mercadorias"*. Nelas, o diâmetro dos capítulos, juntamente com a cor e número de série das brácteas, são as principais características associadas à qualidade da flor para a comercialização, aspectos que serão considerados mais adiante neste capítulo.

Figura 1 - Aspecto da planta (A) e das inflorescências (B) de uma sempre-viva do grupo das *"margaridinhas"*, gênero *Comanthera*; inflorescências do grupo dos *"botões"*, gênero *Paepalanthus* (C); e do grupo dos *"abacaxizinhos"*, gênero Xyris, com (D) e sem flor (E)



Fotos: Acervo do NESFV.

Partes da planta

As inflorescências ou "a flor"

Na literatura científica, o termo "as inflorescências" (haste + inflorescência) é utilizado para designar a parte vendida das sempre-vivas. No entanto, a parte comercializada inclui a haste ou escapo ("*o cabo*") contendo a inflorescência propriamente ("*a cabecinha*", assim chamada pelos coletores/as) na extremidade (Figura 1A). Entre os apanhadores, o termo "*a flor*", ora é dito referindo-se à inflorescência propriamente, ora a uma dada espécie, geralmente, a pé-de-ouro (*C. elegans*), a mais popular.

Uma exceção à parte comercializada é o capim dourado (*Syngonanthus nitens*) ou sedinha/sedina, como a espécie é chamada em Minas Gerais. O interessante dessa espécie é que as hastes (sem a inflorescência), por serem de coloração dourada, brilhantes e maleáveis, podem ser utilizadas na confecção de artesanato. A maleabilidade das hastes está associada às camadas de colênquima nos escapos, em relação às de esclerênquima (CORREDOR, 2016). O brilho dos escapos está associado à reflexão e refração da luz ao atravessar nanocristais presentes na parede celular das células do córtex, e sua intensidade pode estar relacionada a maiores teores de alumínio no solo (EICHEMBERG; SCATENA, 2011).

Com relação às "*margaridinhas*", a parte popularmente conhecida como "*a flor*" ou "*a cabecinha*" é, na verdade, a inflorescência propriamente, uma estrutura constituída de muitas flores. A inflorescência das Eriocaulaceae é do tipo capítulo, pois várias flores estão inseridas, entre os tricomas, num receptáculo arredondado em formato de disco, o disco do capítulo, e nas "*margaridinhas*" é popularmente conhecido como "*o miolo da flor*" (Figura 2A). O diâmetro das inflorescências nas sempre-vivas do tipo "*margaridinhas*" (considera-se a extremidade externa das brácteas alvas) varia com a espécie. Entre as comercializadas, a de maior capítulo é a *C. magnifica*, com até 2 cm de diâmetro (média de 1,63 cm, segundo Oliveira *et al.*, 2014b), por isso conhecida como *sempre-viva gigante*.

Nas Xyridaceae, os "*abacaxizinhos/pimentinhas*" possuem inflorescências do tipo espiga, ou seja, as flores são sésseis (sem pedicelo), dispostas em diferentes alturas num eixo principal. Além

disso, elas são conspícuas e coloridas: amarelas ou alaranjadas, nas espécies do gênero *Xyris*, ao qual pertence a maioria das espécies comercializadas; ou roxas, nas espécies do gênero *Abolboda*, com uma espécie comercializada. As flores são somente visualizadas em inflorescências mais novas, normalmente no campo antes de serem coletadas (Figura 1D), pois são muito tenras e facilmente murcham e se desprendem após a antese, portanto, não são vistas na fase de comercialização (Figura 1E).

As flores são protegidas pelas brácteas coriáceas, encaixadas de forma imbricada (a superior parcialmente sobreposta à inferior), resultando num formato ovalado das espigas, por isso chamadas de "*abacaxizinhos*". As brácteas ("*as escamas*", na linguagem popular), de coloração que vai do caramelo ao marrom escuro, são as responsáveis pelo valor comercial das Xyridaceae, mas desprendem gradativamente com o amadurecimento das inflorescências ("*a cabecinha vai debulhando*"), desvalorizando-as.

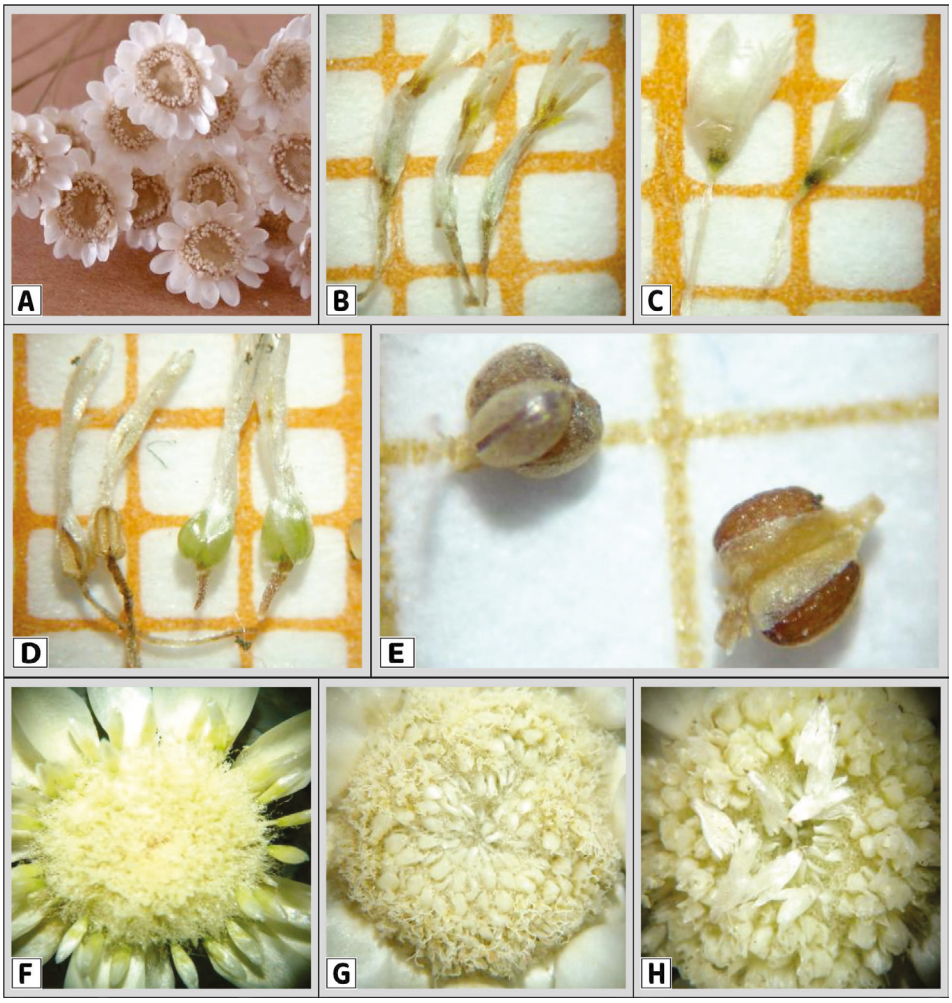
Nas "*margaridinhas*", as flores são unissexuadas, tendo flores masculinas e femininas presentes num mesmo capítulo. As flores femininas são maiores e mais finas, enquanto as masculinas são menores e de maior diâmetro, mais "volumosas" (Figura 2B e C) e são facilmente distinguíveis num capítulo. Na figura 2G é mostrado um capítulo com flores femininas nas séries externas e flores masculinas na parte mais central, algumas emergindo por entre os tricomas. O número de flores por inflorescência varia entre espécies, entre populações, entre plantas e mesmo entre capítulos de uma mesma planta. Em capítulos de diferentes plantas de *C. bisulcata* foram observadas entre 174 e 303 flores femininas. Já em relação às flores masculinas, por desprendem do receptáculo à medida que o capítulo amadurece, o número delas varia com o estágio de desenvolvimento do capítulo. Assim, para se ter um valor exato do total de flores em um capítulo, este deve ser protegido após a sua antese para evitar a perda das flores masculinas desprendidas. Segundo Andrade (2012), em *Comanthera*, as flores masculinas são normalmente mais numerosas que as femininas (duas a três vezes).

As flores estão fixas ao receptáculo pelos seus pedicelos e imersas por entre os tricomas, que ocupam toda a extensão do receptáculo e contribuem para mantê-las eretas. Em algumas espécies, as

masculinas e femininas apresentam inserção aleatória no receptáculo, como em *C. magnifica*, enquanto que em outras, estão inseridas de forma organizada e em séries concêntricas e alternadas de flores masculinas e femininas, como em *C. elegans*. Como a maturação das flores no capítulo é centrípeta, ou seja, da extremidade para o centro do capítulo, dependendo da fase de maturação da inflorescência, as séries podem ser visualizadas mesmo a olho nu (Figura 2A). Após a fecundação do óvulo, partes da flor permanecem durante a maturação dos frutos (pétalas, sépalas e estigmas) (ANDRADE, 2012), as quais se desprendem dos frutos maduros (Figura 2E) ou ao manipulá-los, mas podem permanecer, mesmo após a dispersão das sementes (Figura 2D – à esquerda). Por isso, ao visualizar frutos de uma "*margaridinha*" antes da dispersão das sementes, tem-se uma estrutura composta por partes da flor, um fruto e três sementes (Figura 2D – à direita).

À medida que amadurecem, enquanto as flores femininas permanecem fixas, as flores masculinas desprendem dos capítulos e representam o "*pozinho branco*" que normalmente é liberado ao manipular uma sempre-viva do tipo "*margaridinha*", uma característica indesejável por quem compra "*a flor*". Inflorescências coletadas imediatamente após a antese dos capítulos não liberam o "*pozinho*" para o ambiente, pois as flores masculinas ainda não sofreram antese e estão fixas no receptáculo pelos seus pedicelos (Figura 2F), mas logo começam a se desprender (Figura G e H).

Figura 2 - A - Disposição das flores em séries concêntricas, em inflorescência de uma *"margaridinha"*, aspecto visualizado a olho nu; B - Flores femininas; C - Flores masculinas; D - Frutos com sementes verdes (direita) e após a dispersão das sementes (esquerda), ambos com restos de partes da flor; E - Frutos em deiscência com sementes maduras em fase de dispersão, mas sem as partes da flor; F - Flores masculinas antes da antese (da flor), nas séries mais externas de um capítulo após antese (do capítulo); G - Capítulo com predominância de flores femininas na metade externa e masculinas no centro, algumas emergindo por entre os tricomas; H - Flores masculinas desprendendo do capítulo[3]



Fotos: Acervo do NESFV.

3 Quadriculado de fundo = 1mm

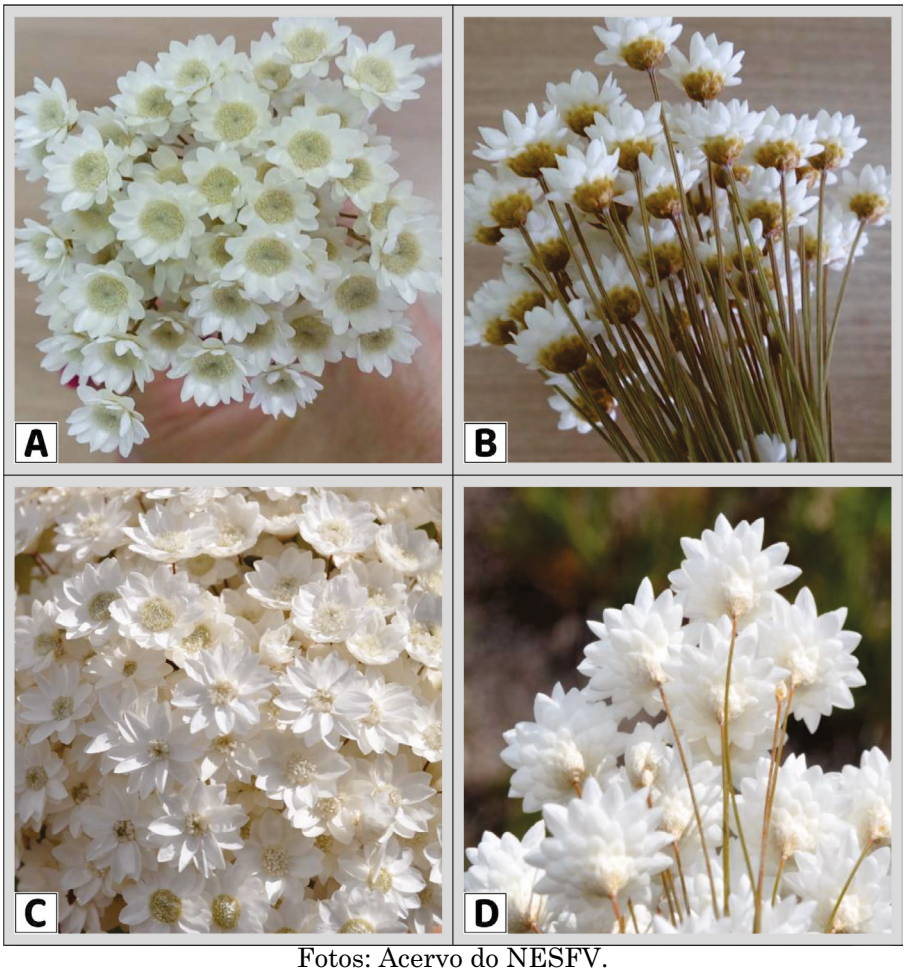
O tempo para o desprendimento das flores masculinas após a antese dos capítulos varia com a espécie. Por desprenderem do capítulo após sua antese (da flor), e gradativamente à medida que o capítulo amadurece, pode-se dizer que quanto mais flores masculinas estiverem presentes no capítulo de uma "*margaridinha*", mais imaturo está o capítulo. Sendo assim, a proporção de flores masculinas e femininas pode ser usada como indicativo do grau de maturação de um capítulo de "*margaridinha*". Em *C. elegans*, essa proporção reduz de 1,25 para 0,096 e, em *C. elegantula*, de 0,84 para 0,29, em capítulos coletados no início de abril e início de julho, respectivamente (SÁ, 2007).

O receptáculo é protegido pelas brácteas, que são as estruturas hialinas e membranosas as quais circundam as inflorescências ou "*cabecinhas*" e, na linguagem popular, são referidas como as "*pétalas da flor*". As brácteas das séries externas são menores e castanhas e compõem o "*fundo da flor*"; as das séries internas são brancas/alvas (as "*pétalas*") e são as principais responsáveis pelo valor ornamental e comercial das sempre-vivas do tipo "*margaridinha*" (Figura 3A e B). Uma exceção entre as comercializadas é a sempre-viva flor-de-leite, um morfotipo de *Comanthera dealbatum*, cujas brácteas das séries externas e internas são igualmente alvas (Figura 3C e D), característica pouco comum, mas, segundo Parra (2010), presente também em *S. kegelianus*, uma espécie não coletada em Minas Gerais, que ocorre no Norte do Brasil. O número de camadas ou séries de brácteas varia entre espécies e pode chegar a 30 séries (ANDRADE, 2012), sendo que o número de séries das brácteas alvas define a qualidade comercial da flor: as com maior número são mais valorizadas. A janeirona carrasqueira, um morfotipo de *C. bisulcata*, possui apenas duas séries de brácteas alvas, uma característica que contribui para sua comercialização como "*flor de segunda*".

Além do número de séries e da cor, o tamanho e a disposição das brácteas, além da cor do "*miolo da flor*", imprimem às espécies ou a lotes de uma dada espécie coletados em diferentes épocas valores comerciais diferenciados. Algumas espécies ou lotes são comercializados como "*flor de primeira*" e outras/os como "*flor de segunda*". Nas espécies do tipo "*margaridinhas*", brácteas maiores, capítulos com maior número de séries de brácteas e a disposição das brácteas após a completa abertura dos capítulos tendendo a côncava são características que lhes conferem maior valor de mercado e permite a comercialização da espécie como "*flor de primeira*".

Sobre a disposição das brácteas, algumas "*flores*" "*esgarçam mais*", o que desvaloriza o produto[4]. Diz-se que "*a flor*" adquire um aspecto "*amassado*" ou "*fica amassada*". É o caso da sempre-viva gigante (*C. magnifica*), que apresenta brácteas compridas, mas é desvalorizada no mercado, pois "*as pétalas amassam facilmente*" durante o armazenamento e transporte (Figura 4A e 4B).

Figura 3 - Brácteas internas e externas em duas sempre-vivas do tipo *"margaridinhas"*. Em *C. elegantula*, brácteas internas alvas (A) e externas castanhas (B), o padrão mais comum. Em *C. dealbatum* (morfotipo flor-de-leite), brácteas internas (C) e externas alvas (D)

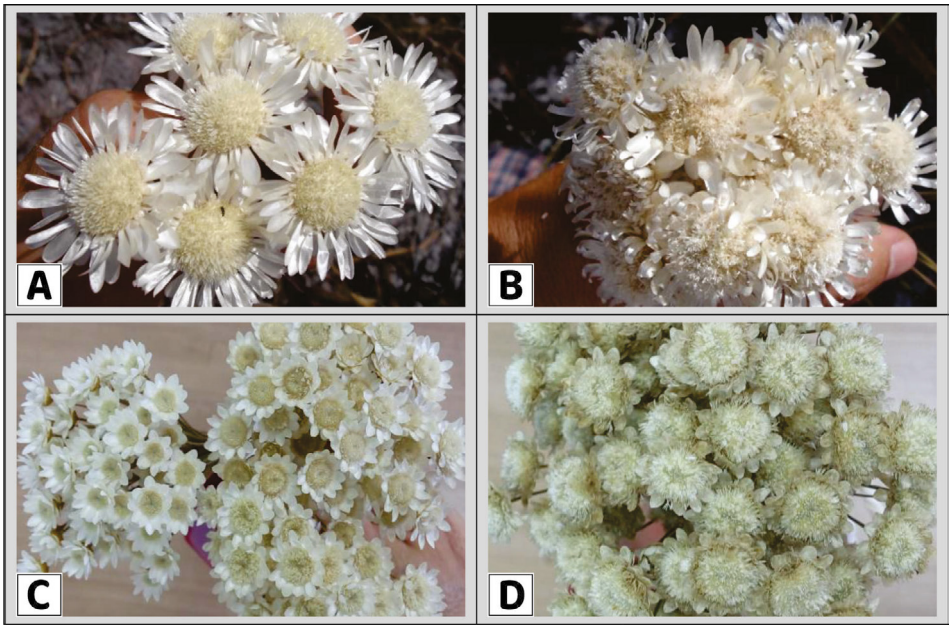


Fotos: Acervo do NESFV.

4 O termo esgarçar é utilizado para descrever o aspecto adquirido pela disposição aleatória das brácteas em várias angulações em relação ao seu plano de inserção na inflorescência.

Outro aspecto morfológico adquirido pela inflorescência, conhecido popularmente como "*toloba*", e que desvaloriza "*a flor*", é a aparência de "*botão*" adquirida por uma espécie do tipo *"margaridinha"* quando a superfície superior do disco do capítulo, à medida que este amadurece, sobressai-se por se tornar mais convexa, e as brácteas voltam-se para baixo (em direção à haste). Ora o termo "*toloba*" é utilizado referindo-se a esse aspecto morfológico adquirido pela inflorescência (costuma-se dizer que "*a flor está tolobando*"), ora à espécie que apresenta tal característica, caso mais comum para a sempre-viva conhecida como janeirona carrasqueira, muitas vezes chamada também de toloba (*Comanthera sp.*) (Figura 4C e 4D). Normalmente, essas espécies apresentam período de coleta muito curto, pois, no campo, pouco tempo depois da antese (dos capítulos), as inflorescências adquirem tal aspecto, o que as faz serem comercializadas como "*flor de segunda*". É necessário pontuar que há uma preocupação que a coleta inicie antes de "*começar a tolobar*".

Figura 4 - A-B - Inflorescências da sempre-viva gigante *(Comanthera magnifica)* com brácteas dispostas horizontalizadas em relação ao plano do disco do capítulo (A) e com brácteas *"esgarçadas/amassadas"* (B); C-D - Inflorescências da sempre-viva janeirona carrasqueira (*Comanthera* sp.) com aspecto comercial (C) e quando recebem o nome de *"toloba"* (D)



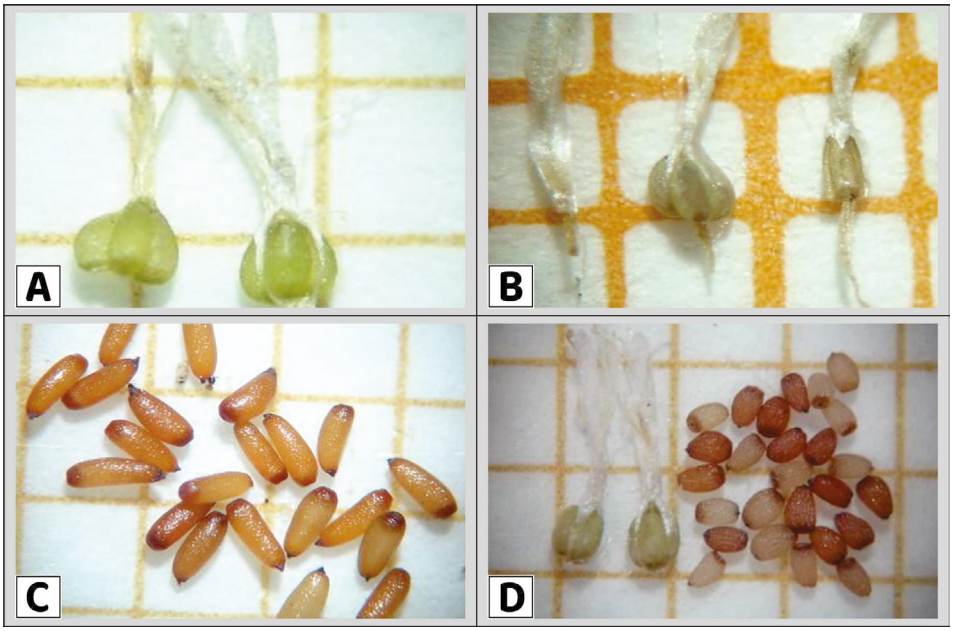
Fotos: Acervo do NESFV.

Na base da haste da inflorescência das "*margaridinhas*" encontra-se a bainha, cuja característica confere o nome popular de algumas espécies. Esse é o caso da pé-de-ouro (*C. elegans*), cuja bainha apresenta-se coberta de pelos dourados, e da cerenta (*Comanthera* sp), na qual a bainha apresenta uma substância cerosa e pegajosa ao tato, característica que dificulta o preparo do "*buquê*" durante o "*batimento*", a forma normalmente processada para a comercialização no atacado (termos tratados mais adiante neste capítulo). O nome popular de pé-liso dado à *C. elegantula*, nesse caso, é para contrapor a presença de pelos dourados na bainha da pé-de-ouro (*C. elegans*), que é simpátrica à *C. elegantula*, floresce e é coletada na mesma época.

O fruto e as sementes

Cada flor das "*margaridinhas*" resulta em um fruto contendo três sementes. Mesmo maduros e após a dispersão das sementes, os frutos permanecem com remanescentes de partes da flor (Figura 5A). Algumas sementes podem abortar, de modo que para um mesmo estágio de maturação do capítulo já com sementes, podemos ter flores não fertilizadas, frutos maduros sem sementes (que já dispersaram) ou contendo uma, duas ou três sementes e sementes soltas (Figura 5B). Quando as sementes estão maduras, o fruto abre, liberando-as (Figura 2E), o que permite a dispersão, processo muito importante para a determinação da melhor época de iniciar a coleta das inflorescências de uma espécie. Ao se perguntar a um coletor de sempre-vivas sobre suas sementes, ouvir-se-á que é preciso "*amassar a cabecinha na palma da mão; são os pontinhos escuros, mas tem que ter vista boa pra ver*".

Figura 5 - A - Frutos de *Comanthera* contendo três sementes; B - Flor não fertilizada, fruto com sementes cheias e com sementes chochas; *C* - Sementes de *C. magnifica*; D - Sementes em vários estágios de maturação de uma mesma inflorescência (capítulo) de *Comanthera* sp[5]



Fotos: Acervo do NESFV.

As sementes, em geral, são menores que 1 mm. As maiores sementes, entre 0,6 e 0,7 cm, são da sempre-viva gigante e da margarida (*C. magnifica*, *C. suberosa*, respectivamente) (OLIVEIRA *et al*., 2014b) (Figura 5C), e de *S. vernonioides*, com 0,76 cm (OLIVEIRA; GARCIA, 2011). A coloração da semente varia do branco translúcido ao âmbar-caramelo escuro, dependendo do seu estágio de maturação. Sementes mais maduras ou obtidas de inflorescências coletadas mais tardiamente são mais escuras.

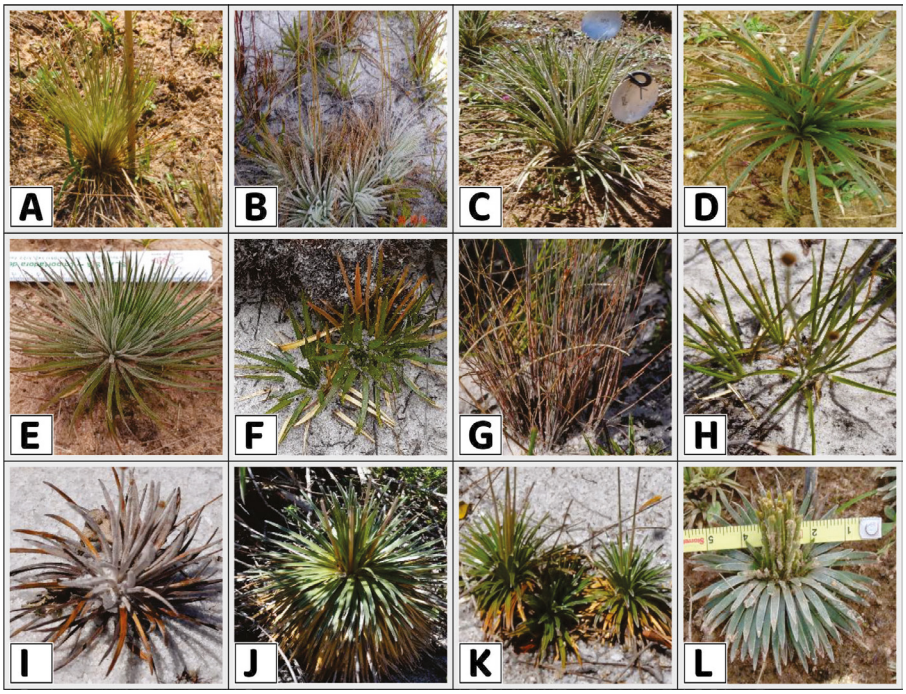
Como a maturação do capítulo é centrípeta, as sementes amadurecem da borda para o centro da "*cabecinha*". Portanto, para uma mesma data de coleta, é possível encontrar, numa mesma "*cabecinha*", sementes de várias colorações. Sementes mais claras são encontradas mais internamente no capítulo, e as mais escuras, nas bordas (Figura 5D). Embora a maior capacidade de germinação esteja associada às sementes mais escuras, algumas espécies dispersam as sementes bem claras (branco-translúcido), mas que estão fisiologicamente maduras e podem germinar, caso da sempre-viva gigante (OLIVEIRA *et al*., 2014b).

5 Quadriculado de fundo = 1mm.

A roseta ou "a sapata"

A parte aérea vegetativa da planta é a roseta, popularmente conhecida como "*a sapata*" ou "*a planta*" (Figura 6). A *"sapata"* é, na verdade, um conjunto de folhas, que partem do caule subterrâneo, o rizoma. Para se ter uma ideia, uma roseta da sempre-viva pé-de-ouro (*C. elegans*) pode ter entre 54 e 467 folhas verdes (no período de menor e de máximo investimento em folhas, respectivamente), com comprimento variando de 0,5 a 14 cm. Somando o comprimento de todas as folhas verdes de uma roseta, podemos ter de 2,4 a 37,59 metros lineares de folhas, respectivamente. Entre as espécies apresentadas na figura 6, as de rosetas de maior diâmetro são a janeirona carrasqueira, a sempre-viva gigante e a margarida. Muitas vezes, entre os apanhadores, todo o conjunto vegetativo constituído de roseta, rizoma e raiz é referido como "*a raiz*".

Figura 6 - A - Rosetas *("sapatas")* das sempre-vivas pé-de-ouro; B - Pé-liso ou vargeira; C - Chapadeira; D - Janeirona, E - Janeirona carrasqueira; F - Sapatinha; G - Roxona; H - Rosetona; I - Brasiliana; J - Sempre-viva gigante; K - Margarida - (todas do gênero *Comanthera)*; e L - Capim dourado ou sedinha (*gênero Syngonanthus*)

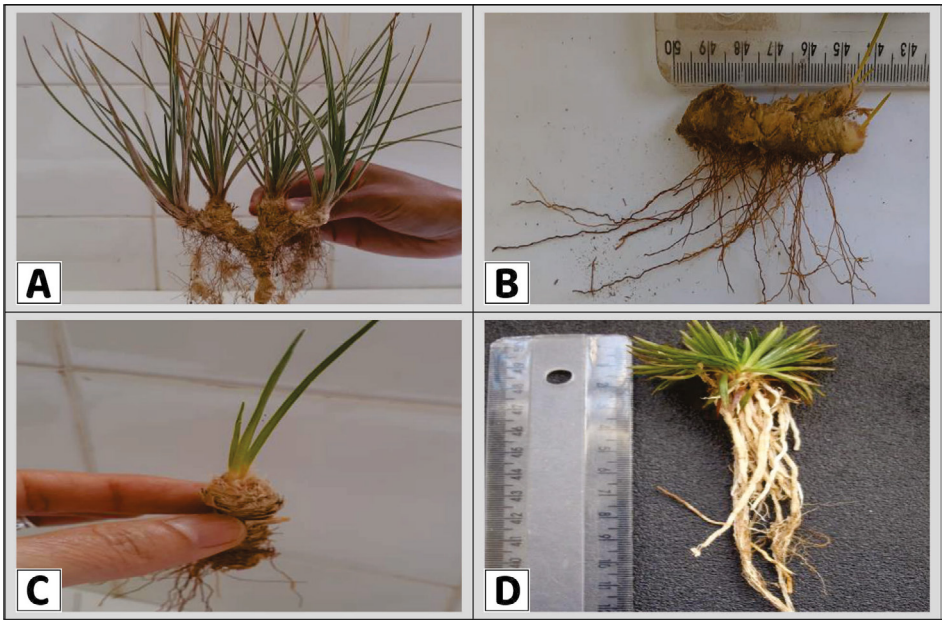


Fotos: Acervo do NESFV.

O rizoma e as raízes

Na parte subterrânea das sempre-vivas, tem-se o rizoma, um caule subterrâneo armazenador de amido (CASTRO, 1986) e as raízes (Figura 7A a D). A presença de amido nos caules subterrâneos de algumas sempre-vivas é uma das características responsáveis por sua adaptação às condições xerofíticas (solos arenosos e secos) e a responsável pela manutenção da capacidade de rebrota da roseta ou "*sapata*" após o fogo ou após um período seco, quando a maior parte das folhas senescem. Do rizoma partem brotações, que formam novas rosetas (módulos ou ramets). Vários módulos de uma planta constituem a touceira (Figura 7A).

Figura 7 - A - Raízes, rizoma e rosetas da sempre-viva chapadeira (touceira com quatro módulos), de ocorrência em solo seco; B - Caule e sistema radicular fibroso; C - Brotação surgindo a partir do rizoma; D - Sistema radicular esponjoso do capim dourado ou sedinha, de ocorrência em solo úmido



Fotos: Acervo do NESFV.

A característica do sistema radicular pode ser interpretada como uma resposta adaptativa ao ambiente de ocorrência. Para facilitar a descrição, pode-se dividir o sistema radicular das sempre-vivas em dois tipos: a)

espécies que ocorrem em ambientes secos (caso das "*margaridinhas*", em geral); b) espécies que estão presentes em ambientes úmidos (caso do capim dourado ou sedinha, das jazidas e dos botões congonha).

Em relação às raízes das "*margaridinhas*", elas são fibrosas, ou seja, o córtex apresenta apenas um tipo de células, que são isodiamétricas (mesmo formato e tamanho). Por outro lado, as raízes do capim dourado, que ocorre em campos úmidos[6], sazonalmente encharcados, apresentam um aspecto esponjoso (IZARIAS, 2009), o qual se deve à presença de câmaras que acumulam ar no córtex, composto por células braciformes e células isodiamétricas maiores. Essa é uma característica adaptativa de armazenamento de oxigênio muito comum em espécies que ocorrem em ambientes úmidos, onde há baixa disponibilidade de oxigênio na região do sistema radicular. Na linguagem popular, as raízes das espécies que apresentam aerênquimas "*parecem com cortiça, com isopor, são fofas, parecem inchadas*".

Formas de propagação

Sexuada

Uma das formas de propagação/reprodução das sempre-vivas é a sexuada ou por meio da germinação das sementes. Muitas dessas espécies produzem sementes consideradas fotoblásticas positivas, ou seja, é preciso que haja incidência de luz para germinarem, uma característica muito associada ao ambiente de ocorrência, cuja luminosidade é elevada, caso dos campos rupestres. Durante a germinação surgem primeiro as folhas (Figura 8A), uma característica de sementes fotoblásticas positivas, que, normalmente, são pequenas, portanto, com pouca reserva. Emitindo primeiramente as folhas a fotossíntese pode iniciar logo após a germinação.

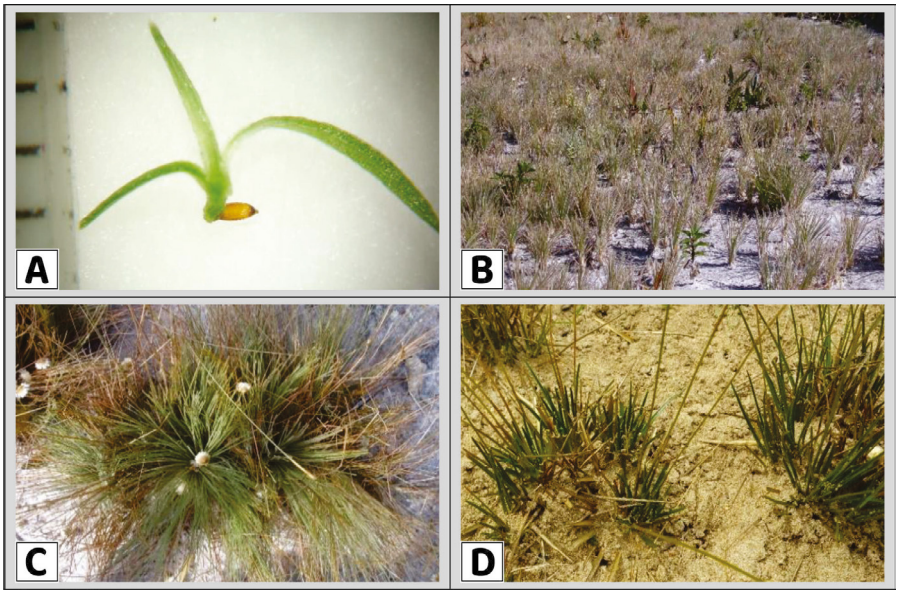
A taxa de germinação das sementes varia com a espécie, a temperatura, a época de coleta das inflorescências, e do tipo de fecundação, cruzada ou autofecundação. Entre as espécies comercializadas, a germinação pode iniciar na primeira semana após o semeio e ser superior a 80% em espécies como a sempre-viva gigante (*C. magnifica*), a margarida (*C. suberosa*), a pezinho branco (*C. brasiliana*), a sempre-viva roxa (*C. brunea*), a pé-de-ouro (*C. elegans*), a vargeira ou pé-liso (*C. elegantula*), a chapadeira (morfotipo de *C. bisulcata*), a sapatinha (*C. nivea*) e o capim dourado (*S. nitens*)

6 Os campos úmidos são formações essencialmente herbáceo-subarbustivas, que ocorrem em terrenos periódica ou permanentemente encharcados, em locais com afloramento de lençol freático ou em depressões fechadas, as quais acumulam água durante a estação chuvosa (TANNUS; ASSIS, 2004).

(OLIVEIRA; GARCIA, 2005; SCHMIDT *et al*., 2008; ORIANI *et al*., 2009; OLIVEIRA; GARCIA, 2011; FICHINO *et al*., 2012; OLIVEIRA *et al*., 2014b; CORREDOR, 2016). No entanto, a taxa de germinação foi menor que 10% em janeirona (*C. ruprechthiana*) (MENDES, 2021) e janeirona carrasqueira (morfotipo de *C. bisulcata*) (AMBRÓSIO, 2019), independente da época de coleta das inflorescências, mas aumentada para mais de 50% quando as sementes foram armazenadas ou tratadas com giberelina.

A emergência de muitas espécies de *Comanthera* e de *S. nitens* é observada a partir dos 40 dias após o semeio (BARCELOS, 2010; SOARES, 2016; MOREIRA *et al*., 2017). Nos campos, a presença de muitas plantas novas, oriundas da germinação de sementes, é observada a partir de dezembro, durante o período chuvoso (outubro a março), indicando a contribuição da propagação sexuada no recrutamento de indivíduos. A emergência de plântulas de muitas espécies de *Comanthera* é notada até o mês de junho, mas pode ocorrer durante praticamente todo o ano em canteiros mantidos irrigados.

Figura 8 - A - Plântula de *S. nitens* (capim dourado) aos 125 dias após o semeio, com três folhas e sem raiz[7]; B - Área com alta densidade de plantas recém-germinadas de *C. elegans* (pé-de-ouro); C - Touceira de *C. elegans;* D - Touceiras de *C. ruprechtiana* (janeirona)



Fotos: Acervo do NESFV.

7 À esquerda da foto, espaço entre os segmentos = 1mm

Vegetativa: brotamento do rizoma

Do rizoma surgem brotações laterais que formam novas rosetas (módulos ou ramets). Vários módulos em uma planta (genet) constituem a touceira (Figura 8C e D). A taxa de modulação e a idade para iniciar, varia com a espécie. O número de módulos na planta permite inferir sobre a idade relativa: as moduladas (duas ou mais rosetas ou módulos) são mais velhas; as não moduladas (uma roseta) são mais novas. Logo, a proporção entre o número de plantas não moduladas e moduladas (touceira) numa dada área permite inferir não somente sobre a idade relativa das plantas, mas também sobre a contribuição de cada tipo de propagação (semente ou brotamento) e sobre a forma de manejo do local. Quanto maior o número de plantas isoladas (uma roseta), maior é a contribuição da propagação sexuada, mais novo é o campo (considerando a mesma espécie em diferentes áreas) e mais frequentemente se renova uma dada área, via semeio, por exemplo.

A contribuição da propagação sexuada ou assexuada para o recrutamento de novos indivíduos numa população varia com a espécie, sendo um importante aspecto no manejo. Na prática, vê-se que, a cada ciclo, em espécies como pé-de-ouro, vargeira, chapadeira e janeirona carrasqueira, é comum observar uma alta densidade de plântulas emergidas da germinação de sementes, cobrindo grande parte da superfície do solo, o que caracteriza a contribuição da propagação sexuada. Nesse contexto, a alta densidade de indivíduos recém-germinados, associada à presença de grande quantidade de tricomas nas folhas de espécies como a pé-de-ouro e a vargeira conferem à superfície do solo uma coloração esbranquiçada ou acinzentada, o que, na linguagem popular, costuma-se dizer que "*o chão fica geladinho*" (Figura 8B), aspecto que os apanhadores associam como sendo "*boa germinação*".

Ainda no mesmo contexto, a pé-de-ouro é considerada a "*vira-lata entre as sempre-vivas*", expressão utilizada para se referirem à fácil propagação, alta densidade de plântulas recém-germinadas e ampla ocorrência. "*Ela é a melhor até pra vender, porque pesa mais*". Por outro lado, observa-se em populações de algumas espécies uma predominância de plantas moduladas (touceiras). Na população de janeirona, apresentada na figura 8D, aos sete anos após o semeio, praticamente todas as

plantas da área eram entouceiradas, indicando uma maior contribuição da propagação vegetativa. Na prática, uma análise comparativa das duas espécies, mesmo visual e rápida, permite logo inferir a maior contribuição da propagação sexuada em pé-de-ouro. Comparando a janeirona com a janeirona carrasqueira, duas espécies de "*margaridinhas*" coletadas no mesmo período, também é fácil perceber, visualmente, a maior contribuição da propagação sexuada da carrasqueira. Costuma-se dizer que ela "*enche rapidamente a área*".

Vegetativa: brotação vegetativa na inflorescência

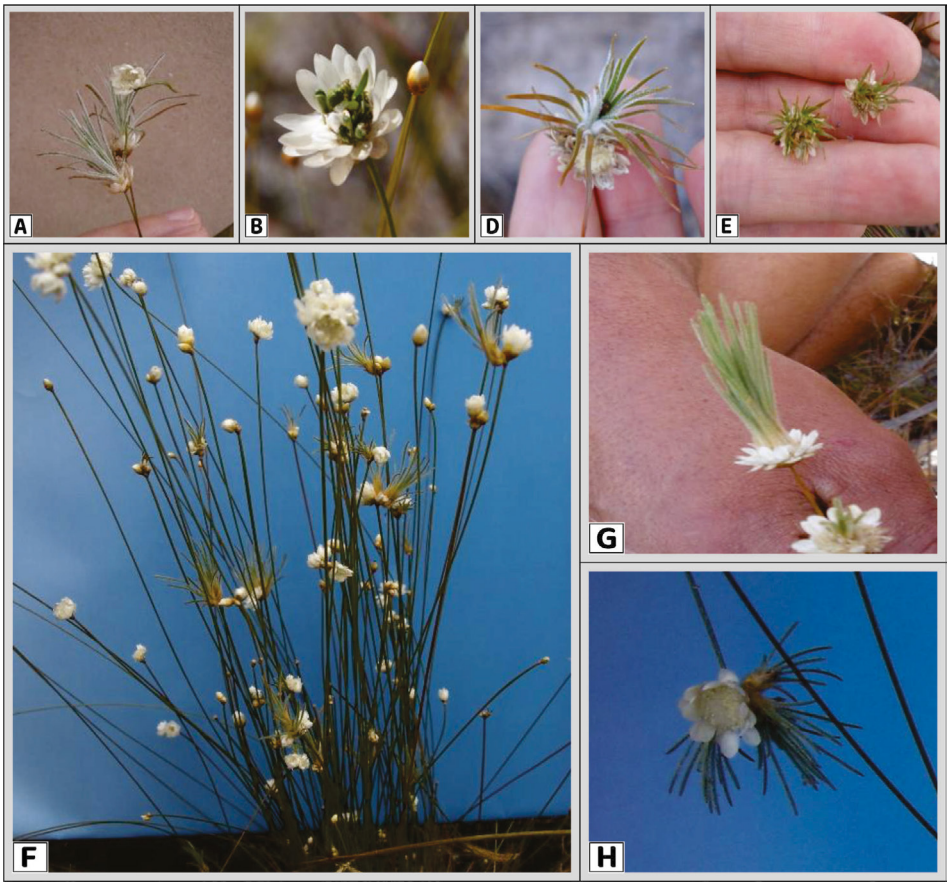
Não é incomum ouvir entre apanhadores de sempre-vivas, referindo-se às "*margaridinhas*", que "*a flor gera uma nova sapata ou uma mini sapata*" ou que "*a semente germina na flor*", o que caracterizaria um caso de viviparidade, que é quando a germinação da semente ocorre no fruto, antes da dispersão. No entanto, as brotações que surgem do tecido meristemático da região central do capítulo de algumas espécies de Eriocaulaceae ("*a mini sapata*") são vegetativas, por isso, trata-se de um caso de pseudoviviparidade e representam uma importante estratégia reprodutiva em Eriocaulaceae do gênero *Leiothrix* (COELHO *et al*., 2006; SILVA, 2012).

Nas *Comanthera* comercializadas, essas brotações foram observadas em pé-de-ouro (*C. elegans*), janeirona (*C. ruprechtiana*), chapadeira e janeirona carrasqueira (morfotipos de *C. bisulcata*) (Figura 9). Na pé-de-ouro, muitos capítulos de uma mesma planta podem produzir as brotações, às vezes, mais de uma por capítulo. Em alguns casos, as folhas da brotação podem alcançar o mesmo comprimento das folhas de rosetas que surgem do rizoma (Figura 9E – detalhe inferior) e, muitas vezes, surgem nas laterais do capítulo, como se de um mesmo escapo surgissem, independentemente, a inflorescência e a brotação vegetativa (Figura 9E – detalhe superior).

Essas brotações vegetativas são observadas em certos momentos do ano, podendo coincidir com o período chuvoso ou seco, dependendo da época de floração da espécie. Geralmente, os escapos cujas inflorescências apresentam brotações tendem a inclinar em direção ao solo, por vezes, alcançando-o. Na pé-de-ouro e na chapadeira, a época de inclinação coincide com o período de seca,

quando a baixa umidade do solo pode influenciar negativamente o surgimento de plantas por essa via de propagação. No entanto, apesar dessas brotações vegetativas nas inflorescências terem sido observadas também em dezembro, na pé-de-ouro, e, em março, na janeirona carrasqueira, meses de alta umidade no solo, é importante ressaltar que não foi observado recrutamento de novos indivíduos por essa via de propagação em condições naturais.

Figura 9 - Brotações vegetativas em inflorescências de sempre-vivas: A - Pé-de-ouro (*C. elegans*); B - Janeirona (*C. ruprechtiana*); C - Chapadeira e D - Janeirona carrasqueira (*mofotipos de C. bisulcata*). Em E, vários capítulos de uma mesma planta da pé-de-ouro com até três brotações vegetativas numa mesma inflorescência (no detalhe - G e H)



Fotos: Acervo do NESFV.

Práticas de coleta

Podemos começar esse item e extrapolar para os itens subsequentes relativos ao manejo (manejo com o fogo e processamento), ressaltando que, no contexto das sempre-vivas, as práticas de manejo variam em função da diversidade edafoclimática e sociocultural. A descrição é para práticas que ocorrem em municípios mineiros da Serra do Espinhaço Meridional, com regiões que apresentam características edafoclimáticas e realidades muito distintas. Há casos de espécies muito valorizadas e coletadas em algumas regiões, quando em outras não são coletadas e os campos permanecem intactos.

Além dos aspectos inerentes à cada região, tem-se que considerar os aspectos circunstanciais, mercadológicos ou não. Há situações de anos desfavoráveis à colheita de espécies muito valorizadas, sejam por motivos climáticos, mercadológicos e mesmo por falta de mão de obra, quando "*a planta perde no campo*".

No entanto, considerando o processo da coleta em si, há aspectos comuns relativos ao manejo de onde (em que campo coletar), quando (quando começar o por quanto tempo coletar), como (quais os cuidados ao coletar) e quanto se coleta (quanto deixar no campo coletado). O primeiro aspecto a destacar é que, de forma generalizada, as sempre-vivas são coletadas em campos nativos. Entretanto, em Diamantina e muitas regiões de municípios circunvizinhos, as sempre-vivas são coletadas em áreas de sua ocorrência natural, podendo ser utilizada a prática de "enriquemento" de campos nativos por meio do retorno aos campos de sementes depositadas sobre o chão/solo em locais nos quais as espécies foram manuseadas, resultando nos "*campos enriquecidos*" ou "*enriquecimento de campos/áreas*". Normalmente, o retorno intencional é, preferencialmente, de espécies do grupo das "*margaridinhas*", e o campo de retorno das sementes é o de ocorrência da espécie a ser semeada. No entanto, espécies de outros grupos e manuseadas na mesma época acabam sendo semeadas. Em alguns casos isolados, o solo do campo nativo é preparado antes do semeio, o que ocasiona nos chamados "*campos cultivados*"[8]. Além disso, em geral,

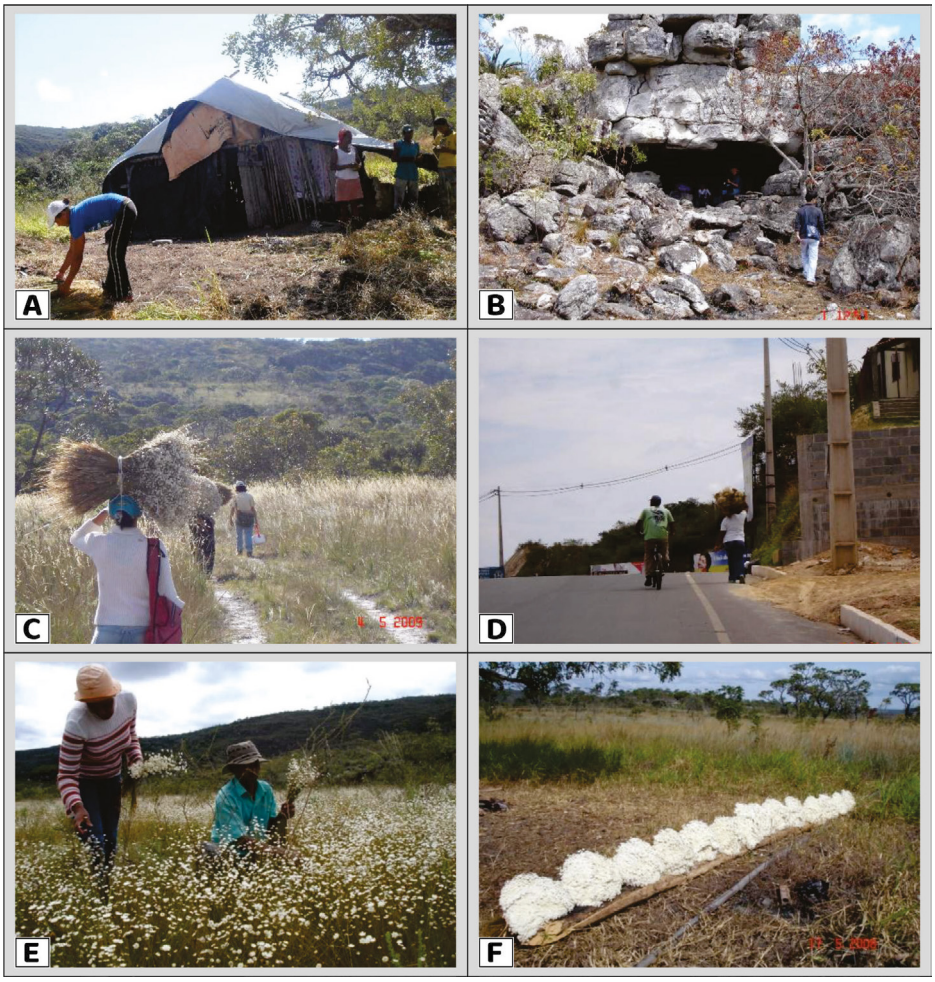
8 No contexto das sempre-vivas, o termo "*campo enriquecido*" é usado para se referir ao semeio de campos nativos (onde a espécie a ser semeada ocorre), buscando um incremento na produção de inflorescências. Já o termo "*cultivo*" ou "*campo cultivado*" é usado para se referir ao semeio em áreas nas quais houve o preparo do solo antes do semeio, sejam campos nativos ou não (pode ocorrer espécies de sempre-vivas, mas não necessariamente a espécie a ser semeada).

nessa região, os campos nativos onde ocorrem as sempre-vivas podem estar sob domínio comunitário ou privado individual. Nesse último caso, também ocorre a coleta, podendo ou não se dar em sistemas de parceria.

O processo de coleta é chamado de "*apanha da flor*" ou "*panha da flor*", e o/a coletor/a é o "*apanhador/a de flor*". O deslocamento para os campos de coleta é, normalmente, coletivo; nas épocas que se concentram as coletas das principais espécies, a família ou grupos familiares passam a residir nos campos, construindo moradias, normalmente, de madeiras com cobertura "*de palha*" (folhas de palmeiras) ou lonas, "*os ranchos*", ou nas gretas das rochas, constituindo as chamadas "*lapas*" (Figura 10A e B). Na cidade de Diamantina e proximidades, deslocamentos diários, coletivos ou não, mesmo de moradores urbanos, podem ocorrer durante praticamente todo o ano, em função da maturação de diferentes espécies coletadas (Figura 10D e 1E).

O processo de coleta consiste basicamente na retirada manual das inflorescências (haste + inflorescência propriamente = escapos) da "*sapata*"; para isso, o apanhador curva-se até próximo ao "*chão*", puxando uma pequena quantidade de escapos tomados pela base das hastes, até que se formam feixes maiores, os "*buquês*" (Figura 10C e D). Os "*buquês*" são amarrados com a haste do piretro (a "*embira*").

Figura 10 - A - Moradias em campo de coleta de sempre-vivas, *"ranchos"*; B - *"lapas";* C – Apanhadores de flores e D – Coletores urbanos retornando dos campos de coleta; E - Processo de coleta, que consiste no arranque manual do escapo; F - Inflorescências organizadas em feixes, "*os buquês*", secando ao sol



Fotos: Acervo do NESFV.

A apanha de "*margaridinhas*" é mais desejada "*em dias ensolarados, quando as flores estão acordadas; também porque secam mais rápido*". Costuma-se dizer que "*as sempre-vivas dormem*", isso porque os capítulos fecham quando a umidade do ar é mais elevada. A presença de células com parede celular espessa e higroscópica na epiderme abaxial das brácteas (a parte de baixo da bráctea, considerando o capítulo aberto) é

a responsável pelo "*dormir da flor*"; ao absorverem água do ambiente, as células aumentam de volume e o movimento favorece o fechamento do capítulo à noite ou em horas/dias de alta umidade relativa (ORIANE; SCATENA, 2009).

Época e duração do período de coleta

Generalizadamente, pode-se dizer que as sempre-vivas são coletadas durante todo o ano (conforme apresentado no capítulo 5). No caso das "*margaridinhas*", o período de coleta ou o intervalo de tempo entre a coleta (quando ocorre a abertura dos capítulos) e a manutenção do aspecto comercial desejável da "*flor*" (cor alva dos capítulos/brácteas) varia com a espécie e com a época de floração. Nas espécies da "*safra*" de abril/maio (pé-de-ouro, pé-liso, chapadeira, rosetona, roxona), a coleta, que normalmente inicia em abril, pode se estender até a primeira quinzena de junho, com pequenas variações, dependendo do ano e da região de coleta. Normalmente, para as espécies coletadas entre janeiro e fevereiro (janeirona, janeirona carrasqueira) e março (sapatinha), a coleta coincide com o período chuvoso na região (que vai de outubro a março), sendo assim, o período de coleta é mais curto, aproximadamente um mês. Para os coletores, a espécie de curto período de coleta é considerada "*uma flor rápida*".

Quando o período chuvoso é de chuvas mais frequentes as "*flores*" escurecem precocemente, resultando em redução da qualidade, e, devido a isso, uma espécie vendida como "*flor de primeira*" pode ser comercializada como "*flor de segunda*" (caso mais comum das "*janeironas*"). No entanto, a perda da qualidade comercial, muitas vezes, não está associada somente à perda da alvura das brácteas, mas ao fato de a "*flor esgarçar*" ou "*tolobar*" (o disco do capítulo adquire aspecto convexo), caso da janeirona carrasqueira, também chamada de toloba. Dessa maneira, há quem diga que "*o ideal é coletá-la no máximo em 15 dias após a abertura da flor*" (referindo-se à antese da maioria dos capítulos), isto porque "*em meados de janeiro ela já está tolobando*".

O tempo de coleta de um mesmo coletor/apanhador, normalmente, estende-se por mais de um mês, podendo ser maior. Isso porque um grupo familiar pode permanecer nos "*ranchos*"/"*lapas*" por mais de uma safra. Um coletor ou uma família coletora pode chegar a coletar

aproximadamente 500 kg de uma dada espécie de "*margaridinha*" por "*safra*", se a coleta for em campo enriquecido. Já em campo nativo. a média de colheita é de 300 kg, sendo que "*um bom apanhador chega colher 30 kg de flor pé-de-ouro ou brejeira em um dia de trabalho, mas pode chegar a 60 kg, se for de chapadeira*", cujos escapos são maiores e mais pesados.

Em campos enriquecidos/cultivados ou manejados - de domínio comunitário ou familiar, como é recorrente na região -, normalmente, tem-se o cuidado com a data de iniciar a coleta, garantindo que as "*flores*" estejam completamente abertas, assim consideradas de melhor qualidade. Entretanto, quando há invasão dos campos por extrativistas externos ao núcleo coletor, pode ocorrer coleta precoce, de forma a garantir o produto. Nesse caso, é comum observar flores em vários estágios de abertura, inclusive com capítulos ainda fechados ou na fase de "*botão branco*" (quando a cor branca das brácteas começa a ser visualizada na extremidade do botão), nos feixes de inflorescências ou "*buquês*".

Tal fato explicita a necessidade de ações que promovam o reconhecimento das terras ancestrais das comundiades tradicionais apanhadoras de flores, de forma, segundo Monteiro (2011), a promover mecanismos que assegurem as áreas de coleta das comunidades apanhadoras de flores em diálogo com as territorialidades historicamente construídas por grupos tradicionalmente coletores.

Os cuidados na coleta

A forma, a quantidade, a frequência e a época de iniciar a coleta em campos de sempre-vivas são aspectos implicitamente considerados importantes entre os apanhadores de flores ao se discutir estratégias de manejo que favoreçam a conservação das espécies. Nesse sentido, expressões, como "*tem que cuidar pra não arrancar a sapata*", "*iniciar a apanha quando a flor tiver toda aberta*" e "*tem que deixar o restolho*", são comumente ouvidas na lida com os apanhadores e demais atores envolvidos na economia dessas "*flores*". Mesmo que respostas do quanto coletar (qual deve ser o "*restolho"*), com que frequência e quando iniciar a coleta de cada espécie requeiram investimentos em pesquisas, o que se percebe pelas pesquisas já realizadas é que todas

essas perguntas fazem parte da rotina de um apanhador de flor, e suas respostas, a partir de conhecimentos tradicionais, constituem práticas reais que são levadas em consideração no processo de coleta das sempre-vivas.

O arranque "da sapata" ou "da raiz"

A forma de coleta depende do cuidado individual de cada coletor na apanha da flor. O sistema radicular pouco profundo das sempre-vivas, somado aos solos arenosos característicos dos campos rupestres, favorece o arranque da roseta ou "*sapata*" (popularmente "*o arranque da sapata*" ou o "*arranque da raiz*") quando as inflorescências são puxadas no processo de coleta (Figura 11A). Sabe-se que quanto menos hastes puxa-se por vez, menor é a probabilidade de arrancar a "*sapata*". Tanto coletas precoces quanto tardias podem promover o arranque da roseta. No entanto, à medida que a haste amadurece, mais fortemente fica aderida à roseta e, por isso, o arranque da "*sapata*" é mais favorecido em inflorescências coletadas mais maduras e em coletas tardias.

É importante mencionar que a quantidade arrancada está associada também às características do solo e à espécie. Rosetas de espécies que ocorrem em solos mais arenosos e secos são arrancadas mais facilmente, especialmente *C. elegans*. Nesse viés, um fenômeno comum, muitas vezes observado, é o próprio vento promover o arranque natural da "*sapata*" dessa espécie nos períodos mais secos do ano (Figura 11B). Em solos turfosos (com maior teor de matéria orgânica e umidade), a quantidade de "*sapatas*" arrancadas é menor. Espécies de rosetas mais robustas, o arranque é mais difícil. É o caso da janeirona carrasqueira (morfotipo *C. bisulcata*): uma planta com uma única roseta dessa espécie pode chegar a 25 cm de diâmetro.

Em campo, verifica-se que, quando a mão de obra é a do núcleo familiar ou grupos familiares, maiores são os cuidados. Em outras situações, no caso de campos sob domínio privado de particulares próximos à cidade de Diamantina, observa-se a ocorrência de contratação do serviço de colheita, principalmente por parte daqueles que vêm incorporando práticas de semeio ao manejo dos campos nativos como uma forma de enriquecê-lo, seja na forma de

diária (menos comum) ou percentagem sobre a produção (kg de inflorescência coletada). Deve-se considerar, também, o cuidado diferenciado de cada coletor no processo de coleta. Alguns, muitas vezes, coletam descalço, para, ao fixar a roseta entre os dedos, evitar o arranque. É bem comum, nos campos, por ocasião da apanha da "*flor*", ver cada apanhador/a explicado o seu modo peculiar de puxar os escapos, de modo a evitar o arranque da roseta.

Juntamente com a coleta precoce, o arranque de plantas no momento da coleta/colheita é citado entre os fatores de perturbação antrópica que muito contribui para a redução de populações de sempre-vivas no campo. Nesse sentido, são recorrentes entre os apanhadores de flores sempre-vivas, ou seja, nas comunidades tradicionais, reclamações em relação aos coletores forasteiros (sem histórico de coleta na área), "*que vêm de fora, que coletam de qualquer jeito, por não se importarem com o futuro dos campos*".

Para uma referência de taxa de arranque de "*sapata*", um coletor contratado em um campo particular de coleta de pé-de-ouro (*C. elegans*), em Batatal (Diamantina/MG), em coleta realizada no mês de maio, arrancou, em média, doze plantas/"*sapatas*" por hora. Ao extrapolar o valor para o período de um dia (oito horas de trabalho), seriam 96 plantas/"*sapatas*" arrancadas. Já numa manhã de coleta de *C. elegans*, realizada em julho (coleta considerada tardia, com o objetivo de obter sementes) na comunidade de Galheiros, quatro coletores arrancaram, conjuntamente, 507 plantas (127 plantas/coletor). Destas, 98% eram plantas não moduladas (com uma roseta).

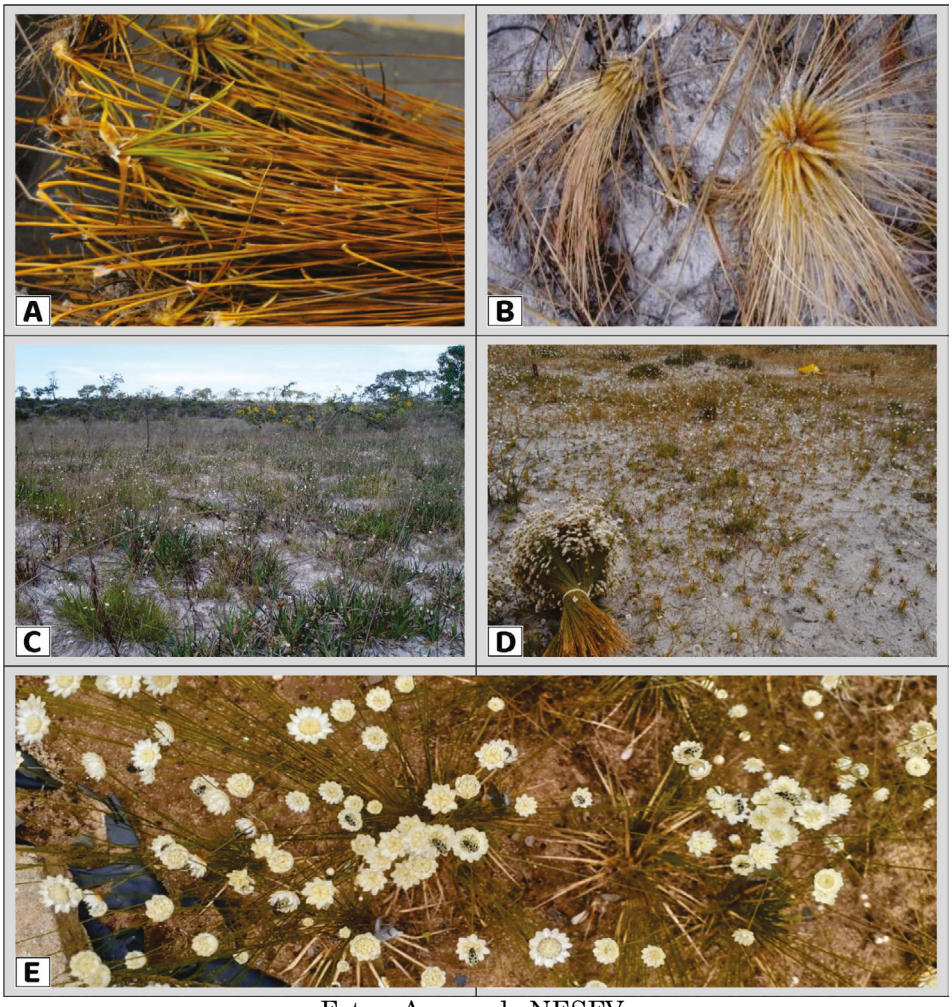
Nesse contexto, gera-se um paradoxo: a colheita tardia, embora favoreça o arranque da "*sapata*", favorece, ao mesmo tempo, a dispersão de sementes. Logo, resta saber se o número de plantas arrancadas num processo de coleta tardia é compensado pela quantidade de sementes lançadas ao solo, garantindo, no ciclo seguinte, o recrutamento de indivíduos. Sendo assim, a análise da contribuição da propagação sexuada e assexuada, no recrutamento, deve ser considerada no manejo de cada espécie, que pode responder de forma diferente aos efeitos da coleta precoce ou tardia.

O "restolho" e a alternância de coleta

A manutenção de uma dada quantidade de inflorescências remanescentes na área após a coleta (popularmente referido como "*o restolho*") ou mesmo a alternância de coleta entre os campos/áreas, para permitir a produção de sementes e repovoamento das áreas, são aspectos relevantes a serem considerados no manejo de sempre-vivas. Em campos nos quais a coleta é realizada pela família ou por grupos familiares com histórico de manejo da área, é muito comum observar o "*restolho*" (Figura 11C e D). Para alguns, "*é o restolho que garante que no outro ano vai ter flor*". Na prática, ao se coletar uma dada espécie de sempre-viva, "*o restolho*" sempre ocorre, em maior ou menor escala, ora proposital (muito associado com o grau de entendimento e consciência do apanhador), ora consequência do contexto, das circunstâncias.

No que se refere ao contexto, que é diverso na região, alguns aspectos observados em localidades próximas à Diamantina, que interferem nesse processo, dependem da espécie, pois, normalmente, das que produzem menor quantidade (rosetas mais dispersas na área), mas são valorizadas, coletam-se a maior parte dos escapos da área - diz-se "*essa flor não restolha*", referindo-se aos poucos escapos remanescentes. Além disso, depende do preço da flor no mercado, porque, se for mais compensador, o "*restolho*" pode ser menor. Por fim, necessita-se de uma qualidade da "*flor*" no campo, haja vista que, se num dado campo, por exemplo, uma dada espécie produz escapos menores (em relação aos que ela produz em outros campos), pode haver maior "*restolho*". Ao mesmo tempo, mesmo uma espécie sendo valorizada pelo mercado, ela pode não ser coletada num determinado campo, por não fazer parte do costume daquela comunidade manejá-la, ou num determinado ano, em que as famílias priorizam a coleta de certas espécies ou outras atividades, em função de menor capacidade de trabalho naquele momento.

Figura 11 - A - Feixe de escapos recém-coletados, alguns com rosetas ou "*sapatas*" aderidas na base da haste, que foram arrancadas no processo da colheita; B - Roseta de pé-de-ouro arrancada naturalmente pelo vento; C e D - Campos nativos com escapos remanescentes ou "*restolho*", após a coleta da janeirona e da rosetona, respectivamente; E - Planta de janeirona carrasqueira com insetos sobre várias inflorescências



Fotos: Acervo do NESFV.

Somam-se aos escapos remanescentes numa área após um evento de coleta, as inflorescências que desprendem das hastes e que são lançadas ao solo no processo de coleta. É interessante ressaltar que quanto mais tardia a coleta, maior o desprendimento de inflorescências. Algumas espécies

apresentam inflorescências naturalmente "*quebradiças*", independente da época de coleta, aspecto que confere o nome popular do "*botão bobo*". A "*flor roxa da Serra Negra*" (*C. brunea*) é considerada "*uma flor bonita*", mas, por desprender facilmente dos escapos, é pouco coletada.

A quantidade de inflorescências a ser mantida num campo coletado constitui uma necessidade de pesquisa. Num trabalho preliminar de intervenção de coleta em campo de *C. elegans*, no qual se comparou a produção de escapos (peso) em áreas que tiveram 50, 70 e 100% dos escapos coletados, observou-se nas duas florações subsequentes que a produção não diferiu entre os tratamentos, mas entre os anos, o que é muito comum em campos de "*margaridinhas*", independente da intervenção de coleta.

Esse resultado pode indicar a necessidade de estudos de mais longo prazo para observação dos efeitos da coleta – no caso a pressão de coleta - sobre a dinâmica das populações. Há, porém, uma dificuldade de estudos dessa natureza, uma vez que, para uma mesma espécie e tipo de manejo, a produção pode variar entre florações. Existem casos de campos de "*margaridinhas*", em que a produção reduz drasticamente por três ou quatro anos consecutivos, a ponto de o campo ser abandonado com a finalidade de coleta, e, num ano subsequente, observar um "pool" na produção de inflorescências e um retorno no manejo da área. Nesse caso é como se "*o campo desaparecesse por um período*".

Uma outra situação vivenciada foi relativa ao capim dourado: depois de três anos com produção de mais de 150 sementes por capítulo (OLIVEIRA *et al.*, 2014a), num ano subsequente, num mesmo número de capítulos avaliados e coletados nas mesmas épocas e na mesma população, a produção foi de, no máximo, seis sementes por capítulo. Alternância, às vezes bienal, em floração e/ou produção, é observada em algumas espécies perenes cultivadas. Esses fatos apontam para a necessidade de se considerar outras variáveis, como as climáticas, na dinâmica das populações de sempre-vivas, que não somente o manejo. Considerando que as sempre-vivas, em geral, apresentam reprodução sexuada e assexuada e que fatores climáticos interferem diferencialmente no investimento reprodutivo e vegetativo, tais aspectos merecem atenção em pesquisas futuras.

O fato isolado da produção de sementes no capim dourado chama a atenção para a questão dos polinizadores, já que, nas sempre-vivas, as

evidências apontam para polinização, predominantemente, realizada por insetos (RAMOS *et al*., 2005; ORIANI *et al*., 2009; GALITZKI *et al*., 2013) (Figura 11E).

Um fato que deve ser considerado é que, no caso do processo de coleta/colheita, a remoção dos escapos maiores, dada a maior facilidade de coleta, pode conduzir para que sejam mantidos na área os escapos menores, o que gera, muitas vezes, uma pressão de seleção para produção de escapos cada vez menores.

Época de coleta das inflorescências e produção de sementes: implicações no manejo

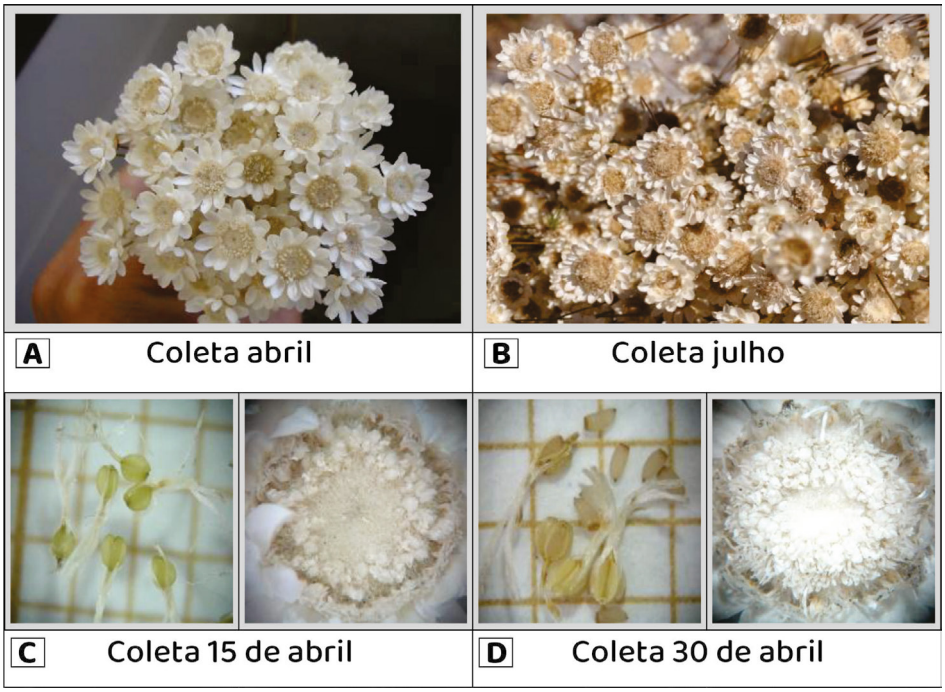
A data do início da coleta/colheita é um fator de suma importância no manejo das sempre-vivas, porque está relacionada à produção e à dispersão de sementes. Da produção de sementes depende a polinização das flores, que, por sua vez, necessitam da antese dos capítulos. Mesmo após a antese dos capítulos, quando se observa a maior brancura das "*flores*" (Figura 12A), a semente ainda leva um tempo para ser produzida, amadurecer e dispersar. No caso das "*margaridinhas*", como a coleta, normalmente, inicia-se quando pelo menos 90% dos capítulos encontram-se abertos (BARCELOS, 2010), dependendo da espécie, muitos capítulos podem apresentar sementes no início da colheita. A colheita precoce, além de desvalorizar o preço da "*flor*", porque muitos capítulos ainda se encontram fechados, apresenta o inconveniente destes não apresentarem sementes. O incentivo à coleta mais tardia favorecerá a reposição de bancos de sementes no solo.

Por outro lado, à medida que o capítulo amadurece, vai perdendo o seu valor comercial porque sua brancura vai sendo perdida e adquirindo uma coloração escurecida (Figura 12B). Estudos que relacionam produção e/ou germinação de sementes e época de coleta foram realizados para as seguintes espécies: *C. elegans*, a pé-de-ouro (SÁ, 2007; NUNES *et al*., 2008; BARCELOS, 2010; OLIVEIRA *et al*., 2015; MARQUES *et al*., 2019); *C. elegantula*, a vargeira (BEDÊ, 2006; SÁ, 2007); a chapadeira (BARCELOS, 2010; MOREIRA, 2010; VALERIANO, 2012); a janeirona carrasqueira (AMBRÓSIO, 2019), morfotipos de *C. bisulcata*; *C. nitida*, a sapatinha (MARQUES *et al*., 2019); *C. ruprechtiana*, a janeirona (MENDES, 2021); *C. magnifica*, a sempre-viva gigante; e *C. suberosa*, a margarida (OLIVEIRA *et*

al., 2014b); *S. nitens*, a sedinha ou capim dourado (SCHMIDT *et al*., 2008; OLIVEIRA *et al*., 2014a).

Considerando que a colheita tardia, além de favorecer o arranque da "*sapata*", desfavorece a qualidade da "*flor*", é plausível pensar que um manejo relativo ao momento adequado para iniciar a coleta dessas espécies, de forma a garantir um *pool* de sementes no solo para o recrutamento de novos indivíduos e, assim, a variabilidade da população, deve levar em consideração o limite entre o início da produção/dispersão de sementes e a manutenção da qualidade dos capítulos para fins comerciais.

Figura 12 - Sempre-viva pé-de-ouro (*C. elegans*): A e B - Aspectos dos capítulos coletados em abril e em julho, respectivamente; C e D - Aspectos das sementes em inflorescências coletadas em meados e final de abril, respectivamente



Fotos: Acervo do NESFV.

No caso dos campos nativos nas imediações da cidade de Diamantina, para a pé-de-ouro, vargeira e chapadeira, as "*flores da safra de abril/maio*",

cuja coleta inicia em abril ou maio e, normalmente, estende-se até meados de junho, a presença de sementes germináveis e/ou dispersando pode ser observada na primeira ou segunda quinzena de maio (SÁ, 2007; BARCELOS, 2010; VALERIANO, 2012; OLIVEIRA *et al*., 2014a) ou mesmo em abril (Figura 12). Na Figura 12D, observa-se que no final de abril já se observam sementes em dispersão, indicadas pela presença de frutos sem sementes e sementes soltas (que já haviam dispersado) nas séries mais externas do capítulo. Destaca-se que o início da produção/dispersão de sementes é diferente em várias altitudes da Serra onde são coletadas as sempre-vivas, ou seja, as alterações ocorrem por causa das características edafoclimáticas e mesmo entre florações em uma mesma espécie ocorrendo numa mesma área, o que pode estar relacionado a aspectos climáticos do ano de floração ou mesmo às mudanças climáticas.

Os dados apontam que, na prática, as "*flores*" coletadas na segunda metade do período de coleta, na sua maioria, devem conter sementes. Por isso, é comum observar, em galpões de atacadistas, pilhas com "*flores*", que, muitas vezes, são comercializadas, também, para a finalidade de semeio. Num diagnóstico realizado em 2011, observou-se que em 37 e 67% das amostras de "*flores*" de dois galpões de atacadistas em Diamantina/MG, respectivamente, continham sementes. Entre os apanhadores dessa localização da Serra, tem-se que a "*a apanha das flores deve iniciar, pelo menos, após o feriado da Semana Santa*", o que coincide, em geral, com a segunda quinzena de abril. O termo "*flores*", nesse contexto, refere-se à pé-de-ouro, à vargeira ou pé-liso e à chapadeira, espécies coletadas entre abril e junho. Se a coleta inicia em abril ou maio (o que depende da região e do ano), o critério, que é adotado pelos apanhadores, para iniciá-la, é se "*a flor está toda aberta*", expressão usada referindo-se à antese de mais de 90% dos capítulos.

A época de coleta interfere também na categorização da flor ao ser comercializada. Uma espécie comercializada como "*flor de primeira*", se coletada precocemente, ou seja, antes da completa abertura dos capítulos, ou tardiamente, quando os capítulos já escureceram, pode ser comercializada como "*flor de segunda*" (no segundo caso, diz-se que *"a flor já está passada"*). Em termos de manejo, a desvalorização da "*flor*" coletada precocemente já representa um estímulo para que a coleta seja realizada no momento mais favorável, seja para a "*flor*" ou para o coletor.

Algumas espécies, caso da sedinha ou capim dourado e da jazida amarela (*C. vernonioides*), adquirem status de *"flor de segunda"* quando a maioria das

flores já desprendeu do capítulo, que, na linguagem popular, diz-se que "*caiu a lã*", "*perdeu a lãzinha*" ou "*caíram os pelinhos*", referindo ao aspecto da inflorescência adquirido na coleta tardia. Outra situação é quando a espécie é coletada em locais de solos mais secos, nos quais os escapos produzidos são menores. Cita-se o exemplo de *C. elegantula*, conhecida como vargeira, brejeira ou pé-liso ou brejeirona (ocorre em locais mais úmidos com escapos maiores), uma espécie comercializada como "*flor de primeira*", mas que pode ser comercializada como "*flor de segunda*", se coletada em locais mais secos, onde os escapos produzidos são menores e, por isso, é conhecida como brejeirinha.

Morfologia dos capítulos associada ao manejo da coleta

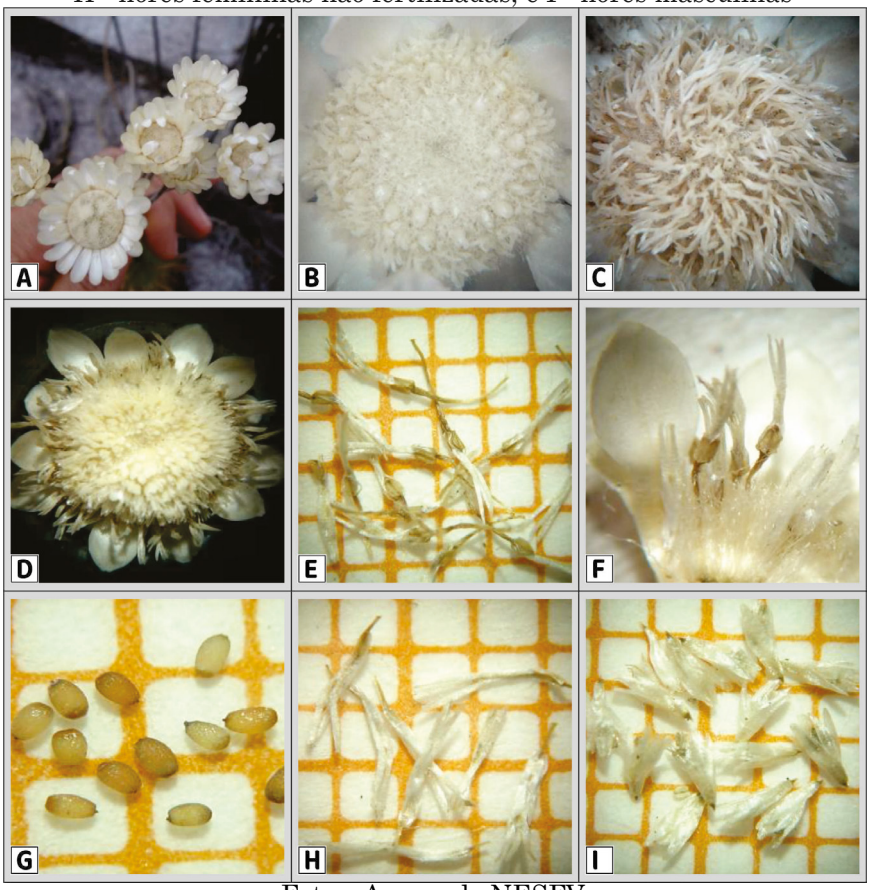
O escurecimento dos capítulos das "*margaridinhas*" é reflexo do desenvolvimento das flores e do amadurecimento dos frutos e das sementes. Nelas (*Comanthera* subg. *Comanthera*), o pedicelo das flores femininas alonga durante a maturação dos frutos, expondo o ovário acima da superfície do disco do capítulo, quando os frutos estão maduros (ANDRADE, 2012). Como o ovário desenvolve-se para fruto, e cada fruto contém três sementes, a exposição desse indica também a exposição das sementes, que podem ser visualizadas na superfície do disco, quando os capítulos estão maduros, e está ocorrendo a dispersão (a presença de sementes pode ser vista nas séries mais externas dos capítulos da Figura 12C e D).

Assim sendo, após a antese dos capítulos, é possível acompanhar a alteração na textura da superfície do disco do capítulo, que depende do tipo de flor (masculina ou feminina) que vai emergindo entre os tricomas, uma consequência do crescimento do pedicelo: varia de uma textura mais lisa logo após a antese, quando as flores ainda não emergiram à superfície (Figura 13A), por entre os tricomas, para uma textura mais irregular/heterogênea, quando as pétalas das flores já podem ser observadas na superfície do disco.

Como as flores masculinas são menores, mas mais volumosas que as femininas, a grande presença dessas flores deixa a superfície do capítulo com a aparência mais grumosa/granulosa e indica capítulos menos maduros (Figura 13B), em relação ao aspecto adquirido com a presença de flores femininas com os frutos expostos na superfície (Figura 13C), por ocasião da dispersão das sementes, resultado do máximo crescimento dos

pedicelos. Ademais, sendo a maturação dos capítulos centrípeta, os frutos e sementes são visualizados primeiramente nas séries mais externas do disco (Figura 12 e Figura 13D).

Figura. 13 - Capítulos de "*margaridinhas*" em crescentes estágios de maturação após antese A, B, C: Sempre-viva gigante (*C. magnifica*). Em A, antese recente, o disco apresenta uma textura lisa, quando as flores não são visualizadas; Em B, a textura é grumosa e são visualizadas, principalmente, flores masculinas; Em C, quando, na linguagem popular, o disco do capítulo está "*arrepiado*" e são vistas, principalmente, flores femininas na superfície do disco. D - Estruturas observadas dissecando-se um capítulo de uma "*margaridinha*" com pinça, das séries mais externas para o centro do capítulo, no início da dispersão de sementes; E - frutos após dispersão das sementes; F - flores femininas ainda presas pelo pedicelo entre os tricomas no disco do capítulo; G - sementes; H - flores femininas não fertilizadas; e I - flores masculinas[9]



Fotos: Acervo do NESFV.

9 Quadriculado de fundo = 1mm.

No início da dispersão de sementes, é possível observar, das séries mais externas para o centro do capítulo de uma sempre-viva do grupo das "*margaridinhas*", as seguintes estruturas: frutos sem sementes, nas séries mais externas, indicando que as sementes já dispersaram (Figura 13E), com partes remanescentes da flor (Figura 13F); sementes de várias tonalidades entre o branco translúcido e o caramelo (Figura 13G); flores femininas não fertilizadas, mesmo nas séries externas (Figura 13H); flores masculinas, desprendendo (Figura 13I) ou não (parte central do disco), dependendo do estágio de amadurecimento do capítulo.

A textura adquirida pelo disco do capítulo para essa fase de predominância de flores femininas, cujos pedicelos alcançaram o tamanho máximo, permitindo a exposição dos frutos e sementes na superfície dos capítulos (acima dos tricomas), na linguagem popular, costuma-se dizer que "*as flores ficam arrepiadas*" (Figura 13C), sendo essa uma referência importante utilizada para se reconhecer a presença/dispersão de sementes. Por isso, se um apanhador de flor é perguntado sobre como ele reconhece a presença de sementes na "*flor*", ele poderá dizer que "*quando a cabecinha fica arrepiada, é porque tem semente*". Mesmo antes da exposição dos frutos e sementes na superfície do capítulo, na prática, para se verificar a presença de sementes "maduras", costuma-se "*esfregar a cabecinha na palma da mão para ver os pontinhos escuros*", que correspondem às sementes. Nesse contexto, o termo "madura" é usado referindo-se à coloração da semente, entre o caramelo claro e o marrom, que permite ser visualizada a olho nu.

O fogo no manejo das sempre-vivas

O uso do fogo como técnica de manejo já passa a ser considerado nas esferas técnica e política como uma ferramenta possível associado à conservação (FIDELIS, 2019). Por outro lado, seus efeitos são considerados de natureza complexa e, para alguns, sua utilização está longe de ser um consenso, sendo este um dos principais motivos da ausência de políticas para o seu uso para as diversas finalidades de manejo (DURIGAN; RATTER, 2016), ainda que já exista legislação específica no Brasil para tal uso em sistemas de povos e comunidades

tradicionais[10]. Especialmente para as sempre-vivas, as poucas pesquisas existentes são de efeitos observados num curto prazo e para algumas espécies de Eriocaulaceae.

O uso do fogo controlado constitui uma prática comumente presente no manejo dos campos de sempre-vivas, sobretudo para as "*margaridinhas*", ainda que também seja utilizado para outras espécies. Entre os apanhadores o que se observa é que o fator determinante para a adoção do fogo como técnica de manejo ou a determinação de sua frequência (o intervalo de anos entre uma queima e outra) é a cobertura vegetal da área, que, muitas vezes, está associada à umidade do solo. Se a cobertura vegetal desenvolve o suficiente para comprometer a produção de inflorescências dentro do aceitável, entendem que o fogo é necessário e "*a área precisa ser renovada*".

Para os que realizam o semeio, o termo *renovar* ora se refere à necessidade de uso do fogo, ora à necessidade de ressemeio da área. Nesse sentido, há os que manejam os campos de sempre-vivas sem o uso do fogo, desde que a cobertura vegetal permita uma produção de inflorescências considerada satisfatória. Na figura 11C, é mostrado um campo conduzido sem a adoção de fogo no manejo. Nesse caso, o coletor tem a preocupação com a data de início da coleta e com a manutenção do "*restolho*", na sua visão, para "*garantir a produção de sementes*".

Geralmente, o fogo é utilizado no final do período seco/início do período chuvoso, preferencialmente em setembro ou outubro, após as primeiras chuvas "*para queimar somente o campo e manter o mato maior*[11]". Conforme observam, "*com o mato molhado, os matos grandes não pegam fogo*". Há os que preferem o "*fogo de neblina*", referindo-se ao fogo ateado ainda durante o inverno, em dias de muita cerração, de alta umidade relativa, quase "*neblinando*", que também "*só deixa queimar o mato pequeno, de perto do chão*".

A frequência de uso do fogo no manejo das sempre-vivas apresenta intervalos que variam de dois a cinco anos. Há consenso entre os apanhadores de que o uso do fogo por anos consecutivos "*prejudica*

10 Projeto de Lei 11.276 de 2018.

11 "Mato maior" é um termo usado para se referir às espécies de maior porte: arbustos e árvores.

muito as plantas, mata muita raiz[12]". De fato, queimadas em intervalos muito curtos podem impactar severamente as populações de sempre-vivas pelo aumento das taxas de mortalidade, particularmente para os indivíduos de menor porte, conforme observado por Bedê (2006) para a vargeira ou pé-liso.

Por outro lado, há também o consenso de que "*sem fogo, a flor acaba*". Se o intervalo entre um fogo e outro é longo, superior a três anos, também prejudica, pois "*a macega*[13] *aumenta muito, junta muito material e o estrago é maior*". Observa-se que a percepção da necessidade do uso do fogo pelos apanhadores é tão inerente ao manejo das "*flores*" quanto é a preocupação de como e quando usá-lo. A noção geral é que "*fogo bom é o que tira a parte seca sem matar a raiz*" (referindo-se à roseta da planta). De acordo com os apanhadores, o fogo "*tira os matos pequenos sem prejudicar os grandes*".

Corroborando o conhecimento tradicional dos apanhadores, estão os dados obtidos para *C. elegantula* por Bedê (2006), que demonstram que a frequência da queima (sem considerar sua escala e intensidade) é um ponto chave para a conservação das populações. Nas áreas livres de queima por longos períodos, as sempre-vivas poderão enfrentar a diminuição de suas populações, em função do avanço da cobertura herbácea competidora e de elementos lenhosos.

Na figura Figura 14, são apresentadas plantas da sempre-viva pé-de-ouro (*C. elegans*) em uma área de pesquisa participativa sobre efeito do fogo (Figura 14 A e B), em que os coletores participantes foram os responsáveis por decidir a época, a forma de atear o fogo e a execução da ação. O fogo foi ateado em setembro, quando "*o tempo estava bom para fogo*", referindo-se à ausência de vento e dia nublado. Nas parcelas com fogo, a maior parte das touceiras ficaram com remanescentes de folhas carbonizadas após o procedimento (Figura 14D). Uma semana após, já era possível visualizar folhas novas na parte central dos módulos (Figura 14E). Um mês depois, todos os módulos da touceira apresentavam folhas novas (Figura 14G) e, em novembro, a touceira queimada já havia se renovado, enquanto as

12 O termo raiz é, normalmente, utilizado ora associando-se à roseta da planta ou "*sapata*", ora à roseta e toda a parte subterrânea, ou seja, a toda a parte não coletada.

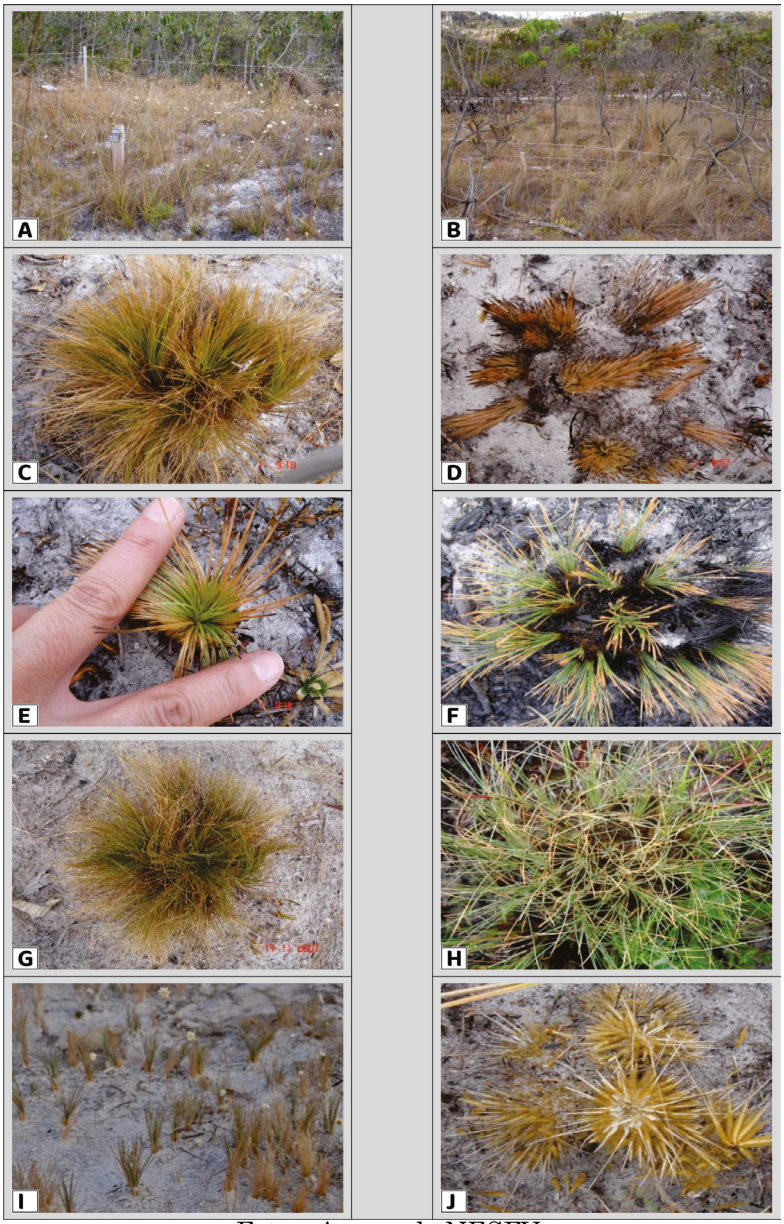
13 O termo macega é usado para se referir tanto à cobertura vegetal seca (biomassa seca) associada às populações de sempre-vivas como para se referir ao acúmulo de folhas senescentes em uma touceira.

das parcelas sem fogo permaneciam com o mesmo aspecto (Figura 14H) de antes do processo (Figura 14C).

Entre os apanhadores, as narrativas sobre os efeitos do fogo são mais referentes aos benefícios sobre as plantas que formam touceiras, das quais "*o fogo tira a macega, limpa a planta*". Também entendem que "*quanto mais raiz, menos sofre a flor com o fogo*" ("*mais raiz*" referem-se a plantas entouceiradas, com maior número de módulos/rosetas). Sobre esse assunto, os estudos de Bedê (2006) com *C. elegantula* (a vargeira ou brejeira) confirmam que o fogo é mais prejudicial às plantas mais novas. Em *S. nitens* (a sedinha ou capim dourado), Schimidt (2011) observou que, em anos mais secos, a taxa de mortalidade de plantas causada pelo fogo é maior. Para o manejo das sempre-vivas, em Minas Gerais, deve-se considerar também o caso de campos enriquecidos, nos quais a dinâmica da população de plantas é alterada (em relação a de campos nativos). Nesse caso, a proporção de plantas de diferentes categorias de idades dependerá, além dos fatores considerados para as populações nativas, da frequência do semeio.

Também consideram positivo o efeito do fogo sobre o recrutamento de indivíduos via sementes. A alta densidade de plantas novas que emergem na superfície do solo, na primeira estação chuvosa após o fogo, quando dizem que o "*chão fica geladinho*", é atribuída aos benefícios do fogo. Isso porque o "pool" de sementes do solo, no geral fotoblásticas positivas, tem a germinação favorecida devido à eliminação do sombreamento causado por outras espécies ou mesmo por outros fatores alterados com o fogo.

Figura 14 - Sempre-viva pé-de-ouro *(C. elegans)*: A - Área experimental com fogo - parte com cobertura vegetal menos; B - e mais densa, em setembro; C - Touceira em parcela experimental sem; D - e com fogo, no final de setembro; E - Aspecto de uma roseta uma semana após o fogo; F - Touceira depois de aproximadamente um mês após o fogo; G - Touceira de parcela sem; H - e com fogo, em novembro; I - Plantas novas; J - e touceira mortas na estação seca



Fotos: Acervo do NESFV.

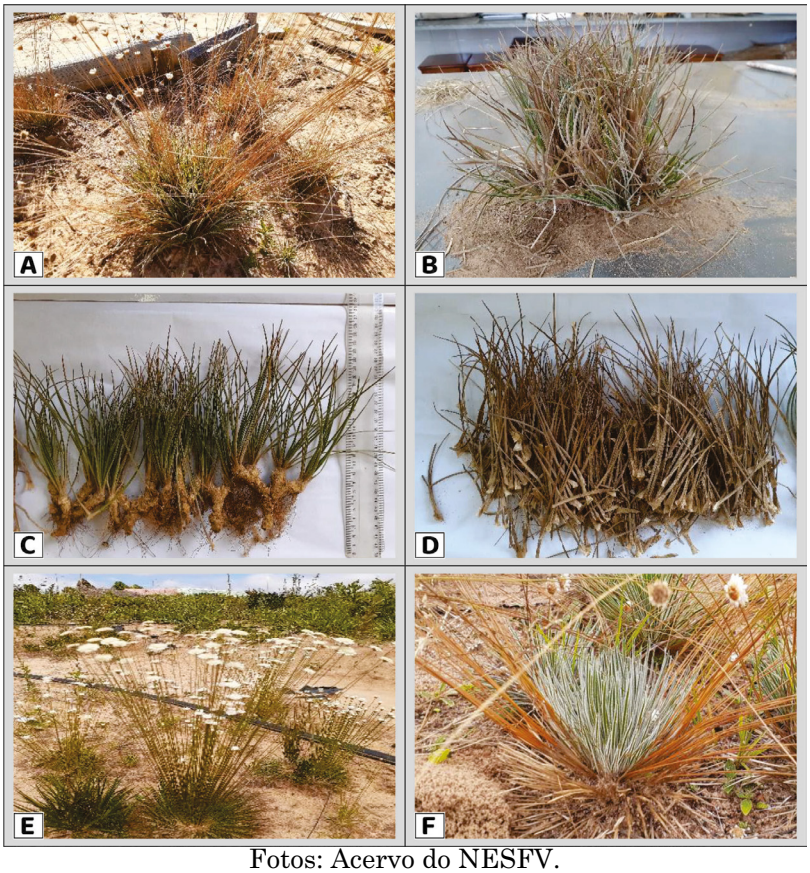
Das plantas novas recrutadas no período chuvoso, muitas morrem entre junho e agosto, no pico da estação seca. Em *C. elegans*, a taxa de mortalidade natural pela seca pode ultrapasar 80% das plantas resultantes do "pool" de germinação que antecede o fogo (estação chuvosa anterior) (Figura 14I), nos locais de solos mais secos e arenosos. É importante ressaltar que mesmo plantas adultas entouceiradas morrem em campos nativos. No auge da seca, somado aos ventos fortes, muitas vezes, as folhas vão, gradativamente, desprendendo-se da roseta e são levadas pelo vento, restando, no local, a bainha seca, liberando os pelos dourados, o chamado "*pozinho dourado*", na linguagem popular (Figura 14J). Mesmo em condição de cultivo, mantendo a irrigação, há mortalidade de plantas adultas (PASLAUSKI, 2008; MOREIRA *et al*., 2010). Observa-se, também, morte promovida por cupins.

Sobre a visão dos benefícios do fogo na "*limpeza das plantas com touceiras*", pode-se pensar no acúmulo de folhas senescentes com o desenvolvimento da touceira, que, em algumas espécies, permanecem na planta, resultando na "*macega*" (Figura 15A e B), o que pode contribuir para a redução na produção de inflorescências. Os efeitos negativos da "*macega*" podem estar associados ao padrão de crescimento da roseta. Em algumas espécies, como a chapadeira, as folhas novas surgem ao lado das mais velhas, que permanecem na planta mesmo após o surgimento das novas, de modo que na touceira tem-se uma mistura de folhas velhas secas e folhas verdes (Figura 15B). Nessa espécie, o volume de folhas senescentes (Figura 15D), retirado de touceiras de sete anos de idade conduzida em área sem fogo, foi praticamente igual ao volume de folhas verdes (Figura 15C) e a produção de inflorescências reduzida para 25% da maior produção observada no período. Partindo do olhar de que as novas folhas partem de gemas do rizoma, ou seja, da base da touceira, pode se pensar na inibição física do brotamento ou da necessidade de luz para tal. Isso ocorre em muitas gramíneas forrageiras, cujo manejo está associado à frequência de pastejo, uma vez que a incidência de luz é necessária para o desenvolvimento das gemas que também se encontram na base da planta.

Em outras espécies, como a janeirona carrasqueira, as folhas velhas senescentes ficam na base da roseta. A emissão de novas folhas resulta na formação de uma "nova roseta" localizada acima da anterior, de modo que a roseta é completamente renovada a cada ciclo de floração (Figura 15E e F). As folhas da "roseta velha", em contato com o solo, decompõem

completamente, portanto, não se misturam às da nova roseta (Figura 15F). Seguindo essa análise, o efeito direto do fogo no estímulo da brotação do rizoma e consequente produção de inflorescências poderia ser mais efetivo para as espécies de arquitetura e padrão de crescimento da roseta similares aos da chapadeira, como a pé-de-ouro e a vargeira ou pé-liso, coletadas na mesma época e, às vezes, simpátricas.

Figura 15 - Sempre-viva *C. bisulcata*: A a D - Morfotipo chapadeira: A - Touceira no campo; B - Touceira sobre bancada de laboratório, sem os escapos; C - Touceira dissecada (após retirada das folhas senescentes); D - Folhas secas retiradas da touceira. E a F - Morfotipo janeirona carrasqueira: E - Planta com capítulos em antese, quando estão alvos e sendo colhidos para a comercialização; F - Planta com uma "nova roseta" (com capítulos escurecidos, com aspecto não comercializável)



Fotos: Acervo do NESFV.

Os efeitos positivos do fogo no estímulo à floração são bem conhecidos. Entre os estudos mais recentes estão os de Fidelis *et al*. (2019) e Zirondi *et al.* (2021), que apresentam espécies do Cerrado dependentes do fogo para florescer. No estudo de Zirondi *et al*. (2021), 66,4% das espécies da área estudada tiveram a floração estimulada pelo fogo, sendo que 35,2% só floresceram após a passagem do fogo. Em sempre-vivas, como *C. elegans* (ÁVILA, 2008), *C. elegantula* (ÁVILA, 2008; BEDÊ, 2006) e *S. nitens* (FIGUEIREDO, 2007; SCHMIDT *et al*., 2008; SCHIMIDT, 2011), pelo menos num curto prazo, o fogo exerce efeitos positivos na produção de inflorescências. De toda forma, é necessário avançar nas pesquisas sobre seus efeitos a longo prazo.

No que se refere aos efeitos do fogo na germinação de sempre-vivas, o que se tem observado nas poucas espécies já estudadas é que a passagem do fogo não estimulou a germinação, mas as sementes foram tolerantes às altas temperaturas do fogo, favorecendo a sobrevivência após o fogo. Segundo Fichino *et al.* (2012b), as sementes de *S. nitens* toleram temperatura de até 150 °C[14]. É necessário ressaltar que, embora sem estimular a germinação, sementes de muitas espécies do cerrado, incluindo algumas *Xyridaceae* comercializadas, toleram a passagem do fogo (FICHINO *et al*., 2012a). Além disso, muitas espécies de sempre-vivas são fotoblásticas positivas restritas ou têm maiores taxas de germinação na presença de luz (ABREU; GARCIA, 2005; BARRETO, 2012; OLIVEIRA; GARCIA, 2005; SILVA *et al*., 2005; SCHMIDT *et al*., 2008; OLIVEIRA; GARCIA, 2011), e a passagem do fogo pode atuar promovendo a germinação ao favorecer a entrada de luz.

Quando se pensa no efeito indireto do fogo, associa-se também à consequência do sombreamento promovido por espécies associadas. Plantas de pé-de-ouro e de vargeira atrasam a entrada na fase reprodutiva e produzem menos escapos em condições sombreadas (PASLAUSKI, 2008). Na prática, pode se relacionar a influência da cobertura da vegetação nos campos de sempre-vivas às fenofases; plantas em campos com vegetação mais densa poderiam atrasar a produção de sementes e produzi-las em menor quantidade, aspectos relevantes no manejo.

O fogo pode atuar favoravelmente por eliminar a vegetação competidora. Em áreas experimentais com a pé-de-ouro e a vargeira ou pé-liso, a capina foi mais vantajosa que o fogo (ÁVILA, 2008), mas não é

14 Durante as queimadas dos campos úmidos, onde a espécie ocorre, as temperaturas frequentemente não atingem este valor.

uma prática adotada, nem considerada viável no manejo das sempre-vivas, face, principalmente, ao tamanho das rosetas, ao espaçamento entre elas e ao tamanho dos "*campos de flores*" manejados, sejam os nativos (Figura 16A), sejam os enriquecidos/"cultivados" (Figura 16B). "*Um campo de flor*" é uma expressão usada para referir-se a áreas de extensão de ocorrência que podem estar entre 0,5 (ou menor, se nativo) e 5 hectares (ou maior, se enriquecido/cultivado), contendo uma ou mais espécies de sempre-vivas, manejado por uma mesma família ou comunidade.

Figura 16 - A - Campo nativo; B - Campo enriquecido/ cultivado da sempre-viva pé-de-ouro *(C. elegans)*

Fotos: Acervo do NESFV.

Processamento

A coleta de sempre-vivas já ocorreu em até 30 municípios da Serra do Epinhaço em Minas Gerais (UFVJM, 2009). Atualmente, como prática constante de comunidades rurais, a coleta ocorre em 15 deles (MONTEIRO *et al*., 2019). Entretanto, os únicos grupos organizados que confeccionam artesanato com sempre-vivas identificados até o momento são: os artesãos das comunidades de Galheiros, no município de Diamantina, representados pelas Associação dos Artesãos de Sempre-vivas (AASV); e os artesãos da comunidade de Raiz, no município de Presidente Kubitschek, representados pela Associação Comunitária de Raiz (ASCOR).

O artesanato em Galheiros iniciou como parte das ações do Projeto Sempre-vivas (1999) e em Raiz iniciou em 2006, a partir da descoberta de que a espécie conhecida em Minas Gerais como sedinha era a mesma conhecida como capim dourado no Jalapão, estado do Tocantins, onde o artesanato com a espécie é bastante conhecido (OLIVEIRA *et al*., 2014a). Enquanto os artesãos de Galheiros utilizam praticamente todas as espécies de sempre-vivas coletadas na confecção de suas peças de artesanato (Figura 17A), o grupo de Raiz trabalha apenas com o capim dourado ou sedinha (Figura 17B). Em Minas Gerais, as hastes mais finas (morfotipo conhecido como "*sedinha pequena*") são, normalmente, utilizadas para a confecção de peças menores, como bijuterias, enquanto que as de maior comprimento e diâmetro (a "*sedinha grande*") são usadas para a confecção de peças maiores, como bolsas, sousplat, cestos, etc. (OLIVEIRA *et al*., 2014a). É necessário ressaltar que muitos artesãos isolados confeccionam artesanato com sempre-vivas em Minas Gerais.

Em geral, não existe beneficiamento em comunidades apanhadoras, pois as inflorescências apenas são organizadas em feixes ou "*molhos*", compondo "*os buquês*", que são secados ao sol por dois ou três dias, dependendo da espécie e do estágio de amadurecimento das hastes coletadas (Figura 17C). Se o quantitativo coletado/colhido for grande ou as distâncias dos campos consideráveis (como ocorre em boa parte da cordilheira), ocorre o deslocamento da família ou de grupos familiares aos campos de coleta e, nesse caso, a secagem ocorre no próprio campo e as "*pilhas de flores*" são armazenadas em "*ranchos*" no próprio local de coleta (Figura 10A e F).

Em coletas de deslocamentos mais diários, coletivos ou não, o material coletado/colhido é transportado aos feixes nas cabeças ou mesmo com uso de animais de carga, para os quintais de casa, onde são colocados para secar ao sol e armazenados em pequenos galpões, às vezes, em algum compartimento da residência da família (Figura 17D), para posterior comercialização ("*kg de flor*") a atacadistas locais, regionais e/ou diretamente aos exportadores.

Normalmente, o atacadista local é um morador detentor de veículo de carroceria e o responsável por reunir o quantitativo coletado pelas famílias apanhadoras locais e por transportar "*a mercadoria*" (Figura 17E) da comunidade para galpões de atacadistas regionais ou aos exportadores em Diamantina ou outra cidade, onde ocorre o processamento e a distribuição. Se "*a mercadoria*" se encontra no "*rancho*", o transporte é feito diretamente do campo para os galpões. A existência de mais de um intermediário, depende, muitas vezes, da distância do campo ou da comunidade apanhadora ao centro maior de distribuição, normalmente, a cidade de Diamantina.

Nos galpões, o processamento constitui-se das seguintes etapas (Figura 17F a H): 1) a limpeza do "*buquê*", que consiste na retirada de outros materiais que vieram do campo juntamente com as inflorescências, com a formação de "*buquês*" menores ou num tamanho para atender à demanda do mercado para o qual será destinada "*a mercadoria*"; 2) o "*batimento*": com as inflorescências propriamente posicionadas para baixo, bate-se o "*buquê*" contra um anteparo, normalmente a perna da pessoa que processa o material, para uniformizar a distribuição das inflorescências; 3) corte das hastes – após o amarrio do novo "*buquê*", limpo e uniforme, efetua-se o corte das hastes para um tamanho padrão (aproximadamente 40 cm) ou para atender a uma demanda específica de mercado, que, muitas vezes, exige hastes menores que 10 cm; 4) o "*penteio dos buquês*", finaliza-se o preparo do "*buquê*" com o penteio das hastes com um pente (Figura 17G) ou ferramenta similar, para uniformização e retirada de algum remanescente de bainha; 5) finalmente os novos "*buquês*" são acondicionados em caixas de papelão para comercialização e distribuição (Figura 17H). Essas etapas são, normalmente, realizadas pelas mulheres, de todas as faixas etárias, muitas vezes, de uma mesma família (Figura 17F).

Muitas vezes, a depender da demanda de mercado, mas muito também da qualidade da flor "*in natura*", realiza-se o branqueamento ou

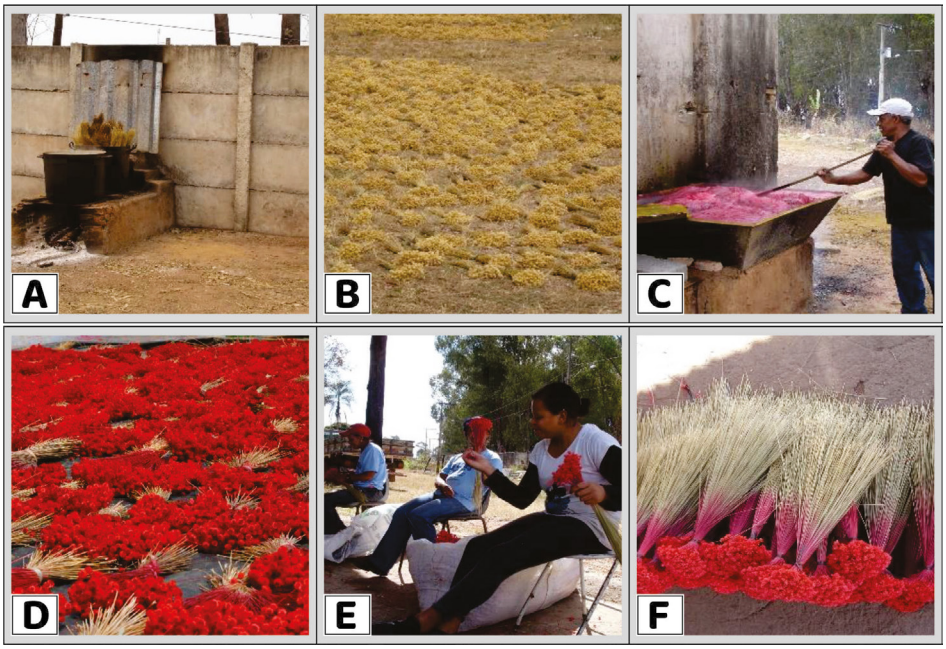
clareamento (Figura 18 A-B) e posterior tingimento (Figura 18 C-F). "*Nem toda flor precisa ser branqueada; apenas as que não pegam a tintura*" ("flor", nesse contexto, refere-se a qualquer espécie processada dessa forma). Ambos processos demandam imersão dos buquês em soluções aquosas aquecidas, chegando a temperaturas de fervura/cozimento, sendo esta uma etapa do processamento, geralmente, realizada por homens (Figura 18C).

Normalmente, "*flores*" coletadas tardiamente, que já se encontram escurecidas ou mesmo as escurecidas por serem coletadas no período chuvoso, chamadas "*flores de segunda*", passam por tingimento antes da comercialização. Somente após tingimento e secagem ao sol, o material é organizado para a formação do novo "*buquê*" (Figura 18 D-F), conforme já descrito: limpeza, "*batimento*", "*penteio*", "*corte das hastes*" e "*amarrio do novo buquê*".

Figura 17 - Processamento de sempre-vivas: A - Artesanato da comunidade de Galheiros, município de Diamantina, MG; B - Artesanato da comunidade de Raiz, município de P. Kubitschek; C - Secagem dos feixes de escapos ("*os buquês*") ao sol em terreiro de casa de apanhador/a. D - Armazenamento dos "*buquês*" em casa de apanhador/a; E - Transporte da comunidade para galpões de atacadistas em Diamantina; F - "*Penteio do buquê*"; G - Acondicionamento dos "*buquês*" em caixas de papelão; H - para comercialização e distribuição

Fotos: Acervo do NESFV.

Figura 18 - Processamento de sempre-vivas em galpões, em Diamantina, MG: A - Processo de branqueamento, antes do tingimento; B - Buquês secando ao sol após o branqueamento; C - Processo de tingimento; D - Buquês tingidos secando ao sol; D - Formação dos novos buquês; E - após o tingimento e secagem



Fotos: Acervo do NESFV.

Indicações para conservação

Partindo-se da premissa de que as áreas de vegetação natural (ou campos nativos) são bem zeladas pelas famílias que dos recursos nelas contidos dependem para a sua sobrevivência, o incentivo à manutenção do agroextrativismo das sempre-vivas representa uma importante forma de garantir a conservação dos campos rupestres, cujos solos, por serem pedregosos, arenosos e com poucos nutrientes disponíveis, apresentam pequena possibilidade de êxito se convertidos em áreas de uso para pastagens ou para a prática da agricultura convencional.

Paralelamente, se considerarmos que as flores sempre-vivas e demais partes secas de plantas coletadas no Espinhaço Meridional são bens utilizados para fins ornamentais, portanto, não alimentícios, o incentivo à manutenção de outras atividades associadas à apanha da flor, com

destaque para a produção agroecológica, a lida com pequenos rebanhos, que, por sua vez, são bens essenciais e garantem a soberania e segurança alimentar, poderia representar uma eficiente estratégia de conservação da paisagem, da cobertura vegetal nativa e da manutenção das comunidades tradicionais apanhadoras de flores.

Nesse viés, algumas ações devem ser pensadas para evitar a evasão ou mesmo expulsão, por políticas inadequadas à realidade da região, de inúmeras famílias do campo: a) políticas públicas que estimulem as práticas de manejo tradicionais conservacionista já adotadas e implementação de outras; b) a ampliação da adesão às boas práticas de manejo; c) o investimento em pesquisas que priorizem os efeitos do agroextrativismo e do uso controlado do fogo no manejo; d) o estímulo das atividades complementares no âmbito familiar ou grupos organizados.

Perguntas como: de que forma, qual a quantidade (quanto deixar no campo), a frequência (qual o intervalo esperar para se coletar no mesmo campo), a época de iniciar a coleta, quando e em que situação usar o fogo em campos de sempre-vivas são inerentes à rotina de um apanhador/a de flor. Por serem aspectos implicitamente considerados importantes, quaisquer pactuações relativas a estratégias de manejo que favoreçam a conservação das espécies seriam de fácil implementação. Portanto, a substituição de ações proibitivas por ações de incentivo à implementação de práticas tradicionais de manejo poderia ser mais exitosa para a conservação de áreas de ocorrência dessas espécies.

Considerações finais

Há muito tempo, a coleta não regulamentada de sempre-vivas tem sido motivo de discussão e preocupação de como aliar a necessidade de conservação à geração de renda, face a importância econômica, social e ambiental das espécies de sempre-vivas e das paisagens onde ocorrem. O uso do fogo, o pisoteio do gado, o arranque de plantas no processo da coleta e, principalmente, a coleta precoce, caracterizada pelo início da retirada das inflorescências antes da produção ou da completa maturação das sementes, são consideradas as principais causas da redução das populações nos campos e são responsáveis pela inserção, mesmo sem dados de dinâmica das populações, de muitas espécies em listas de

ameaçadas de extinção[15].

É plausível pensar que todos esses fatores podem contribuir para a redução das populações nos campos, mas há escassez de estudos populacionais que, de fato, comprovem a real influência de um ou outro fator, isolado ou em conjunto. Embora o endemismo ou microendemismo de algumas espécies seja factível, há de se pensar abordagens distintas para as espécies de grandes populações, de ampla distribuição e de fácil propagação. Percebe-se que fatores não antrópicos podem estar contribuindo para a redução das populações de sempre-vivas e o ônus das causas da redução recai sobre os apanhadores/coletores que têm na apanha dessas espécies uma importante fonte de renda e um modo de vida.

Ao se culpabilizar os fatores antrópicos na redução das populações de sempre-vivas, não se pode desconsiderar os possíveis efeitos negativos da ausência de manejo imposta pelas proibições generalizadas de coleta, que muito se aplicam às espécies do grupo das "*margaridinhas*". Depara-se no paradoxo entre a ameaça de extinção e a conservação: a falta de manejo associada à proteção integral ou o extrativismo relacionado ao manejo sustentado contribui para a conservação? Alguns estudos mostram a necessidade de manejo para a conservação e mesmo para evitar a extinção de algumas espécies envolvidas em extrativismos.

É consenso e recorrente entre os apanhadores de flores sempre-vivas que o uso do fogo constitui importante ferramenta de manejo que favorece a manutenção das populações e que a redução das plantas no campo deve-se à ausência de manejo, principalmente o não uso do fogo, pois frequentemente afirmam que "*sem fogo a flor acaba*". De fato, algumas pesquisas mostram que, pelo menos num curto prazo, o fogo exerce efeito estimulador sobre a produção de inflorescências em sempre-vivas. Assim sendo, tornam-se imprescindíveis, portanto, estudos de longo prazo de ecologia aplicada, uma vez que a variação anual naturalmente observada sobre a dinâmica de populações, em função de outros fatores, dificulta a avaliação/percepção da responsividade dos vários eventos biológicos a elementos relativos e restritos ao manejo.

Enquanto isso, embora os resultados de pesquisas existentes demandem mais elementos para sustentar uma recomendação de manejo

15 Para mais detalhes sobre as espécies de sempre-vivas constantes em listas de espécies ameaçadas de extinção, ver o capítulo 8 desta obra.

considerada "ideal", é plenamente plausível a elaboração colaborativa (envolvendo instituições de pesquisa e o vasto conhecimento tradicional dos/as apanhadores/as de flores) de proposição de manejo comunitário, levando-se em conta o que já se tem e, também, às particularidades/ contexto de cada comunidade. Isso representa uma necessidade urgente. Há que se considerar a dificuldade decorrente do grande número de espécies coletadas e de pessoas envolvidas na atividade de coleta, além da abrangência geográfica dos territórios de coleta, mas, se valer do vasto conhecimento tradicional/empírico dos atores dessa importante economia é fundamental.

A adoção legalizada do uso do fogo de forma programada e controlada como ferramenta do manejo de sempre-vivas torna-se merecedora de discussão e constitui um grande desafio. A bagagem de conhecimento tradicional/empírico dos apanhadores/coletores, de caráter transgeracional, é um potencial para o desenvolvimento de sistemas agrícolas produtivos sustentáveis e diversificados.

É preciso atentar-se, também, para que as propostas legalizadoras elaboradas não constituam processos complexos para as comunidades que, efetivamente, vão executá-los. O que, muitas vezes, observa-se é que o distanciamento da realidade de campo propicia um direcionamento para a elaboração e implementação de políticas públicas ambientais com grande potencial de conflito, caracterizadas, principalmente, pela inexequibilidade das proposições.

Adverte-se, também, para uma reflexão das sempre-vivas enquanto recurso da biodiversidade brasileira. Um possível interesse de empresas de grande porte no cenário da floricultura pode colocar em risco o potencial econômico de um produto exclusivamente brasileiro, endêmico a algumas regiões, de domínio, atualmente, da sociobiodiversidade das comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas, mas ainda muito valorizado no comércio internacional e sem políticas públicas internas de proteção e promoção dos conhecimentos tradicionais inerentes e essa economia.

Outro aspecto desafiador está ligado à necessidade de maior agregação de valor, já nas comunidades agroextrativistas, uma vez que o maior quantitativo comercializado é escoado das comunidades coletoras sem qualquer processamento, portanto, sem qualquer valor agregado.

Sendo assim, reverter maiores benefícios do agroextrativismo para as comunidades coletoras/apanhadoras é imperativo.

Por fim, é preciso que se ampliem os benefícios do agroextrativismo das sempre-vivas que chegam às comunidades apanhadoras de flores. Isso exige esforço, empenho e responsabilidade social na elaboração de políticas públicas pertinentes. É de se esperar que a existência de políticas públicas, de forma a fortalecer os apanhadores/coletores, resultará num equilíbrio de forças entre esses e os demais atores da cadeia envolvidos nas etapas subsequentes à coleta.

Referências

ABREU, Maria Elizabeth Perira; GARCIA, Queila Souza. Efeito da luz e da temperatura na germinação de sementes de quatro espécies de *Xyris* L. (Xyridaceae) ocorrentes na Serra do Cipó, MG, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, v.19, n.1, p.149-154, 2005.

AMBRÓSIO, Rafaela Maria da Fonseca *et al*. Efeito da giberelina na germinação de sementes recém-coletadas e armazenadas das sempre-vivas janeirona *(Comanthera ruprechtiana* (K**ö**rn.) L.R.Parra & Giul.) e janeirona carrasqueira (*Comanthera bisulcata (Körn.)* L.R.Parra & Giul). *Anais do LXX Encontro Regional de Botânica*, Maceió, Alagoas, 2019.

ANDRADE, Livia Andrade. *Sistemática de Comanthera e de Syngonanthus (Eriocaulaceae)*.2012. 314 f. Tese de Doutorado em Botânica, Instituto de Biociênicas da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2012.

ÁVILA, Rafael Gualberto. *Efeito do fogo e da capina no desenvolvimento e produção de sempre-vivas Syngonanthus elegans (Bong.) Ruhland e Syngonanthus elegantulus Ruhland no Alto do Jequitinhonha/MG*. 2008. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2008.

BARCELOS, Alexandre de Oliveira. *Sempre vivas: métodos de amostragem para quantificação da produção em áreas de Syngonantus elegans (Bong) Rhuland e fenologia de Syngonantus elegans (Bong) Rhuland, Syngonanthus bisulcatus Silveira e Syngonanthus venustus* Silveira. 2010. 60f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2010.

BARRETOS, Leilane Carvalho. *Estudos em Eriocaulaceae Mart*: Caracterização morfológica do tegumento e germinação de sementes. 2012. 55f. Dissertação de Mestrado em Biologia Vegetal - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2012.

BEDÊ, Lúcio Cardaval. *Alternativas para o uso sustentável de sempre vivas*: efeitos do manejo extrativista sobre *Syngonanthus elegantulus* Ruhland (Eriocaulaceae). 2006. 193f. Tese de Doutorado em Ecologia (Conservação e Manejo de Vida Silvestre) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

COELHO, Flávia F. *et al.* Seasonal timing of pseudoviviparous reproduction of *Leiothrix* (Eriocaulaceae) rupestrian species in South-eastern Brazil. *Annals of Botany*, v.98, p.1189-1195, 2006.

EICHEMBERG, Mayra Teruya; SCATENA, Vera Lucia. Handicrafts from Jalapão (TO), Brazil, and their relationship to plant anatomy. *Journal of the Torrey Botanical Society*, v.138, n.1, p. 34–40, 2011.

CASTRO, Neuza Maria. *Estudos morfológicos dos órgãos vegetativos de espécies de Paepalanthus Kunth (Eriocaulaceae) da Serra do Cipó (Minas Gerais).* 1986. Dissertação de mestrado - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 1986.

MOREIRA, Fernanda da Conceição *et al*. Developmente of everlasting flowers (*Comanthera elegans* (Bong.) L.R. Parra & Giul.) in three cultivation systems. *Ornamental Horticulture*, v. 23, n. 2, p.117-126, 2017.

OLIVEIRA, Maria Neudes Sousa de *et al*. Implications of the harvest time on *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (Eriocaulaceae) management in the state of Minas Gerais. *Brazilian Journal of Botany*, v. 37, n. 2, p. 95-103, 2014.

OLIVEIRA, Maria Neudes Sousa de *et al*. Collection time and seed germination of comercialized *Comanthera* (Eriocaulaceae) from Serra do Ambrósio, Minas Gerais. *Brazilian Journal of Botany*, v. 37, p. 19–27, 2014.

OLIVEIRA, Maria Neudes Sousa de *et al*. Harvest times of *Comanthera elegans*, a worldwide traded Brazilian species of everlasting flower: implications on seed production and germination and on the species management. *Brazilian Journal of Botany*, v. 38, n. 4, p. 795-808, 2015.

DUGARTE, Blanca Auxiliadora Corredor. *Anatomia de espécies brasileiras de Eriocaulaceae – Comanthera e Syngonanthus.* 2016. 124f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, 2016.

DURIGAN, Giselda; RATTER, James A. 2016. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. *Journal of Applied Ecology*, v.53, p.11-15, 2016.

FICHINO, Betânia Santos *et al*. Does Fire Trigger Seed Germination in the Neotropical Savannas? Experimental Tests with Six Cerrado Species. *Biotropica*, v.48, n.2, p.181-187, 2016.

FICHINO, Betânia Santos *et al*. Efeitos de altas temperaturas na germinação de sementes de capim-dourado (*Syngonanthus nitens (Bong.) Ruhland,* Eriocaulaceae): Implicações para o manejo. *Acta Botanica Brasilica*, v.26, n.2, p.508-511, 2012.

FIDELIS, Alessandra *et al.* From ashes to flowers: a savanna sedge initites flowers 24 h after fire. *Ecology*, v.100, n.5, p.1-4, 2019.

FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. *Efeito do fogo em populações de capim dourado (Syngonanthus nitens - Eriocaulaceae) no Jalapão, TO*. 2007. 73 f. Dissertação de Mestrado em Ecologia - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOPES, Benedito Cortês. Formigas visitants de inflorescências de *Actinocephalus polyanthus* (Bong.) Sano (Eriocaulaceae). *Biotemas*, v.26, n.4, p.75-83, 2013.

IZARIAS, Nilma Silvania. *Descrição anatômica e comparação histoquímica de indivíduos (Syngonanthus nitens) Bong. Ruhland Eriocaulaceae (capim dourado) coletados no parque estadual do Jalapão e no município de Tocantínia – TO*. 2009. 50f. Dissertação de Mestrado Ciências do Ambiente - Universidade Federal do Tocantins, 2009.

MARQUES, Elizabeth R. *et al*. Distinção de espécies e estádios de maturação de sementes de *Comanthera spp.* por análise de imagem e citometria de fluxo. *Revista de Ciências Agrárias*, vol. 42, n.1, p. 11-20, 2019.

MENDES, D**ébora** Sampaio. *Sempre-viva janeirona - C. ruprechtiana (Koern.) L.R. Parra & Giul. - Aspectos biométricos e germinação em diferentes épocas de coleta e doses de giberelina.* 2021. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais. 2021.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Nas Fronteiras das Minas com o Gerais:* as terras de uso comum e o uso coletivo das terras. 2019. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2019.

_____. *Os(as) Apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG):* travesias e contradições ambientais. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

MOREIRA, Fernanda da Conceição *et al*. Desenvolvimento da sempre viva *Syngonanthus elegans* (Bong.) Ruhland em condição de vaso. *Anais do XXX Encontro Regional de Botânica*, Vitória, ES, 2010.

NEVES, Ana Carolina de Olivera *et al*. Revisão sobre os efeitos do fogo em Eriocaulaceae como subsídio para a sua conservação. *Biodiversidade Brasileira*, n.2, p. 50-66, 2011.

OLIVEIRA, Patrícia Gonçalves; GARCIA, Queila Souza. Germination characteristics of *Syngonanthus* seeds (Eriocaulaceae) in campos rupestres vegetation in south-eastern Brazil. *Seed Science Research*, v. 21, p. 39–45, 2011.

OLIVEIRA, Patrícia Gonçalves; GARCIA, Queila Souza. Efeitos da luz e da temperatura na germinação de sementes de *Syngonanthus elegantulus* Ruhland, *S. elegans* (Bong.) Ruhland e *S. venustus* Silveira (Eriocaulaceae). *Acta Botanica Brasilica*, v. 19, p. 639-645, 2005.

ORIANI, Aline; SANO, Paulo T.; SCATENA, Vera L. Pollination biology of *Syngonanthus elegans* (Eriocaulaceae – Poales). *Australian Journal of Botany*, v. 57, p. 94-105, 2009.

ORIANI, Aline; SCATENA, Vera Lucia. The movimento of involucral bracts of *Syngonanthus elegans* (Eriocaulaceae – Poales): Anatomical and ecological aspects. *Flora-Morphology, Distribution, Functional Ecology of Plants*, v. 204, p. 518-527. 2009.

PARRA, Lara Regina. *Redelimitação e revisão de Syngonanthus Sect. Eulepis (Bong. Ex. Koern) Ruhland – Eriocaulaceae*. 2000. 201f. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PARRA, Lara Regina *et al.* Reestablishment and new circumscription of *Comanthera* (Eriocaulaceae). *Taxon*, v. 59, n. 4, p. 1135–1146, 2010.

PASLAUSKI, Sílvia Cristina. *Comportamento fisiológico de Syngonanthus elegans (Bong) Ruhland e Syngonanthus venustus Silveira cultivadas sob dois níveis de radiação*. 2008. 69 f. Dissertação de Mestrado em Produção Vegetal - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2008.

PROJETO SEMPRE-VIVAS – Subsídios para o manejo sustentado. Instituto Terra Brasilis de desenvolvimento sócio-ambiental (relatório). Belo Horizonte, 1999.

RAMOS, Carlianne OC; BORBA, Eduardo L.; FUNCH, Ligia S. Pollination in Brazilian *Syngonanthus* (Eriocaulaceae) species: evidence for entomophily instead of anemophily. *Annals of Botany*, v. 96, n. 387-397, 2005.

SÁ, Adriana Araujo Aparecida. *Dinâmica de flores pistiladas, estaminadas e germinação de Syngonanthus elegans (Bong.) Ruhland e S. venustus Silveira em diferentes épocas de coleta dos capítulos.* 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2007.

SCHMIDT, Isabel Belloni. *Effects of local ecological knowledge, harvest and fire on golden-gras (Syngonanthus nitens, ERIOCAULACEAE), a non-timber forest product (ntfp) species from the brazilian savana.* 2001. 225f. Tese de Doutorado em Filosofia em Botânica - University of Hawaii at Manoa, 2011.

SCHMIDT, Isabel Belloni *et al*. Produção e germinação de sementes de ‘‘capim dourado’’, *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (Eriocaulaceae): implicações para o manejo. *Acta Botânica Brasilica*, v. 22, n. 1, p. 37–42, 2008.

SILVA, Marcos Hanashiro. *Estratégias reprodutivas de Leiothrix vivipara (Bong.) Ruhl. (Eriocaulaceae) na Serra do Cipó*. 2012. 32 f. Dissertação de Mestrado em Biologia Vegetal - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

SILVA, José Roberto dos Santos *et al*. Estudos da germinação e morfologia do desenvolvimento pós-seminal de *Syngonanthus mucugensis* Giul. “in vitro”. *Stientibus Série Ciências Biológicas*, v. 5, n. 2, p. 60-62, 2005.

SOARES, Yeda. *Fenologia de Syngonanthus nitens (Bong.) Rhuland em condições de cultivo*. 2016**.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

TANNUS, João L.S.; ASIS, Marco Antonio. Composição de espécies vasculares de campo sujo e campo úmido em área de Cerrado, Itirapina – SP, Brasil. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 27, n. 3, p. 489-506, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. *Encontro de atores da cadeia do extrativismo vegetal da Serra do Espinhaço*. Relatório. Diamantina, 2009, 46 p.

VALERIANO, Felipe Rodrigues; COSTA, Alice Vieira.; OLIVEIRA, Maria Neudes Sousa de. Germinação e número de sementes por capítulos de *Comanthera bisulcata* (Körn.) L.R. Parra & Giul de diferentes procedências e épocas de coleta. *Anais do XXXII Encontro Regional de Botânica*, Uberlândia, MG, 2012.

ZIRONDI, Heloiza Lourenço; OOI, Mark K.J.; FIDELIS, Alessandra. Fire-triggered flowering is the dominant post-fire strategy in a tropical savana. *Journal Vegetation Science*, v. 32; p.1-11, 2021.

Capítulo 7

Traçando os caminhos da comercialização: a economia agroextrativista das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas[1]

Sílvio Isoppo Porto

Diana Aguiar

Introdução

A economia gerada a partir da coleta das flores sempre-vivas[2], folhas, folhagens e frutos secos na região de Diamantina (Minas Gerais) comporta uma relevância incompatível com sua contínua invisibilidade. Essa invisibilidade, que é, acima de tudo, política, torna-se especialmente evidente em termos estatísticos. Isso, porque, ao analisar os dados socioeconômicos e históricos dessa região, fica explícita a a falta de visibilidade da dimensão da economia com base na agrobiodiversidade manejada pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. Mesmo nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que dispõe de informações detalhadas sobre as dinâmicas produtivas e econômicas dos municípios brasileiros, incluindo os dados sobre a agropecuária, não há qualquer referência a essa economia.

1 Este artigo deriva de um estudo realizado por um dos coautores (Sílvio Porto) para a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex), por meio de um projeto de cooperação com a organização suíça Heks-Eper e com apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). O objetivo do estudo era compreender a dinâmica e a relevância da economia oriunda do manejo da flora nativa pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, na Serra do Espinhaço Meridional, região de Diamantina, estado de Minas Gerais.

2 Genericamente, "sempre-vivas" referem-se às espécies cujas inflorescências (flores) são comercializadas secas. São popularmente conhecidas por margaridinhas ou botões. As margaridinhas, botanicamente falando, são da família das *Eriocaulaceae* do *gênero Comanthera subg. Comanthera*. Os botões são espécies que pertencem às famílias: *Eriocaulaceae* de outros gêneros, *Cyperaceae*, *Xyridaceae* e *Rapataceae*.

A importância histórica do manejo da flora nativa pelas comunidades tradicionais dessa região é de diversas ordens: socioeconômica, cultural e ambiental. A contradição entre essa relevância multidimensional e a ausência de dados estatísticos oficiais dessa economia é injustificável, como veremos ao longo deste capítulo. Por um lado, podemos dizer que há uma tendência a dar prioridade a economias de maior escala, estabelecendo o critério monetário (mesmo que concentrador de renda) como superior a outros critérios, tais como aspectos socioculturais e identitários, promoção da conservação da biodiversidade e geração ou distribuição de renda. Por outro lado, a falta de sistematização e de séries históricas não permite que se tenha a dimensão precisa dessa economia agroextrativista – alicerçada nos modos de vida das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da região de Diamantina (MG) – e das mudanças e tendências ao longo do tempo. Essas informações permitiriam desenhar políticas públicas mais propícias ao fortalecimento dessas comunidades, suas territorialidades e seus modos de vida.

Associada à ampla invisibilidade dessa economia, a "panha" (coleta) e comercialização das flores sempre-vivas e outros produtos da sociobiodiversidade (em especial aqueles com fins ornamentais[3]) enfrentam muitas restrições normativas de cunho preservacionista[4], o que tem provocado uma diminuição expressiva no volume comercializado. Essas restrições derivam do fato de se tratar de uma atividade ancorada na flora nativa e estar associada ao manejo das comunidades tradicionais dessa região, ou seja, uma atividade geradora de uma economia agroextrativista de produtos da sociobiodiversidade.

A sociobiodiversidade é um conceito relativamente recente, passando a configurar na agenda pública do governo federal a partir do Plano Plurianual de 2008-2011 (BRASIL, 2007), em especial, no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2009). Trata-se de um avanço, embora, nesses instrumentos, os produtos da sociobiodiversidade estejam vinculados a uma visão

3 As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas manejam uma ampla gama de produtos da sociobiodiversidade, mas apenas trataremos, no marco deste estudo, dos produtos com fins ornamentais (flores sempre-vivas, folhas, folhagens e frutos secos), que compõem a economia que buscamos estimar aqui e que atraiu notoriedade para os sistemas agrícolas tradicionais da região.

4 Ver o capítulo 8 desta obra.

de "cadeias produtivas"[5], em que as comunidades exercem um papel de fornecedoras de matéria-prima, subordinadas à lógica econômica de uma empresa ou indústria.

Diante desse avanço e reconhecimento institucional da sociobiodiversidade em âmbito nacional, a contínua informalidade da coleta e manejo tradicional das sempre-vivas é gerada, em boa medida, pela falta de vontade política do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF). Esses órgãos dispõem de prerrogativas institucionais para valorizar essa economia, por meio da adoção dos Protocolos Comunitários (como previsto na Convenção da Diversidade Biológica) (BRASIL, 2000) e na Lei Federal 13.123/2015 (BRASIL, 2015), reconhecendo e promovendo o manejo e a comercialização das flores sempre-vivas, botões, folhagens, folhas e frutos da flora nativa de Minas Gerais. Cabe lembrar que o extrativismo desses produtos da sociobiodiversidade vem sendo realizado há pelo menos 90 anos, sendo traço sociocultural determinante do modo de vida das comunidades tradicionais que vivem na região de Diamantina.

Por outro lado, mesmo os órgãos ambientais que já reconheceram essa situação[6] não resolvem o impasse. Isto tem levado a atividade de coleta e comercialização das sempre-vivas à marginalização e até à criminalização. Essa situação reforça a informalidade da venda desse produto no mercado interno, evitando que se conheça a sua relevância econômica no país, além de contribuir para mascarar as estatísticas do volume total comercializado.

O reconhecimento desse sistema tradicional como Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em março de 2020, é um passo importante no sentido de superação da invisibilidade. Porém, para

5 A origem do termo "cadeias produtivas" está relacionada à ideia de conexão entre as diferentes etapas da produção ao consumo, a partir de uma visão empresarial, associada ao surgimento dos conceitos de *agrobusiness* nos Estados Unidos (1957) e agronegócio no Brasil, no final dos anos 90. Esses conceitos estabelecem uma análise a partir das interdependências da agricultura com a indústria, seja de insumos relacionados à produção, seja nas etapas após a colheita, tais como o transporte, armazenagem, transformação e comercialização. Nesse sentido, acreditamos que reforçar o uso dessa terminologia representa a reprodução de paradigmas aos quais o movimento agroecológico, historicamente, contrapõe-se, em especial a própria erosão da autonomia dos sujeitos políticos que promovem o manejo da agrobiodiversidade, muitas vezes, inseridos de forma subordinada em uma "cadeia produtiva" sobre a qual têm muito pouco controle ou capacidade de incidência em seu desenho.

6 Ver capítulo 8 desta obra.

tanto, é fundamental que esse reconhecimento internacional seja compartilhado pela sociedade e instituições brasileiras. Além disso, ao reconhecer, deve-se assegurar formas de valorizar e garantir a reprodução social desse sistema, para que esse patrimônio agrícola mundial siga sendo herdado pelas futuras gerações.

Ao apresentar uma estimativa do que essa economia foi capaz de gerar nas últimas décadas e sistematizar a diversidade de produtos oriundos da sociobiodiversidade comercializados a partir da região de Diamantina para o mundo, este estudo pretende contribuir para demonstrar a relevância da economia do agroextrativismo das comunidades tradicionais que habitam a porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais.

"Arqueologia" socioeconômica das flores sempre-vivas: metodologia para construir a base de dados e estimativas

Diante da invisibilidade estatística dos produtos da sociobiodiversidade comercializados na região de Diamantina, foi necessário o levantamento e sistematização de informações dispersas e pouco definidas que permitissem compor uma estimativa. Esse foi um trabalho que conjugou um esforço quase artesanal de compilar dados e de realizar certa extrapolação, informada por acúmulos em relação à economia de produtos da sociobiodiversidade e à generosidade de interlocutores que dispuseram de informações parciais de que detinham, bem como alguma sorte.

Como resultado dessa "arqueologia" de informações, foi possível revelar uma economia calcada em mais de 350 produtos da sociobiodiversidade resultantes do manejo conduzido por comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional a partir de seus modos de vida. Nesta seção, serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para construir a base de dados e as estimativas, fundamentais para as análises contidas neste estudo, e contribuir para revelar a importância dessa economia.

Revelando a diversidade de produtos do agroextrativismo da região de Diamantina

No que tange ao processo de sistematização dos produtos da sociobiodiversidade da região de Diamantina (MG), foram realizadas revisão bibliográfica, entrevistas (com pessoas das comunidades apanhadoras de flores, comerciantes, pesquisadores(as), técnicos(as) e gestores(as) públicos), além da organização de documentos fiscais de empresas que atuam na comercialização desses produtos. Esse conjunto de informações foi fundamental para sistematizar mais de 350 produtos[7] na proporção dos grupos de produtos expressos na figura 1. Essas informações balizaram duas frentes importantes deste estudo: a dimensão qualitativa (diversidade de produtos) e as quantidades comercializadas, mesmo que de forma parcial.

Boa parte da produção oriunda das comunidades apanhadoras de flores da região de Diamantina é comercializada por meio de quatro empresas, sendo que apenas duas delas movimentam a maior parte das exportações desses produtos. Esses quatro compradores acumulam um vasto conhecimento e experiência sobre a comercialização dessas espécies, pois atuam há mais de 30 anos nesse mercado.

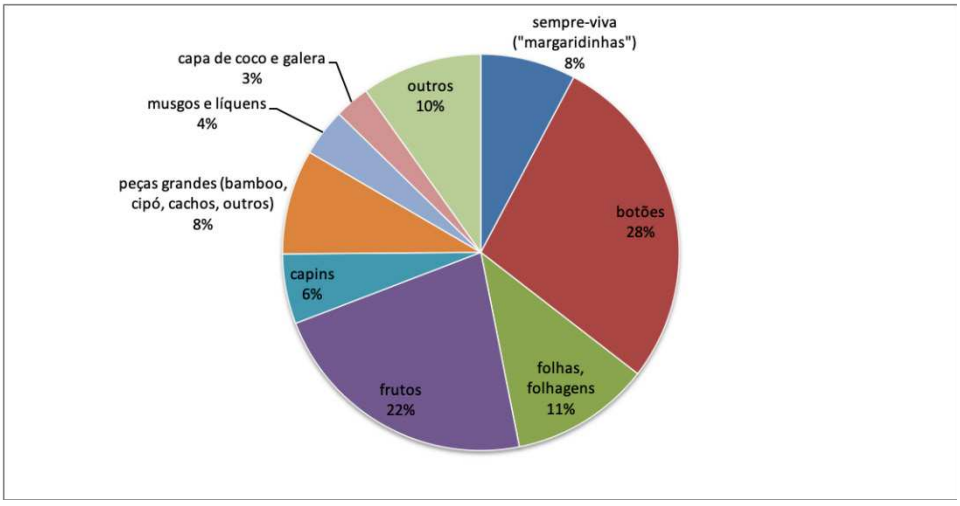
Nesse sentido, cabe ressaltar um agradecimento à colaboração dos comerciantes que gentilmente cederam informações contidas em seus arquivos, além de diversas informações orais concedidas ao longo das entrevistas ou em diálogos telefônicos, auxiliando no esclarecimento de dúvidas sobre diferentes temas relacionados a essa atividade. Além dos documentos fiscais concedidos por algumas empresas, é digno de nota a listagem fornecida por um desses comerciantes, contendo informações muito relevantes sobre a comercialização de diversos produtos da sociobiodiversidade da região de Diamantina, bem como os principais municípios produtores. Esse material, juntamente com as informações concedidas pelas outras empresas, foi o ponto de partida para a elaboração da listagem dos produtos coletados e comercializados na região de Diamantina.

Da mesma forma, as informações foram complementadas e

7 É importante esclarecer que de uma mesma espécie podem ser aproveitadas diferentes partes da planta (casca, folha ou fruto).

contrastadas com outros documentos[8], incluindo materiais de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal (NESFV) da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que ainda não haviam sido publicados à época do estudo e que foram, gentilmente, fornecidos a essa pesquisa. Por fim, houve uma vasta pesquisa bibliográfica, incluindo o levantamento das espécies contidas nas listas vermelhas, dissertações, teses e artigos, que possibilitaram compor a lista geral dos produtos ornamentais da sociobiodiversidade coletados na região de Diamantina e que são comercializados no Brasil e no exterior.

Figura 1 - Distribuição por categoria dos mais de 350 produtos da sociobiodiversidade comercializados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas



Fonte: Elaborado por Helena Rodrigues Lopes e Sílvio Isoppo Porto (2018).

A diversidade de produtos ornamentais da região de Diamantina, compreendendo mais de 350 produtos, foram agrupados em nove categorias (Figura 1). Possivelmente, esse conjunto reúne os principais produtos que, em algum momento, foram comercializados na região de Diamantina. Porém, como essa coletânea apresenta informações com dados comercializados desde a década de 90, não deve ser entendido que

8 BRASIL (2014); BRASIL (2008); BRASIL (1968); DUARTE (2018); IBAMA (2001); IBAMA (1992); MINAS GERAIS (2008); MINAS GERAIS (1997); OLIVEIRA (2018a); OLIVEIRA (2018b); PORTO (2018).

esses produtos, em sua totalidade, ainda estejam sendo comercializados, visto que ocorrem alterações na demanda do mercado consumidor de plantas ornamentais.

É necessário salientar que à exceção das flores sempre-vivas (entendidas como as "margaridinhas") e alguns botões, tais como a "jazida", "botão-branco", "espeta-nariz" e "amarelinho", para os quais há uma demanda contínua no mercado, os demais produtos oscilam, em função das tendências estéticas. Por fim, esse conjunto expressa a biodiversidade manejada pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, no âmbito do sistema agrícola tradicional que desenvolveram nessa região e contribui para demonstrar a necessidade de que esse modo de vida, presente em diversas comunidades rurais da região, seja validado por meio dos Protocolos Comunitários.

O processo construído para estimar a economia das flores sempre-vivas

Para realizar essa estimativa foi necessário recorrer a diferentes fontes de informação, tendo em vista que a principal, publicamente disponível, refere-se às exportações, encontradas no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em um Sistema denominado Comex Stat[9]. Como ressaltado anteriormente, não há registros estatísticos do IBGE, assim como não há referência de dados sobre a coleta ou comercialização de "sempre-vivas", folhas, folhagens e frutos secos nos órgãos estaduais de Minas Gerais.

Um problema adicional é que as informações disponíveis no MDIC, a partir de 1997, foram agregadas por categorias de produtos, segundo a classificação adotada pelos países membros do Mercosul – Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)[10], as quais estão discriminadas em dólares e em quilograma para cada grupo de produto. Assim, qualquer tentativa de estabelecer comparação com a base de dados de anos anteriores tem que ser por meio da inferência

9 "O Comex Stat é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. São divulgados mensalmente os dados detalhados das exportações e importações brasileiras, extraídas do SISCOMEX e baseados na declaração dos exportadores e importadores. A base de dados do sistema também está disponível para download." (COMEX STAT, [S.I.]).

10 O Tratado de Assunção foi instituído a partir de 01/01/1995 pelos quatro países membros do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que adotaram a Tarifa Externa Comum (TEC), identificada por uma base comum – Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) – (BRASIL, [S.I]).

dos dados. A série histórica disponível (à época deste estudo) no site do MDIC para consulta pública contempla o período entre 1997 e 2018. Esses dados podem ser acessados por meio de diferentes filtros. Em termos temporais, os dados podem ser agregados por ano ou por mês, conforme o período escolhido para a consulta.

Até 1996, a base de dados das exportações brasileiras era lançada em outro sistema (Análise das Informações de Comércio Exterior - AliceWeb), coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A partir de 1997, foi substituído pela plataforma atual (Comex Stat), ficando a cargo do Departamento de Estatísticas e Apoio à Exportação (DAEX), na mesma Secex do MDIC. Segundo informação de uma funcionária desse departamento, o sistema anterior (AliceWeb) foi desativado por falta de manutenção e defasagem tecnológica, não sendo compatível a unificação das bases de dados.

As informações contidas nessa antiga plataforma foram publicadas em anuários estatísticos e encontram-se disponíveis (em meio físico) na biblioteca do MDIC. Infelizmente, em contatos realizados com funcionários desse Ministério (via telefone e e-mail), não foi possível receber uma cópia com essas informações. Assim, a base dos produtos analisados neste estudo, em relação às exportações, está agregada em dois grandes grupos, seguindo a classificação do Mercosul (NCM):

> **NCM 0603** – Flores e seus botões, cortados para ramos ou ornamentação, frescos, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outra forma;
>
> **NCM 0604** – Folhagens, folhas, ramos e outras partes de plantas, sem flores, nem botões de flores e ervas, musgos e líquenes, para ramos ou para ornamentação, frescos, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo; (COMEX STAT, [S.I.]).

Nesse nível de consulta, é possível identificar os dados por município, mas não há uma diferenciação entre flores e botões frescos e secos. Isso se deve por causa do sigilo fiscal, evitando expor as empresas. Outra forma de consulta, que possibilita maior detalhamento, desagregando as flores frescas (NCM 06031000) das flores secas (NCM 06039000), exige sair da escala da base municipal e obter os dados agregados em âmbito estadual.

Abaixo, estão detalhadas as NCMs para cada subgrupo, consultáveis em dados agregados em escala estadual:

> **NCM 06039000** – Flores e seus botões, secos, etc., cortados para buquês, etc.
>
> **NCM 06031000** – Flores e seus botões, frescos, cortados para buquês, etc.
>
> **NCM 06049900** – Folhagem, folhas, ramos de plantas, secos, etc., para buquês, etc.
>
> **NCM 06041000** – Musgos e líquens, para buquês ou ornamentação (COMEX STAT, [S.I]).

Ao acessar pela via municipal, necessariamente, estamos realizando uma consulta para flores e botões frescos e secos. Nesse caso, não haveria como desagregar e, como Minas Gerais é um grande produtor de flores frescas, isso poderia contaminar a base de dados. Mas, esse risco minimiza-se devido ao fato de que a região produtora de flores frescas é bem distante da região de Diamantina. Assim, é possível, a priori, orientar a consulta no Comex Stat, em função da base geográfica, o que, na prática, determina o tipo de produto (flores/botões frescos ou secos), sendo consultado sob o NCM 0603.

É importante destacar que a produção de flores frescas está concentrada, sobretudo, na região de Barbacena e no Sul do estado de Minas Gerais. Por sua vez, a coleta das flores, botões, folhagens, folhas e frutos secos ocorrem na região de Diamantina. Diante dessa situação, para dar seguimento a este estudo, fez-se a opção de usar a consulta pela via municipal, partindo do pressuposto de que as empresas representativas desse ramo de atividade são de conhecimento público, não havendo dúvida onde estão sediadas.

Embora as informações referentes à exportação não sejam registradas em função do município de produção (coleta), mas pelo município sede da empresa exportadora, acreditamos que, mesmo assim, essa escolha assegura uma alternativa viável para traçar os caminhos da comercialização.

Para nos cercarmos de maior segurança, realizou-se ainda uma consulta no cadastro das empresas do município da região metropolitana de Belo

Horizonte, onde está sediada uma das principais empresas exportadoras, visando a não desconsiderar informações referentes às exportações desses produtos oriundos de outras empresas que eventualmente atuam ou atuaram nesse ramo de atividade com exportações. Essa busca permitiu identificar um pequeno volume exportado a partir do município de Belo Horizonte. Como o volume era pouco expressivo e havia incertezas sobre o tipo de produto e o perfil das empresas exportadoras sediadas nesse município, preferiu-se não levar em consideração esses dados.

Nesse sentido, na região de Diamantina, incluiu-se outros municípios que são relevantes na coleta desses produtos, tais como: Buenópolis, Gouveia, Olhos D'água, Bocaiúva, Presidente Kubitschek, Datas e Serro. Cabe destacar que não foram encontradas quaisquer referências à exportação das "sempre-vivas" e outros produtos oriundos desses municípios.

Em relação ao município de Gouveia, desde o início, este foi incluído na relação dos municípios a serem pesquisados, em função do funcionamento de uma grande empresa (Brasiltimex) que atuava nesse mercado e era vinculada a uma família desse município. Dessa forma, levantamos as informações disponíveis entre os anos de 1997 e 2001, já que a empresa encerrou as suas atividades a partir de 2002. Segundo fontes entrevistadas, o fechamento foi decorrente de problemas de gestão. Esse fato não representou nenhum problema de retração de mercado à época, como pode ser visto nos dados da tabela 1. Possivelmente, os fornecedores da Brasiltimex foram absorvidos pelas demais empresas que atuam até hoje como compradoras na região.

Segundo os principais comerciantes, a maior parte das vendas para o mercado interno não ultrapassam 150 kg por comprador(a), sendo transportada em veículos pequenos (carros de passeio) para as regiões consumidoras, reforçando a informalidade. Ao estabelecer relações comerciais dessa natureza, as informações tendem a ser sub-registradas, dificultando recuperar informações de anos anteriores, uma vez que são informações colhidas nas entrevistas (dependentes da memória dos entrevistados), seja em relação aos preços ou às quantidades comercializadas. Isso dificultou recompor uma série histórica sobre a comercialização desses produtos.

Mesmo assim, foi possível acessar uma base parcial de dados de

parte das empresas que atuam nesse ramo, por meio de blocos de notas fiscais antigos que estavam arquivados, o que exigiu considerável esforço de sistematização. Ao mesmo tempo, essas informações referentes ao mercado interno, por serem dados oriundos de notas fiscais, não serão identificadas com quaisquer informações que possam levar à identificação do nome da empresa, assegurando assim o sigilo fiscal, além de evitar algum tipo de constrangimento comercial.

Tendo em vista que essa base de dados sobre a comercialização para o mercado interno está circunscrita a um período temporal curto, não foi possível construir uma série histórica, o que não permite fazer uma comparação consistente entre a relevância do mercado interno e externo, em termos econômicos ou do volume comercializado. Como dito anteriormente, os dados fiscais do mercado interno são sabidamente subestimados, em função da informalidade em que este opera.

Os dados fiscais fornecidos pelas empresas são de dois períodos: 2004 a 2006; e 2015 a 2017. Nem todas as informações relativas à comercialização (considerando cada ano fiscal) foram disponibilizadas, dificultando ainda mais as análises. O registro das informações feito nos documentos fiscais nos anos 2000, referente à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, eram realizados em papel (blocos de notas fiscais). Possivelmente, parte dessa informação pode ter se extraviado ao longo desses anos, uma vez que as notas fiscais devem ser guardadas por um período máximo de cinco anos. Decorrido esse tempo, é totalmente justificável que as empresas desfizessem-se dessas informações, em geral, por meio da incineração dos blocos de notas, devido à perda da validade fiscal.

As notas fiscais sobre a comercialização do período recente enviadas por essas empresas constam do sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas, facilitando resgatar ou consultar essa base de dados a qualquer momento, desde que a empresa esteja devidamente registrada na Receita Federal – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) –, na Secretaria da Fazenda de cada estado (inscrição estadual) e no sistema que possibilita emitir as notas fiscais eletrônicas.

Infelizmente, a norma tributária impede, em nome do sigilo fiscal, que essas informações sejam disponibilizadas por setor de atividade, mesmo que de forma agregada, sem vinculação ao CNPJ ou à inscrição estadual.

Isso contribuiria para qualificar a transparência pública, disponibilizando os dados por tipo ou grupos de produtos, possibilitando, assim, conhecer a expressão econômica da sociobiodiversidade, tanto no mercado interno quanto externo.

Ao analisar a série histórica do Comex Stat (1997 e 2018) sobre as exportações, ficou evidente a descontinuidade dos dados ao longo dessa série, conforme demonstrado na Tabela 1, abaixo. Cabe destacar que não houve registros na NCM 0603 (flores e botões) entre 2001 e 2006 e, em 2000, o volume registrado já apontava para uma redução considerável, comparativamente, aos três anos anteriores.

Essa situação não tem coerência com a realidade, pois, nos anos em que a série histórica do MDIC (Comex Stat) aparece zerada para flores e botões (Tabela 1), tais como 2004 e 2005, houve exportação de "sempre-vivas", conforme demonstram os dados fiscais de empresas que atuam nesse mercado, aos quais se teve acesso durante a realização do trabalho de campo. Claramente, houve alguma razão que levou a essa mudança abrupta do padrão estatístico, a partir de 2001, já que, comparado aos anos anteriores, simplesmente, deixaram de existir os dados referentes aos grupos das flores e botões.

Tabela 1 - Dados de exportações de flores sempre-vivas, botões, folhas, folhagens e frutos secos, oriundos dos municípios de Contagem, Diamantina e Gouveia (MG) – 1997 a 2018

Folhas, folhagens e frutos (1)			Flores e Botões (2)			Total (1) + (2)		
Ano	**Valor (milhão US$)**	**Kg**	**Ano**	**Valor (milhão US$)**	**Kg**	**Ano**	**Valor (milhão US$)**	**Kg**
1997	0,604	257.296	1997	1,220	318.000	1997	1,824	575.169
1998	0,399	138.122	1998	1,381	307.000	1998	1,780	444.931
1999	0,624	234.830	1999	1,621	421.000	1999	2,245	656.108
2000	1,410	521.690	2000	0,213	59.000	2000	1,622	581.039
2001	1,605	652.417	-	-	-	2001	1,605	652.417
2002	1,453	669.162	-	-	-	2002	1,453	669.162
2003	2,189	1.032.092	-	-	-	2003	2,189	1.032.092
2004	1,909	1.050.828	-	-	-	2004	1,909	1.050.828
2005	2,119	857.810	-	-	-	2005	2,119	857.810
2006	2,519	895.564	-	-	-	2006	2,519	895.564
2007	2,354	877.813	2007	0,0702	2.632	2007	2,424	880.445
2008	2,067	607.880	2008	0,0224	1.120	2008	2,090	609.000
2009	2,127	597.880	2009	0,0250	1.252	2009	2,152	599.132
2010	1,899	446.998	-	-	-	2010	1,899	446.998
2011	1,853	404.245	-	-	-	2011	1,853	404.245
2012	1,713	433.009	-	-	-	2012	1,713	433.009
2013	1,658	376.426	-	-	-	2013	1,658	376.426
2014	1,358	307.121	-	-	-	2014	1,358	307.121
2015	1,324	361.565	-	-	-	2015	1,324	361.565
2016	1,248	316.707	-	-	-	2016	1,248	316.707
2017	1,244	249.363	-	-	-	2017	1,244	249.363
2018	1,261	260.286	2018	0,054	5.752	2018	1,314	266.038
Total	**34,937**	**11.549.104**		**4,607**	**1.115.756**		**39,544**	**12.664.860**

Fonte: COMEX STAT, [S.I.] - Elaboração Sílvio Isoppo Porto (2019).

Como podemos ver na Tabela 1, o volume de comercialização do grupo 1 (folhas, folhagens e frutos) ampliou cerca de 287 toneladas de 1999 para 2000; e 390 toneladas de 1999 para 2001; enquanto, no mesmo período, houve redução do grupo 2 (flores e botões) de 1999 a 2000, e o desaparecimento da comercialização desse grupo em termos estatísticos a partir de 2001. Essa elevação do volume comercializado (em quilos) do grupo 1 é compatível com os volumes comercializados no grupo 2, nos anos anteriores. Ainda, a média anual do volume total comercializado entre 2000 e 2009 é, inclusive, superior à média entre os anos 1997 e 1999, corroborando a inferência da migração dos registros comercializados entre os grupos 2 e 1.

Os dados sobre as exportações de flores e botões (NCM 0603) voltaram a aparecer no ComexStat, em 2007, sendo também registrados nos dois anos subsequentes (2008 e 2009), embora em pequenos volumes. Esse grupo desaparece novamente das estatísticas oficiais por mais oito anos (entre 2010 e 2017) e reaparece em 2018, embora, dessa vez, com volumes pouco expressivos, muito distantes dos valores históricos do final dos anos 1990.

Fundamentalmente, por meio dos dados da Tabela 1, é possível perceber que houve uma queda no volume total das exportações dos produtos extrativistas coletados na região de Diamantina, sobretudo a partir de 2008. Independente do que possa ter ocorrido em relação à forma de registrar os dados, o volume físico exportado caiu continuamente na última década, assim como o resultado financeiro. O volume máximo exportado dessa série histórica ocorreu entre os anos de 2003 e 2004, ultrapassando a marca de mil toneladas por ano. Houve um processo de redução, oscilando nos três anos subsequentes (2005 a 2007), em um patamar um pouco mais abaixo, variando entre 850 e 900 toneladas por ano. Após esse período, o processo de queda foi contínuo, chegando, em 2018, a cerca de 260 toneladas, praticamente reduzindo o volume físico exportado a 1/3, em dez anos.

Atribuímos as mudanças de padrão estatístico e a queda paulatina da dimensão da economia agroextrativista de produtos ornamentais da sociobiodiversidade às ações preservacionistas[11] dirigidas à Serra do Espinhaço a partir do fim dos anos 1990 e consolidada com a criação do Mosaico de UCs do Espinhaço Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral,

11 Para uma análise mais detida desse processo, ver capítulo 8 desta obra.

em 2010, tendo havido: *a*) cobrança pelo IEF de uma taxa referente às custas da reposição florestal (1996) sobre a coleta das sempre-vivas (MINAS GERAIS, 1996)[12]; *b*) publicação da lista das espécies ameaçadas de risco de extinção de Minas Gerais, em 1997, incluindo a flor sempre-viva pé-de-ouro (carro chefe da economia agroextrativista), levando, posteriormente, à sua inclusão na lista nacional (2008) e, consequente, proibição de sua exportação, com aplicação de multas aos comerciantes que descumprissem a interdição; e *c*) a criação de novas Unidades de Conservação (UCs), estaduais e federal, na região de Diamantina (entre 1998 e 2005), amparada, sobretudo, numa justificativa de necessidade de preservar as espécies endêmicas ("sempre-vivas") da Serra do Espinhaço e, supostamente, em extinção.

Propostas para avançar na visibilidade estatística da economia de flores sempre-vivas

Uma das formas que poderia contribuir para que essa economia viesse a sair da invisibilidade estatística seria pela via tributária. Porém, as flores ornamentais, de um modo geral, são isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A isenção aos hortigranjeiros (frutas, legumes, verduras, flores e ovos) tem origem nos anos 1970, no contexto da criação da maioria das Centrais de Abastecimento (Ceasas) do Brasil. Essa renúncia fiscal pretendia reduzir o preço desses produtos ao consumidor e estimular o consumo de alimentos frescos.

Por outro lado, a isenção tributária desloca a atenção do poder público para os setores que arrecadam impostos, por garantirem recursos para a execução do orçamento público. Ao mesmo tempo, essa desatenção dos órgãos fazendários contribui para o subfaturamento e a distorção

12 O IEF publicou a Portaria nº 31 (Artº 2º), em 08 abril de 1996, que instituiu a taxa de reposição florestal para a coleta de "Sempre-Viva (sic), mini saia e assemelhados. 1 kg de flor seca 03 mudas" (Minas Gerais, 1996). Essa cobrança não faz sentido, uma vez que não há supressão da vegetação nativa – conforme previsto nessa Portaria – com a coleta das flores, e não leva em consideração que o manejo realizado pelas comunidades apanhadoras de flores tem assegurado a reprodução dessas espécies há décadas. Cada muda previa o recolhimento de R$ 0,57 e, como ficou estabelecida a referência de três mudas para cada quilo de sempre-viva ou assemelhado (entende-se a inclusão dos botões por também serem inflorescências), o valor da taxa por quilo comercializado ficou em R$ 1,71/kg, considerada muito alta pelos comerciantes e, dependendo da espécie de sempre-viva comercializada, representava entre 20 e 30%, em relação ao valor de mercado. Essa cobrança já havia sido instituída em 1992 (Portaria IEF nº 02, Artº 5º), inicialmente para folhas e cascas. No caso das espécies arbustivas, a relação era de uma muda para cada 3kg de folhas comercializadas e três mudas para 1kg de casca; no caso das arbóreas, uma muda para cada 5kg de folhas e duas mudas por quilo de casca comercializados. Esses valores eram considerados desproporcionais pelos comerciantes, comparativamente aos valores de mercado tanto para as flores sempre-vivas e botões, quanto folhas e cascas. A taxa, por razões óbvias, foi, posteriormente, revogada.

das estatísticas, invisibilizando ainda mais a economia dos produtos da sociobiodiversidade.

Entretanto, a questão tributária por si não explica o descaso, uma vez que alguns hortigranjeiros, embora também não recolham ICMS, recebem tratamento adequado em relação às pesquisas geradoras de informações agrícolas, por parte de órgãos públicos, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o IBGE, em nível municipal, estadual ou nacional, a depender do papel federativo de cada instituição. Caso esses órgãos públicos passassem pelo menos a considerar, nas suas pesquisas ordinárias, as flores sempre-vivas, os botões e os demais produtos da sociobiodiversidade no Censo agropecuário (Tabelas 2 e 3), isso possibilitaria dar visibilidade aos dados relativos ao volume coletado, os preços de comercialização e a diversidade dos produtos da sociobiodiversidade coletados e comercializados na região de Diamantina.

É importante observar, na tabela 2, abaixo, que, nos dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o município de Diamantina, constam uma área de aproximadamente 24 mil hectares (ha) destinada ao cultivo de flores. É de conhecimento público que, em Diamantina, não há produção de flores frescas, nem plantio (no sentido literal do termo) de flores sempre-vivas. Sendo assim, pode-se afirmar que há uma flagrante distorção nesses dados.

Tabela 2 - Áreas declaradas para produção agropecuária em Diamantina - MG

Indicador	2017	Unidade
Área declarada ocupadas com lavouras		
Permanentes	2.724	hectares
Temporárias	2.640	hectares
Área para cultivo de flores	23.975	hectares
Área declarada ocupadas com pastagens		
Naturais	6.615	hectares
Plantadas em boas condições	7.355	hectares
Plantadas em más condições	1.045	hectares
Área declarada ocupadas com matas ou florestas		
Naturais	8.004	hectares
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	20.201	hectares
Florestas plantadas	15.873	hectares

Fonte: IBGE, 2019 (Censo Agropecuário 2017).

Chama atenção, ainda, que a área indicada (24 mil ha) com flores é superior à área plantada de qualquer outra categoria ou produto, a exemplo dos monocultivos de eucalipto, que são expressivos na região e representam em torno de 15 mil ha. Uma possibilidade refere-se às informações prestadas por comerciantes da região, que, sabidamente, promovem o manejo de áreas por meio do enriquecimento desses campos com sementes de algumas espécies de flores sempre-vivas, em especial a pé-de-ouro, ainda que em área muito inferior à declarada, cerca de 200 ha. Outra hipótese para essa distorção é que as famílias extrativistas tenham declarado ao recenseador as áreas em que realizam a "panha" (coleta) de flores sempre-vivas e, no preenchimento do questionário do Censo, essas áreas tenham sido classificadas como de cultivo. Mesmo assim, o valor publicado no Censo não condiz com a realidade.

Por sua vez, a Tabela 3, a seguir, apresenta as informações de produção coletadas pelo IBGE referente às lavouras temporárias. Podemos ver que há informação sobre hortigranjeiros (alho e tomate), mesmo sendo isentos de ICMS e menos relevantes do que as sempre-vivas, considerando o número de famílias envolvidas com essas atividades.

Por meio de contato com um dos técnicos da agência do IBGE de Diamantina, buscou-se subsídios para esclarecer a ausência de informações sobre as flores sempre-vivas nas diferentes pesquisas agropecuárias realizadas nesse município. A justificativa foi que esse tipo de decisão (inclusão de produtos) não estava na alçada regional, mas o técnico tampouco soube responder quais seriam os passos para que esse tipo de procedimento viesse a ser adotado. Tentando justificar a ausência das sempre-vivas, esse técnico alegou que os produtos pesquisados pelo IBGE são aqueles de abrangência nacional, porém essa afirmação não procede, uma vez que esse instituto levanta dados de diversos produtos regionais, inclusive em Minas Gerais, tais como pequi, mangaba, castanha de caju e castanha do Brasil.

Tabela 3 - Área plantada de cultivos agrícolas em Diamantina - MG

Área plantada (hectares)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cana-de--açúcar	420	300	380	400	400	400	400	300	330	350	350	400	500	200
Feijão	600	500	650	650	800	800	800	800	800	600	500	550	450	210
Mandioca	80	70	30	15	15	15	15	3	6	6	12	5	10	35
Milho Grão	800	800	800	800	800	800	800	1000	800	800	800	800	600	420

Fonte: IBGE, 2019 (Censo Agropecuário 2017).

Os caminhos da comercialização das flores sempre-vivas e botões

Em que pese as dificuldades enfrentadas para levantar as informações sobre a comercialização, os dados econômicos, apresentados neste estudo, evidenciam a relevância dessa economia oriunda dos produtos da sociobiodiversidade coletados na região de Diamantina. A comercialização para o mercado externo, entre 1997 e 2018, somou 39,5 milhões de dólares (Tabela 1), uma média anual de aproximadamente US$ 1,8 milhão.

Cabe destacar que as limitações estatísticas não são exclusivas deste estudo. Um levantamento realizado pelo Terra Brasilis (1999) afirmou que, a partir dos dados oficiais de exportação, "torna-se impossível inferir sobre os valores totais obtidos pela comercialização de espécies de sempre-vivas" (INSTITUTO TERRA BRASILIS, 1999), o que também vale para os demais produtos da sociobiodiversidade da região de Diamantina, considerando a base de dados a partir de 1997, em função da adoção da NCM, que passou a agregar os dados individuais em categorias de produtos.

Além disso, foi possível quantificar o peso relativo das flores sempre-vivas e botões a partir do volume exportado entre 1997 e 1999, o que demonstra a importância e o potencial desses produtos para a região e para o país. A escolha desses anos se deve ao fato de que, ao longo da série histórica – entre 1997 e 2018 –, estes são os únicos anos consecutivos que apresentam uma relativa coerência entre si quanto ao volume exportado e valores mais próximos às informações colhidas nas entrevistas realizadas com os comerciantes. Assim, considerando os dados oficiais, sabemos que, entre 1997 e 1999, o volume total exportado de flores e botões representou cerca de 1,046 mil toneladas, uma média anual de 276,3 toneladas de flores secas (sempre-vivas e botões).

Dessa forma, como parâmetro para estabelecer o peso relativo para o grupo de produtos flores e botões, recorreu-se aos dados publicados por Giulietti *et al*. (1987) sobre o volume exportado desses produtos, referente ao ano de 1984. Isso foi possível porque essas informações, além de serem decorrentes de fontes oficiais, foram sistematizadas por produto e com referência dos volumes exportados por espécie. Mesmo reconhecendo os limites desse método de análise, entendemos que essa

aproximação representa uma referência importante sobre o volume exportado de flores sempre-vivas e botões, nos primeiros anos após a publicação da primeira lista vermelha do estado de Minas Gerais.

Dito isso, o volume total das exportações, no ano de 1984, relativo a esses dois grupos de flores ornamentais, foi de 145,5 toneladas (ton), sendo 84 ton (58%) de flores sempre-vivas e 61,5 ton (42%) de botões. Por sua vez, a média aritmética das exportações desses mesmos produtos, considerando os anos entre 1997 e 1999 (Tabela 1) foi de 348,7 ton. Assim, levando-se em conta as proporções de 1984 – 58% e 42% para flores sempre-vivas e botões, respectivamente – para a média dos três anos (1997 a 1999), estima-se que foram exportadas 202 ton de flores sempre-vivas e 142,5 ton de botões.

Em relação ao volume comercializado de flores sempre-vivas e botões no mercado interno, a partir das entrevistas com os comerciantes e notas fiscais analisadas, foi possível uma aproximação conservadora de 20% em relação ao volume exportado desses produtos, considerando a insuficiência de parâmetros objetivos. Mas há uma importante ressalva: desse volume comercializado no mercado interno, há uma maior proporção de botões do que de flores sempre-vivas. Os entrevistados apontam que o mercado interno é mais favorável à comercialização dos botões. Isso se deve ao fato de serem comercializados a preços mais baixos do que as flores sempre-vivas, além de existir uma forte demanda dessas espécies por pequenos comerciantes, em municípios vizinhos a Diamantina (Datas e Gouveia), que atuam na confecção de coroas utilizadas em funerais.

Para estabelecer uma estimativa do volume anual comercializado no mesmo período acima (final dos anos 1990), somamos às exportações os 20% (69,7 ton) relativos ao mercado interno, mas invertendo as proporções comercializadas entre sempre-vivas (42%) e botões (58%), ou seja, 29,3 ton e 40,4 ton, respectivamente. Dessa forma, estima-se que foram comercializados, entre os anos de 1997 e 1999, o equivalente a 231,3 ton de flores sempre-vivas e 182,9 de botões, somando um total de 414,2 (mercado interno + exportações).

Nesse contexto, as perdas devem ser estimadas considerando o tipo de produto e o destino, uma vez que, no mercado interno, praticamente, não há perdas, já que a limpeza é feita pelo comprador final. Mas, em relação

às exportações, é o contrário, haja vista que o produto, necessariamente, passa por um processo de preparação. Segundo os dados apresentados pelos comerciantes, as perdas podem chegar a ser entre 20 e 25% para botões e 30 e 40% para as flores sempre-vivas. Isso ocorre por causa de vários fatores: a) perda de peso no processo de secagem; b) retirada de fragmentos ou partes de outras plantas, sobretudo gramíneas, que vêm juntas no momento da coleta em campo (limpeza); e c) corte da haste, em geral, deve ficar com 45 cm (tamanho usual do buquê destinado à exportação).

Por fim, a partir das informações levantadas, estima-se que para o volume coletado, entre os anos de 1997 e 1999, houve uma perda com o descarte de inflorescências e umidade de 10% para flores sempre-vivas (20 ton) e 5% para os botões (7 ton). Dessa forma, estima-se que, para o período analisado, a coleta pelas comunidades apanhadoras de flores pode ter chegado a 441 ton, sendo 251 ton de sempre-vivas e 190 ton de botões.

Principais países importadores das flores sempre-vivas e botões

Considerando a série histórica de 1997 a 2018, estabeleceu-se o ranking dos países em função do volume financeiro (em dólar) gerado, a partir das exportações brasileiras nesse período. Cabe destacar que alguns países podem ter sido mais ou menos relevantes em algum momento desse período comercial, mas entendemos que a apresentação dessa forma, pelos valores agregados, considerando esses 22 anos, permite conhecer os países que estabeleceram uma relação comercial mais consistente ao longo desse período.

Em que pese o Brasil ter exportado ao longo desses 22 anos para 21 países, há uma clara concentração, pois apenas quatro desses países (Holanda, Estados Unidos, Espanha e Itália) absorveram praticamente 90% das exportações brasileiras (Tabela 4).

Tabela 4 - Países importadores considerando flores e botões (1997 a 2018)

País	Valor (US$)	Kg
Países Baixos (Holanda)	1.369.448,00	308.170
Estados Unidos	949.758,00	226.771
Espanha	716.194,00	202.782
Itália	702.728,00	195.618
Alemanha	325.400,00	90.150
Canadá	107.596,00	17.018
Japão	89.910,00	10.102
Reino Unido	76.418,00	18.356
Coreia do Sul	61.825,00	6.456
Costa Rica	41.444,00	5.791
México	27.134,00	7.455
Tunísia	26.437,00	4.679
Bélgica	24.770,00	5.566
Tailândia	23.940,00	4.600
Taiwan (Formosa)	18.830,00	6.064
Austrália	16.776,00	1.416
Hong Kong	13.500,00	1.500
Argentina	8.100,00	2.580
Portugal	2.856,00	238
Chile	1.907,00	400
Guiana Francesa	979,00	353
Total	**4.605.950,00**	**1.116.065**

Fonte: Elaborado por Sílvio Isoppo Porto (2018).

Principais estados brasileiros compradores de flores sempre-vivas e botões

As informações apresentadas na Tabela 5, abaixo, representam dados parciais de uma das três principais empresas que atuam no mercado interno, em que pese serem dados fiscais recentes, referentes ao ano de 2017. Portanto, ainda que guardem particularidades, esses dados mantêm coerência com as informações prestadas por outros comerciantes por meio de entrevistas, sobretudo em relação aos principais estados consumidores dos produtos ornamentais da sociobiodiversidade da

região de Diamantina, com destaque para São Paulo e Minas Gerais.

Comparativamente às exportações, como apresentado anteriormente, o mercado interno é menos relevante, sobretudo nesse período de crise econômica e considerando que essa situação tende a se agravar ainda mais. Por outro lado, é um mercado menos exigente, o que possibilita reduzir significativamente os custos de transação. O mercado interno não se limita às coroas para os funerais, haja vista que há diferentes usos ornamentais e artesanais, além de absorver produtos com padrão inferior aos da exportação, permitindo aos comerciantes ampliar as vendas com produtos que não têm mercado fora do país e possibilitando aproveitar melhor a flores coletadas.

Tabela 5 - Destinos das vendas por estado da empresa "A"[13] (2017)

Estados do Brasil	Valor total (R$)
São Paulo	64.121,50
Minas Gerais	44.098,50
Paraná	10.257,00
Distrito Federal	9.689,00
Ceará	9.380,00
Goiás	6.400,00
Pernambuco	1.223,00
Santa Catarina	1.120,00
Rio Grande do Sul	855,00
Total	**147.144,00**

Fonte: Notas fiscais (2017).

Assim, proporcionalmente, o mercado interno contribui para descartar menos flores sempre-vivas e botões, minimizando perdas e assegurando um aproveitamento mais integral do material que foi coletado. Essa qualidade também não está associada somente ao produto em si. Muitas vezes, o produto comercializado para o mercado interno é o mesmo destinado à exportação, mas o fato desse mercado não exigir previamente a limpeza ou o corte da haste (que fica por conta do comprador) possibilita maior rendimento, uma vez que o produto é vendido a quilo.

13 O nome da empresa não foi divulgado por razões de sigilo fiscal e comercial.

Quando olhamos a distribuição das vendas realizadas por município para o estado de São Paulo pela referida empresa "A", no ano de 2017, vemos uma grande concentração das vendas, já que, sozinhos, os municípios de Guarulhos e Artur Nogueira representam cerca de 2/3 das vendas para todo o estado de São Paulo em 2017. Por Guarulhos ser o município que sedia o maior aeroporto internacional de carga do país, entendemos que seria conveniente verificar se esse município tem registros de exportações para esses produtos da sociobiodiversidade, por meio de consulta ao Comex Stat, do MDIC. A pesquisa confirmou que houve registros de exportações para Angola e Argentina, com embarques a partir desse município, em outros anos, além de 2017, mas essas vendas não foram sistemáticas e os volumes pouco representativos, assim, preferiu-se não considerar essas estatísticas na nossa base de dados, evitando o risco de contabilizar informações em duplicidade.

O lugar das comunidades nos caminhos da comercialização das sempre-vivas

Pelo histórico dos volumes comercializados, podemos considerar que o agroextrativismo dos produtos ornamentais da sociobiodiversidade é uma das principais atividades econômicas da região de Diamantina. Ao mesmo tempo, fica evidente que as comunidades desconhecem os caminhos que os produtos coletados por elas percorrem até os destinos finais, sobretudo o conjunto de normas e procedimentos necessários para realizar operações de exportação. Mesmo os comerciantes, por mais que estejam há décadas inseridos nesse mercado, até hoje recorrem aos serviços dos despachantes aduaneiros.

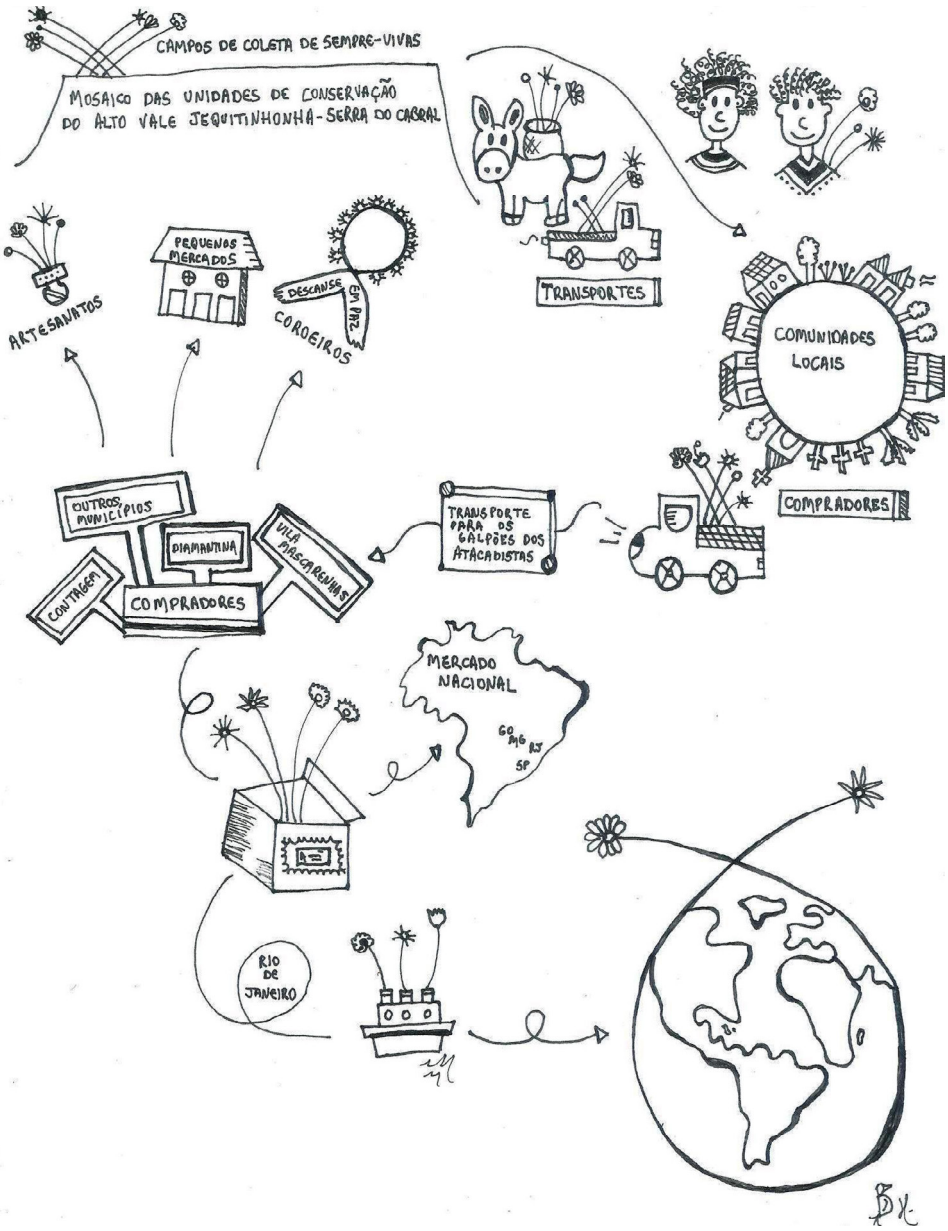
Seria importante estabelecer a renda média das famílias apanhadoras de flores, mas, para isso, se faz necessário envolver algumas comunidades de forma que registrem as informações sobre a comercialização ao longo do ano, acompanhando os diferentes períodos da "panha" de flores sempre-vivas, além de botões, folhagens, folhas e frutos. Mesmo assim, no decorrer da pesquisa de campo, em 2018, foi possível verificar que o preço médio nas comunidades para as flores sempre-vivas oscilou entre 15 e 22 reais por quilo, sendo o preço mais comum pago pelos comerciantes entre 18 e 20 reais por quilo. Por sua vez, os botões oscilaram entre 3 e 8 reais por quilo, com preço mais comum entre 4 e 6 reais. Outra questão que dificulta

o estabelecimento da renda é que as relações familiares são complexas e podem variar muito, não só entre as comunidades, como intracomunidade.

Por um lado, apesar das dificuldades de mensurar a renda gerada para as famílias com essa economia, sabemos que esta é uma atividade fundamental na composição da renda familiar. Por outro lado, a proporção da renda total dessa economia, que fica para as comunidades, tem restrições. Vale lembrar que, mesmo em se tratando de uma economia majoritariamente destinada à exportação e em um período (como nos últimos dois anos) de altíssima desvalorização do real frente ao dólar (o que tende a favorecer economias exportadoras que não dependem de insumos importados), claramente, não houve aumento nos preços pagos às comunidades, não acompanhando o ganho cambial do último período.

Outra limitação que ocorre – dependendo da localização da área de coleta –, é a indisponibilidade de meios para transportar a produção coletada até cada uma das comunidades. Existem situações que somente com uso de animal de carga é possível transportar os produtos e, neste caso, quem tem os animais passa a exercer o papel do primeiro comprador, assumindo o ônus de levar essa produção dos campos de coleta até a comunidade, além de passar a ser o contato da comunidade com os comerciantes. Geralmente, a partir desse ponto, os compradores das empresas encarregam-se de buscar as cargas, mas também ocorrem situações em que os compradores da comunidade levam a carga até Diamantina.

Figura 2 - Fluxograma – o caminho das sempre-vivas



Fonte: Elaborada por Helena Lopes Rodrigues (2019).

Diante das dificuldades que vivem as comunidades coletoras de flores, estando, em geral, desprovidas de acesso aos serviços públicos de transporte, o que permitiria o deslocamento de onde vivem para

Diamantina, os prepostos, na maioria das vezes, são a única alternativa que as comunidades têm para garantir o escoamento dos seus produtos extrativistas "às mãos" dos comerciantes atacadistas que atuam na região.

Os prepostos remuneram o seu trabalho a partir do estabelecimento de um valor, que, aparentemente, é de conhecimento das famílias coletoras que vendem seus produtos a esse comprador da sua comunidade. Por sua vez, o comerciante atacadista, que está comprando ou "recebendo" o produto, sabe por quanto ele foi comprado, podendo ser, inclusive, um acordo estabelecido previamente.

O fato de que muitas pessoas das comunidades dependam desses agentes locais de comercialização, em especial, pela falta de alternativa de transporte para escoar os produtos coletados, possibilita a esses agentes compradores de primeiro piso atuar com margens relativamente altas entre a compra e a venda, principalmente, para produtos de menor valor no mercado. Por meio de entrevistas, foi possível identificar que essas margens variam entre R$ 0,50 – como nas capas de coco ou produtos similares – até R$ 3,50 para as sempre-vivas.

É importante ressaltar que, em que pese as dificuldades de comercialização, apresentadas ao longo deste estudo, observou-se-se, por meio das entrevistas, que, em 2018, a compra de flores pelos principais atacadistas da região foi de aproximadamente 105 ton (39 de flores sempre-vivas e 65,5 de botões), rendendo para as comunidades tradicionais da região de Diamantina cerca de R$ 1,138 milhão e assegurando-lhes uma importante fonte de renda.

Mesmo considerando que esse mercado oscila, em função das tendências estéticas, considera-se que a perda se deve, em boa medida, às ações preservacionistas que têm cerceado as atividades agroextrativistas. Além do impacto dessas ações sobre o volume comercializado e, portanto, reduzindo o tamanho total dessa economia, há outro elemento central de correlação entre essas ações e a diminuição da renda dessas comunidades: o fato de a criação das UCs cercar diversos campos comunitários de coleta de flores sempre-vivas e botões. Além disso, a criação de UCs tornou-se um elemento atrativo para as administrações municipais, tendo em vista que, em Minas Gerais, em função de legislação específica (Lei "Hobin Hood"), os municípios que possuem algum tipo de UC passam a receber um acréscimo nos repasses anuais de ICMS (chamado "ICMS Ecológico").

O valor a ser recebido é proporcional à área total da(s) UC(s) em relação ao território do município. Considerando o Parque Nacional das Sempre-viva (PNSV), que é a maior UC do Mosaico do Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral (cerca de 125 mil hectares), que se localiza nos municípios de Diamantina, Buenópolis, Bocaiúva e Olhos D'Água, juntos estes receberam, entre 2006 e 2018, cerca de 14 milhões de reais em repasses de ICMS Ecológico, sendo que Buenópolis ficou com 50% do total desses recursos, Olhos D'Água 25% e o restante foi para Diamantina e Bocaiúva (Tabela 6). Considerando somente o ano de 2018, o valor total dos repasses recebidos por esses municípios foi de R$ 1,57 milhão, cerca de 40% superior ao valor estimado com a comercialização das sempre-vivas pelas comunidades (R$ 1,138 milhão), podendo levar a uma leitura apressada de que não há prejuízos econômicos à região, tendo em vista os valores comparados.

Tabela 6 - ICMS Ecológico do Pauque Nacional das Sempre-vivas na economia dos municípios[14]

Município	ICMS Ecológico em 2006	ICMS Ecológico em 2018	ICMS Ecológico por município (em % em 2018)	Total de arrecadação municipal em 2018	ICMS Ecológico sobre a arrecadação municipal total (em % em 2018)
Buenópolis	294.302,79	743.756,26	47,30	3.330.623,00	22,33
Diamantina	69.747,49	251.281,04	15,98	7.708.303,00	3,26
Olhos-d'água	94.098,58	420.290,05	26,73	3.032.756,00	13,86
Bocaiúva	120.802,17	156.946,47	9,98	9.243.745,00	1,69786672

Fonte: Elaborado por Helena Lopes Rodrigues (2019).

A questão é que a inclusão de espécies de flores sempre-vivas e botões nas listas vermelhas e a criação das UCs, juntas, vêm restringindo a coleta das flores e o uso das áreas comunitárias, o que levou à redução do volume comercializado, promovendo, assim, uma distorção na comparação com o repasse de ICMS. Mais uma vez, a invisibilidade dessa economia volta-se contra as comunidades. Cabe ainda ressaltar que unidades de uso sustentável também garantem repasses de ICMS sem gerar tamanha exclusão social. Além disso, o recurso repassado ao município pode ser aplicado de diferentes

14 Todos os valores repassados de ICMS Ecológico referem-se ao PNSV.

formas e é certo que as comunidades praticamente não usufruem em nada desses recursos, porque a elas praticamente não chegam serviços públicos. Assim, tiveram a sua principal atividade econômica afetada por essas iniciativas de cunho preservacionista (ou seja, arcaram desproporcionalmente com o ônus dessas ações), sendo, ao mesmo tempo, as menos beneficiadas.

Considerações finais

A ausência de registros de dados sobre a coleta e comercialização, em especial para o mercado interno, dos produtos da sociobiodiversidade da região de Diamantina, Minas Gerais, denotam um descaso injustificável por parte dos órgãos públicos. Chama ainda mais a atenção essa invisibilidade, quando consideramos que, como sistematizado neste estudo, a economia agroextrativista de produtos ornamentais comporta mais de 350 produtos da sociobiodiversidade e exportou, nos 22 anos entre 1997 e 2018, cerca de 12 mil ton em produtos, num montante próximo de 40 milhões de dólares (em média, 1,8 milhão por ano).

Mas a invisibilidade dessa economia carrega em si o persistente e contínuo apagamento de suas protagonistas: as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço Meridional. Desde os anos 1980, vêm sendo publicados artigos acadêmicos que valorizam a diversidade e o endemismo das espécies de sempre-vivas presentes nessa região. Certamente, tamanha atenção a essa biodiversidade não teria acontecido se não fosse o trabalho cuidadoso de manejo dos campos de flores, de "panha" e artesanato que, há ao menos 90 anos, se dá por meio das mãos dessas comunidades e de seus antepassados. Mãos que constroem e reproduzem saberes e práticas transmitidos por meio da tradição e que fazem dessa atividade, não um trabalho como qualquer outro, mas uma expressão sociocultural que define a identidade dessas comunidades, autodenominadas apanhadoras de flores sempre-vivas.

Os saberes acumulados ao longo de gerações e expressos nesse sistema agrícola tradicional não são responsáveis apenas por trazer a público tamanha diversidade por meio do processo de comercialização. Esse ecossistema diverso e singular beneficia-se da convivência com essas comunidades, cujos modos de vida dependem da contínua reprodução da biodiversidade da Serra do Espinhaço. O cuidado que elas dedicam, portanto, aos campos no alto da serra, às matas e aos cerrados nas encostas

e às partes baixas está relacionado à própria reprodução de seus modos de vida, um destino entrelaçado no manejo dos tempos entre os diversos agroambientes (no sentido de ambiente manejado por meio de saberes tradicionais), que compõem seu território sociocultural (MONTEIRO, 2019).

Assim, revelar a importância dessa economia é, ao mesmo tempo, afirmar o protagonismo das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. É revelar que essa importância não é somente socioeconômica, mas também e, sobretudo, cultural e ambiental. É entender que seu território está para além dos vales em que vivem e cultivam suas roças, mas incluem os campos de flores nas serras. As flores sempre-vivas, que chegam a países tão diversos quanto a Espanha e o Japão, têm a impressão digital sociocultural das comunidades apanhadoras, mas os rostos protagonistas dessa história são apagados nos longos caminhos percorridos pelas flores desde Diamantina até os países de destino.

Não bastasse todo esse processo de apagamento no rastro dos caminhos de comercialização, as comunidades têm tido que enfrentar, em especial nos últimos 20 anos, o apagamento da importância ambiental de seus saberes tradicionais. De protagonistas de uma atividade de manejo, extrativismo e artesanato que fez as sempre-vivas "ganharem o mundo", as comunidades viram essa notoriedade atrair ações preservacionistas que vinculam o risco de extinção de algumas espécies à superexploração para a comercialização, associada ao uso do fogo.

Em boa medida, essas teses justificaram a criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Proteção Integral, além da inclusão dessa região no Programa Mundial da Unesco "Homem e a Natureza", concedendo à Serra do Espinhaço um "selo" ambiental denominado de "Reserva da Biosfera". Tudo isso tem a finalidade de justificar a necessidade de proteger esse ambiente. Mas protegê-lo de quem e para quem?

Nesse contexto, a atividade de "panha" das flores sempre-vivas, assim como o modo de vida das comunidades tradicionais dessa região, incluindo o uso do fogo e o manejo com o gado nos campos de cima das serras, em boa medida, têm sido vistos, por parte da academia e dos órgãos ambientais, como um risco à "preservação ambiental". No capítulo 8, desta obra, "Flores em disputa: controvérsias da ação estatal na Serra

do Espinhaço Meridional", tratamos mais detidamente dessa história e seus percalços. Por ora, cabe ressaltar um ponto fundamental.

Há tentativas de estabelecer uma relação causal entre a redução do volume exportado nos últimos anos a uma menor disponibilidade em campo das flores sempre-vivas mais comercializadas. De acordo com essa tese, há uma suposta superexploração, que vincula a redução das populações de sempre-vivas às práticas inadequadas de manejo. Por um lado, essa correlação causal carece de mais elementos de sustentação, em especial, considerando que os quantitativos de comercialização levantados por esse estudo sugerem o contrário.

Por outro lado, essas investigações não podem negligenciar o fato de que a redução do volume exportado coincide com as ações preservacionistas sobre a Serra do Espinhaço e as flores sempre-vivas, ação esta que tem alimentado o cerceamento do modo de vida e sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras, dificultando o manejo e a comercialização. Disso implica que há muito mais atravessamentos entre a diminuição dos volumes que caracterizam a economia extrativista das flores, as ações preservacionistas e o apagamento da relevância sociocultural e ambiental das comunidades apanhadoras do que se poderia supor a princípio.

Ao buscar sistematizar a amplitude de produtos da sociobiodiversidade manejados e comercializados, estimar a dimensão da economia resultante destes e traçar os caminhos de comercialização percorridos pelas flores sempre-vivas, este estudo revelou a importância dessa economia, dando pistas no sentido da superação de sua invisibilidade. Em última instância, esse processo, se bem-sucedido, deve resultar no reconhecimento do protagonismo das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e seus modos de vida e sistema agrícola tradicional, não somente em relação a essa economia e nos seus longos caminhos de comercialização, mas em relação à própria conservação da biodiversidade na região da Serra do Espinhaço.

Referências

INSTITUTO TERRA BRASILIS. *Projeto sempre-vivas:* subsídios para seu uso sustentado (relatório técnico). Belo Horizonte, 1999. 123 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *Portaria IBDF nº 303 de 29 de maio de 1968*. Institui a lista oficial brasileira das espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no País. Brasília, 1968. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/portaria_ibdf_303_1968.pdf>. Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. *Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.* Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.* Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.seaf.mt.gov.br/documents/195721/287027/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE_2009/04deedce-d8e7-4ae3-8999-2bd6655c16c8> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério da Economia. CAMEX. *Tarifa Externa Comum*. Brasília, [S.I]. Disponível em: < http://www.camex.gov.br/tarifa-externa-comum-tec/tarifa-externa-comum> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.* Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Instrução Normativa Nº6, de 23 de setembro de 2008.* Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008033615.pdf> Acesso em 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Portaria MMA Nº 443, de 17 de dezembro de 2014.* Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção". Brasília, 2014. Disponível: <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre Vivas.* Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parque_Nacional_das__Sempre_Vivas.pdf> Acesso em: 26 jun. 20.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2008-2011:* projeto de lei. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/541/PPA_2008_2011_PL_Vol_I_MensagemPresidencial.pdf?sequence=5> Acesso em: 26 jun. 20.

COMEX STAT. *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Brasília, [S.I.] Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 13 dezembro 2018.

DUARTE, José Fernando. *Tabela de dados dos produtos da flora do Vale do Jequitinhonha.* Contagem, 2018

GIULIETTI, Nelson *et al*. Estudos em Sempre-Vivas: Importância Econômica do Extrativismo em Minas Gerais, Brasil. *Acta Bot. Bras.*, v. 1, n. 2, supl. 1, p. 179-193, Feira de Santana, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33061987000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 jun. 20.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Proposta de criação do Parque Nacional de Inhaí – Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 2001.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Portaria IBAMA nº 37-N, de 3 de abril de 1992*. Reconhece como lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção a relação que apresenta. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008033627.pdf> Acesso em: 26 jun. 20.

IBGE. Instituto Vrasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal 2018.* Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/pesquisa/14/10193> Acesso em: 26 jun. 20.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. *Deliberação COPAM nº 85, de 21 de outubro de 1997.* Aprova a lista das espécies ameaçadas de extinção da flora do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5483> Acesso em: 26 jun. 20.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. *Deliberação COPAM nº 367, de 15 de dezembro de 2008.* Aprova a lista das espécies ameaçadas de extinção da flora do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9450> Acesso em: 26 jun. 20.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *ICMS Ecológico*. Belo Horizonte, [S.I.]. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso: 27 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas - IEF. *Portaria nº 031, de 08 de abril de 1996.* Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/portariaseleis/portaria_31_96.pdf> Acesso em: 26 jun. 20.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Nas fronteiras das Minas com os Gerais:* as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. 2019. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Maria Neudes de Sousa. *Partes Secas de Plantas Coletadas em Minas Gerais e Comercializadas com Fins Ornamentais* (não publicado). Núcleo de estudo em Ecofisiologia da UFVJM – NESFV. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2018a.

OLIVEIRA, Maria Neudes de Sousa. *Sempre-vivas coletadas em Minas Gerais e Épocas de coleta* (não publicado). Núcleo de estudo em Ecofisiologia da UFVJM – NESFV. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2018b.

PORTO, Sílvio. *Anotações de entrevistas concedidas por representantes das empresas de Diamantina, Contagem e Gouveia (Vila Marscarenhas).* 2018

Capítulo 8

Flores em disputa: controvérsias da ação estatal na Serra do Espinhaço Meridional

Sílvio Isoppo Porto

Diana Aguiar

Introdução

A região da Serra do Espinhaço Meridional apresenta características que lhe conferem especificidade e alta diversidade biológica. Estas não podem, no entanto, ser desatreladas do saber-fazer tradicional associado à conservação e à multiplicação dessa biodiversidade. Na contramão desse entendimento, diversos processos, ocorridos a partir de meados dos anos 1990, vêm colocando em confronto povos e comunidades tradicionais e ações do Estado brasileiro e do estado de Minas Gerais, dirigidas à conservação da biodiversidade, processo que será caracterizado e analisado neste capítulo.

Essas ações estatais tiveram dois sentidos principais: a) estabelecer, por meio de atos normativos de órgãos ambientais (nacional e estaduais), as espécies ameaçadas de extinção (as chamadas "listas vermelhas") e proibir sua coleta e comercialização; e b) determinar áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e estabelecer sobre elas Unidades de Conservação de Proteção Integral, vedando o acesso consuetudinário a essas pelas comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas para fins de manejo e agroextrativismo. Nesse processo, especialistas detentores de conhecimentos científicos, em especial das ciências biológicas, guiaram o planejamento e a implementação dessas ações.

Em que pese o reconhecimento de que as causas que afetam a degradação dessa região sejam múltiplas, o manejo dos campos pelas comunidades foi apontado, no bojo das ações estatais, como a principal causa de risco à sobrevivência de determinadas espécies de margaridinhas e botões (a partir

daqui referidas, em seu conjunto, como flores sempre-vivas), de modo que as comunidades passaram a ser criminalizadas por exercer as suas práticas de manejo e coleta tradicional. Por outro lado, ocorre, em paralelo, o avanço da mineração, do plantio de monocultivos de eucalipto e de pastagens plantadas e o crescimento imobiliário (CNCFLORA, [20--]), sem que o Estado demonstre intenção equivalente de conter essas atividades.

Mesmo na narrativa que guia as ações preservacionistas, há um afã de convivência com a mineração e o agronegócio, pondo em evidência que, acima de qualquer preocupação ambiental, está a disposição de conceder acesso a oportunidades de lucro para capitais privados, vistos como "desenvolvimento". Enquanto isso, o envolvimento das comunidades com os agroecossistemas que manejam por meio de saberes tradicionais é cerceado. Tudo isso em nome de uma visão ambiental reducionista, colonizada e, em grande medida, já considerada ultrapassada pelos próprios órgãos internacionais que a teriam inspirado, como será analisado aqui.

Na segunda seção deste capítulo, serão apresentadas algumas considerações sobre a interconexão entre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, sobretudo no que tange ao modo de vida das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, e a ocupação tradicional na Serra do Espinhaço Meridional e os seus múltiplos usos do território entre a serra e o vale. Sobre isso, entende-se que a defesa dos direitos das comunidades tradicionais é o melhor caminho para a defesa da biodiversidade da região, visto que foram elas que, historicamente, conservaram-na e multiplicaram-na, além de seus modos de vida estarem entrelaçados com a serra (TERRA DE DIREITOS, 2019). Em seguida, na terceira seção, serão analisadas as ações preservacionistas dirigidas à região desde o final da década de 1990. Nesse percurso, pretende-se revelar os pressupostos subjacentes à lógica dessas ações e as contradições intrínsecas a elas.

Serra do Espinhaço Meridional e Comunidades Apanhadoras de Flores: uma história entrelaçada

A Serra do Espinhaço Meridional é conhecida pela alta diversidade e especificidade biológica (endemismo) de espécies da flora e da fauna, muito possivelmente expressão de sua condição de ecótono (área de transição, contato ou tensão ecológica) (PORTO-GONÇALVES, 2019) entre a presença predominante de vegetações típicas de Cerrado em contato

com vegetações características de Mata Atlântica. Como nos lembra Porto-Gonçalves (2019), regiões de ecótono entre os grandes domínios paisagísticos brasileiros, tais como identificados por Ab'Saber[1] (2003), são regiões de multiplicação das diversidades características de cada um dos domínios em contato. Além disso, há de se considerar os achados da etnoarqueologia, que têm mostrado uma correlação, nas regiões tropicais do mundo, entre alta biodiversidade e ocupação de longuíssima duração por grupos humanos, cujo manejo, cultivo e seleção de espécies vegetais e animais foram promovendo a reprodução de espécies de seu interesse – matérias-primas para alimentos, medicina, artesanato, arquitetura, rituais, etc. –, gerando agroecossistemas complexos, ou seja, paisagens transformadas pela interação cuidadosa e experimental ao longo de séculos e até milênios (SANTILLI, 2009).

A ocupação da terra na Serra do Espinhaço Meridional pelas comunidades tradicionais é complexa e tende a conjugar o uso das áreas individuais com áreas de uso comum. As primeiras estão localizadas próximas às casas das famílias, situadas entre os vales e as partes inferiores das encostas e eleitas para moradia e formação das roças, dos pomares e das hortas, por serem locais de mais fácil acesso à água, o que acarretou a formação dos aglomerados caracterizados por relações de parentesco e de vizinhança, constituindo as comunidades. Nesse sentido, embora existam problemas relacionados à concentração fundiária na região, há diversas comunidades vivendo nesses vales, muitas delas vinculadas à "panha" das flores sempre-vivas e outros produtos da sociobiodiversidade[2].

As áreas de uso comum (campos nativos), localizadas em diversos "andares" das serras, por sua vez, são destinadas ao extrativismo de flores e frutos, ao pastoreio do gado e mesmo à roça, com os usos específicos determinados pelas qualidades de cada agroecossistema ou agroambiente (MONTEIRO, 2019), constituindo um sistema agrícola complexo. Além disso, a transumância – deslocamento sazonal dos(as) apanhadores(as), acompanhados do rebanho –, entre os vales e as diversas altitudes da serra, é determinada por um regime de manejo que responde aos saberes acumulados a respeito dos melhores usos dos agroecossistemas ao longo das estações do ano e condições climáticas, desenvolvendo diversas

1 Entre os grandes domínios paisagísticos e macroecológicos identificados por Ab'Saber (2003), existem dois que entram em contato, entre si, nessa região: o domínio dos chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galeria (Cerrado) e o domínio dos "mares de morros" florestados (Mata Atlântica).

2 Confira o capítulo 7 desta obra.

práticas para a produção de alimentos e outros produtos para autoconsumo e geração de renda, bem como para a garantia da reprodução dos campos ao longo do tempo.

Nesse sentido, as áreas são manejadas com o uso do fogo, como forma de estimular o rebrote do pasto e de algumas espécies de flores sempre-vivas, bem como de evitar o acúmulo de biomassa seca e favorecer a ciclagem de nutrientes. Ao mesmo tempo, a transumância implica que, durante parte do ano, a serra seja lugar de morada e vida sociocultural de quem trabalha na "panha" de flores (MONTEIRO, 2019).

Mesmo que a Serra do Espinhaço Meridional seja uma região extremamente biodiversa, a maior parte de sua flora nativa somente começou a ter valor de troca a partir da comercialização das sempre-vivas na década de 1930 (INSTITUTO TERRA BRASILIS, 1999), ocorrendo, então, uma mudança inusitada na economia da região. Isso representou uma nova oportunidade de ocupação e renda para boa parte das famílias rurais e para o conjunto das pessoas que compõem as famílias, incluindo as mulheres e jovens (embora isso não signifique que a divisão dos recursos financeiros oriundos dessa atividade seja compatível com a divisão social do trabalho). Assim, o uso econômico de um bem natural disponível na região, que até então não tinha valor de troca, possivelmente representou, pela primeira vez, para muitas pessoas a oportunidade de geração de renda e autonomia econômica, além de contribuir para a ampliação da circulação monetária na região.

Essa nova economia proporcionou o estabelecimento de outras dinâmicas de organização dessas comunidades, exigindo aprofundar e desenvolver novos saberes e novas práticas, possibilitando manejar diversas espécies de flores sempre-vivas[3], chegando a comercializar, ao longo dos anos, uma variedade superior a 350 produtos da sociobiodiversidade[4]. No contexto dessas práticas, inserem-se o uso do fogo, a coleta, a secagem, o transporte e a armazenagem das flores. Estas passam, então, a fazer parte do modo de vida, da dinâmica de organização social e do trabalho dessas comunidades, as quais alternam os tempos nos vales e os tempos

3 Em geral, flores são comercializadas frescas, apresentando baixa durabilidade. As sempre-vivas, ao contrário, após a colheita, secam com relativa facilidade, não necessitando de local especial, estrutura complexa ou estufas para realizar esse processo, ou seja, secam naturalmente pela ação do sol e do vento, devendo-se evitar apenas que sejam expostas à chuva. Nesse caso, o nome "sempre-viva" expressa, justamente, uma das principais características dessas inflorescências, que é a manutenção da aparência das flores, como se estivessem vivas, por muitos anos após a coleta.

4 Mais detalhes no capítulo 6 desta obra.

na parte superior das serras da região, aproveitando-se do uso das lapas (grutas) para dormir e cozinhar (MUSEU DO CERRADO, [20--]). Esse conhecimento tradicional acumulado é, assim, repassado de geração em geração, por meio da vivência entre os familiares e a vizinhança, ao longo do processo da coleta e do preparo das flores para a comercialização.

A região de Diamantina vem sofrendo nas últimas décadas grandes transformações na estrutura da posse e propriedade da terra e do uso do solo: áreas de cerrado foram dando espaço a pastagens plantadas e investimentos do agronegócio para o plantio de grandes áreas com monocultivos de eucalipto (em especial Diamantina e Bocaiúva), além da implementação de novas áreas para exploração mineral (POUGY *et al*., 2015). Assim, o regime de posse tradicional – marcado pelo uso sazonal dos vales, encostas e campos nativos da serra – vem se confrontando, ao longo do tempo, com a apropriação privada da terra por fazendeiros e empresas, além da criação das unidades de conservação (UCs) de uso integral. Muitos desses processos, de acordo com os relatos ouvidos ao longo deste estudo, forjaram-se no bojo de conflitos agrários, cercando áreas de uso comum, grilando as que são historicamente utilizadas pelas comunidades apanhadoras de flores.

Além disso, a partir dos anos 1990, essa região passou a ser alvo de ações preservacionistas, com diversos estudos defendendo a necessidade de conservar a biodiversidade na Serra do Espinhaço, em especial a sua porção Meridional (Alto Vale do Jequitinhonha e Serra do Cabral), por meio da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Entretanto, mesmo sendo protagonistas da conservação da biodiversidade da região, por meio dos modos de vida caracterizados por práticas herdadas de seus antepassados e reproduzidas ao longo de séculos, as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas foram, por meio desse processo, sofrendo grandes restrições de acesso aos campos de coleta das flores:

> Lá é área de extrativismo porque as pessoas preservaram, porque sempre viveram disso. Os nossos avós e pais preservaram, lá não tem desmatamento, só tem extrativismo. O que me dói, é que os nossos direitos não são respeitados (Relato de moradora do distrito de Macacos na Oficina de Cidadania e Justiça Ambiental). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012).

Desse modo, as comunidades foram sendo cercadas, cerceadas e excluídas por projetos de monocultivo e mineração, por um lado, e ações preservacionistas, por outro, em uma nova onda de desprezo aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da região, com potenciais consequências trágicas na reprodução desta. Nessa perspectiva, há um desperdício dos saberes tradicionais e potencial erosão epistêmica, com o processo de criminalização das práticas tradicionais associadas a esses saberes, em especial o uso tradicional do fogo e a coleta de flores, como relatam as comunidades: "Com as restrições que temos sofrido para acessar nosso território nas áreas que foram tomadas pelo parque, temos visto queimadas em épocas erradas que colocam em risco o meio ambiente e a vida na Serra" (TERRA DE DIREITOS, 2019, p. 10).

Nas áreas de ecótono, o "saber do detalhe" (PORTO-GONÇALVES, 2019), saber-fazer típico das comunidades tradicionais cujos modos de vida estão entrelaçados e resultam da convivência com o *lugar* em sua específica diversidade, é ainda mais importante para o manejo adequado, a conservação, a reprodução e o aproveitamento sustentável da biodiversidade. Trata-se, portanto, de saberes testados e adaptados ao longo de séculos e até milênios de experiência na relação com os agroecossistemas, o que atribui resiliência ímpar às práticas associadas a esses conhecimentos (SILVA, 2009):

> O povo da comunidade já tinha uma tradição. O fogo tem que estar daquele jeito, na época [só em fileira, para não alastrar]. [...] Não queimavam as nascentes e nem a mata. Eles [a administração do Parque Nacional das Sempre-Vivas] trouxeram um suíço para ensinar o que meu pai já fazia. (TERRA DE DIREITOS, 2019, p. 8)

O conhecimento científico, quando descomprometido com o diálogo de saberes, desconsidera os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e busca, frequentemente, aplicar categorias e práticas contidas em um repertório definido, muitas vezes, em laboratório ou a partir de experiências de outros lugares, comumente tendo como referência a realidade dos países do Norte Global. Nesse contexto, mesmo quando não se desconsidera totalmente esses saberes tradicionais, não raramente povos e comunidades herdeiros desses saberes são tratados como meros informantes de conhecimentos, o que é, então, usado para justificar a conservação da biodiversidade sem a sua participação.

A Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex) surge, em 2010, como resposta aos problemas de acesso aos campos de coleta de sempre-vivas pelas comunidades apanhadoras de flores, decorrentes da implantação do Mosaico das UCs do Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral. Essa comissão tem sido, então, um instrumento central na luta das comunidades apanhadoras de flores em defesa de seus modos de vida e territórios tradicionais.

Como fruto do trabalho da Codecex, com apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), as comunidades quilombolas da Mata dos Crioulos e Vargem do Inhaí foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, fortalecendo a luta desses grupos pela titulação dos seus territórios, que são afetados por parte desse Mosaico das UCs Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral.

No processo de organização desses últimos anos, as comunidades apanhadoras de flores passaram a ser compreendidas pelo Ministério Público Federal como "comunidades tradicionais", de acordo com o Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2020). Ademais, a Codecex conquistou legitimidade política, junto aos governos municipais, estadual e federal, passando a integrar as Comissões Estadual e Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, um importante reconhecimento da relevância das suas práticas, seus modos de vida e territorialidade tradicional. Sendo assim, em março de 2020, essas comunidades receberam o reconhecimento internacional, inédito no Brasil, de Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU)[5].

Serra do Espinhaço: dualidade entre sociobiodiversidade e preservacionismo

Estudos realizados a partir do final dos anos 1980, tais como os de Menezes e Giulietti (1986) e de Giulietti *et al.* (1988), destacaram a relevância da biodiversidade da Serra do Espinhaço Meridional, sobretudo pelo endemismo das espécies presentes nessa região. Além da grande presença de espécies de flores sempre-vivas, sobretudo aquelas vinculadas às famílias da Eriocaulaceae e Xyridaceae, e, em

5 Para mais informações, ver o capítulo 10 desta obra.

menor número, da Cyperaceae e Rapataceae, a região contém, ainda, um grande número de espécies de Velloziaceae, Orchidacea, Bromeliaceae e Cactaceae. No entanto, a maior parte dessas pesquisas apontam para o risco de extinção dessas espécies, especialmente as vinculadas à economia extrativista praticada pelas comunidades apanhadoras de flores.

Nessa linha, há, de certa forma, uma premissa presente na maior parte dessas pesquisas sobre sempre-vivas, que vincula o risco de extinção dessas espécies à sobre-exploração econômica por parte das comunidades tradicionais que vivem na região. Essa noção foi associada ao uso do fogo e à prática de coleta das flores, com essas práticas sendo consideradas inadequadas e, de acordo com essa tese, colocando em risco a sobrevivência dessas espécies. Por isso, na contramão do reconhecimento da singularidade e da importância da longa história de convivência com os cerrados para a conservação e reprodução da biodiversidade (AGUIAR; LOPES, 2000), as comunidades foram surpreendidas, a partir dos anos 1990, com processos de exclusão e violência, derivados das ações preservacionistas.

Ao contrário de terem seu protagonismo reconhecido, esses grupos não foram integrados ao planejamento e à implementação de ações para a conservação da biodiversidade, nem sequer devidamente consultados. Como consequência de tantos vícios de origem da criação das listas vermelhas e das UCs, as comunidades têm sido tratadas como parte do problema, sofrendo ações de coerção por parte de agentes vinculados a órgãos ambientais:

> Eles [fiscais e técnicos do ICMBio] chegaram em cima das pessoas como se fossem bandidos. Os mais velhos ficaram traumatizados porque eles chegaram armados, sempre com a mão na arma, mostrando que a qualquer hora eles podiam fazer alguma coisa. O menino vinha com um feixe de lenha na cabeça, jogaram ele no chão e meteram a arma na cabeça dele. Eu disse que eles não podiam levar ele, porque ele tinha problema de cabeça. Eles queriam trazer ele e entregar na mão da justiça. Eu e mais cinco mulheres é que defendemos ele. Eles abriram a casa dele, reviraram a casa dele toda e acharam uma espingarda velha lá que ninguém usa e disseram que ele tinha arma. Nunca vivemos uma situação desta. Eles estavam armados e ao pedir que não fizessem mal pro menino eles me diziam, me empurrando, que era melhor eu ficar de fora. Foi uma situação que eu nunca vivi

> (Moradora da comunidade de Macacos na Oficina de Cidadania e Justiça Ambiental). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012).

Assim, seus modos de vida vêm sendo criminalizados, resultando no cerceamento de suas práticas agroextrativistas e de manejo do gado nas áreas antes de uso comum e, agora, de acesso restringido pela delimitação das UCs de Proteção Integral, provocando, dessa maneira, uma redução considerável no tamanho da economia dos produtos da sociobiodiversidade e, consequentemente, na perda de renda para essas comunidades[6]. Por causa dessa realidade, a sensação de serem excluídas de seu próprio território tradicional gera revolta:

> A minha mãe, ela tem 80 anos e ela não entende o que é parque, a gente fala 'não pode fazer isso, não pode fazer aquilo', mas ela diz: 'não posso, por quê? A terra é minha!' [...] Eles tinham que ter respeito pela comunidade, eles chegam impondo a lei, a gente não é contra preservar, mas para preservar tem que respeitar o ser humano. Colocar o mato e os bichos acima do ser humano não adianta, um depende do outro (Relato de moradora da comunidade de Macacos na Oficina de Cidadania e Justiça Ambiental). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012).

O Quadro 1, a seguir, busca sistematizar uma linha do tempo com as principais ações preservacionistas sobre a Serra do Espinhaço Meridional, bem como parte das reações das comunidades tradicionais. Ao analisar o conjunto de ações, fica evidente a articulação recorrente entre os mesmos atores, a partir de lógicas comuns. Ademais, é possível perceber os importantes resultados das ações de resistência articuladas pelas comunidades tradicionais, em especial por meio da Codecex, a partir de sua criação, em 2010. As seções a seguir, por sua vez, analisarão o conjunto de ações, as lógicas subjacentes, suas reações e resultados, tendo como referência, respectivamente, duas ordens de ações preservacionistas sobre a região: o processo das listas de espécies ameaçadas de extinção e o processo das UCs de proteção integral.

6 Capítulo 7 desta obra.

Quadro 1 - Linha do tempo das ações preservacionistas sobre a Serra do Espinhaço Meridional e parte das reações das comunidades tradicionais[7]

1997: -Instituiçãoda primeira lista vermelha do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1997) (sob coordenação técnica da Fundação Biodiversitas).

1998:

- Criação de dois parques estaduais: Biribiri (município de Diamantina) e Serra Negra (município de Itamarandiba)[8] .

- Criação da APA estadual Água das Vertentes (Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé).

- Publicação "Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua Conservação" (DRUMMOND et al., 2005), coordenado pela Biodiversitas.

1999: - Criação das APAs municipais Serra do Cabral (município de Francisco Dumont), Serra do Cabral (município de Buenópolis) e Serra de Minas (município de Buenópolis) (IEF apud ÁVILA, 2014, p. 21).

2000 - Criação das APAs municipais Serra do Cabral (município de Joaquim Felício) eSerra do Cabral (município de Augusto de Lima) (IEF apud ÁVILA, 2014, p. 21).

2001: -Criação das APAs municipais Serra do Gavião (no município de Rio Vermelho) e Rio Manso (no município de Couto de Magalhães de Minas) (IEF apud ÁVILA, 2014, p. 21).

2002:

- Criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) com área total de 124.000 hectares (BRASIL, 2002) (nos municípios de Bocaiúva, Olhos d'Água, Diamantina e Buenópolis).

- Criação da APA municipal Serra do Cabral (município de Lassance) (IEF apud ÁVILA, 2014, p. 21).

2003: - Criação da APA municipal Felício, no município de Felício dos Santos)(IEF apud ÁVILA, 2014, p. 21).

2005:

- Revisão do estudo "Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua Conservação" (DRUMMOND et al., 2005), coordenado pela Biodiversitas.

- Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) reconhecida pela Unesco.

- Criação do Parque Estadual do Pico do Itambé (nos municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas).

- Criação do Parque Estadual da Serra do Cabral (nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício).

Continua...

7 A análise detalhada das reações encontra-se no capítulo 10 desta obra.

8 Além destas novas Unidades de Conservação (UCs), já existiam a Estação Ecológica Mata dos Ausentes (criada em 1974, no município de Senador Modestino Gonçalves) e o Parque Estadual do Rio Preto, criado em 1994 e ampliado em tamanho em 2005 (município de São Gonçalo do Rio Preto).

Quadro1. Continuação.

2005-2007: - Projeto "Espinhaço Sempre Vivo: Diagnóstico do Status do Conhecimento da Biodiversidade e de sua Conservação na Cadeia do Espinhaço" pelas organizações nãogovernamentais Instituto Biotrópicos, Fundação Biodiversitas e Conservação Internacional (CI-Brasil), em 2005-2007 (COSTA et al., 2008).

2006:

- Criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço para coordenar e apoiar a implementação da RBSE.

- Primeira autuação do Ibama a um comerciante de Diamantina pela exportação da sempre-viva pé-de-ouro (Comanthera elegans).

2007: - Ações de coerção sobre as comunidades quando acessam suas áreas de uso comum tradicional na serra sobrepostas ao PNSV (FÁVERO; ZHOURY, 2013).

2008:

- Atualização da Lista Vermelha nacional (em setembro) (BRASIL, 2008), em substituição à de 1992. A Fundação Biodiversitas coordenou os estudos.

- Nesse mesmo ano (em dezembro), foi atualizada a lista vermelha de Minas Gerais, também coordenada pela Fundação Biodiversitas.

2009: - Publicação do"Diagnóstico do Conhecimento sobre a Biodiversidade no Estado de Minas Gerais - Subsídio ao Programa BIOTA MINAS".

2010:

- Criação do Mosaico das UCs Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral (BRASIL, 2010).

- Criação da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Tradicionais Extrativistas – CODECEX.

2011:

- Reconhecimento pela Fundação Palmares das comunidades Mata dos Crioulos (2010) e Vargem Grande do Inhaí (2011), no município de Diamantina (MG), comocomunidades remanescentes de quilombo (FUNDAÇÃO PALMARES, 2020).

- Parecer antropológico, emitido pelo 6ª Câmara do Ministério Público Federal, atestou a condição de "populações tradicionais" às comunidades apanhadoras de flores (Parecer Pericial n° 083/2011-6aCCR/MPF apud MINISTÉRIO PÚBLICO, 2017).

2012:

- Instrução Normativa ICMBio (BRASIL, 2012) que prevê diretrizes para a elaboração participativa de termos de compromisso, a serem firmados entre o órgão e comunidades tradicionais, com instauração de processo com esse fim pelo ICMBio (ICMBio apud MINISTÉRIO PÚBLICO, 2017).

- Requerimento da constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para tratar dos conflitos entre o Parque e as comunidades pela CODECEX, por meio de um abaixo-assinado por 687 comunitários, junto à presidência do ICMBio.

Continua...

Quadro 1. Continuação.

- Instituição doPlano de Ação Nacional para a Conservação das Eriocaulaceae do Brasil

(PAN Sempre Vivas) pelo ICMBio, priorizando 16 espécies ameaçadas de extinção (ICMBIO, 2012).

2013-2014: - Instituição do GT no âmbito do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas - CONVIVAS,por determinação da presidência do ICMBio. Entre abril de 2013 e dezembro de 2014, foram realizadas 11 reuniões do grupo. Ao final do processo, foi encaminhada pelo GT a recategorização do PNSV em RDS (BRASIL, 2015).

2014:

- Atualização da lista vermelha nacional pelo MMA (BRASIL, 2014), coordenada pelo Centro Nacional de Conservação da Flora brasileira (CNCFLORA),o qual é vinculado ao Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

- Instituição da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (Lei 21.147/2014) (MINAS GERAIS, 2014).

2015:

- Aprovação, em junho, da proposta de recategorização do parque como RDS pelo Conselho do PNSV.

- 1ª Revisão periódica (10 anos) da RBSE.

- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção da Serra do Espinhaço Meridional (POUGY et al., 2015), realizado pelo CNCFlora/ Instituto Jardim Botânico.

2016:

- Aprovação do plano de manejo do PNSV(BRASIL, 2016a) pelo ICMBio (BRASIL, 2016b).

- Reconhecimento como comunidades tradicionais e representação dos apanhadores de flores sempre-vivasno Conselho Nacional do Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2016c, Art. 4°, §2°, XVII).

2017: - Recomendação do MPF/PRMG nº 15, de 07 de abril de 2017, ao ICMBio para que comece os estudos a fim deinstituir o processo de recategorização, reconhecendo os direitos das comunidades tradicionais.

2020: - Reconhecimento pela FAO/ONU do sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas como Patrimônio Agrícola Mundial.

Biodiversidade, endemismo e dinâmicas de populações: reflexões a partir das "listas vermelhas" e a atividade de coleta das sempre-vivas

A origem do mecanismo das "listas vermelhas" remonta à própria conformação de uma governança ambiental em nível global. Diante disso, destaca-se que, na metade do século XX (1948), foi criada a União Internacional para a Natureza (UICN)[9]. Dentre suas áreas de atuação, destaca-se a proteção de espécies da fauna e flora ameaçadas. Entretanto, a partir de 1966, essa organização passou a publicar periodicamente as "listas vermelhas", com o objetivo de divulgar as espécies em risco de extinção ou já extintas e, em 1975, o Brasil passou a ser signatário da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo (Cites), embora a sua implementação tenha sido regulamentada somente em 2000. Na época, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi designado como o órgão responsável pela implementação da Convenção.

Há mais de 50 anos, a UICN vem publicando listas vermelhas das espécies globalmente ameaçadas, e as organizações do campo da conservação preservacionista (DIEGUES, 2008), consideram essa divulgação um marco para a conservação da fauna e flora mundial, pois elas contêm informações que servem de ferramentas para a conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas em que vivem (MENDONÇA; LINS, 2000). No entanto, como se pode ver a seguir, a depender de como sejam construídas, essas listas podem cristalizar como "verdade" informações que, se sujeitas a debate público amplo e ao diálogo de saberes com os conhecimentos tradicionais, podem ser refutadas.

O Brasil publicou a sua primeira "lista vermelha", indicando as espécies brasileiras ameaçadas de extinção, em 1968, a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (BRASIL, 1968). Posteriormente, em nível nacional, foram publicadas novas listas em 1992, 2008 e 2014 (Quadro 1), sendo, atualmente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA)

9 Criada em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza é uma rede de entidades composta por Estados, agências governamentais e organizações não governamentais, sendo mais de 1300 organizações, que conta com o apoio de mais de 10 mil pesquisadores(as) associados(as), além de um corpo técnico de cerca de mil pessoas, espalhadas em 60 países. Embora não seja uma organização vinculada ao sistema das Nações Unidas, atua de forma conjunta ou por meio de assessoramento a algumas agências desse sistema, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa Mundial de Meio Ambiente (Pnuma).

o órgão competente para deliberar quais espécies da fauna e da flora brasileira devem ser consideradas em risco de extinção.

O estado de Minas Gerais foi a primeira Unidade da Federação a tomar a iniciativa de publicar uma lista com as espécies da flora estadual consideradas em risco de extinção. A elaboração dela estava ancorada em uma legislação específica (de 1992) e na Constituição estadual. Sobre a lei estadual de 1992, cabe destacar dois pontos do Art. 1º sobre o processo de elaboração da lista das espécies ameaçadas do estado de Minas Gerais: (a) ele poderá contar com suporte técnico de entidade com experiência comprovada; e (b) será realizado com base no monitoramento contínuo sobre a dinâmica das populações animais e vegetais:

> A lista de espécies ameaçadas de extinção, de que trata o art. 214, § 1º, inciso VI, da Constituição do Estado, deverá ser elaborada pelo Poder Executivo, *com subsídio técnico fornecido por entidade de comprovada experiência*, com base *no monitoramento contínuo da dinâmica das populações* animais e vegetais. (MINAS GERAIS, 1992, grifo nosso).

Sobre o primeiro ponto, essa previsão legal deixa margem para muitas interpretações, pois considerar que uma equipe técnica, no âmbito da administração pública, possa recorrer a uma assessoria especializada é compreensível e justificável, mas, se isso passar a ser uma prática, sendo mantida *ad aeternum*, como acabou se configurando, não vai parecer, segundo os princípios da administração pública, um procedimento recomendável. Isso pode ser entendido como uma reserva de mercado, uma vez que os órgãos contratantes poderiam prever, no contexto dessa assessoria técnica, um treinamento, possibilitando desenvolver capacidades da sua própria equipe, evitando, assim, a dependência técnica. Naquele momento, por exemplo, havia diversas universidades, o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (órgão vinculado ao MMA), assim como a Fundação Zoobotânica, vinculada ao município de Belo Horizonte, que participavam dos processos de elaboração e revisão das listas das espécies ameaçadas (estaduais e nacional).

No entanto, a Fundação Biodiversitas, organização não-governamental (ONG) sediada em Belo Horizonte, foi a entidade contratada pelo estado de Minas Gerais para coordenar o processo de elaboração da lista das

espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora mineira. Essa mesma instituição já havia coordenado os estudos da lista vermelha nacional de 1992 e voltaria a coordená-lo em 2008. Mas, somente a partir de 2010, o Centro Nacional de Conservação da Flora brasileira (CNCFlora), ligado à instituição pública Instituto de Pesquisa Jardim Botânico, assumiu a responsabilidade pela revisão das listas da flora brasileira. Ainda assim, a Biodiversitas coordenou os estudos da mais recente lista mineira, em 2008, e esteve envolvida em várias ações preservacionistas dirigidas à região (Quadro 1).

Mas é na segunda condição prevista na lei – de que a elaboração da lista deve ser feita "com base no monitoramento contínuo sobre a dinâmica das populações animais e vegetais" – que se encontram mais controvérsias em relação ao processo implementado. Nesse sentido, a metodologia apresentada pela Fundação Biodiversitas diz seguir os parâmetros e critérios da UICN, com adaptações e modificações necessárias ao contexto regional, incluindo uma adaptação das categorias a serem utilizadas (LINS *et al*., 1997). Há, no entanto, um reconhecimento da falta de dados na descrição da metodologia, chamando especial atenção para a previsão de que o levantamento sobre a população das diferentes espécies – tal como previsto nos critérios da UICN e condição da lei estadual – pudesse ser feito com base em estimativas:

> [...] a falta de dados de alta qualidade não deve, em hipótese alguma, deter as tentativas de aplicação dos mesmos. Dessa maneira, o uso de métodos envolvendo estimativas, inferências e projeções também são válidos. (LINS *et al.*, 1997).

Nesse caso, o que poderia parecer complementar, aparentemente, foi a norma, visto que as informações sobre a situação das populações foram obtidas a partir de herbários, estudos secundários, e de consulta aos especialistas, como fica claro na metodologia apresentada:

> Para cada espécie é realizada uma extensa coleta de dados englobando informações sobre a distribuição e situação das populações existentes, tipos de ameaça que as afetam, dados biológicos e ecológicos relevantes para sua conservação, bem como sua presença em unidades de conservação da região em questão. Para isso, são utilizadas as seguintes fontes: 1 - pesquisa

> na bibliografia especializada; 2 - pesquisa em relatórios técnicos não-publicados, anais e resumos de congressos; 3 - consulta aos especialistas de cada grupo; 4 - pesquisa em coleções zoológicas e/ou herbários; 5 - consulta aos escritórios do instituto florestal com atuação na região; 6 - consulta aos diretores de unidades de conservação existentes na região. (LINS *et al*., 1997).

Essa informação foi corroborada em entrevista[10] realizada com uma das pesquisadoras integrante do grupo de trabalho que elaborou a primeira Lista Vermelha de Minas Gerais, a qual ponderou que o processo de avaliação das espécies levou em consideração, sobretudo, as coleções botânicas disponíveis nos herbários (por meio das exsicatas), a revisão bibliográfica e a consulta a especialistas. Além disso, a estudiosa considerou que o "princípio da precaução" também contribuiu para a tomada de decisão dos especialistas, o que pode ter acarretado uma inclusão de um número tão expressivo de espécies de sempre-vivas na primeira lista vermelha de Minas Gerais. Por outro lado, isso confirma que não foram realizados estudos sobre dinâmicas das populações das espécies, de forma a subsidiar a tomada de decisão sobre o risco de extinção, conforme previsto na metodologia da UICN e na condição prevista na lei estadual.

Tudo isso é agravado pelo fato de que o conhecimento acumulado sobre a dinâmica de populações das espécies da região é ainda bastante restrito, fato que é reconhecido pelas próprias organizações que lideram os esforços das listas vermelhas (DRUMMOND *et al.,* 2009). Ao mesmo tempo que esses estudos ou relatórios técnicos reiteram a importância da conservação da biodiversidade, devido ao caráter endêmico e à importância ecológica, eles também explicitam que grande parte da biodiversidade ainda não foi estudada ou não foi compreendida com a devida profundidade. Sob essa perspectiva, estudos publicados pela Conservação Internacional (CI) estimam que "os levantamentos florísticos em áreas de campos rupestres são garantias de novidades taxonômicas" (RAPINI *et al.*, 2008, p. 18). Por exemplo:

> Na Chapada Diamantina, segundo Giulietti et al. (2005) (apud Costa et al, 2008), há registros da ocorrência de 50 espécies novas de Eriocaulaceae ainda por serem descritas. Em Minas

10 Entrevista oral. Anotações de pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 2018.

> Gerais, principalmente no planalto de Diamantina, onde se localiza o centro de diversidade de muitos táxons da família, provavelmente a riqueza específica seja ainda bem maior do que a estimada atualmente. (COSTA *et al*., 2008, p. 93).

Ou ainda:

> Na cadeia do espinhaço, os dados publicados que tratam da riqueza e distribuição geográfica de *Eriocaulaceae* ainda são restritos a poucas áreas. Na porção mineira, onde se concentra o maior número de espécies da família, alguns táxons já foram estudados em levantamentos efetuados na Serra do Cipó (GIULIETTI, 1978; PARRA, 1998; HENSOLD, 1998; SANO, 1998a; Costa, 2001) e em Grão-Mogol (dados não publicados). As demais áreas permanecem sem informação sobre a riqueza específica, podendo ser inferida apenas por meio de coleções depositadas nos herbários. (DRUMMOND *et al.,* 2008, p.93*)*.

A falta de estudos de populações é, em boa medida, o que tem levado pesquisadores(as) do Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal (NESFV) da UFVJM, a Codecex e as comunidades apanhadoras de flores a questionarem a inclusão de determinadas espécies de sempre-vivas nas Listas Vermelhas (mineira e nacional), a exemplo da pé-de-ouro (*Comanthera elegans*), carro-chefe da economia dos produtos da sociobiodiversidade na região[11]. Ao mesmo tempo, há considerações vistas como incoerentes por esses(as) pesquisadores(as), como a saída da sempre-viva gigante (*Comanthera magnificus Giul*) da Lista Vermelha Nacional, por exemplo, por se tratar de uma espécie que está circunscrita à Serra do Ambrósio e, sobretudo, por apresentar baixa densidade populacional.

O comportamento (dinâmica) das populações de sempre-vivas, assim como de outras espécies vegetais ou animais, depende de uma série de fatores, os quais podem influenciar o tamanho da população ou a sobrevivência de uma espécie. Desse modo, conhecer as informações das principais espécies de sempre-vivas a partir de dados objetivos, tais como a taxa de crescimento (no tempo e no espaço), o número de indivíduos

11 Confira o capítulo 7 desta obra.

adultos por unidade de área (m² ou hectare) e a dispersão geográfica de cada espécie, possibilitaria estabelecer parâmetros que permitiriam avaliar se elas estão, de fato, em risco de extinção. Além disso, é importante avaliar outras variáveis, como temperatura, pluviosidade, umidade do solo, altitude, tipo do solo e manejo.

No que tange à adoção desses procedimentos, é necessário incluir representantes das comunidades apanhadoras de sempre-vivas no processo de avaliação dessas espécies. No entanto, o processo de feitura da primeira lista mineira contou com o apoio de um Grupo de Trabalho técnico, composto por consultores e coordenadores científicos e pela equipe da coordenação do projeto, sobretudo de universidades e de organizações ambientalistas, como Biodiversitas e Conservação Internacional (CI). Cabe ressaltar que, na metodologia de trabalho, não há qualquer menção de engajamento de comunidades tradicionais como forma de valorização de seus conhecimentos associados à biodiversidade, o que poderia ter ampliado e dado maior precisão às informações sistematizadas. Ao contrário, o desperdício do saber tradicional e o tratamento colonial foram a regra do processo e dos resultados posteriores, em relação às comunidades apanhadoras de flores da Serra do Espinhaço Meridional.

Partindo do pressuposto de que a lista vermelha pretende ser um instrumento de proteção à biodiversidade, entende-se que seria fundamental que o processo de elaboração dessas listas não ficasse restrito ao parecer da comunidade científica. Especificamente em relação às sempre-vivas, a participação de representantes das próprias comunidades, em condição de diálogo de saberes e reconhecimento de seus direitos como comunidades tradicionais, permitiria tornar o processo muito mais legítimo. Ademais, a incorporação de consulta pública sobre a lista prévia das espécies consideradas em risco de extinção ao processo metodológico tende a qualificar o processo de decisão de incluí-las, mantê-las ou excluí-las da lista vermelha da flora brasileira e dos estados. Para além disso, o envolvimento das comunidades possibilitaria incorporar ao método de avaliação os conhecimentos tradicionais acumulados ao longo de muitas gerações sobre o comportamento dessas espécies, os quais estão vinculados aos seus modos de vida.

A adoção dos estudos sobre dinâmicas das populações das flores e a consulta a essas comunidades tradicionais, além de qualificar e legitimar o

processo de tomada de decisão sobre as espécies da lista vermelha, evitaria que a definição desta fosse realizada somente pela consulta às coleções que constam nos herbários pela revisão bibliográfica e pelo parecer de especialistas. Este procedimento tem contribuído para o questionamento sobre as espécies constantes nas listas vermelhas, além de produzir uma avaliação sobre a realidade que, muitas vezes, pode não corresponder ao que ocorre em campo, sobrevalorizando determinadas informações em detrimento do conhecimento acumulado pelas comunidades.

Apesar das limitações do processo, a Lista Vermelha de Minas Gerais foi homologada pelo Copam em 1997 (MINAS GERAIS, 1997), incluindo 40 espécies de flores sempre-vivas. Depois da publicação dessa primeira lista mineira (1997), a revisão da lista nacional ocorreu somente em 2008, embora a anterior seja de 1992. Ao compará-las, fica evidente a falta de "conformidade" entre elas, apesar de terem sido coordenadas pela Fundação Biodiversitas. Além disso, observa-se que as listas estabelecidas pelo órgão ambiental mineiro (1997; 2008) são bem mais abrangentes que as listas publicadas pelo MMA (2008 e 2014), sobretudo em relação às espécies da família Eriocaulaceae (cf. Quadro 2).

Em relação à nomenclatura, as flores sempre-vivas são popularmente conhecidas por margaridinhas ou botões. As margaridinhas, botanicamente falando, são da família das Eriocaulaceae do gênero Comanthera, subg. Comanthera. Já os botões são espécies que pertencem às famílias: Eriocaulaceae de outros gêneros, Cyperaceae, Xyridaceae e Rapataceae. Nesse contexto, vale ressaltar que a primeira vez que alguma espécie dessas famílias apareceu na lista nacional foi em 2008, em número bem inferior às listas vermelhas mineiras (1997; 2008) (Quadro 2).

Ainda que as listas mineira e brasileira tenham sido atualizadas no mesmo ano (em 2008), não houve aproximação em relação ao número de espécies de flores sempre-vivas consideradas em extinção: enquanto a lista nacional (2008) indicava 17 espécies no total, a lista mineira subiu de 40 espécies de margaridinhas e botões (1997) para 94 espécies (2008). Por sua vez, quando o MMA atualizou a Lista Vermelha Nacional (BRASIL, 2014), mesmo considerando que houve um crescimento de 50% no total de espécies vulneráveis, no caso das espécies de flores sempre-vivas, o crescimento foi proporcionalmente menor, passando de 17 para 26 as consideradas em risco de extinção (cf. Quadro 2). Diante dessas informações, destaca-se que a comparação no Quadro 2

refere-se às espécies de sempre-vivas consideradas em risco de extinção, presentes nas listas mineira e nacional, e que tem ocorrência no estado Minas Gerais, não considerando as espécies presentes, exclusivamente, em outros estados.

Quadro 2 - Espécies de flores sempre-vivas (margaridinhas e botões) ameaçadas de extinção em Minas Gerais, segundo as listas vermelhas mineiras e nacional

Família	1992 Nacional	1997 Mineira	2008		2014 Nacional
			Mineira	Nacional	
Cyperaceae	0	0	15	01	03
Eriocaulaceae	0	31	61	11	09
Xyridaceae	0	09	18	05	14
Total	**0**	**40**	**94**	**17**	**26**

Fonte: Minas Gerais - Copam (1997; 2008); Ibama (1992); Brasil - MMA (2008; 2014).

No Quadro 2, percebe-se uma enorme disparidade entre o número de espécies consideradas ameaçadas de extinção em Minas Gerais pelas listas vermelhas mineira e nacional. Além disso, a falta de monitoramento das espécies consideradas em risco de extinção – a partir de estudos sobre a dinâmica dessas populações – agrava a percepção de incoerência em relação a números tão díspares.

Se se toma como referência a lista nacional mais recente, de 2014, que deveria ter prevalência sobre as demais na determinação da política ambiental para a região, a análise fina dos números revela outros problemas. Em primeiro lugar, é importante entender que nem todas as espécies de flores sempre-vivas são manejadas e coletadas pelas comunidades apanhadoras de flores para comercialização. Sendo assim, quando se contrastam as espécies constantes na Lista Vermelha Nacional de 2014 com a lista de espécies, de fato, coletadas, vê-se que: das espécies da família Cyperaceae constantes na lista, nenhuma é coletada pelas comunidades; das Eriocaulaceae constantes na lista, menos da metade é coletada; e das Xyridaceae constantes na lista, a metade é coletada (Quadro 3).

Quadro 3 - Comparação entre espécies coletadas pelas comunidades e constantes na Lista Vermelha Nacional de 2014

Família	Coletadas pelas comunidades[12]	Lista Vermelha Nacional 2014	Coletadas pelas comunidades dentre as constantes na Lista Vermelha Nacional de 2014
Cyperaceae	03	03	0
Eriocaulaceae	58	09	04
Xyridaceae	41	14	07
Rapataceae	01	0	0
Total	103	26	11

Fonte: Elaborado pelos autores.

Há que se levar em consideração que as espécies consideradas em risco de extinção – constantes no anexo 1 da Lista Vermelha – tiveram seu manejo e sua comercialização restritos, condicionados ou mesmo proibidos, em função das listas vermelhas, causando sérios impactos à economia dos produtos da sociobiodiversidade na região. Diante dessa realidade, cabe destacar um fato ocorrido em 2006 que contribui para explicitar a falta de clareza – por parte das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e dos comerciantes que operam nesse mercado – e de transparência dos órgãos ambientais. Um dos comerciantes relatou que foi autuado em 2006 pelo Ibama por exportação ilegal da pé-de-ouro[13], mas o caso chama a atenção pelo fato de que essa espécie não constava na lista nacional nesse período, vindo a ser incluída somente em 2008. Embora essa espécie (pé-de-ouro) constasse na lista mineira na época, não há, em princípio, justificativa para o Ibama ter multado esse comerciante, uma vez que a lista nacional deveria ter prevalência sobre as listas estaduais.

Mas mesmo que essa restrição siga a lista nacional mais recente, persistem os problemas. Nesse sentido, apesar de, como demonstrado, as comunidades coletarem diversas espécies que sequer aparecem na lista e que há baixa sobreposição entre o número de espécies coletadas pelas comunidades e aquelas consideradas em risco de extinção, há

12 Para mais informações sobre as espécies comercializadas, ver capítulos 5 e 6 desta obra.
13 Para mais informações, confira o capítulo 7 desta obra.

um elemento essencial a considerar, como sistematizado no Quadro 3: 96% de todas as espécies coletadas pelas comunidades são das famílias Eriocaulaceae e Xyridaceae. Dentre elas, a pé-de-ouro – da família Eriocaulaceae (*Comanthera elegans*) – é considerada, pelos comerciantes, o carro-chefe na comercialização dos produtos da sociobiodiversidade. Por isso, sua inclusão na lista vermelha é um dos fatores centrais do impacto desse processo sobre a economia das comunidades apanhadoras de flores.

No entanto, ao longo do trabalho de campo, foi possível verificar que tanto as comunidades tradicionais quanto a Codecex e os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal (NESFV), da UFVJM, discordam da avaliação de que essa espécie esteja ameaçada de extinção. Eles afirmam que há grande disponibilidade e dispersão dela no campo e que ela segue produzindo, fato que poderia ser confirmado pela adoção de estudo de dinâmicas de população em campo, como indica a metodologia da UICN.

Cabe salientar, também, que, até 2008, as listas vermelhas (nacional e estaduais) careciam de maior transparência quanto aos elementos que definiam a entrada ou saída de determinada espécie da flora nativa. Mas somente a partir do trabalho coordenado pelo CNCFlora, em relação à Lista Vermelha nacional, o grau de transparência passa a ser incomparável com as edições das listas anteriores (até 2008). O formato (em meio digital)[14] e as informações disponíveis ao público possibilitam entender melhor as escolhas e justificativas do porquê uma determinada espécie está incluída na lista vermelha, em que pese as insuficiências quanto aos estudos relativos a dinâmicas das populações, conforme descrito anteriormente. Embora a qualidade e a amplitude de informação na última Lista Vermelha nacional (2014) elaborada sob a coordenação do CNCFlora tenham sido melhoradas, foi criado um novo problema na forma de apresentar as informações, uma vez que, nessa lista, ao contrário das listas nacionais anteriores (1992 e 2008), constam apenas os nomes científicos (família, gênero e espécie), não o nome popular, dificultando a compreensão de quem não está familiarizado com essa nomenclatura formal acerca das espécies às quais se referem as informações.

Dessa forma, enquanto esse processo não incorporar princípios e práticas de ampla divulgação, em especial de forma simples e de fácil acesso, instrumentos como esse servirão mais para criminalizar as

14 Disponível em: http://www.cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/listavermelha

comunidades que atuam na coleta das espécies vinculadas aos produtos da sociobiodiversidade. Da mesma forma, isso também vale para quem atua na comercialização desses produtos da flora nativa, pois não é razoável exigir que as pessoas acompanhem esse tipo de informação a partir da apresentação de uma lista exclusivamente com nome científico e nenhuma informação adicional.

A título de exemplo de um processo construído a partir de uma lógica distinta à das ações preservacionistas, cabe ressaltar que alguns estudos para avaliar as dinâmicas das populações das espécies de sempre-vivas vêm sendo realizados por uma equipe de pesquisadores(as) vinculados(as) às universidades federais do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), de Juiz de Fora (UFJF) e de Pernambuco (UFPE), estabelecidos em diálogo com as comunidades tradicionais e com a Codecex. Além disso, essas pesquisas levam em consideração o efeito das práticas tradicionais, incluindo o uso do fogo, sobre a dinâmica de populações de sempre-vivas. Possivelmente, os primeiros resultados devem ser publicados a partir de 2021.

Nessa mesma linha, o projeto "Cerrado-Jalapão" (LOBO, 2014), que tem por objetivo realizar pesquisas, manejo e monitoramento comunitário do fogo (SCHIMIDT *et al.*, 2016), poderia ser uma boa referência metodológica para reavaliação das espécies eleitas na situação de ameaçadas de extinção da Lista Vermelha, caso fosse implementado, de forma participativa, com as comunidades apanhadoras de flores e a Codecex. Essa prática não só poderia ajudar a distensionar a relação entre os órgãos ambientais (ICMBio e IEF) e as comunidades tradicionais que atuam na coleta das flores, como também contribuiria para sistematizar o conhecimento tradicional e validar as práticas vinculadas ao manejo tradicional, servindo de ferramenta para a construção do conhecimento e da troca de experiências entre comunidades, técnicos(as) e pesquisadores(as).

Nesse sentido, é urgente que sejam incorporados todos os parâmetros metodológicos sugeridos pela UICN, em relação ao processo de avaliação da flora brasileira, com vistas ao estabelecimento da lista vermelha. Isso significa deixar de se basear, sobretudo, nos parâmetros taxonômicos e incorporar as dimensões ecológicas (levantamento da dinâmica das populações).

Para além da restrição indevida de coleta e comercialização de espécies

que não estão de fato em risco de extinção, existe outro desdobramento do processo das listas vermelhas sobre a vida das comunidades que, quiçá, seja ainda mais grave. Em boa medida, a justificativa para a criação do PNSV foi de que isso asseguraria a preservação de espécies em risco de extinção, decorrente, de acordo com essa avaliação, do suposto manejo indevido por parte das comunidades tradicionais. Como se pode ver, é frágil a assertiva que atribui correlação entre a sobre-exploração das flores sempre-vivas pelas comunidades tradicionais da região de Diamantina e a situação de risco de extinção dessas espécies, o que desmonta o próprio argumento da necessidade de criação do parque e do mosaico de UCs dessa região. Apesar disso, a criação dessa unidade de conservação na modalidade de preservação integral restringiu o acesso das comunidades a seu território de uso tradicional, com inúmeras consequências para esses grupos e os campos de flores sempre-vivas.

É certo que o endemismo remete a cuidados, sobretudo para que os campos naturais onde estão presentes essas espécies não deixem de existir. Nesse caso, a melhor opção para isso seria assegurar às comunidades apanhadoras de flores que seguissem usando as terras comuns tradicionalmente ocupadas, evitando, assim, novas dinâmicas verdadeiramente insustentáveis de uso do solo, tais como a implantação de monocultivos de eucalipto; a mineração (cujo interesse incide sobre a região, como atesta a sobreposição de pedidos de pesquisa e lavra sobre as UCs); e a conversão dos campos naturais – de uso comum dessas comunidades para a pecuária extensiva – em pastagem plantada. Ao contrário disso, sem ter tido a oportunidade de decidir, essas comunidades percebem que, em função de uma decisão unilateral do Estado, foram cerceadas de seguir ocupando e manejando as áreas de uso comum, que antes serviam para coleta das flores. Passaram, assim, a ser controladas, vigiadas, perdendo o direito de uso e livre acesso aos seus territórios tradicionais.

Para além disso, as comunidades apanhadoras de flores não foram envolvidas pelos órgãos ambientais na perspectiva de construir um caminho que permita, ao mesmo tempo, a garantia de seus direitos, a reprodução dos seus modos de vida – como comunidades tradicionais – e o manejo das flores sempre-vivas, em que pese o ICMBio ter publicado o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Eriocaulaceae do Brasil (PAN Sempre-vivas), em 2012. Esse PAN Sempre-vivas havia estabelecido

cinco objetivos, entre eles: a) a integração das comunidades locais e demais atores pertinentes no processo de conservação das Eriocaulaceae; e b) a promoção do manejo sustentável das espécies de Eriocaulaceae utilizadas por comunidades humanas (ICMBIO, 2012). Entretanto, eles não foram implementados.

Em meio a essa onda preservacionista e de estruturas que contribuem para a reprodução dessa lógica, é fundamental compreender o que está em jogo a partir de todo esse processo que envolve – a partir da elaboração das listas vermelhas – a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e do Mosaico das UCs do Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, ações que serão analisadas na seção a seguir.

Serra do Espinhaço Meridional – área prioritária para conservação e criação do Mosaico das Unidades de Conservação de proteção integral

Na sequência do processo de homologação da Lista Vermelha mineira, há um processo acelerado de ações preservacionistas sobre a Serra do Espinhaço Meridional, tal como sistematizado no Quadro 1. Desse modo, a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais e a realização de diversos estudos e debates sobre biodiversidade, endemismo e áreas prioritárias para a conservação na Serra do Espinhaço Meridional culminaram, em 2001, na proposta de criação da maior UC da região, o PNSV, o qual foi decretado em dezembro de 2002 pelo governo federal, com mais de 124.000 hectares sobrepostos a terras de uso comum consuetudinário das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da região.

A proposta que embasou a criação do parque dá a dimensão da continuidade da lógica preservacionista, que norteou o processo das listas vermelhas. Nessa proposta, a construção do parque é justificada pelos seguintes fatores: a) "riqueza de recursos naturais e paisagens cênicas ímpares" e "sítios naturais de importância ambiental e turística"; b) "alto nível de endemismos", de acordo com a WWF/UICN e BirdLife International; c) reconhecimento como área de "importância biológica extrema" em workshop do MMA sobre o bioma Cerrado (1999); d) reconhecimento da área como de "importância biológica especial", em razão do "endemismo" e de "pressões antrópicas" (tais como "mineração,

extrativismo de sempre-vivas, turismo desordenado, queimadas, expansão imobiliária e agropecuária"), resultando na sua indicação como parte das "Áreas Prioritárias para Conservação" em workshop da Biodiversitas e IEF (1998); e, por fim, e) existência de sítios arqueológicos e potencial econômico do ecoturismo (especialmente devido à "decadência" da "atividade mínero-extrativista") (BRASIL, 2001, p. 5-6; DRUMMOND *et a*l., 2005).

A metodologia para a elaboração da proposta contou com revisão bibliográfica, consulta a mapas e imagens de satélite, visitas a órgãos públicos na região, duas "campanhas de campo" de menos de uma semana cada, ao final de 2001, e consultas a "moradores locais", com menções destacadas no relatório para o administrador de uma fazenda, um vereador e um comerciante de flores sempre-vivas (BRASIL, 2001, p. 9-10).

Na seção sobre "Consulta às Comunidades Locais", declara-se ter sido feito contato com 15 pessoas, com "importante papel de liderança na comunidade", e cujas ocupações são: garimpeiros, empresário, comerciantes, professora e diretora de escola, funcionário público, ex-vereador, agricultores e encarregado de fazendas. Além disso, afirma-se que foram contatados prefeitos e encarregados das áreas ambientais das prefeituras (BRASIL, 2001, p. 35-36). Entretanto, não há qualquer menção de consulta às comunidades tradicionais, menos ainda nos marcos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fato que é corroborado pelo desconhecimento da existência do parque pela maioria dos comunitários até 2007, quando começam as ações de repressão:

> A maioria dos comunitários só ficou sabendo da existência do parque e das implicações do mesmo para suas vidas quando, a partir de 2007, assumiu a gestão da unidade uma equipe técnica que no afã de implantar a unidade a qualquer custo, desconsiderou a condição de comunidades tradicionais e violou direitos previstos por lei nacionais através de práticas como ameaças, constrangimentos, intimidações, destruição de plantações e instalações familiares. Sem entendimento do que estava acontecendo, os comunitários tiveram seus modos de vida criminalizados e sujeitos a multas e prisões. (FÁVERO; ZHOURY, 2013, p. 5).[15]

15 Em um comunicado de 2018, o ICMBio informa que: "O Ministério Público Federal abriu inquérito civil para apurar os fatos, e internamente, a corregedoria do ICMBio instituiu um processo administrativo disciplinar também com esta finalidade. Deve-se ressaltar que a atual equipe gestora do parque, que atua desde 2011, tem trabalhado na perspectiva do diálogo para solução ou encaminhamento do conflito territorial" (ICMBIO, 2018).

Curiosamente, nos documentos anexados à proposta do parque, constam dois e-mails dignos de nota. O primeiro, em agosto de 2002, é do pesquisador Paulo da Costa, da Universidade de Sussex no Reino Unido, perguntando sobre a previsão de audiência pública. A resposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), anexada à proposta, é de que "não vão haver audiências" (BRASIL, 2001, p. 177), mas que as dúvidas poderiam ser esclarecidas por e-mail. O segundo, sem resposta publicada, é do analista ambiental Elivan Arantes de Souza, do próprio IBAMA, intitulado "Parque Nacional ou Resex [Reserva Extrativista, modalidade de Unidade de Conservação de Uso Sustentável]?", datado de agosto de 2002 (BRASIL, 2001, p. 178), no qual ele questiona a implementação de um parque numa "área de uso tradicional".

Entre os aspectos histórico-culturais, a proposta menciona alguns relacionados ao ciclo do ouro (sinais de garimpos provavelmente dos séculos XVIII e XIX) e pinturas rupestres (BRASIL, 2001, p. 26). Em contrapartida, não há qualquer menção, nos aspectos histórico-culturais do documento, às atividades de "panha" das flores, extrativismo de frutos, pastoreio de gado e expressões socioculturais associadas aos modos de vida tradicionais. Na descrição da situação fundiária, são listadas propriedades privadas e indicada a provável situação jurídica de terras devolutas para boa parte da área, bem como se enfatiza "presença humana bastante rarefeita" (BRASIL, 2001, p. 26-27), sem menção à dimensão da sazonalidade do uso e do manejo comum da área, como terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades apanhadoras de flores.

A destinação de grandes áreas para conservação por meio do estabelecimento de "parques" remonta à segunda metade do século XIX, com o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O modelo foi copiado por diversos países, nas décadas seguintes, tendo como base, na época, a ideia de "proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área)" (DIEGUES, 2008, p. 101) ou para realização de pesquisas de flora e fauna. Em 1933, convencionou-se, pela primeira vez, o objetivo de "preservação da flora e fauna, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico" para os parques (DIEGUES, 2008, p. 101).

Na base da lógica preservacionista, estava, então, uma "ideia-força", que Diegues (2008) chamou de o "mito na natureza intocada", cuja ideia subjacente é de desconexão entre natureza e seres humanos, de forma que estes seriam sempre, indistintamente, vetores da destruição da natureza.

Derivada disso, está a pressuposição de que, em algumas áreas do planeta, é possível encontrar mostras de uma natureza idílica com baixa ou nenhuma afetação humana. Só que essa é uma visão que não diferencia as sociedades urbano-industriais (e suas atividades altamente devastadoras, como mineração e monocultivos) dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (e suas atividades de manejo e agroextrativismo, a partir das quais cultura e modos de vida estão entrelaçados de forma sustentável com sua base material – águas, terra, matas, biodiversidade).

Com o tempo, uma governança ambiental global foi se desenvolvendo, debatendo a questão dos parques, e muitos desses pressupostos iniciais foram sendo tensionados. A dimensão da "conservação da biodiversidade" foi ganhando relevância sobre outras dimensões, consolidando a gramática "conservacionista", ainda que muitas das bases do "preservacionismo" seguissem norteando as ações desse campo – e seguem ainda hoje, como o caso da Serra do Espinhaço Meridional deixa flagrante.

Em 1959, o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) organizou a primeira Lista dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e, em 1960, a UICN estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para "promoção, monitoramento e orientação de manejo de tais áreas" (DIEGUES, 2008, p. 102). Além disso, outros encontros internacionais, ao longo da década de 1960, trataram do tema. Em 1962, no Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, na Indonésia, começou a aparecer, de forma mais explícita, a relação entre "populações locais e unidades de conservação" (DIEGUES, 2008, p. 102), reafirmando os "direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual" (DIEGUES, 2008, p. 102). Saiu dali, também, uma recomendação de que:

> os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas, e que fossem tomadas decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas, considerando a variedade de circunstâncias locais. (DIEGUES, 2008, p. 102-103).

Não houve, no entanto, naquele momento, um reconhecimento explícito da existência de comunidades tradicionais dentro dos parques

e, tampouco, dos conflitos acarretados pela criação deles. Sendo assim, a problemática da expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios para o estabelecimento de parques vai ganhar proeminência somente a partir dos anos 1980, em várias publicações e conferências. A Conferência da UICN de 1986 sobre "Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a Estratégia Mundial para a Conservação" recomendou "que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados fora dela sem seu consentimento" (DIEGUES, 2008, p. 105). Nesse sentido, o "Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos" da UICN, no mesmo ano de 1986, afirma que:

> há muitas áreas em que as populações nativas, seguindo suas culturas tradicionais, protegem grandes áreas de ecossistemas essencialmente naturais e coletam os recursos naturais de forma sustentável. Esses povos e os administradores de áreas protegidas precisam chegar rapidamente a um entendimento. Os administradores podem aprender muito sobre conservação e uso de recursos naturais, enquanto a conservação de áreas naturais pode oferecer grande oportunidade para a sobrevivência das culturas tradicionais. (UICN apud DIEGUES, 2008, p. 108).

Além disso, o documento da UICN, de 1988, "*From Strategy to Action*", dedicado a recomendar medidas para implementar o documento oficial da Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (1986) "Nosso Futuro Comum", afirmava:

> A UICN há muito tempo vem se preocupando com a perda da diversidade das culturas humanas, consciente de que parte da riqueza da vida humana no globo se deve às inter-relações entre os povos e seus hábitats locais. A perda de culturas ou do conhecimento tradicional das culturas que sofrem mudança social rápida é um problema pelo menos tão grave quanto a perda das espécies. (UICN apud DIEGUES, 2008, p. 106).

Nesse documento, ainda, a UICN recomenda que:

> seja dado valor adequado aos direitos, ao conhecimento e à experiência dos povos tradicionais; que se divulguem trabalhos

> sobre os sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais; e que sejam elaborados projetos de conservação que se beneficiem diretamente do conhecimento acumulado pelas populações tradicionais. (UICN apud DIEGUES, p. 106).

Por fim, no IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, em 1992, o discurso inaugural do presidente da UICN Shridath Ramphal afirmava que:

> Com maior frequência, os recursos que justificam o estabelecimento de áreas protegidas incluem paisagens culturais e sistemas naturais criados por atividades humanas existentes há muito tempo. [...] As áreas protegidas podem ser vistas, portanto, como contribuição para conservar a diversidade cultural e biológica. (UICN apud DIEGUES, 2008, p. 111).

O que essa breve retomada do histórico da conformação da governança ambiental global das áreas protegidas busca explicitar é o quanto o desprezo pelos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade – e, portanto, à sua conservação – e as bases do preservacionismo são datados.

A persistência no país de visões ultrapassadas no tratamento da relação entre unidades de conservação e comunidades tradicionais é agravada pelo fato de que poucos países no mundo contribuíram tanto quanto o Brasil para a revisão dessa relação. O próprio Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000 (Lei 9.985) (BRASIL, 2000), previa, entre seus objetivos, "proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente" (BRASIL, 2000, Art. 4º, XIII). Ainda assim, o SNUC reflete a contradição entre visões, ao prever, por um lado, modalidades de UCs de Proteção Integral e, por outro lado, de UCs de Uso Sustentável, tais como as Reservas Extrativistas (RESEX).

Nessa disputa, os ambientalismos de base popular – por exemplo, a luta dos movimentos dos seringueiros liderados por Chico Mendes, que resultou na instituição da modalidade de RESEX, e de outros povos e comunidades tradicionais, em articulação com pesquisadores

comprometidos com o diálogo de saberes – conseguiram demonstrar que: 1) as áreas de maior biodiversidade e fertilidade (terras pretas) são, justamente, aquelas de ocupação humana mais antiga, em razão do manejo milenar dos povos indígenas; 2) as áreas mais protegidas são, justamente, aquelas em que a posse dos povos indígenas ou tradicionais está garantida, porque estes são os primeiros a defender o território de desmatadores, garimpeiros e de outras atividades predatórias; 3) no caso de expulsão, a falta de manejo que os povos e as comunidades faziam, por meio de saberes tradicionais, sobre aquele ecossistema vai gerando perda de biodiversidade e não o contrário, e, no longo prazo, a erosão epistêmica (de saberes) e de biodiversidade é imensurável; 4) a expulsão de povos de suas terras tradicionalmente ocupadas para estabelecer uma área protegida "sem gente" é, no mínimo, socialmente injusto e, além disso, ilógico do ponto de vista da conservação da biodiversidade, em razão dos pontos anteriores.

Além disso, com a entrada em vigor da Convenção 169 da OIT no Brasil, em 2004 (BRASIL, 2004), a proteção dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil foi ampliada. A Convenção prevê, por exemplo, que o Estado garanta os direitos desses povos ao "usar terras não exclusivamente ocupadas por eles, às quais tenham tido acesso para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência" (BRASIL, 2004, Art. 14, § 1º). Nesse sentido, Santilli (2014, p. 408) explica que, "a convenção reconhece o direito, não apenas aos territórios tradicionalmente ocupados, como também, à utilização de recursos naturais situados fora desses territórios para atividades tradicionais".

Mesmo que esse processo político seja tão rico, a Serra do Espinhaço Meridional seguiu sendo alvo de ações para a "conservação da biodiversidade", permeadas pela lógica "preservacionista". Após o PNSV (2002), em 2005, a Unesco reconheceu a Serra do Espinhaço como Reserva da Biosfera, a partir do esforço de um grupo de trabalho formado por instituições públicas estaduais e nacionais, universidades e organizações não governamentais, como a Fundação Biodiversitas e a Conservação Internacional. Nesse contexto, apesar do fato de a UNESCO definir reservas da biosfera como "espaços para testar abordagens interdisciplinares para o entendimento e gestão de mudanças e interações entre sistemas sociais e ecológicos" (UNESCO, [20--]), a Reserva da Biosfera da Serra

do Espinhaço (RBSE) foi pensada e promovida dentro da mesma lógica preservacionista e pelos mesmos atores que incidiram sobre a criação do PNSV e de outras ações na região.

Entre 2005 e 2007, o Projeto "Espinhaço Sempre Vivo: Diagnóstico do Status do Conhecimento da Biodiversidade e de sua Conservação na Cadeia do Espinhaço" foi desenvolvido pelas organizações não governamentais Instituto Biotrópicos, Fundação Biodiversitas e Conservação Internacional (CI-Brasil), com o objetivo geral de "reunir as informações existentes sobre a biodiversidade ao longo de toda a Cadeia do Espinhaço, além de identificar as ameaças e subsidiar a tomada de decisões para a sua conservação" (AZEVEDO; MACHADO, 2008, p. 3), apoiando, ainda, a implementação da RBSE (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2008, p. 93).

No meio desse período, em 2006, foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço para coordenar e apoiar a implementação da RBSE, sendo composto por 28 membros, os quais são metade do poder público e metade da "sociedade civil", sendo incluídos, nessa última categoria, diversos assentos para universidades e organizações ambientalistas (como Biodiversitas e Terra Brasilis), um assento para empresas mineradoras e um assento para "Populações Tradicionais Locais" (MINAS GERAIS, 2006).

Uma das evidências de que as organizações ambientalistas envolvidas nas ações preservacionistas analisadas aqui trabalham numa lógica de "ilhas de preservação intocadas", cercadas de um modelo intrinsecamente devastador que não ousam questionar, é justamente a visão delas em relação ao agronegócio e à mineração. No relatório sobre as ações da Conservação Internacional para o período 2006-2007, a organização apresenta o "aumento da interação com o setor privado" nos esforços de "desenvolvimento mais sustentável no Cerrado":

> Lançada em outubro de 2007 pela CI-Brasil, em parceria com a empresa Bunge e a ONG Oreades, a Aliança BioCerrado representa um esforço coletivo entre o setor privado e as organizações não governamentais para implementar um programa de atividades coordenadas visando a um desenvolvimento mais sustentável no Cerrado. Mais do que um simples fórum de discussão sobre o uso dos recursos naturais no bioma, a Aliança BioCerrado é propulsora de ações concretas voltadas para gerar resultados tangíveis. Trabalhando juntas, empresas e organizações do

> terceiro setor constroem planos estratégicos e realizam projetos de campo desenhados para conservar a biodiversidade, garantir a proteção dos serviços ambientais e reduzir riscos para o negócio na paisagem produtiva. A Aliança BioCerrado é aberta a todas as empresas e ONGs que compartilham a visão do Cerrado como uma região onde atividades produtivas e conservação da biodiversidade coexistem em harmonia. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2008, p. 78-79).

No mesmo sentido, mais especificamente sobre a região aqui analisada, está o Projeto "Identificação de Oportunidades de Conservação na Serra do Espinhaço" (INSTITUTO BIODIVERSITAS, [20--]), uma colaboração entre as organizações não-governamentais Fundação Biodiversitas, Conservação Internacional (CI) e Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre e a empresa mineradora transnacional Anglo American. O objetivo declarado do projeto é:

> Indicar áreas ao longo da porção mineira da Cadeia do Espinhaço, na área de influência direta ou indireta dos empreendimentos da Anglo Ferrous Brasil S.A., localizados nos municípios do Serro, Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, que sirvam para a futura instalação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pela Anglo, de modo a atenderem às demandas de conservação no Espinhaço e complementar o sistema de unidades de conservação estadual. (INSTITUTO BIODIVERSITAS, [20--]).

Ao mesmo tempo, avanços institucionais no sentido de defesa de direitos foram sendo conquistados ao longo dos anos 2000. O Decreto nº 5.758/2006, por sua vez, estabeleceu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), incluindo territórios indígenas e quilombolas entre as áreas protegidas, contando com esses povos e comunidades, além de comunidades extrativistas, na implementação do Plano (SANTILLI, 2014). Entre os princípios do PNAP estão o "reconhecimento das áreas protegidas como instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e *sociocultural*" (SANTILLI, 2014, p. 402, grifo nosso) e entre seus objetivos "reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais no âmbito do SNUC" e "estabelecer mecanismos para o compartilhamento equitativo dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de unidades de conservação" (SANTILLI,

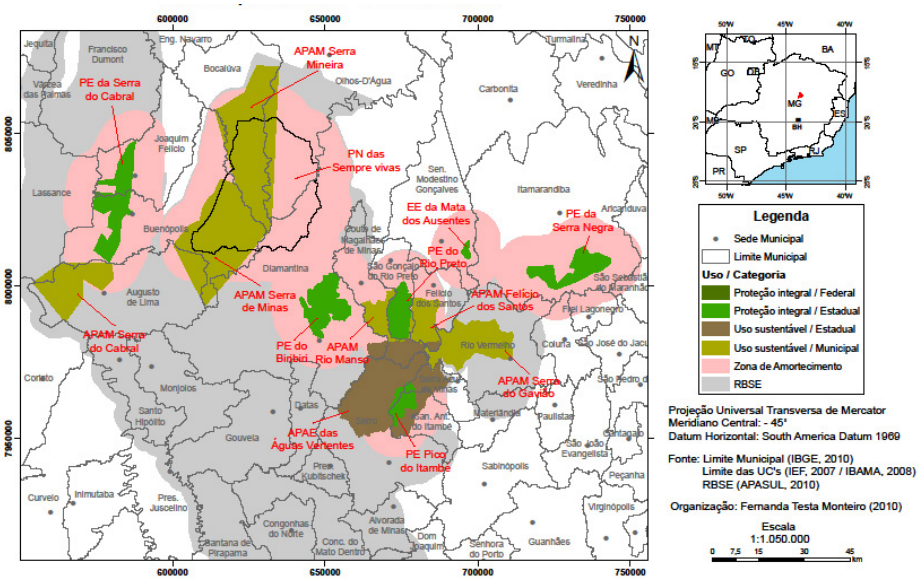
2014, p. 402). No ano seguinte, foi estabelecida a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), tendo, entre seus objetivos específicos:

> a garantia, aos povos e comunidades tradicionais, de seus territórios, o acesso aos recursos que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica, e a solução e/ou minimização dos conflitos gerados pela implantação de UCs de proteção integral em territórios tradicionais, e o estímulo à criação de UCs de uso sustentável. (BRASIL, 2007, Art. 3º).

Apesar desses avanços institucionais, seguiram as ações preservacionistas, em toda sua contradição, sobre a Serra do Espinhaço Meridional. Essas iniciativas têm seu ápice na região com a criação pelo MMA do Mosaico das UCs Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral (BRASIL, 2010) (Figura 1, a seguir), de acordo com a premissa do Ministério de que "o reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não" (BRASIL, [20--]).

O processo de criação do mosaico, que teve as primeiras articulações no final de 2007 e cujas atividades oficiais iniciaram-se em abril de 2008, foi coordenado pela organização não-governamental Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais, e o apoio da Conservação Internacional (CI) Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (AZEVEDO *et al*., 2009). Nesse caso, percebe-se que representantes das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas não foram convidadas para nenhuma das oficinas realizadas no marco do processo de criação do mosaico, enquanto entidades públicas, diversas ONGs ambientalistas e mesmo empresas mineradoras foram convidadas ou participaram ativamente de todas as etapas (AZEVEDO *et al*, 2009, p. 46-51).

Figura 1 - Mosaico das UCs Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral



Fonte: Monteiro (2011).

O Mosaico engloba as Unidades de Conservação e zonas de amortecimento, somando mais de 910 mil hectares: o PNSV (sob a gestão do ICMBio); os Parques estaduais da Serra do Cabral, do Biribiri, do Rio Preto, da Serra Negra; a Estação Ecológica Mata dos Ausentes; e a Área de Proteção Ambiental Água das Vertentes – todas as estaduais sob a gestão do IEF (BRASIL, 2010), distribuídas em quatorze municípios da região de Diamantina: Itamarandiba, Senador Modestino Gonçalves, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Couto Magalhães de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Serro, Diamantina, Buenópolis, Joaquim Felício, Bocaiúva e Olhos D'Água.

Segundo o MMA, o Mosaico de UCs deve orientar a sua administração, de forma a valorizar "a participação, integração e envolvimento dos gestores de UC e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável" (BRASIL, [20--]) no território onde está inserido. Apesar da indicação, a contradição entre os gestores do PNSV (maior UC do Mosaico) e as comunidades tradicionais seguiu existindo.

Em razão disso, no mesmo ano de criação do Mosaico, em 2010, a Codecex é criada e, como resultado, uma reação coordenada das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas às ações preservacionistas e às violações de direitos associados a esse processo começa a ganhar corpo. Nos anos de 2010 e 2011, já como resultado do trabalho de articulação da Codecex, ocorreu o reconhecimento, pela Fundação Palmares, das comunidades Mata dos Crioulos (2010) e Vargem do Inhaí (2011), no município de Diamantina (MG), como comunidades remanescentes de quilombo (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020)[16], e um parecer antropológico emitido pela 6ª Câmara do Ministério Público, que reconheceu a condição de "populações tradicionais" às comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas:

> Como os dados da pesquisa de campo demonstraram, as populações locais que ocupam a área do Parque Nacional das Sempre-vivas e sua área de amortecimento, há mais de um século, constituem uma população tradicional de apanhadores de flores. [...] A terra que ocupam é um território, um bem coletivo, pois foi construído socialmente como espaços de pertencimento necessários à sua reprodução física, social, econômica e cultural. Seu modo de vida é dependente do meio ambiente em que vivem e suas atividades principais são a agricultura de subsistência com manejo de gado e o extrativismo de sempre-vivas, atividade mais importante na geração de renda.
>
> Nas narrativas dos moradores do Parque Nacional das Sempre-vivas, natureza e cultura formam uma teia de significados, de saberes e atividades tradicionais da Serra do Espinhaço que constroem sua identidade de apanhadores de flores. (Parecer Pericial nº 083/2011 – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais/Ministério Público Federal de 2011 apud MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 3-4).

A partir de então, foram iniciados processos na tentativa de resolução dos conflitos causados pelo PNSV (cf. Quadro 1), inclusive um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas – CONVIVAS, a partir de demanda da Codecex, ativo entre 2013 e 2014. Na composição do GT, estavam representantes das comunidades tradicionais, organizações e pesquisadores, além de

16 Para mais detalhes, ver capítulo 10 desta obra.

representantes do ICMBio e do CONVIVAS. Nesse contexto, o objetivo acordado entre os conselheiros e demais membros do GT foi:

> realizar um estudo aprofundado com a participação das comunidades envolvidas, visando a solução dos conflitos territoriais das comunidades tradicionais com o Parque Nacional das Sempre-Vivas, com possível proposição de recategorização e redefinição de limites. (BRASIL, 2015, p. 3).

Nesse processo, a Codecex apresentou a proposta de recategorização do PNSV para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Mesmo não havendo consenso em torno da proposta, mas esta foi encaminhada – tendo, em anexo, as ressalvas dos membros que não concordaram – por ter sido aprovada pela maioria. Nesse caso, destaca-se que as observações partem dos conselheiros do CONVIVAS e do ICMBio, que, justamente, são os membros do GT que fazem parte do processo de estabelecimento do PNSV que estava sendo questionado (BRASIL, 2015, p. 3). Em junho de 2015, a proposta de recategorização do parque como RDS foi aprovada pelo Conselho do PNSV [17].

No meio desse processo, houve outra conquista institucional, dessa vez na esfera estadual: a instituição da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, por meio da Lei nº 21.147/2014 (MINAS GERAIS, 2014). Santilli (2014) avalia que essa lei

> inova em relação às demais leis estaduais, ao estabelecer expressamente que: "A regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos e comunidades tradicionais é considerada de interesse social e objetiva o cumprimento da função social da propriedade, a garantia das condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessas populações e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar". (SANTILLI, 2014, p. 405-406).

Nenhuma dessas conquistas, no entanto, conseguiu deter a continuidade das controversas ações preservacionistas sobre a região. Em 2015, ocorreu a revisão periódica no marco dos 10 anos da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE). Participaram do processo

17 Para mais detalhes, ver o capítulo 10 desta obra.

diversos órgãos públicos estaduais e federais, grupos de pesquisa de universidades, organizações ambientalistas de cunho preservacionistas (como a Biodiversitas e o Biotrópicos) e apenas um "Representante de População Tradicional", listado individualmente, mas não como representante apontado por movimentos ou articulações de povos e comunidades tradicionais (ANDRADE *et al*., 2015, p. vi-vii).

Nesse sentido, há algo curioso no relatório. Como ele responde a um modelo instituído pela UNESCO para revisões periódicas de reservas da biosfera, ficam evidentes a extensão e a qualidade inferior das respostas que se referem a aspectos socioculturais. Além disso, dentre as atividades realizadas ao longo dos 10 primeiros anos, listadas no relatório, chamam atenção aquelas relacionadas ao tema da mineração, como o Seminário Internacional sobre Mineração e Sustentabilidade Socioambiental em Reservas da Biosfera, em março de 2013, focado em "boas práticas de mineração relacionadas com o uso sustentável, a conservação da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos em reservas da biosfera" (ANDRADE *et al*., 2015, p. 25).

Em relação à "função de desenvolvimento" da RBSE, o documento exalta a geração de empregos e arrecadação promovida pela mineração e pelo turismo (ANDRADE *et al*., 2015, p. 37). Mais adiante, ele também enfatiza a importância das RPPNs da mineradora Vale para a conservação da biodiversidade (ANDRADE *et al*, 2015, p. 86). No entanto, não há menção à economia dos produtos da sociobiodiversidade.

Em relação ao patrimônio cultural, o registro menciona paisagens, conjuntos arquitetônicos, tradições religiosas católicas e a feitura do queijo (tradicional do Serro) (ANDRADE *et al*., 2015, p. 48-49), mas não há qualquer reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Ao responder à pergunta sobre o "uso de conhecimentos tradicionais e locais na gestão da Reserva da Biosfera", o documento lista comunidades e pesquisas sem qualquer menção direta ao envolvimento, de fato, dos povos e das comunidades tradicionais da região na gestão da RBSE (ANDRADE *et al*., 2015, p. 61-65), o que corresponde à realidade de desconexão.

Sob a gestão do CNCFlora/Instituto Jardim Botânico, em 2015, é, também, lançado o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora

Ameaçada de Extinção da Serra do Espinhaço Meridional (POUGY *et al.*, 2015). Nessa perspectiva, há um evidente reconhecimento da necessidade de realizar ações de maior engajamento com as comunidades apanhadoras de flores, tais como:

> Apoiar a implementação do PAN Sempre-vivas nas ações de resgate do orgulho dos coletores de sempre-vivas; Realizar cursos em boas práticas de manejo e agregação de valor para a comunidade extrativista de sempre-vivas; Resgatar, registrar e divulgar a cultura dos coletores de sempre-vivas, sua história e suas práticas; Fortalecer junto ao ICMBio e ao IEF a iniciativa piloto do curso de queima controlada nas comunidades do entorno dos parques; Garantir que, no âmbito da construção do instrumento normativo para regulamentação do manejo das sempre-vivas em Minas Gerais, seja incluído o monitoramento do cultivo, do manejo e da comercialização de sempre-vivas. (POUGY *et al.*, 2015, p. 96).

No entanto, ressalta-se que as comunidades são tratadas como meras coletoras de flores sempre-vivas, o que desconsidera os saberes tradicionais sobre essas espécies, consideradas em extinção. Esse desprezo impõe uma barreira à construção de um diálogo entre a equipe de especialistas que elaborou esse plano e as comunidades tradicionais, impedindo, mais uma vez, a incorporação de elementos sobre a dinâmica dessas espécies, em função do manejo tradicional, e, sobretudo, sobre as estratégias de conservação delas.

Na seção que trata dos aspectos socioeconômicos e histórico-culturais, o Plano diz que "a riqueza cultural dos povos indígenas que habitavam a região e a miscigenação com os africanos, portugueses e tantos outros colonizadores, é expressa nas diversas manifestações culturais" (POUGY *et al.*, 2015, p. 22). Nesse caso, o tempo verbal de "habitavam", no pretérito, invisibiliza a existência, hoje, das comunidades tradicionais no território, sendo que a maioria delas foram formadas a partir de descentes de populações africanas escravizadas, inclusive duas delas – Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos, no município de Diamantina – foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como quilombolas.

Por outro lado, mais uma vez, o apreço pela convivência com a

mineração segue presente. Sendo assim, o documento externaliza a identificação de áreas prioritárias de conservação, a partir das estratégias de "maximizar ações de conservação da flora ameaçada de extinção da SdEM [Serra do Espinhaço Meridional], *minimizando conflitos com a atividade agropecuária*" (POUGY *et al.*, 2015, p. 60, grifo nosso) e "*visando menor conflito com atividades de mineração*" (POUGY *et al*., 2015, p. 64, grifo nosso).

Em 2016, embora o processo de recategorização do PNSV em RDS já tivesse sido aprovado pelo conselho do parque, o plano de manejo do PNSV (BRASIL, 2016a) foi aprovado pelo ICMBio (BRASIL, 2016b), com o extrativismo das sempre-vivas e a soltura do gado, atividades tradicionais das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, consideradas "conflitantes" com os objetivos do parque (BRASIL, 2016a, p. 16). O plano menciona, ainda, o conflito socioambiental das comunidades com o parque, a reivindicação da demarcação do território quilombola de Vargem do Inhaí e a reivindicação pela Codecex de recategorização da unidade de conservação para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)[18], ressaltando que esta não tem "unanimidade entre os membros do GT" (BRASIL, 2016a, p. 69).

Não surpreende, portanto, que, em dezembro do mesmo ano de 2016, em reunião entre representantes das comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas de Braúnas, Contagem, Vargem do Inhaí, Macacos e Pé-de-Serra, com a Codecex e o MPF, as comunidades tenham declarado que:

> Frente ao histórico de abuso de poder e de violação de direitos cometidos por agentes do escritório local do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), não existe confiança das comunidades para que representantes do escritório local participem de espaços de negociação para a Construção do Termo de Compromisso para uso das áreas localizadas em sobreposição ao Parque Nacional das Sempre Vivas. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Em abril de 2017, uma recomendação do MPF/PRMG ao ICMBio determina que comecem os estudos para instituir o processo de

18 Estas reivindicações acarretaram a instituição de processos pelo ICMBio: 02070.002057/2012-97, que trata da recategorização e revisão de limites da UC, e 02070.000505/2012-18, que trata da elaboração de termos de compromisso entre o ICMBio e essas comunidades.

recategorização, reconhecendo os direitos das comunidades tradicionais. Esse documento recomenda que a ICMBio:

> a) adote de imediato as medidas necessárias para ultimar o processo de construção de Termos de Compromissos com as comunidades tradicionais atingidas pela criação do PARNA Sempre-Vivas, de modo a garantir a continuidade de seus modos tradicionais de criar, fazer e viver, devendo especialmente observar que:
>
> [...] a.2) os termos de compromisso devem abranger todas as comunidades tradicionais atingidas pela criação do PARNA Sempre-Vivas, inclusive as que não residam no interior do Parque, mas que tradicionalmente tenham tido acesso às terras compreendidas em seu perímetro, em função de suas atividades tradicionais;
>
> [...] b) inicie, imediatamente, todos os estudos necessários a instruir o processo de recategorização do PARNA Sempre-Vivas, para que as áreas onde haja sobreposição com territórios tradicionais sejam transformadas em unidade de conservação de uso sustentável, devendo, para tanto:
>
> b.1) ser realizado processo de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção n° 169 da OIT, às comunidades tradicionais atingidas pela criação do PARNA Sempre-Vivas,
>
> [...] c) promova, no exercício do poder-dever de autotutela da Administração Pública, a anulação dos autos de infração e multas deles decorrentes, que tenham sido lavrados com o intuito de coibir as práticas extrativistas de comunidades tradicionais residentes no interior do Parque ou em seu entorno, contra quilombolas ou pessoas pertencentes às comunidades tradicionais da região do PARNA Sempre-Vivas, inclusive contra as pessoas de comunidades tradicionais que residam fora dela, mas que tradicionalmente a ele tenham acesso em função da realização de suas atividades tradicionais na área do Parque. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Entretanto, o processo não tem avançado, apesar de todas as conquistas políticas e jurídicas das comunidades tradicionais.

Considerações Finais: protegidas de quem?

No último século, os campos de flores sempre-vivas passaram a ter outro sentido para as famílias das comunidades rurais, ao ver nascer uma nova economia que concebe o sentido de uso e conservação da biodiversidade como sinônimo de sabedoria, sendo determinante para a reprodução dos espaços de uso comum a partir desses modos de vida. A "panha" da flor, as roças, o manejo com o gado e o uso do fogo são dinâmicas que acompanham esses modos de vida, um conhecimento forjado pela prática, pela experimentação, pela observação, que não pode ser lido pela lente comum dos valores e pelos saberes da vida urbana ou da agricultura "moderna".

Esse conhecimento, considerado por muitos como efêmero, impróprio ou até insustentável, foi desenvolvido por essa gente simples, ao longo de gerações, que resistiu ao teste do tempo, com sabedoria que permitiu saber jogar com os lugares e os tempos, vivendo parte do ano nos vales e outra parte, nas serras.

A desvalorização desses conhecimentos associados à biodiversidade foi consolidando ações para a conservação que excluem essas comunidades do processo de planejamento e implementação, o que acabou implicando sua exclusão de seu próprio território. A partir dessa realidade, a lógica preservacionista que encara a mineração e o agronegócio como potenciais aliados de ações de "sustentabilidade" e as comunidades apanhadoras como vetores de degradação impulsiona um questionamento: de quem e para quem se protegem os campos de flores sempre-vivas?

As violações e os cerceamentos sofridos pelas comunidades quilombolas e tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas nessa região, ao longo desse processo, foram tantas que se espera poder contribuir para o fortalecimento no debate público da perspectiva que elas defendem para seus territórios. A história tem confirmado que não há melhor possibilidade de garantia da conservação da biodiversidade do que assegurar o fortalecimento dos direitos territoriais e modos de vida de quem sempre cuidou da reprodução da flora da Serra do Espinhaço.

Referências

AB'SABER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGUIAR, Diana; LOPES, Helena (org.). *Saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Campanha em Defesa do Cerrado e ActionAid Brasil, 2020.

ANDRADE, Miguel A. *et al*. (org.). *Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*. Belo Horizonte: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO, 2015. Disponível em: https://issuu.com/reservadabiosferadaserradoespinhaco/docs/rbse_1___revis__o_peri__dica_portug. Acesso em: 25 jul. 2020.

ÁVILA, Gabriel C. Mosaico de áreas protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

AZEVEDO, Alexsander A. *et al*. *Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço*: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral - Processo de criação e implantação. Diamantina: Instituto Biotrópicos, 2009. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-espinhaco.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

AZEVEDO, Alexsander A.; MACHADO, Ricardo B. Editorial. *Megabiodiversidade: Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1-2, p. 3-5, dez. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *Portaria IBDF nº 303 de 29 de maio de 1968*. Institui lista oficial de espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no Brasil. Brasília, 1968. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBDF/PT0303-290568.PDF. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. *Proposta de Criação do Parque Nacional de Inhaí, estado de Minas Gerais*. Brasília: Ibama, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre Vivas*. Brasília: MMA, 2016a. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parque_Nacional_das__Sempre_Vivas.pdf> Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria n°10, de 3 de fevereiro de 2016. Aprova o Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre Vivas, estado de Minas Gerais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 24, p. 66, 04 fev. 2016b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Relatório de Atividades de Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Diamantina: ICMBio, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Instrução Normativa n° 26, de 4 de julho de 2012*. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 130, 06 jul. 2012. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_Instrucao_Normativa_26_2012.pdf.

Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008*. Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: http://www.cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/documentos/Instrucao_Normati.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Mosaicos*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, [20--]. Disponível: https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/mosaicos.html. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014*. Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos Art. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_444_2014_lista_espécies_ameçadas_extinção.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Portaria n° 444, de 26 de novembro de 2010*. Reconhece, como mosaico de unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, o Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/espinhao_240.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto de 13 de dezembro de 2002*. Cria o Parque Nacional das Sempre-Vivas, nos Municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9778.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n° 5.051, de 19 de abril de 2004*. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n° 8.750, de 9 de maio de 2016*. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2016c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

CNCFLORA – CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA FLORA. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *Apresentação*. Rio de Janeiro: CNCFLORA, [20--]. Disponível em: http://cncflora.jbrj.gov.br/portal. Acesso em: 25 jul. 2020.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (Brasil). *Relatório de Atividades 2006 e 2007*. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2008. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/relatorio_web-2006-07.pdf?sfvrsn=68993612_2. Acesso em: 24 jul. 2020.

COSTA, Fabiane N. *et al*. *Eriocaulaceae* na Cadeia do Espinhaço: riqueza, endemismo e ameaças. *Megadiversidade*: *Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1-2, p. 89-97, dez. 2008. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/megadiversidade_espinhaco.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

DIEGUES, Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada***.** 6. ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP/CEC, 2008.

DRUMMOND, Gláucia M. *et al*. *Biodiversidade em Minas Gerais*: um atlas para sua conservação. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

DRUMMOND, Gláucia M. *et al. Biota Minas*: Diagnóstico do Conhecimento sobre a Biodiversidade no Estado de Minas Gerais - Subsídio ao Programa BIOTA MINAS**.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009.

FÁVERO, Claudenir; ZHOURI, Andréa. Parque das sempre-vivas: expropriação territorial e violação de direitos de quilombolas e comunidades tradicionais. *Acervo Combate Racismo Ambiental*. [S.I], 11 dez. 2013. Disponível em: https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/12/11/parque-das-sempre-vivas-expropriacao-territorial-e-violacao-de-direitos/. Acesso em: 21 jul. 2020.

FUNDAÇÃO PALMARES. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) atualizada até a portaria nº 118/2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2020.

GIULIETTI, Nelson *et al*. Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. *Acta Botancia Brasilica*, v. 1 n. 2, p. 179-193, 1988.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Portaria IBAMA nº 06-N, de 15 de janeiro de 1992*. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção, acrescentando uma espécie (Astronium fraxinifolium) à Lista publicada pela Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992. Brasília: IBAMA, 1992. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=95272. Acesso em: 26 jun. 2020.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Nota ICMBio***.** São Paulo: Repórter Brasil, 2018. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2018/01/nota-icmbio/. Acesso em: 24 jul. 2020.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 22, de 17 de fevereiro de 2012. *Diário Oficial da União*: seção1, Brasília, DF, n. 36, p. 67, 22 fev. 2012.

INSTITUTO BIODIVERSITAS. *Identificação de Oportunidades de Conservação na Serra do Espinhaço.* [S.I.], [20--]. Disponível em: http://www.biodiversitas.org.br/espinhaco/contexto.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

INSTITUTO TERRA BRASILIS. *Projeto sempre-vivas*: subsídios para seu uso sustentado. Relatório Técnico. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis, 1999.

LINS, Lívia Vanucci *et al*. *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinçã*o: (contendo a lista oficial da fauna ameaçada de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1997. Disponível em: http://www.biodiversitas.org.br/listas-mg/conserv1.html. Acesso em: 09 jul. 2020.

LOBO, Carolina. Parque Nacional implementa projeto de manejo do fogo. *ICMBio*, Brasília, 21 jul. 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/4916-parque-nacional-implementa-projeto-de-manejo-do-fogo. Acesso em: 11 jul. 2020.

MARTINELLI, Gustavo; MORAES, Miguel A. *Livro Vermelho da Flora do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://dspace.jbrj.gov.br/jspui/handle/doc/26. Acesso em: 11 jul. 2020.

MENDONÇA, Míriam P.; LINS, Lívia V. *Lista Vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas e Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, 2000.

MENEZES, Nelson L; GIULIETTI, Ana Maria. Campos rupestres: Paraíso botânico na Serra do Cipó. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 25, p. 83-44, 1986.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. *Deliberação COPAM nº 85, de 21 de outubro de 1997*. Aprova a lista das espécies ameaçadas de extinção da flora do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: COPAM, 1997. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5483. Acesso em: 09 jul. 2020.

MINAS GERAIS. *Lei nº 10.583, de 3 de janeiro de 1992*. Dispõe sobre a relação de espécies ameaçadas de extinção de que trata o art. 214 da Constituição do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Sistema Integrado de Informação Ambiental, 1992. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2237#_ftnref1. Acesso em: 09 jul. 2020.

MINAS GERAIS. *Lei nº 21.147, de 21 de janeiro de 2014*. Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2014. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21147&ano=2014&tipo=LEI&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 21 jul. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda. *Decreto 21.147, de 25 de abril de 2006*. Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 abr. 2006. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9031. Acesso em: 21 jul. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Minas Gerais). Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais. *Recomendação MPF/PRMG N° 15, de 07 de abril de 2017*. Recomenda ao ICMBio a adoção de medidas necessárias para ultimar o processo de construção de Termos de Compromissos com as comunidades tradicionais atingidas pela criação do PARNA Sempre-Vivas e dá outras providências. Belo Horizonte: Ministério Público Federal, 2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-parque-nacional-sempre-vivas.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

MONTEIRO, Fernanda T. *Nas fronteiras das Minas com os Gerais*: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda T. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG)*: travessias e contradições ambientais. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MUSEU DO CERRADO. "*O parque é do IBAMA, mas a serra é nossa*". Brasília: UnB, Museu do Cerrado, [20--]. Disponível em: https://desenvolvimento.museucerrado.com.br/povos-comunidades-tradicionais/apanhadores-de-flores-sempre-vivas/. Acesso em: 25 jul. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Dos Cerrados e de suas Riquezas de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. AGUIAR, Diana; SANTOS, Valéria P. (org.). Rio de Janeiro; Goiânia: FASE e CPT, 2019.

POUGY, Nina *et al.* (org.) *Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção*: da Serra do Espinhaço Meridional. Rio de Janeiro: CNCFlora; Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Laboratório de Biogeografia da Conservação, 2015.

RAPINI, Alessandro *et al*. A Flora dos Campos Rupestres da Cadeia do Espinhaço. *Megabiodiversidade: Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1-2, p. 16-24, 2008. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/megadiversidade_espinhaco.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

RIBEIRO, Núbia B. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTILLI, Juliana. Áreas protegidas e direitos dos povos e comunidades tradicionais. *In:* BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (org.). *A diversidade cabe na unidade?* Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014.

SCALCO, Raquel M.; GONTIJO, Bernardo M. Possibilidades de desafetação e recategorização em unidades de conservação de proteção integral: as UCS da porção central do Mosaico do Espinhaço (Minas Gerais/Brasil). *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, v. 13, n. 22, p. 247-276, set./dez. 2017.

SCHIMIDT, Isabel B. *et al*. Implementação do Programa Piloto de Manejo Integrado do Fogo em três Unidades de Conservação do Cerrado. *Biodiversidade Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 55-70, 2016. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/656/493. Acesso em: 11 jul. 2020.

SILVA, Carlos E. M. *O cerrado em disputa*: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

TERRA DE DIREITOS. Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-vivas: Macacos, Pé de Serra e Lavras. *Protocolo Comunitário de Consulta Prévia*. Minas Gerais: Terra de Direitos; Codecex, 2019. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_TDD_PROTOCOLO-apanhadoras.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

UNESCO. *Biosphere Reserves*: What are Biosphere Reserves? [S.I.], [20--]. Disponível em: https://en.unesco.org/node/314143. Acesso em: 25 jul. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Movimento dos Atingidos pelo Parque Nacional das Sempre-vivas. Ficha Técnica. Belo Horizonte: Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2012. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=259. Acesso em: 25 jul. 2020.

Capítulo 9

Conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas no contexto atual: a luta pela efetivação de direitos

Camila Cecilina do Nascimento Martins
Fernanda Testa Monteiro

"Eu existo...
Porque alguém antes de mim, existiu
Porque alguém antes de mim, resistiu
Porque alguém antes de mim foi lá...plantar.
E pra sempre viverei
Nasceu o que plantei!"
(Composição de quebradeira de coco do Maranhão)

Introdução

Os(as) *apanhadores(as) de flores sempre-vivas*, como se autodefine esse segmento de povos e comunidades tradicionais brasileiro, habitam há gerações a porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, localizada em pelo menos 15 municípios nas proximidades de Diamantina. Em geral, as moradias das famílias encontram-se organizadas em grupos próximos aos campos de coleta, comumente reconhecidos como terras de uso comum pelas famílias, em que o parentesco permeia as relações de acesso e uso dos campos (MONTEIRO, 2019).

A chamada "panha" consiste na prática de agroextrativismo vegetal,

que envolve tanto a coleta das flores sempre-vivas e dos botões (são cerca de 90 espécies dessas inflorescências) quanto de dezenas de espécies de frutos nativos, folhagens, sementes e outras plantas nativas. Essa é uma prática que se tornou parte do modo de vida e fonte de renda fundamental para a reprodução sociocultural das famílias com amplo potencial de conservação da sociobiodiversidade (MONTEIRO, 2019).

As práticas ancestrais de viver com/e das espécies de flores sempre-vivas se propagam nos tempos e sussurram ao vento da Serra, ressoam seus passos na subida, suas risadas nos campos de flores e suas dores e conquistas nesses anos de existência. Nesse sentido, a identidade tradicional de apanhador(a) de flores tem marcas, portanto, da ancestralidade e da lógica de reprodução desses grupos rurais, ultrapassando a finalidade de sobrevivência, caracterizando o manejo do cerrado de forma a conservá-lo, vivendo dele e reproduzindo diversas espécies da flora por meio das práticas tradicionais, sendo parte dessa realidade, também, os(as) quilombolas.

A porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, configura-se como uma área rica em diversidade sociocultural, recursos e belezas naturais, sendo, atualmente, muito cobiçada por empreendimentos capitalistas de agropecuária (monocultivos e produção de gado) e de mineração, que adentram as comunidades e as áreas de coleta para fins próprios[1], violando os direitos humanos de forma ostensiva e prolongada. Além disso, a criação de unidades de conservação de proteção integral (parques naturais) também afeta o modo de vida desses grupos, devido às restrições próprias de seu caráter excludente, e tem sido um desafio para o bem viver das famílias nos últimos vinte anos.

No intuito de se organizar diante das sucessivas ameaças às suas terras ancestrais, compreendidas na legislação como *terras tradicionalmente ocupadas* (BRASIL, 1988) e também como seus *territórios tradicionais*[2], as comunidades apanhadoras de flores criaram a Codecex – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas em 2010[3], a qual se refere a uma forma coletiva de enfrentamento político e social às violações de direitos humanos e fundamentais das famílias/comunidades e de

1 Para mais detalhes da localização dessas tensões territoriais no âmbito das comunidades, ver capítulo 1 desta obra.

2 Termo que aqui toma o sentido da definição contida no Decreto 6.040/2007, visto que a análise neste trabalho volta-se para a luta no campo jurídico.

3 Para detalhamento deste processo, confira o capítulo 10 desta obra.

manutenção das terras tradicionalmente ocupadas, ameaçadas pelas incursões econômicas, agrárias e ambientais que excluem e provocam danos às vidas das famílias. Posto isso, é um pouco desse processo de luta por direitos e resistência que será abordado no presente capítulo.

Ser povo e comunidade tradicional é ser território-resistência

Os povos e as comunidades tradicionais (PCTs) são coletividades culturalmente diferenciadas que ocupam e usam a terras em um sentido mais amplo, entendendo-a como território intrínseco aos seus modos de vida, sendo conservadores da biodiversidade por meio de conhecimentos e práticas ancestrais transmitidas entre gerações pela tradição (BRASIL, 2007). No Brasil, são diversos os povos e comunidades tradicionais que disputam direitos constitucionais e territoriais no ordenamento jurídico nacional e internacional, pleiteando respeito à identidade, ao território e à reprodução cultural, social e econômica.

Os povos e as comunidades tradicionais no país já compõem cerca de 30 segmentos, entre comunidades geraizeiras, vazanteiras, pomeranas, retireiros, apanhadores de flores sempre-vivas, fundo e fechos de pasto e vários grupos que têm diferenciados modos de ser, fazer e viver, como coloca os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988[4] (BRASIL, 1988). Estes artigos, em princípio, garantem o pleno exercício dos direitos culturais e reconhecimento dos diversos segmentos étnicos nacionais, a valorização dessa diversidade e a defesa do patrimônio cultural brasileiro[5],

4 Em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais como forma de organizar as lutas dos PCTs. Com a realização de encontros regionais e locais a partir de 2005, mais povos e comunidades aliaram-se ao debate, culminando com a aprovação da Política Nacional de PCT's em 2007 (Decreto 6.040/2007). A partir disso, a articulação nacional foi se fortalecendo politicamente e conquistou a instituição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades (CNPCT) no ano de 2016 (Decreto 8.750/16), que reúne cerca de 28 segmentos de povos e comunidades, em rol não exaustivo.

5 "O Brasil foi signatário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada pelo país em 1977, e que determina que tanto o meio ambiente quanto a diversidade cultural podem ser reconhecidos como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO (...). Segundo Antunes (2008), a Constituição brasileira, em seu artigo 215, admite um pluralismo étnico e cultural em nosso país, ao identificar as comunidades locais - indígenas, afro-brasileiras e outros grupos - como participantes do processo civilizatório brasileiro. Afirma, também, que as comunidades tradicionais que criem, desenvolvam, detenham ou conservem conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético devam ser tratadas como comunidades locais para efeito de repartição de benefícios decorrentes do acesso à diversidade biológica. Nesse contexto, o autor considera os extrativistas, remanescentes de quilombos, caiçaras e outras reconhecidas por lei, por terem uma vida peculiar e característica distinta da comunidade nacional, como comunidades tradicionais. O Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988, estabeleceu a obrigação legal de proteger o direito das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista" (MONTEIRO, 2011, p. 114).

entendendo este como de natureza material e imaterial, individual ou em conjunto, englobando história, memória, identidade, modos de criar, fazer e viver. Desse modo, afirma-se que os povos e comunidades tradicionais estão incluídos nos grupos formadores da sociedade brasileira.

Cabe destacar que Santilli (2005) considerou que a Assembleia Constituinte Brasileira de 1988 propiciou condições para o nascimento dos novos direitos, fornecendo a base para os *direitos socioambientais* dedicados ao meio ambiente, à cultura, aos povos indígenas e quilombolas e à função social da propriedade. Para a autora, a nova Constituição afirmou, também, uma concepção unitária do meio ambiente, que compreende tanto os bens naturais (solo, água, ar, flora, belezas naturais, etc.) quanto os bens culturais (patrimônio histórico, artístico, crenças, saberes, forma de criar, turístico, etc.) (MONTEIRO, 2011, p. 113-114).

Nessa perspectiva da indissociabilidade dos planos materiais e imateriais, ser tradicional é ser território, pois essa ligação caracteriza vivência e memória, ancestralidades e perpetuação. Por causa disso, o(s) grupo(s) e povos em coletividade precisam do chão que pisam/habitam e dos ecossistemas para viver e (re)produzir em sentido material e imaterial, porque é nesse(s) território(s) que está, também, sua memória cultural, sítios sagrados nos quais estão enterrados seus ancestrais etc.

Assim, as necessidades e a cosmovisão dos povos e das comunidades tradicionais vêm sendo levados para debates no âmbito jurídico, embasando seus pleitos por direitos, pois propõem uma visão de mundo e de conservação da agro-socio-biodiversidade que ultrapassa a lógica mercadológica de uso da terra somente para apropriação privada individual, extração e geração de lucro, uma vez que esses grupos demandam a conservação da natureza como intrinsecamente ligada aos seus modos de vida.

Ao mesmo tempo, seus conhecimentos têm potencial protetivo e perpetuador das espécies de fauna, flora e das suas próprias vidas, produzindo meios de (re)produção e relação com a natureza, de forma a usar os recursos envolvidos corresponsavelmente, com vistas a manter as relações ecológicas equilibradas e, consequentemente, a longevidade no tempo e no espaço. Esses modos de fazer e produzir coadunam-se, pois, com o princípio fundamental do meio ambiente ecologicamente

equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal[6].

Nesse sentido, o acesso à terra é fundamental para a manutenção dos modos de vida das comunidades, como local de reprodução e vivência, sendo elas, assim, promotoras da conservação da biodiversidade, da qual dependem diretamente.

Conforme destacado por Santilli (2005), a Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Portanto, os bens ambientais são considerados bens de interesse público, independentemente da sua dominialidade pública ou privada (MONTEIRO, 2011, p. 113).

Contudo, os camponeses, incluindo as comunidades tradicionais, assim como ex-escravizados, como os ancestrais dos quilombolas, e indígenas, foram, constantemente, negligenciados no que diz respeito ao acesso e à permanência na terra, no Brasil. Um marco desse processo foi a Lei de Terras de 1850, que estabeleceu a propriedade privada da terra no país, voltada aos "homens de bem" e inviabilizada a tais grupos (quer individual, quer coletivamente) em um contexto de país deflagrado pela grilagem e concentração fundiária por meio de oligarquias agrárias (MONTEIRO, 2019).

A esse respeito, Silva (2008) apontou para o mecanismo de seleção desse acesso, processo vinculado ao *coronelismo,* que, na época, controlava, sobremaneira, a vida municipal e alinhava-se ao poder estadual. Para tal, valia-se do paternalismo à violência, tendo sido decisivo para a incorporação das terras devolutas ao patrimônio privado dos latifundiários, motivo pelo qual o reconhecimento da posse não viabilizou a democratização do acesso à terra no país. Nessa perspectiva, a partir da Constituição da República de 1891, as terras devolutas passaram à responsabilidade dos estados, tendo como base o Federalismo. Tal processo serviu, então, ao desejo das oligarquias de passagem das

6 "A Constituição de 1988 dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e foi a primeira Carta Magna brasileira a consagrar a defesa do meio ambiente e do patrimônio genético como direito constitucional. Além disso, o direito à proteção ambiental passou a ser reconhecido como coletivo e essencial à qualidade de vida". Entretanto, "pela Constituição, os biomas brasileiros – Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Serra do Mar, Zona Costeira – tornaram-se patrimônio nacional a ser preservado pelo Estado nacional. O Cerrado e a Caatinga não tiveram o mesmo prestígio, posto que a expansão da fronteira agrícola, impulsionada pela *modernização conservadora* da agricultura (...), em pleno vapor no Centro-Oeste brasileiro, promovia o desmatamento para a implantação de monoculturas" (MONTEIRO, 2011, p. 113-114).

terras devolutas ao domínio privado e de regularização da situação da propriedade territorial capitalista (MONTEIRO, 2019).

O sistema de justiça também não amparou os povos e as comunidades tradicionais camponesas no acesso a seus direitos territoriais. Pelo contrário, o acesso à Justiça no início do período republicano era ainda mais limitado que atualmente, porque os advogados defendiam apenas as elites, que podiam pagar por seus serviços, assim como os agentes de Estado defendiam os interesses dessas classes, pois eram, também latifundiários, donos de cartórios, empresários e mesmo juízes, que gozavam de prestígio e influência para manter a concentração de terras por meio de mecanismos de "grilagem" das terras públicas.

Ressalta-se que, atualmente, latifundiários do chamado "agronegócio"[7] e demais empreendimentos capitalistas de grande porte ainda recebem doações de terras e incentivos fiscais e econômicos do Estado para desenvolver suas atividades, enquanto, para demandas de camponeses e povos do campo, não se verifica ações na mesma medida. Além disso, há processos atuais de passagem de terras públicas ao domínio privado de latifundiários que contam com mecanismos de burla da lei e corrupção, revelando, portanto, que o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista que nele foi desenvolvido (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

Outro ponto a se ressaltar é que, assim como os povos negros no Brasil, os povos indígenas e as comunidades tradicionais camponesas também são vítimas de preconceito e racismo, por serem, em boa medida, não brancos. Ademais, a herança da miscigenação, com uso da violência em suas diversas formas, também gerou exclusão desses grupos, sobre os quais se reitera uma lógica colonial ainda hoje quando classificam esses povos originários, quilombolas e tradicionais como "atrasados", que precisam "integrar-se à comunhão nacional", como se fossem estranhos à sociedade brasileira.

Nesse contexto, o reconhecimento desses comunitários só teve mais proeminência com a Constituição de 1988. Como dito anteriormente, essa população diferenciada nos modos de ser, fazer e viver foi, de fato, reconhecida pelos artigos 215 e 216. Além desses, há o artigo 68 do ADCT

7 Aqui se trata de empreendimentos capitalistas na agricultura e pecuária sob bases produtivas industriais e, em geral, assentados em latifúndios. Sua produção, em geral, baseia-se no monocultivos mecanizados/tecnificados, sendo voltada, sobretudo, à exportação. Trata-se da expressão objetiva da inserção capitalista das elites brasileiras no capital mundial.

– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece o direito dos povos quilombolas à propriedade coletiva definitiva das que terras que ocupam, bem como o Capítulo VIII da CF/88, que se refere aos direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas, de forma mais ampla, detalhada e explícita.

Apesar de todos esses avanços conquistados ao longo de séculos de luta e mobilização social, essas garantias ainda não são plenamente efetivadas no país, sendo, inclusive, questionadas e relativizadas, especialmente por aqueles que têm interesses privados sobre suas terras tradicionalmente ocupadas. Mais preocupante ainda é a posição de agentes estatais, que deveriam operar tais direitos, mas acabam por buscar meios de inviabilizar sua efetivação, quando não são eles próprios os agentes de violência contra tais grupos, como se observa no caso de criação e implantação de parques naturais à revelia dos marcos legais vigentes no Brasil[8]. Desse modo:

> Tal prática institucional reflete o *habitus* (BOURDIEU, 2009) de sujeitos que compartilham uma visão social de mundo preconizadora da dicotomia sociedade/natureza e que desconsidera os direitos das comunidades locais, relativos a décadas de lutas sociais. [Ainda hoje] os mecanismos vigentes e aceitos como legais possibilitam a imposição de uma determinada visão social de mundo em detrimento de outras, desconsiderando-se as consequências para os *lugares*, em consonância com o que aponta Sousa Santos, (2007, p. 90): 'sem direitos de cidadania efetivos, a democracia é uma ditadura mal disfarçada' (MONTEIRO, 2011, p. 58, grifos nossos).

Isso significa que, se não efetivados os direitos dispostos nos marcos legais nacionais e internacionais, não há o pleno exercício da democracia pelos cidadãos e cidadãs, seja no que tange ao individual, seja no que tange ao coletivo. Nesse caso, havendo omissão do Estado ou ação contra a efetivação desses direitos, detecta-se uma progressiva violação de direitos humanos em cadeia.

Em termos de reconhecimento, destaca-se que as comunidades

8 Conforme apontado por Bourdieu (2009), o Estado é detentor do *monopólio* da *violência simbólica* legítima, sendo que "isso pode se dar enquanto determinador dela ou atribuidor de funções e setores a determinados segmentos sociais. Se se pensar na complexidade dos dias atuais, que envolve, por exemplo, a força simbólica da mídia, pode-se considerar que o Estado seja detentor da *hegemonia* da violência simbólica legítima. Seus aparatos ideológicos [...] podem servir à consolidação de concepções e interesses dominantes"(MONTEIRO, 2011).

apanhadoras de flores sempre-vivas são reconhecidas pelo Estado por meio de certificações e representatividade em colegiados correlatos como *comunidades tradicionais*. Além do mais, embora haja comunidades que são há um só tempo apanhadoras de flores e *quilombolas* já certificadas, elas são resguardadas pela Constituição de 88 e pelo Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003). Entretanto, esses grupos resistem na proteção de seu modos de fazer, viver e (re)produzir, que se realizam, necessariamente, sobre suas terras ancestrais debaixo de pressão pelo avanço de interesses econômicos agressivos e de uma lógica de proteção ambiental excludente que acossam as famílias e impedem o livre uso da biodiversidade, como previsto em marcos legais internacionais dos quais o Brasil é signatário[9], bem como obstrui o exercício dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Do ponto de vista objetivo, os principais conflitos que envolvem essas comunidades no atual contexto referem-se a parques estaduais e nacional criados sobre suas terras, o que descumpre as exigências legais previstas, bem como se refere ao avanço de empreendimentos como monocultura de eucalipto e de atividade minerária. Essas lógicas de expansão desenvolvimentista e do ambientalismo moderno (nesse caso, o preservacionismo[10]) sobrepõem-se às terras ancestrais, em especial às terras de uso comum onde praticam, sobremaneira, o agroextrativismo e a criação de animais de gado bovino.

Além disso, as unidades familiares ou *posses* são, em muitos casos, contestadas, o que ocorre de forma mais severa nos quilombos, enquanto as comunidades são pressionadas por fazendeiros e empresas capitalistas interessadas em expandir suas atividades, usando de subterfúgios ilegais,

9 "Em 1992, o Brasil se tornou signatário da Convenção da Biodiversidade. Mendes (2009) aponta que houve um reconhecimento da simbiose existente entre o social e o natural, incluindo as diversas apropriações simbólicas que os homens operam sobre a natureza, entendida esta última não como algo distinto ou apartado daquele, mas como continuidade e extensão de suas ações e pensamentos. É a mesma concepção adotada por nossa Constituição Federal de 1988 quando determina a preservação do patrimônio cultural brasileiro (art. 216). Patrimônio cultural que deve ser respeitado inclusive nos seus modos de criar, fazer e de viver, o que inclui as diversas concepções sobre o estar no e o se relacionar com o mundo" (MONTEIRO, 2011, p. 115).

10 Refere-se a uma lógica dicotômica da relação sociedade-natureza que incide sobre terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais gerando sua exclusão socioambiental (MONTEIRO, 2011).

também conhecidos pelo termo "grilagem"[11]. Consequentemente, as comunidades apanhadoras sofrem ameaças de perda de suas áreas de moradia, plantio, coleta e criação.

Organização social e política das comunidades apanhadoras de flores no enfrentamento de conflitos socioterritoriais

Em 2002, foi criado o Parque Nacional das Sempre-vivas (PNSV), unidade de conservação de proteção integral que não permite em seu interior diversas atividades que caracterizam o modo de vida dessas comunidades, sem a realização de consulta pública às comunidades atingidas, como prevê a legislação vigente. No entanto, a Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), apresenta exceções ao dispor, por exemplo, a garantia de assegurar às populações tradicionais residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais - conforme artigo 28, parágrafo único.

Embora as exceções supracitadas revelem uma melhoria do ponto de vista legal, a partir de 2007, quando se iniciou o processo de implantação efetiva da unidade, o livre acesso às áreas de uso comum de parte das comunidades foi interrompido, passando as famílias por diversas situações de perseguição por suas práticas tradicionais, o que fere os termos do artigo 42, §2º da lei do SNUC:

> Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. (BRASIL, 2000).

11 A esse respeito, estudos recentes nessa porção do Espinhaço revelam que: "nessa área de ocupação antiga de mineração e, ao mesmo tempo, alta concentração de terras devolutas, é preciso compreender como a propriedade privada da terra é utilizada/subordinada pelo interesse minerário". (MONTEIRO, 2019, p. 497). [Além disso, os documentos analisados demonstraram que o processo de apropriação privada da terra por meio ilegal nesta área valeu-se, para sua legitimação, da via judicial e cartorária, desde o final do século XIX, reafirmando que:] "o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista, tendo nele se desenvolvido por diversos caminhos. Essa lógica, também esteve/está presente na exploração do subsolo articulada à apropriação privada das terras diamantinas" (MONTEIRO, 2019, p. 542).

Tal situação gerou conflitos e ensejou a organização das comunidades por meio de uma comissão criada em 2010, que leva em seu nome o objetivo maior: Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas. Apesar disso, diversas e exorbitantes autuações pela "panha" da flor e outras atividades de plantio e criação animal ocorreram e seguem ocorrendo no local e em outros onde houve a criação dos parques estaduais, na porção meridional da Serra do Espinhaço, como o do Rio Preto, do Pico do Itambé, do Biribiri e da Serra do Cabral. Assim sendo, as sucessivas violações de direitos humanos pelas proibições e multas, além do franco assédio dos apanhadores por servidores públicos dos órgãos ambientais prolongam-se no tempo/espaço e seguem criminalizando práticas tradicionais de manejo da biodiversidade, das pastagens e do cultivo de lavouras sobre as terras ancestrais comunitárias.

Analogamente, o avanço de monocultura de eucalipto multiplica-se nessa porção do Espinhaço e nas suas imediações, bem como a atividade minerária, historicamente predominante e conhecida por sua ampla gama de impactos socioambientais nos biomas, terras e cidades onde se desenvolve. Para além desses pesares, mineradores de quartzito para pedras ornamentais e de manganês têm assolado, com mais intensidade, recentemente, as comunidades apanhadoras de flores, não paralisando as investidas e a implantação de novas unidades de exploração licenciadas pelo órgão ambiental estadual mesmo durante a pandemia da COVID-19 (desde 2020).

Há, portanto, uma constante pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas, seja para usurpar faixas de terras, pouco a pouco, seja para, de forma incessante, aliar-se às proibições do livre uso das terras pelas unidades de conservação de proteção integral (já criadas e instaladas sem nenhum tipo de consulta nos moldes previstos em lei). Tal contexto tem dificultado, e mesmo impossibilitado, o modo de vida das famílias apanhadoras de flores, pois, para tal, seu direito de *posse* (familiar e coletivo) é relativizado, bem como é questionado o conceito de territorialidade e tradicionalidade por agentes privados e também públicos como forma de tentar deslegitimar sua luta por garantia de direitos previstos nos marcos legais brasileiros contemporâneos.

Contudo, da mesma forma que a efetiva função social[12], a posse efetiva[13] é elemento legitimador da propriedade, posto que esta expressa domínio sobre a terra enquanto a primeira reproduz a utilidade social que o ratifica. Outro ponto relevante é que a peculiaridade dessa *posse coletiva*, como ocorre nessas comunidades, é a ocupação e o uso não individualizado do território, este ente simbiótico que faz parte do passado, presente e futuro dos povos e das comunidades tradicionais, como *lugar* de reprodução social, cultural e ambiental, para viver com dignidade com suas famílias, em um sentido de troca, coletividade e proteção conjunta das pessoas e conservação dos recursos naturais dos quais dependem diretamente para viver. Essa realidade mostra que a relação com a terra não é de domínio específico, como ente individual, mas de espaço (recorte territorial) compartilhado, como fonte de renda e vida cujas práticas tradicionais de manejo coadunam-se com a conservação dos ecossistemas, nos diversos locais e biomas nos quais esses povos e comunidades tradicionais vivem.

O conceito de território é definido na norma supracitada como (Art. 3º, I, Decreto 6.040/2007):

> (...) espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007).

12 A Constituição da República garante o direito à propriedade, mas coloca como *direito fundamental* o atendimento à função social dela, em seu artigo 5º, XXIII: "a propriedade atenderá a sua função social". A função social também é princípio geral da ordem econômica, expresso no artigo 170, III da mesma Constituição, com o objetivo de assegurar a justiça social e uma existência digna a todos. O artigo 186, também da Carta Magna, vem definir o conceito e requisitos desse direito fundamental: "A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: *I* - aproveitamento racional e adequado; *II* - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; *III* - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; *IV* - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores". (BRASIL, 1988). Isso significa que, para ser considerada efetiva, é necessário cumprir os requisitos acima de forma concomitante, sem exceção.

13 "Para Azevedo Torres (2007, p. 436), o proprietário cumpre a função social quando exerce a posse com função social. Daí, 'no confronto entre posse e propriedade em torno da função social prevalece o instituto que preserve valores essenciais do ser humano, como a vida, a saúde, a moradia, o trabalho. A posse de *per se* ou a propriedade com função social possibilitam o atendimento dos princípios fundantes do sistema, dentre eles o de maior densidade, a dignidade da pessoa humana' – ou seja, a posse. Para o autor, somente através da posse 'é viável a erradicação da pobreza e a eliminação das desigualdades sociais, atendendo aos princípios fundantes do Estado Democrático e de Direito' (TERRA DE DIREITOS, 2019).

Desse modo, percebe-se que já está incorporado tal conceito de território no ordenamento jurídico brasileiro na supracitada Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Da mesma maneira, o conceito e o direito de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas é afirmado no artigo 231 da Constituição para os povos indígenas, bem como o artigo 68 do ADCT, para as terras quilombolas, também tradicionalmente ocupadas. Sendo, ainda, orientada, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Decreto 5.051/2004)[14], a regularização dos territórios dos povos destinatários da convenção, conforme seus artigos 14 e 15.

Nesse contexto, é relevante destacar que a construção da *identidade* étnica perpassa pela construção da *territorialidade*[15], que perpassa pela manutenção da posse coletiva dessas terras tradicionalmente ocupadas. De modo semelhante, posicionou-se o egrégio Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239, ao reconhecer a territorialidade estabelecida na Convenção 169 da OIT como critério importante no reconhecimento da propriedade coletiva dos povos quilombolas. Nessa perspectiva, considerando que a Convenção 169 da OIT engloba os demais povos e comunidades tradicionais e indígenas, a mesma regra é aplicada.

Na realidade das comunidades apanhadoras de flores, diante das sucessivas ameaças e violações, a partir da atuação conjunta de membros de diferentes comunidades que habitam a porção meridional da Serra do Espinhaço, a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, desde 2010, visa defender e promover os direitos desses grupos. Até o momento de elaboração deste trabalho, eram, aproximadamente, vinte comunidades distribuídas em sete municípios, que praticam agricultura, criação de animais e agroextrativismo com práticas orientadas pela tradicionalidade. Em cada comunidade, há representantes que compõem a Codecex, participando dos planejamentos, das atividades e das produções e ações conjuntas. A princípio, a Codecex busca:

> a manutenção dos territórios e modo de vida tradicionais, além de reconhecimento social dos apanhadores de flores sempre-vivas e respeito aos seus direitos, promoção do uso sustentável

14 O Brasil tornou-se signatário da Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho em 2004 e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2007. Ambas influenciaram as lutas e leis nacionais (MONTEIRO, 2011).

15 A esse respeito, ver capítulo 1 desta obra.

> dos recursos naturais, acesso a políticas públicas diferenciadas e incremento de renda das famílias (CODECEX, 2014).

Por isso, essa comissão tem, na atualidade, um papel central na representação coletiva e na defesa dos direitos das comunidades apanhadoras de flores. Nesses dez anos de existência e luta, os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas, por meio da Codecex, conquistaram importantes espaços de representação junto a órgãos governamentais colegiados como representantes dessas comunidades tradicionais, quais sejam: a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCTs[16]; o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (BRASIL, 2016) e o Conselho Diretor Pró-Pequi desde 2018, o qual atua na política estadual de extrativismo vegetal. Ao mesmo tempo, essa comissão articula-se a redes de lutas socioterritoriais[17], junto a outros movimentos sociais[18]. Nesse contexto, é importante ressaltar que houve o reconhecimento dessa comissão pelos governos nacional e estadual, que a têm como interlocutora representativa das reivindicações dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas.

Nesses anos, tal processo de luta social adentrou a arena política e acionou o Poder Judiciário, pleiteando direitos frente a ofensivas de órgãos ambientais e iniciativa privada. Nessa realidade, houve, então, algumas conquistas junto a órgãos do sistema de justiça, mas permanecem diversos os desafios e as perspectivas desse campo de disputa, os quais serão abordados a seguir.

16 O Decreto Estadual nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014, Criou a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

17 "Luta esta que se caracteriza pela manutenção das terras ancestrais, viabilizadoras fundamentais da reprodução sociocultural dos grupos, enquanto a dualidade contraditória *desterritorialização/reterritorialização* concretiza-se pelas *'retomadas' territoriais*, nas quais costume e lei se confrontam. Na conjuntura atual, esse confronto [...] dá-se frente a *cercamentos* com faces atualizadas (terra, biodiversidade e conhecimento), que ocorrem mediados pela ação do Estado e em correlação desigual de forças no âmbito da sociedade urbana-industrial-capitalista hegemônica" (MONTEIRO, 2019, p. 467).

18 São membros da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas; integram a Articulação Mineira de Agroecologia e a Articulação Mulheres do Campo em Minas. Os quilombos interagem também com a N´Golo Federação de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais que, por sua vez, é vinculada à **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas** (CONAQ).

Disputa na arena institucional e jurídica: potencial, limites e desafios dos caminhos

Nos últimos dez anos, as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas têm feito diversas apostas em caminhos para proteção das suas terras ancestrais e dos seus direitos diante de ameaças incessantes. Nesse cenário, professores e pesquisadores de grupos vinculados à Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)[19] foram os parceiros que primeiro acolheram as demandas desses grupos por acesso à informação e à formação, realizada por meio da extensão universitária, desdobrando pesquisas com vistas a compreender o modo de vida das comunidades e os desafios implicados na realidade territorial. Posteriormente, outros grupos de pesquisas também se somaram a esses esforços de compreensão e diálogo, sendo vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de Juiz de Fora (UFJF)[20], além de pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo (USP)[21].

A relação de confiança foi se fortalecendo com as ações conjuntas diante das proibições sobre o acesso às terras ancestrais e às práticas de manejo tradicional das comunidades. Da mesma forma, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) tornou-se um importante parceiro das comunidades apanhadoras de flores, promovendo a formação em direitos territoriais, práticas agroecológicas e manejo agroextrativista sustentável, bem como ações de promoção/proteção de direitos. Nesse caso, houve, também, fortalecimento das alianças entre diferentes povos e comunidades tradicionais por intermédio da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, da qual a Codecex participa com outras organizações e movimentos sociais, além de fortalecimento da sua organização e ação política.

Unindo os conhecimentos tradicionais com o desenvolvimento das análises acadêmicas e de assessoria técnica dialogadas, foram levantados os seguintes elementos centrais de defesa dos direitos das comunidades apanhadoras de flores: a) necessidade de transparência e boa-fé da atuação institucional dos órgãos ambientais; b) essencialidade da garantia das terras tradicionalmente ocupadas, bem como a necessidade de cessar

19 Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato e Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal.

20 Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (UFMG) e Laboratório de Etnoecologia e Agroecologia (UFJF).

21 Vinculados ao Laboratório de Geografia Agrária (USP).

a perseguição/criminalização da coleta das espécies nativas ornamentais (flores, entre outras) e de outras práticas produtivas; c) fortalecimento das comunidades acerca de seus direitos fundamentais e acesso a políticas públicas correlatas existentes; e d) autonomia para tomar decisões e participar dos processos de intervenção públicos ou privados que lhes afetassem.

Munidos de sua consciência de identidade, fortalecida pelo desenvolvimento da Codecex e pela construção das parcerias, os ministérios Público, Federal e Estadual, foram acionados em relação: a) às violações promovidas pela instalação do PNSV, bem como em relação à postura dos funcionários que promoviam perseguição de forma violenta e pessoal contra os comunitários; b) às tentativas de ampliação dos parques estaduais (do Rio Preto e do Pico do Itambé), sobrepostos a território quilombola; c) tentativa de implantação forçada de empresas de produção de eucalipto e de mineradoras sobre as terras comunitárias; e d) às ameaças e às violações de direitos desses povos, sobretudo na criminalização da coleta de flores.

Foram várias as formas de interações com tais instituições no decorrer do tempo, com altos e baixos, variando entre posturas, ora coerentes dos procuradores da República e promotores de Justiça, ora distanciadas ou mesmo tendenciosas a empresas, além de posturas equivocadas e negligentes quanto ao marco legal vigente pelos órgãos ambientais estatais.

Nesse contexto, é desafiador atuar junto a instituições do sistema de justiça brasileiro, devido, entre outros aspectos, à complexidade do conflito social gerado pelas intervenções nos territórios tradicionais (tal como descrito no marco legal correlato). Por isso, é necessário que os operadores do Direito apreendam a diversidade dos povos e das comunidades tradicionais, entendam suas formas de comunicação e organização próprias, e respeitem seu protagonismo na construção e na tomada de decisões. Assim como, é necessário seguir desconstruindo as concepções, muitas vezes cristalizadas, sobre proteção ambiental restritiva que se apreendem nas academias jurídicas, que ainda pouco refletem, em profundidade, sobre identidades étnicas, territorialidades, socioambientalismo, agroecologia, direito crítico, ruralidades e direitos humanos.

O exercício jurídico por autoridades, às vezes, perpassa por centralismo na escolha de caminhos, na ausência de diálogo com as comunidades, no distanciamento e mesmo no desconhecimento dos temas supracitados, além da constante rotatividade dos operadores do Direito, o que costuma quebrar o fluxo de construção coletiva junto ao órgão institucional. Nessa perspectiva, a hermenêutica jurídica ainda tem bastante a evoluir, especialmente na análise de casos que envolvem povos e comunidades tradicionais, posto que a legislação, a esse respeito, é mais recente, menos debatida e ainda está em estudo pelos juristas no Brasil. Tal esforço vem sendo empreendido, em específico, pelos profissionais do Direito que trabalham junto a movimentos sociais e desenvolvem ou bebem da fonte de pesquisas mais críticas e aprofundadas sobre o tema.

A Defensoria Pública da União também entrou no circuito de negociação junto às comunidades apanhadoras de flores no âmbito do Grupo de Trabalho criado junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para debater e propor soluções aos conflitos entre a gestão do parque nacional e as comunidades[22]. A defensoria cumpriu um papel importante nesse processo. Efetivamente, estabeleceu-se um *campo* (BOURDIEU, 2009) de sentidos e disputas envolvendo o Direito.

Essa interação, que levou a uma negociação, tinha, de certa forma, o objetivo de moralizar as relações/ações de violência de agentes ambientais que atuavam/atuam sobre as comunidades numa perspectiva excludente, vendo os comunitários como empecilhos à "preservação ambiental". Apesar disso, a tentativa de desconstrução desse pensamento, que se converteu em práxis violadora de direitos por parte dos órgãos ambientais sobre as comunidades, segue lentamente, bem como a exigência do cumprimento das leis vigentes relacionadas. Por causa disso, recentemente, o embate com empreendimentos capitalistas do minério e do agronegócio têm se pronunciado de forma mais proeminente, envolvendo uma conjuntura mais desafiadora.

Nesse sentido, cabe destacar que as estratégias para burlar os direitos das comunidades levadas a cabo pelos sujeitos que têm interesses sobre suas terras são várias, quais sejam: tentativa de desqualificação de lideranças comunitárias e parceiros; minimização ou invisibilização do

22 Tal grupo foi criado por determinação da presidência do ICMBio. A esse respeito, ver capítulo 10 desta obra.

papel da Codecex como representante das comunidades; priorização de legislação que não engloba uma perspectiva socioambiental; tentativa de fazer reuniões ou acordos de forma individualizada com comunitários, atropelando as construções coletivas das comunidades; e a invasão de reuniões comunitárias mesmo sem autorização prévia, sendo esta a mais grave. Além disso, foram várias as tentativas de burlar os consensos firmados dentro das comunidades por tais gestores ambientais, buscando conseguir posições individuais e validá-las como coletivas. Analogamente, empresas capitalistas do minério e de monocultivo de eucalipto buscam individualizar futuros impactos coletivos devido a sua presença nas terras comunitárias, tentando colocar familiar contra familiar, comunidade contra comunidade.

Ressalta-se que, inicialmente, houve tentativa de agentes dos órgãos ambientais estatais de invisibilizar a existência dessas comunidades como sujeitos de direitos sobre suas terras ancestrais, as quais ficaram no interior dos parques criados. Num momento posterior, essas mesmas autoridades buscaram negar a tradicionalidade desses espaços, ou seja da realidade como terras tradicionalmente ocupadas. Ademais, a fase inicial também contou com ações de humilhação, violência e uso de desinformação ou mesmo de dificuldade das comunidades em compreender termos técnicos e legais nas abordagens truculentas. Não por acaso, na memória individual e coletiva de muitas comunidades, ainda hoje, ressoa o que tanto ouviram desses agentes: "vocês não têm direito!"

A hospitalidade e a boa vontade dos comunitários também foram usadas para adentrar as comunidades e mapear riquezas da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a ela associados, envolvendo empresas capitalistas em processos que configuram a chamada "biopirataria". Nesse caso, estratégias pensadas para a proteção coletiva e até mesmo para a identidade tradicional e quilombola, autodefinidas das comunidades, foram questionadas, e os seus modos de uso e manejo da natureza para fins diversos, criminalizados. Essa postura dos interventores foi traduzida na práxis diária, nos documentos, nas reuniões e nas audiências das quais participavam[23].

Na busca por apoio em uma condição desigual de forças materiais e simbólicas, em que a luta social adentrou as arenas do poder judiciário, tentou-se, também, diálogo com o Poder Legislativo, por meio de

23 Ver capítulo 10 desta obra com listagem de documentação.

audiência pública realizada em 2014 pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos. Outros espaços institucionais também foram acionados, como as câmaras de vereadores e prefeituras, afirmando a existência das comunidades e a necessidade de elas manterem suas terras tradicionalmente ocupadas e as práticas tradicionais como legítimos destinatários da Constituição Federal e como povos formadores da sociedade nacional, conforme artigos 215 e 216 da Carta Magna.

Caminhos da assessoria jurídica popular junto às comunidades apanhadoras de flores

Não se pretende, neste breve apanhado, esgotar as diversas ações pleiteadas nos últimos 10 anos pela Codecex, pois é uma história longa, com trajetória de êxitos e perdas, mas que segue com esperança e aprimoramento das ações, como será visto adiante. Desde 2018, um novo elemento seguiu a estratégia anterior dos(as) apanhadores(as) de fortalecer a garantia de seus direitos de forma mais incisiva no campo jurídico, seu reconhecimento e proteção, construindo uma parceria com uma organização de Assessoria Jurídica Popular - a Terra de Direitos (2019)[24].

O processo político de fortalecimento progressivo das comunidades apanhadoras foi, então, fator essencial para a experiência que vem sendo desenvolvida. Além do mais, a assessoria jurídica popular é compreendida como metodologia de desenvolvimento da atuação da Terra de Direitos, que abarca os processos de formação em direitos, incidência política e litígio estratégico. Sendo assim, o acompanhamento de comunidades nos estados do Pará, Paraná e Distrito Federal reforçaram a concepção de que a assessoria jurídica popular, exercida pela Terra de Direitos, alicerça-se no trabalho de base e na ação direta com os sujeitos, para fundamentar a incidência nas esferas superiores e internacionais.

A relação entre a assessoria jurídica popular e as comunidades precisa necessariamente ser transparente, dialógica, propositiva e

24 "A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). As ações da organização são desenvolvidas por meio de quatro linhas de atuação: Terra, Território e Justiça Espacial; Política e Cultura dos Direitos Humanos; Biodiversidade e Soberania Alimentar; e Democratização da Justiça. A Terra de Direitos usa a assessoria jurídica popular como estratégia de ação, desenvolvendo, assim, atividades de formação, atuando em litígios estratégicos e na incidência política." (TERRA DE DIREITOS, 2019).

confiável. Desse modo, enfrentar os conflitos sócio-agro-ambientais que perpassam os territórios tradicionais exige organização, estratégia traçada conjuntamente, conversas constantes, reuniões para planejamento e retornos, sempre respeitando o protagonismo das comunidades. Nesse sentido, precisa-se de um relacionamento que tenha dinamicidade e diálogo permanente com as comunidades, a Codecex e parceiros. Há, também, a produção de instrumentos para defesa dos direitos territoriais, como os Protocolos Comunitários de Consulta Prévia.

Esses documentos têm potencial de mobilização popular, ou seja, promovem o fortalecimento da organização interna das comunidades e alimentam ações jurídico-políticas variadas. Nesse caso, a incidência no sistema jurídico, no âmbito executivo e no legislativo, é animada pela estratégia de elaboração de protocolos comunitários, sejam de consulta prévia (Convenção 169), sejam bioculturais (Convenção da Diversidade Biológica). Na experiência da Terra de Direitos de construção de protocolos de consulta, tem-se disputado, diante do sistema de justiça, a consolidação do entendimento de que os povos e as comunidades tradicionais são destinatários do direito à consulta prévia, livre e informada previsto na convenção, ressaltando sua relevância como direito fundamental diante das intervenções do Estado e da iniciativa privada.

Em específico, a experiência com as comunidades apanhadoras de flores é de construção dos protocolos comunitários de consulta, reivindicando, na seara administrativa, diante do Ministério Público, da Defensoria Pública, de órgãos ambientais, casas legislativas municipais e outras autarquias estatais, a legitimidade e a necessidade da efetivação do direito à consulta para povos e comunidades tradicionais. Trata-se, então, de documentos importantes na luta pela garantia do território, pelo livre acesso à biodiversidade essencial ao modo de vida das comunidades tradicionais agroextrativistas e pela defesa do acesso indevido aos seus conhecimentos tradicionais associados à flora, entre outros. Além disso, eles são, também, instrumento de sensibilização social e mobilização interna das comunidades como coletividades que lutam pelo bem viver. Na sequência, os marcos legais nacional e internacional que consagram direitos dos povos e comunidades tradicionais serão aprofundados, em associação com as lutas das comunidades apanhadoras de flores na Serra do Espinhaço Meridional em Minas Gerais.

Desafios de debater concepções jurídicas em construção

Há uma gama de direitos relativamente novos que se consagram no espírito constitucional de 1988 e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil sobre proteção à sociobiodiversidade, aos direitos territoriais, ao direito à consulta prévia, livre e informada, bem como vários em implementação. No âmbito da assessoria jurídica popular e de parte dos juristas, entende-se o caráter amplo dos destinatários da consulta prévia, compreendendo povos tribais (destinatários expressos na Convenção 169 da OIT) como categoria múltipla que abrange a complexidade e a diversidade de povos e comunidades de vários países e suas características específicas, como as tradicionais.

Essa disputa vem sendo realizada também no judiciário brasileiro diante de grandes empreendimentos de infraestrutura, do agronegócio e de mineradoras que costumam planejar e realizar suas atividades cortando os territórios tradicionais sem realização da consulta, pretendendo forçar um procedimento curto, superficial e pouco dialógico com as comunidades atingidas após o início das atividades, descaracterizando, assim, o sentido prévio, livre e informado do procedimento.

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

A Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho – data de 1989 e foi ratificada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004 (BRASIL, 2004), com base no Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Esse acordo ratifica a mudança de paradigma integracionista da Convenção 107 de 1957, que não reconhecia os regramentos internos dos povos e considerava, ainda, os membros das comunidades como "tribais e semitribais", orientando uma integração dos povos originários à comunhão nacional, como se fossem estranhos ao Estado-Nação. Nesse sentido, houve avanço ao se considerar legítimos os acordos e as regras das comunidades como direito consuetudinário a ser respeitado para quem adentrar nos territórios.

Nesse contexto, são as formulações internas das comunidades e dos povos que ditarão como deve se dar a Consulta, sendo esse um instrumento de garantia dos direitos territoriais e humanos e de legitimidade das

suas instituições representativas. Essa realidade é, então, uma ruptura com a tutela de instituições estatais e a ingerência da iniciativa privada na condução de processos de consulta. Dessa forma, destaca-se que os Estados signatários da Convenção 169 da OIT têm obrigação de adequar suas legislações nacionais ao teor do Tratado Internacional e desenvolver ações de maneira a cumprir suas determinações. Além disso, ressalta-se, ainda, que o citado acordo internacional está em perfeita harmonia com a Constituição de 1988, pois ambos reconhecem a identidade de povos diferenciados, com direito de acesso a direitos humanos e fundamentais, bem como de determinar quem e de que forma se pode intervir ou não em seus territórios.

Nessa perspectiva, a convenção garantiu dois direitos muito importantes para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: direito à autodeterminação/autodefinição e direito à consulta prévia, livre e informada. O direito à autodefinição trata do direito que os grupos étnico-coletivos têm de se autoatribuir qualquer identidade coletiva já existente ou criada e nominada pelo grupo, justificando-se por seus modos próprios de criar, fazer e viver. No Brasil, sob o manto da categoria povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, há diversas designações que legalmente devem ser consideradas sujeitas de direitos da Convenção 169 da OIT – a exemplo das quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, ribeirinhos, seringueiros, apanhadores de flores sempre-vivas, entre outras.

Por sua vez, o direito à consulta prévia, livre e informada é o direito que esses grupos têm de ser consultados todas as vezes que quaisquer intervenções forem impactar seus territórios e suas vidas, direta ou indiretamente. Isso deve, então, ser garantido pelo Estado, independentemente da existência de protocolos comunitários de consulta prévia; contudo, a elaboração desses instrumentos garante maior autonomia jurídica para as comunidades que o fazem. Os protocolos de consulta são instrumentos que materializam, de forma escrita, regras internas de determinada comunidade/povo tradicional/indígena/quilombola para quaisquer intervenções sobre seus territórios e modos de vida, de forma direta ou indireta, em âmbito administrativo, jurídico, legislativo ou político. Essas comprovações, materialmente constitucionais, buscam particularizar as disposições gerais a que a Convenção 169 da OIT dispõe em relação ao direito à consulta prévia, livre e informada. O princípio

é, por meio dos protocolos, identificar e documentar a realidade/prática local para garantir as peculiaridades de cada comunidade.

As linguagens da diversidade de povos são muitas, e suas formas de decisão e resolução de demandas também. Desse modo, o objetivo da produção documentada desses regramentos comunitários, baseados nos costumes, é uma disputa por autonomia de expressar suas próprias regras, de determinar o caminho diante de intervenções estatais e da iniciativa privada, reivindicando a garantia dos seus direitos. Sobre essa institucionalidade própria:

> Deve-se levar em conta que o que está em jogo na medida administrativa ou legislativa a ser consultada são os direitos de ser e de estar, da existência enquanto povo e da sua territorialidade, e que a decisão para o consentimento deve ser estabelecida pela lógica interna de cada povo de formar sua vontade coletiva, livre e informada. Por isso, o protocolo deve estabelecer a forma como todo o povo se considerará informado para a livre decisão (SOUZA FILHO *et al*., 2019).

Em termos de ordenamento, esses povos e comunidades tradicionais têm forma de organização própria, hierarquias, mecanismos decisórios, sendo essa complexidade permeada em toda Convenção 169 da OIT ao considerar as *entidades representativas dos povos como legítimas para consulta prévia, livre e informada* (CPLI) em caso de intervenções (artigo 6º, I, a), assim como as formas de organização dos povos indígenas e tribais, entendendo o termo como abrangente da diversidade de povos e das comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas que, na América Latina, são muito proeminentes. Esse dispositivo reforça, assim, a legitimidade da Codecex como representante legítima das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas.

Nesse viés, sete das comunidades apanhadoras de flores da porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, construíram seu protocolo de consulta nos anos de 2018/2019, já constando como instrumento essencial na luta pela garantia de direitos e na afirmação da legitimidade da posse coletiva dessas comunidades, em uma arena que ainda contesta a legalidade dos protocolos ou busca suplantá-lo, acionando outras legislações infraconstitucionais, ignorando as determinações da

Convenção 169 da OIT.

O que se tem percebido é que os protocolos são potentes instrumentos de reivindicações quando violado o direito à consulta prévia, livre e informada, exigindo a reparação dos danos causados pelo descumprimento deste e de outros direitos fundamentais dentro dos seus territórios tradicionais/terras tradicionalmente ocupadas. Instrumento este já em uso pelas comunidades apanhadoras de flores para reafirmar sua condição de destinatários da Convenção 169 da OIT, bem como instrumento de *reivindicação e reparação de direitos* diante dos ataques. Além disso, esses registros têm sido apontados como uma ferramenta de mobilização política e articulação social dentro das comunidades, entre comunidades e órgãos, movimentos sociais e organizações não governamentais.

O Estado brasileiro, via Convenção 169 da OIT (1989), comprometeu-se, também, a adotar "medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados em utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989, Art. 14, 1), bem como a: "adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989, Art. 14, 2).

Dessa forma, ratificou-se o dever do Estado de regularizar a situação fundiária das terras tradicionalmente ocupadas, englobando não apenas as áreas de moradia (ou unidades familiares), mas também as terras de uso comum nas quais as atividades tradicionais são realizadas. Além disso, o Estado de Minas promulgou a Lei 21.147/2014 (MINAS GERAIS, 2014), que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais e estabelece as regras para regularização de suas terras/territórios. Contudo, ainda há pouco conhecimento sobre a lei e poucos pedidos de regularização, não havendo nenhum processo finalizado. De toda forma, as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas acionaram as instâncias federal e estadual para garantia de suas terras ancestrais, existindo recursos jurídicos e meios administrativos previstos para tal.

Constituição e Convenção da Diversidade Biológica em diálogo com acesso à biodiversidade

Como apontado, a Carta Maior, em seu artigo 225, afirma o caráter fundamental do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo a ser preservado pelas presentes e futuras gerações. Como identificado em estudos, os povos e as comunidades tradicionais têm uma estreita relação com esse meio ambiente e a intervenção que fazem promove a conservação dos ecossistemas, entendendo a natureza como categoria que goza de proteção constitucional. Por sua vez, os Artigos 215 e 216 consagram os seguintes vernáculos:

> Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
>
> § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e *das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional*.
>
> Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: *II - os modos de criar, fazer e viver* (BRASIL, 1988, Art. 215;216, grifos nossos).

Isso significa que, somente a partir dessas garantias, houve o enquadramento dos povos e das comunidades tradicionais, na seara de proteção constitucional, como patrimônio cultural brasileiro, sendo necessário o respeito aos seus modos de fazer, viver e produzir. Nessa perspectiva, a "panha" da flor não é apenas meio de sobrevivência, mas também de reprodução sociocultural e ancestral, sendo, portanto, esses grupos povos formadores do conjunto da sociedade, como os quilombolas e indígenas. Além disso, essa prática é considerada como atividade essencial e cara à sobrevivência das comunidades que a exercem, detendo o conhecimento de como exercê-la de forma a conservar a flora.

Especificamente, o conflito entre as comunidades apanhadoras de flores e a instalação do PNSV sem realização da consulta prévia está sob supervisão e fundamentação jurídica do Ministério Público Federal, nos termos da Recomendação MPF/PRMG nº 15, de 07 de abril de

2017 (BRASIL, 2017), no que tange à área da unidade sobreposta às terras tradicionalmente ocupadas, conforme CF/88 (BRASIL, 1988), ou territórios tradicionais, conforme Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007), gerando impactos sobre seu modo de vida e sobre a continuidade da sobrevivência das comunidades nessa porção da Serra.

Em nenhum momento, a *pluralidade étnica* e a categoria *populações tradicionais* foram consideradas na elaboração das normativas estaduais sobre intervenção ambiental, produção florestal, infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, além de outras afins, optando, no máximo, por enquadrar esses povos e essas comunidades tradicionais em categorias mais estritas, como pequenos agricultores ou praticantes de atividades agrossilvipastoris, sem abranger a ampla identidade desses grupos que não só praticam agroextrativismo, cultivo, criação de animais, como também possuem identidade étnico-cultural ligada à vivência no território compartilhado tradicionalmente.

É importante destacar que a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992) dialoga diretamente com o texto constitucional e a Convenção 169 da OIT. Ratificada, no Brasil, via Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 (BRASIL, 1998), fruto das deliberações da Eco-92, a CDB, em seu artigo 10c, determina que os estados devem: "Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável". Desse modo, as diretrizes da convenção aliam a conservação da diversidade biológica com a utilização, por esses grupos, sustentável dos recursos naturais e a repartição justa e equilibrada dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos.

Esse acordo pode ser concebido como uma normativa inovadora ao trazer que as práticas tradicionais desenvolvidas, no decorrer dos séculos, possuem capacidade de conectar, na prática cotidiana, manejo tradicional e conservação ambiental como práticas indissociáveis. Nesse sentido, o artigo 10 expõe:

> [...] b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;
>
> c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais

> compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;
>
> d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, Art. 10).

Mais marcante ainda é a implementação do artigo 8j, da citada Convenção, que deu origem à previsão expressa dos protocolos bioculturais na Lei Federal 13.123/2015 (BRASIL, 2015), também chamada de Lei da Biodiversidade:

> Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:
>
> [...] j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (BRASIL, 2015, Art. 8).

Fica evidente a ênfase na manutenção do conhecimento e das práticas tradicionais com a repartição de benefícios oriundos desses saberes, inovações e manejos comunitários. Tal disposição expressa embasou os debates para consolidação, na chamada Lei da Biodiversidade, da previsão de um instrumento que determine as formas de acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para tal.

Cabe destacar que, cercada de disputas e controvérsias, tal lei segue gerando debates e disputas entre esses grupos e aqueles que têm interesses privados sobre seus conhecimentos e sua biodiversidade, os quais são conservados no âmbito de suas práticas tradicionais em suas terras ancestrais[25]. De toda forma, a legislação fortaleceu o reconhecimento dos protocolos comunitários de consulta e bioculturais como forma de

25 Durante a elaboração deste capítulo, foi lançado pelo então Governo Federal, o "Programa de Bioeconomia", gerando maiores preocupações dos povos e comunidades tradicionais sobre as tensões que possa gerar, o que merece atenção.

proteção dos direitos desses grupos. Os bioculturais em si, assim como os de consulta, são documentos de produção autônoma das comunidades tradicionais, que estabelecem diretrizes como o manejo tradicional da biodiversidade e elementos de proteção dos conhecimentos com base legal. Esse caminho tem sido construído como forma de autoafirmação e defesa de direitos territorias, sobretudo pelo direito a coleta/manejo da flora, pelas comunidades apanhadoras de flores, frente a sua criminalização.

Nesse sentido, a Convenção da Diversidade Biológica dialoga com os artigos da Constituição (BRASIL, 1988) já citados (225, 215 e 216) e, ainda, embasa a legislação federal que regula o tema. Ademais, o acordo supracitado dialoga, também, com artigo 10c, acima citado, recomendando aos países signatários o respeito, a promoção e a manutenção dos conhecimentos, inovações e práticas dos povos e das comunidades tradicionais, reconhecendo seu papel fundamental para a conservação da biodiversidade.

Percebe-se, assim, uma progressiva, embora lenta, evolução na legislação nacional e internacional, que acompanha o processo de redemocratização brasileiro, mas que possui uma longa caminhada adiante para sua eficaz implementação. Compreende-se, pois, que o contexto de conflitos agrários e socioambientais são permeados por uma herança de colonização e racismo, na negação de identidades étnicas e direitos correspondentes, bem como no tolhimento do acesso à justiça diante desse processo de violações sistemáticas. Expressa-se, portanto, também na temática da biodiversidade, as lutas socioterritoriais em curso.

Políticas Nacional e Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

A criação da Política Nacional para os povos e comunidades tradicionais na forma do Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007) foi um marco político-jurídico importantíssimo na luta por direitos e reconhecimentos da diversidade étnica-identitária desses grupos. Primeiramente, a norma reconhece, de forma expressa, o direito aos territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente são utilizados para reprodução cultural, social, física e econômica. Além do mais, ela é um marco legal que goza de perfeita constitucionalidade, pois viabiliza o cumprimento dos

artigos 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que preveem pleno exercício de direitos culturais, formas de viver e produzir, além da necessidade de preservar a memória dos diversos grupos formadores da sociedade e patrimônio brasileiros.

Sobre a constitucionalidade dessa normativa, pronunciou-se o Ministério Público Federal em Nota técnica nº 06/2018-6CCR[26] (BRASIL, 2018), emitida em 2018 pela sua 6ª câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, a qual aponta que o Decreto 6.040 também dá concretude ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da Constituição). Pois reconhece o papel das comunidades na conservação ambiental, estando sua existência e importância reconhecidas em uma série de estudos, além de estarem previstas em normas internacionais, entre elas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção 169 da OIT. Acrescenta-se, ainda, que o Decreto está consonante com o efetivo poder regulamentar da Administração e representa o cumprimento de uma obrigação internacional assumida pelo Estado Brasileiro na citada Convenção 169.

Essa determinação trata da materialização expressa de princípios e direitos constitucionais de forma direcionada aos povos e às comunidades tradicionais, carecendo de sua aplicação efetiva. Entre os objetivos da política, estão: a) garantir aos povos e às comunidades tradicionais seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; b) solucionar ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais; c) garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; e d) garantir aos povos e às comunidades tradicionais o acesso a serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, entre outros.

Com o protocolo do Projeto de Lei 4.741/2019 (ASSUNÇÃO, 2019), objetiva-se converter o Decreto da Política Nacional em Lei nacional, de modo a possuir mais força normativa que garanta avanços na

26 Em nota técnica divulgada em 04 de dezembro de 2018, o Ministério Público Federal (MPF) defendeu a constitucionalidade do Decreto 6.040/2007 em resposta a questionamento via Ofício pela Presidência da República pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que pediram a revogação da norma. Cabe destacar que, quando da elaboração deste artigo, a própria Convenção 169 da OIT estava também sendo questionada pelos mesmo sujeitos, bem como levantada a questão do "marco temporal" para a demarcação das terras indígenas no Brasil.

inclusão social e econômica de povos e comunidades tradicionais, colocando, de forma expressa, as principais demandas, considerando questões identitárias, territoriais, sociais e econômicas. Nesse sentido, a justificativa do Projeto de Lei resume: "O projeto busca superar o déficit de implementação de direitos constitucionalmente conquistados pelos povos e comunidades tradicionais, reconhece e promove o protagonismo dos sujeitos desse processo, não admitindo retrocessos e nem direitos a menos" (ASSUNÇÃO, 2019).

Entre outros avanços, determina-se que os planos de desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos do governo e dos povos e das comunidades tradicionais envolvidos e poderão considerar parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico e socioculturais. As estratégias citadas distribuem, além disso, a competência ao CNPCT para a realização do planejamento e monitoramento da execução da política que dará origem aos planos, promovendo mais um avanço na luta por direitos.

Por sua vez, a anteriormente citada Política Estadual (Lei 21.147/2014) (MINAS GERAIS, 2014) prevê o respeito aos direitos territoriais e às relações de trabalho dos povos tradicionais do Estado de Minas, ou seja, a atividade agroextrativista de coleta de flores sempre-vivas, bem como várias outras, é resguardada por essa lei, sendo essencial para a vida das famílias das comunidades apanhadoras de flores, no âmbito cultural, social, econômico. Além do mais, essa política está em consonância com o Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, que dispõe sobre a legitimidade das práticas tradicionais e como princípio fundamental:

> I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e *atividades laborais*, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade. (BRASIL, 2007, Art. 1º, grifos nossos).

A Política Estadual orienta, ainda, a implementação de políticas

públicas e participação dos povos e das comunidades tradicionais em Minas, "nas instâncias de deliberação, fiscalização e controle social das ações governamentais, especialmente no que se refere a projetos que envolvam direitos e interesses dessas populações" (MINAS GERAIS, 2014, Art. 4º, XIV). Essas normativas trazem uma gama de orientações como forma de abranger as especificidades e demandas dos diversos segmentos desses grupos, carecendo de efetivação em políticas públicas direcionadas, ainda em franca disputa com os governos municipais e legislativo local. Esse é um ponto forte de incidência da Codecex na sua área de atuação, que busca materializar direitos.

Há, também, o Decreto 47.289, de 20 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta a citada Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades e prevê a *titulação coletiva das terras tradicionais*, sejam indígenas, quilombolas, sejam de outras comunidades que aqui se enquadram, como as apanhadoras de flores. Conforme definição do Estado de Minas Gerais, essa nomeação

> [...] trata de política pública para o reconhecimento formal dos direitos territoriais, que consiste no conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais, para garantir o cumprimento da função social da propriedade, a garantia das condições necessárias à reprodução cultural, social, econômica e a preservação dos recursos ambientais, de modo a garantir-lhes a transmissão, aprimorados, às gerações futuras, mediante titulação coletiva. (MINAS GERAIS, 2017).

Para pleitear a regularização, a comunidade interessada deve solicitar a instauração do processo administrativo, encaminhando os seguintes documentos: ata da reunião deliberativa pela regularização fundiária, titulação coletiva devidamente assinada pelos integrantes do território e certidão de autodefinição emitida pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT-MG) ou pela Fundação Cultural Palmares ou Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em se tratando de comunidades quilombolas e indígenas, respectivamente. Sendo assim, comunidades previamente certificadas já estão um passo a frente, que é o caso de algumas das comunidades da base da Codecex, sendo que três delas já têm processo de regularização em curso tramitando na Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuaria e Abastecimento (SEAPA), atualmente também responsável por tal ação em Minas Gerais.

Essa normativa é um marco bastante positivo para o Estado de Minas Gerais e para demais povos e comunidades tradicionais do país, pois abre caminhos para titulação das terras tradicionalmente ocupadas pela via estadual, necessitando de coesão política da comunidade para participar ativamente das fases do processo, como reuniões com a SEAPA, elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial), orientação dos técnicos para delimitação territorial e consideração de suas práticas tradicionais ligadas à identidade, à vivência e ao território etc, exigindo, assim, celeridade, compromisso e ética do poder público. Nessa perspectiva, é um desafio a execução dessa política, mas o caminhar das comunidades, junto à Codecex, tem fortalecido os percursos político-jurídicos para alcançá-la.

Diante do exposto, ocorre, portanto, o deslocamento das lutas sociais para a esfera jurídica no pleito do reconhecimento por direitos; com isso, a Codecex configura-se como um *movimento socioterritorial* moderno, que, segundo Oliveira (2005) fazem da luta por direitos a essência de suas ações. Nesse sentido,

> os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são, portanto, parte constitutiva da modernidade. Trazem à cena novas práticas, novas ações, novos signos e novos sinais. [...] Outra questão central que [...] trazem ao cenário político é a firme convicção política sobre a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas de se fazer política (OLIVEIRA, 2005, p. 169-170).

O saldo até aqui e o olhar para adiante

Os passos das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas são ora miúdos, ora largos, dependendo dos elementos da situação, que, em alguns momentos, pede vigilância e cautela e, em outros, necessita de ações rápidas e concretas. Nesse contexto, houveram alguns avanços conquistados junto aos órgãos ambientais estatais quanto ao uso do território e manejo da flora. Entretanto, a má vontade do Estado em abrir mão do controle total sobre as terras tradicionalmente ocupadas que suplantaram com seu modelo de proteção ambiental excludente é flagrante, obstaculizando cada detalhe, mesmo que meramente formal, para atrasar ou inviabilizar o processo. Além disso, o diálogo com o órgão de fiscalização ambiental estadual é ainda mais tacanho e difícil, relação

essa recheada de violações de direitos vários no decorrer dos anos.

O progressivo fortalecimento dessas comunidades por intermédio da afirmação de sua existência e de seus direitos, de forma documentada, tem sido importante na área do reconhecimento, como os certificados de comunidades tradicionais de apanhadoras(es) de flores sempre-vivas emitidos pelo CEPCT – Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e os certificados de comunidades quilombolas emitidos pela Fundação Cultural Palmares. Tais documentos foram importantes para dar entrada nos processos de regularização fundiária junto ao Instituto Naciona de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao governo estadual de Minas. Destaca-se que a tradicionalidade e as territorialidades dessas comunidades existem mesmo que não houvesse documento que as atestassem, contudo, esse registro foi um passo importante no sentido da disputa por visibilidade, entendendo o paradigma moderno e capitalista de oficializar, de forma escrita, condições e demandas, dificultando, inclusive, o acesso à justiça dos povos que possuem cosmovisão ligada à oralidade.

Outro marco importante foi a elaboração dos protocolos comunitários de consulta prévia, já sendo utilizados, de forma direta, nos diálogos com o poder público. Esses instrumentos têm servido, também, como uma referência para diversas outras comunidades em tempos de retrocessos. Assim, as lideranças das sete comunidades envolvidas na elaboração dos protocolos ampliaram não só seus conhecimentos sobre direito de livre uso da sociobiodiversidade, bem como avançaram, significativamente, no fortalecimento da tese jurídica de que a Convenção 169 da OIT também se aplica aos povos tradicionais, para além dos povos indígenas e quilombolas. Isso permite estender o entendimento para a defesa de um direito à consulta prévia, prévia e informada, que englobe os diversos grupos com modos de vida tradicionais, cultura e costumes diferenciados de outros segmentos da coletividade nacional, incluindo os povos e as comunidades tradicionais[27].

Mesmo com o avanço do agronegócio e da mineração e o retrocesso no campo dos direitos de povos e comunidades tradicionais, o uso dos protocolos fomentou a capacidade das comunidades apanhadoras de flores de fazer uso de seus direitos à terra e à sociobiodiversidade.

27 O critério fundamental para a aplicação da convenção é a consciência dessa identidade diferenciada (artigo 1º); é o chamado critério da autoatribuição, o que é fortalecido no próprio processo de construção dos protocolos.

Juridicamente, esses registros foram aplicados na defesa de direitos em procedimento administrativos junto ao Ministério Público Federal, ao ICMBio, ao Instituto Estadual de Florestas (MG), como também pleitear Projetos de Lei nas Câmaras municipais (já aprovados) e, ainda, solicitar atuação do Ministério Público Estadual para pressionar os governos municipais na consecução de políticas públicas.

Houve, ainda, um fotalecimento político da Codecex nesse processo de construção de forma dialógica. Por conseguinte, a percepção da natureza coletiva e horizontal do trabalho de assessoria popular aprimorou-se, assim como aumentou o número de demandas nos territórios devido ao acirramento das violações de direitos. Nesse contexto, a perspectiva da Codecex é fortalecer a progressiva garantia do livre uso e da conservação da sociobiodiversidade, construindo os protocolos bioculturais das apanhadoras de flores, aliando a produção desse material de referência do manejo tradicional com a implementação dos protocolos de consulta.

Outro processo muito significativo para as comunidades apanhadoras foi o processo de candidatura e reconhecimento como "Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial" pela FAO/ONU, como iniciativa que as situa não apenas no país, mas também em outras partes do mundo por desenvolverem sistemas agrícolas tradicionais de referência mundial. Isso foi demonstrado em um processo detalhado que envolveu profundo levantamento de pesquisa sobre o potencial e a importância de seu modo de viver e produzir no escopo da humanidade, bem como suas práticas de manejo agroextrativista recheadas de técnicas próprias que mantêm o sistema vivo e produtivo.

Por fim, são diversos os desafios apontados na trajetória das comunidades apanhadoras que, por um lado, expressam as dificuldades de mudança de olhar da sociedade brasileira sobre tais grupos e que, por outro, indicam: a) o fortalecimento de sua identidade étnico-política, b) muita luta para garantia de suas terras tradicionalmente ocupadas; e c) o reconhecimento de seu potencial como patrimônio cultural, agrícola, étnico, material e imaterial. Sendo assim, compreende-se que enfrentar o Estado e a iniciativa privada traz seus riscos, mas afirma a existência e a resiliência dos povos e comunidades tradicionais como legítimos herdeiros de suas terras ancestrais, guardiões da agrosociobiodiversidade e sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro. Sempre-viva, na luta!

Referências

ANTUNES, Paulo de B. *Direito Ambiental.* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

ASSUNÇÃO, Valmir. *Projeto de Lei nº 4.741-A/2019*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01nkb1nh00pq07x8ujriyh239712024105.node0?codteor=1831885&filename=Tramitacao-PL+4741/2019. Acesso em: 23 ago. 2020.

AZEVEDO TORRES, Marcos A. de. *A propriedade e a posse:* um confronto em torno da função social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Thonson IOB - Editora Rio, Universidade Estácio de Sá, 2005.

BRASIL. *Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998*. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 9, 23 ago. 2002.

BRASIL. *Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 8.750, de 09 de maio de 2016*. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988*. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 19940, 13 out. 1988.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-pl.html. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 4917, 19 jul. 2000.

BRASIL. *Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Nota Técnica nº 06, de 04 de dezembro de 2018-6CCR*. Disponível em: http://redecerrado.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Nota-tecnica-constitucionaldiade-do-Decreto-6.040-2007-assinada.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Recomendação MPF/PRMG nº 15, de 07 de abril de 2017*. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de imprensa/docs/recomendacao-parque-nacional-sempre-vivas.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

CODECEX. *Proposição de recategorização do PARNA Sempre-vivas*. Diamantina: CODECEX, 2014.

MENDES, Ana Beatriz V. *Conservação ambiental e direitos multiculturais:* reflexões sobre Justiça. 2009. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - UNICAMP, Campinas, 2009.

MINAS GERAIS. *Decreto 47.289, de 20 de novembro de 2017*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47289&comp=&ano=2017. Acesso em: 20 out. 2018.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual 21.147, de 14 de janeiro de 2014*. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21147&ano=2014&tipo=LEI. Acesso em: 16 out. 2018.

MONTEIRO, Fernanda T. *Nas fronteiras das Minas com o Gerais:* as terras de uso comum e o uso coletivo das terras. 2019.Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda T. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas*: travessias e contradições ambientais. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; FARIA, Camila S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. *In*: *XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*: CAMINANDO EN UNA AMÉRICA LATINA EN TRANSFORMACIÓN, v. 1, 2009. *Encontro* […]. Montevidéo: Universidad de La República, p. 01-15.

OLIVEIRA, A. U. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. *Revista USP*, v. 64, São Paulo, p. 156-172, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção da Diversidade Biológica:* realizada na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. Disponível em: https://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb.html. Acesso em: out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *Programa "Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial":* realizado na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Johanesburgo, África do Sul, 2002. Disponível em: http://www.fao.org/giahs/. Acesso em: 16 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169 da OIT*: Resolução adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça, em 26 de junho de 1989. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

SILVA, Lígia O. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente:* contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1).

SOUZA FILHO, Carlos F. M. DE *et al*. (org.). *Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação*). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, CEPEDIS, 2019.

TERRA DE DIREITOS. *Protocolo de consulta prévia apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas*. Minas Gerais: Terra de Direitos, CODECEX, 2019. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_TDD_PROTOCOLO-apanhadoras.pdf Acesso em: 10 out. 2020.

Capítulo 10

Da invisibilidade ao reconhecimento mundial

Claudenir Fávero

Fernanda Testa Monteiro

"Quando nós nos descobrimos como apanhadoras de flores, vimos que era uma coisa que estava presente no nosso dia-a-dia e também na nossa alma, tinha um encantamento.

A autoafirmação identitária que vem acontecendo no Espinhaço Meridional, em particular na região de Diamantina, não é um processo fácil ou rápido. Depende das particularidades de cada comunidade, do contexto de opressão historicamente vivenciado pelas famílias".

Maria de Fátima Alves. Apanhadora de Flores Sempre-vivas e Liderança da CODECEX

(DAYRELL, 2019, p. 303-304).

Introdução

O surgimento e a ascensão de organizações e movimentos sociais do campo que ocorreram em diferentes partes do no Brasil, na década de 1980, como movimentos de luta pela terra, as pastorais sociais ligadas à igreja católica e o sindicalismo de trabalhadores rurais mais combativo, não se fizeram presentes na região onde se localiza o município de Diamantina, Minas Gerais. Os processos de criação dessas organizações e movimentos sociais do campo foram impulsionados, em grande medida, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inspiradas na Teologia da Libertação. Conforme assinala, abaixo, Ricardo Ferreira Ribeiro, as

> CEBs surgem e se organizam sob a orientação dessa nova perspectiva de alguns setores progressistas da igreja católica, que representa não só uma ruptura com a história da igreja no continente, mas também com outras práticas de organização popular presentes na atuação da esquerda tradicional e se insere no contexto de articulação do debate ideológico e da prática política de base (RIBEIRO, 2010, p. 192).

Essa perspectiva para as CEBs não foi acolhida na Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais. Nas palavras de Ricardo Ribeiro,

> Dom Geraldo de Proença Sigaud, que esteve à frente da Arquidiocese de Diamantina de 1961 a 1980, foi um dos membros mais conhecidos do clero conservador e um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organismo considerado de ultradireita. Nas décadas de 1960 e 1970, Dom Sigaud fez críticas severas ao clero progressista, que apoiava a criação das CEBs e o seu sucessor, Dom Geraldo Magela Reis, deu continuidade ao seu trabalho (RIBEIRO, 2010, p. 194).

Com a ausência de formação de base desses movimentos sociais do campo, o que se observava, nas imediações de Diamantina, eram organizações sociais comunitárias institucionalizadas, como associações, influenciadas, em boa medida, por uma perspectiva conservadora, que não questionavam as relações sociais dominantes historicamente estabelecidas. Em muitos casos, na atualidade, essas associações encontram-se subordinadas a organizações ligadas à igreja católica ou a organismos estatais. Já os sindicatos de trabalhadores rurais voltam-se sobremaneira para ações assistencialistas, como os atendimentos médico e odontológico e o encaminhamento de aposentadorias rurais.

Sendo assim, até o início da segunda década do século XXI, não se identificava organização ou movimento social presente nessa porção de Minas Gerais, que questionasse o *status quo* e com atuação voltada para a defesa dos direitos das comunidades tradicionais camponesas e quilombolas. A situação das comunidades quilombolas refletia bem essa ausência de ações no sentido dos direitos conforme previsto em legislação nacional, como a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu direitos específicos para comunidades quilombolas, como demarcação e titulação de seus territórios, sendo o primeiro passo para o acesso

a estes o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) da "autodefinição como comunidade quilombola". Muitas comunidades tradicionais presentes em Diamantina e arredores apresentam as condições para se autodefinirem como quilombolas. No entanto, a falta de informação/entendimento e a ausência de ações nesse sentido fez com que até o ano de 2010 não houvesse nenhuma comunidade da região com reconhecimento da autodefinição como quilombola.

É nesse contexto que se deu, na última década, a criação e atuação da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), que se constituiu no movimento social de luta em defesa dos direitos e da melhoria das condições de vida das comunidades apanhadores de flores sempre-vivas, incluindo comunidades quilombolas localizadas na Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais.

Invisibilidade (ou invisibilização) das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas

As comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas e quilombolas habitam o Espinhaço Meridional (MG) e permaneceram na invisibilidade, enquanto sujeitos de direitos, até duas ou três décadas atrás, seja como estratégia de resistência e defesa de seus territórios, seja pela invisibilização provocada pela ausência de ações estatais a elas dirigidas. Conforme afirmado por Monteiro (2019), referindo-se às comunidades tradicionais da Serra do Espinhaço, "Parte desses grupos, com os quais nos deparamos em campo, construiu um processo longo de invisibilidade como estratégia de sobrevivência e liberdade frente à escravidão" (MONTEIRO, 2019, p. 13), e mais adiante: "A invisibilidade foi uma estratégia utilizada por quase três séculos, conforme a memória dos mesmos. Ou seja, assim como houve indígenas e africanos escravizados em fuga para os *sertões*, isso se deu também por entre as *serras* da cordilheira do Espinhaço" (MONTEIRO, 2019, p. 204).

Seja pela difícil acessibilidade às localidades onde estão as comunidades, seja pelas estratégias de resistência por elas adotadas ou, simplesmente, pela negligência dos governantes, o acesso dos comunitários a políticas ou programas públicos tem sido mínimo ou inexistente. Não há transporte público na maioria das comunidades, e muitas estradas são precárias, ocorrendo, em seus trajetos, córregos e rios sem ponte ou mesmo em más

condições. Em alguns casos, essa precariedade impossibilita, inclusive, o transporte escolar na época das chuvas. Nesse viés, é baixa a presença de equipamentos públicos nas comunidades. Quando existem, na maioria das vezes, resume-se a escolas municipais que oferecem o primeiro ciclo do ensino fundamental. Quanto aos serviços de saúde que chegam, estes são as visitas dos agentes do Programa Saúde da Família. Ocorrem situações em que a energia elétrica ainda não chegou na comunidade.

Essa invisibilização em relação às comunidades tradicionais é consequência, também, da visão hegemônica na sociedade em geral, inclusive em gestores públicos, de menosprezo e discriminação negativa em relação ao lugar que ocupam na sociedade. Ao descrevermos e analisarmos, a seguir, a história de surgimento e de luta da CODECEX, explicita-se o contexto político, econômico e ambiental que levou à organização recente dessas comunidades nessa comissão, assim como, sua movimentação com vistas a romper com essa invisibilidade/invisibilização e entrar/agir na arena política e na luta por reconhecimento social e de direitos perante a sociedade mais ampla, em uma correlação de forças desigual que exigiram esforços consideráveis daqueles(as) que resistem, insistem e persistem em ser e viver.

Antecedentes à criação da CODECEX

A movimentação que desencadeou a criação da CODECEX começou em 2007 com manifestações de apanhadores(as) de flores sempre-vivas pelas ruas da cidade de Diamantina, Minas Gerais, como ação responsiva à proibição da coleta no interior de parques naturais - nacional e alguns estaduais - que foram criados sobrepostos a suas terras ancestrais, gerando tensões e revoltas. Naquele ano, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) havia intensificado ações no sentido da implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas (MONTEIRO, 2011).

Em 2009, estava em execução, sob coordenação do Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (NESFV/UFVJM), o projeto *Uso tradicional dos recursos florestais não madeireiros no Vale do Jequitinhonha: importância do conhecimento científico e empírico e do envolvimento de múltiplos atores*[1].

1 Apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovado no Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MDA - Nº 23/2008.

Como parte do projeto, estava sendo realizado um processo de formação voltado aos jovens de comunidades rurais, denominado "Intervivência Universitária". No processo de formação, as tensões e conflitos, anteriormente mencionados, foram trazidos por jovens de comunidades atingidas pela criação das unidades de conservação. Ao mesmo tempo, os jovens relataram que tais unidades foram criadas sem nenhum tipo de consulta às comunidades.

O processo de formação consistia em módulos presenciais e atividades de intercâmbio com a juventude de diversas comunidades rurais de Diamantina e arredores, abordando aspectos relacionados à vida no campo e propiciando vivências no ambiente universitário. Um dos módulos de formação, realizado em julho de 2009, contou com assessoria do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), que trouxe estudos e experiências sobre comunidades tradicionais e as articulações que estavam ocorrendo no Brasil e, particularmente, no Norte de Minas, relacionadas aos direitos de povos e comunidades tradicionais a partir da publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040, de fevereiro de 2007). As reflexões levaram os jovens a pensar sobre uma série de questões em consonância com a realidade local, como identidade tradicional, expropriação territorial, direitos coletivos, etc., que se propagaram pelas comunidades.

Em setembro daquele ano, a partir de uma articulação da equipe de execução do citado projeto e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM com a Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), por meio de sua Comissão de Extensão; a Prefeitura Municipal de Diamantina, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), por via do escritório local de Diamantina; o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE), por meio do escritório regional Jequitinhonha; e o Colegiado do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, foi realizado, em Diamantina, o *Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço*. Este teve como objetivos principais:

> Dar visibilidade à importância econômica, social, cultural e ambiental do extrativismo vegetal na Serra do Espinhaço/ Alto Jequitinhonha; explicitar os conflitos que estão ocorrendo

> com as populações tradicionais que estão envolvidas com essa atividade; possibilitar um momento de encaminhamentos de propostas que busquem soluções para as questões levantadas (UFVJM, 2009, p. 03).

Segundo a documentação do evento, participaram do encontro mais de 300 pessoas de dezenas de comunidades extrativistas de 13 (treze) municípios circunvizinhos à Diamantina. Os jovens que participaram da "Intervivência Universitária" foram fundamentais na mobilização das pessoas das comunidades. Além das pessoas pertencentes as comunidades agroextrativistas e das instituições organizadoras, fizeram-se presentes no encontro, como debatedores, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Natureza Tocantins (NATURATINS) e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) (UFVJM, 2009).

O fato mais marcante no encontro, que se tratava do primeiro debate público a respeito, foi a explicitação dos conflitos existentes entre as comunidades tradicionais agroextrativistas e as unidades de conservação de proteção integral criadas na região, com destaque para o Parque Nacional das Sempre-vivas (PNSV). As falas de alguns comunitários em relação ao PNSV e sua equipe gestora exemplificam a tensão e as violações sofridas:

> Iam colocar o parque, todos tinham que aceitar. Falaram dos deveres e não dos direitos. Houve imposição na criação, faltou o diálogo, nenhum órgão falou dos direitos.

> Abusam do poder porque ninguém entende nada de lei. Houve perseguição, humilhação, ameaças. O uso de armas por parte dos fiscais causa medo nas pessoas.

> Ignorância ambiental ao invés de educação ambiental. A violência é usada, põem arma na cabeça das pessoas. Fica até difícil a gente entender o que é verdade
>
> (UFVJM, 2009, p. 37-39).

O representante do ICMBio, no encontro (da então Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais), admitiu os equívocos na criação e a possibilidade de recategorização do PNSV para unidade de uso sustentável. Essa posição, no entanto, foi rechaçada publicamente pelos representantes da equipe gestora do PNSV, que nunca havia se mostrado aberta a essa possibilidade.

Outra ação que antecedeu e influenciou na criação da CODECEX foi a realização, em janeiro de 2010, em Diamantina, da Oficina: *Cidadania e Justiça Ambiental* como parte do projeto *Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais* coordenado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), conforme anunciado por Zhouri e Samora (2013). A pesquisa teve como objetivo a elaboração de um mapeamento qualitativo dos conflitos ambientais em Minas Gerais ocorridos entre os anos de 2000 a 2010, a partir da identificação, caracterização e classificação dos casos de violação do direito humano ao meio ambiente e resultou na Plataforma Observatório de Conflitos Ambientais em Minas Gerais[2].

O mapeamento dos conflitos ambientais em Minas Gerais, pela equipe do GESTA/UFMG, aproximou-se de tal realidade em função de pesquisa realizada à época no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG acerca do processo de criação do PNSV e seus impactos nas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. Tal processo impulsionou a realização dessa oficina pelo GESTA/UFMG em parceira com o projeto, anteriormente, referido sob coordenação do NEFSV/UFVJM.

Na oficina, que contou com a participação de 27 comunitários de 16 comunidades de oito municípios da região em questão, foram evidenciadas diversas situações de conflitos envolvendo comunidades tradicionais, como as atividades mineradoras e a implantação de monocultivos de eucalipto. Entretanto, os casos de maior alcance, naquele momento, foram a implantação de unidades de conservação de proteção integral, com destaque para o PNSV e o Parques Estaduais do Rio Preto (PERP) e do Pico do Itambé (PEPI), segundo os comunitários, pelas violências praticadas pelas equipes gestoras das respectivas unidades. Ao final da oficina, os comunitários que participaram daquele momento afirmaram

2 Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 10 de ago 2020.

que ampliariam as conversas nas comunidades e proporiam a constituição de uma comissão regional para lutar pela defesa dos seus direitos.

A criação da CODECEX

No dia 13 de março de 2010, reuniram-se, em Diamantina, representantes de sete comunidades, que, segundo relataram, após conversas em suas respectivas comunidades, decidiram por criar a comissão para lutar pela defesa dos seus direitos. A comissão foi denominada pelos presentes na reunião de Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX). Na reunião de criação da CODECEX, foi estabelecido que a comissão seria aberta à participação de pessoas de qualquer comunidade extrativista vegetal das imediações que estivesse sofrendo violações de seus direitos e teria como princípio a defesa de direitos coletivos. Foi frisada a importância de a comissão ter autonomia em relação aos órgãos públicos e demais organizações e a necessidade de se ter clareza do papel das diversas instituições envolvidas nos assuntos que seriam tratados por esta[3].

Das sete comunidades representadas na criação da CODECEX, três estavam em situações de conflito direto com o PNSV, duas com os parques estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé. As outras duas eram impactadas indiretamente pelo PNSV, principalmente no que diz respeito à coleta e comercialização das flores sempre-vivas. Isso se refletiu na atuação da CODECEX desde a sua criação, ou seja, a maioria das ações realizadas nesses mais de dez anos de caminhada estão relacionadas aos conflitos vivenciados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas com unidades de conservação de proteção integral. O primeiro encaminhamento tirado na reunião de criação da CODECEX foi realizar uma reunião com o Ministério Público Federal (MPF) para solicitar ajuda em relação às situações de conflitos com os referidos parques.

Revolta, medo, dúvidas e a necessidade de formação sobre os direitos – a formação na ação

Ao analisar os documentos, fica nítido que, a cada vez que a CODECEX reunia-se ou realizava alguma atividade, surgiam novos relatos de

3 Ata de criação da CODECEX, 13 de março de 2010.

conflitos, tensões e violência na relação dos gestores dos parques com os comunitários. Nesse contexto, ameaças, aplicação de multas, prisões, queima de ranchos e destruição de plantações sem qualquer notificação prévia são alguns dos casos relatados na documentação. Em relação ao PNSV, os moradores das comunidades atingidas por este desconheciam o processo de criação do parque e não sabiam, sequer, onde estavam os limites da área abrangida. Por outro lado, a revolta, o medo e, até mesmo, o pânico estavam presentes nas comunidades em função das ofensivas dos gestores do parque, principalmente, no período de 2007 a 2009[4].

Após a primeira reunião da CODECEX com o MPF, ocorrida em abril de 2010, na Procuradoria da República de Sete Lagoas, Minas Gerais, o então Procurador da República, que respondia pela jurisdição, esteve em Diamantina para analisar a situação de conflito do PNSV com as comunidades. Ele reuniu-se com a equipe gestora, visitou uma área do parque e encontrou-se com comunitários na Comunidade de Macacos, atingida pelo PNSV, no município de Diamantina. Depois de ouvir os comunitários, o Procurador da República perguntou qual era a reivindicação deles, uma vez que, legalmente, existem leis que regem o funcionamento do parque. Segundo relatos de alguns comunitários presentes na reunião, nesse momento: "*deu um nó*", pois a reivindicação era continuar usando as terras que foram tomadas pelo parque, mas não sabiam o caminho legal que teriam que fazer para garantir tal direito. A partir desse momento, as lideranças da CODECEX apresentaram para os pesquisadores e acadêmicos com os quais começavam a ter diálogo a demanda por formação sobre os direitos das comunidades tradicionais.

No mesmo ano, começou a ser executado o projeto *Pesquisa intercultural e interinstitucional para o desenvolvimento e sistematização de processos e produtos educativos experimentados na disseminação do conhecimento agroecológico com as populações tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos estados de Minas Gerais e Bahia*[5], sob coordenação compartilhada entre o Núcleo da Incubadora Indígena PUTXOP, vinculada a Universidade Estadual da Bahia e o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato (NAC) da UFVJM.

4 Para mais informações ver Monteiro (2011).

5 Apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovado no Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater Nº 033/2009.

As demandas por formação advindas da CODECEX foram acolhidas nas ações do projeto, portanto, o NESFV e o NAC foram os parceiros mais próximos da CODECEX nesses momentos iniciais de sua atuação para o qual as demandas de formação foram colocadas, mantendo diálogo e interação com outros grupos que se somaram às ações realizadas. Nesse sentido, os professores e pesquisadores que compõem esses grupos de pesquisa e extensão universitária instituíram, no primeiro semestre de 2010, o Programa de Pesquisa e Extensão Universitária "Serra Viva" pelo qual foram realizados, ao longo da última década, diversos projetos e ações em parceria com a CODECEX e comunidades de sua base de atuação, bem como com demais parceiros que se somaram ao longo do tempo.

Nesse contexto, em outubro de 2010, foi realizada em Diamantina, a oficina *Unidades de Conservação e Direitos das Comunidades Tradicionais*. Esta contou com a participação de lideranças de 10 comunidades, de sete municípios da região de Diamantina e com a colaboração e parceria dos professores e pesquisadores do GESTA/UFMG e da Faculdade de Educação/UFMG. Como resultado das reflexões ocorridas na oficina e no processo de formação como um todo, foi elaborada, pelo NAC/UFVJM, a Cartilha *Direito das Comunidades Tradicionais* (FÁVERO *et al*., 2011), que foi amplamente distribuída e serviu como apoio para os processos de formação realizados pela CODECEX nas comunidades de sua base.

Se por um lado a formação teórica sobre os direitos das comunidades tradicionais foi importante para as lideranças da CODECEX e das comunidades, por outro foram os processos de resistência e luta desencadeados por esta que possibilitaram a compreensão sobre as possibilidades de acesso aos direitos e às conquistas por elas protagonizadas. Naquele momento, a interação com experiências e movimentos que vivenciavam situações de conflitos, lutas e resistências semelhantes foi fundamental, por exemplo, os intercâmbios entre lideranças das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e lideranças indígenas da etnia Pataxó do Sul da Bahia, que também viviam situação de conflito com os gestores do Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado, Bahia, bem como com aqueles que tinham assento no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. Segundo depoimentos de lideranças da

CODECEX que participaram dos momentos de intercâmbio, a relação com outro povo constituiu-se, também, em um momento de autoafirmação identitária.

A autodedefinição e o reconhecimento público dos quilombos - sua luta e resistência

Até o ano de 2010, não havia, nas imediações de Diamantina, nenhuma comunidade certificada como quilombola, embora muitas delas reunissem as condições para tal. O processo de formação desencadeado pela CODECEX junto às comunidades que a compõem impulsionou a reflexão interna, que levou à autodefinição de identidade em dois sentidos: como comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e como comunidades quilombolas. Segundo relataram várias lideranças das comunidades, algumas pessoas já haviam ouvido falar do reconhecimento como quilombola, mas não tinham informações suficientes sobre o significado disso, o acesso a direitos que possibilitava e os procedimentos necessários para conseguir a certificação.

A primeira comunidade que manifestou interesse nessa possibilidade foi a Mata dos Crioulos, cujo território está situado nas confluências dos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Serro, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Rio Vermelho e Felício dos Santos. A Mata dos Crioulos apresenta um histórico de violenta expropriação territorial, seja pela grilagem promovida pelo latifúndio ou, mais recentemente, pela criação do Parque Estadual do Rio Preto (PERP) e do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI)[6].

Em 2010, houve uma nova investida sobre o território da Mata dos Crioulos com a apresentação, pelo IEF-MG, de uma proposta de ampliação do PERP e do PEPI, que os tornaria uma área contínua, um "corredor ecológico", segundo o IEF-MG (VILHENA *et al*., 2010). É importante ressaltar que a expansão dos parques tomaria mais da metade do território da Mata dos Crioulos. A proposta foi elaborada à revelia da comunidade, e as duas reuniões agendadas para apresentação da proposta foram divulgadas somente na cidade e ocorreram na sede dos municípios de Serro e de Couto de Magalhães de Minas. Ou seja, além da distância física entre os locais de ocorrência das reuniões e a localização

6 Para mais informações, ver Monteiro (2019) e Cerqueira (2019).

do quilombo, esta não foi notificada sobre a ocorrência das reuniões. A Mata dos Crioulos tomou conhecimento da proposta de expansão dos parques por meio da CODECEX e seus parceiros.

Foi nesse contexto que lideranças da comunidade Mata dos Crioulos demandaram um aprofundamento sobre os direitos quilombolas e o sobre o processo de reconhecimento. Após assembleia comunitária realizada em 15 de novembro daquele ano, a comunidade decidiu, por unanimidade dos presentes, realizar os procedimentos pleiteando a Certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) de sua autodefinição como quilombola e se posicionar perante o IEF-MG, por meio de um abaixo-assinado contrária à proposta de expansão dos parques. No final da assembleia, foi criada uma comissão formada por pessoas de diferentes localidades da comunidade com a incumbência de procurar ajuda no Ministério Público Estadual (MPE) no sentido de impedir a expansão dos parques[7].

Em dezembro de 2010, a FCP, respeitando os ritos exigidos, expediu a Certidão de Autodefinição da comunidade Mata dos Crioulos como quilombola[8], sendo a primeira comunidade das imediações de Diamantina a conseguir tal reconhecimento. Em março de 2011, o MPE juntamente com o MPF e a Vara Agrária de Minas Gerais expediram uma Recomendação Conjunta ao IEF-MG pela suspensão da proposta de expansão do PERP e do PEPI até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) procedesse a demarcação do território quilombola[9]. Essa foi a primeira conquista por uma comunidade da base da CODECEX após sua criação.

Tal feito serviu de estímulo e referência para que outras comunidades, sendo ou não da base da CODECEX, seguissem os procedimentos para a obtenção desse reconhecimento. Nesse sentido, lideranças da Comunidade Vargem do Inhaí, município de Diamantina, buscaram apoio na CODECEX e parceiros para encaminhar à FCP a solicitação do reconhecimento, após debaterem o assunto internamente na comunidade e tomarem a decisão em assembleia[10]. Em junho de 2011, foi expedida, pela FCP, a Certidão de Autodefinição da comunidade Vargem do Inhaí

7 Ata da assembleia comunitária da Mata dos Crioulos de15 de novembro de 2010.

8 Certidão de Autodefinição – Fundação Cultural Palmares, 09 de dezembro de 2010.

9 Recomendação Conjunta 01/2011 – Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Vara Agrária de Minas Gerais –, março de 2011.

10 Ata da assembleia comunitária de Vargem do Inhaí de 20 de março de 2011.

como quilombola[11], seguindo os ritos exigidos para tal.

A partir de 2012, as comunidades que compõem a CODECEX passaram a interagir constantemente com a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, que se formava, bem como com o CAA-NM. Depois de participarem, a convite feito à CODECEX, de um Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrido em Montes Claros, Minas Gerais, em abril de 2014, lideranças da comunidade Raiz, do município de Presidente Kubistchek, também aprofundaram o assunto na comunidade. Após decisão em assembleia comunitária[12], encaminharam à FCP a solicitação de reconhecimento. Em dezembro de 2015, foi expedida, pela FCP, a Certidão de Autodefinição da comunidade Raiz como quilombola[13] seguindo os ritos exigidos.

A obtenção da certidão expedita pela FCP é um passo importante dado pelas comunidades em termos de reconhecimento pela sociedade mais ampla e, principalmente, perante os poderes públicos em função das possibilidades de acesso a algumas políticas públicas específicas para comunidades quilombolas ou a prioridade de acesso a políticas públicas universais. No entanto, o pleno acesso aos direitos constitucionais depende de uma longa caminhada que demanda fôlego e persistência. Nesse sentido, a ação conjunta mostra-se fundamental.

No segundo semestre de 2011, lideranças que compõem a CODECEX acompanharam representantes dos quilombos de Mata dos Crioulos e Vargem do Inhaí à uma reunião com a Superintendência do INCRA, em Minas Gerais, na qual foi pleiteada a regularização dos territórios das respectivas comunidades. Como as duas comunidades encontravam-se em situações de conflito, elas foram priorizadas pelo INCRA para a realização de Relatórios Antropológicos, sendo estes a primeira peça que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), visando à titulação de território quilombola, a cargo do Instituto. Os Relatórios Antropológicos das duas comunidades foram concluídos em 2014. Desde então, os comunitários aguardam e reivindicam do INCRA a realização das outras peças que compõem o RTID para dar prosseguimento ao processo de titulação do território.

Quanto ao quilombo de Raiz, desde a obtenção da certidão expedida

11 Certidão de Autodefinição – Fundação Cultural Palmares, 14 de junho de 2011.

12 Ata da assembleia comunitária de Raiz de 21 de agosto de 2014.

13 Certidão de Autodefinição – Fundação Cultural Palmares, 07 de dezembro de 2015.

pela FCP, suas lideranças, com apoio da CODECEX, têm feito várias inserções junto ao INCRA e ao Governo do Estado de Minas Gerais, visando à titulação territorial. Nos anos de 2019 e 2020, a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG), que tem a responsabilidade sobre a regularização fundiária no estado, prometeu firmar parcerias e proceder os estudos necessários para a titulação do território quilombola. Até o fechamento desse texto, o quilombo de Raiz ainda aguardava alguma ação concreta nesse sentido.

Os quilombos da base da CODECEX têm vivenciado sucessivas situações de tensões e conflitos e sofrido investidas sobre seus territórios. Nesse contexto, na Mata dos Crioulos, mesmo com a suspensão do processo de expansão do PERP e do PEPI, a pressão sobre a comunidade continuou. A área demarcada como PERP tomou parte significativa do território quilombola e, nessa área, a vigilância e repressão por parte dos gestores do parque é intensa. A comunidade reivindica o retorno ao uso dessa área tornada parque. Sendo assim, em 2016, lideranças comunitárias fizeram algumas tentativas de estabelecimento de um termo de acordo com o IEF-MG, por meio da *Mesa de Diálogo*[14], visando o uso da área pelos comunitários, mas não obtiveram êxito. Por outro lado, tem ocorrido tentativas de instalação de empreendimentos minerários em áreas do território quilombola. Para isso, as empresas minerárias têm utilizado várias estratégias, como a cooptação de lideranças, a pressão pela venda de terras, a promessa de alta rentabilidade, ameaças e, principalmente, um jogo de contrainformação sobre a condição quilombola.

Outra situação refere-se a Vargem do Inhaí, cuja maior parte do território encontra-se dentro da área delimitada como PNSV ou na sua área de amortecimento. Nos anos que se seguiram, a criação do parque e, principalmente, no período de maior ofensiva dos fiscais do ICMBio (2007 a 2009), uma série de práticas tradicionais, como as *roças de toco*, foram duramente reprimidas. Isso afetou drasticamente a comunidade e a sua segurança e soberania alimentar[15]. A obtenção da certificação quilombola, somada a outras ações apoiadas pela CODECEX fez com que diminuíssem

14 Em 2015, o Governo de Minas Gerais instituiu o que foi denominada de *Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários*, que ficou conhecida, simplesmente, como *Mesa de Diálogo*, e que tinha como objetivo "promover debates e negociações com o intuito de prevenir, mediar e solucionar de forma justa e pacífica, os conflitos em matéria socioambiental e fundiária, mediante à participação dos setores da sociedade civil e do Governo diretamente envolvidos" (DECRETO N° 203, de 1° de julho de 2015).

15 Para mais informações, ver Cebrián (2012).

as ofensivas repressoras dos gestores do PNSV sobre a comunidade. Após a obtenção da Certidão da FCP, Vargem do Inhaí sofreu, também, a investida sobre seu território de uma empresa que, em decorrência de uma demanda judicial com um suposto proprietário de terras, conseguiu uma liminar para se apropriar de uma área que compreende uma porção significativa do território quilombola. As lideranças da comunidade acionaram a FCP que, por meio de sua Procuradoria Federal, conseguiu a suspensão da liminar.

Em relação ao Quilombo Raiz, as famílias sofreram, historicamente, a expropriação de boa parte de seu território por fazendeiros. Segundo relatam os comunitários, em tempos de território mais livre, eram abundantes as áreas para coleta das flores sempre-vivas e era possível criar animais de grande porte (bovinos e equinos). Nos últimos anos, a pressão sobre o território aumentou com a implantação de monocultivos de eucalipto pelos fazendeiros, pois extensas áreas de coleta de sempre-vivas foram tomadas pelos monocultivos. Isso tem levado a uma situação em que parte do material de uma espécie de sempre-viva utilizado para confecção de artesanato (*capim dourado*), principal fonte de renda da comunidade, passasse a ser importado de outras comunidades. Além de ocupar áreas que o quilombo utilizava para coleta, cultivo e criações, a implantação dos monocultivos de eucalipto trouxe outros impactos, como o desrespeito à Área de Preservação Permanente (APP) e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, comprometendo/contaminando nascentes e o único curso d'água existente no território quilombola. Nos últimos anos, Raiz tem sofrido, também, investidas de empresas mineradoras sobre seu território.

A participação dos quilombos na CODECEX tem fortalecido suas resistências e incrementado suas formas de luta. Pela atuação da CODECEX, e, nos últimos anos, com apoio da organização de direitos humanos Terra de Direitos (TDD), foram efetivadas várias ações junto aos Ministérios Públicos Estadual e Federal no sentido de reivindicar direitos e conter violações, várias delas transformadas em Inquérito Civil (IC). A título de exemplo podem ser citados os processos sobre os conflitos entre o PNSV e comunidades atingidas (MPF - IC 1.22.011.000055/2010-58); sobre os conflitos entre os parques estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé e o quilombo Mata dos Crioulos (MPF - IC 1.22.011.000200/2010-09), que deu origem a outro sobre as investidas de empresa mineradora

no território da Mata dos Crioulos (MPF - IC 1.22.011.000126/2012-84); sobre acesso indevido a patrimônio genético e conhecimento tradicional associado no quilombo Raiz (MPF - IC 1.16.000.003038/2015-11); e sobre queimada em APP e investidas de mineradoras no território de Raiz (MPE - IC 021.618.000426-1/2018). Em função das contradições que se verifica no interior dos Ministérios Públicos, fruto das posições de quem assume os processos, essas ações podem se reverter em conquistas ou significar retrocessos como será evidenciado no decorrer deste capítulo.

O longo e contínuo enfrentamento com o Parque Nacional das Sempre-vivas

Após o processo de formação em direitos de povos e comunidades tradicionais e leis vigentes no país sobre o tema, a possibilidade vista pelas comunidades como mais adequada, em que pese o longo caminho e desafios a serem percorridos, principalmente em função das resistências existentes na equipe local, foi a recategorização do parque para unidade de uso sustentável, o que permitiria a continuidade do modo de vida das comunidades na área sobreposta. Essa foi a opção escolhida e, também para isso, havia necessidade de um processo de formação e de mobilização nas comunidades

Ao mesmo tempo em que levava informação e reflexão à sua base, a CODECEX aproximou-se de outros movimentos sociais (nesse sentido, foi fundamental sua inserção na Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas). Além disso, levou seu pleito à diversas instâncias: MPF, Defensoria Pública da União (DPU), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Câmara dos Deputados e a Diretoria do ICMBio.

Em junho de 2011, a CODECEX encaminhou um ofício ao então Presidente do ICMBio, em que colocava a indignação das comunidades com o processo de criação do PNSV sem qualquer tipo de consulta a estas; denunciava o desrespeito e as violações de direitos praticados pelos gestores do parque; solicitava uma audiência como presidente; e reivindicava a criação de um Grupo de Trabalho para realizar um estudo, com a participação das comunidades envolvidas, visando à redefinição dos limites e da categoria dessa unidade de conservação[16]. Não chegou

16 Ofício da CODECEX ao Presidente do ICMBio, de 25 de junho de 2011.

nenhuma resposta do então Presidente do ICMBio ao ofício da CODECEX.

Depois que a CODECEX acionou o MPF em relação aos conflitos e violações de direitos que estavam ocorrendo no âmbito do PNSV, foi aberto um Processo de Ação Civil (PAC), na Procuradoria da República de Sete Lagoas, Minas Gerais. Após visitar a área de implantação do PNSV, o Procurador da República solicitou uma Perícia Técnica conjunta da 4ª e da 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do MPF (respectivamente, de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) e transformou o PAC em Inquérito Civil (IC)[17]. Em agosto de 2011, uma antropóloga da 6ª CCR esteve na área do PNSV e arredores, onde reuniu-se com a CODECEX, realizou entrevistas com pesquisadores e um gestor do parque, visitou e conversou com moradores de três comunidades atingidas (Vargem do Inhaí, Macacos e Pé de Serra) e coletou informações de diversas fontes. No Parecer Pericial da antropóloga, a identidade de apanhadores de flores sempre-vivas foi reconhecida. De acordo com o parecer

> Como os dados da pesquisa de campo demonstraram, as populações locais que ocupam a área do Parque Nacional das Sempre-vivas e sua área de amortecimento, há mais de um século, constituem uma população tradicional de apanhadores de flores. São descendentes de lavradores da terra e de garimpeiros que desenvolveram em comum saberes e modos de vida articulados com a natureza da Serra do Espinhaço, que lhes oferecia quase tudo que necessitavam – madeira para lenha e construção de suas casas, palhas para cobertura das moradias, remédios do mato, frutos e flores nativos. A terra que ocupam é um território, um bem coletivo, pois foi construído socialmente como espaços de pertencimento necessários à sua reprodução física, social, econômica e cultural. Seu modo de vida é dependente do meio ambiente em que vivem e suas atividades principais são a agricultura de subsistência com manejo de gado e o extrativismo de sempre-vivas, atividade mais importante na geração de renda (Parecer Pericial Nº 083/2011, 6ª CCR/MPF).

Sobre o PNSV, assim, a seguir, refere-se o parecer

> O processo de criação do Parque, criado como uma UC de proteção integral, não considerou as populações locais e demonstrou que o critério político teve preponderância sobre os critérios técnicos e científicos, uma vez que não se observou a realidade socioambiental da área a ser protegida. Como já foi dito neste

17 MPF - IC 1.22.011.000055/2010-58 -.

> parecer, não houve um processo de consulta às comunidades com informações adequadas e inteligíveis que levasse em conta a especificidade dos moradores, como determina o SNUC, art. 220 e a Convenção 169, art. 60. A recategorização da porção do Parque Nacional das Sempre-vivas, isto é, da parte de terras que sobrepõe no território dessas comunidades tradicionais é uma alternativa viável. Ela poderia ser transformada numa Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais. A recategorização do Parque Nacional das Sempre-vivas numa Reserva Extrativista – RESEX na porção do território das comunidades também é viável, uma vez que o extrativismo das sempre-vivas é a atividade principal de todas as comunidades (Parecer Pericial Nº 083/2011, 6ª CCR/MPF).

A 4ª CCR demorou para se manifestar e seu Parecer não trouxe contradições em relação ao Parecer da 6ª CCR. Expressou, entretanto, preocupação com a conservação biológica das espécies de sempre-vivas colocadas na lista de espécies ameaçadas de extinção[18]. O então Procurador da República em Sete Lagoas, mesmo após o parecer das duas Câmaras, não se manifestou, até que foi redistribuído para outra jurisdição, assumindo o processo um novo Procurador da República.

Como a CODECEX não obtinha nenhuma resposta da Presidência do ICMBio, nem tampouco uma posição do MPF, pediu ajuda na Defensoria Pública da União em Minas Gerais[19], fez um trabalho intenso de mobilização de sua base e se articulou com outros movimentos sociais. Como expressão do pleito coletivo, as comunidades atingidas pelo PNSV realizaram um abaixo-assinado com 687 assinaturas endereçado à Presidência do ICMBio, no qual reivindicavam a criação de um Grupo de Trabalho para que fosse realizado estudo com a participação das comunidades envolvidas visando à redefinição dos limites e da categoria da unidade de conservação[20].

Outro aspecto importante foi que, a partir da relação/participação da CODECEX na recém-criada, Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, os apanhadores de flores passaram a contar

18 Parecer Técnico Nº 145/2012, 4ª CCR/MPF

19 A CODECEX foi recebida pelo então Defensor Público Federal de direitos coletivos no dia 11 de novembro de 2012 que passou a atuar na defesa dos direitos das comunidades.

20 Abaixo assinado endereçado ao Presidente do ICMBio, 2012.

com o apoio fundamental desse coletivo e acessar informações e espaços mais amplos de luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais no país. Como resultado dessa inserção, o representante dos povos do cerrado, na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)[21], apresentou as/os apanhadoras (es) de flores sempre-vivas à CNPCT, que as/os acolheu por meio da CODECEX como Convidada Permanente.

Em maio de 2012, lideranças da CODECEX reuniram-se com o recém empossado Presidente do ICMBio, ao qual relataram todo o histórico de conflitos e violações de direitos do PNSV em relação às comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e reforçaram a reivindicação de criação do Grupo de Trabalho. Mesmo apresentando maior sensibilidade às questões colocadas pela CODECEX, até próximo do final de 2012, o novo presidente do ICMBio não havia tomado iniciativas no sentido de atender à reivindicação por ela apresentada. Assim, a CODECEX pediu ajuda a um Deputado Federal comprometido com os direitos dos povos do campo, que conseguiu agendar uma nova reunião das lideranças com a Presidência do ICMBio para tratar da criação do Grupo de Trabalho. Na reunião, ocorrida em dezembro de 2012, além do Presidente do ICMBio, estavam presentes outros gestores do órgão, inclusive, pessoas da equipe gestora do PNSV.

O Presidente do ICMBio teria prerrogativas para designar o Grupo de Trabalho. No entanto, utilizando a narrativa de que era uma diretriz do órgão o fortalecimento das suas instâncias colegiadas, determinou que o Grupo de Trabalho fosse constituído pelo Conselho Consultivo do PNSV, segundo seu regimento, e que a CODECEX fosse convidada a participar da reunião de sua constituição. Na avaliação das lideranças da CODECEX, essa não era a melhor opção, uma vez que o referido conselho foi constituído num período em que havia muita tensão entre a equipe gestora do PNSV e as comunidades, em função das arbitrariedades cometidas pelos gestores da época. Sendo assim, pelo repúdio e negação

21 A Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) foi criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e modificada pelo Decreto de 13 de julho de 2006. Tendo como missão pactuar a atuação conjunta de representantes da administração pública direta e membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais, sua principal tarefa foi a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (instituída pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007). Em 2016, por meio do Decreto 8.750, de 9 de maio de 2016**, a CNPCT foi substituída pelo Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (mantendo a sigla CNPCT) e as(os) apanhadoras(es) passou a integrá-lo como membro permanente.**

dos comunitários em relação ao parque, a composição do conselho não tinha uma representatividade condizente com os interesses e direitos das comunidades.

Além disso, constituído dessa forma, o funcionamento do Grupo de Trabalho ficaria sob controle da equipe gestora do PNSV, pois o regimento do conselho define que a presidência dos Grupos de Trabalho, constituídos pelo mesmo, fica a cargo do chefe do parque e todo o seu funcionamento dependente da equipe gestora da unidade. Isso exigiu que a CODECEX conversasse com os conselheiros para explicar a importância desse processo para a busca de solução ao conflito gerado pela imposição do parque sobre as terras das quais as comunidades dependem para viver, bem como da necessidade de garantir uma composição do Grupo de Trabalho que contasse com representantes das comunidades atingidas.

O Grupo de Trabalho (GT) foi constituído em uma reunião do Conselho Consultivo do PNSV realizada em março de 2013. A reunião contou com a participação de 47 pessoas, sendo que, destas, apenas 18 eram conselheiras[22]. Entre as demais presentes, além de lideranças da CODECEX, estavam pessoas mobilizados pela equipe gestora do parque e pessoas mobilizadas pelas comunidades. Foi um momento de explícito confronto entre as posições da maioria da equipe gestora do parque, resistente à revisão da categoria da unidade, contando com parceiros e aliados, e as posições das lideranças da CODECEX, firmes no propósito de recategorização, que contou também com parceiros e aliados. O Chefe do PNSV e, por conseguinte, presidente do conselho, abriu a reunião dizendo que esta tinha sido convocada para constituição do GT por determinação do Presidente do ICMBio, que estava cumprindo ordens, mas que era contra a constituição deste grupo. Merece destaque a importante presença na reunião do então Defensor Público Federal de direitos coletivos, em Minas Gerais, o qual assegurou confiança e consistência às posições defendidas pela CODECEX.

A composição do GT ficou assim definida: três representantes das comunidades atingidas pelo parque; três representantes de organizações civis e dois representantes acadêmicos que trabalham com temas afeitos ao grupo; e dois representantes do ICMBio, incluindo o chefe da unidade. Para a CODECEX, a composição do GT foi uma vitória, uma vez que os três representantes das comunidades eram lideranças da CODECEX e, em

22 Ata do Conselho Consultivo do PNSV de 15 de março de 2013.

dois casos, disputaram a representação com pessoas que eram membros do conselho do parque e, mesmo assim, foram mais votadas pelos membros do conselho. Desde a definição dos seus objetivos e a forma de seu funcionamento até a conclusão dos trabalhos, em dezembro de 2014, foram contínuos e intensos os enfrentamentos no interior do GT. Para que se tenha ideia desses enfrentamentos, serão relatados alguns episódios.

O abaixo-assinado organizado pela CODECEX e encaminhado ao Presidente do ICMBio reivindicava a criação de um Grupo de Trabalho para realizar um estudo aprofundado, com a participação das comunidades envolvidas, visando à redefinição dos limites e da categoria do parque[23]. Ainda na reunião do Conselho Consultivo do parque, que constituiu o GT, depois de muito debate, ficou definido que este teria como objetivo "realizar um estudo aprofundado, com a participação das comunidades envolvidas, visando a solução dos conflitos territoriais das comunidades tradicionais com o Parque Nacional das Sempre-vivas, com possível proposição de recategorização e redefinição de limites"[24]. Essa redefinição de objetivos retirou a recategorização como objetivo central do GT.

Na primeira reunião do GT, seu coordenador (e chefe do parque) propôs (e insistiu várias vezes nessa proposição) que as decisões a serem tomadas, inclusive em relação ao produto final, não fosse por votação e que se procurasse o consenso. Claramente, essa foi uma manobra para tentar esvaziar a possibilidade de decisões reais sobre a situação do conflito, o que gerou mais tensões internas. Enfim, sem um consenso sobre isso, constou-se na ata que

> é tratado brevemente o tema sobre a necessidade do GT fazer votação, que foi polêmico, pois há o entendimento de que o GT só vote, se necessário, questões operacionais, e outro entendimento de que o GT deve também votar uma posição final indicando sua proposta para o conflito territorial, se necessário. Sem um acordo, tal questão ficou pendente de definição, no entanto, definiu-se que caso haja necessidade de decisões por votação, esta se dará pelo voto da maioria simples (metade mais um) dos presentes (Ata da reunião do Grupo de Trabalho, 23 de abril de 2013).

Os ânimos acirraram-se no GT depois que, por solicitação da CODECEX,

23 Abaixo-assinado endereçado ao Presidente do ICMBio, 2012.

24 Ata do Conselho Consultivo do PNSV, 15 de março de 2013.

a Comissão de Direitos Humanos da ALMG realizou, em Diamantina, em maio de 2014, uma Audiência Pública para tratar das violações de direitos humanos nas comunidades atingidas pelo PNSV[25]. Na audiência, a CODECEX, além de explicitar ocorrências de violações cometidas por gestores do PNSV, tornou pública sua proposta de recategorização do parque para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) a partir de realização de oficinas e amplo debate nas comunidades. Além disso, foi realizada uma pesquisa pelo GESTA/UFMG, abrangendo todas as localidades atingidas pelo parque, em que foram detalhados o perfil demográfico, o modo de vida tradicional e a economia das famílias com estreita relação com as terras ancestrais tomadas pela unidade. A proposta foi apresentada junto com um abaixo-assinado com mais de 900 assinaturas de comunitários atingidos pelo parque, referendando-a[26].

A proposta da CODECEX, incluindo as informações da pesquisa, foi apresentada ao GT, em reunião ocorrida em julho de 2014[27], sendo debatida no interior do grupo até a conclusão de seus trabalhos. Na reunião de finalização destes, ocorrida em dezembro de 2014, estavam presentes sete membros, sendo que o coordenador e chefe do parque não tinha direito ao voto[28]. Dos seis membros presentes com direito ao voto, cinco defendiam que o GT deveria encaminhar como proposição final a recategorização do PNSV para RDS. O coordenador do GT (e chefe do parque) opôs-se que a proposta fosse encaminhada como sendo do GT e defendeu que esta fosse encaminhada como sendo da CODECEX, em que pese ter sido amplamente debatida pelos membros do GT, ou seja, mais uma manobra para enfraquecer a decisão da maioria e impor sua visão. Depois de muita discussão e de se ter chegado, praticamente, a um impasse, definiu-se que, no relatório final do GT, ficaria a seguinte redação: "o Grupo de Trabalho encaminha, sem consenso, a proposta de Recategorização do Parque Nacional das Sempre-vivas para Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Sempre-vivas" (ICMBio, 2015, p. 13).

O Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho foi apresentado ao Conselho Consultivo do PNSV em reunião ocorrida em junho de 2015. O Conselho acolheu o relatório e aprovou uma moção de apoio à proposta

25 Notas Taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Diamantina, Minas Gerais, 26 de maio de 2014.

26 Idem.

27 Ata da reunião do Grupo de Trabalho de 18 de julho de 2014.

28 Ata da reunião do Grupo de Trabalho de 12 de dezembro de 2014.

de recategorização do parque para RDS por 11 (onze) votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção[29]. Todo o material produzido pelo GT, a ata da reunião do conselho e a moção aprovada por este foram encaminhados à Presidência do ICMBio. Está aberto no ICMBio um processo visando à recategorização do PNSV em RDS. Até o momento em que este texto foi escrito não se tinha nenhuma notícia de que algo tenha sido feito pelo Instituto nesse sentido.

Idas e vindas e a constante postura de individualização de direitos coletivos e restrição do acesso às terras de uso comum das comunidades atingidas

Ao longo desse embate entre a CODECEX e os gestores do PNSV, o MPF teve posturas distintas dependendo do Procurador da República que estava responsável pelo processo. Conforme já mencionado, o primeiro Procurador que acolheu o caso instaurou o PAC e, depois, o transformou em ICP, não se posicionando em relação à situação de conflito até ser redistribuído para outra jurisdição. No entanto, entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) junto à Subseção Judiciária de Sete Lagoas[30] em função da qual foi expedida, em fevereiro de 2013, uma Liminar[31] determinando ao ICMBio que realizasse, num prazo de dois anos, o Plano de Manejo do PNSV.

Quando o Procurador seguinte assumiu o processo, o Grupo de Trabalho, anteriormente mencionado, já havia sido constituído. A CODECEX tentou, por várias vezes, uma reunião com este, mas não conseguiu. A intenção da CODECEX era pleitear que o Procurador solicitasse a suspensão da Liminar que determinou a elaboração do Plano de Manejo do Parque, pois a ocorrência concomitante da elaboração do Plano de Manejo e dos estudos do GT causaria muita confusão nas comunidades e ainda mais angústia. Além disso, se a meta da CODECEX era a recategorização do parque, na sua avaliação, *não fazia sentido participar da elaboração de um* Plano de Manejo para o parque, pois esse iria no sentido de fortalecer a unidade como tal. Como a CODECEX não conseguiu êxito nessa investida, a consequência foi a não participação

29 Ata da Reunião Ordinária do Conselho do Parque Nacional das Sempre-vivas, 25 e 26 de junho de 2015.

30 ACP - Processo N° 1139-12.2012.4.01.3812.

31 Decisão Liminar referente à ACP - Processo N° 1139-12.2012.4.01.3812, de 19 de fevereiro de 2013.

efetiva das comunidades nas atividades que a equipe gestora do PNSV realizou, visando a elaboração do plano de manejo.

A partir de novembro de 2013, o então Procurador responsável pelo processo passou a participar das reuniões do GT. Se por um lado ele não realizou nenhuma reunião com a CODECEX, por outro, ele dialogava constantemente com a equipe gestora do PNSV. Ao longo dos trabalhos do GT, ficou explícito o alinhamento do Procurador com as posições da equipe gestora do parque. Na reunião do Conselho Consultivo do PNSV, que acolheu o resultado dos trabalhos do GT e encaminhou pela recategorização do parque para RDS, estavam presentes o Procurador da República e o Defensor Público Federal. Ficou evidente o alinhamento do Procurador com as posições da equipe gestora do PNSV, de um lado, e a postura do Defensor Público em prol das demandas da CODECEX e direitos das comunidades atingidas pelo parque, do outro[32].

No primeiro semestre de 2016, já findados os trabalhos do GT no âmbito do ICMBio, em função de mudanças nas jurisdições do MPF, em Minas Gerais, o processo que trata das relações de conflito entre o PNSV e comunidades foi transferido da jurisdição de Sete Lagoas para a Jurisdição de Belo Horizonte. Com isso, o processo foi assumido por outro Procurador da República. Em abril de 2016, a CODECEX reuniu-se com o então Procurador para inteirá-lo das questões. O principal assunto em pauta era a proposta do ICMBio de realização de Termos de Compromisso com os comunitários atingidos pelo parque. Essa pauta sempre foi colocada pela equipe gestora do PNSV e constituiu-se, também, em foco de divergências e enfrentamentos, sobretudo em função da postura da equipe de individualizar direitos coletivos.

No decorrer dos trabalhos do GT, a equipe gestora do parque tentou impor a discussão sobre o Termo de Compromisso com o argumento de que essa era uma tarefa do GT. Nesse sentido, havia sido expedida, pelo ICMBio, a Instrução Normativa (IN) Nº 26, de 4 de julho de 2012, e a proposta era que o GT se debruçasse sobre esta. A maioria dos membros do GT posicionou-se contrariamente à discussão da IN, pelo entendimento de que esta não era uma tarefa do grupo. Além disso, o contexto não era favorável para discussão de Termos de Compromisso. Na avaliação de lideranças da CODECEX, o sentimento nas comunidades era de

32 Ata da Reunião Ordinária do Conselho do Parque Nacional das Sempre-vivas, 25 e 26 de junho de 2015.

repúdio ao parque. Não havia confiança dos comunitários nos gestores do PNSV que possibilitasse a realização de Termos de Compromisso e assiná-lo, naquele momento, seria referendar o parque que estava sendo questionado pelas comunidades.

A IN - ICMBio 26/2012 tem várias limitações para o estabelecimento de Termos de Compromisso, a começar pelo primeiro artigo.

> Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão (Art. 1º da IN Nº 26, de 4 de julho de 2012, grifos dos autores).

No caso das comunidades atingidas pelo PNSV, a maioria das residências familiares localizadas nas comunidades estão ao redor da área delimitada pelo parque, entretanto, toda a área das terras de uso comum de criação de gado e coleta vegetal que são vitais às famílias foi tomada pela unidade de conservação. Ademais, o que é mais limitante na IN é que ela não prevê o uso comum das terras, nem mesmo as moradias do período da transumância (ranchos e lapas), que são a realidade nas comunidades. O direcionamento dos gestores do PNSV era no sentido de firmar Termos de Compromisso individuais com os moradores das comunidades atingidas pelo parque e restritos aqueles que declarassem propriedade ou posse familiar da terra dentro da área delimitada pelo parque, ou seja, não seriam incluídos o uso comum das terras a partir do direito costumeiro sem reivindicar posse ou propriedade particular individual (MONTEIRO, 2019).

Uma questão central que é pano de fundo nos debates e divergências em relação aos Termos de Compromisso é que a ótica da equipe gestora do PNSV sempre foi de estabelecer um instrumento transitório de uso da área até que a unidade fosse consolidada enquanto parque, o que tem relação direta com a regularização fundiária. Ao passo que a perspectiva das comunidades atingidas é continuar fazendo uso tradicional de suas terras ancestrais mesmo antes de ocorrer a recategorização do parque para unidade de uso sustentável, além de garantir a continuidade do seu modo de vida às gerações futuras.

Na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG para tratar das violações de direitos humanos nas comunidades atingidas pelo PNSV, realizada em Diamantina, em maio de 2014[33], o então Presidente da Comissão fez a proposição de se fazer um Termo de Acordo no qual se garantisse os modos de vida tradicional das comunidades. Após a Audiência Pública, foram feitas conversas no sentido desse Termo de Acordo, e o Defensor Público Federal prontificou-se a ajudar na sua elaboração. Como no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015 as atenções foram voltadas **à** proposta de recategorização do PNSV, o Termo de Acordo ficou em segundo plano.

Em maio de 2016, conforme já mencionado, a CODECEX solicitou ajuda junto à secretaria da *Mesa de Diálogo* em relação à situação de conflitos entre os gestores dos PERP e PEPI e a Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos. Na primeira reunião, ocorrida entre lideranças da CODECEX e representantes da Mesa de Diálogo, foi colocada, também, a situação de conflitos entre as comunidades atingidas pelo PNSV e os gestores do parque. Os gestores estaduais que compunham a Mesa de Diálogo propuseram-se a exercer mediação também em relação a essa situação, constituindo uma Câmara Setorial nesse sentido[34].

Na reunião da Câmara Setorial, ocorrida em Diamantina, em junho de 2016, o Coordenador Regional do ICMBio (CR11), à época, anunciou a possibilidade de realização de Termo de Compromisso de Uso Coletivo entre os comunitários e o PNSV. As lideranças da CODECEX presentes nessa reunião apostaram nessa possibilidade e um dos encaminhamentos da reunião foi: "fica a cargo da CODECEX convocar todas as comunidades extrativistas residentes no entorno do PARNA Sempre-Vivas, por meio de seus representantes, para reuniões visando o levantamento das demandas, em cada localidade, que poderão integrar o Termo de Compromisso a ser assinado com o ICMBio, para a utilização mais adequada e pacífica das áreas protegidas"[35]. As demandas seriam apresentadas em uma próxima reunião da Câmara Técnica e seguiriam-se as discussões para formatar o Termo de Compromisso.

Na segunda reunião da Câmara Setorial, ocorrida em Diamantina,

33 Notas Taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Diamantina, Minas Gerais, 26 de maio de 2014.

34 Ata Nº 048/2016 da Reunião da Mesa de Diálogo. Belo Horizonte, 31 de maio de 2016.

35 Ata Nº 029/2016 da Reunião da Câmara Setorial da Mesa de Diálogo. Diamantina, 20 de junho de 2016.

em agosto de 2016, a CODECEX apresentou as demandas que foram levantadas nas comunidades atingidas pelo PNSV para compor o Termo de Compromisso. Entretanto, foi surpreendida com um convite feito a um representante do ICMBio para uma apresentação de quais são os procedimentos adotados pelo instituto para a realização dos Termos de Compromisso a partir da, já citada, IN Nº. 26, de 4 de julho de 2012. Isso caiu como "*um balde de água fria*" nas cabeças das lideranças da CODECEX (conforme expressão utilizada por estas), uma vez que, a partir da apresentação do representante do ICMBio, todo o esforço de levantamento de demandas junto às comunidades foi desconsiderado e retomou-se a lógica de Termo de Compromisso concebida pela equipe de gestão do PNSV e com as amarras colocadas pela IN, ou seja, individualização de direitos coletivos.

Mesmo assim, as lideranças da CODECEX presentes à reunião concordaram com a criação de "um grupo de trabalho para estabelecer os critérios da metodologia ou Plano de Trabalho a serem seguidos para a construção dos Termos de Compromisso que serão celebrados junto às comunidades"[36], colocando uma condição: que o Grupo de Trabalho fosse coordenado pelo único membro da equipe gestora do PNSV, no qual tinham algum nível de confiança, sendo um dos Analistas Ambientais que possuía abertura ao diálogo com as comunidades. Ele estava presente na reunião e aceitou a proposição. No entanto, após ter aceitado a função, foi transferido para outra unidade de conservação na região Nordeste do país. Com isso, a CODECEX retirou-se do processo e o Grupo de Trabalho não foi constituído.

Conforme já mencionado, a CODECEX estava em diálogo com o Procurador da República que assumiu o processo junto MPF desde abril de 2016. Em abril de 2017, foi expedida a Recomendação MPF/PRMG Nº 15, de 07 de abril de 2017, assinada por cinco Procuradores membros da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e um Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto em Minas Gerais, pela qual se recomenda ao ICMBio que

> a) adote de imediato as medidas necessárias para ultimar o processo de construção de Termos de Compromissos com as comunidades tradicionais atingidas pela criação do PARNA Sempre-Vivas, de modo a garantir a continuidade de seus modos

36 Ata Nº 034/2016 da Reunião da Câmara Setorial da Mesa de Diálogo. Diamantina, 23 de agosto de 2016.

> tradicionais de criar, fazer e viver, [...];
>
> b) inicie, imediatamente, todos os estudos necessários a instruir o processo de recategorização do PARNA Sempre-Vivas, para que as áreas onde haja sobreposição com territórios tradicionais sejam transformadas em unidade de conservação de uso sustentável, [...];
>
> c) promova, no exercício do poder-dever de autotutela da Administração Pública, a anulação dos autos de infração e multas deles decorrentes, que tenham sido lavrados com o intuito de coibir as práticas extrativistas de comunidades tradicionais residentes no interior do Parque ou em seu entorno, contra quilombolas ou pessoas pertencentes às comunidades tradicionais da região do PARNA Sempre-Vivas, inclusive contra as pessoas de comunidades tradicionais que residam fora dela, mas que tradicionalmente a ele tenham acesso em função da realização de suas atividades tradicionais na área do Parque (Recomendação MPF/PRMG Nº 15, de 07 de abril de 2017).

Além das recomendações acima, a Recomendação do MPF/PRMG, a luz da Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trazia alguns apontamentos de como deveria ser constituída a equipe que iria trabalhar no processo de construção dos Termos de Compromisso e da metodologia a ser utilizada. Depois de ter passado por alguns desalentos com a atuação do MPF, a Recomendação constituiu-se numa grande conquista das comunidades atingidas que atuam conjuntamente por meio da CODECEX, após anos de luta e tensões. Conquista esta celebrada na *Primeira Festa da Panha*, realizada em junho de 2017, na Comunidade de Macacos, município de Diamantina, que culminou com a retomada simbólica de um dos principais campos de coleta de flores sempre-vivas que foram tomados pelo PNSV[37].

A equipe gestora do PNSV não acatou a Recomendação do MPF, inclusive, segundo lideranças da CODECEX, tripudiou dela, conforme declarou uma comunitária: "quando citei a recomendação ele me disse: não somos obrigados a cumprir recomendação do MPF". À revelia da CODECEX, a equipe gestora do PNSV impulsionou, ainda em 2016, a criação de uma Câmara Temática no âmbito do Conselho Consultivo do parque para tratar dos Termos de Compromisso nas comunidades[38]. Após

37 Conforme matéria veiculada na página *Apanhadores de Flores Sempre-vivas* do Facebook, em junho de 2017.

38 Conforme informado pelo coordenador da CR11 do ICMBio à DPU, em ofício datado de 21 de janeiro de 2020.

a Recomendação do MPF, a referida Câmara Temática passou a fazer inserções nas comunidades com a narrativa de que estava cumprindo as recomendações do MPF para realização dos Termos de Compromisso.

No entanto, a perspectiva continuava a mesma que sempre foi adotada pela equipe gestora do PNSV, ou seja, a proposição de Termos de Compromissos individuais para aqueles que se declaram proprietários ou posseiros individuais das terras tomadas pelo parque. Foram iniciados trabalhos da Câmara Temática visando à realização de Termos de Compromisso em duas comunidades (Pé-de-Serra e Braúnas), porém, a partir de reuniões de esclarecimentos entre lideranças da CODECEX e os demais moradores dessas comunidades acerca das consequências de tal lógica em relação às terras de uso comum, estes decidiram não participar mais dos trabalhos da Câmara Temática.

No segundo semestre de 2018, a Coordenação Regional do ICMBio (CR11) acenou com a possibilidade de estabelecimento de um Termo de Acordo envolvendo o ICMBio, a CODECEX e o MPF com o propósito da constituição de um Grupo de Trabalho Institucional (GTI), via Portaria do ICMBio, para a elaboração dos Termos de Compromisso. As lideranças da CODECEX colocaram como condição para o estabelecimento do Termo de Acordo que a interlocução com o ICMBio, inclusive na elaboração dos Termos de Compromisso, não poderia ser feita, exclusivamente, com a equipe gestora da unidade dadas as dificuldades já relatadas. Foi rascunhada uma Minuta de Termo de Acordo, entretanto, antes de dar encaminhamento a ela, o Coordenador da CR11/ICMBio optou por apresentar a proposição em uma reunião do Conselho Consultivo do PNSV. A proposta foi radicalmente rejeitada pela equipe gestora do PNSV, a ponto de o Coordenador Regional desistir de encaminhá-la.

No primeiro semestre de 2019, houve nova reconfiguração nas jurisdições do MPF, em Minas Gerais, e o processo que trata das relações de conflito entre o PNSV e comunidades retornou à jurisdição de Sete Lagoas, passando a ser responsável por ele uma Procuradora da República daquela jurisdição. A discussão sobre os Termos de Compromisso só foi retomada em uma reunião demandada pela CODECEX e ocorrida na sede do PNSV, em Diamantina, na qual estavam presentes lideranças da CODECEX representantes das comunidades atingidas pelo parque, membros da equipe gestora do PNSV e três Procuradores do MPF, incluindo o que havia trabalhado no caso até aquele momento, assim

como a que estava assumindo os trabalhos doravante. Nessa reunião, a CODECEX, com apoio da organização de direitos humanos Terra de Direitos, realizou o lançamento de Protocolos Comunitários de Consulta baseados na OIT 169 elaborados por seis comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, sendo três delas quilombolas[39].

Depois dessa reunião, retomaram os diálogos entre CODECEX, ICMBio e MPF visando à construção do Termo de Acordo para a constituição do GTI e estabelecimento de diretrizes para a elaboração dos Termos de Compromisso coletivos nas comunidades atingidas pelo parque. Até o momento de elaboração deste texto, não havia sido finalizada uma proposta de Termo de Acordo que fosse aceita por todas as partes envolvidas. Cabe destacar que esse parque foi criado ao final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em dezembro de 2002, em dissonância com o marco legal que exigia consulta prévia e informada às comunidades atingidas, e sua implantação plena de controvérsias atravessou os governos Lula e Dilma (PT), chegando aos dias atuais sem uma solução definitiva.

De toda forma, o que se explicita é uma resiliência dessas comunidades e a luta pelo acesso à justiça, sendo que, segundo as afirmações de lideranças da CODECEX e considerando o histórico de agressões e violações vividas pelas comunidades no processo de criação e implantação dessa unidade de conservação, não há possibilidade de relação com o órgão ambiental responsável por ela, que prescinda da mediação dos operadores do direito ainda que isso signifique variações de postura, conforme descrito. Além disso, cabe lembrar que, na perspectiva das lideranças da CODECEX, a real solução para o conflito é a recategorização da unidade de conservação de proteção integral para unidade de uso sustentável.

A constante ameaça ambientalista de cunho preservacionista entrecortada por outros interesses

Os enfrentamentos da CODECEX com os gestores das unidades de conservação de proteção integral (parques) expressam as diferentes visões sociais de mundo sobre meio ambiente e apropriação de recursos, como bem colocado por Monteiro (2011):

> O *meio ambiente*, resultante das relações sociedade/

39 Sobre os Protocolos Comunitários de Consulta, ver capítulo 9 desta obra.

> natureza mediadas pela técnica, refere-se a uma construção simultaneamente simbólica, social, política e material. Compreende visões sociais de mundo diferenciadas, que interpelam os sujeitos nas/pelas dimensões existenciais, inclusivas, posicionais e históricas. Nesse dinâmico processo, que envolve sujeitos - subjetividades e necessidades materiais - as visões podem aproximar-se, interpenetrar-se, ou mesmo se rechaçarem. Quando grupos e visões díspares incidem sobre o mesmo recorte espacial, o *momentum* da materialização, ou da *territorialização*, pode deflagrar disputas em que pesa o poder, enquanto relação/contraposição.
>
> Na luta social que envolve áreas naturais protegidas, enquanto categorias da modernidade ocidental, desvelam-se contradições ambientais que externalizam desigualdades e injustiças sociais. A visão de mundo hegemônica, em que pesa a força simbólica da ciência moderna e do Estado na contemporaneidade, acaba por legitimar e ser legitimada pela desigual distribuição de poder sobre os recursos (MONTEIRO, 2011, p. 211).

Na Serra do Espinhaço Meridional, nas imediações de Diamantina, essas diferentes visões sociais de mundo têm se explicitado, também, em outras situações que exigiram ação responsiva das comunidades e sua luta conjunta por meio da CODECEX frente às investidas do ambientalismo preservacionista e, por vezes, de interesses econômicos camuflados de "ambientalismo".

Desde que os conflitos com as unidades de conservação intensificaram-se na região, os representantes do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), órgão ambiental do estado de Minas Gerais, tem adotado um discurso da necessidade de regulamentação da coleta e da comercialização das flores sempre-vivas. No segundo semestre de 2014, gestores do IEF-MG, do Escritório Regional de Diamantina, convidaram a CODECEX para fazer parte de um Grupo de Trabalho (GT) a ser constituído com o objetivo de "viabilizar a construção participativa de instrumentos normativos para a coleta, cultivo, beneficiamento, transporte e comercialização de espécies de sempre-vivas"[40]. O referido GT, que não teve sua constituição formalizada, realizou duas reuniões nas quais foi construída uma Minuta de Termo de Referência para a contratação de uma organização que fosse imparcial na mediação do processo de elaboração da regulamentação. A Minuta foi encaminha à Diretoria do IEF-MG para proceder os

40 Conforme convite enviado à CODECEX, via e-mail.

encaminhamentos necessários para a licitação pública e consequente contratação da organização vencedora.

No segundo semestre de 2015, passados quase um ano da realização das reuniões do GT, a CODECEX foi surpreendida com um convite do IEF-MG para uma reunião em que seria apresentada a empresa contratada para mediar o processo de elaboração da regulamentação e na qual seria estabelecido o cronograma de trabalho. O IEF, desconsiderando o trabalho do GT, havia contratado a empresa para ser a mediadora do processo de regulamentação. Acontece que a empresa era conhecida pelos seus interesses econômicos na produção e comercialização de sempre-vivas.

Tal situação de conflito de interesses foi denunciada ao MPF dando origem a um Procedimento Preparatório (PP/MPF Nº. 1.22.000.003140/2015-10). Após responder às indagações do MPF, o IEF-MG suspendeu o processo de elaboração da regulamentação que seria mediado pela referida empresa. Essa mesma empresa foi alvo de denúncia e investigação, entre 2016 e 2018, por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)[41] e do MPF[42] sobre acesso indevido ao conhecimento tradicional associado à flora - materiais genéticos de flores sempre-vivas - na Comunidade Quilombola Raiz.

No início de 2018, novamente, as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas foram surpreendidas. Dessa vez, por uma proposta de Portaria elaborada pelo IEF, na qual, com a justificativa de que estaria regulamentando somente a comercialização de sempre-vivas cultivadas, tornava prática criminosa a comercialização das flores oriunda da coleta tradicional em campos de terras de uso comum. Além disso, os efeitos da Portaria aplicariam-se de forma generalizada a espécies de cinco famílias botânicas às quais pertencem as sempre-vivas (*Eriocaulaceae, Cyperaceae, Poaceae, Rapateaceae e Xyridaceae*), sendo necessário, segundo a proposta de regulamentação, um Plano de Manejo em relação ao cultivo, o que significaria contratação de terceiros para tal elaboração, tirando a centralidade das comunidades e seus conhecimentos nesse processo.

A CODECEX, juntamente com alguns parceiros, formulou e tornou

41 Processo Administrativo IBAMA Nº. 02001.000994/2016-55.
42 Inquérito Civil MPF Nº. 1.16.000.003038/2015-11.

pública uma Nota Técnica[43] a respeito das consequências que tal instrumento acarretaria às famílias das comunidades apanhadoras de sempre-vivas e fez incidências em diversas instâncias do Governo de Minas Gerais, principalmente, a partir do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF)[44] no sentido de interromper o processo de tramitação da Portaria. Até o momento em que este texto foi escrito, tal Portaria não havia sido publicada.

Outra ameaça "ambientalista" aos apanhadores de flores sempre-vivas foi o Projeto de Lei N° 3.062/2015 em tramitação na ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais). O referido projeto, embasado em pesquisas realizadas por professores da UFVJM, declara as áreas de ocorrência de turfeiras[45], acrescidas de uma faixa de 500 metros circundando-as, como Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essas são áreas em que predominam a fitofisionomia do cerrado denominada de *Campo Limpo* ou *Campo Aberto*, entremeando os *Campos Rupestres*. É importante ressaltar que os *Campos Abertos mal drenados* (brejosos), com ocorrência das turfeiras, estão sempre associados a *Campos Abertos bem drenados* e *Campos Rupestres*[46] onde não ocorrem turfeiras. As espécies de sempre-vivas coletadas pelos apanhadores de flores ocorrem tanto nos Campos Abertos bem drenados quanto nos Campos Abertos mal drenados e nos Campos Rupestres.

Os apanhadores de flores sempre-vivas fazem uso do fogo controlado no manejo dos campos de coleta, conforme descrito no capítulo 6 desta obra. A Lei Estadual 20.922, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado (conhecida como Código Florestal de Minas Gerais) deixa aberta a possibilidade de se praticar a coleta das flores sempre-vivas em APPs. No entanto, não autoriza o uso do fogo em APPs.

Dessa forma, se as áreas de ocorrência das turfeiras forem declaradas como APPs, conforme previsto no Projeto de Lei N°. 3.062/2015, colocará na criminalidade o manejo tradicional realizado pelos apanhadores de

43 Nota sobre a minuta de Portaria do IEF relacionada à atividade extrativista de flores sempre-vivas (CODECEX, NAC/UFVJM, NESFV/UFVJM E Terra de Direitos, agosto de 2018).

44 Conforme consta no Ofício da Presidência do CEDRAF ao Diretor Geral do IEF, de 14 de agosto de 2018.

45 São designadas como turfeiras os solos orgânicos com teor de carbono igual ou maior que 80 g/kg, classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como Organossolos Háplicos (GONÇALVES DOS SANTOS *et al*., 2018).

46 Para maiores detalhes, ver capítulo 3 desta obra.

flores sempre-vivas nos Campos Abertos brejosos (em que ocorrem turfeiras), e, pela extensão de 500 metros de suas margens, nos Campos Abertos bem drenados (em que não ocorrem as turfeiras) e nos Campos Rupestres, ou seja, praticamente em todos os Campos em que se pratica a coleta das flores sempre-vivas.

Quando as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas ficaram sabendo do citado Projeto de Lei, ele já estava na fila para ser colocado em votação no Plenário da ALMG. Novamente, em ação conjunta da CODECEX e colaboração de alguns parceiros, foi elaborada e tornada pública uma Nota Técnica[47]. Assim, foram feitas incidências junto ao deputado autor do referido Projeto de Lei e, em uma Audiência Pública, realizada em Diamantina, no dia 09 de julho de 2018, por iniciativa dos professores da UFVJM interessados na aprovação do projeto, para que este fosse retirado da fila de votação. Até o momento em que este texto foi escrito, o Projeto de Lei continuava na pauta de votações da ALMG e seguia sendo uma grande preocupação das comunidades.

É necessário reiterar que a pauta ambiental preservacionista busca caminhos de se impor à revelia dos sujeitos de direitos envolvidos e desconsidera parte do marco legal vigente no país que assegura direitos às comunidades tradicionais, dentre os quais de serem consultadas sobre processos/projetos que afetam diretamente suas vidas.

A necessária e frutífera interação com outros movimentos sociais

Como já foi mencionado, a CODECEX foi criada numa área de abrangência com ausência de movimentos sociais mais combativos ou mesmo com trajetória de luta por direitos humanos. No entanto, no contexto nacional, havia uma crescente movimentação e mobilização de povos e comunidades desde o processo de construção e instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040, de fevereiro de 2007). Movimentos do Norte de Minas Gerais participaram, ativamente, desse processo e passaram a ter assento na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

47 Nota Técnica Relativa ao Projeto de Lei N° 3.062/2015 que institui como área de proteção ambiental os ecossistemas das turfeiras presentes na Serra do Espinhaço, no Estado de Minas Gerais (CODECEX, Terra de Direitos, NAC/UFVJM, NESFV/UFVJM e LEA/UFJF, junho de 2018).

No calor das discussões que se seguiram à publicação do Decreto 6.040/2007, foi criada, no Norte de Minas, uma Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. A Comissão Regional foi articulada pelos *Geraizeiros*, mas contava também com a participação de outras categorias de povos e comunidades tradicionais. No ano de 2010, ao mesmo tempo em que a CODECEX dava seus primeiros passos, ocorreu uma reunião da Comissão Regional a qual, segundo relata Dayrell (2019), foi um marco na aglutinação de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas. A reunião ocorreu no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), nos dias 08 e 09 de outubro de 2010, e foi denominada de *Conversa de Caboclo* (DAYRELL, 2019).

Em agosto de 2011, a Comissão do Norte de Minas realizou um Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, sendo o principal resultado do encontro a constituição da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. A CODECEX não estava presente nesse encontro, mas foi comentada pelos participantes a movimentação que estava ocorrendo na Serra, envolvendo comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas.

A primeira atividade da Articulação Rosalino, tendo os *Vazanteiros em Movimento* como anfitriões, foi um Curso sobre Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado na Comunidade de Pau Preto, município de Matias Cardoso, em agosto de 2012. Os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas, por meio da CODECEX, foram convidados(as) a participar do curso e passaram a integrar a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Desde então, segundo Dayrell (2019), considera-se que a Articulação Rosalino congrega sete povos: *Geraizeiros*, *Catingueiros*, *Vazanteiros*, *Veredeiros*, *Apanhadores de Sempre-vivas*, *Quilombolas* e *Indígenas*. Sobre as ações que ocorreram após a realização do curso, o autor descreveu da seguinte maneira:

> A partir do curso realizado na comunidade vazanteira de Pau Preto a Articulação Rosalino reforçou suas atividades de intercâmbio, de formação na base e de apoio às lutas empreendidas pelas comunidades tradicionais. E alguns momentos mais críticos, como aconteceram em diversas atividades de autodemarcação de territórios, retomadas, manifestações públicas, foram realizadas ações conjuntas pelos geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, veredeiros, Xakriabá e pelos quilombolas, os seis povos que vinham participando de forma mais ativa da A.R. (DAYRELL, 2019, p. 130).

Além de participar dos fóruns da Articulação Rosalino, a CODECEX teve vários momentos de ações conjuntas com os movimentos que a compõem. Em 2013, como parte da elaboração do *Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais* (CORDEIRO *et al*., 2014), foi realizado, em Montes Claros, de 08 a 11 de outubro, o *I Encontro de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro*. Esse encontro foi um momento de grande congraçamento de todos os segmentos que participam da Articulação Rosalino e consolidou a Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro da qual a CODECEX passou a fazer parte.

As delegações das diferentes comunidades que participaram do encontro partiram de seus territórios em caravanas e, no percurso, fizeram visitas de intercâmbio a outras comunidades. A delegação de apanhadores(as) de flores sempre-vivas, com representantes das diversas comunidades da base da CODECEX, partiu de Diamantina, percorreu territórios de comunidades geraizeiras e trocou experiências com essas comunidades antes da chegada ao local do evento. A inserção da CODECEX na Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro propiciou a participação de pessoas das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em eventos de formação e de intercâmbio de experiências, conhecimentos e materiais genéticos com comunitários de toda a *área* do semiárido mineiro e o fortalecimento/incremento das estratégias de conservação da agrobiodiversidade adotadas pelas comunidades.

Em maio de 2014, uma delegação da Articulação Rosalino, com uma maior participação de geraizeiros, esteve presente na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, realizada em Diamantina, no sentido de apoiar e fortalecer esse momento de luta dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. Na sequência, foi a vez dos(as) apanhadores(as) contribuírem com a luta dos geraizeiros. Em junho de 2014, uma delegação de geraizeiros acampou na Praça do Palácio do Planalto, em Brasília, e realizou uma greve de fome e sede que durou 36 horas, até que o Governo Federal se comprometesse a assinar o Decreto de criação da RDS Nascentes Geraizeiras, localizada nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, processo que se arrastava há anos. Duas lideranças da CODECEX participaram ativamente desse momento no sentido de apoiar a luta dos geraizeiros.

Em 2015, novamente, os apanhadores de flores sempre-vivas contaram com o apoio dos geraizeiros. Na reunião do Conselho Consultivo do PNSV, que aprovou a proposta de recategorização do parque para RDS, uma delegação de geraizeiros esteve presente apoiando o pleito da CODECEX. A cada ação em conjunto com outros movimentos, a participação da CODECEX na Articulação Rosalino tornava-se mais orgânica. Em agostodo mesmo ano, foi realizada, em Montes Claros, um encontro da Articulação Rosalino com o objetivo de definir princípios e diretrizes da articulação. "A partir do encontro, as lideranças que estavam mais à frente passaram a ter mais claro o papel da Articulação Rosalino, os seus participantes e a forma de organização em redes, tendo como animadores as *antenas*[48], além dos princípios norteadores da ação da AR" (DAYRELL, 2019, p. 133).

Um momento forte da Articulação Rosalino foi a presença no processo de definição da composição da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) de Minas Gerais[49]. O acúmulo e a inserção da Articulação Rosalino nos debates foram fundamentais para tal definição. Na CEPCT, que foi empossada em março de 2016, há assento para os sete povos que compõem a Articulação Rosalino, entres eles os apanhadores de flores sempre-vivas, por meio da CODECEX.

No mesmo sentido, em 2016, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) foi transformada em Conselho (DECRETO Nº. 8.750, de 9 de maio de 2016). Nessa Comissão, havia apenas uma representação ligada à Articulação Rosalino, que era o assento de Povos do Cerrado. Na instituição do Conselho, excetuando-se as representações de Indígenas e de Quilombolas, que são nacionais, conquistou-se assento aos demais povos que compõem a Articulação (*Geraizeiros*, *Catingueiros*, *Vazanteiros*, *Veredeiros* e *Apanhadores de Sempre-vivas*). A presença da representação dos Povos do Cerrado, tendo na sua base a força da Articulação Rosalino, garantiu essa conquista.

Estava programado para ocorrer em fevereiro de 2017 o *II Mutirão dos Povos Tradicionais*, organizado pelo povo Xakriabá. As lideranças Xakriabá propuseram que o evento se tornasse um grande encontro da Articulação Rosalino (DAYRELL, 2019). O evento aconteceu entre os dias 10 a 12 de

48 As *antenas* são pessoas definidas por cada povo como seu representante e interlocutor com os demais povos.

49 Criada pelo Decreto N°. 46.671, de 16 de dezembro de 2014.

fevereiro de 2017, na Terra Indígena Xakriabá, município de São João das Missões. Estavam presentes representantes dos sete povos que compõem a Articulação Rosalino e foi um momento de muita troca com o povo Xakriabá. A interação das lideranças da CODECEX com o povo Xakriabá resultou na presença de uma delegação Xakriabá na *Primeira Festa da Panha*, realizada pela CODECEX, em maio de 2017, na Comunidade de Macacos, município de Diamantina, que contribuiu com a retomada simbólica de um dos principais campos de coleta de flores sempre-vivas, tomados pelo PNSV.

Todos os momentos de interação da CODECEX com os demais movimentos que compõem a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais demonstram a cooperação e o fortalecimento mútuo entre os movimentos e sua importância na trajetória da CODECEX. Nas palavras de lideranças da CODECEX,

> eu acho que a Articulação Rosalino, sem ela era difícil a gente estar onde a gente está hoje. Eu como *antena*, eu saio daqui para uma reunião em Montes Claros onde acontece a maioria das reuniões, lá eu ouço os vazanteiros, ouço os nativos e os outros povos. Às vezes a gente está com conflito aqui que a gente não sabe o que fazer com ele, se tem solução ou não, aí a gente chega lá e ouvimos a história de uma comunidade que estava assim, que aconteceu isso e isso. A gente vê uma luz e experiências boas. Então a gente chega e discute à possibilidade de estar trazendo essas experiências para cá e isso encoraja a gente. A gente vê que não estamos sozinho, eu vejo Articulação Rosalino com uma ligação forte entre esses povos e que através daquela discussão ali aponta caminhos para a gente estar encontrando como segurar essas barreiras (Eliad, apanhadora de flores, citado por DAYRELL, 2019, p. 300).

Ou ainda,

> a retomada, nós fizemos porque não estávamos sozinhos. Foi junto com a (Articulação) Rosalino durante a "Festa da Panha". Este foi um dos pontos que a gente foi percebendo, que sozinho a gente não ia dar conta. Então, a partir de intercâmbios a gente foi entendendo que tinham outros povos com o mesmo problema nosso, e foi em uma dessas caminhadas que a gente teve a sorte de encontrar a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Eram só povos do Norte de Minas, a gente foi participando das reuniões e entendendo a força da união desses

> povos. A partir disso começamos a fazer parte da Articulação Rosalino. Vimos que eram povos como a gente, são outras categorias, mas no fundo, ouvindo as conversas, as lutas são as mesmas, as brigas são as mesmas, então a gente entende que é um processo que um fortalece o outro. Se a gente tem uma luta, duas lutas, sete lutas, são sete povos que ficam fortalecidos. Porque tem momentos que são muito estratégicos e temos que unir forças como que a Articulação Rosalino vem fazendo, ajudou e muito no nosso processo e a agente ajudou outros povos também (Tatinha, apanhadora de flores, citado por DAYRELL, 2019, p. 304).

Além do engajamento na Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais e na participação na Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, a CODECEX participou, ao longo desses mais de 10 anos de existência, de momentos e atividades do Fórum de Movimentos Sociais do Vale do Jequitinhonha, da Articulação Mineira de Agroecologia e da Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais. A Articulação Rosalino trata, de forma mais direta, das questões e das lutas vividas pela CODECEX, no entanto, a participação nas demais articulações e redes tem contribuído na formação de suas lideranças e no seu fortalecimento enquanto movimento social que aglutina e representa os(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas na luta por seus direitos. Sendo assim, uma das lideranças afirmou que

> às vezes a gente acha que não conquistou nada, mas só essa força do povo e essa coragem de voltar ao campo (para a coleta de flores e outros produtos) é uma força tremenda de mostrar que estamos conquistando os espaços. O processo de como isso é feito é muito mais importante do que o resultado final porque assim a força que o povo vai ganhando e a maturidade de entender a construção da luta, a formação, a construção de alianças que são feitas, eu acho que esse processo é muito mais importante do que o resultado final (Tatinha, apanhadora de flores, citado por DAYRELL, 2019, p. 305).

O reconhecimento mundial

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) tem um programa de reconhecimento de sistemas agrícolas como Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM). Conforme consta na página da FAO, os SIPAM "são paisagens esteticamente

impressionantes que combinam a biodiversidade agrícola com ecossistemas resilientes e um valioso patrimônio cultural"[50]. O programa SIPAM começou a ser implementado no Brasil em 2016. Em 2017, uma comissão constituída por representantes da FAO/Brasil, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fez um levantamento de sistemas agrícolas com possibilidades de se candidatarem ao SIPAM e, entre estes, selecionou cinco para um processo classificatório. Depois de obter informações e realizar entrevistas junto aos cinco sistemas, o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) dos(as) Apanhadores(as) de Flores Sempre-vivas foi classificado para ser a primeira candidatura brasileira ao SIPAM.

Segundo lideranças da CODECEX, quando chegou essa notícia, "deu um frio na barriga", não só pela responsabilidade de ser a primeira candidatura do Brasil, mas pelo desafio de construir a proposta a ser encaminhada à FAO/ONU. Apresentar a candidatura requeria elaborar um Dossiê Técnico-Científico, a partir dos eixos e critérios de avaliação estabelecidos pelo programa, e um Plano de Conservação Dinâmica (PCD), para um horizonte de cinco anos, com ações que garantissem a conservação e dinamicidade do sistema.

No primeiro semestre de 2018, todas as energias da CODECEX foram voltadas à construção da proposta de candidatura ao SIPAM. Para isso, a CODECEX contou com a colaboração de vários parceiros, entre eles, organizações da sociedade civil[51], agência de cooperação técnica[52] e grupos de pesquisa e extensão de universidades[53]. A opção da CODECEX foi envolver na proposta de candidatura ao SIPAM as seis comunidades que estavam mais atuantes e com maior compreensão do momento político vivenciado pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas e, também, dispostas a assumir o processo e os esforços necessários para tal. Entre as seis comunidades, localizadas nos municípios de Diamantina, Buenópolis e Presidente Kubistchek, três são quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Enquanto os acadêmicos debruçavam-se na elaboração do dossiê,

50 Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/es/>. Acessado em 10 de agosto de 2020.

51 CAA/NM e Terra de Direitos.

52 HEKS EPER.

53 Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (LGA/USP), NAC/UFVJM, NESFV/UFVJM, Laboratório de Etnobiologia e Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (LEA/UFJF) e GESTA/UFMG.

sistematizando informações de uma década de estudos e pesquisas com idas a campo para complementá-las, as lideranças da CODECEX, com apoio do CAA/NM, percorriam as comunidades, realizavam reuniões, oficinas e seminários e debatiam com os poderes públicos na construção do PCD. Pela primeira vez na história da CODECEX, representantes dos poderes públicos municipais e estadual receberam suas lideranças para negociar ações que iriam compor o Plano de Conservação Dinâmica, desde ações mais simples, como a construção de bueiros em estradas, até a regulamentação de territórios (MONTEIRO, *et al.*, 2019).

A relação com os poderes públicos na construção do PCD foi formativa e desafiadora para as lideranças da CODECEX e, no bojo do processo, já possibilitou algumas conquistas. Fruto dos trabalhos da CEPCT, foi expedido, pelo Governo de Minas Gerais, o Decreto N°. 47.289, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta o reconhecimento da autodefinição identitária de povos e comunidades tradicionais no estado. A relação da CODECEX com o Governo do Estado na construção do PCD possibilitou celeridade nos procedimentos junto à CEPCT de forma que as seis comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas envolvidas na candidatura ao SIPAM foram as primeiras comunidades de Minas Gerais a receberem a Certidão pela autodefinição como comunidades tradicionais, passo fundamental para a regularização dos territórios coletivos pelo estado.

Outro exemplo que merece destaque foi a abertura de processo, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), de reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) dos Apanhadores de Flores Sempre-vivas, como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. Em nível dos municípios, também, houve iniciativas de proteção ao SAT com encaminhamento de leis ou decretos municipais de reconhecimento do modo de vida das comunidades e da necessidade de fortalecê-lo. Em suma, além dos compromissos firmados em relação às ações que constam no PCD, já houve alguma efetividade nesse sentido.

Em junho de 2018, no Festival dos(as) Apanhadores(as) de Sempre-vivas, realizado em Diamantina, na presença de representantes dos poderes públicos estadual e municipais, foi entregue pela CODECEX ao Representante da FAO no Brasil a proposta de candidatura do SAT ao reconhecimento como SIPAM. Foram quase dois anos de tramitação da candidatura com análises junto a instâncias do Governo Federal e da FAO/

Roma. Finalmente, no dia 11 de março de 2020, exatamente na semana em que a CODECEX completava 10 anos de existência, suas lideranças receberam, em Brasília, Distrito Federal, das mãos do Representante da FAO no Brasil e diante do alto escalão do Governo Federal, do governo do estado de Minas Gerais e das prefeituras municipais de Diamantina, Buenópolis e Presidente Kubistchek, o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial.

A partir do reconhecimento do SAT como SIPAM, os esforços tomaram uma outra dimensão, pois as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas passaram a contar com a interlocução junto as organizações do poder público que se comprometeram com a execução das ações do PCD. Para o monitoramento e avaliação do PCD foi constituído um grupo gestor, coordenado pela CODECEX, que se reúne periodicamente com representações das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, do grupo de acadêmicos/pesquisadores, dos parceiros da sociedade civil, das prefeituras dos municípios envolvidos (Buenópolis, Diamantina e Presidente Kubitschek) e do governo do estado de Minas Gerais.

Destaque-se que desde que foi criada, em 2010, a CODECEX tem se dedicado a articular esforços para o enfrentamento aos desafios e ameaças ao SAT, principalmente aquelas relacionadas a expropriação das terras ancestrais das comunidades causada pela criação de unidades de conservação de proteção integral, implantação de atividades minerárias e expansão de monocultivos de eucalipto. Além disso, vem buscando o reconhecimento social das comunidades apanhadoras de flores junto a sociedade mais ampla e o acesso a políticas públicas adequadas a tal realidade.

Dessa forma, o reconhecimento deve ser visto como um momento importante num contexto mais amplo da luta dessas comunidades por seus direitos e não como um fim em si mesmo. O mais relevante do processo de reconhecimento, até então, tem sido a visibilidade que passou a ter as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e seu sistema agrícola com possibilidades de avançar em seus pleitos. Conforme visto, o contexto atesta que tal processo demandará considerável esforço, cuja capacidade para tal **já** foi demostrada por essas comunidades ao longo de sua caminhada.

Considerações Finais

A caminhada de luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço Meridional, enquanto movimento social, revela a resistência e resiliência dessas comunidades que não se iniciou a pouco mais de uma década com a constituição da CODECEX. É um legado do seu modo de vida e visão social de mundo, de sua identidade com o território vivido, transformado e ressignificado ao longo de gerações.

Revela, também, como foi necessário sair da invisibilidade/invisibilização e adentrar a arena política e jurídica no enfrentamento e na reivindicação dos direitos coletivos inscritos nos marcos regulatórios. Para isso, foi fundamental a organização por meio da CODECEX que, por sua vez, conseguiu a colaboração de diversos parceiros em seus processos de formação e de ação política junto às instituições operadoras do direito, mas, sobretudo, a interação com outros movimentos, articulações e redes que estão em trajetórias de lutas semelhantes.

A luta dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas explicitou as diferentes concepções sociais de mundo e os diversos interesses incidentes sobre o contexto em que ela ocorre na Serra do Espinhaço Meridional. Interesses econômicos recheados ou complementados pelo ambientalismo preservacionista que se materializa nas ações das empresas mineradoras e de monocultivos de eucalipto, de gestores e agentes de órgãos ambientais, de pesquisadores e, até mesmo, de operadores do direito.

O reconhecimento mundial "*não é ponto de partida, nem de chegada, é parte da caminhada*"[54] e carrega consigo a força e a importância dos demais povos e comunidades tradicionais do Brasil com sistemas agrícolas de suma relevância. Ao mesmo tempo que aumenta a visibilidade e se torna um combustível na luta pela conquista dos direitos, abre possibilidades de assédios e investidas sobre as comunidades de diversos tipos de interesses, inclusive, daqueles anteriormente mencionados. Que a histórica resistência e resiliência dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas siga alimentando sua caminhada, que afinal, é um brado por justiça e democracia.

54 Nas palavras de Tatinha – Liderança da CODECEX.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016*. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

CEBRIÁN, Elena Soriano. *Análisis del impacto del PARNA Sempre-Vivas en la comunidad de Vargem do Inhaí desde la perspectiva del enfoque de capacidades*. València (Espanha): Escola Politècnica de València, 2012, 44 p.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. *Andanças e territorialidades:* as contradições da questão da moradia na Mata dos Crioulos. 2019. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 223 p.

CORDEIRO, Ângela. *et al. Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais.* Montes Claros: Rede de Agrobiodiversidade do semiárido mineiro, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2014, 71 p.

DAYRELL, Carlos Alberto *De nativos e de caboclos:* reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2019. Tese de Douturado. Montes Claros: UNIMONTES, 456 p.

FÁVERO, Claudenir *et al*. *Direito das comunidades tradicionais:* guia de apoio aos povos e comunidades tradicionais. Diamantina: UFVJM, 2011, 24 p.

GONÇALVES DOS SANTOS, Humberto *et al*. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 5. ed. Brasília (DF): Embrapa, 2018. 356 p.

ICMBIO. *Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho*. Diamantina: ICMBio, 2015, 15 p.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 203, de 1º de julho de 2015*. Institui a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários. Disponível em: <https://williamfreire.com.br/areas-do-direito/direito-ambiental/decreto-ne-n-203-de-1-de-julho-de-2015/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017*. Regulamenta a Lei nº 21.147/2014, e estabelece os procedimentos administrativos para a regularização fundiária e titulação coletiva dos povos e comunidades tradicionais no Estado de Minas Gerais. Disponível em: < https://www.mg.gov.br/servico/obter-regularizacao-fundiaria-de-territorios-tradicionalmente-ocupados-por-povos-e#:~:text=O%20Decreto%20Estadual%20n%C2%BA%2047.289,no%20Estado%20de%20Minas%20Gerais>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

MINAS GERAIS. Lei nº 20.922, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>. Acesso em: 03 de março de 2020.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Nas fronteiras das Minas com o Gerais:* as terras de uso comum e o uso coletivo das terras. 2019. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 650 p.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al. Traditional Agricultural System in the Southern Espinhaço Range, Minas Gerais (Brazil)*. Diamantina: CODECEX, 2019, 182 p. (Proposal to GIAHS – FAO/UN).

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG):* travessias e contradições ambientais. 2011. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 240p.

RIBEIRO, Ricardo *O rio não corre para o mar:* os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: João Valdir de Souza; Márcio Simeone Henriques. (Organizadores). Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010, p. 189-207.

VILHENA, Cecília Fernandes de; GONTIJO, Mariana.; VIVEIROS, Nádia Caroline da Silva. *Estudo técnico para expansão dos perímetros do Parque Estadual do Rio Preto e do Parque Estadual do Pico do Itambé na região do Alto Jequitinhonha, MG*. Diamantina: IEF, 2010, 46 p.

ZHOURI, Andréa; SAMORA, Vanessa. *Conflitos ambientais e a experiência de mapeamento em Minas Gerais*. In: MACHADO, Carlos. R. S *et al*. (Organizadores) Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 161-180.

Posfácio

Anuncio que optei por abrir mão do rigor dos protocolos e sistemáticas consagradas e muito valorizadas nos textos acadêmicos e científicos. Peço licença ao leitor para isso, pois gostaria de utilizar outros ritmos, linguagens e dicções, outras fontes de saber, além da científica, para falar do modo de vida das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas que vivem na Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais.

Explico, em tom pessoal, os motivos que me fazem recorrer a outras fontes de saber para lidar com a serra, com a terra, plantas das mais diversas expressões genéticas, nativas e cultivadas, humores e variações do clima, em síntese, com todas as variáveis que afetam as roças-quintais-jardins-hortas-farmácias vivas-pomares, o cerrado e os campos que fazem parte da vida das/os apanhadoras/es de flores e demais povos tradicionais, pois estes lidam com conhecimentos e inspirações muito além do que a ciência já foi capaz de compreender.

Antes de tudo, gostaria de reverenciar algumas fontes de inspiração e saber, alguns/as mestres/mestras na arte de conhecer, reconhecer, cultivar-zelar por plantas que são alimentos, remédios, proteção, inspiração, ornamento, companhia, energia, combustível da vida e do dia a dia em todas as culturas e em todo o tempo. Pessoas sábias que aprenderam essa arte (sim arte!), sem nunca ter passado pelos templos do saber escolar e científico. Vou citar apenas alguns poucos destes referenciais, para não ser exaustivo.

Vou começar pelo Brinja (João Marçal Neto) agricultor, que fez parte da minha infância. Ele foi nascido e criado em Olhos D'Água, comunidade rural originalmente quilombola, situada em Sete Lagoas, minha cidade natal. Olhos D'água, como quase todo o cerrado ao seu redor, foi dominada pelo agronegócio, modelo "moderno" de fazer agricultura tão celebrado e valorizado no meio empresarial e centros

de poder. A pecuária e monocultivo do eucalipto, hoje lá praticados, expulsaram quase todas as famílias nativas e tradicionais da região. Esse Brinja sabia e ensinava (despretensiosamente) o nome, utilidade, época de floração, hábitos de crescimento, propagação, valor alimentar, medicinal, forrageiro, apícola, de todas as plantas, de cada ramo do cerrado. O potencial dendrológico dos arbustos e árvores todas ao seu redor. Sabia sozinho? Não. Era um conhecimento aprendido com sua avó, mãe e com toda sua gente. Ele sabia, mas D. Noeme, Sô João Grande, Nalzira, Tião sabiam também.

Não só das plantas, mas conheciam as variações do solo, o movimento das aragens, sinais de chuva, os ciclos lunares, a força das rezas, das celebrações de gratidão. Sabiam os hábitos dos pássaros, da fauna do cerrado, os cuidados necessários para todos os animais domésticos; sabiam beneficiar e melhor aproveitar a abundância natural e cultivada; sabiam farinhar, apurar rapadura, fazer doces, chás, xaropes, quitandas, eram um livro de boas receitas. Sabiam produzir fartura e, ao mesmo tempo, preservar, conservar, zelar, proteger aquela sabedoria e aquele cerrado sagrado, para os filhos, netos, bisnetos. Consideravam que por herança receberam aquela fonte infinita de saber e de vida e que aqueles conhecimentos não eram de ninguém, mas, de todo mundo.

Nas minhas caminhadas e trajetos, conheci muitos sábios agricultores pelos campos afora: Sô Antônio Tereza, da Guarda de Congo (em Viçosa – Zona da Mata Mineira); Vicente de Nica, Rosa do Capivari; Sô Olímpio (Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte respectivamente - todos no Alto Vale do Jequitinhonha). Sabiam fluir na orquestra da vida, zelar e desenvolver uma relação de amizade e de respeito com todo o ambiente. Sabiam as possibilidades dos terrenos, das plantas, das pessoas, clima e tudo que podia favorecer fartura para a família e a comunidade. Tinham um modo de vida, moldado e relacionado aos componentes dos ambientes ao seu redor. Sabiam o cerrado e suas veredas, as chapadas, o território todo, hoje dominado pela monocultura do eucalipto.

Conheci ainda sabedores de plantas e dos domínios necessários para cultivá-las na periferia urbana de Belo Horizonte, cujos conhecimentos trouxeram de suas comunidades de origem, geralmente no nordeste/norte de Minas ou do sul da Bahia, de onde foram expulsos pelas poucas condições de reproduzir sua existência social, seus saberes ou aprenderam ali mesmo, com agricultoras/es da cidade grande. Conjugavam esses

conhecimentos e o prazer de zelar quintais, pequenos espaços e vazios urbanos da cidade, como a Marlete, Fernando, Sô Joaquim (Beija-Flor, Alto Vera Cruz, Aglomerado Morro das Pedras: bairros peri urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte). Aprendi também nos espaços e Redes de Agroecologia e Economia Popular Solidária, os saberes de gente do semiárido, Mata Atlântica, ribeirinhos da Amazônia, quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio (TO) e principalmente com os povos do Cerrado, minha origem, meu laço, régua e compasso.

Hoje revisito, reconheço, celebro esses saberes e domínios que as comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas têm do seu lugar e das suas boas práticas para produzir e reproduzir a vida na serra, nos seus roçados, nos seus quintais, nas campinas de flores, no Cerrado rupestre, nos seus territórios. Com a maestria, coragem e fé de uma D. Jovita, do Imir de Jesus e Preta (Maria Hercília), de Sô Bi (Edson), da D. Preta da Lavra (Maria Prisca) e tantas outras pessoas sábias que lá aprendem, ensinam, recriam seu modo de ser e de viver.

Se por um lado, para falar desses espaços sagrados e manejados, utilizo linguagens e domínios que extrapolam o conhecimento técnico-científico, por outro o farei, sem abrir mão dele e da bela sistematização que acadêmicos têm feito dos modos de fazer, criar, reinventar, reinaugurar, promover a vida na serra e que são base referencial para a atuação da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX, ao longo dos seus mais de 10 anos de caminhada.

Em nome da coordenação, lideranças e equipe da CODECEX, homenageio a academia, fonte abundante de conhecimentos, construídos, analisados, gerados e os registros cuidadosos, precisos, preciosos de cientistas, como Fernanda Testa Monteiro, Claudenir Fávero, Aderval Costa Filho, Maria Neudes Sousa de Oliveira, Gustavo Taboada Soldati, Carlos Alberto Dayrell, Sílvio Porto e tantos outros que fizeram registros importantes do modo de vida dos/das apanhadores de sempre-vivas.

Este texto não teria sentido, sem beber também dessa fonte científica tão valiosa, cujas pesquisadoras e pesquisadores foram fundamentais nos mais de 10 anos de história da CODECEX e para a conquista do reconhecimento como Patrimônio Agrícola Mundial pelo Programa Globally Important Agricultural Heritage Systems das Nações Unidas

– GIAHS/ FAO/ONU. Esse saber precioso é guia, fonte e inspiração para a boa compreensão e reconhecimento das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, ouro vivo da serra.

Importante também agradecer e celebrar os registros e olhares sensíveis às práticas e jeito peculiar dos moradores da serra, de um coletivo de artistas que fizeram belos documentos poéticos e imagens que nos revelam, comprovam o valor dessa gente valorosa da serra, como Valda Nogueira (*in memória*), João Roberto Ripper, Elisa Cotta, Tiago Carvalho, Gabriel Dayer, Carlos Henrique de Souza e tantos outros que fazem belas traduções do modo de vida, de ser, estar e viver das/os apanhadores de flores sempre-vivas.

Além da bela expressão e dicção dos povos tradicionais, vou, portanto, me valer um pouco da linguagem poética, dos valores e princípios de outras matrizes de conhecimento, da inspiração decolonial, das quais se valem também o saber e as práticas tradicionais. Busco, na fonte da salada de influências e aprendizados que recebi na minha trajetória junto às comunidades espalhadas por diferentes biomas brasileiros, referências para homenagear as boas práticas e saberes das/dos apanhadoras/es de flores de sempre-vivas, Patrimônio Agrícola Mundial (2020, GIAHS/ FAO/ONU), bem como os dez anos de lutas e conquistas da CODECEX.

Homenageio, assim, a CODECEX, as comunidades e seus parceiros da sociedade civil (como CAA e TDD) pela caminhada. Com sua criação, em 2010, e com sua rede de parcerias é que se motiva uma caminhada de diálogos e busca do reconhecimento desses sujeitos, dessas comunidades tradicionais, dos seus direitos, de forma a acessar as políticas e as garantias legais, territoriais e civis previstos na legislação relacionados aos agricultores familiares, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, apanhadores de flores. A CODECEX, com seus parceiros, dinamiza um caminho cuidadoso de valorização, busca de integração e reconhecimento do modo de vida, do sistema agrícola, dos princípios agroecológicos que se pratica nas roças, quintais e nos domínios dessa gente valiosa.

Incluindo aí na defesa dos direitos, a inclusão em mercados, a comercialização dos produtos dos roçados e quintais e de todo o sistema agrícola. As flores, frutos e folhagens ornamentais e o artesanato a partir desses materiais, que já são belos de qualquer forma, mas que adquirem

formatos e utilidades novos, quando caem nas mãos das artesãs e artesãos das comunidades e buscam desenhos novos para um mercado promissor, sem necessariamente percorrer caminhos longos e de difícil gestão para as comunidades.

As(os) apanhadoras(es) de sempre-vivas valem-se do conhecimento dos ancestrais, das experimentações e vivências que vêm de muito tempo e que deram a essas pessoas as credenciais e o direito de verdadeiros guardiãs e guardiões dos territórios; de se valer da serra e seus recursos para garantir sustento de tanta gente que ali viveu, dos que ainda vivem e dos que estão para chegar; de tirar daquelas terras e desses territórios alimentos de alto valor e deixar o ambiente protegido, com rica biodiversidade nativa, espécies endêmicas.

É muita coisa! É muita arte, inspiração, coragem e fé! Muita sabedoria, ciência e capacidade de adaptação. São conhecimentos para abastecer a curiosidade de muita gente e confirmar muitos dos princípios da Agroecologia! E para ensinar que tiram leite de pedras sim! Viva essa gente que vale ouro e faz a serra reluzir!

Viva sempre
A serra gera
frutos gemas flores sempre
vivas lembranças perenes
de sua índole rochosa
matricial, mineral

Ventre de águas, cristais,
margaridas rupestres
serra das gentes
que afagam
suas terras seminais
seus vales fecundos

Eis o leite da serra
escorreito,
farto esguicho.

Matas, Vargens, Lavras
Raízes, Pés de Serra
Sempre Vivas

Para finalizar, apresento registros fotográficos de artistas parceiros da CODECEX que bem retratam a beleza genuína das comunidades dessa serra.

Márcio de Souza Andrade

Agrônomo com pós-graduação em Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável e Extensão Rural, em Educação Ambiental e em Arte Educação. Assessor técnico da CODECEX.

Quintal

Foto: Valda Nogueira.

Roçado

Foto: Valda Nogueira.

Os alimentos das roças e quintais na alimentação diária

Foto: Valda Nogueira.

Tempo de campina: “A panha das Sempre vivas”

Foto: João Roberto Ripper.

As lapas: abrigo e moradia nos tempos de campina

Foto: João Roberto Ripper.

A “panha” das Flores

Foto: Valda Nogueira.

Sempre-vivas no dia a dia

Foto: João Roberto Ripper.

Sempre-vivas: ouro renovável

Foto: João Roberto Ripper.

Colhendo e semeando flores

Foto: Valda Nogueira.

Fontes de águas límpidas

Foto: Elisa Cotta.

Águas que te queremos

Foto: João Roberto Ripper.

Folia de Reis - Patrimônio Imaterial de Minas Gerais

Foto: João Roberto Ripper.

Celebra-se a vida

Foto: Valda Nogueira.

Riqueza na Serra

Foto: João Roberto Ripper.

Casa de Farinha

Foto: João Roberto Ripper.

Produção caseira de requeijão moreno

Foto: Valda Nogueira.

Alimentos da biodiversidade nativa

Foto: Valda Nogueira.

Gente que vale ouro

Foto: Valda Nogueira.

Autores

Aderval Costa Filho

Antropólogo, doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, coordenador do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. adervalcf@gmail.com

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Advogada popular, mestranda em Direito pela Universidade de Brasília, Integrante da Organização em Direitos Humanos Terra de Direitos à época da escrita, Brasília, DF. camilamartins209@gmail.com

Claudenir Fávero

Agrônomo, doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa, professor do Departamento de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato e líder do Grupo de Estudos em Territórios, Sociobiodiversidade e Agriculturas Tradicionais, Diamantina, MG. parana@ufvjm.edu.br

Diana Aguiar

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assessora da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, Rio de Janeiro, RJ. dianaguiar@gmail.com

Fernanda da Conceição Moreira

Agrônoma, doutora em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. fernandamoreiradtna@yahoo.com.br

Fernanda Testa Monteiro

Agrônoma, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, pesquisadora de Pós-Doutorado no Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. fernandamonteiro5@hotmail.com

Gustavo Taboada Soldati

Biólogo, doutor em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza da Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenador do Laboratório de Etnoecologia e Agroecologia, Juiz de Fora, MG. gustavo.soldati@ufjf.edu.br

Igor Henrique de Oliveira

Discente de graduação em Agronomia na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG. henrique.igorolive@gmail.com

Maria Julia Ferreira

Engenheira Florestal, doutoranda em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE. ferreira.julia2208@gmail.com

Maria Neudes Sousa de Oliveira

Agrônoma, doutora em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, professora do Departamento de Agronomia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, coordenadora do Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal, Diamantina, MG. mneudes@ufvjm.edu.br

Mário Kiichiro Tanaka

Agrônomo, mestre em Floricultura e Paisagismo pela Universidade Federal de Lavras. (In memoriam)

Reinaldo Duque Brasil

Biólogo, doutor em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa, professor do Departamento de Ciências Básicas da Vida da Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG. reinaldo.duque@ufjf.br

Sílvio Isoppo Porto

Agrônomo, doutorando em Sociedade e Meio Ambiente pela Universidad Pablo de Olavide (Espanha), professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, coordenador do Núcleo de Educação do Campo, Desenvolvimento Territorial e Agroecologia, Amargosa, BA. silvioporto@ufrb.edu.br

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, como se autodefinem, são comunidades camponesas e quilombolas que habitam o Espinhaço Meridional, na porção central do estado de Minas Gerais. A lógica de reprodução social dessas comunidades conjuga cultivo, criação e coleta. Isso se traduz em roças com policultivos; quintais agroflorestais com alta densidade de espécies alimentares e criação de animais de pequeno porte de raças caipiras ao redor das casas; criação de animais rústicos de grande porte, valendo-se dos campos nativos nas cotas elevadas; e coleta/manejo de espécies da flora para fins diversos, como plantas ornamentais para comercialização, das quais as "flores sempre-vivas" sãocomponente fundamental.

Nesta obra são apresentados e refletidos aspectos do modo de vida das(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas, suas identidades, territorialidades e formas de reprodução social e econômica; da ocupação e manejo dos agroambientes e os indícios de como esta presença humana tem influenciado na domesticação da paisagem; da caracterização de espécies ornamentais da flora e de como estas são manejadas a partir dos conhecimentos tradicionais; da importância econômica da comercialização das "sempre-vivas" e de como a concepção ambiental preservacionista criminaliza as práticas tradicionais e afeta essa economia; dos conflitos enfrentados pelas comunidades e de como elas se organizaram e seguiram na luta por direitos por meio de uma forma contemporânea e articulada de movimento social.

ISBN: 978-65-87258-54-6